



**F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS**

CPDOC

Centro de Pesquisa e
Documentação de História
Contemporânea do Brasil

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**O PROCESSO DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PRIMEIRA
COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO BRASIL IMPERIAL
(1840)**

APRESENTADA POR

JORGE ANTONIO DIAS

**PROFESSOR ORIENTADOR: CELSO CASTRO
PROFESSORA COORIENTADORA: ADRIANA BARRETO DE SOUZA**

Rio de Janeiro, Dezembro de 2017



**F U N D A Ç Ã O
GETULIO VARGAS**

CPDOC

Centro de Pesquisa e
Documentação de História
Contemporânea do Brasil

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**O PROCESSO DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PRIMEIRA
COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO BRASIL IMPERIAL
(1840)**

**APRESENTADA POR:
JORGE ANTONIO DIAS**

Rio de Janeiro, Dezembro de 2017



**FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

CPDOC

Centro de Pesquisa e
Documentação de História
Contemporânea do Brasil

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**PROFESSOR ORIENTADOR: CELSO CASTRO
PROFESSORA COORIENTADORA: ADRIANA BARRETO DE SOUZA**

JORGE ANTONIO DIAS

**O PROCESSO DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PRIMEIRA
COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO BRASIL IMPERIAL
(1840)**

**Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de
História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a
obtenção do grau de Doutor em História,
Política e Bens Culturais.**

Rio de Janeiro, Dezembro de 2017

404-2013



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

ATA DE DEFESA DO(A) TESE DO CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS

ALUNO (A): JORGE ANTONIO DIAS

ORIENTADOR (A): CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO

CO-ORIENTADOR (A): ADRIANA BARRETO DE SOUZA

BANCA EXAMINADORA:

CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO
ADRIANA BARRETO DE SOUZA
AMÉRICO OSCAR GUICHARD FREIRE
JOSÉ MIGUEL ARIAS NETO
ÁLVARO PEREIRA DO NASCIMENTO

TÍTULO:

O PROCESSO DE CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA PRIMEIRA COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO BRASIL IMPERIAL(1840)

LOCAL: FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

SALA: 912

HORÁRIO DE INÍCIO: 14:00

(☒) APROVADO

(☐) APROVADO COM RESTRIÇÃO, DEVENDO O(A) ALUNO(A) FAZER AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELA BANCA ATÉ / /

(☐) REPROVADO.A DECISÃO DA BANCA SE BASEOU NO SEGUINTE PARECER:

A banca destacou o esforço e a originalidade da pesquisa e fez diversos sugestões que podem ser incorporadas no verso final.

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA:

CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO

ADRIANA BARRETO DE SOUZA

AMÉRICO OSCAR GUICHARD FREIRE

JOSÉ MIGUEL ARIAS NETO

ÁLVARO PEREIRA DO NASCIMENTO

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017.

ASSINATURA DO ALUNO:

Dias, Jorge Antonio

O processo de criação e consolidação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros do Brasil Imperial (1840) / Jorge Antonio Dias. – 2017.

363 f.

Tese (doutorado) – Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientador: Celso Castro.

Coorientadora: Adriana Barreto de Souza.

Inclui bibliografia.

1. História naval. 2. Marinheiros - Recrutamento. 3. Educação militar. I. Castro, Celso, 1963-. II. Souza, Adriana Barreto de, 1971-. III. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. IV. Título.

CDD – 359

RESUMO

O processo de criação e consolidação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros do Brasil Imperial (1840)

O objeto que trata esta tese é o processo de criação e consolidação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros do Brasil Imperial em 1840. No trabalho procuramos destacar os momentos históricos e políticos percorridos para que fosse criada a Companhia de Aprendizes discutindo e examinando esse processo com base nas diferentes ideias que permeavam as ações de diferentes Ministros da Marinha e as legislações específicas referentes à criação e regulamentação da Companhia. Procuramos desenvolver nesse trabalho a ideia de que as Companhias de Aprendizes foram fundamentais no processo, ainda que parcial e incompleto, de instrução e educação formal dos marinheiros iniciado em meados do século XIX. Servindo ainda para apontar as contradições históricas entre recrutamento e composição das praças; um relativo protagonismo dos Oficiais e Ministros da Marinha militares em diferentes momentos na formulação de uma conduta política institucional que colocasse em prática uma efetiva institucionalização e enfiamento para os marinheiros; uma instituição pública para jovens que pudesse fornecer educação, tão rara aos “indivíduos do comum”; e, por fim, a custódia e guarda desses jovens.

PALAVRAS-CHAVES: Criação, Consolidação, Companhia de Aprendizes Marinheiros, Instrução, Educação formal

Rio de Janeiro, Dezembro de 1017

ABSTRACT

The process of the creation and consolidation of the first Imperial Brazilian Seaman's Apprentice Company (1840)

The thesis object is the creation and consolidation process of the first Imperial Brazilian Seaman's Apprentice Company in 1840. In this work we seek to detach the political and historical moments passed through in order to create the Seaman's Company, discussing and examining the process based in the different ideas that permeated the actions from the different navy ministers and the specific legislations concerning the Company's creation and registration. It was tried to develop in this work the idea that the Seaman's Apprentice Company were, although partial and incomplete, instrumental in the process of formal instructing and educating of the seaman started in mid nineteenth century. It also serves to point out the historical contradictions between recruitment and composition squares, a relative prominence of Navy offices and Ministers different moments in the formulation of an institutional political conduct to put into practice and effective institutionalization and military uniformizing, a public institution for young people who could provide a public institution education, as rare to the "individuals of the common"; and, finally, the custody and protection of these young people.

KEY-WORDS: Creation, Consolidation, Company of Apprentice Seaman's, Instruction, Formal Education

Rio de Janeiro, December, 2017

RESUMÉ

Le processus de création et de mise en place de la première société d'apprenants marins du Brésil Impérial (1840)

L'objet mentionné dans cette thèse est le processus de création et de mise en place de la première société d'apprenants marins du Brésil Impérial en 1840. Dans ce travail, nous cherchons à mettre en évidence les moments historiques et politiques parcourus jusqu'à la création de la Société d'Apprenants en discutant et en examinant ce processus sur la base des différentes idées qui pénétraient les actions des différents ministres de la Marine et les lois spécifiques relatives à la création et à la réglementation de la Société. Nous cherchons à développer dans ce travail l'idée que les sociétés d'apprenants ont contribué au processus, bien que l'éducation partielle et incomplète, l'instruction et l'éducation formelle des marins ont commencé au milieu du XIXe siècle. Le travail sert également à souligner les contradictions historiques entre le recrutement et la composition des soldats; un rôle relatif des dirigeants et ministres de la marine militaires à des moments différents dans la formulation d'une conduite politique institutionnelle de mettre en place une institutionnalisation efficace et des uniformes pour les marins; une institution publique pour les jeunes qui pourraient fournir de l'éducation, si rare parmi les « gens ordinaires »; et enfin, la garde de ces jeunes.

MOTS-CLÉS: Création, Mise en Place , Société d'Apprenants Marins, l'instruction, l'éducation formelle

Rio de Janeiro, Décembre, 2017



Ô Marinheiro, o seu barco não vira!
Ô Marinheiro, o seu barco não vira!
Barco não vira e não pode parar!
Ô Marinheiro, visite essa terra,
Que tanto te espera,
me ajude a navegar (trabalhar)!
Ô Marinheiro, visite essa terra,
Que tanto te espera,
me ajude a navegar (trabalhar)!

Intuído por Paulo André Bolling
Arte da imagem, Amigo Vitor Mourão

AGRADECIMENTOS

Depois de tanto tempo esperando a chegada deste momento, um frio enorme toma conta de meu corpo. Receio por ter deixado algo de importante para trás? Pelo rito de aprovação? Pelo sentimento de ter cumprido dignamente àquilo que foi proposto independentemente dos percalços encontrados? Pela saudade que tudo isso irá deixar? Sim, tudo isso! E uma última coisa: o sentimento de ingratidão de alguém ou alguma instituição pelo esquecimento nesta hora tão difícil que é agradecer, pela qual antecipadamente peço a compreensão e desculpas.

Primeiramente agradeço a Deus e a minha fé que me mantiveram firmes neste propósito. Aos meus pais, Milton Dias e Nilza F. Dias, que mesmo não estando presente e acompanhando toda a jornada me concederam o mais importante, a vida. E até onde foi possível, caráter e estímulo para seguir sempre em frente.

Agradeço também a Fundação Getúlio Vargas pela excelência na estrutura de ensino e pesquisa. Ao CPDOC, pela acolhida, pelo ambiente favorável ao conhecimento e a possibilidade de troca de diferentes experiências.

Agradeço a Coordenação do PPHPBC, em especial, a coordenadora do período de ingresso no programa, professora Luciana Quillet Heymann. Aos professores: Paulo Fontes, Marco Aurélio Vannucchi, Ângela Moreira Domingues, Mônica Kornis, João Marcelo Ehlert e Américo Freire pelo contato próximo e possibilidade de aprender mais sobre diferentes temas que de alguma maneira contribuíram para a tese.

Não poderia deixar também de agradecer a disponibilidade dos professores José Miguel Arias Neto, Álvaro Nascimento e Américo Freire, em participar da banca de defesa da tese. Certamente, um dia de grande aprendizado.

Um agradecimento especial a duas pessoas, sem as quais, com seu apoio, paciência e conhecimento eu não teria conseguido chegar até aqui. Refiro-me ao professor Orientador Celso Castro, e a coorientação recebida da professora Adriana Barreto. Não existe palavra no dicionário capaz de expressar aquilo que sinto em relação a estes professores que permanecerão eternamente em minhas memórias acadêmicas e profissionais. Na falta de uma palavra melhor expressando toda a minha gratidão só me resta dizer, obrigado!

Agradeço e saúdo também aos amigos que iniciaram esta jornada comigo, e hoje, já alcançaram seus objetivos junto ao programa de pós-graduação do CPDOC, parabéns doutores!

Gostaria também de deixar registrado o fundamental e incondicional apoio recebido da secretaria acadêmica da pós-graduação do CPDOC, em especial Aline Santiago e Daniela Aires, obrigado por tudo.

A jornada por esses mares agitado, por vezes, pouco navegável, não foi solitária. Entre chegadas e partidas vale destacar as amizades construídas pelo objeto de estudo com Wagner Bueno e Cosme Serralheiro. Obrigado pelas trocas e pela parceria acadêmica que será doravante duradoura.

Agradeço também aos amigos Leonardo Marins e Rafael Sampaio pela paciência e pedir desculpas pelas ausências nos momentos de lazer quando declinava de inúmeros convites para poder me dedicar às pesquisas. Ainda assim, nunca me deixaram na mão!

Gostaria também de agradecer a todos os meus familiares. Minha irmã Angélica Dias de Oliveira, cunhados, sobrinhos e sobrinhos netos, que mesmo a distância sempre enviam sua torcida, desejando sucesso. Essa é para vocês, valeu!

SUMÁRIO

Introdução.....	14
Capítulo I - O mar como cenário, o navio como palco.....	33
1.1 - A transmigração da Corte de Portugal para o Brasil: olhar historiográfico.....	33
1.2 - Historiografia acadêmica sobre a Independência, a importância da fixação da Secretaria de Estados e Negócios da Marinha e da Academia dos Guardas-Marinha..	41
1.3 - Entram em cena os atores: oficiais e marinheiros.....	55
1.4 - “Novos” atores: ministros da Marinha; “novas” práticas políticas?.....	62
1.5 - A Consolidação da Emancipação Política, Reorganização da Armada e a Nau Vasco da Gama.....	83
Capítulo II - Aumenta a temperatura em Terra e Mar.....	121
2.1 - Olhar historiográfico sobre a Abdicação.....	121
2.2 - Momentos de Contradições e Redefinições.....	129
2.3 - Os “Liberais” Moderados, Exaltados e os Caramurus.....	134
2.4 - A Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional.....	138
2.5 - A Sociedade Federal Fluminense.....	153
2.6 - A Sociedade Conservadora da Constituição Política jurada no Império do Brasil e a Sociedade Militar.....	158
2.7 - Caminhando rumo a uma Marinha forte, homogênea e exercitada: a proposta de criação de quatro Companhias de “Aspirantes” Marinheiros em 1833.....	169
2.8- A lei de fixação de forças do Mar 1834-1835: A proposta de criação de quatro companhias de “aspirantes” Marinheiros.....	172
CAPÍTULO III - Diferentes dizeres de diferentes sujeitos em tempos diversos: as discussões sobre a criação das quatro primeiras Companhias de Aprendizes de Marinheiros na Câmara e no Senado em 1836.....	206
3.1 – Breve contexto do momento histórico e político dos anos 1834-1836.....	206
3.2 – O Relatório ministerial de 1835 do Oficial da Marinha José Pereira Pinto....	220
3.3 - O relatório do ministro Salvador José Maciel, a Fixação das Forças de Mar para o biênio 1837/1838, e os debates na Câmara sobre a criação das Companhias Fixas de Marinheiros.....	225

3.4 – A Fixação das Forças de Mar para o biênio 1837/1838, e a proposta de criação das Companhias Fixas chegam ao Senado.....	250
---	------------

CAPÍTULO IV - Criar, Regular, Arregimentar, Fixar e Expandir: a consolidação da “esperança” da Marinha Nacional e Imperial: a Companhia de Aprendizes Marinheiros.....

4.1 – Aspectos Gerais da política nos anos de 1837-1840.....	257
--	------------

4.2 – A criação das quatro Companhias Fixas de Marinheiros em 1836: caminhando rumo à institucionalização dos Marinheiros?.....	270
---	------------

4.3 – A regulamentação das quatro Companhias Fixas de Marinheiros: a Companhia de Aprendiz de Marinheiro e o Corpo de Imperiais Marinheiros.....	281
--	------------

4.4 – As principais medidas para arregimentar e fixar marinheiros para a Companhia de Aprendizes: “ <i>Marinheiros a Postos</i> ”.....	308
--	------------

4.5 – Nas províncias do Pará e Bahia: palco de expansão das Companhias de Aprendizes Marinheiros.....	325
---	------------

Considerações Finais.....	342
---------------------------	------------

Bibliografia.....	347
-------------------	------------

Fontes pesquisadas.....	359
-------------------------	------------

LISTA DE ABREVIATURAS

AM – Arsenal de Marinha

AN – Arquivo Nacional

BN – Biblioteca Nacional

CAM – Companhia de Aprendizes Marinheiros

CFM – Companhias Fixas de Marinheiros

CLI – Coleção de Leis do Império

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

DPHDM – Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IM – Imperiais Marinheiros

MM – Ministro da Marinha

RMM – Relatório do Ministro da Marinha

RPP – Relatório do Presidente de Província

LISTAGEM DE IMAGENS E TABELAS

Tabela 1 – Estrutura de Pessoal da Marinha

Tabela 2 - Ocupação dos Ministros de Estado em (%)

Tabela 3 - Ocupação dos Senadores em %

Tabela 4 - Ocupação dos Deputados em (%) - Legislatura de 1826

Tabela 5 – Formação acadêmica dos militares

Imagem1 - Organograma da Estrutura Administrativa da Marinha

Tabela 6 - Vencimento do Corpo de Marinhagem

Imagem 2: Relatório dos sentenciados da presiganga

Imagem 3: Cópia de aviso ministerial

Tabela 7: Guia de identificação de recrutas e marinheiros

Imagem 4: Mapa estatístico do corpo da armada 1835

Tabela 8 : Composição do Brigue Imperial Pedro (1835)

Tabela 9: Composição das Companhias Fixas (1836)

Tabela 10: Organização das Companhias Fixas (1836)

Tabela 11: Idade, Marinheiros (CFM – 1837)

Tabela 12: Cor, Marinheiros (CFM – 1837)

Tabela 13: Naturalidade, Marinheiros (CFM – 1837)

Tabela 14: Filiação, Marinheiros (CFM – 1837)

Tabela 15: Local de Embarque/origem, Marinheiros (CFM – 1837)

Tabela 16: Cabelo, Marinheiros (CFM – 1837)

Tabela 17: Olhos, Marinheiros (CFM – 1837)

Tabela 18: Altura, Marinheiros (CFM – 1837)

Tabela 19: Destino dos Aprendizes, Marinheiros (CFM – 1837)

Tabela 20: Organização hierárquica das Companhias Fixas (1837)

Tabela 21: Estado Companhias Fixas (1838)

Tabela 22: Proporção de Menores nas Companhias Fixas 1838

Tabela 23: Data/decretos de criação das Companhias de Aprendizes pelo Brasil (1840-1874)

Tabela 24: Demonstrativa de ingresso na Companhia de Aprendizes -1836 a 1855

Tabela 25: Ingresso no Corpo de Imperiais Marinheiros

Tabela 26: Estado Atual do Corpo de Imperiais Marinheiros 1856

Tabela 27: Estado das Deserções e Capturas de IM e Marinheiros em 1855

Tabela 28: Crimes Militares do ano de 1855

Tabela 29: Constituição Hierárquica das Companhias de Aprendizes (1855)

Tabela 30: Tabela de Rações dos navios da Marinha, 1847

Tabela 31: Refeições Diárias nos navios da Armada, 1847 (Navios Fundeados)

Tabela 32: Refeições Diárias nos navios da Armada, 1847 (Navios a Vela)

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta tese é o processo de criação e consolidação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros do Brasil Imperial (1840), por intermédio de um estudo sobre os diferentes momentos históricos e políticos que marcaram a constituição de sua trajetória.

Criada em 1840, a Companhia de Aprendizes de Marinheiros adida ao Corpo de Imperiais Marinheiros foi a primeira unidade entre outras dezessete que tiveram sua origem durante os anos que seguiram no início do Segundo Reinado até o fim da monarquia no Brasil. Durante quinze anos, desde sua criação até 1855, foi a única responsável em proporcionar instrução e educação aos marinheiros que dariam origem aos chamados Imperiais Marinheiros.

A Companhia de Aprendizes de Marinheiros do Rio de Janeiro passou a desempenhar um papel importante na constituição de um grupo específico de trabalhadores do mar, constituídos aqui pelos marinheiros, cujo objetivo era dar início ao processo de instrução e educação formal das praças de Marinha, em relação ao outro grupo constituído pelos oficiais que já se encontravam imersos nessa fase, além do enfardamento propriamente dito. Como primeira unidade, a Companhia do Rio de Janeiro serviu como um modelo de utilidade para as futuras, e por seu intermédio as autoridades navais constituídas puderam vislumbrar que ali estaria se constituindo a “esperança da Armada Nacional e Imperial”:

A instituição do Corpo de imperiais Marinheiros e de aprendizes Marinheiros é, por ora, e será ainda por longo tempo a esperança da Armada.¹

A essência daquilo que se encontrava invisível nas palavras do Ministro Viera Tosta em seu relatório de 1848 pode ser também encontrada em outros relatórios dos Ministros da Marinha, fossem militares da força, do Exército ou ainda políticos civis investidos no cargo durante quase todo o Segundo Reinado. Afinal, a criação da Companhia de Aprendizes nos anos de 1840 foi uma conduta política governamental para a Marinha no sentido de minimizar dois grandes problemas que historicamente acompanhavam a

¹Relatório do Ministro da Marinha (RMM) Manoel Vieira Tosta apresentado na primeira sessão da 8ª legislatura da Assembleia Geral, 1848.

Força – o recrutamento e a indisciplina a bordo dos navios. E também, em face dos ideais propostos pelo grupo político identificado ao conservadorismo para um Brasil em formação. O projeto da Companhia de Aprendizes de Marinheiros emerge como um grande repertório de contenção, mecanismo de controle e coerção de um grupo específico apto para o trabalho – os jovens.

A Marinha, ao longo do processo de transmigração da família Real para o Brasil até a emancipação política de 1822, e depois, mantendo a integridade e a unidade nacional, nos períodos de grande revolvimento político, sempre desempenhou um papel de destaque caracterizado por períodos de estabilidade frente à Monarquia. As reformas internas iniciadas na Marinha também nos anos iniciais da década de 1840, orientadas pelos conservadores que gravitavam suas ações baseados no consenso, de certa forma influenciou o processo de institucionalização e enfardamento dos trabalhadores do mar.

A ideia de criar corpos de marinheiros instruídos e educados não era nova, e o processo se iniciaria anos antes, exatamente a partir de uma conduta política institucional pensada pela e para a Marinha, com base nas diferentes experiências vividas pelos indivíduos que compartilhavam o mesmo espaço de trabalho, mas submetidos a regimes diferenciados de status social, instrução e educação.²

Por essas incursões feitas ao tema podemos inferir que uma pesquisa que exponha os diferentes momentos históricos e políticos de criação e consolidação da primeira Companhia de Aprendizes do Brasil Imperial seja justificada. Podemos trazer ao conjunto da comunidade acadêmica dedicada aos temas da “nova” história militar, e à própria Marinha, um olhar introspectivo sobre sua história, percebendo nela muito mais que os grandes nomes do Almirantado, dos feitos honrosos e gloriosos das batalhas enfrentadas no mar; existem outros temas, talvez não tão bélicos, mas da mesma forma capaz de deixar profundas marcas e eximir outras.

Aspectos ligados às “vitórias” nas guerras (e porque também não dizer as derrotas) têm importância para a construção da memória institucional e da identidade profissional dos seus efetivos. Contudo, a aproximação com a tendência “antropologizante”³ da nova história militar ciosa dos aspectos simbólicos do poder e

²BIBLIOTECA NACIONAL (Doravante BN), Periódicos: 1850 e 1851; set/dez de 1855. Aqui fazemos referência às observações de Oficiais e Comandantes da Marinha sobre a organização de pessoal como um dos temas levantados em algumas edições da Revista Marítima Brasileira.

³SOARES, Luis Carlos e VAINFAS, Ronaldo. *Nova história militar*, p. 121. Apud: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

das culturas políticas, em particular que vem sendo empreendida principalmente pelos historiadores acadêmicos, pode auxiliar inclusive na compreensão e orientação do porquê da tomada de algumas decisões em detrimento de outras pelos “grandes vultos” históricos. Ou, como melhor se posicionam os organizadores da coletânea *Nova história militar brasileira*,

(...) entendendo que os militares brasileiros não se encontram isolados da sociedade abrangente, embora possam guardar uma relativa autonomia em alguns aspectos e épocas específicas.⁴

É exatamente dentro desse contexto de análise que nosso trabalho se insere e, apesar de estarmos tratando de aspectos inerentes à história institucional da Marinha em meados do século XIX, não podemos fazer distinção em relação à história mais ampla contemplada nesse trabalho em seus aspectos políticos.

Não sabemos precisar ao certo quando a ideia para essa pesquisa tomou forma. Foram vários momentos históricos e políticos que marcaram, tal como a trajetória da Companhia de Aprendizes, nosso caminho até aqui. Talvez pudéssemos demarcar como início nosso fascínio pelas “coisas do mar”. Ou, ainda, o primeiro livro que chegou às nossas mãos de maneira inusitada, escrito pelo jornalista Edmar Morel – *A Revolta da Chibata*. Pode ser também pelos acalorados momentos experimentados nos anos 2010, quando a Revolta dos Marinheiros completava seu primeiro centenário e ali, no Mestrado em História Social, desenvolvia pesquisa sobre aquele tema. Da mesma forma inusitada quando ampliamos nosso círculo de verdadeiras amizades acadêmicas, que se consolidaram ao redor dos debates sobre a Revolta da Chibata estendendo-se até hoje. Seja como for, precisávamos de maior especificidade de conteúdo para avançar.

Em nossa dissertação de Mestrado em História nos ocupamos em discutir as memórias centenárias do movimento reivindicatório dos marinheiros e seus usos políticos pelo movimento negro brasileiro. Caminhamos de 1910 para 2010.⁵ No entanto, uma pergunta sempre nos inquietava. Quem eram esses marinheiros? Edmar Morel nos deu algumas pistas ao lançar luz sobre a vida e os feitos de João Cândido, reconhecido líder do movimento de 1910.

⁴CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor. KRAAY, Hendrik (org.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 12.

⁵DIAS, Jorge A. “O tio navio revolta-se contra o sobrinho presidente”. *Historiografia e os usos políticos da memória da Revolta dos Marinheiros de 1910 pelo Movimento Negro Brasileiro*. Vassouras: USS, 2012.

Porém, a pergunta ainda permanecia sem resposta quando tivemos contato com a dissertação de Mestrado em História do professor Álvaro Nascimento – *Marinheiros em Revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)*.⁶ Em sua pesquisa acadêmica o professor Álvaro procurou desvendar as motivações dos marinheiros para a revolta. O caminho encontrado por ele, ou melhor, os fios seguidos foram as formas utilizadas pela Armada⁷ para recrutar indivíduos para tripular os navios de guerra, o rigor das medidas disciplinares representados pelos castigos corporais e o uso da chibata.

Por intermédio de sua pesquisa inovadora pela época em que foi realizada, pudemos encontrar outras pistas. Mas aquela pergunta ainda incomodava, deixando ainda mais viva nossas inquietações. Quem eram esses marinheiros e por que submetê-los aos castigos físicos se haviam passado pela Escola de Aprendizes de Marinheiros?

Pouco tempo depois o professor José Miguel Arias Neto, após duas ou três palavras trocadas durante o Seminário do Centenário da Revolta dos Marinheiros realizado em 2010, disponibiliza por e-mail sua tese de Doutorado - *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)*.⁸ Nela, procurou articular a transformação material e de pessoal, suas implicações na relação entre oficiais e praças da Armada Imperial e Republicana. Buscou também compreender a dinâmica política e social na qual estava inserida a Marinha de Guerra.

Ao recebê-la, tivemos certeza de que nossas perguntas teriam enfim respostas. A inexperiência acadêmica em pesquisa não permitiu que enxergássemos naquele trabalho outro campo de possibilidades ou seu respectivo valor cognitivo. Desconsideramos, por um instante, o alerta básico emitido a todos os pesquisadores da área de História segundo o qual não podemos evitar olhar o passado senão de um ponto de vista particular. E esse ponto de vista particular remetia agora considerar não apenas quem eram os marinheiros, mas seu local de instrução e qual tipo de formação profissional teriam recebido.

Um pouco mais à frente, outra amizade acadêmica, distante geograficamente, mas perto graças aos avanços da tecnologia, remeteu-nos sua tese acadêmica – *Nous*,

⁶Nascimento. Álvaro Pereira do. *Marinheiros em Revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)*. Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1997

⁷Daqui para adiante os termos - Armada e Marinha - serão utilizados como sinônimos.

⁸ARIAS NETO. *Em busca da cidadania: praças da Armada nacional, 1867-1910*. Tese de Doutorado em História, USP, 2001.

*Marins, citoyens brésiliens et républicains: identités, modernité et mémoire de la revolte des maletots de 1910.*⁹ Nela, a professora Silvia Capanema procurou não apenas as possíveis causas da Revolta como também traçar um perfil identitário e biográfico de alguns marinheiros e lideranças do movimento nos anos anteriores a 1910. Nesse sentido, buscou compreender como os ideais dos marinheiros reproduziram significados tornando suas experiências em ações inteligíveis.

Outras produções acadêmicas inspiradas pelas efemérides da revolta chegaram ao conhecimento público compondo conjuntamente com as diferentes manifestações artísticas e culturais um quadro memorialístico sobre a revolta dos marinheiros. Em contrapartida, o historiador naval Hélio Leôncio Martins deixava registrado em seu trabalho – *A revolta dos Marinheiros e 1910* -¹⁰ que o movimento dos marinheiros não passava de um ato de indisciplina marcando de forma negativa a história naval do Brasil. Reforçava sua tese afirmando que o recrutamento feito nos níveis mais baixos da população, a instrução deficiente dos marinheiros associada a uma legislação “defeituosa” e ao descompasso entre aquisição de novas e modernas embarcações com pessoal desqualificado teriam sido o estopim da revolta. Pronto! Aparentemente todas as nossas questões anteriores haviam sido respondidas e não cabia mais nos debruçarmos sobre esse objeto. Será?

Restava então elaborar um projeto de pesquisa para o Doutorado em História que procurasse trabalhar uma questão pouco observada pela historiografia que havia se dedicado ao tema da instrução dos marinheiros. A mudança de nomenclatura ocorrida em 1885, quando as Companhias de Aprendizes passam a ser denominadas de Escolas de Aprendizes de Marinheiros. O objeto chamou atenção do CPDOC pela originalidade e também pela possibilidade da pesquisa ser desenvolvida sob a perspectiva da interdisciplinaridade envolvendo as áreas de História e Educação. Assim, demos início à nossa empreitada. Mas os caminhos mostraram-se tortuosos. E aquelas questões aparentemente respondidas ainda ecoavam como som dentro de uma caixa de ressonância.

⁹ALMEIDA, PEREIRA. Sílvia Capanema Pereira de. *Nous, Marins, citoyens brésiliens et républicains: identités, modernité et mémoire de la revolte des maletots de 1910*. Tese de Doutorado em História. Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais em História da Civilização. Paris/Fr. 2009.

¹⁰MARTIS, Hélio Leôncio. *A Revolta dos Marinheiros de 1910*. História Naval Brasileira. Rio de Janeiro: MM/Serviço de Documentação da Marinha, 1997.

Precisei de fôlego e mãos estendidas. Estas me foram dadas pelos professores Celso Castro e Adriana Barreto. No decorrer das orientações fui percebendo que mais importante do que procurar por respostas determinado por questões percebidas a partir de outras pesquisas; de valor incontestável diga-se antes de tudo, era procurar através do objeto de pesquisa relevantes questões que pudessem através de fontes já conhecidas, ou, a medida do possível de novas, responder as minhas próprias inquietações. Fui a luta!

Conforme destacado, as “coisas do mar” despertam em nós grande fascínio. E a grande tela, uma paixão que sempre nos acompanhou. Quando unidos, fascínio e paixão, tudo se torna melhor. Assim, filmes como: *Mar em Fúria*, *Mestres dos Mares: o lado mais distante do mundo*, *Mar adentro*, *Náufrago*, *As aventuras de Pi*, *Piratas do Caribe*, os épicos *O Encouraçado Potemkin* e *Titanic* e até mesmo os infantis *A Pequena Sereia* e *Procurando Nemo* procuravam retratar, em boa parte deles, a relação do homem com a natureza revelando muitas vezes o pior dos dois mundos.

Em 2015 é lançado no Brasil o filme *No Coração do Mar*. Baseado em uma história real, podemos sem medo de errar dizer que se trata de mais um filme que se baseia na conflituosa relação do homem com a natureza trazendo como pano de fundo o surgimento da lendária baleia Moby Dick. No entanto, um detalhe nos chamou atenção no que diz respeito às tensões existentes a bordo nos momentos de perigo geradas entre um Capitão inexperiente alçado ao posto por ser nobre e um experiente primeiro oficial marinheiro, menos abastado, mas que sonhava um dia chegar ao posto de comando por méritos e realizações próprias. Essa tensão nos remeteu diretamente ao já consagrado texto de Norbert Elias presente em quase todos os trabalhos que fazem referência à constituição das Marinhas – *Estudos sobre a gênese da profissão Naval*.¹¹ Elias descreve que na marinha inglesa, tanto tarpaulins como comandantes cavalheiros poderiam se tornar oficiais. No filme, isso aparece de forma bastante compreensível. Aquele som, daquela caixa de ressonância ecoava mais alto e com mais força.

Nossas pesquisas e algumas fontes apontavam para uma realidade diferente e quase intransponível no que toca a ascensão das praças de Marinha no Brasil do século XIX, em se tratando de uma Marinha luso-brasileira que emerge a partir do pós- emancipação

¹¹ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão Naval. Apud: *Escritos & Ensaios: Estado, Processo, Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, pp. 69-111. **Tarpaulins**: indivíduos das camadas mais pobres. **Comandantes Cavalheiros**: indivíduos das classes mais altas.

política de 1822, herdeira direta da Marinha Portuguesa. Tendência que se estenderá no Brasil durante todo o primeiro reinado até as últimas décadas do segundo.

Por essas e outras questões demos ouvidos aos sons e o foco do trabalho tomou “novos” rumos e tivemos que dar algumas braçadas a mais para incorporar, sem descaracterizar, o projeto inicial da pesquisa. Procedimento normal ao considerarmos que o presente bem referenciado e definido dá início ao processo fundamental do ofício do historiador.¹²

Como deixamos transparecer, a Revolta dos Marinheiros de 1910 foi o *start* para o procedimento de investigação dessa pesquisa. E como tal, nossas experiências vividas somadas às referências apresentadas foram de grande valia na formulação de nossa hipótese investigativa. Afinal, se em 1910 os marinheiros que já haviam sido submetidos *a priori* a um processo de instrução e educação por intermédio das Companhias de Aprendizes, sendo esses marinheiros em sua grande maioria egressos das companhias, o que justificaria o movimento então? Atos de indisciplina? Mas o papel das Companhias não era disciplinar? O recrutamento era feito nas classes mais baixas da sociedade? Mas o papel das Companhias não era instruir? O descompasso entre tripulação e os novos e modernos navios? Mas o papel das Companhias não era institucionalizar e enfardar o marinheiro?

Desenvolvemos nesse trabalho a ideia de que as Companhias de Aprendizes Marinheiros foram fundamentais no processo “parcial” e “incompleto” de profissionalização dos marinheiros iniciado em meados do século XIX. Mesmo que insuficientes e parcialmente capazes em relação àquilo que originariamente se destinavam, as Companhias serviram para apontar as contradições existentes historicamente na relação entre recrutamento e composição das praças; um relativo protagonismo dos Oficiais e Ministros da Marinha militares na formulação de uma conduta política institucional que colocasse em prática uma efetiva profissionalização para os marinheiros; uma instituição pública para jovens que pudesse fornecer educação, tão rara aos “indivíduos do comum”; e, por fim, a custódia e guarda desses jovens.

Conforme relatos do Capitão-tenente Eusébio de Paiva Legey de 1881-2, responsável pela Companhia de Aprendizes do Rio de Janeiro, criada em 1840, e pelas

¹²LE GOFF, Jacques. Prefácio. Apud: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 25.

observações apresentadas no relatório do Ministro do Conselho Naval e Chefe de Divisão Carneiro da Rocha sobre a Companhia de Aprendizes do Rio Grande do Norte,¹³ nas quais ambos afirmavam que a falta de instrução recaía sobre a imperícia dos mestres, e não pelo desinteresse dos alunos. Da mesma forma, a falta de fardamento e a precariedade das instalações e do próprio aquartelamento reclamados pelos Oficiais, não podem recair sobre os aprendizes. Por isso, devemos olhar para a fragilidade da conduta política governamental afastada das demandas oriundas da percepção dos Oficiais da Marinha e dos sinais representados pelo conjunto de repertórios reativos ao processo de implantação do projeto Companhia de Aprendizes em relação às finalidades a que se destinavam.

Corroborar com essa nossa assertiva o fato de que após 1885, as Companhias de Aprendizes terem sucessivamente sido incorporadas a um processo de profundas transformações com algumas sendo extintas, recriadas, reformuladas; mas resistindo até os dias de hoje.

Todavia, desde a criação em 1840, da primeira Companhia de Aprendizes no Rio de Janeiro, e a partir de 1855 em outras 17 províncias, elas sempre exerceram um importante papel político e social nos contextos das políticas internas e externas da Marinha. Seja como uma conduta política institucional originada, formulada e implantada (parcialmente) com base nas experiências vividas pelo conjunto de Oficiais e Ministros Militares a partir da percepção das interdependências entre oficiais e marinheiros; ou como conduta política governamental para a Marinha, um projeto político com vistas a tê-las funcionando como um grande repertório de contenção atuando no fortalecimento da ideia de Estado e Nação, em construção.

Não podemos desconsiderar que algumas variáveis estiveram presentes nesse processo e que foram consideradas no âmbito desse trabalho, tais como: o conjunto de normas e leis vigentes às quais a Marinha submetia seus quadros oriundos de uma legislação produzida do outro lado do Atlântico, ou melhor, da Marinha portuguesa; práticas de recrutamento aplicadas em sua grande maioria de maneira forçada de forma seletiva; ideias e concepções orientadas a partir de uma elite política imersa em uma cultura política inscrita num período de revolvimentos políticos e formação de “consensos”

¹³Biblioteca Nacional (doravante BN). Relatório do Capitão-tenente Eusébio de Paiva Legey. Seção de Manuscritos 15.3.15, 1881-2.

Arquivo Nacional (doravante AN). Relatório de Carneiro da Rocha. Série Marinha, III M 701 B5 Codes.

tendo por base a constituição e manutenção de interesses comuns como a escravidão e a defesa de uma economia de base agrícola exportadora.

Dito isso, nossos objetivos para esse trabalho foram destacar os momentos históricos e políticos percorridos para que fosse criada a Companhia de Aprendizes de Marinheiros em 1840; consequentemente, discutir esse processo à luz das diferentes ideias que giravam em torno dessa ação e das diferentes possibilidades de seus usos políticos; e, ainda, examinar com base nas legislações específicas referente à criação e regulamentação das Companhias, como elas se consolidaram em uma política governamental.

Graças à fertilidade do tema, às possibilidades que foram abertas pelas perspectivas na nova história militar e à circularidade dos saberes, não navegamos solitários por esse mar. De norte a sul do Brasil, historiadores e educadores têm se ocupado em pesquisar as Companhias de Aprendizes de Marinheiros, revelando a força e vigor desse objeto para os estudos do Oitocentos e dos anos iniciais da Primeira República.

Do Nordeste brasileiro quatro trabalhos enfocam sucessivamente a atuação das Companhias de Aprendizes de Marinheiros na Bahia, em Parnaíba/PI, no Maranhão e em Pernambuco. O primeiro é inteiramente dedicado à Companhia durante os anos Republicanos de 1910-1945. Os últimos estão inseridos no contexto histórico de sua criação em meados dos anos de 1850, até os primeiros anos da República.

A dissertação de Mestrado de Raul Coelho Barreto Neto: *Marujos de primeira viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945)*¹⁴ têm como particularidade o recorte temporal, com isso apresentando um “novo” contexto permeado pela análise realizada dos ideais de educação republicano e ao panorama educacional baiano daquela época. No entanto, a exemplo dos trabalhos abaixo, procurou dar ênfase ao perfil daqueles que ingressam na Companhia, o cotidiano dos aprendizes e a importância para a Marinha do desenvolvimento técnico-profissional ofertado.

O livro de Rozenilda Castro: *A escola de Aprendizes Marinheiros de Parnaíba/PI*,¹⁵ originário de sua dissertação de Mestrado em Educação sob o título: *Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí – 1874-1915* procurou revelar um

¹⁴BARRETO NETO, Raul Coelho. *Marujos de primeira viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945)*. Dissertação de Mestrado em História Regional e Local. UEB, 2009.

¹⁵CASTRO, Rozenilda. *A escola de Aprendizes Marinheiros de Parnaíba/PI*. 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 2013.

aspecto do qual têm se ocupado os especialistas em educação: adentrar o universo do ensino militar. No caso da autora, no ensino militar proposto pela Marinha por intermédio da Companhia de Aprendizes da província do Piauí. Para o desenvolvimento de sua pesquisa, ela propôs estudar a história da Companhia enquanto instituição educativa.

Na dissertação de Mestrado em História de Tarantini Pereira Freire: *Militarização infantil e controle social no Maranhão provincial: em busca de pequenos marinheiros para a Armada (1870-1900)*,¹⁶ o autor procurou dar ênfase ao modo como os recrutamentos infantis eram realizados naquela província e os desdobramentos dessa ação ministerial, que consistia, segundo Tarantini Freire, em transformar meninos pobres em marinheiros.

Wandoberto Francisco da Silva, por intermédio da dissertação de Mestrado em História Social da Cultura Regional apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco: *Guerreiros do Mar: recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857-1870)*¹⁷ entende que Guerra do Paraguai emerge em um contexto social específico para a província de Pernambuco, por intermédio do qual as elites e autoridades locais lançam mão do recrutamento a fim de retirar das ruas uma infância que “precisa de cuidados e investimentos” a serem administrados pela Marinha de Guerra.

Da região Sul do país outros três trabalhos e um artigo têm como objeto as respectivas Companhias de Aprendizes instaladas nas províncias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. *A Escola de Aprendizes Marinheiros e as crianças desvalidas: Desterro (SC), 1857-1889*¹⁸; e “*Escreveu não leu, o pau comeu*”: *a escola de aprendizes-Marinheiro de Santa Catarina (1889-1930)*¹⁹ foram pesquisadas realizadas respectivamente por Vêlor Pereira Carpes da Silva e Gisele Terezinha Machado, ambas situando-se no campo da História da Educação. E aparece quase como um estudo de continuidade abarcando um período grande da história da Companhia de Aprendizes de Santa Catarina (1857-1930).

¹⁶PEREIRA FREIRE, Tarantini. *Militarização infantil e controle social no Maranhão provincial: em busca de pequenos marinheiros para a Armada (1870-1900)*. Dissertação de Mestrado em História, UFMA, 2014.

¹⁷SILVA, Wandoberto Francisco da. *Guerreiros do Mar: recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857-1870)*. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura Regional. UFRPE, 2013.

¹⁸SILVA, Vêlor Pereira Carpes da. *A Escola de Aprendizes Marinheiros e as crianças desvalidas: Desterro (SC), 1857-1889*. Dissertação de Mestrado em Educação. UFSC, 2002.

¹⁹MACHADO, Gisele Terezinha. “*Escreveu não leu, o pau comeu*”: *a escola de aprendizes-Marinheiro de Santa Catarina (1889-1930)*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFSC, 2007.

Por conta disso percebemos que a preocupação de seus autores estava centrada principalmente em identificar como “a política educacional” implantada pela Companhia de Aprendizes agiu, por meio do “controle dos sujeitos, sobre os maus hábitos” da população de jovens pobres daquela província, na tentativa de (re) enquadramento destas crianças no espaço público.

Entre o período de defesa das dissertações apresentadas acima, o artigo: *Feios, sujos e malvados - Os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista*,²⁰ de autoria da professora Vera Regina Marquês e da pedagoga Sílvia Pandini, publicado pela Revista Brasileira de História da Educação em sua edição de 2004, não apresenta maiores novidades em se tratando do objeto trabalhado, ou das preocupações relacionadas com a educação elementar e profissional recebidas pelos aprendizes. O artigo revela, contudo, uma preocupação dos pesquisadores da área de educação no que tange ao destacado papel da Companhia de Aprendizes para aquele Estado.

Cosme Alves Serralheiro defendeu recentemente, pela Universidade Federal de Pelotas/RS, sua dissertação de Mestrado em História intitulada: *A consolidação do Império através da formação da Armada imperial na província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande (RS) (1860-1885)*.²¹ O autor procurou dar destaque ao impacto que a Companhia do Rio Grande teria causado na Província do Rio Grande, associando diretamente a criação do corpo de Imperiais Marinheiros e da Companhia de Aprendizes ao processo de profissionalização dos quadros da Armada Imperial à consolidação do Estado Imperial.

Da região central do Brasil, Matilde Araki Crudo²² e Saulo Álvaro de Mello²³ se debruçaram respectivamente sobre os Arsenais de Guerra e Marinha para lançar luz sobre o projeto de defesa, instrução e trabalho para aquela região. Como deixa transparecer, o espaço territorial ganharia importância na implantação dos projetos

²⁰MARQUES, Vera R. & PANDINI, S. *Feios, sujos e malvados: os aprendizes Marinheiros no Paraná Oitocentista*. Campinas: Revista Brasileira de História da Educação, Julho/dezembro, N. 8, 2004, pp. 85-104.

²¹SERRALHEIRO, Cosme Alves. *A consolidação do Império através da formação da Armada imperial na província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande (RS) (1860-1885)*. Dissertação de Mestrado em História, UFPel, 2017.

²²CRUDO, Matilde Araki. *Infância, trabalho e educação: Os Aprendizes do Arsenal de Guerra do Mato Grosso (Cuiabá, 1842-1889)*. Tese de Doutorado em História, UNICAMP, 2005.

²³MELLO, Saulo Álvaro de. *O Arsenal da Marinha em Mato Grosso: Projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873)*. Dissertação de Mestrado em História. UFGD, 2009.

políticos governamentais e as forças Armadas constituídas àquela época chamadas a executar esse papel.

Apesar dos trabalhos em foco não terem demonstrado como preocupação inicial a Companhia de Aprendizes de Marinheiros de Mato Grosso criada em 1857, o recorte temporal do qual se valem compreende o processo de criação e consolidação da mesma naquela província. A importância para nosso trabalho da apropriação que fazem os historiadores de seus objetos está em perceber os Arsenais como unidades propícias à circulação de experiências com diversas dimensões e capaz de produzir uma cultura política, dentro dos muros daquele complexo, sugerindo influências cruzadas entre presos, africanos livres, escravos de nação, diferentes trabalhadores, aprendizes artesãos, aprendizes marinheiros e oficiais.²⁴

Da região Sudeste chegaram outros quatro trabalhos acadêmicos tendo como objeto as Companhias de Aprendizes de Marinheiros, sob diferentes perspectivas. De Minas Gerais, Solyane Silveira Lima procurou dar ênfase em sua pesquisa à formação de crianças e jovens nos fazeres de marinheiro desenvolvido na Companhia de Aprendizes Marinheiros de Sergipe e na Escola de Alunos Marinheiros de Lisboa.²⁵ A autora partiu, como a grande maioria dos estudos dedicados ao tema, da ideia do tipo de educação proposta pelas instituições e a formação profissional para a falta de mão de obra qualificada. Mas, enxergou também que a formação *moral* de crianças e jovens desvalidos era quesito básico para a inserção social desses jovens na sociedade.

Edna Fernandes Antunes, na dissertação de Mestrado: *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a Marinha de Guerra Imperial (1822-1870)*,²⁶ analisando historicamente as questões do recrutamento e do engajamento de estrangeiros no período imediato pós Independência, aponta que nos anos regenciais tem início o processo de nacionalização da Armada, sendo para isso criado o Corpo de Imperiais Marinheiros, e ações que se expandiram por intermédio das Companhias de Aprendizes, vindo a constituir-se em iniciativa de instrução para a profissionalização dos marinheiros.

²⁴SOARES, Carlos Eugênio Líbano & GOMES, Flávio dos Santos. *Revoltas, Marinheiros e sistema Prisional no Arsenal de Marinha: notas sobre o trabalho compulsório e Cultura Política num Rio de Janeiro Atlântico (1820-1840)*. Campinas: Revista História Social, nº 12, 2006, pp. 11-33.

²⁵LIMA, Solyane Silveira. “Recrutá-los jovens”: a formação de Aprendizes Marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905). Tese de Doutorado em Educação. UFMG, 2013.

²⁶ANTUNES, Edna Fernandes. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a Marinha de Guerra Imperial (1822-1870)*. Dissertação de Mestrado em História, UERJ – Formação de Professores, 2011.

Para Mônica Regina Ferreira Lins, em sua Tese de Doutorado: *Viveiros de “homens do mar”: Escolas de Aprendizes-Marinheiros e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870-1910)*²⁷ ao abordar a formação elementar, profissional e militar dos aprendizes-marinheiros e aprendizes-artífices na Marinha Militar do Brasil do período compreendido entre o fim Guerra do Paraguai até a Revolta dos Marinheiros de 1910, a autora procurou descortinar quais as mudanças qualitativas, contradições e conflitos na organização interna do trabalho concorreram para a produção de um modelo formativo dos futuros “homens do mar”.

Partiu então da ideia de que a abordagem sobre o que seriam as experiências formativas dos aprendizes acontecia em múltiplas dimensões da vida e não somente através de aulas ou programas de estudos oficiais, de compêndios ou de regras disciplinares repercutidas reiteradas vezes.

Ao que nos parece, a ideia de experiências formativas compartilhadas descritas pela autora como de inspiração Thompsiana, orientada por uma área do conhecimento que visa pela perspectiva mais ampla da construção e reconstrução do espaço público interdisciplinar e formação humana ter se encaixado academicamente de forma condizente àquilo que se propôs a autora. Abrindo outras possibilidades ao estudo do processo de institucionalização e enfardamento da marinhagem.

No ano de 2016, Wagner Luiz Bueno dos Santos apresenta a dissertação: *A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial*.²⁸ Nela, o autor trabalha com a ideia da criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros como primeiro espaço dedicado à preparação, instrução e educação de menores para a formação de praças para a Armada Imperial, integrando-se ao projeto de Estado que estava sendo forjado a partir dos anos de 1840, vindo posteriormente a constituir-se em um projeto de envergadura nacional.

Como podemos ver, a produção acadêmica sobre as Companhias de Aprendizes não é parca. A variedade e diferentes apropriações do tema têm demonstrado que para além de aspectos historicamente inquietantes como recrutamento, eugenia, disciplina e

²⁷LINS, Mônica Regina Ferreira. *Viveiros de “homens do mar”: Escolas de Aprendizes-Marinheiros e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870-1910)*. Tese de Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana, UERJ, 2012.

²⁸BUENO DOS SANTOS, Wagner Luiz. *A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial*. Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 2016.

castigos corporais existem outras possibilidades de estudos que podem partir, ou não, desses temas inquietantes, mas serem analisados de formas e sob contextos diferentes.

Apesar de alongada, a exposição desses trabalhos tornou-se importante à medida que podemos inserir o nosso como mais um trabalho acadêmico que parte de uma situação inquietante particular articulada com todas as outras sem, contudo, perder a sua originalidade. Referimo-nos aqui também ao quadro referencial teórico e à metodologia utilizada.

Estou convencido do caráter sistemático e sumário que adotamos para levar a bom termo o que propusemos desenvolver neste trabalho. A organização do conhecimento desenvolvido levou em consideração a formação de âmbitos de conhecimentos interdisciplinares.

Da Sociologia considerada clássica nos apropriamos de Max Weber e de seu conceito teórico abstrato de “tipo ideal” para auxiliar na reflexão sobre qual tipo de marinheiros era “desejado”. De Weber procuramos nos aproximar ainda mais para analisarmos o período de crescimento e consolidação do grupo político alinhado ao *Regresso* para compreendermos a dominação consensual exercida por esses atores políticos aos demais indivíduos daquele momento histórico e político.²⁹

De uma Sociologia com enfoque contemporâneo dialogamos com conceitos sociológicos considerados fundamentais por Norbert Elias (figuração, interdependência, engajamento) e Charles Tilly (repertórios reativos e de contenção). Esse conjunto de conceitos teóricos foi importante, pois incluem expressamente os seres humanos em sua formação, desvelando o caráter relacional das atitudes e ações dos grupos sociais estudados nesse trabalho, como marinheiros e oficiais. Percebemos como tais conceitos podem ser utilizados nos trabalhos de historiadores preocupados em compreender o processo através do qual os atores sociais interagem e formam sistemas observáveis.³⁰

Da Filosofia tomamos por empréstimo a ideia da Fenomenologia do Espírito de Hegel, que nesse trabalho emerge como um fio condutor para compreendermos e percorrermos o caminho das experiências da consciência de oficiais e marinheiros no seu processo de institucionalização. Ou melhor, o processo de formação do sujeito para o saber, unindo

²⁹WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. 14ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2007

³⁰ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. _____. *O Processo Civilizador, volume II. Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

TILLY, Charles. *Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834*. Social Science History, no 17. _____. *Identities, boundaries & social ties*. Boulder, CO/Londres: Paradigm Publishers, 2005.

dialeticamente as experiências da consciência que encontram expressões exemplares na história.³¹

O conceito de Poder Arendtiano pensado para esse trabalho emerge essencialmente na capacidade da ação dos homens para fundar algo inteiramente novo. O poder é inerente a qualquer comunidade política e resulta da capacidade humana para agir conjuntamente, sob o consenso de todos.³²

Do historiador marxista Edward Thompson vem o interesse pelo conceito, cunhado por ele, de experiência histórica, bem como a ideia de experiências vividas e experiências percebidas, para entendermos como elas interagem com as ações reconhecidamente históricas dos diferentes atores políticos analisados nesse trabalho.³³

Pode parecer à primeira vista que os referenciais teóricos de certo modo variados possam mais confundir que explicar, ou mesmo que não consigam desatar nenhum dos nós que foram dados quando optamos por esse objeto e delimitamos nossos objetivos. Convém salientar, mais uma vez, que nossa experiência de vida está subliminarmente inserida nesse trabalho intelectual e que durante todas as fases de sua elaboração procuramos examiná-la e interpretá-la continuamente, ao ponto de afirmarmos que vários “pensamentos marginais” foram afastados por intermédio do desenvolvimento de hábitos reflexivos orientados pelos referenciais mencionados.

Com isso, nos distanciamos de um trabalho meramente técnico e incorporamos a perspectiva de um cientista social, cuja qualidade pode ser mensurada exatamente pela combinação de ideias, sendo que até onde nos foi possível observar pelo sumário acadêmico apresentado, nenhum foi capaz de propor ideias dessa forma combináveis. Com isso, deixamos exposto um espírito lúdico por trás desse tipo de combinação, um esforço verdadeiramente intenso para compreender o nosso objeto.³⁴

A metodologia proposta para esse trabalho foi a análise de discurso com base em dois dispositivos utilizados em momentos distintos. O primeiro, ao analisar os discursos dos Ministros da Marinha, Deputados e Senadores em exercício do cargo nas

³¹HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Trad. De Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992.

³²ARENDT, Hannah. *Poder e violência*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

³³THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. SP, São Paulo. Ed. Monsanto, 1978.

³⁴MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual*. Apud: CASTRO, Celso. *Textos básicos de Sociologia: de Karl Marx a Zygmunt Bauman*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 129-151.

respectivas casas legislativas quando das discussões sobre a criação das Companhias de Aspirantes Marinheiros, em 1833. Como será observado adiante.

Ali foi fundamental perceber que a todo instante eram utilizadas como técnicas argumentativas da retórica “o discurso em plenário” no sentido de convencimento com base em argumentos quase lógicos em relação à tese da adesão inicial. Ou, explicando melhor, muitas das incompatibilidades percebidas entre indivíduos favoráveis e contrários à ideia da criação da ideia original das Companhias de Aspirantes Marinheiros não entendiam a proposta pelos seus aspectos formais e sim pela natureza das coisas, ou suas interpretações humanas.³⁵

O segundo dispositivo foi utilizado para responder a uma sequência de questionamentos que foram sendo formulados a partir da proposta de Criação das Companhias Fixas de Aprendizes de Marinheiros, em 1836. Os atores políticos, os mesmos. Mas, o que queríamos realmente era reconhecer a origem dos discursos, as falas invisíveis costuradas no intradiscurso de importantes atores políticos reinseridos neste debate – Salvador José Maciel, Ministro da Marinha e José Joaquim Rodrigues Torres, Deputado, um moderado “ingressante” na corrente *Regressista*.

Para isso, recorreremos ao uso das incisivas discursivas como um dispositivo originariamente desenvolvido pela professora Freda Indursky em sua tese de Doutorado.³⁶ Trata-se de uma análise da heterogeneidade não marcada própria do discurso. Em outras palavras, o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima.

Como enunciado acima os discursos das autoridades navais constituídas, Deputados e Senadores foram utilizados nesse trabalho como objeto de análise e também como fontes. Para tal procuramos nortear algumas partes do trabalho a partir dos discursos, ou dos relatórios Ministeriais da pasta da Marinha quando apresentados anualmente às Casas Legislativas de forma compulsória. Além desses relatórios ministeriais, compõem o corpus documental desse trabalho: os Anais da Câmara e Anais do Senado (em diferentes temporalidades); diferentes legislações dispostas nas Coleções de Leis do Império; Relatórios dos Presidentes das Províncias; diversos ofícios e documentos encaminhados pelos oficiais da Marinha ao inspetor do Arsenal ou

³⁵PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

³⁶INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise dos discursos presidencial da terceira República Brasileira (1964-1984)*. Tese de Doutorado em Linguística. Unicamp, 1992.

aos Ministros da Marinha; ofícios dos Inspectores do Arsenal aos Ministros da Marinha; Relatório do Comandante da Companhia de Aprendizes do Rio de Janeiro e relatórios e correspondências diversas consultadas junto à seção de Marinha sob a guarda do Arquivo Nacional. Além desses documentos foram também consultados exemplares da Revista Marítima Brasileira (1850-1) e alguns jornais da época depositados na Biblioteca Nacional.

Porém, as dificuldades para a identificação dos acervos nas instituições de guarda e acesso as fontes foi uma constante durante este trabalho. Aliado a isso nos deparamos com as greves “justas” de servidores do Arquivo Nacional, catalogação de documentos de forma equivocada, documentos com alto grau de dificuldade de manuseio e consulta, devido ao tempo associada à péssima conservação dos mesmos. Aparentemente nenhuma novidade em se tratando dos “bastidores” de uma pesquisa em arquivos, mas esses processos ocasionaram aumento maior de tempo necessário à pesquisa, análise e escrita do trabalho.

Apesar de contar com diferentes fontes documentais que propiciou a realização desta tese, aqueles que seriam considerados específicos permitindo uma aproximação às experiências cotidianas dos aprendizes de marinheiros na Companhia do Rio de Janeiro ainda não foram localizados. Do mesmo mal foi cometido o historiador Wagner Bueno, em sua pesquisa sobre objeto análogo.

Todavia, foi no processo de transformação do conjunto de documentos trabalhados em algo de utilidade à operacionalização dos objetivos propostos para este trabalho que a pesquisa foi estruturada. E tanto a criação, como principalmente, a consolidação da Companhia de Aprendizes do Rio de Janeiro pôde ser trabalhada a partir do cruzamento de diferentes dados e informações referentes as companhias criadas a partir de 1855 (Pará e Bahia), conforme demonstrado no último capítulo.

Ao leitor interessado em debruçar-se sobre este trabalho, por interesse acadêmico ou mera curiosidade, oriento que não deve se assustar com o número excessivo de paginas, pouco usual nos dias de hoje, em se tratando de uma tese acadêmica. Principalmente também à algumas regressões feitas no sentido de privilegiar todo o trabalho de pesquisa realizado por intermédio das referências bibliográficas e temas correlatos trabalhados fundamentalmente nos dois primeiros capítulos.

Feitas as devidas observações sobre a constituição deste trabalho e de como foi construído importa agora destacar aquilo que foi disponibilizado em capítulos.

A tese esta estrutura em quatro capítulos e foi pensada de forma que eles pudessem estar assimétricos em relação ao número de páginas. Mas, devido ao uso, em alguns capítulos de imagens e tabelas, mais que em outros, isso não foi completamente possível. No primeiro capítulo - *O mar como cenário, o navio como palco* – procuramos com base nos trabalhos historiográficos acadêmicos e navais sobre a transmigração da família Real Portuguesa para o Brasil e emancipação política de 1822, lançarmos mão dos diferentes momentos históricos e políticos como elementos sobre os quais pudéssemos levar a cabo as reflexões sobre o papel desempenhado por esses dois momentos específicos, propícios para diferentes ideias e posições políticas circularem nos mais diferentes espaços institucionais, abarcando conseqüentemente diferentes indivíduos, causando impactos variados naquilo que já conhecia abrindo “possíveis” e diferentes campos de possibilidades.

No segundo capítulo, que é nomeado - *Aumenta a temperatura em Terra e Mar* – é apresentada uma breve discussão sobre a abdicação, tendo por referência trabalhos historiográficos e fontes referentes ao tema. Essa incursão a determinado período da nossa história que antecede ao momento histórico e político da criação da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio de Janeiro em 1840 justifica-se à medida que procuramos estabelecer com base nos diferentes projetos políticos que estavam em jogo durante os primeiros anos das regências (1831-1833), e imediatamente após, mediados por “novos” revolvimentos políticos e institucionais, como foi sendo paulatinamente construída a ideia da institucionalização e enfardamento dos marinheiros, assim como foi a apropriação dessas ideias, e sua conseqüente implantação.

No terceiro capítulo - *Diferentes dizeres de diferentes sujeitos em tempos diversos: as discussões sobre a criação das quatro primeiras Companhias de Aprendizes de Marinheiros na Câmara e no Senado em 1836* – foram dadas ênfase, após uma reflexão sobre o momento histórico e político inscrito entre os anos de 1834-36, aos discursos na câmara e no senado, proferidos por diferentes atores políticos (deputados e senadores) quando da proposta de fixação das forças de mar e da criação das Companhias Fixas de Aprendizes Marinheiros, apresentada em relatório pelo então ministro da Marinha Salvador José Maciel, que viriam a se tornar, um modelo de utilidade pela qual foram moldadas a Companhia de Aprendizes e o Corpo de Imperiais Marinheiros (1840).

No quarto e último capítulo - *Criar, Regular, Arregimentar, Fixar e Expandir: a consolidação da “esperança” da Marinha Nacional e Imperial: a Companhia de Aprendizes Marinheiros* – procuramos estabelecer de imediato uma contextualização

entre os anos de revolvimento político identificado pela ascensão e consolidação da força política *Regressista* com a conduta política institucional que estava sendo colocada em prática na Marinha. Trazemos ainda, com base nas documentações disponíveis – leis, relatórios ministeriais e documentos referentes a Marinha – as etapas do processo de criação e consolidação da Companhia de Aprendizes Marinheiros, já como uma conduta política governamental.

Por fim, nas considerações finais, revisito as principais questões apresentadas na tese procurando esclarecer e desatar qualquer nó de marinheiro que tenha ficado sem a devida observação e reflexão.

CAPÍTULO I

O mar como cenário, o navio como palco

“A vitória dependia do mar” é uma expressão extraída de uma passagem do livro: *História do Império: a elaboração da Independência*, de Tobias Monteiro.³⁷ O autor procurava deixar claro aos leitores a importância que o mar, e o domínio sobre ele, trouxeram ao desenrolar dos acontecimentos no período pós-emancipação política do Brasil em relação a Portugal em 1822. O país independente politicamente seria dependente do mar, aliás, como sempre foi, e consequentemente de uma Marinha que, pelas palavras do Almirante Lucas Alexandre Boiteux, almejava se construir a partir daquele evento como “forte, homogênea e exercitada.”³⁸

Esses aspectos nos levaram a pensar e a questionar sobre em que condições e condicionantes o mar, e a Marinha como uma instituição que deriva sua ocupação dos mares por meio de navios foram se constituindo em importantes elementos a serem privilegiados, tomando por referência o papel desempenhado por ambos como cenário e palco das possíveis mudanças decorrentes do desdobramento da emancipação política do Brasil; assim como, na vida daqueles que faziam do trabalho nos navios sua vida.

Para que pudéssemos pensar e dar sentido aquilo que propomos para esse primeiro capítulo, tendo por base o mar como cenário e o mar como palco, apreender como os historiadores perceberam o processo que culminou com a chegada da família real portuguesa no Brasil e a partir desse evento as consequências dessa ação, cujos protagonistas, além de atores políticos foram o mar e o navio.

1.1 – A transmigração da Corte de Portugal para o Brasil: olhar historiográfico

Conforme destaca o historiador Marcelo Basile, apoiado na tese clássica da também historiadora Maria Odila, a “transferência” da corte portuguesa para o Brasil em 1808 é o marco inicial do processo de independência política do Brasil.³⁹ Esse

³⁷MONTEIRO, Tobias. *História do Império: a elaboração da Independência*. São Paulo: Edusp, Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

³⁸BOITEUX, Lucas Alexandre. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939.

³⁹BASILE, Marcelo. *O Império Brasileiro: Panorama Político*. Apud: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990. SILVA, Maria Odila. *A interiorização da metrópole (1808-1853)*. Apud: MOTTA. Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Ed.

aspecto tomou forma em novos debates principalmente, mas não exclusivamente, ao se aproximar a data “comemorativa” do bicentenário da chegada da Corte ao Brasil. Isso, em função da possibilidade historiográfica de analisar essa questão, tendo por referências diferentes e possíveis vias interpretativas de como o país construiu sua independência.

Todavia, não nos parece que essas vias ao longo dos anos tenham evitado o diálogo a ponto de causar um mal-estar historiográfico. Afinal, no arco temporal compreendido entre 1808 e 1822, o Brasil passaria por mudanças importantes, dentre elas, em seu status de Estado do Brasil colonial, aspectos esses que vêm sendo demonstrados em diferentes estudos; a existência de Brasil em luta, conduzido por um fio condutor de experiências políticas e sociais; algumas delas espacialmente enraizadas e cada qual defendendo interesses, às vezes divergentes, e inseridos em um ordenamento político que garantisse seus interesses.

A transmigração de Portugal para o Brasil toma forma quando as tropas de Napoleão, que já ocupavam a Espanha, avançam sobre Lisboa; deixando claro que essa decisão emergiu como estratégia de enfrentamento ao complexo quadro de adversidades político-militares enfrentadas por Portugal.⁴⁰ Raymundo Faoro destacava que:

A dinastia de Bragança cumpria, a 29 de novembro de 1807, um destino já entrevisto pelo primeiro rei dessa casa, d. João IV. As dificuldades da restauração se resolveriam com o Brasil independente, já a única colônia que sustentava a monarquia, a “vaca de leite” da metrópole. O plano se faz realidade, com o furacão napoleônico desencadeado sobre a Europa, no momento em que muitos reis perdem o trono ou o entregam à voracidade das armas francesas. O Brasil, sustentáculo do reino, torna-se seu refúgio (...).⁴¹

Com essa decisão, além de evitar uma guerra iminente, a aliança com a Inglaterra e a fuga para o Brasil foram as melhores alternativas, naquele momento, para a

Perspectiva, 1972. Ainda que anteriormente tenhamos usado o termo transferência para nos referirmos à chegada da Corte portuguesa ao Brasil, o termo transmigração a partir de agora e no decorrer desse trabalho, nos parece ser o mais adequado. Isso ocorre em função de se ter feito chegar ao Brasil uma parte importante do aparato administrativo, político e militar da corte portuguesa, que representa acima de tudo a passagem do “espírito” entre corpos continentais.

⁴⁰GOUVÊA, Maria de Fátima A. Silva. *Poder Político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)*. Apud: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 288.

⁴¹FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª Ed. Porto Alegre: Globo, 1979, p. 248.

manutenção da monarquia e para o interesse do Estado português. Em suma, acreditamos que se delineava de fato, em 1808, a configuração de um novo Império. Luso-brasileiro para os habitantes do Brasil, português para os habitantes da metrópole. Essa relação, no entanto, qualificada dessa forma, fez aumentar a tensão que explodiria em 1822. Não era mais do mesmo Império que os portugueses e luso-brasileiros cogitavam: era algo novo, ou pelo menos diferente.

A partir dessa nossa perspectiva de análise, o mar emerge como elemento que propiciou aquilo que Tobias Monteiro entendia como uma vitória. Constituindo d. João (ainda Regente), como um ator político relevante ao executar o projeto de transmigração da corte portuguesa para o Brasil. Para Portugal a saída significou, como observado por Faoro, a preservação da monarquia e o prolongamento por algum tempo do estado de colonização do Brasil, muito embora sem as benesses do exclusivo colonial, expurgado com a abertura dos portos, que favoreceu a aliada Inglaterra. Esses aspectos políticos importantes contribuíram para que em 1815, d. João elevasse o Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarve.

Sobre as instituições político-administrativas que atravessaram o Atlântico, desembarcaram dos navios primeiramente em Salvador e depois no Rio de Janeiro: o Ministério e o Conselho de Estado, o Desembargo do Paço, a Casa de Suplicação, a Intendência da Polícia, a Mesa de Consciência e Ordens, o Erário Régio, o Conselho Real de Fazenda, a Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, a Academia dos Guardas-Marinhas. Entre os anos de 1808 e 1820, outras instituições de cunho científico-culturais chegaram: A Biblioteca Real, o Museu Real, a Imprensa Régia, o Observatório Astronômico. E algumas foram criadas: o Banco do Brasil, a Real Academia Militar, o Real Jardim Botânico, as Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia e a Academia Real de Belas Artes.

A transmigração foi responsável pela instalação nos trópicos de um corpo político, burocrático e administrativo que durou muitos séculos para se organizar em Portugal. Se de um lado do oceano o cenário era de partida, do outro era de chegada. Essa súbita chegada do lado de cá do Atlântico fomentou um novo status ao papel desempenhado pelo Estado do Brasil colonial. Mas, a coroa, mesmo à distância, sempre administrou e controlou o Brasil com base no mesmo código que vigorava em Portugal – as *Ordenações Filipinas*. Por isso, as principais áreas de atuação do Estado, incluindo justiça, fazenda e área militar estavam assemelhadas àsquelas de Portugal.

O corpo burocrático e administrativo, ao mesmo tempo em que vai se instalando, sob orientação de um modelo de organização assemelhado; as peculiaridades locais iam sendo integradas lentamente àquela nova condição, principalmente de civilidade. Junto às organizações recentemente chegadas e criadas, diferentes modos de interpretação do que seria uma Corte permitiam um novo sentido ao papel desempenhado pelo Brasil. Esse novo sentido ligado sob os ícones de distinção, grandeza e civilidade, na forma como foram se constituindo, fez-se representar por medidas práticas, políticas e econômicas como: a abertura dos portos às nações amigas em 1808, a permissão para a instalação de fábricas e manufaturas. Por outro, de medidas administrativas como a fixação desse corpo burocrático na província do Rio de Janeiro, que desde 1763 havia sido escolhida para ser a capital provisória do Império luso-brasileiro, reiterando a cidade como um importante centro de ligação entre o norte e o sul do Brasil, e demais partes do Império Ultramarino.

Se a historiografia não divergiu profundamente sobre a importância histórica da transmigração para o desenrolar dos “novos” passos que seriam trilhados pelo Brasil, divergiu quanto ao sentido dado para a emancipação política.⁴² Por um lado, durante muito tempo predominou a convicção evolutiva na historiografia, perpassada pelas obras de João Armitage, Francisco Adolfo Varnhagem, Manuel de Oliveira Lima e Tobias do Rêgo Monteiro, que valorizavam os feitos dos grandes homens da época, como Bonifácio, Gonçalves Ledo e o próprio D. Pedro; e a ideia de uma possível união duradoura com Portugal, inviabilizada pelas medidas das Cortes de Lisboa (1821) que extraíam e desconsideravam a autonomia do Brasil.⁴³

A partir de 1930, a historiografia passou a considerar a política enquanto processo. Os grandes homens cederam espaço para os estudos que apontavam para as contradições internas do processo histórico brasileiro, alicerçados pelas análises dos

⁴²Referimo-nos ao artigo de Gladys Sabina Ribeiro: *Os portugueses na formação da nação brasileira – o debate historiográfico desde 1836*. O mesmo é a nosso ver um dos mais completos e importantes para aqueles que desejam conhecer o que foi produzido no Brasil em relação à historiografia brasileira sobre a Independência. O mesmo encontra-se disponível na Revista *Ler História*, volume 38, ano 2000, pp. 103-23.

⁴³ARMITAGE, João. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, compilada a vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma história do Brasil de Southey*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/Edusp, 1981. VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela metrópole, compreendendo separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data*. 3ª Ed. São Paulo: Edições melhoramentos, 1957.

fatores econômicos e sociais. Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré representa essa corrente historiográfica.⁴⁴

Ainda com base no sentido dado à historiografia sobre a emancipação, destacamos as contribuições dos estudos idealizados pelos historiadores Ilmar Mattos e Maria Odila Silva Dias.⁴⁵ Ambos aprofundaram e alargaram as perspectivas históricas antes realizadas, à medida que propuseram discutir de forma mais ativa a formação e consolidação da nacionalidade em uma época posterior à emancipação política.

Se a vitória dependia do mar, e considerando a necessidade de conhecermos o que foi escrito e relacionado ao nosso tema, acreditamos ser importante para esse estudo a inserção nessa abordagem das narrativas histórico-memorialistas dos historiadores navais – *dos botões d'âncora* - sobre o objeto em tela. Aqueles especialmente ligados à História institucional da Marinha que se dedicaram a escrever sobre esse momento histórico e de marca política.⁴⁶

Vale ressaltar que a historiografia naval brasileira, principalmente aquela produzida durante os anos finais do século XIX, carregava consigo a marca de ser uma História escrita predominantemente por oficiais de Marinha. Associado a isso, temos a ausência de estudos navais por pesquisadores civis. Os historiadores navais desse período, com destaque para Theotônio Meirelles da Silva e Garcez Palha, acreditavam que estavam produzindo uma narrativa verídica sobre os fatos históricos que abordavam, e dessa maneira, todos que os lessem, da mesma forma assim compreenderiam.

Sobre a emancipação política, ambos permaneceram presos ao paradigma evolutivo produzido pelos historiadores vinculados a perspectiva historicista. Em outras palavras, adeptos da visão de que a transmigração da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 necessariamente levaria o Brasil a se tornar independente, como aconteceu em 1822.⁴⁷ Ao que nos parece, adiantando um pouco essa discussão, diferentemente da historiografia acadêmica que nas últimas décadas tem se preocupado em revisitar tanto

⁴⁴ JUNIOR, Caio Prado. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 15ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977. SODRÉ, Nelson Werneck. *As razões da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965.

⁴⁵ MATTOS, Ilmar R. *O tempo Squarema*. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

DIAS, Maria Odila Silva. *A interiorização da metrópole (1808-1853)*. Op. Cit.;

⁴⁶ Tomamos por empréstimo a expressão - Botões d'âncora – que deve ser creditada à historiadora Paloma Siqueira Fonseca. FONSECA, Paloma Siqueira. *A presiganga real (1808-1831): punições da Marinha, exclusão e distinção social*. Dissertação de Mestrado em História. Brasília: UNB, 2003.

⁴⁷ SILVA, Theotônio Meirelles da. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1884. PALHA, Garcez José. *Ephemérides Navais ou resumo dos fatos mais importantes da História Naval brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia Gazeta de Notícias, 1891.

o período colonial como o Imperial, com novas teses que compartilham perspectivas inovadoras dialogando com o que já havia sido produzido⁴⁸, persiste no círculo institucional da Marinha que o conhecimento produzido por esses historiadores navais representam um pioneirismo na produção de uma história naval brasileira propriamente dita. E essas histórias construídas por esses historiadores são *insuperáveis* e *pouco ultrapassados*.⁴⁹Essa concepção de eternidade pode ser percebida como uma derivação daquilo que fornece a essa história a sua legitimidade, na medida em que tende a ser concebida por meio de alguns princípios organizacionais, principalmente hierarquia e disciplina.

Outro aspecto importante ligado à discussão anterior é o fato de que até aproximadamente meados do XX oficiais de Marinha buscavam a reafirmação da tradição através do culto aos heróis do passado, com uso excessivo de textos apologéticos e biográficos, valendo-se de uso restrito de fontes, seguindo as características de uma história política (comum à época) que prestigiava os eventos descritivos. Somado a isso, a leitura acrítica dos documentos que acreditam estar prontos nos arquivos e, portanto, considerados fatos históricos; e o envolvimento com o objeto, deixando impressões, registros, compromete uma leitura que não seja baseada no anacronismo. Esses oficiais envolviam-se com o passado mais do que dele se distanciavam; da Marinha da qual escreviam e faziam parte.⁵⁰

Esses historiadores, segundo Carlos André Lopes da Silva, assumem um papel de organicidade ao serem identificados como servidores da Marinha (oficiais em sua maioria), responsáveis por uma extensa historiografia naval consumida internamente, ajudando no amálgama das bases identitárias da corporação naval brasileira.⁵¹

No entanto, ainda que tenhamos nos posicionado de forma crítica a esse “modo de fazer história” desenvolvido pelos historiadores navais (institucionais ou orgânicos),

⁴⁸ Aqui nos referimos às publicações mais recentes sobre o tema: JANCSÓ, I. (org.) *Independência: história e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2005; & MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

⁴⁹ GAMA, Edina Laura Nogueira Da. *Breves Reflexões sobre a Historiografia Naval Brasileira dos Oitocentos: O Pioneirismo de Theotônio Meirelles da Silva (1864 -1884)*. Anais eletrônicos do encontro Nacional de História – Anpuh/2015.

⁵⁰ Sobre esse tema: DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão Freudiana*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2001, p. 117-9. CASTRO, Celso. *Pesquisando em Arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

⁵¹ LOPES DA SILVA, Carlos André. *A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839*. Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 2012, p. 18.

eles constituem-se em importante chave de leitura institucional. Principalmente aqueles que escreveram sobre o século XIX, e assim, procuramos lê-los nesse trabalho como fonte histórica, e dessa leitura nos apropriamos das dimensões e das abordagens históricas por eles empreendidas.

Esse aspecto introspectivo ou gnosiológico desenvolvido pelos historiadores navais pode ser compreendido à luz daquilo que Norbert Elias salienta em relação aos impulsos presentes no pensamento e comportamento dos seres humanos.⁵² Para o sociólogo alemão, em substituição aos conceitos de objetividade e subjetividade usados para a reflexão desses impulsos, são utilizados os termos envolvimento e distanciamento.⁵³ Segundo Elias, estes termos seriam mais adequados para pensar a relação dos homens com o conhecimento. Nesse sentido, o fragmento abaixo é explicativo:

Na verdade, a transmissão dessa informação, de uma geração para a outra, dificilmente pode ser evitada, pois faz parte integral do conhecimento necessário ao entendimento do período de formação no desenvolvimento das nações e de outros grupos de sobrevivência e, portanto, de sua própria identidade.⁵⁴

Esse quadro tem se mostrado em processo de mudança (assim como mudou a História), em face das transformações internas promovidas pela Marinha. Estando em curso atualmente no Brasil uma série de medidas e investimentos das instituições de ensino militar, de guarda e acesso de documentos em arquivos que têm paulatinamente despertado e facilitado algumas vezes, e contribuído para o interesse de historiadores acadêmicos pela História Naval; assim como vem aumentando também a safra de historiadores híbridos preocupados em desenvolver pesquisas com enfoques mais voltados às perspectivas adotadas pela “Nova” História Militar.⁵⁵ Uma produção quantitativamente pequena, se comparada aos estudos sobre o exército, mas consistente

⁵²ELIAS, Norbert. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

⁵³ Álvaro Sá (tradutor do livro de Norbert Elias) explica: a tradução do termo *detachment* (tradução do *distanzierung* alemão para o inglês) foi sido traduzido para o português como alienação e não como distanciamento ou afastamento. Ainda segundo ele: “Isso procurou atender à inserção do autor no intertexto filosófico e à projeção que deverá ganhar nos próximos anos, pela proposta que faz de uma epistemologia dinâmica sobre as implicações sociais dos humanos (...) notando que opostamente a Hegel e a Marx, a alienação com Elias é positiva e fundamental para a vida dos grupos, para a preservação da paz, do bem-estar e para o desenvolvimento”. Op. Cit.; nota do tradutor, pp. 7-10.

⁵⁴Idem, pp. 16.

⁵⁵Historiadores híbridos – seria no caso Militares que ingressaram e concluíram cursos de Pós-graduação em instituições acadêmicas civis. CASTRO, Celso; IZACKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. (Org.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. SOARES, Luiz Carlos e VAINFAS, Ronaldo. *Nova história militar*. Apud: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Elsevier – Campus, 1997.

qualitativamente, o que tem valorizado a História Naval e suas linhas temáticas. Conforme aponta o oficial de Marinha e historiador Francisco Eduardo Alves de Almeida:

O que se aspira é que os novos historiadores acadêmicos publiquem cada vez mais textos de História Naval. Sem esses pesquisadores a História Naval continuará como um domínio desconhecido, dominado pela *História institucional clássica*⁵⁶ e da sorte de surgir empiristas talentosos, que infelizmente são cada vez mais raros. Os historiadores navais institucionais embora importantes são insuficientes. O que se necessita é um novo historiador naval civil que compreenda a importância do mar para o Brasil e crie alternativas para o desenvolvimento do poder marítimo nacional e por consequência do seu poder naval, do qual a História Naval tira elementos fundamentais e preciosos de investigação.⁵⁷

Entretanto, conforme salientado no fragmento acima, ainda é grande a influência de uma História institucional clássica, com suas limitações e pertinências. A respeito das transformações citadas e que vêm sendo paulatinamente sentidas; temas como a transmigração, a emancipação política de 1822, e o papel da Marinha nesses episódios permanecem cristalizados, ainda que alguns desses trabalhos tenham sido construídos no campo acadêmico, mas por historiadores institucionais.⁵⁸

Percorrido esse caminho, chegamos até 1822. E a exemplo do que foi pensado para esse capítulo, o olhar para as produções historiográficas nos situou a um só tempo discretamente o horizonte dessa questão, sem perdermos de vista que tudo isso só foi possível graças as dinâmicas do mar como cenário.

⁵⁶ Grifo em Itálico é nosso.

⁵⁷ ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo. *A Historiografia Naval Brasileira (1880-2012): uma visão panorâmica*. Revista Brasileira de História Militar, Ano III, nº 8, 2012, pp. 64.

⁵⁸ BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Marinha Imperial e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1954. LEIVAS, Luis Cláudio Pereira & SCAVARDA, Levy. *A Transmigração da Família Real Portuguesa para o Brasil*. Revista Navigator, nº 15, 1978. MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. *A Logística Naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai*. Dissertação de Mestrado em História. Uni-Rio, 2010.

Esses trabalhos foram escolhidos, dentre outros, pelo critério de estarem inseridos naquilo que Francisco Eduardo Alves de Almeida (Op.Cit.; pp. 36-9) considera como uma História Naval Central, que consiste na narrativa de tópicos abordados com ênfase nos aspectos políticos, diplomáticos e operacionais militares.

1.2 - Historiografia acadêmica sobre a Independência, a importância da fixação da Secretaria de Estados e Negócios da Marinha e a Academia dos Guardas-Marinha

Seguindo o fio que tem nos levado para as questões mais pertinentes ao objeto proposto para esse trabalho, que é a criação e consolidação da primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros no Brasil Imperial em 1840, procuramos estabelecer também elos entre a historiografia produzida pelo meio acadêmico e a importância da fixação do aparato administrativo e de ensino da Marinha em terras luso-brasileiras numa única e mesma configuração, tamanho o calor de suas evidências para o conjunto desse trabalho.

Em face do número relativamente grande, demonstrando o vigor que o tema requer, e qualidade das pesquisas e dos trabalhos acadêmicos sobre a Independência, optamos por estabelecer como recorte de análise para esse item as duas coletâneas organizadas pelos historiadores Jurandir Malerba: *A Independência brasileira: novas dimensões* (2006) e István Jancsó: *Independência: história e historiografia* (2006). Ambas originárias de seminários apresentados no Brasil e na Universidade de Oxford em comemoração aos duzentos anos da chegada da corte portuguesa ao Brasil. Trata-se de duas obras que, somadas, trazem ao público 39 artigos que nos remetem à reflexão sobre um momento crucial da nossa história e o que compreendemos ser a segunda vitória em tela.⁵⁹

O trabalho coletivo de *A Independência brasileira: novas dimensões revelam* entre outros aspectos, que a nova geração de historiadores procurou se distanciar sem, contudo, deixar de estabelecer um profícuo diálogo com os pressupostos e os métodos de abordagem histórica que vinham nutrindo e embasando os trabalhos historiográficos que marcaram época como *1822: novas dimensões*, organizado por Carlos Guilherme Mota.

O historiador Jurandir Malerba, ao inaugurar a obra percorrendo e apresentando um exercício de crítica historiográfica da produção sobre a independência dos últimos 15 anos, insiste na importância, na necessidade e na pertinência de incorporarmos nas pesquisas sobre a independência a participação de diferentes agentes sociais:

Em minha opinião, é preciso refinar mais os instrumentos, observar ainda mais o microscópio (...). Parece, pois, faltar uma abordagem

⁵⁹ MALERBA, Jurandir. (org.) *A Independência brasileira: novas dimensões*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. Jancsó. I. (org.) *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2005.

mais focada na ação de indivíduos concretos, inseridos em configurações específicas, mas guiados por opções racionais indelevelmente orientadas com respeito a fins (...). Estou falando de agentes históricos, de pessoas que pertenciam a diferentes grupos, mas que tinham cambiantes projetos e interesses individuais e de grupo.⁶⁰

Por ter sido organizado em quatro partes e dentro dessas, subdividido em 11 capítulos, entendemos ser conveniente apresentar a obra tendo por base as principais ideias desenvolvidas pelos autores em suas respectivas sessões temáticas, buscando associá-las, quando possível, às ideias e interlocuções que puderam servir como subsídios àquelas pensadas para essa tese em um esforço de identificar pontos de intersecção entre as perspectivas acadêmicas e institucionais que pudessem nos orientar qualitativamente sobre os caminhos a serem percorridos.

Na parte I – raízes Históricas, os textos de Jorge Miguel Pedreira: *Economia e política na explicação da independência do Brasil*; e do próprio organizador, *De homens e títulos: a lógica das interações sociais e a formação das elites no Brasil às vésperas da independência* exprimem aos leitores ao mesmo tempo inquietação e intriga, na medida em que analisam as convulsões políticas que abalaram Lisboa, a transmigração da corte, a abertura dos portos, o tratado de 1810 e o isolamento mercantil reinol como um conjunto de ideias e projetos imprecisos de uma possível regeneração nacional.

No entendimento de Jorge Miguel Pedreira:

A separação do Brasil relativamente a Portugal constitui sem sombra de dúvida um marco na história dos dois países. No caso do Brasil, trata-se da própria fundação do Estado e da nacionalidade, acontecimento investido de significado transcendente.⁶¹

A respeito dessas colocações, o autor procurou ainda dar destaque a uma dinâmica política em detrimento às relevantes questões econômicas. Contudo, principalmente no segundo texto, o uso de expressões que nos parecem “fora de lugar” como, por exemplo, “burguesia” ou “classes superiores” pode deixar o leitor intrigado.

Os textos de Iara Lis C. Souza: *Questões de poder na fundação do Brasil: o governo dos homens e de si (c. 1780-1830)* e de Hendrik Kraay: *Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia,*

⁶⁰ MALERBA, Jurandir. (org.) *A Independência brasileira: novas dimensões*. Op. Cit.; p. 20

⁶¹ PEDREIRA, Jorge Miguel. *Economia e política na explicação da independência do Brasil*. Apud: MALERBA, Jurandir. Op. Cit.; p. 55.

1820-25), que integram a parte II do livro, propõe um olhar histórico e historiográfico mediado pelas práticas políticas do antigo Regime aplicadas tanto em Lisboa como no Brasil. Discutem a possibilidade de elaboração de uma identidade coletiva e analisam os laços políticos que uniam os vassallos ao soberano, e dentro desse contexto desenvolvem o debate sobre a produção de identidades. Conforme expõe Iara Lins C. Souza:

O sentimento de pertencimento e a elaboração da identidade coletiva passam a se associar, ao mesmo tempo, à localidade e ao império. Pertencer a essas duas instâncias não implicava contradição ou fragilidade. Nesse sentido, mesmo no acalorado debate político de 1810-30, vicejaram “pernambucanos, paulistas, mineiros, fluminenses, baianos”, que se diziam “portugueses do reino, do Brasil, de Portugal”, gente da “família luso-brasileira”.⁶²

Analisando em alguns casos o protagonismo das classes populares Kraay defende que a guerra (na Bahia), criou novas identidades e uma consciência do seu papel e importância frente ao Estado. De acordo com Kraay, “*trazer a Bahia para a história da independência brasileira permite-me destacar a importância da participação popular nesse processo político complexo.*”⁶³

As demais partes do livro e seus respectivos artigos, um conjunto de trabalhos e pesquisas acadêmicas tem o papel capaz de redimensionar os estudos sobre a Independência. Aqueles que aqui foram destacados, de alguma forma, tocam no objeto de nosso estudo quando se referem ao destaque dado à política como forma de compreensão dos processos das relações sociais e da criação de “identidades”, ainda que dispersas, como forma de reação ao processo político em curso.

Ainda que incidindo no risco de interferir na qualidade das pesquisas produzidas pelos 27 historiadores que compõem a coletânea organizada pelo professor Instván Jancsó, sem dar o devido crédito àquele ou a este texto propriamente dito, acreditamos que em linhas gerais a obra – *Independência: História e historiografia* - tenha procurado compreender primeiramente as transformações ocorridas naquele momento histórico e político como manifestações da crise do Antigo Regime português, assim, descartando a ideia de um processo evolutivo em direção à separação de Portugal.⁶⁴

⁶²SOUZA, Iara Lins C. *Questões de poder na fundação do Brasil: o governo dos homens e de si (c. 1780-1830)*. Idem, p. 212.

⁶³KRAAY, Hendrik. *Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25)*. Ibidem, p. 334.

⁶⁴JANCSÓ, I. (org.) *Independência: história e Historiografia*. Ob. Cit.;

Com destaque ao texto de Ana Cristina Araújo através do qual se posiciona:

É da América portuguesa que partem os primeiros e mais inquietantes sinais de descontentamento político e é para lá que a Corte portuguesa se dirige na tentativa de travar a desintegração política do Império, igualmente ameaçado no exterior.⁶⁵

Em outra linha de percepção, alguns autores levam em consideração a alteridade dos conceitos e do repertório político daqueles tempos. Ali conviviam intensamente as ideias políticas que encimava a uma tradição secular portuguesa com a introdução das ideias de liberdade e de valorização da carta constitucional.

Diferente do primeiro livro, que foi tematicamente dividido em partes, esse, em face da enorme complexidade das abordagens realizadas pelos historiadores, deve ter causado ao seu organizador uma enorme dificuldade em estabelecer uma linha divisória entre os temas abordados. Vale ressaltar que isso não se concretiza como um problema para aqueles que procuram uma leitura apurada ou mera distração.

No bojo ainda dos trabalhos historiográficos encontramos a atenção dedicada pelos historiadores às especificidades regionais, e o trato dado às suas relações com o centro do Império, por ora lusitano e depois brasileiro. Sem descuidar da atuação política das camadas mais baixas da população no final do período colonial e nas primeiras décadas do Brasil independente, os chamados “*homens do comum*”.⁶⁶

Dos textos ali inseridos encontramos autores que procuramos estabelecer uma relação dialógica, principalmente com suas ideias, e no todo, um conjunto de referências que nos levaram a refletir e tomar os confrontos políticos em suas variadas situações como inseridos nas ideias políticas do Antigo Regime português; assim como os indivíduos que estavam imersos em realidades materiais, e pertenciam a determinadas tradições culturais, com isso elaboravam projetos de futuro. Em outras palavras, projetos que se estabeleciam muitas vezes pela continuidade e descontinuidade envolvendo os quadros políticos, sociais e culturais.

De acordo com as ideias acima referenciadas podemos constatar que existe uma preocupação historiográfica desenvolvida a nível nacional consubstanciada nessa obra, que percebe a ideia evolutiva do papel da transmigração da família real portuguesa para

⁶⁵ ARAÚJO. Ana Cristina. *Um Império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da Independência do Brasil*. Apud: Jancsó. I. (org.). Op. cit.; p. 250.

⁶⁶ JANCÓS. I. *Independência, independências*. Apud: Jancsó. I. (org.). Idem, p. 40.

o Brasil à emancipação política em relação a Portugal como algo em vias de superação, da qual estamos alinhados. Porém, a percepção evolutiva ainda pode ser encontrada servindo como suporte teórico principalmente para os historiadores navais por conta da dependência estrita da experiência sensível adquirida no seu cotidiano.

Por fim, no conjunto da obra, a maioria dos historiadores que compuseram essa coletânea assegurou em seus textos uma característica que há algum tempo vem sendo adotada pela historiografia mais contemporânea; a versatilidade que nos permite, e principalmente aqueles que se debruçam sobre um período repleto de ambiguidades inscritos em um mundo que representava um grande mosaico - lusitano protecionista, colonial liberal, escravista, e em vias de ilustração - com muitas variações em uma pretensa harmonia entre esses pólos transitar, no terreno da propagação, difusão das ideias e projetos, como assinalado.

Com isso, podemos empreender que ainda que os historiadores institucionais não estejam preocupados em incorporar em suas análises aquilo que foi (ou é) produzido pela historiografia contemporânea no que diz respeito a esse conhecimento específico, importa-nos aqui estabelecer um diálogo adequado entre o que foi (ou é) elaborado no meio acadêmico com as narrativas institucionais, possibilitando substancialmente que desse diálogo nos seja ofertado às bases para aquilo que estamos propondo como chave de leitura para o nosso objeto. Ou seja, a importância para nosso objeto de pesquisa reside nos desdobramentos que a vinda da família real ensejou na Corte, no Estado, e principalmente nos espíritos dos oficiais de Marinha e aspirantes, que vieram a um mundo externo ao seu causando uma impressão, uma sensação que esgotava o processo de conhecimento daquilo que já conheciam.

Aquilo que para Hegel era a *certeza sensível*, porque esbanja certeza e é toda sensação:

A consciência nada sabe nada concebe que não esteja em sua experiência, pois o que está na experiência é só a substância espiritual, e em verdade, como objeto de seu próprio Si. O espírito, porém, se torna objeto, pois é esse movimento de torna-se outro – isto é, objeto de seu Si – e de suprasumir esse ser - outro. Experiência é justamente o nome desse movimento em que o imediato, o não experimentado, ou seja, o abstrato – quer do ser sensível, quer do simples apenas pensado – se aliena e depois retorna a si dessa alienação; e por isso – como é também propriedade da consciência - somente então é exposto em sua efetividade e verdade.⁶⁷

⁶⁷G.W.F, Hegel. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes. 1992. p. 40

Sobre esse aspecto complementa Paulo Meneses:

A primeira experiência que faz a consciência é a do saber sensível. Parece o mais seguro e rico dos conhecimentos, porém, examinando de perto, sua abstração e pobreza se mostram. Sei desse objeto que ele é “aqui” e “agora”, mas, se tento dizer isso, sou obrigado a ultrapassar esse conhecimento imediato e referir-me ao espaço e ao tempo que são universais.⁶⁸

Para Hegel, a condição do homem moderno apontava para a dupla compreensão que se expressava na fórmula "consciência em si" e "consciência para si", frisando assim a distinção entre a consciência "do acontecido" como um acontecimento externo, e a autoconsciência, isto é, a capacidade do próprio sujeito de observar seu papel no processo histórico como se pudesse assumir um ponto de vista exterior. É esta autoconsciência que permite a historização radical da vida diária, na qual o ator social é continuamente consciente de suas condições de existência, segundo as quais será atribuído um valor à sua ação, enquanto ator histórico. A descoberta hegeliana do caráter processual da história converte em processo e experiência o próprio desenvolvimento do pensamento humano.

Diante de todo esse contexto importa para nosso trabalho perceber também a experiência como uma forma pela qual a atuação política dos indivíduos, em especial aqueles que desempenharam algum tipo de papel de destaque na organização institucional da Marinha, pode ser apreendida pelo trabalho histórico como multifacetada; expressão dos arranjos, das ações e propostas em vista do futuro das condições materiais e dos quadros mentais em que estão inseridos; consequentemente imprimindo uma nova prática socializadora distinta das demais verificadas até certo momento como historicamente percebido, sendo o caso das configurações onde estariam imersos oficiais da Marinha, dos marinheiros e ministros da pasta.

Como já colocado em destaque, migraram para o Brasil, além da Real Academia dos Guardas-Marinhas, criada em 1782 (no reinado de d. Maria I), a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, criada pelo alvará de 28 de julho de 1736, pelo então rei d. João V.⁶⁹ A primeira, identificada como uma instituição militar de ensino, instalada nas dependências do Mosteiro de São Bento, e a outra como base da estrutura

⁶⁸ MENESES. Paulo. *Hegel e a Fenomenologia do Espírito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 21.

⁶⁹ Arquivo Nacional. Códice 796, v. 2, folhas 19-21. O alvará define com maior clareza o papel de cada secretaria de Estado (Negócios Interiores e do Reino, Estrangeiro e Guerra e Marinha e Domínios Ultramarinos).

administrativa da Marinha, tendo como importante figura o ministro da Marinha. Dentro de suas especificidades administrativas e institucionais ambas, que já eram importantes, tornaram-se ainda mais do decorrer dos anos aqui no Brasil, por constituírem-se em instituições que dentro de suas especificidades – organização e ensino - promoveram a introdução de uma “nova” relação entre o aspecto militar e o Estado que se encontrava também em construção no que diz respeito ao desenvolvimento do pensamento humano e das instituições; como por exemplo, a Companhias de Aprendizes Marinheiros, conforme poderá ser observado adiante.

A seguir, foram sucessivamente estabelecidas ou criadas algumas repartições, necessárias ao funcionamento normal do Ministério da Marinha, tais como: Quartel-General da Armada, Intendência e Contadoria, Arquivo militar, Hospital de Marinha, Fábrica de Pólvora, Conselho Supremo Militar e de Justiça. O conselho supremo, o arquivo, a contadoria e a fábrica de pólvora, as demais repartições mencionadas constituíram verdadeiro desdobramento das já existentes e a cujos regulamentos obedeciam.⁷⁰ O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, fundado em 1764, foi reorganizado, assim como o quadro de pessoal e as graduações da hierarquia militar.⁷¹

Tabela 1 – Estrutura de Pessoal da Marinha

CATEGORIA	GRADUAÇÃO
Oficiais de patente	Oficiais de Marinha: (Vice almirante, Chefe de esquadra, Chefe de divisão, Capitão de mar e guerra, Capitão de fragata, Capitão tenente, Primeiro tenente, Segundo tenente, Guarda- marinha). Oficiais de Tropa de Marinha: (Coronel, Tenente coronel, Sargento mor, Ajudante. de sargento mor, Tenente ajudante, Alferes).
Oficiais de apito Oficiais artífices e de fazenda	Mestre, Contramestre e Guardião
Praças	Tropa de Marinha: (Sargento Ajudante, Furriel mor, Furriel, Cabo de esquadra, Anspeçada, Soldado). Marinhagem: (Cabo marinho, Marinho, Grumete, Pagem).

Fonte: CAMINHA. Herick Marques. *História Administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Formação do Servidor Público. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986.

Contudo, destacamos para esse estudo inicialmente a preocupação demonstrada pelo poder régio em organizar os oficiais de Marinha e o “oficial da tropa de Marinha” através de cartas-patentes individuais, assinadas diretamente pelo monarca. Por meio delas, seus detentores seriam denominados oficiais de patente, portadores do título de

⁷⁰PRADO MAIA, João do. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1975, pp. 34.

⁷¹CAMINHA. Herick Marques. *História Administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Formação do Servidor Público. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986, pp.85-7.

oficiais militares, “*possuindo maior status na Marinha e aqueles de maiores estudos realizado em cursos regulares.*”⁷² Para a historiadora Maria de Fátima Silva Gouvêa esse tipo de ação materializava uma dada noção de pacto e de soberania, caracterizada por valores e práticas tipicamente do Antigo Regime.⁷³

Não encontramos, até onde nos foi dado verificar, relatos sobre o tempo médio de ascensão na Marinha. Todavia, segundo Caminha, existia uma “subdivisão” de categorias pertencentes à Marinha de Guerra portuguesa que, podemos inferir, influenciava no aspecto da ascensão. À primeira categoria pertenciam os oficiais de Marinha e de tropa; em seguida, vinham os oficiais de proa (intermediários entre os oficiais de patente, a marinhagem e a tropa de marinha) e, por fim, a marinhagem (conjunto dos marinheiros que executavam a bordo as fainas e tarefas marinheiras). Essa “subdivisão” funcionava como um fator hierarquizante, “*tendo por referência os aspectos de nobreza (fidalguia), instrução (estudos) e exemplos honrosos.*”⁷⁴ Ou seja, conforme anteriormente identificado por Maria de Fátima Gouvêa, uma relação valorada típica do Antigo Regime.

Mas, essa ascensão não se apresentava com a mesma forma e sentido nas subdivisões acima descritas. Pois, aos integrantes da segunda categoria, e principalmente da terceira, fora do círculo de nobreza, a ascensão era limitada ou reduzida. Diferentemente da primeira categoria, onde os oficiais de patente possuíam “pressuposições e requisitos”, traduzidos pelo grau de sua hereditariedade, como indivíduos que haviam prestado serviços à Coroa, ou que gravitam em torno do poder influenciando no processo de ascensão.⁷⁵

Aliado a essa possibilidade, o que sobressai na formação profissional empregada na Real Companhia dos Guardas-Marinha, conhecida pela denominação de Academia dos Guardas-Marinha é a presença de um aprendizado prático concomitante ao ensino científico, “*transpassados por um regime disciplinar rígido e mantidos próximo das exigências encontradas no ambiente militar de então.*”⁷⁶

⁷²CAMINHA. Herick Marques. História. Op. Cit. pp. 85.

⁷³GOUVÊA. Maria de Fátima Silva. *Poder Político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)*. Op. Cit.; p. 288.

⁷⁴CAMINHA. Herick Marques. Idem.

⁷⁵SCAVARDA, Levy. *A Escola Naval através do tempo*. Subsídios para História Marítima do Brasil, Rio de Janeiro, v. XIV, ver “admissão promoção dos discípulos”, 1955.

⁷⁶LOPES DA SILVA, Carlos André. *A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839*. Op. Cit. p. 12.

Podemos observar a partir dos depoimentos do historiador naval Prado Maia, uma diferenciação nos aspectos formais e práticos da Marinha em momentos distintos, antes e depois da chegada da corte portuguesa, conforme os textos abaixo.

Antes da chegada:

A Marinha desse tempo não apresentava ainda, (...) a organização de ramo regular do serviço público, regida por normas e preceitos definidos. Assumia, antes a dupla característica de marinha de guerra e marinha de comércio, tendo por almirante e comandantes em geral fidalgos da escolha de el-rei e por oficiais de navios “*pilotos instruídos na arte náutica do tempo*”.⁷⁷ A marinhagem era constituída pela gente do mar arrolada nos distritos marítimos, contratada por viagem redonda, e pelo engajamento de voluntários. Soldados destacados das tropas de terra completavam-na.⁷⁸

Depois:

Já então se constituía a Marinha um ramo regular do serviço público, com obrigações definidas em regulamentos e ordenanças, e os oficiais, partindo de aspirante a guarda-marinha, ascendiam na carreira progressivamente de acordo com *seus méritos e serviços*,⁷⁹ concentrando, nos postos superiores, o comando militar e a direção náutica dos navios e forças.⁸⁰

Nota-se que o autor, ao fazer referências ao papel desempenhado pela Marinha, destaca a importância da mesma enquanto um serviço público, meritocrático e cujos postos superiores, a partir de uma formação específica, estariam aptos a responder pelo “*comando e direção da força naval*.”⁸¹ No entanto, ainda segundo a perspectiva de Prado Maia, a transmigração da organização institucional da Marinha para o Brasil, por si só, a fez tornar-se um conjunto organizado e distinto, regido por regras e princípios. Esses aspectos apontados pelo historiador naval precisam ser relativizados. Primeiro,

⁷⁷Grifos do autor. Prado Maia fazendo referência à obra: Artur Jaceguai e Vidal de Oliveira. *Quatro séculos de Atividade Marítima*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1900, p. 5

⁷⁸MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1975, p. 5.

⁷⁹Notamos que aqui não é feita referência aos estudos, mas aos méritos. Acreditamos que essa seja uma concepção pessoal de Prado Maia ao escrever tendo por referências suas ideias descoladas do tempo em que se davam as ações. Segundo o Dicionário do padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Tomo 2º de L a Z. Lisboa, ano M. DCC. LXXXIX. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299220#page/1/mode/1up.p.76>, por mérito era entendido apenas merecimento, e como tal possui várias clivagens.

⁸⁰Op. Cit; p. 35.

⁸¹ Idem.

por se tratar da chegada no Brasil de um reformismo ilustrado ressignificado.⁸² Não foi levado em conta que a institucionalização da governabilidade real através das conexões político-administrativas instauradas no território luso-brasileiro necessitaria se adaptar às realidades locais. Outro aspecto, mais específico, em se tratando de normas e regras (disciplina e punição) na Marinha houve a manutenção do Regimento Provisional organizado e promulgado em 1796.⁸³ Analisando a disposição dos seus capítulos e artigos, podemos observar uma preocupação com a disciplina relacionada ao trabalho, ou aos *métodos*⁸⁴ dos serviços nas embarcações e em terra.

Sobre as regras, os Artigos de Guerra, oriundos de 1763, continuaram a ser amplamente utilizados, sendo modificados somente na fase estertora do segundo reinado. Ou seja, tendo por referência esses dois documentos normativos e o estabelecimento do aparato organizacional da Marinha portuguesa no Brasil a transmigração, tal como realizada, não teria causado mudanças significativas na forma de pensar a organização administrativa e de pessoal aplicada pela coroa portuguesa em Portugal.

Contudo, esse aspecto nos levou a refletir também sobre a possibilidade, ou não, de ter sido construída uma “nova” experiência que a consciência fazia de si mesma. Ou melhor, se as experiências que foram sendo adquiridas e mediadas por outros condicionantes poderiam ter de alguma maneira influenciado a visão dos indivíduos responsáveis pela administração do reino, e principalmente da Marinha. O que os levariam, através dessas experiências, e de uma memória monopolizada a proporcionar um movimento que se fizesse diferenciada em relação àqueles tradicionalmente

⁸² Trata-se aqui de pensar essa ressignificação como uma herança do reformismo ilustrado português, que por volta dos anos de 1850, segundo o historiador José Miguel Arias Neto iria se configurar como um Iluminismo instrumental: *uma crença na possibilidade de um progresso fundamentado no desenvolvimento econômico e tecnológico*. ARIAS NETO. José Miguel. *Imprensa Militar, Guerra e transferência de tecnologia para a Marinha no Brasil Oitocentista*. Apud: RIBEIRO, Gladys (et. Alii). *Histórias sobre o Brasil nos Oitocentos*. 1ª Ed. São Paulo: Alameda, 2016, p. 246.

⁸³ Documento organizado pelo Conselho de Almirantado (José Sanchez de Brito, Antonio Januário do Vale e Pedro de Mendonça de Moura). Regimento Provisional para o Serviço e Disciplina das Esquadras e Navios da Armada Real, que por ordem de sua majestade deve servir de regulamento aos comandantes das Esquadras e Navios da mesma senhora. O documento é composto de 5 capítulos; sendo o quinto e último capítulo dividido em 10 artigos sobre a distribuição dos oficiais – corpo de Marinha e Artilharia e Infantaria. Destacamos: Capítulo I - sobre a polícia e a disciplina - composto por 89 artigos, Capítulo II – Ordem sobre o método do serviço fundeado – 83 artigos, Capítulo III – Ordens sobre o método do Serviço andando a vela – 129 artigos, Capítulo IV – Método de repartir a guarnição dos navios nos seus postos para ocasião do combate – 17 artigos. Podendo ser encontrado “em partes”: CAMINHA. Herick Marques. *História Administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Op. Cit. Apêndices. Disponível em cópia pública: <http://purl.pt/6479/3/#/20>.

⁸⁴ Segundo o dicionário da língua portuguesa, por método (méthodo), podemos entender que se trata de uma proliferação de ideias, dispostos em discursos. Dicionário do padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Tomo 2º de L a Z. Lisboa, ano M. DCC. LXXXIX. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299220#page/1/mode/1up>.

conhecidos e colocados em prática; ainda que lentamente, seus modos de pensar e agir.

Estamos refletindo aqui sobre as experiências vividas por esses atores históricos (e políticos), de maneira que nenhum deles possuiu maior ou menor grau de importância, ou autenticidade entre eles, sendo a experiência histórica desses personagens responsável; baseado em Edward Thompson, pelo processo de autoformação inevitável e contínuo exercendo pressão sobre a consciência social, determinando a construção de materiais humanos conscientes de seus papéis na sociedade de classes.⁸⁵

A manutenção e ampliação da Biblioteca dos Guardas-Marinha aqui no Brasil podem ser encaradas como um aspecto relevante a ser abordado no que diz respeito ao rol de saberes considerados essenciais, tanto para a operacionalidade das embarcações, aí incluídos tanto os aspectos mais teóricos, quanto práticos, das artes de comando militar. Afinal, era ela que auxiliava a educação formal e técnica dos aspirantes ao oficialato de Marinha.

Em 1808, a Biblioteca contava com aproximadamente mil exemplares, aí incluídos livros e manuscritos.⁸⁶ Ainda que, no aspecto mais geral, a Biblioteca naquele momento revestia-se por uma dimensão social da memória portuguesa sem delimitar fronteiras na formação do oficialato da Marinha, uma breve incursão no catálogo de títulos disponíveis nos forneceu um panorama daquilo que era tido como essencial e útil à formação daqueles “homens do mar”. Utilizamos como fonte o Catálogo elaborado por José Maria Dantas Pereira disponível na Biblioteca Nacional sob o título sugestivo de “*Multiplicidade de Doutrina*”.⁸⁷

Logo na primeira página, Dantas Pereira procurava informar que as divisões e subdivisões, por ele estabelecidas para organizar o catálogo, possuíam como objetivos servir de “*guia para o estudante pronto ao conhecimento seja do progresso, ou marcha do espírito humano*.”⁸⁸ Essa assertiva implica a dedicação e dinamização empreendida por Dantas Pereira à Biblioteca e ao ensino do oficialato luso-brasileiro. Além de delimitar o espaço de formação e adequá-lo ao tipo de oficial que queria se “formar”.

⁸⁵ THOMPSON. Edward P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, pp. 180-200.

⁸⁶ ALBUQUERQUE. Antonio Luiz Porto e. Op. Cit.; p. 140.

⁸⁷ DANTAS PEREIRA. *Multiplicidade de Doutrina: Catálogo da Biblioteca da Academia dos Guardas Marinha*. Rio de Janeiro, 1812. Biblioteca Nacional, sessão de Manuscritos.

⁸⁸ Op. Cit.;

Paralelo a isso, das cinco grandes áreas e suas subdivisões pelas quais era organizado o catálogo das obras constantes na biblioteca, vale ressaltar que em sua grande maioria era dada ênfase aos conteúdos focados na racionalidade científica moderna, cujo paradigma mecânico tornou-se padrão de inteligibilidade para compreender o mundo, os indivíduos em suas relações.

Por exemplo, uma grande quantidade de livros e manuscritos com enfoque nas áreas de matemática (método científico, ciências puras e mistas); ciências naturais (Botânica; Química e Física); geometria e trigonometria; ótica e cronometria. Havia ainda, um número bastante significativo de obras que faziam referência a tática, telegrafia e governo militar-náutico. Porém, aquela que mais nos chamou atenção dizia respeito às obras sobre administração das marinhas de guerra, com destaque para um conjunto de legislações e regulamentos de diferentes marinhas da Europa (França, Espanha, Inglaterra), assim como também de Portugal. Isso porque, possivelmente entre os aspirantes e lentes da Academia, esse material poderia servir de fonte de comparação entre as legislações, e as realidades enfrentadas por cada uma das marinhas, contribuindo dessa para uma possível construção de uma autoconsciência. O que em certa medida levaria em conta as diferenças regionais e locais em se tratando do Brasil especificamente.

O catálogo de apenas 31 páginas serviu como um importante instrumento de aferição sobre como havia sido pensada a formação dos futuros oficiais de Marinha luso-brasileira a partir das referências existentes para consulta na Biblioteca ou como base para a formulação de conteúdo pelos seus lentes. Contudo, infelizmente não é suficiente para que tenhamos um quadro geral daquilo que efetivamente era descartado ou valorizado.

Podemos a partir do que foi observado, sobre algumas possibilidades na formação do quadro de oficiais da Marinha, retomar agora o fio que nos guia tendo por referência o levantamento de Brian Vale segundo o qual, em 1823, a Marinha Imperial contava com 94 oficiais.⁸⁹ Sendo: 8 oficiais-generais, 7 capitães de mar e guerra, 13 capitães de fragata, 19 capitães tenentes, 10 primeiros tenentes e 37 segundos tenentes. E a relação do número de embarcações incorporadas em 1822, sendo 47 no total entre as classes-Nau, Fragata, Corveta, Escuna, Charrua, Brigue, Brigue-escuna, inferir que essas

⁸⁹VALE, Brian. *Estratégia, Poder Marítimo e a criação da Marinha do Brasil (1822-23)*. Apud: Revista Navigator. Dezembro de 1971.

subdivisões inferiores, em face de suas especificidades funcionais, representavam um número superior aos de primeira categoria.⁹⁰ Afinal, girava em torno de 950 homens a guarnição de uma Nau de linha como a *Príncipe Real*, antes *Nossa Senhora da Conceição*, que serviu de presiganga até 1830, após ser desarmada em 1822.⁹¹

Dessa forma, em relação à quantidade do quadro de oficiais e o número de embarcações, percebe-se, aqui subtraindo o número de oficiais que optaram em seguir viagem para Portugal (91 oficiais, 08 Guardas-Marinhas, e 22 aspirantes),⁹² não incorporados à esquadra luso-brasileira, esse número era insuficiente para compor as embarcações. O que em certa medida justificou o processo de recrutamento de oficiais e marinagem no exterior, influenciando diretamente na ascensão dos oficiais inferiores aos postos mais altos de cargos de autoridade e prestígio, por um número menor de indivíduos. Por outro lado, havia um grande contingente ocupando sempre as mesmas posições, inexistindo a possibilidade de ascensão, e havendo, desde o início, uma situação de desigualdade de condições, constituindo-se naquilo que podemos nomear de contraposições hierárquicas, ou ainda, o desequilíbrio entre aqueles que “podem” ascender e aqueles interditados à ascensão.⁹³

Assim, uma das características basilares da Marinha no Brasil, que antecede a emancipação política, é o seu alto grau de hierarquização, da qual não podemos deixar de descolar da própria hierarquia social da época, que deixou transparecer as desigualdades existentes nos seus quadros de pessoal que, por consequência imediata da transmigração, ou seja, do aparato institucional da força marítima, precisou aumentar substancialmente. Os quadros inferiores teriam de ser completados e paulatinamente aumentados com o pessoal oriundos do Brasil e também do estrangeiro.⁹⁴

⁹⁰Em 1842 foi fixado o primeiro quadro para o corpo dos oficiais da Marinha brasileira: 01 Almirante, 02 vice-almirantes, 04 chefes de esquadra, 08 chefes de divisão, 16 capitães-de-mar-e-guerra, 30 capitães de fragata, 60 capitães tenentes, 160 primeiros-tenentes e 240 segundos tenentes. Coleção de Leis do Império – CLI. Decreto nº 185 de 20 de junho de 1842.

⁹¹LIGHT, Kenneth. *A Viagem Marítima da Família Real: A transferência da corte portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar, 2008 – Apêndice B – Versão digital.

⁹²PEREIRA, José Rodrigues. *Campanhas Navais 1807-1823. A Armada e o Brasil – A Marinha Portuguesa no Tempo de Napoleão*. Lisboa: Tribuna de História, Volume II, 2005.

⁹³Sobre uma discussão similar ver: CASTRO, Celso. *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 27.

⁹⁴Ao contrário dos oficiais, o quadro de fixação de forças navais – marinagem e tropa de marinha - desde 1827, tinham seu número limitado.

A academia dos Guardas-Marinha teria recebido de 1808 até 1819 aproximadamente 192 alunos.⁹⁵ Os futuros integrantes, aprovados nos “primeiros requisitos” iriam constituir um segmento específico dentro do corpo burocrático do Estado brasileiro colonial -o *oficialato* - empregado na Marinha de Guerra. Grande parte desses oficiais teria sido graduada pela Academia de Guardas-Marinhas⁹⁶ sob o comando de Dantas Pereira. Segundo Lopes da Silva:

Sem origem nobiliárquica, Dantas Pereira foi um aluno brilhante na Academia dos Guardas-Marinha e destacou-se muito mais como um intelectual do que como um guerreiro na sua longa carreira militar (...). Construindo praticamente toda a sua trajetória como oficial subalterno e superior na Academia dos Guardas-Marinha, conseguiu, às vésperas da transferência da Corte para o Rio de Janeiro, reforçar sua posição de chefia perante as demais lentes daquela instituição. (...) Ainda em 1808, em ofício ao ministro da Marinha, propôs a criação de um periódico de divulgação científica, a cargo dos lentes da Academia dos Guardas-Marinha, para difundir nos trópicos as “invenções modernas da indústria humana” alcançadas no Velho Mundo. No mesmo texto, reforçaria seu juízo sobre o atraso da ciência nessas terras, com a proposta de expansão no ensino da Academia dos Guardas-Marinha para um currículo próximo ao ministrado pela faculdade de matemática da Universidade de Coimbra. Ainda pretendia incluir, ao lado do curso matemático e da qualificação nas artes marinheiras, cursos de comércio e escrituração mercantil e ciências naturais. Dantas Pereira almejava, segundo Porto e Albuquerque, fazer da Academia dos Guardas-Marinha uma Academia Militar.⁹⁷

Para além da proposta de uma formação diferenciada, percebemos, *a priori*, que a Academia dos Guardas-Marinha veio, não somente com chefes e funcionários, mas também com alunos. Era, acima de tudo, uma instituição de ensino, embora insistisse, através de sua regulamentação, em deixar aparente seu pertencimento à esfera militar. Nesse sentido, a partir das condições, ou seja, da instalação no Brasil do organismo naval português como um conjunto dotado de conhecimento prévio e específico de uma

⁹⁵ BOITEUX, Lucas Alexandre. A Escola Naval (Seu histórico), 1761-1937 – primeira parte. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940. Esse número representa a soma total das matrículas. Não necessariamente o número de concluintes.

⁹⁶ ALBUQUERQUE. Antonio Luiz Porto e. *Da Companhia de Guardas-Marinha e a Real Academia à Escola Naval, 1782-1982*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982 (Biblioteca Reprográfica Xerox, 27)

⁹⁷ LOPES DA SILVA, Carlos André. Op. Cit; pp. 170-2. Segundo nota do autor, os dados biográficos de Dantas Pereira foram extraídos de: DANTAS PEREIRA, José Maria. Catálogo da Biblioteca da Academia dos Guardas Marinhas, criada por ordem de S.A.R. Rio de Janeiro, 1812. BOITEUX, Lucas Alexandre. *O Chefe de Esquadra José Maria Dantas Pereira de Andrade: O primeiro diretor da nossa Academia de Marinha*. Subsídios para a História Marítima do Brasil, Rio de Janeiro, v. 2, p. 314-331, 1939.

Academia dos Guardas-Marinha totalmente pronta⁹⁸; houve também a transmigração do espírito de um oficial de Marinha; constituído no entendimento do historiador institucional Hélio Leôncio Martins por um exame da “*grande quantidade intelectual desses oficiais e também pela capacidade a ser demonstrada na condução das guerras.*”⁹⁹ Em nossa percepção, levando em conta os elementos abordados, o conjunto desses aspectos poderiam vir a constituir-se na identidade de um nobre oficial, instruído, dedicado, honrado e disciplinado; um legítimo aristocrata do trabalho naval.¹⁰⁰ Cujos atributos considerados importantes, valorizados e, intimamente ligados à estrutura e funcionamento de Estado representativo do Antigo Regime. Uma questão: no entanto, esses adjetivos valorosos seriam ressignificados em terras brasileiras?

1.3 – Entram em cena os atores: oficiais e marinheiros

Todo cenário e todo palco como uma estrutura teatral só faz sentido quando integrados. Essa integração pode ser feita de diferentes maneiras, mas aqui interessa ainda mais quando chamamos à cena os atores que procuram encenar “a peça” com base em um roteiro previamente ensaiado e, traçado por um diretor. Cenário, palco e atores constituem os elementos do teatro, aqui pensado como elementos da representação dramática da vida de um trabalhador do mar.

Se antes, percebemos que uma parte desses indivíduos se constituía paulatinamente em aristocratas do trabalho naval com características próprias e definidas, tais características não puderam ser exigidas da marinhagem. Afinal, de acordo com aquilo que acreditava Caminha, “*era baixo o nível cultural dos “brasileiros” como um todo.*”¹⁰¹ Inclusive, reafirmava “*de uma parte da nobreza da terra.*”¹⁰² Nesse sentido, o recrutamento e o engajamento constituíram-se nas estratégias comumente utilizadas para suprir a necessidade das embarcações que faziam parte da esquadra luso-brasileira.

⁹⁸ AN, Série Marinha, Livro de ordens relativos a Real Academia dos Guardas-Marinha (1817-1840).

⁹⁹ MARTINS, Helio Leôncio. *Campanha Naval na Guerra Cisplatina*. Apud: *História Naval Brasileira*. v. 3, t. I. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2002.

¹⁰⁰ A concepção adotada e que seguimos como fio condutor para tal aproximação foi concebida a partir da ideia de uma Aristocracia do trabalho inspirada no texto de Eric Hobsbawm: *Artífices e Aristocratas do Trabalho?* HOBASBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. 4ª Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

¹⁰¹ O autor possivelmente se refere aquele nascido no Brasil. Mais tarde também chamados de nacionais.

¹⁰² CAMINHA. Herick Marques. *História administrativa do Brasil: organização e administração do ministério da Marinha no Império*, pp. 101

Não houve por parte dos dirigentes da Corte, e da própria Marinha, nesse instante pós-transmigração, a preocupação com a formação de uma marinhagem fora da experiência do próprio trabalho (*self-made men*). Esse talvez tenha sido um dos maiores problemas encontrados no ajustamento desse grupo de indivíduos à Marinha. Essa disparidade seria consequência da própria condição imposta por uma ideia política estruturada no Antigo Regime, associada às exigências sociais de um Estado colonial escravista e economicamente voltado para a monocultura com uma base social composta em sua maioria por negros escravizados ou forros, pardos ou brancos pobres, inseridos em um “*sistema legal e ideológico através do qual seriam inaptos ao trabalho.*”¹⁰³ Mas, recrutáveis, ou seja, disponíveis quando chamados ao trabalho, quando inevitavelmente fossem necessários a compor a tripulação das embarcações de guerra; vindo a constituírem-se nesse primeiro momento histórico e político como um grupo de indesejáveis sociais necessários.¹⁰⁴

Na Marinha, esses aspectos produziram atritos e conflitos que vieram à tona fortemente por conta de uma experiência de engajamento e voluntariado inscritos na longa duração. Todavia, esses problemas não foram criados pelos oficiais ou pela marinhagem. O que estamos procurando dizer ao nos referirmos a Marinha como uma instituição constituída, entre outros elementos, por uma atividade laboral exercida por oficiais, em sua grande maioria graduados pela Academia dos Guardas-Marinha, e um conjunto de outros indivíduos sem formação – *a marinhagem* – é que essa relação foi capaz de originar conflitos e tensões nos diferentes espaços institucionais fossem eles os quartéis, os navios ou nas futuras Companhias de Aprendizes. E nesse sentido passou a pertencer não apenas à instituição de Marinha, mas a constituir-se nos próprios conflitos daquelas pessoas que faziam parte da instituição.

Para Samuel Huntington, chamado ao diálogo dado a pertinência do tema em questão, a profissão militar é atividade própria ao oficialato empregado nas funções de combate. Pelo seu entendimento, as praças e outros que exercem funções e cumprem papel auxiliar não fariam parte desse grupo, sendo a eles designados os espaços de um ofício. Todavia, falar em profissão militar só seria possível quando esta não pôde mais

¹⁰³SOUZA. Laura de Melo e. *Os desclassificados do ouro. A pobreza mineira do século XVIII*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004, pp. 301-4.

¹⁰⁴ A inspiração para o uso da expressão – indesejáveis sociais necessários – foi tomada a partir da leitura do livro do historiador Fernando Rodrigues. RODRIGUES. Fernando. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos Oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

ser dominada por não militares; ou seja, a partir do momento em que os conhecimentos militares se concentram e são monopolizados pelo oficialato militar, e passível de ser ensinado através das escolas militares.¹⁰⁵

Mas, a constituição da burocratização da profissão militar-naval, tendo por referência o que foi dito antes, só pôde ser vislumbrado a partir dos anos finais de 1830, quando da segunda reforma da Academia dos Guardas-Marinha, e com a criação em 1840 da primeira Companhia de Aprendiz de Marinheiro. Ambas inseridas em um momento histórico e político peculiar na História do Brasil, que será aprofundado um pouco mais adiante. Por ora importa destacar que essas tensões são sintomas da luta de poder resultante de uma crescente interdependência mútua de dois grupos sociais anteriormente entendidos como independentes e distintos.

Conforme aponta Norbert Elias, às vezes, mudanças nas condições sociais favorecem o ajustamento; outras vezes, retardam-no ou o impedem. Porém, as referidas mudanças sociais, que poderiam em um curto espaço de tempo atuar nesse processo, ainda estariam por vir no Brasil.¹⁰⁶ Referimo-nos aqui especificamente ao fim da escravidão.

No país, em período anterior à emancipação política e após, como será observado, a questão do alistamento militar para o Exército e a Marinha seguia o modelo utilizado no processo colonial português. Convém aqui destacar a diferenciação entre “alistamento militar” e “recrutamento militar”, tal como a proposta do historiador Álvaro Nascimento:

O primeiro compreende algo maior que o segundo, pois é um sistema que reúne os métodos existentes para incorporar indivíduos no serviço militar, no caso, “o voluntário” e o “recrutamento forçado”. No entanto, entre os dois métodos, foi o recrutamento forçado o mais recorrente e eficaz para solucionar as lacunas abertas nas Forças Armadas. Assim, o recrutamento tornou-se algo quase universal no que tange à incorporação de novos soldados e marinheiros.¹⁰⁷

Para a também historiadora Silvana Jeha, havia cinco maneiras principais de se tripular um navio, sendo três compulsórias – “*o recrutamento forçado de nacionais e muitas vezes de estrangeiros*” – os raptos (razias) em navios mercantis de estrangeiros

¹⁰⁵ HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996

¹⁰⁶ ELIAS, Norbert, *Estudos sobre a Gênese da Profissão Naval*. Apud: *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 90.

¹⁰⁷ NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto: A experiência dos Marinheiros e a revolta de 1910*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: Unicamp, 2002.

ou nacionais e o cumprimento de penas criminais aplicadas aos indivíduos que deveriam permanecer embarcados. E outras duas – “*engajamento em países estrangeiros intermediados por consulados ou agentes engajamento/voluntariado de nacionais e estrangeiros em portos.*” Ainda segundo Jeha, mesmo recrutados à força, os “*nacionais estavam cumprindo um tipo de trabalho compulsório legal, o chamado tributo de sangue.*”¹⁰⁸

O Tributo de Sangue, para Fábio Faria Mendes, representa:

A expressão que, com alguma frequência, usavam os cidadãos do Império para nomear o recrutamento militar naquele tempo, especialmente as levas forçadas – a singularidade da contribuição dos guerreiros à ordem do mundo.¹⁰⁹

Para o autor, no Brasil, o tributo de sangue adquiriu dois novos e estranhos sentidos. A evocação de uma face sanguinária do recrutamento, de violência e arbitrariedade e, por outro, o caráter problemático de uma expressão da distribuição desigual dos encargos militares, imersos em uma complexa rede de privilégios e isenções.¹¹⁰

A organização social brasileira, baseada em princípios patriarcais, com status definido pela honra e laços entre patrões e clientes, trouxe para o recrutamento um estigma poderoso ao restringir, praticamente, aos criminosos, aos vadios e à população desprotegida o serviço militar. Era uma política administrativa que se fazia ecoar e sentir fortemente na organização de pessoal da Marinha. O poder por ora sentido pelos oficiais da Marinha correspondia, em tese, e de forma análoga, ao poder do Rei sobre seus vassalos.

Para Peter Beattie, ao contrário dos autores mencionados acima, o exílio penal e seus mecanismos representavam um forte aspecto da continuidade colonizadora do Brasil. Nesse sentido, as práticas de recrutamento transmigradas de Portugal se

¹⁰⁸JEHA, Silvana Cassab. *A Galera Heterogênea. Naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial, c.1822-c. 1854*. Tese de Doutorado em História. PUC-RJ, 2011, p. 41-4.

¹⁰⁹MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de Sangue: recrutamento Militar e Construção do Estado Imperial*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997, pp. 01.

¹¹⁰MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de Sangue: recrutamento Militar e Construção do Estado Imperial*. Op. Cit; Ou ainda um artigo do mesmo autor, onde reelabora os temas discutidos em sua tese. Consultar: MENDES, Fábio Faria. *Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar no Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Apud: CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004, p. 111- 123.

constituíam na utilização dos navios como espaços de exportação e cumprimento das penas.¹¹¹

A historiadora Paloma Siqueira Fonseca, em um estudo sobre a Presiganga – *a Nau Príncipe Real* – discute os temas do recrutamento, do trabalho forçado e do castigo corporal como formas de punição para grupos excluídos, absorvidos por uma instituição militar que valorizava a distinção, utilizando essa mão de obra no Arsenal e embarcações da Marinha.¹¹²

Nesse sentido, o recrutamento acabou por se tornar um importante instrumento a serviço do controle social que perdurou pelos períodos do Estado do Brasil colonial e grande parte do Império. O Estado só mudou a forma de recrutar através da lei 2.556 de 26 de setembro de 1874, regulado pelo decreto 5.881 de 17 de fevereiro de 1875.¹¹³

Chamamos atenção para esse importante aspecto da história militar do Brasil, em especial da Marinha desse período, em função da invisibilidade a que foram submetidos os corpos da marinhagem, a despeito de seus multi usos, especialmente nas campanhas armadas de expansão, ocupação e emancipação política do espaço territorial brasileiro. Campanhas essas, que apontavam dois aspectos: primeiro como característico do próprio Antigo Regime, na contramão da crise do sistema colonial, identificada à luta expansionista; segundo, tendo como referência aspectos de um revanchismo histórico contra França e Espanha, respectivamente, logrando a participação da Marinha como essencial para seu desempenho positivo, face às grandes distâncias em que essas disputas se realizavam e associado principalmente às dificuldades no envio de tropas para os combates por terra.

Assim, as ações da Marinha lusa brasileira contra Caiena – Capital da Guiana Francesa - ao norte, e a Banda Oriental – Região da Cisplatina (hoje Uruguai) -, em 1808 e 1817 respectivamente, foram descritas pelo historiador naval Prado Maia como

¹¹¹BEATTIE, Peter M. *Tribute of Blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864 – 1945*. Duham, Duke University Press, 2001.

¹¹²FONSECA, Paloma Siqueira. *A presiganga real (1808-1831): punições da Marinha, exclusão e distinção social*. Dissertação de Mestrado em História. Brasília: UNB, 2003. Assim como no artigo da mesma autora: *Presiganga e as punições da Marinha (1803-31)*. Apud: CASTRO, Celso. IZECKSOHN.Vitor; KRAAY, Hendrik. Op. Cit., p. 139-157.

¹¹²Segundo Paloma S. Fonseca: Juvenal Greenhalgh menciona a existência de presigangas ou navios que serviam de prisão também no Pará, na Bahia, em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. Palavra que deriva da língua inglesa press-gang. Op. Cit.;

¹¹³ Coleção de Leis do Império. Lei 2556 de 26/09/1874 - Estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada. Decreto 5881 de 17/02/1875 - Aprova o Regulamento que estabelece o modo e as condições do recrutamento para o Exército e Armada.

feitos belicosos e heroicos praticados, em resposta às vinditas contra a França, e contra um vizinho mais que incômodo e intolerável pelo seu caráter despótico - José Gervásio Artigas.¹¹⁴ Sobre a presença da Marinha e sua participação em Caiena, Prado Maia afirma:

Estava coroada de completo êxito a expedição. Os oficiais que nela tomaram parte tiveram um posto de acesso e as viúvas dos que morreram em combate continuaram a perceber-lhes o soldo. Uma medalha de prata foi cunhada para comemorar o feito. E os soldados da expedição passaram a usar um distintivo no braço direito com a palavra Caiena.¹¹⁵

Para Senna Bittencourt, historiador naval contemporâneo, a repercussão dos atos de heroísmo e bravura desempenhados pelos oficiais que combateram nesses eventos pode ser mensurada pelo caso do Capitão-de-Mar-e-Guerra Luis da Cunha Moreira, nascido no Brasil, filho de um oficial da Marinha de Portugal. Bom oficial, para o historiador, cuja experiência foi sendo paulatinamente conquistada na Marinha portuguesa, destacando-se na ocupação de Caiena, e na anexação da província Cisplatina. Onde em 1822, após a emancipação política *alcançou o posto de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha*.¹¹⁶ Ou seja, nobreza, instrução e honra foram os elementos que suscitariam a ascensão ao posto mais alto da Marinha naquele momento histórico e político. Quanto à marinhagem, conforme destacou Prado Maia, um distintivo no braço direito era o que lhes restava.

O quadro não seria diferente em outro movimento, desta vez interno, através do qual a Marinha teve importante participação. Trata-se da revolta eclodida em Pernambuco em 1817. Um acontecimento oriundo de uma política econômica intervencionista desenvolvida por dom João, que beneficiava largamente o centro-sul da colônia em detrimento das demais regiões. Quadro inalterado, mesmo com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido, em 1815; reconhecendo uma situação que, pelo menos quanto ao Rio de Janeiro, há muito já se verificava de fato,¹¹⁷ em nada alterava as

¹¹⁴PRADO MAIA, João do. Op. Cit.; pp. 36-9.

¹¹⁵ Idem, p. 37.

¹¹⁶SENNA BITTENCOURT, Armando. *O poder Naval Português como origem da Marinha do Brasil*. Revista do IHGB. Rio de Janeiro: a. 174 (461), outubro/dezembro de 2013, pp. 45-56. As informações desse artigo podem ser consultadas de forma modificada em: SENNA BITTENCOURT, Armando. *Da Marinha de Portugal forma-se uma marinha para o Brasil, 1807 a 1823*. Disponível em: <http://www.casadatorre.org.br/forma-se-a-Marinha-do-Brasil.pdf>. Acesso em outubro de 2013.

¹¹⁷ BASILE, Marcelo. *O Império Brasileiro: Panorama Político*. Op. Cit; p. 191

condições dessas regiões, ou seja, permaneciam sujeitos aos arbítrios políticos, econômicos e administrativos da corte instalada.

Enquanto para Prado Maia esse movimento tratava-se de uma “revolução nativista”, o historiador Carlos Guilherme Motta rejeita-o, apoiando-se na ideia de que o movimento não previa, pelo menos em um curto espaço de tempo, provocar mudanças sociais.¹¹⁸ Ainda que tenha alcançado diferentes grupos sociais como militares, libertos e escravos o movimento se caracterizou por ser uma ação com sentido essencialmente político e de forte caráter antilusitano. Prado Maia destaca ainda os aspectos das ideias liberais que serviram como fermento ao movimento, apontando de forma detalhada a participação na contra-revolta por parte da província da Bahia e da divisão naval que saíra do Rio de Janeiro com destino àquela província, salientando:

Não nos cabe acompanhar aqui as perseguições e a morte gloriosa desses pioneiros da ideia de emancipação em nossa terra. Nosso objetivo é relatar sucintamente a ação da Marinha nessa luta e a ação da marinha, então, se limitou ao bloqueio do porto de Recife. Abandonada a cidade pelos revolucionários, todavia, o Almirante Rodrigo Lobo desembarcou, instalou-se em terra e, como digno representante de El-Rei, é acusado por vários historiadores de haver consentido, incentivado ou mandado praticar toda sorte de violências e arbitrariedades contra os patriotas vencidos. Ele era português, porém... E é justamente esse um dos motivos da nossa repugnância em admitir que a esquadra bloqueadora de Recife, como marinha de então, já fosse brasileira.¹¹⁹

O desenrolar dos fatos narrados, com forte olhar retrospectivo e em tom de desabafo nos dá indícios de como era, e ainda é cara aos historiadores navais a produção de uma memória coletiva de cunho glorificador do papel desempenhado pela Marinha e seu oficialato nos acontecimentos políticos internos e externos no período que antecede a emancipação do Brasil em 1822.¹²⁰ Paralelamente, percebemos que o autor deixa claro o “gap” existente entre as práticas pertinentes vinculadas às funções específicas

¹¹⁸PRADO MAIA, João do. Op. Cit; pp. 42. MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

¹¹⁹PRADO MAIA, João do. Op. Cit; p. 44.

¹²⁰ Além das Bibliografias já citadas no corpo desse estudo, existem outras as quais destacamos: PALHA, Garcez. *Efemérides Navais*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Serviço Geral de Documentação da Marinha, 1983. J.M.A. *A evolução da Marinha. Rio de Janeiro*: Papelaria Macedo, 1909. GREENHALGH, Juvenal. *O arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na história: 1822-1889*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965, VIDIGAL, Armando A. Ferreira. *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985. SIMÕES DE PAULA, Eurípedes. *A Marinha*. Apud: HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico*. 5ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995, t.2 v.4, p. 259-73.

desempenhadas pela Marinha luso-brasileira, alcançados por intermédio da experiência e organização, em relação à Marinha Portuguesa. Ainda que uma tenha emergido após a outra. E, até onde nos é possível verificar, nesse momento histórico e político apresentando mais continuidades entre si que rupturas, adequadas às heranças embarcadas e aqui compartilhadas.

Certo sentimento antilusitano apresentado nesse fragmento, assim como a importância que foi dada por Senna Bittencourt à naturalidade do oficial Capitão-de-Mar-e-Guerra Luis da Cunha Moreira não deixam dúvidas quanto à importância do Sete de Setembro de 1822 para os historiadores, histórico-memorialistas da Marinha. Identificado como marco cronológico da fundação de algumas instituições do país, *em especial a Marinha de Guerra*.¹²¹

No entanto, essa é uma discussão que estará intrínseca à medida que avançamos nesse estudo sendo importante registrar que em face do nosso objeto de estudo acreditamos que a demarcação de 1822, como ano de criação da Marinha como força naval constituída por aspectos administrativos independentes, quadro profissional em processo de organização, instrução e educação para todos os quadros; assim também, a implementação de práticas de construção naval só podem ser mensuradas melhor à partir dos anos de 1840.

1.4 – “Novos” atores: ministros da Marinha Imperial; “novas” práticas políticas?

Visando compreender um pouco melhor o processo de emancipação política de 1822 seria preciso, no mesmo sentido, entender as diferentes apreensões feitas pelos indivíduos nos dois lados do Atlântico em relação aos movimentos de 1820, em especial àquilo que acontecia no Brasil. Para esse estudo, contudo seria necessário um esforço além daquele possível para essa tese. Por isso, optamos em nos apoiar em uma historiografia específica que demonstrou fôlego e competência na condução da discussão proposta.

A importância desse estudo para a tese justifica-se a partir da inserção, compreensão de um conjunto de ideias e interesses “novos” e redes de sociabilidades que servem como outro fio condutor que pode nos levar a perceber se os indivíduos, independente do

¹²¹ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)*. Ob. Cit.;

pertencimento a estrato social poderiam ou não se permitir a politização pelo calor dos acontecimentos daquele momento histórico e político tenso vivido pelo Brasil.

Entendendo por politização um processo pelo qual os indivíduos entendem, ou supostamente tencionam a entender como funcionam as diferentes relações de poder. E cujos resultados desse processo são determinados conjuntamente pelos recursos e pelas instituições. Refletindo a probabilidade de um grupo qualquer identificado por sua posição na sociedade chegar a realizar seus interesses em determinadas formas e distintas muitas vezes de outros indivíduos. Sendo capazes por meio do consenso e intermédio da interação organizada coletivamente de forma a interesses também coletivos, ou “interesses comuns” agindo de forma estratégica para torná-los realidade.

Em linhas gerais, de ambos os lados, os descontentamentos ficaram ainda mais acirrados. Em Portugal, as invasões francesas, a perda de privilégios enquanto metrópole, a ruína da burguesia comercial frente à abertura dos portos brasileiros, a perda de grande parte dos privilégios da nobreza lisboeta e a fuga de capitais de Portugal para o Brasil, gerando a desvalorização da moeda frente ao mercado brasileiro, aliados aos ventos de um constitucionalismo europeu transformariam tais reivindicações no que ficou conhecido por “*Revolução Constitucional do Porto de 1820*”.

De acordo com Lúcia Bastos Pereira das Neves, as primeiras notícias sobre a chamada Revolução do Porto chegaram ao Rio de Janeiro em 17 de outubro de 1820. Em 28 de outubro, com a entrada do brigue *Providence* no porto do Rio de Janeiro, a população saudou, entusiasmada, as boas novas trazidas de Portugal. Como não poderia deixar de ser, afinal, como único meio de contato entre os dois lados do Atlântico, o mar mais uma vez seria elemento responsável por intermediar uma vitória. Um contraste em relação ao que vivia o Brasil.¹²²

Aos olhos dos portugueses de além-mar, o Brasil passava por um período de franca prosperidade, razão pela qual se sentiam preteridos em relação aos brasileiros, protestando contra aquilo que Marcelo Basile indica como sendo uma inversão colonial.¹²³ Todavia, no Brasil, a presença da Corte trouxe consigo aquilo que os portugueses reclamavam que em Portugal lhes faltava, ou seja, dinamizava-se uma economia política de privilégios, viabilizada pela concessão de mercês, atrelada à

¹²²NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas, constitucionais e pés de chumbo: a cultura política da Independência, 1820-1822*. Tese de Doutorado em História. USP, 1992.

¹²³BASILE, Marcelo. Op. Cit. p. 193.

emergência e ampliação de uma elite econômica e política vinculada aos próprios interesses.¹²⁴

No entendimento de Marcelo Basile:

Enquanto os brasileiros, em geral, e comerciantes estrangeiros em particular, se prendiam à face liberal da revolução, nela vendo o fim do Absolutismo, a preservação das prerrogativas do Reino Unido e a eliminação dos monopólios e privilégios ainda existentes, os comerciantes portugueses, por outro lado, viram na face colonialista e no traço antibritânico da mesma um meio para a restituição dos monopólios e privilégios comerciais de que antes gozavam.¹²⁵

A possibilidade de retorno da Corte para Portugal foi um ponto de inflexão, gerando de ambos os lados divergências entre todos os grupos envolvidos, fossem eles pequenos comerciantes brasileiros, burocratas, portugueses enraizados, fazendeiros localizados na região centro-sul e ao norte. Qualquer medida tomada desagradaria uma parcela importante desses grupos, pois se constituíam em grande ameaça aos seus interesses, circunscritos em vantagens políticas e econômicas, oriundas principalmente dos últimos tempos.

Pressionado e decidido pelo regresso a Portugal, d. João VI deixa como regente no Brasil d. Pedro. Nem mesmo a realização das eleições para as Juntas de Governo provinciais e a escolha dos deputados constituintes a Lisboa para participação nas Cortes minimizaram o quadro de inquietação presente; ao contrário, se fizeram acirrar.

As mudanças repercutiram também na Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Por decisão das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, imediatamente instaladas após 1820, em 8 de novembro de 1821, ficou estabelecido que os negócios de ultramar fossem expedidos pelas outras secretarias. Assim, sobre os domínios ultramarinos, as secretarias de justiça, fazenda e guerra teriam ingerência segundo a natureza e aspectos relativos ao Reino. Desta forma, à Secretaria da Marinha caberiam apenas os negócios referentes às forças navais e de pessoal.

Permaneceu à frente da pasta o então oficial “*português*” Manuel Antonio Farinha, Conde de Souzel. Egresso da Real Academia de Guardas-marinha de Lisboa, após algumas missões tanto na Europa, quanto no Brasil, foi embarcado como Capitão de

¹²⁴URICOECHEA, Fernando. O Minotauro Imperial. São Paulo: Difel, 1978.

¹²⁵BASILE, Marcelo. Idem, p. 194.

Fragata na Nau Martim de Freitas (futura Nau Pedro I). Em 1816 foi elevado ao posto de Chefe de Divisão.

Uma das mais importantes missões desse oficial foi escoltar o transporte da princesa e futura imperatriz do Brasil, d. Leopoldina, da Europa para o Brasil em 1817, a mando de d. João. Desde 1818, já no Posto de Chefe de Esquadra, arriou pavilhão de bordo da Nau d. João VI. Contudo, em 22 de abril de 1821 toma posse como “Secretário de Marinha”, permanecendo no cargo até 22 de outubro de 1822.

Sobre o caminho percorrido por Antonio Farinha na Marinha, o historiador institucional Lucas Alexandre Boiteux afirmaria:

Pelo que temos visto era o Chefe Farinha um dos felizardos afilhados do governo ou, melhor, da camarilha secreta do rei, pois, enquanto seus camaradas, entre sofrimentos e privações, com os minguaos vencimentos em atraso, expunham a vida enfrentando os revolucionários de Pernambuco e, na campanha da Banda Oriental, as balas artiguenhas, era o nosso biografado um dos poucos escolhidos para as comissões rendosas, cômodas e de destaque, logrando com isso ajuda de custo, gratificações para representação, promoções e comendas. Não tinha outros préstimos. Era dos tais que, egoisticamente, seguem o preceito de “vida eu quente e moa-se a gente”. Áulico e cortesão, fazia carreira á custa da dedicação e esforços dos seus companheiros de armas. Era essa, pois sua escola.¹²⁶

Como se percebe, sua percepção sobre a personalidade do Ministro Manuel Antonio Farinha está recheada de elementos depreciativos. Contudo, podemos hipoteticamente identificar que sua crítica é feita ao pertencimento do Ministro Farinha ao campo de influência subordinado pela Corte. Esse campo alimentava o sistema da economia política de privilégios, inspirado na configuração patriarcal do Estado. Mas, é importante ressaltar que a crítica implícita nas palavras de Boiteux se faz à falta do critério meritocrático para a escolha do Ministro que deveria seguir, no seu entendimento, a ordenação de um campo militar moderno diferente do nobiliárquico adotado, e que esse critério deveria ordenar, ou servir como ponte para que pudesse ser ocupado cargo de tal envergadura.

Vale aqui reiterar a percepção de outro historiador naval, Prado Maia, pela qual, após a chegada da família Real ao Brasil, *oficiais e aspirantes ascendiam devido aos seus*

¹²⁶BOITEUX. Lucas Alexandre. Ministros da Marinha: notas Biographicas (1808-1840). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1933, pp. 92. Aspas conforme nota do autor.

méritos e serviços.¹²⁷ Ou seja, percebemos que o sentido dado ao mérito pelos historiadores navais se assemelha ao que hoje identificamos em relação às funções do oficial e do comando militar. Elas prioritariamente precisam ser detalhadas, e a formação ilustrada corresponde a um dos requisitos mais elementares nesse processo. A formação desempenha lugar de destaque, sendo o tempo de serviço e o mérito de carreira outro fator considerado essencial; juntos, alavancam a hierarquia militar.

Esses aspectos tendem a ficar visíveis e identificáveis nos diferentes relatórios dos Ministros da Marinha nos anos de 1830-1840. Espaço onde constantemente fazem referências ao aumento do soldo para aqueles oficiais e marinheiros que tivessem mais tempo de serviço e permanecessem embarcados.¹²⁸

Lucas Alexandre Boiteux era um oficial de carreira, e importante membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Academia de Letras de Santa Catarina, onde nasceu, e dos Institutos Históricos Brasileiro, do Ceará, do Espírito Santo, do Paraná, de Santa Catarina e de Ouro Preto; sua trajetória militar e acadêmica se confunde. Foi um homem público inserido nos aspectos do cotidiano da Primeira República, e sua singularidade ligada a sua condição de homem das letras. Em sua obra *Ministros da Marinha: notas biográficas (1808-1840)* – publicado em 1933, Boiteux faz várias críticas aos Ministros da Marinha que ocuparam o cargo nos anos iniciais pós-emancipação. Contudo, como o fragmento acima deixa entrever, muitas delas têm relação direta com os privilégios recebidos na estreita ligação destes ministros com o poder real.

O que estamos procurando apontar, tomando como exemplo as notas biográficas dos Ministros da Marinha do Almirante Lucas Boiteux, é que os historiadores navais inseridos em suas temporalidades assumiram uma postura crítica à relação entre a aristocracia do trabalho naval luso-brasileiro com o poder régio no que tange aos critérios de meritocracia. Tal idealização crítica pode ter se originado de uma série de eventos propiciando a abertura de diferentes campos de experiências desenvolvidos também a partir da leitura que alguns oficiais fizeram das manifestações da modernidade política que emergia em outros países e também no Brasil no século XIX. Referimo-nos aqui não apenas aos processos de acumulação de conhecimentos necessários ao desempenho das atividades específicas dos homens do mar. Mas, é

¹²⁷Ver citação nº 41.

¹²⁸ Relatórios do período de 1826 -1959 podem ser consultados eletronicamente por intermédio da página: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>.

preciso considerar que a Marinha e seu corpo profissional, da forma como passaram a ser concebidos, têm uma trajetória histórica e uma origem, e bases sociais. Vale ainda destacar que até o século XIX buscava-se a proficiência de forma prática e aleatória no convés do navio, requerendo-se dos aspirantes exames de navegação e marinhagem. Permitia-se que nobres pudessem comandar navios sem experiência prévia, dando-se primazia aos vínculos aristocráticos. Com o progresso tecnológico alcançado paulatinamente durante o século XIX, passa-se a exigir uma perícia cada vez maior para tripular embarcações mais sofisticadas, influenciando a própria identidade dos oficiais e dos marinheiros.

Um dos fatores que não pode ser desconsiderado para a compreensão dessas fundações sócio-históricas são os arranjos políticos dos anos de 1820 (*Vintismo*), cujo movimento apresentava uma face liberal, no que diz respeito a Portugal, por outro *colonialista*,¹²⁹ no que diz respeito às demais possessões do Império, em especial o Brasil. Outro, a penetração de uma literatura ilustrada em algumas bibliotecas públicas das principais províncias, e um substancial aumento de leitores (ativos e passivos) fazendo modificar o perfil das livrarias. Segundo a historiadora Iara Lis C. Souza:

Predominavam os livros devocionais, missais, hagiografias, sermões, orações; todavia apareciam, de modo difuso e crescente, as obras de Raynal, Mably, De Pradt, Voltaire, Rousseau, Montesquieu e outros textos de cunho ilustrado: proliferavam também obras dedicadas ao direito natural.¹³⁰

Os historiadores Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros, debruçados em análises feitas nos periódicos que circulavam entre os anos de 1820 e 1830 no Rio de Janeiro, sublinharam algumas especificidades que marcaram o surgimento da imprensa no Brasil. De acordo com Morel e Mariana, tais especificidades acompanham e vinculam-se “às transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de independência e de construção do Estado nacional.”¹³¹ Em suma: a palavra impressa circulava e ajudava a delinear identidades culturais e também políticas.

¹²⁹O sentido aqui empregado é político e não tem relação com a ideia de recolonização.

¹³⁰SOUZA, Iara Lis C. *A Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar ed. 1999, p. 19.

¹³¹MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 7.

Esses elementos, que apareceram aqui em um contexto histórico delimitado, não permaneceram estagnados. Ao contrário, fizeram algumas viagens, contatos, marcaram e deixaram-se marcar, como veremos no próximo capítulo. Tais elementos, somados às concepções profissionais da ilustração militar reciclada orientada pela Academia dos Guardas-Marinha em suas diferentes fases de reestruturação (a segunda reestruturação será acompanhada em parte adiante), possivelmente contribuíram e serviram como instrumentos facilitadores no processo de emergência dessa perspectiva crítica adotada pelos oficiais da Marinha, que desenvolveram uma mentalidade que fez assimilar os valores, as regras e os ensinamentos militares; e, com isso, capaz de fazer dos indivíduos membros do corpo militar, fossem eles oficiais ou marinheiros.

A importância da formação militar ilustrada reflete diretamente na compreensão e intencionalidade de que a Marinha luso-brasileira estava buscando constituir-se em uma organização administrativa e operando, modificadamente em relação àquele poder naval que outrora dominava os mares, e que Norbert Elias descreveu como sendo de *oposição entre oficiais-marinheiros e oficiais-gentlemen*.¹³²

Corroborar essa assertiva o fato de que os integrantes da Marinha passaram por mudanças e também acompanharam as transformações que se desenvolveram de forma endógena com o objetivo de regular, através do rigor das normas, a rotina acadêmica, e “disciplinar a tripulação;” principalmente, a companhia dos aspirantes a Guardas-Marinha; assim como no contexto exógeno nos campos político e econômico do Brasil.¹³³

A importância da formação foi de certo modo tão valorizada que nesse sentido a Marinha passa a reeditar diuturnamente estratégias e criar formas para manter aspectos institucionais considerados importantes como: a exaltação de ilustres patronos e heróis; tornando objeto de culto os episódios históricos e feitos gloriosos, nos diferentes eventos e datas comemorativas que imputavam a tradição; nas solenidades e nas formaturas. O imaginário coletivo do corpo de Marinha é afetado pelo conceito que foi construído e apreendido em torno dela, delineando e formatando aquilo que é valorado

¹³²ELIAS, Norbert, *Estudos sobre a Gênese da Profissão Naval*. Op. Cit.;

¹³³AN, Série Marinha, XM 214. Relatório do Chefe de Divisão e Diretor da Academia dos Guardas-Marinha (Nau Pedro II), Jacinto Roque de Sena Pereira.

como sua identidade. Essas operações refletiram na existência e na importância da ocupação militar dos oficiais de Marinha no século XIX.¹³⁴

A importância desse aspecto para nosso objeto consiste em compreender como a hierarquia concebida pelos *ironsiders* – os *homens de consciência* –; constituídos em oficiais de Marinha imbuídos de uma mentalidade racional e moralizante foram percebendo e reconhecendo a disciplina como um elemento capaz de “*converter a conservação do prestígio estamental e a esteriotipação de seu modo peculiar de viver em algo que foi consciente em grande parte e racionalmente desejado*,”¹³⁵ nos anos que se seguiram à emancipação e à reorganização da Marinha luso-brasileira. Uma das chaves de leitura delimitada para esse fim é conhecer e procurar identificar por meio de alguns elementos existentes nos dados biográficos dos Ministros de Marinha trazidos a esse trabalho pelas mãos de Lucas Boiteux e Tavares Lyra.

A “*biografia, uma das primeiras formas de história*” produzida pelos nossos interlocutores, a despeito de sua importância para nosso estudo, foram tomadas aqui dentro de uma perspectiva que fazia dos indivíduos seres isolados e na encruzilhada dos fatos,

com isso, distantes de serem considerados receptáculos de correntes de pensamento e de movimentos que a narrativa de suas vidas tornaria mais palpáveis, deixando mais tangível a significação histórica geral de uma vida individual.¹³⁶

Todavia, o que nos importa das narrativas de vida que serão apresentadas são essencialmente os fatos por intermédio dos quais poderemos estabelecer formas de validar a adequação dos diversos discursos produzidos pelo saber desses ministros e seus objetos de ação.

¹³⁴Durante nossas pesquisas encontramos depositado na Biblioteca Nacional, sessão de periódicos (Jornal do Comércio); uma série de escritos produzidos por Lucas Alexandre Boiteux denominados: *Bordejós sobre meio século de Marinha*, com periodicidade entre janeiro e junho de 1955. Trata-se da comemoração de suas memórias do período que ingressou na Escola Naval, na turma de aspirantes de 1897. Por intermédio dessas memórias pudemos perceber, estabelecendo uma ponte ao que estamos discutindo a percepção de Boiteux sobre a importância da formação para os oficiais de Marinha. Relatava: *Afora os bordejós a vela nos brigues e patachos disponíveis, nenhum outro exercício de índole marinheira se efetuava. O lançamento de torpedos, o fundeio de minas e o tiro de artilharia se realizava. Também o ensino da navegação, da topografia, de geodésia e das máquinas ministrava-se nas salas de aula, sem a correspondente aplicação no terreno prático.* (Jornal do Comércio de 03/02/1955).

¹³⁵WEBER, Max. *O significado da Disciplina*. Apud: WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5ª Ed. Rio de Janeiro, LTC, 2010, p. 177.

¹³⁶DEL PRIORE. Mary. *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*. Revista Topoi, v. 10, n. 19, jul.-dez, 2009, p. 9.

Outro português, Vice-almirante Joaquim José Monteiro Torres, antecessor de Manuel Farinha, pelo período de três meses (22/02/1821 – 22/04/1821), não teve melhor sorte em sua biografia escrita por Lucas Boiteux. Chegando ao Brasil em 1808, como Chefe de Divisão, ainda a bordo da Nau Príncipe Imperial recebeu o cargo de Ajudante-general. No Rio de Janeiro, despejou um proprietário brasileiro de sua casa (aposentadoria),¹³⁷ e viveu também do aluguel dos cômodos que sobravam. Para seu biógrafo:

Provavelmente, quando embarcou para o Brasil, com a chusma¹³⁸ que acompanhou El-rei, trazia já bem architectado o projecto de explorar a nossa dadivosa terra e os seus hospitaleiros naturais. Era da massa do sangue. Velho, achacado de poucas luzes, não procurou pôr em ordem as coisas e melhorar a situação deplorável de sua classe; cingiu-se, automaticamente, em manter os mesmos processos rotineiros na administração sem interessar-se ao menos pelo restabelecimento de determinados serviços suspensos ou desorganizados por variados motivos decorrentes da situação anormal por que passara o país.¹³⁹

Boiteux reproduz em seus relatos um libelo acusatório contra Monteiro Torres, em audiência entre o paraense Felipe Alberto Patronil M. Maciel Parente e El-rei, em 22 de novembro de 1821,¹⁴⁰ do qual reproduziremos as partes que denunciavam a inabilidade do Ministro em relação às perspectivas políticas do seu acusador.

Todo mundo sabe que o actual Ministro da Marinha é inábil. Sua velhice, seu falar, seu jeito, seu andar tudo inculca o repouso próprio de quem esta chegada à vida futura. (...), entretanto, os povos padecem e o Pará esta desesperado! Os Ministros de Estado e os conselheiros deviam já ter dito a V. Majestade; que Torres deve ser demitido; ele já tem sido acusado no Congresso por anti-constitucionalista, por incapaz em uma palavra; é velho e frouxo, não tem energia. Dê-lhe V. Majestade sua demissão e ponha em seu lugar um homem cheio de patriotismo seja de que classe for um carpinteiro que seja inteligente, honrado e enérgico pode ser Secretario de Estado; não é preciso que seja Almirante, nem Conde, nem comendador, nem bispo. Faça S. Majestade responsabilizar todos seus ministros e conselheiros, quando

¹³⁷Por aposentadorias eram chamadas os despejos por ordem real.

¹³⁸Segundo o dicionário de língua portuguesa do padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Tomo 2º de L a Z. Lisboa, ano M. DCC. LXXXIX. Op. Cit; p. 271. Por Chusma se entende: a gente de serviço nos navios.

¹³⁹BOITEUX. Lucas Alexandre. Op. Cit.; pp. 85-86.

¹⁴⁰Pode parecer estranho que J. J. Monteiro Torres tenha sido acusado enquanto ministro da Marinha em novembro de 1821; quando datamos sua permanência no cargo no período compreendido entre fevereiro e abril de 1821. Período que corresponderia ao mandato de Antonio Farinha. A explicação para esse fato se deve que Monteiro Torres regressou com a corte para Portugal, em 26 de abril de 1821, deixando no Brasil como Secretario de Marinha Antonio Farinha. Cargo que correspondeu naquele momento o de Ministro da Marinha.

não falarem a verdade, e lhe não insinuarem tudo quanto for a benefício da Nação.¹⁴¹

Mais uma vez, a exemplo dos relatos do primeiro biografado, os elementos depreciativos são elementos constantes quando se refere ao representante português ocupante da pasta da Marinha. Todavia, um elemento aparece neste relato de forma mais contundente. Além de um sentimento patriótico difuso, o acusador Felipe demonstra sua insatisfação pelo fato do ministro não ser adepto do constitucionalismo. Esse fragmento revela aquilo que a historiografia dedicada ao estudo da emancipação política tem constatado em relação às relações de animosidades que geraram grande insatisfação entre as províncias.¹⁴² Primeiramente, com a transmigração da corte, sua manutenção e a centralização política e econômica em torno do eixo centro-sul do Brasil, em detrimento de outras regiões do país, especialmente do Norte; e a forte ligação dessas regiões desprestigiadas no país com as Cortes Constitucionais instaladas na metrópole.

Paralelamente, percebemos a lusofobia também presente no ato acusatório. Contudo, conforme observado, mediado por um patriotismo difuso e politicamente colocado de forma ambígua. Afinal, se Felipe reclamava junto ao Rei sobre a inabilidade do ministro, que era português, e ao mesmo tempo exigia a nomeação de um patriota para o cargo, este deveria ser - na visão de Felipe – outro português, ou um brasileiro? No entanto, a questão da discussão de uma possível nacionalidade brasileira em seu sentido mais estrito no século XIX não é aconselhável. A questão da identidade e do que representava ser brasileiro estava em movimento e conectada diretamente à construção política que se fazia emergir naquele momento histórico e político.¹⁴³ Por conta das fortes ligações daquela província com a metrópole lisboeta, conforme salientado anteriormente, não estaria o acusador Felipe se referindo a um português que não estivesse ligado à Corte do Rio de Janeiro, ou seria o acusador um indivíduo pró-independência? Os elementos ambíguos do movimento vintista e a própria situação brasileira da época aparecem nesse fragmento de forma nítida.

¹⁴¹BOITEUX. Lucas Alexandre. Ibid, p. 85-86.

¹⁴²MOTTA. Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972; (Em especial a segunda parte: das independências)

¹⁴³RIBEIRO, Gladys Sabino. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Feperj/Relume Dumará, 2002

Em Lisboa, as Cortes reunidas já haviam decidido também pelo retorno de d. Pedro a Portugal. Sob sua regência, o Rio de Janeiro e demais províncias viveram sob grande apreensão, resultado das incertezas no que diz respeito a qual lado, ou possíveis inclinações políticas, fosse liberal ou despótico, o regente assumiria. Havia, entretanto, um conjunto de forças que atuava em cada lado de uma possível escolha do príncipe regente. Ele próprio voltava-se cada vez mais para a defesa dos interesses brasileiros representados pelos grandes proprietários rurais, uma elite urbana burocrática e intelectualizada, com “traços liberais”; desde que mantidas a escravidão e o latifúndio voltado à exportação.

Do Dia do Fico, em 9/1/1822, até o Sete de Setembro daquele mesmo ano, as tropas portuguesas, em especial a Divisão Auxiliadora que permanecia na Praia Grande (hoje Niterói) constituíram a principal força de resistência a qualquer ato que pudesse significar uma atitude autonomista do Brasil.¹⁴⁴ A Marinha, segundo relato dos historiadores navais, esteve ao lado e sempre sob as ordens do regente. Inclusive, obedecendo a tais ordens o ministro “português”, Manuel Antonio Farinha, tendo à frente José Bonifácio de Andrada e Silva, como Ministro do Reino e Negócios Estrangeiros.

A proibição do desembarque das tropas portuguesas deslocadas de Lisboa para fazer cumprir as ordens das cortes de levar d. Pedro de volta a Portugal, só foi possível mediante a participação da Marinha, ao fazer fundear entre as fortalezas da barra do Rio de Janeiro a referida tropa marítima, comunicando-se por terra somente após a assinatura do termo de submissão incondicional ao Príncipe Regente.¹⁴⁵

Imediatamente após receber o título de Defensor Perpétuo do Brasil em 13 de maio de 1822 do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, d. Pedro, em 3 de julho de 1822, convoca uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, composta por deputados eleitos pelas diversas províncias. Proposta um pouco diferente da apresentada por Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, Antonio João Lessa, Clemente Pereira, João Soares Lisboa e Bernardo José da Gama, que anteriormente haviam solicitado ao regente a convocação de uma Assembleia Geral das Províncias do Brasil, que funcionaria como um corpo legislativo paralelo às Cortes de Lisboa.

¹⁴⁴BASILE, Marcelo. Ob. Cit.; p. 199.

¹⁴⁵PRADO MAIA, João do. Ob. Cit.; p. 47.

Com a convocação para a Assembleia Constituinte, aos moldes e vontade do regente, duas correntes com visões distintas sobre o caminho a ser percorrido dividiram as elites políticas e intelectuais, e no bojo das discussões os demais grupos de pessoas que compunham o povo. No entendimento da historiadora Lúcia Bastos Pereira das Neves, cristalizaram-se dois grupos. De um lado os mais moderados, identificados com uma monarquia mais centralizada administrativa e politicamente, com predomínio do Executivo sobre o Legislativo e a soberania restrita ao Rei. O outro grupo, dos mais radicais, preconizava uma monarquia menos centralizada, com predomínio do Legislativo sobre o Executivo e assentada na soberania popular.¹⁴⁶ Ainda segundo Lúcia Bastos, não havia, entretanto, um debate ou mesmo divergências quanto ao ideal de uma monarquia constitucional e representativa. “*As maiores divergências públicas ficavam por conta das relações de poder referentes a cada um dos sistemas.*”¹⁴⁷

Em certa medida, foi o que observamos em relação à acusação de Felipe Alberto Patronil M. Maciel Parente contra o Ministro Monteiro Torres; agora, mais clara em relação as suas pretensões. Ou seja, o mesmo indicava uma possível ruptura com Portugal nos moldes anticolonial e antimetropolitano; Felipe pode ser considerado um radical de sua época. Vale aqui como um parêntese explicar que a narrativa que procuramos salientar tem ligação direta com os diferentes modelos políticos que iriam se constituir na medida em que diferentes grupos de interesses fossem se articulando.

As eleições para a Assembleia, como não poderia deixar de ser, colocou em lados opostos os grupos dos moderados e radicais. Os primeiros defendiam uma eleição indireta; os segundos, apoiados no princípio da soberania popular, a desejavam direta. As instruções de 19 de junho, constituindo-se na primeira lei eleitoral brasileira,¹⁴⁸ trariam a proposta vencedora. As eleições seriam indiretas e:

Tem direito a votar nas eleições paroquiais todo o cidadão casado e todo aquele que tiver de 20 anos para cima sendo solteiro, e não for filho-família. Devem, porém, todos os votantes ter pelo menos um ano

¹⁴⁶Pertenciam ao grupo dos radicais: Gonçalves Ledo, Januário da Cunha, Clemente Pereira, Frei Caneca, Cipriano Barata, Diogo Feijó, entre outros.

¹⁴⁷NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. Ob. Cit.

Pertenciam ao grupo dos moderados: José Bonifácio, Antonio Carlos e Martim Francisco Andrade e Silva, José da Silva Lisboa, Azeredo Coutinho, Araújo Lima, José Joaquim da Rocha, entre outros.

Pertenciam ao grupo dos radicais: Gonçalves Ledo, Januário da Cunha, Clemente Pereira, Frei Caneca, Cipriano Barata, Diogo Feijó, entre outros

¹⁴⁸RODRIGUES FERREIRA, Manoel. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2ª ed. Brasília: TSE/SDI, 2005, p. 73.

de residência na freguesia onde derem o seu voto (...). Os eleitores de paróquia, quinze dias após a eleição, deviam achar-se nas “cabeças de distritos” a que pertencessem suas respectivas freguesias.¹⁴⁹

O processo eleitoral foi um divisor natural de águas. Se, por um lado, um grupo insistia em manter o Reino unido, por outro, aqueles ligados a Gonçalves Ledo aspiravam à separação e à construção de um Império Brasileiro. As eleições no Brasil foram entendidas em Portugal como uma clara alusão à vontade de romper com o pacto que os unia, encarado ainda como um eminente perigo. Pois, confirmada a Independência, em caso de morte de d. João VI, em um futuro próximo os Reinos estariam novamente reunidos com a sede da monarquia no Rio de Janeiro.

À medida que os acontecimentos se precipitavam com a discussão do papel do Brasil e de Portugal no império, dentro do que seria um corpo autônomo, as forças políticas moderadas e radicais se agitavam produzindo manifestos divulgados internamente através da imprensa, e enviados ao exterior para os governos das nações amigas no sentido de deixar clara a insatisfação do Brasil em relação às medidas tomadas pelas cortes de Lisboa.

No decorrer do período, e mediante atitudes tomadas de forma intransigente pelas cortes, após hesitação natural, afinal internamente o país vivia constantes agitações políticas e institucionais, com o país mergulhado em séria crise econômica, d. Pedro proclama a independência.¹⁵⁰ Desafios estavam sendo colocados ao Brasil emancipado. A solução monárquica parecia o caminho mais provável e seguro para a independência,¹⁵¹ momentaneamente agradava aos dois grupos de interesses – moderados e radicais. Todavia, a moeda colonial se despedaçou. Melhor para o Brasil, no entendimento de alguns que naquele momento a autonomia tivesse chegado à forma do rompimento do pacto de forma bilateral, devido às ações propostas pelas Cortes Lisboetas; do que efetivamente ter sido gerado por um movimento endógeno revolucionário.

Aclamado Imperador do Brasil, d. Pedro I teria pela frente grandes desafios. O primeiro deles foi efetivamente a convocação para a Assembleia Constituinte. Outros desafios

¹⁴⁹Op. Cit.; p.73-4.

¹⁵⁰Segundo Marcelo Basile, a data de 7 de Setembro como dia da Independência só foi reconhecido em 5 de Setembro de 1823, após resolução da Assembleia Nacional Constituinte. O dia 12 de Outubro, aniversário do futuro Imperador, teria sido a data oficializada por d. Pedro através da Proclamação aos Portugueses. Op. Cit.; p.203.

¹⁵¹CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem. Op. Cit.; p. 19.

foram reafirmar o Rio de Janeiro como centro político do Império e ao mesmo tempo ponderar sobre os interesses políticos vigentes. Mas, nenhum deles alterou a paisagem rural do país.¹⁵²

Invertendo a ordem estabelecida no parágrafo anterior, o primeiro passo do imperador foi trabalhar sobre a necessidade de constituir um novo Estado, definindo (separando) imediatamente os diferentes papéis que cada grupo (os radicais de Gonçalves Ledo e os moderados de José Bonifácio), envolvidos no processo de emancipação haviam tomado; inclusive do próprio Imperador. Não era difícil prever que d. Pedro nutria e se identificava mais com as ideias conservadoras e autoritárias de José Bonifácio, às populares e limitadoras do poder da Coroa de Gonçalves Ledo e demais radicais. Nesse sentido, José Bonifácio é empossado para o cargo de Ministro, conferindo-lhe poder e relativa autonomia para silenciar adversários.

Perseguidos, em fuga, presos e deportados, o grupo mais radical é desmantelado. Derrotada, submerge no contexto político brasileiro, deixando em aberto o campo político para a emergência e reorganização de uma elite política dotada de homogeneidade ideológica e de treinamento.¹⁵³ Havia sem dúvida certa homogeneidade social no sentido de que parte substancial da elite era recrutada entre os setores dominantes. Mas, complementa José Murilo de Carvalho:

A homogeneidade ideológica e de treinamento é que iria reduzir os conflitos intra-elite e fornecer a concepção e a capacidade de implementar determinado modelo de dominação política. Essa homogeneidade era fornecida, sobretudo pela socialização da elite, (...) por via da educação, da ocupação e da carreira política.¹⁵⁴

A elite política formada por conselheiros de Estado, Ministros, senadores, deputados, militares, clérigos e magistrados, em maioria ligada diretamente, ou em partes vinculada ao latifúndio escravista exportador, ao grande comércio e às finanças, viabilizou e forneceu sustentação econômica e política através do enraizamento de seus interesses, sobretudo através da interiorização da metrópole no centro-sul, como modelo monárquico centralizador, ampliando as experiências econômicas e políticas já existentes, como a escravidão e a política hierárquica.

¹⁵²MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial*. Op. Cit.; p. 27.

¹⁵³CARVALHO, José Murilo de. Ob. Cit.; p. 21

¹⁵⁴ Idem.

Ao recorrermos a uma narrativa dos fatos que deixaram suas marcas nesse momento histórico e político que se movia, influenciando a formação de diferentes grupos políticos, e por consequência diferentes projetos políticos. Nosso interesse, e por isso essa grande incursão ao tema da emancipação política, está circunscrito em compreender como os grupos constituídos em torno de diferentes ideias e representações foram se transformando em fontes para a identificação de uma determinada cultura política em que a linguagem se politizava e um “novo” ideário político, imaginado e pautado pelas Luzes, pretendia-se construir. O palco já havia sido escolhido.¹⁵⁵

O Rio de Janeiro, ou melhor, por intermédio da Corte instalada no Rio de Janeiro, a cidade pode ser considerada a fonte irradiadora do processo de idealização do Estado imperial, à medida que a classe senhorial herdeira da dominação exercida pelo colonizador sobre o território, exprimiu ou ainda, construiu sobre esse território um corpo político forjado por identidades, oposições oriundas de suas relações, da vida social dos homens. Em suma: entre outras importantes cidades, o Rio de Janeiro constituiu-se em uma cidade de chegadas e partidas intermediando as experiências dos agentes na trama da constituição de um corpo político e de uma unidade de interesses que tinha por base a herança colonial e aquilo que haviam de construir.¹⁵⁶

A Assembleia Geral Constituinte, de vida efêmera, instalada em 3 de maio de 1823, não deixou de cumprir o seu papel em relação ao acirramento das relações entre o executivo e o Congresso. Em função da constante desconfiança das reais intenções do imperador face aos acontecimentos externos, como o fechamento das cortes de Lisboa pelo golpe de Vila Francada, e por seu apoio incondicional à pessoa de José Bonifácio. Da parte dos deputados brasileiros, havia interesse em limitar os poderes do monarca, principalmente aqueles relacionados às reais possibilidades de veto às leis e a dissolução do Congresso através do Projeto de Constituição que estabelecia uma monarquia hereditária e representativa, constituída pelos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

¹⁵⁵ Com referência a expressão Cultura Política ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. Segundo o autor, o surgimento e a elaboração do conceito cultura política se inscreve no sucesso da História Cultural, e ao paradigma culturalista. Descrevendo Motta que o procedimento metodológico característico desse paradigma é tratar das permanências e mudanças lentas no mundo social. *A Cultura Política permite uma abordagem culturalista dos fenômenos relacionados às disputas pelo poder*. Op. Cit.; p. 14.

¹⁵⁶ MATTOS, Ilmar. R. *Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política*. Almanack Brasiliense nº 01, maio de 2005, p. 8-26.

No entanto, um conjunto de fatores ligados diretamente às incompatibilizações entre algumas ideias de José Bonifácio, da Constituinte, de diferentes setores da elite brasileira e do próprio Imperador, a Constituinte foi dissolvida em 12 de novembro de 1823 pelo monarca com o apoio das tropas, sob o pretexto das críticas tecidas pelos deputados ao governo.¹⁵⁷ A título de nota, esse ato se cristalizou sem o respaldo do Ministro da Marinha a época, Luis da Cunha Moreira. Ainda segundo Marcelo Basile:

no decreto de fechamento, prometia, contudo, apresentar um projeto de Constituição, em breve, duplicadamente mais liberal do que a extinta assembleia acabou de fazer. Não foi isto, todavia, o que mais tarde se observou.¹⁵⁸

Em 25 de Março de 1824, elaborada pelo Conselho de Estado constituído pelo próprio Imperador, a primeira Constituição do Brasil é outorgada, vigorando com algumas modificações até o final do período imperial. Em linhas gerais, esse documento ficou qualificado pela centralização política e administrativa, e concentração de poderes disponíveis ao alcance das mãos de d. Pedro I.

A Constituição de 1824 definiu o sistema político como monárquico, hereditário, constitucional. O poder Legislativo dividido em Câmara dos Deputados e Senado, com eleições para ambas as casas, entretanto, transitiva para a Câmara e vitalícia para o Senado, através da escolha pelo imperador de um senador composta por uma lista tríplice apresentada pelas províncias. O país foi dividido em províncias e seus presidentes nomeados pelo Imperador. O voto era indireto para os representantes da Câmara, escolhidos por um corpo eleitoral após terem sido indicados pelos votantes. O voto era também censitário, votavam nas eleições primárias (aquelas que escolhiam o corpo eleitoral) os brasileiros que tivessem renda anual de pelo menos cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego. Para ser eleito ao cargo de deputado, era preciso ter quatrocentos mil réis e necessário professar a religião católica. As exceções em todos os níveis censitários recaíam sobre os libertos e escravos.

Ainda segundo a carta constitucional foi criado o Poder Moderador, através do qual a figura do Imperador foi considerada inviolável e sagrada, disso não sendo imputado a ele qualquer tipo de responsabilidade ou sanção. Foi efetivado também o Conselho de Estado, órgão formado por membros vitalícios escolhidos pelo soberano

¹⁵⁷BASILE, Marcelo. *O Império Brasileiro*. Ob. Cit.; p. 210-2.

¹⁵⁸BASILE, Marcelo. Idem.

para assessorá-lo. Ao Imperador cabiam ainda amplos poderes para nomear senadores, dissolver a Câmara, convocar novas eleições para aquela que a substituísse, aprovar ou vetar as decisões da Assembleia Geral constituída pela Câmara e Senado.¹⁵⁹

No entendimento de José Murilo de Carvalho,¹⁶⁰ para os padrões da época, a legislação brasileira era muito liberal, pois ampliava o direito ao voto em relação aos padrões dos países europeus, permitindo que os analfabetos votassem. Todavia, constatamos que não havia na Constituição nenhuma referência ao voto dos analfabetos, e também das mulheres, excluídas dos direitos políticos pelas normas sociais vigentes. Ainda assim, de forma positiva, entendemos que durante todo o Império as eleições foram ininterruptas, demonstrando e reafirmando as ambiguidades do regime. Se por um lado em relação ao período colonial houve avanços, por outro os brasileiros tornados “cidadãos” pela Constituição de 1824 eram os mesmos, ou em grande parte, experimentando as condições de abandono do sistema educacional em relação à grande maioria da população – o analfabetismo em larga escala – propiciando usos indevidos pela elite dominante dos votos desse grande número de pessoas; ora se valendo dele para a manutenção da ordem, ora queixando-se de sua ampliação pela perda de controle e gastos excessivos com as eleições.

Contudo, as ações e reações de d. Pedro I, dissolvendo a Constituinte e outorgando uma Constituição em 1824, simbolizaram a proeminência da política centralizadora, autoritária e intervencionista que viria a predominar durante o primeiro reinado. Aliado a isso, configurou-se o predomínio das elites políticas ao tipo de Estado que se criava com ascendência nesse “*segundo momento político*” dos *magistrados* e *militares*.¹⁶¹ Sobre esse grupo da elite dominante comenta José Murilo de Carvalho:

Os magistrados emergem politicamente dentro de um quadro de amplo predomínio da economia agropecuária, um setor urbano dominado por atividades terciárias, e um secundário quase inexistente.

¹⁵⁹ Constituição Política do Império do Brasil de 25 de Março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em outubro de 2014.

¹⁶⁰ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

¹⁶¹ Os historiadores Gladys S. Ribeiro e Vantuil Pereira no artigo: *O primeiro Reinado em revisão*; propõe que teriam existido três ondas políticas no primeiro reinado. A primeira onda teria durado da chegada das notícias referentes às movimentações ocorridas no Porto até a celebração do Tratado de Paz e Amizade. A segunda onda até 1831, que marcaria o fim dos movimentos iniciados em 1826. A terceira e última onda iniciada em 1831 com seu fim em 1837. RIBEIRO, Gladys Sabina e PEREIRA, Vantuil. *O Primeiro Reinado em revisão*. Apud: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 148. Uso das aspas e itálico é nosso. Aqui datado o 2ª Temporalidade política pensado para este estudo: 1824-1831.

Ainda, para José Murilo de Carvalho,

O Estado constituía o maior empregador dos letrados que ele próprio formava. A Elite política refletiu, então, essa característica com profunda consequência de tender a fundir-se com a burocracia (...) o emprego público era a ocupação que mais favorecia uma orientação estadista e que melhor treinava para as tarefas de construção do Estado na fase inicial de acumulação de poder. A suposição era particularmente válida em se tratando dos magistrados que apresentavam a mais perfeita combinação de elementos intelectuais, ideológicos e práticos favoráveis ao estadismo. Na verdade, foram os mais completos construtores de Estado no Império.¹⁶²

Em relação aos militares como membros da elite política é preciso frisar que naquele momento específico o “*ser militar*” estava ainda ligado às noções de ascensão social, e partilhava dos valores comuns com determinada classe senhorial, conforme destaca a historiadora Adriana Barreto,

Reconhecer o caráter desmilitarizado da Real Academia Militar e os cotidianos problemas de disciplina experimentados por seus alunos e por aqueles que freqüentam o Real Colégio dos Nobres, mais do que descrever seus currículos, é fundamental para desfazer uma certa imagem, bastante naturalizada, do que é ser militar no século XIX. Os oficiais que integravam o corpo de generais do Exército brasileiro nos anos de 1840 não detinham um conhecimento técnico específico sobre a arte da guerra, não partilhavam de valores orientados por uma disciplina rigorosa, nem constituíam um grupo unificado por uma identidade corporativa. Isso porque nenhuma experiência vivida por eles durante os anos de formação visava desenvolver esses conhecimentos e predicados. Esse perfil é de um militar do século XX.¹⁶³

Em suma: ser militar era antes de tudo ser um homem da Corte. Sobre cada um desses representantes da elite política no Brasil do Primeiro Reinado, de acordo com José Murilo de Carvalho, a ocupação dos Ministros de Estado, Senadores e Deputados do Primeiro Reinado (1822 a 1831) apresentam uma ampla predominância desses dois grupos da elite dominante que imprimiram a dinâmica política desse período:

¹⁶²CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Op. Cit.; , pp. 90-8.

¹⁶³SOUZA, Adriana Barreto. *A Serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)*. Apud: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Ob. Cit.; pp. 169-70. Ver também da mesma autora: *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: AN, 1999.

Tabela 2 - Ocupação dos Ministros de Estado em %

OCUPAÇÃO	1822-1831
Magistrados	33,33
Militares	46,66
Total no Governo	79,99

Tabela 3 - Ocupação dos Senadores em %

OCUPAÇÃO	1822-1831
Magistrados	41,66
Militares	16,66
Total no Governo	58,32

Tabela 4 - Ocupação dos Deputados em (%) - Legislatura de 1826

OCUPAÇÃO	1822-1831
Magistrados	27,00
Militares	9,00
Total no Governo	36,00

Fonte: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Ob Cit; p. 103-108.

No entanto, Adriana Barreto aponta, para o caso dos oficiais que integravam o corpo de generais do Exército brasileiro entre 1837 e 1850, que a formação acadêmica era dispensável na construção de uma carreira bem sucedida.

Tabela 5 – Formação acadêmica dos militares

ORIGEM	Nº	%
Real Academia Militar	9	19,6
Academia de Marinha de Lisboa	2	4,3
Real Colégio dos Nobres	2	4,3
Real Academia dos Guardas Marinha	1	2,2
Universidade de Coimbra	1	2,2
Sem formação Acadêmica	30	65,2
Total	46	100

Fonte: SOUZA, Adriana Barreto. *A Serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)*. Ob. cit.; p. 162.

Ao analisarmos como fonte a Carta Régia que estabeleceu em Lisboa, a Academia Real de Marinha em 5 de agosto de 1779,¹⁶⁴ a mesma descreve como sendo de atribuição dessa academia difundir conhecimentos científicos considerados de fundamental importância para os indivíduos que desejassem reconhecimento social como oficial na Marinha. Todavia, esse documento não estabelecia que aqueles indivíduos que ingressassem na academia estivessem atrelados a “*regimes disciplinares*”, leia-se, a uma disciplina militar. Essa Carta Régia, assim como as “reformulações” sofridas pela Academia dos Guardas-Marinha no Brasil serviu de base, e representou a preocupação com a necessidade de um ensino militar, mesmo que básico, mas que deixava claras a necessidade de serem incluídas modificações a formação militar até então empreendida. A experiência do indivíduo representante da aristocracia do trabalho naval precedia a experiência militar.¹⁶⁵ Ou seja, o que estamos afirmando é a identificação de uma experiência vivida apreendida por intermédio da categoria trabalho como elemento que antecede as experiências das batalhas como foco principal da experiência militar.

Todavia, é preciso reiterar que o processo de formação do Estado Imperial no Brasil, nos seus anos iniciais, foi distinto da formação dos Estados de tipo moderno no que diz respeito principalmente ao monopólio da violência legítima. Esse aspecto está ligado à manutenção da grande propriedade agrária de cunho exportador mantida pela exploração do trabalho escravo. Propício ao desenvolvimento de um tipo específico de militarismo que de certa forma respondeu e correspondeu às experiências políticas, econômicas e sociais das elites que atravessaram quase que intocadas o período de transição do Estado do Brasil colonial para o imperial, principalmente aquelas experiências vinculadas à terra.

A legislação específica que regulava o ordenamento militar: o Regimento Provisional, os Artigos de Guerra, as instruções de 1822 e a Constituição outorgada de 1824 expressavam um projeto de ordem, disciplina e de hierarquia social para o Exército, quartéis e navios da Marinha.¹⁶⁶ Essas leis de caráter *compósito*¹⁶⁷, analisadas

¹⁶⁴ Documento consultado transcrito por: SCAVARDA, Levy. *A Escola Naval através do tempo. Subsídios para História Marítima do Brasil*. Op. Cit.; pp. 39-47.

¹⁶⁵ LORIGA, Sabina. *A Experiência Militar*. Apud: LEVI, Giovanni (Org.). *História dos jovens 2: a época contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 32. Segundo Loriga, A experiência militar não precedia o mundo do trabalho nos séculos XVII e XVIII; continuando, em muitos casos até o final do século XIX.

¹⁶⁶ Através de decisão de 15 de setembro de 1824 foi suspensa a aplicação dos Artigos de Guerra no Exército. CAMINHA, Herick M. Op. Cit. p. 237. Apud: ARIAS NETO, José Miguel. Ob. Cit.; p. 59.

¹⁶⁷ As leis de caráter compósito são aquelas representadas por sua heterogeneidade hermenêutica.

conjuntamente, ainda que respeitadas suas certidões de nascimento, nos leva à reflexão de quais seriam os brasileiros sujeitos “disponíveis e necessários” para recrutamento e, mais ainda, a quem essas leis no seu conjunto afetariam. Enquanto o Regimento Provisional e os Artigos de Guerra em seus capítulos sobre as Ordens, polícia e disciplina respectivamente, legislavam sobre aqueles que já estariam fazendo parte da Marinha luso-brasileira, enquadrando-os disciplinarmente com base nos castigos corporais. O próprio imperador, com poderes para fazer, não os revogou; e reafirmou que os mesmos deveriam ser observados de forma exata e inviolavelmente sem modificação ou interpretação.¹⁶⁸ As instruções de 1822, em seu artigo terceiro, dizia serem os homens solteiros brancos, pardos e libertos, em idade entre 18 e 35 anos, aqueles que estariam aptos ao recrutamento.¹⁶⁹ No título V do capítulo VIII da Constituição que versa sobre a força militar, em apenas cinco artigos, consta: “*todos os cidadãos brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e a integridade do Império e defendê-lo dos seus inimigos internos e externos*” (art. 145), “*assim como a força militar é essencialmente obediente*” (art. 147), “*ao poder executivo compete privativamente empregar a força armada de mar e terra com bem lhe parecer conveniente a segurança e a defesa do Império*” (art. 148), “*e que uma ordenança especial regulará a Organização do exército do Brasil, suas promoções, soldos e disciplina, assim como da Força Naval*” (art. 150).¹⁷⁰

Ainda, de acordo com John Lynn, essa “obrigação” passa a ser condição a fator de envolvimento de todos os indivíduos integrados as forças armadas. Desde Oficiais até os soldados tendo como elo de ligação o nacionalismo, que também pautaria a partir desse momento diferentes formas de pensar logisticamente a criação de instituições, estratégias de guerra e aumento e manutenção da força de trabalho, sejam elas em terra ou mar, em tempos de paz ou guerra.¹⁷¹

¹⁶⁸ CLI. Decisão de 15/09/1824. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, pp. 140

¹⁶⁹ Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1822. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, pp. 56.

¹⁷⁰ Constituição de 1824. Em 1839, pelos decretos de nº 30 e 31, foi dada nova organização e número de quadros do Exército do Brasil.

[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-30-22-fevereiro-1839-536478-publicacaooriginal-27044-](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-30-22-fevereiro-1839-536478-publicacaooriginal-27044-pe.html)

[pe.htmlhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM31.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM31.htm). Acesso em janeiro de 2015.

¹⁷¹ LYNN, John. *Nations in Arms, 1763-1815*. Apud: PARKER, Geoffrey. *The Cambridge illustrated history of Warfare: the triumph of the west*. Cambridge: University Press, 1995. Discussão similar pode ser encontrada também em: KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação*

Ainda que minimamente apresentados o escopo de uma organização da força militar, o artigo 145 seria aquele implementado com maior rigor da lei. Afinal, de maneira geral, para os interesses dos governantes, o recrutamento deveria solucionar três problemas: a falta de voluntários, a preservação da economia escravista e a defesa da propriedade agrária.

1.5 – A Consolidação da Emancipação Política, Reorganização da Armada e a Nau Vasco da Gama

A consolidação da emancipação política foi processual, sendo internamente e externamente marcada por processos de negociações e embates armados. As comparações entre os processos de emancipação do Brasil em relação aos demais países da América espanhola foram inevitáveis, principalmente em relação à forma como se deu a unificação no caso brasileiro e a fragmentação no outro caso. E os tipos de sistemas políticos implantados, na medida em que, segundo José Murilo de Carvalho o fato é reconhecido por todos os estudiosos, mas as explicações até agora oferecidas são insatisfatórias.¹⁷²

Por intermédio de alguns elementos explicativos de natureza política (como a transmigração da Corte e a manutenção da Monarquia após a emancipação), econômico (as diferenças de peso entre os mercados interno e externo e o orçamento) e social (a manutenção da escravidão), destacados pela historiografia dedicada ao tema da emancipação política podemos refletir também sobre o papel desempenhado pela Marinha nesse processo. Afinal, trata-se de uma instituição que faz parte do Estado, e como tal a Marinha luso-brasileira desempenhou um importante papel, *seja na terra, seja no mar*.¹⁷³

Como destacado, as medidas autoritárias adotadas por d. Pedro I desencadearam reações adversas em algumas províncias. Imediatamente após a assinatura do Tratado de Paz e Amizade com Portugal em 29 de agosto de 1825 emerge mais uma vez a questão Cisplatina. A província se revolta e, em “*clara demonstração de firmar sua soberania sobre a região e como nação, o Brasil declara guerra às Províncias Unidas*

econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989, Capítulo III: A Vitória nas Guerras, 1763-1815.

¹⁷²CARVALHO, José Murilo de. Ob. Cit.; p. 13.

¹⁷³Essa expressão é parte integrante do Hino mais “popular” do Clube de Regatas do Flamengo. Contudo, o Clube de Regatas Vasco da Gama é o mais indenficado às questões do Mar. Pois, leva o nome do navegador português e de uma das mais importantes Naus remanescentes da Marinha portuguesa integrada à Marinha luso-brasileira.

do Rio da Prata.”¹⁷⁴ Ação que determinou a guerra entre o Brasil e Buenos Aires iniciada em dezembro de 1825 com término em 1828. Após reveses e derrotas, foi assinado um tratado de paz intermediado pela Inglaterra, com seu oponente, o reconhecimento e criação do futuro Uruguai.

Se os combates pelo mar por um lado foram determinantes para aquisição de “novas experiências”, demonstrando que “o poderio naval” da recém reestruturada Marinha, constituído pelo apresamento de algumas embarcações, e ainda pelos atos de heroísmo dos comandantes ingleses Northon e Grenfell, gravemente feridos e com membros amputados, foram insuficientes para a vitória;¹⁷⁵ por outro lado, a guerra comprometeu ainda mais as finanças do país, e a partir dela começaram a emergir problemas de toda ordem. Como estava acontecendo desde a emancipação, foi necessário o aumento do número de marinheiros, provocando a ampliação do temido recrutamento. E para essa empreitada em terras “estrangeiras” faltou, segundo Boiteux: *talento militar, escola e a experiência dos oficiais adesistas portugueses para dirigir as operações da Marinha durante a guerra*¹⁷⁶ e um “*maior envolvimento do exército*” segundo entendimento de Edina Laura Nogueira da Gama, fazendo uso das palavras de Joaquim Nabuco: “*do mar ainda não se governou a terra.*”¹⁷⁷

Como se percebe, a visão institucional pelo fracasso da operação no sul foi motivada por várias questões, mas nenhuma delas faz referência à falta da experiência militar da arte da guerra, o que demonstraria a insuficiência da instrução oferecida até então pela Academia dos Guardas-Marinha, assim como também as debilidades dos corpos de marinhagem.

Internamente, as províncias da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Grão-Pará, localizadas ao norte do Império e com fortes ligações comerciais com Lisboa, reagiram à proclamação da independência. Para atuar nessa difícil empreitada com portugueses e “brasileiros”, o governo imperial lança mão de um mecanismo conhecido dos próprios portugueses: a contratação de oficiais e marinhagem estrangeira. E a eles se juntaram

¹⁷⁴RIBEIRO, Gladys Sabina. *O tratado de 1825 e a construção de uma determinada identidade nacional: os seqüestros de bens e a Comissão mista Brasil-Portugal*. Apud: CARVALHO, José Murilo de. (org.) *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 397-420.

¹⁷⁵VALE, Brian. *Independence or death. British sailors and Brazilian Independence: 1822-23*. London-New York: Tauris Publishers, 1996.

¹⁷⁶BOITEUX, Lucas Alexandre. Ob. Cit.; p. 142.

¹⁷⁷GAMA, Edina Laura Nogueira da. *As Forças Armadas e a Construção Nacional (1822-1850): breve análise sobre sua formação e consolidação*.

Disponível em: www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/PDF%20Files/56.pdf. Acesso em julho de 2104.

indígenas e escravos como marinheiros e grumetes, e dessa forma conseguiu-se evitar a participação ao máximo de portugueses nos navios da esquadra brasileira.¹⁷⁸

O mais importante e intrigante desses oficiais foi Lord Cochrane. O historiador naval Hélio Leôncio Martins,¹⁷⁹ foi um dos responsáveis por uma releitura das ações empreendidas por Cochrane, com a contribuição dos estudos produzidos por Brian Vale, sobre a presença e participação dos oficiais ingleses, envolvendo a polêmica sobre as presas de guerra e a repressão aos movimentos de insurreição antes mencionados. Esses aspectos foram também objeto de um interessante estudo desenvolvido pelo historiador Nélcio Galsky, envolvendo as motivações que teriam levado o próprio Cochrane e seu grupo às lutas da independência.¹⁸⁰

A importância de Cochrane pode ser mensurada pelo posto ao qual foi agraciado e pelo título nobiliárquico recebido por sua atuação destacada no Maranhão. O primeiro Almirante da Marinha do Brasil e Marquês do Maranhão, no entanto, relata em suas memórias o desapontamento que o acometeu em relação à figura do Imperador do Brasil, e pessoas que o cercavam, especialmente o Ministro de Marinha Francisco Vilela Barbosa, e ao pouco reconhecimento de seus serviços à causa da independência:

Um caso de vexação dirigida ainda contra mim, no dia 4 de junho, vale a pena referir-se. Tinha sido falsamente dito ao Imperador pelos seus ministros, que – além dos 40.000 duros que eu recusei de entregar – havia escondido larga soma de dinheiro a bordo do Pedro Primeiro, e sugeriu-se a Sua Majestade, que, visto estar eu vivendo em terra, seria fácil dar busca ao navio na minha ausência - por cujo meio pudesse o Imperador apossar-se do dinheiro encontrado. Este desonroso insulto estava a ponto de ser posto em execução, quando um acidente me revelou a trama; cujo objeto era deprimir-me na estimação pública, pela acusação que implicava – maquinação vil, que desprezível como era, apenas podia deixar de prejudicar-me a mim, contra quem se dirigia.¹⁸¹

As dificuldades enfrentadas pelo almirante não estavam circunscritas apenas aos círculos palacianos de d. Pedro; também nos próprios navios, entre oficiais da marinha:

¹⁷⁸AN, Série Marinha. Requerimentos 1825/1835. Ver também: PRADO MAIA. João do. Op. Cit.; p. 61.

¹⁷⁹MARTINS, Hélio Leôncio. *Almirante Lorde Cochrane: uma figura polêmica*. Rio de Janeiro: ARPEPP, 1997.

¹⁸⁰GALSKY, Nélcio. Mercenários ou libertários. *As motivações para o engajamento do Almirante Cochrane e seu grupo nas lutas da independência do Brasil*. Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2006.

¹⁸¹COCHRANE, Lorde. *Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa*. Vol. 16, Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 141

Queixavam-se os capitães das dificuldades com que tinham a lutar no tocante às tripulações, e particularmente de que os soldados de marinha eram tão fidalgos que se consideravam degradados com fazer a limpeza de seus próprios beliches, e tinham pedido e obtido moços para os servirem! Ao mesmo tempo que não podiam ser castigados por faltas ou crimes senão por seus próprios oficiais! Ou, para servir-me das formais palavras de um dos capitães, “eram mui senhores de si, e pareciam querer sê-lo também dele”. Vi, com efeito, claramente que nem marinheiros nem soldados de marinha tinham disciplina alguma.¹⁸²

Cochrane possuía clareza da situação que a Marinha atravessava naquele momento. Uma força naval em construção em meio a uma crise financeira e política, com sinais e sintomas característicos da recente emancipação e da luta empreendida pelas elites dominantes em delinear um projeto político para o país. Foi assim que afirmava não possuir “*o país a experiência dos partidos políticos, desaconselhando a permanência dos portugueses nas embarcações envolvidas diretamente nas lutas provincianas pela independência.*”¹⁸³

Abandonado à própria sorte, dizendo-se sem recursos, suprimentos, pagamentos e principalmente instruções da Corte, com clara alusão ao desprestígio a sua pessoa, o Almirante Cochrane partiu para a Europa, sendo considerado desertor. Essa mácula na história vivida por Cochrane no Brasil parece ter deixado consequências, pois como constata Galsky, o nome do Lorde Almirante não figura como homenageado em nenhuma embarcação ou panteão dedicado aos heróis navais, assim como o de oficiais britânicos que lutaram pela independência do Brasil.¹⁸⁴

Com base no que temos observado até aqui percebemos que os problemas levantados pelo Almirante Cochrane foram, pelo menos em parte, sensíveis aquilo que oficiais e o Ministro da Marinha de certa forma perceberam no que dizia respeito às consciências sociais, derivadas e ligadas a um processo constitutivo dos procedimentos históricos e produtivos daquela época. Porém, a dinâmica dos acontecimentos e das múltiplas experiências a que estavam submetidos guardava em seu interior diferentes interpretações e significados.

Em 1826, o inspetor do Arsenal e Vice-almirante Antonio da Silva Pacheco, em correspondência enviada ao Ministro da Marinha Vilela Barbosa – Marquês de

¹⁸² Op. Cit.; p. 42.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ GALSKY, Nélío. Op. Cit.; p. 11.

Paranaguá – informava sobre o aceite e embarque de carpinteiros navais da Armada. Segundo ele, havia de se obter bons resultados lançando ao mar diferentes indivíduos com experiências diversas a fim de que eles obtenham “novas experiências”, e para a Marinha “novas vantagens”.¹⁸⁵ Não encontramos na documentação nenhuma manifestação do ministro sobre essa informação.

Contudo, o ministro Vilela Barbosa, em sua segunda passagem pela pasta em 1830, por intermédio de seu relatório ministerial encaminhado à câmara, e posteriormente, nos discursos proferidos no senado sempre defendeu que os navios deversem ser tripulados por uma marinhagem composta por pescadores dadas as “suas experiências com o mar”.¹⁸⁶

Em ambos os casos notamos que esses diferentes atores e suas experiências históricas estão articuladas de forma inevitável e apontam ao mesmo tempo para as articulações contínuas e hierarquizadas, e nesse sentido exercendo pressão sobre determinada consciência social propondo a construção de materiais humanos conscientes de seus papéis na sociedade. Dessa forma a experiência histórica de cada um estabeleceu mediações e constituiu-se em um espaço de prática passível de intervenção.

Cada um, a sua maneira entendia, e privilegiavam a experiência dos “homens do comum” como forma de melhor servir aos propósitos da Marinha; sem, contudo, deixar de certa maneira inscrito em suas percepções o entendimento da baixa qualidade dos serviços de marinhagem que seriam prestados naquele momento.

Após o sucesso do bloqueio marítimo e a vitória das forças do Imperador na Bahia, eclode na província de Pernambuco o que ficou conhecido como a Confederação do Equador. Província que anos antes havia sido palco de outro levante, o que de certa forma manteve recônditas as aspirações federalistas, republicanas e abolicionistas. Após seis meses de lutas, a Confederação é vencida, a província foi dominada pelas tropas leais a d. Pedro I, e pela forma como se deu a repressão aos “rebeldes” (alguns executados), contribuiu para o acirramento dos ânimos da oposição liberal a d. Pedro, cada vez mais fortalecida na Corte e em outras províncias.

No Grão-Pará, a consolidação da independência se fez em menos de uma semana. A resistência dos portugueses daquela região foi insuficiente e não pôde ser mantida

¹⁸⁵ AN. Série Marinha. Inspetoria do Arsenal de Marinha, XM 793, Fundo B2.

¹⁸⁶ RMM, Francisco Vilela Barbosa, 1830.

pela impossibilidade de apoio de Lisboa às lutas travadas em longas distâncias,¹⁸⁷ e quebrada pelas notícias das sucessivas vitórias das tropas “brasileiras” para que os combates durassem mais do que esse tempo. Prado Maia então conclui com o desfecho: “A *Marinha encerrava, assim, a primeira fase da sua atuação no drama da independência pátria.*”¹⁸⁸

O ministro da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha Luis da Cunha Moreira (1777-1865), natural da província da Bahia assumiu o posto em outubro de 1822, em substituição ao português Antonio Farinha. Pode ser considerado o primeiro Ministro da Marinha do Brasil emancipado. Todavia, se levarmos em conta as “datas” relativas à independência, 7 de setembro ou 12 de outubro, o representante português Farinha teria sido o primeiro a ocupar, ou seja, ter permanecido no cargo. Ao que parece, a importância desse ato está inscrito em duas questões. A primeira, por ser ele “brasileiro” e ter sido convidado pelo futuro Imperador do Brasil a tomar assento no novo ministério; a segunda, a partir de uma vasta biografia que destaca o quanto era o então oficial de Marinha “*valente e glorioso brasiliense;*”¹⁸⁹ “*patriota marujo que se recusou assinar o decreto de dissolução da Constituinte em 1823.*”¹⁹⁰ Esses aspectos corroboram a visão ácida e crítica do historiador naval Prado Maia, ao afirmar que apenas a transmigração da corte e a instalação da Secretaria sob as ordens do Conde de Anadia não parecem justificar o nascimento do poder naval brasileiro:

Essa transferência, todavia, em relação ao caso particular de sua marinha, não poderia significar a mutação desta em marinha do Brasil. Seus chefes, como seus oficiais e marinheiros, continuaram a ser portugueses, obedecendo a uma dinastia portuguesa e, ademais, repelindo o concurso dos nacionais a quem tratavam como desafetos. (...) Basta mencionar que os filhos do Brasil, não eram aceitos na marinhagem da esquadra e só lá um ou outro, bem apadrinhado, lograva admissão na academia de Marinha. Não era brasileira a força naval que conquistou Caiena em 1809, como não era a brasileira a esquadra que, em 1817, apoiou as atrocidades do almirante Rodrigo Lobo, contra os patriotas de Recife. E ainda em julho de 1821, quando

¹⁸⁷ Segundo Arias Neto: “*Pode-se supor, portanto, que as vitórias navais da independência foram resultantes também da impossibilidade portuguesa em manter uma guerra em região distante da metrópole, o que parece ter resultado em desânimo para os comandos militares.*” Op. Cit., p. 25

¹⁸⁸ PRADO MAIA, João do. Op. Cit.; p. 83.

¹⁸⁹ BOITEUX, Lucas Alexandre. Op. Cit. pp. 103-16.

¹⁹⁰ LYRA, Tavares. *Os ministros de Estado da Independência a República*. Revista do IHGB. Volume 193, out-dez. de 1946, p. 76

d. Pedro enviou à Bahia a expedição Rodrigo de Lamare, a Marinha Brasileira não tinha existência.¹⁹¹

Mais uma vez, aspectos ligados à lusofobia reaparecem. No entanto, dessa vez como uma contra resposta ao que seria um “antibrasilianismo”, notadamente vinculado ao processo de colonização. Porém, uma questão não deixa de ser intrigante. A independência por si só teria esse poder de alterar o sentido e o entendimento do que seria uma Marinha portuguesa ou uma Marinha brasileira? Colocada a questão dessa forma essa realidade nos parece demasiadamente opaca. Contudo, como nos orienta Carlos Ginzburg existem zonas privilegiadas, sinais e indícios que nos permite decifrá-la.¹⁹² Um desses sinais, que nos parece oferecer respostas aos fragmentos destacados em relação aos aspectos antilusitanos presentes nos textos em realce é o desenho construído e formatado por uma determinada cidadania brasileira, fortalecida na efervescência dos acontecimentos políticos dos anos vintistas. Ser brasileiro, segundo a historiadora Gladys Sabino Ribeiro, foi desenho inserido em um processo onde a “identidade” *deve* “*ser entendida como um movimento, não como algo estático, pronto e acabado.*”¹⁹³

As concisas análises historiográficas desenvolvidas no início deste capítulo, não por acaso, agora nos orientam em relação ao caráter nacionalista ou não da emancipação política de 1822. Como analisado, ainda que divergentes em relação aos meios e formas de como se constituiu a colonização portuguesa no Brasil, Armitage e Varnhagen, entre outros historiadores até 1930 dispensaram à independência um caráter nacionalista. *A priori*, pelo interesse e preocupação em construir uma História para a nação, tendo por referência a diferença entre “ser brasileiro” e “ser português”, da luta pela autonomia e liberdade, no contexto da crise política gerada pelas medidas *recolonizadoras* das Cortes de Lisboa.

Não é por acaso que os historiadores navais, em sua maioria, ao descrever esse período histórico, utilizam como referencial de análise as perspectivas históricas desses autores. Assim, para eles, a formação de uma identidade nacional e do “ser brasileiro” estão dentro de um contexto de luta pela autonomia e do combate pela liberdade, onde, pelo menos até as vésperas do Sete de Setembro, tinha-se como Nação a portuguesa. De uma questão política mais ampla, a Marinha, leia-se, a aristocracia do trabalho naval, a

¹⁹¹PRADO MAIA. Op. Cit; p. 52.

¹⁹²GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 177.

¹⁹³RIBEIRO, Gladys Sabino. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Feperj/Relume Dumará, 2002.

fez particular. Ou seja, a autonomia e a liberdade estariam vinculadas aos novos campos de possibilidade inscritos através do processo de formação e educação, pelas quais somente seria garantida pelo ingresso na Academia de Guardas-Marinhas e consequentemente a ascensão, por brasileiros, aos quadros hierárquicos da Marinha, vetados pelos estabelecidos portugueses aos *outsiders* brasileiros.¹⁹⁴ Paralelamente à valoração de ser um “oficial brasileiro”, se inscreve no sentimento de pertencimento de uma comunidade que tem identidade de interesses, uma história de luta contra o próprio sistema colonial. Portanto, além de fabricar novos significados para as palavras “brasileiro” e “português”, tornando-as uma visível construção política, buscavam-se, nas características da terra de nascimento ou de adesão, sinais que expressassem o amor ao Brasil. Estava em curso a construção de uma aristocracia do trabalho naval brasileiro. São esses elementos inclusive que podemos observar na biografia de Cunha Moreira.

Em catorze páginas dedicadas a destacar os feitos de Luiz da Cunha Moreira, em comparação as poucas linhas escritas por Tavares Lyra; Boiteux não mede esforços para identificar os traços qualitativos de seu biografado em relação à sua carreira como oficial da Marinha iniciada em Portugal, para onde se transferiu aos sete anos de idade. Egresso da Academia dos Guardas-Marinhas, antes tendo passado pelo Colégio dos Nobres, seu biógrafo destaca:

O simpático adolescente sentia que o mar era seu elemento, que só a farda gloriosa do botão d'âncora fora talhada para adornar os risos anseios e aventuras e de glórias que ele se mostrava capaz. Atirou-se, pois, com afinho, aos estudos acadêmicos. (...) Temos visto como o jovem e distinto brasileiro ia firmando seu crédito de profissional competente e experimentado. (...) Ativo e trabalhador, não fugindo nunca às tarefas que lhe eram impostas por mais árduas que se apresentassem, impunha-se deste modo à estima dos seus chefes e à consideração de seus camaradas, que nele viam um belo exemplo a ser imitado.¹⁹⁵

Identificado como um experiente homem do mar viajou para Cabo Verde, Benguela e Angola, participando das principais ações que envolveram a Marinha do período

¹⁹⁴O uso aqui das categorias sociológicas - *estabelecidos* e *outsiders* - se refere apenas a uma proposta de diferenciação entre os oficiais da Marinha Portuguesa e não portugueses (grupos sociais); aqueles que não eram aceitos ou apenas os bem apadrinhados eram admitidos na Academia dos Guardas-Marinhas e poderiam no futuro galgar um posto de oficial. Após a entrada na Academia e alcançar os postos hierárquicos mais altos, os oficiais brasileiros da mesma forma poderiam compreender os oficiais portugueses como *outsiders*. Sobre esses aspectos e os casos desviantes das normas: BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

¹⁹⁵BOITEUX, Lucas Alexandre. Ob. Cit; p. 106.

joanino – a transmigração da corte, tomada de Caiena, a Revolta de 1817 e a ocupação da Banda Oriental -, embarcado sempre em diferentes tipos de navios, ascendeu aos postos mais graduados e foi agraciado com o hábito de cavaleiro da Torre e Espada. Em 1823 obteve a promoção ao posto de Chefe de Divisão e a nomeação de oficial da Ordem do Cruzeiro, em reconhecimento aos seus serviços e atos de heroísmo (ferido por um sabre em Caiena), pela disciplina constante e por saber ser disciplinador. Chegou ao fim da vida em 1865, ocupando o posto de Almirante reformado e possuidor do título nobiliárquico de Visconde de Cabo Frio com honras de grandeza (1858). Nas palavras de Boiteux, “*o segundo império pagava assim os inestimáveis serviços prestados ao Brasil na época tormentosa de sua independência pelo honrado, probo e valoroso marinheiro.*”¹⁹⁶

Uma passagem do texto de Boiteux que transcrevemos abaixo é elucidativa em relação às perspectivas da grande alteridade assumida, nesse caso em especial por ele, ao se referir a Cunha Moreira como uma figura serena, digna de uma medalha.

Mais uma vez aproveitando o ensejo, como nacionalista, como militar e oficial da Armada, protesto contra a homenagem póstuma, e imerecida a um titular estrangeiro, que no Brasil nunca prestou o menor serviço. Desse áulico e cortesão pouco polido, sofreram o Brasil e os brasileiros toda a sua má vontade e todo o seu desprezo. Protesto, pois, em nome dos brios da nossa nacionalidade e da corporação do botão d'âncora; protesto contra o impatriótico esquecimento dos grandes vultos, dos verdadeiros fautores do Brasil independente! Não! Os Guardas-Marinha do Brasil não podem, não devem carregar ao peito, onde se aninham todos os estos,¹⁹⁷ todas as esperanças de um Brasil forte, unido e glorioso, a falsa efígie do conde de Anadia, de um estrangeiro inimigo da sua terra e da sua gente e infeliz gestor da corporação a que pertencem.¹⁹⁸

De acordo com Herick M. Caminha, a constituição de uma Marinha brasileira que dominasse os mares litorâneos “*seria de vital importância para efeitos da sobrevivência do Império brasileiro.*”¹⁹⁹ E tal tarefa foi inicialmente dada ao Ministro Cunha Moreira como representante da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha, que reorganizada ganhou contornos mais amplos, porém personalizada. Disso resultou o arranjo de sua estrutura administrativa e de forças “navais nacionais”, que a nosso ver deve ser

¹⁹⁶BOITEUX, Op. Cit.; p. 115.

¹⁹⁷Dicionário do padre D. Rafael Bluteau: Ob. Cit.; “estos” significa calor, ardor, p. 565.

¹⁹⁸BOITEUX, idem 116.

¹⁹⁹CAMINHA, Herick Marques, Op. Cit.; p. 11.

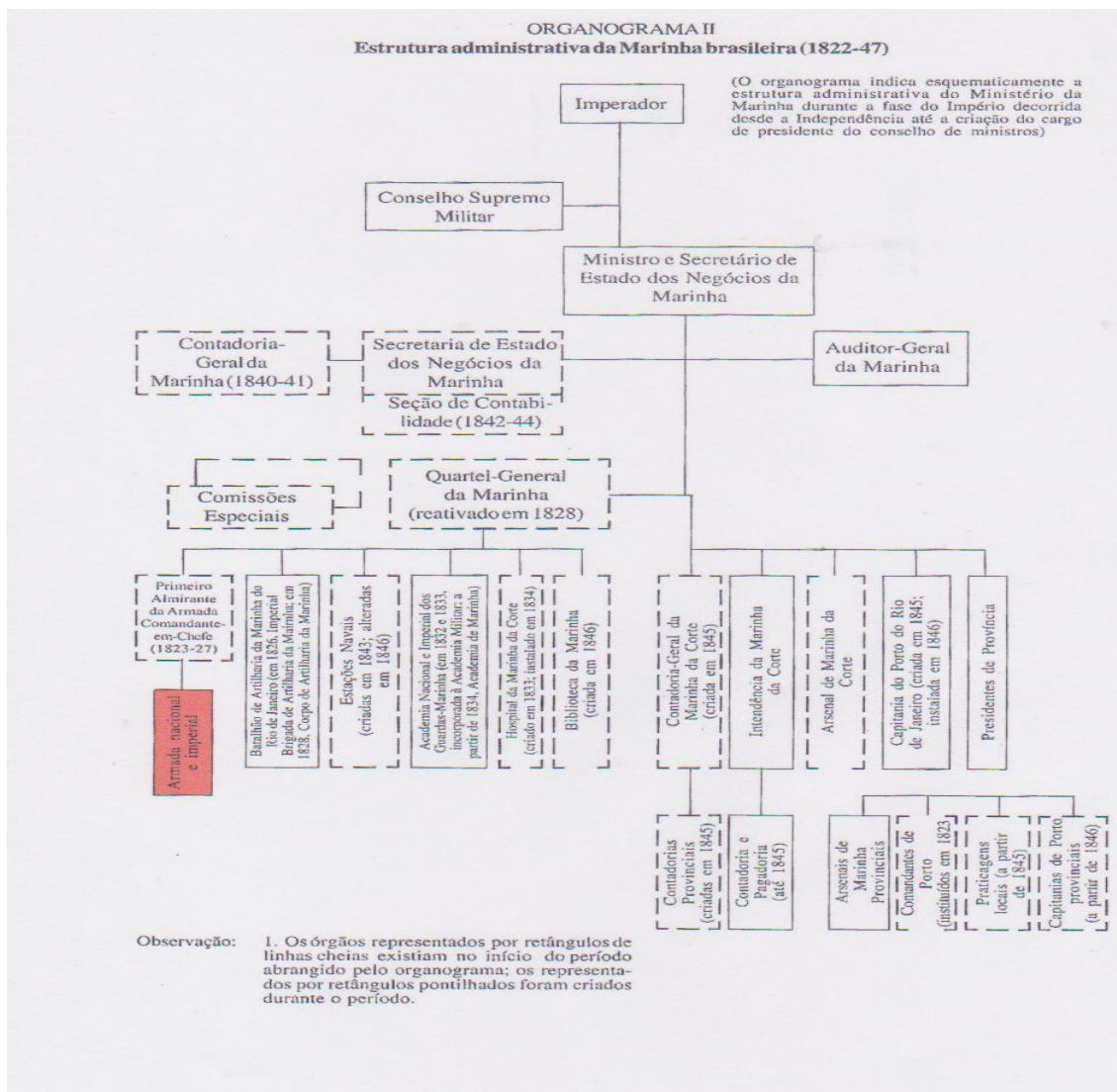
compreendido no *processo de constituição* do próprio Estado Imperial brasileiro. A ela, sob o comando de Cunha Moreira, coube: reativar e reparar as unidades que haviam permanecido no Brasil por ocasião do regresso de d. João VI para Lisboa, adquirir outras unidades e adaptá-las a que destinavam contratar oficiais de marinha experientes para comandar e “*tripular tais embarcações, recrutar pessoal subalterno para guarnecer as referidas unidades.*”²⁰⁰ Nesses dois últimos casos um destaque especial para o hibridismo que caracterizou a Marinha luso-brasileira em seus primeiros anos do período pós-emancipação, ou seja, a permanência de embarcações, oficiais e marinhagem oriundas da frota, e nacionalidade majoritariamente portuguesa composta por aqueles que não retornaram ou que aderiram à causa da independência; e o conserto, aquisição de novas unidades “tripuladas” por “brasileiros”. Devido a isso, em determinados momentos do texto o uso recorrente da expressão - Marinha luso-brasileira - foi sendo utilizado levando em consideração à historicidade desse processo nos levando a referenciá-lo dessa maneira.

No entanto, o jovem Império encontrava-se em sérias dificuldades financeiras, pois d. João VI, ao regressar para Portugal havia deixado os cofres brasileiros em verdadeiro estado de penúria. Uma alternativa foi lançar mão de uma subscrição popular voluntária e mensal que garantiria inicialmente recursos financeiros para conserto e aquisição de novas embarcações. Em 24 de setembro de 1822, foi lançada a referida subscrição com duração prevista para três anos, contados desde a época do seu estabelecimento em cada província.²⁰¹ E com ela, na medida do possível, foi traçado um plano para a reorganização da Marinha. Abaixo, o organograma da estrutura administrativa da Marinha no período que compreende 1822, até a criação do Cargo de Presidente do Conselho de Ministros, em 1847:

²⁰⁰CAMINHA, Herick Marques, Idem.

²⁰¹MEIRELES, Teotônio. *Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira*. Volume II. Rio de Janeiro: 1882, p. 100. Download em Janeiro de 2015. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227380>.

Imagem 1 - Organograma da Estrutura Administrativa da Marinha



Fonte: CAMINHA, Herick M. *Organização e administração do Ministério da Marinha no Império*, p. 45.

Conforme orienta Caminha, os órgãos representados em triângulos de linhas preenchidas existiam no início de 1822, os de linha pontilhada foram sendo criados paulatinamente. Observamos que, no decorrer dos anos de 1822 até 1847, período a que se refere o organograma acima; a estrutura central ou de comando permaneceu inalterada, sendo acrescida de outras a partir da reativação do Quartel General da Marinha em 1828; e criado o quadro de ajudante de ordens, encarregado do expediente e intermediário entre o Ministro e os comandantes de força e navios e os chefes de estabelecimentos relacionados com o pessoal. (Quarta linha horizontal – retângulo pontilhado). Observa-se também uma maior preocupação com a centralização de todo o aparato militar da Marinha, desde as correspondências enviadas e recebidas pela secretaria de Estado, a expedição e fiscalização das ordens, inspeção dos navios

armados (armamento e desarmamento), até as nomeações para investigação e conselho de guerra. Todavia, depois de 1828, somente haveria uma alteração na administração da Marinha do Brasil, com o decreto de 11 de janeiro de 1834,²⁰² que reforma a administração das intendências do Império e das inspeções dos arsenais de Marinha.

Vale ressaltar mais uma vez que não foram alterados ou readaptados à nova condição de um país emancipado e independente o Regimento Provisional (1796) e os Artigos de Guerra (1799), mas somaram-se a eles as instruções de 10 de julho de 1822, que além de fixar os vencimentos de marinheiros e grumetes que assentassem praça voluntariamente, marcaram o soldo das praças do Batalhão da Brigada Nacional e Real da Marinha, determinando o modo que se devia fazer o recrutamento no Brasil para as armas.

Tabela 6 - Vencimento do Corpo de Marinhagem

POSTO	SOLDO
Cabo	16\$000
1º Marinheiro	10\$000
2º Marinheiro	8\$000
1º Grumete	4\$000
2º Grumete	3\$000

Fonte: AN, Série Marinha, IV M 3.066 2º Distrito Naval, 1829-1877. Codes B5.

Da forma como sugerido, as exceções a que trata as instruções de 1822 apresentavam por consequência o estreitamento da base social do recrutamento. Pois, não admitindo a presença de escravos e de negros principalmente, dentre outros grupos ligados ao sistema produtivo, reforçava a economia de base escravista por um lado, por outro, limitava a formação das forças armadas. Problemas que acompanharam a Marinha e o Exército enquanto agentes da ordem pública durante o primeiro reinado e as regências.

No tocante à esquadra – o material flutuante – entre as embarcações remanescentes, mantidas nos portos brasileiros e na Cisplatina, sob o regime de d. Pedro I, existiam 15 embarcações. Algumas tiveram seus nomes substituídos e outras adquiridas através das arrecadações da subscrição popular voluntária. Segundo Brian

²⁰² CLI - [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-37094-11-janeiro-1834-563239-publicacaooriginal-87399-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-37094-11-janeiro-1834-563239-publicacaooriginal-87399-pe.html).

Vale em 1824, a esse número foram acrescentadas mais 26 embarcações.²⁰³ Porém, em um breve levantamento sobre esse quantitativo das embarcações que permaneceram no Brasil, nos três primeiros anos pós-emancipação política (1822-1824), através das anotações de Herick Caminha, encontramos 17 incorporadas em 1822, vinte e cinco em 1823 e cinco em 1824.²⁰⁴

Sobre a alteração dos nomes de algumas embarcações de classes diferenciadas, não foi possível localizar a razão dessas mudanças nos trabalhos dos historiadores navais. Entretanto, podemos inferir que se tratava de uma estratégia no intuito de criar uma identidade nacional; um sentimento de pertencimento ao ser brasileiro conquistado pela autonomia política. Como exemplos: a Nau Martin de Freitas passou a se chamar Pedro I, as Fragatas União e Real Carolina em Piranga e Paraguassú respectivamente, e a Corveta Gaivota em Liberal.

Sobre esses elementos, podemos nos reportar ao trabalho de pesquisa da historiadora Gladys Sabino Ribeiro,²⁰⁵ que ao analisar comportamentos, atitude práticas políticas e culturais, das quais os indivíduos, agrupados em formas diferentes de sociabilidade, quebravam ou não com as esferas de poder para constituir uma política pública, inspira-nos a refletir sobre como a substituição dos nomes das embarcações procurava forjar um distanciamento da Nação portuguesa, ao mesmo tempo em que se tentava submetê-la e subjugar-la, diminuindo sua imagem representativa. De outro modo, ressaltando uma história, como a da luta contra os monopólios e contra o sistema colonial, buscava-se, nas características da terra de nascimento ou de adesão, sinais que expressassem o amor ao Brasil.²⁰⁶

Após a saída de Cunha Moreira, assume interinamente, e por apenas dois dias, Pedro José da Costa Barros, imediatamente cedendo lugar a Francisco Vilela Barbosa, em 17 de novembro de 1823. Brasileiro, natural do Rio de Janeiro, aos 18 anos passou a residir em Portugal. Lá completou seus estudos, formando-se em ciências matemáticas pela Universidade de Coimbra. Cunha Moreira, além de Conimbricense foi admitido na Marinha em 1797, com o posto de 2º Tenente, fazendo sua estreia na carreira militar ainda durante o período de d. João. Adaptado à vida da metrópole, optou pelo exército,

²⁰³ VALE, Brian. *Marinheiros Ingleses na Marinha do Brasil (1822-1850)*. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1999, p.48.

²⁰⁴ CAMINHA, Herick Marques, Op. Cit; p. 31-9.

²⁰⁵ RIBEIRO, Gladys Sabina. Op. Cit.;

²⁰⁶ _____, Gladys Sabina. *Os portugueses na formação da nação brasileira - o debate historiográfico desde 1836*. Ler História, nº 38, Lisboa: ISCTE, 2000, pp. 111-161.

transferindo-se como 1º tenente de engenharia e imediatamente nomeado lente da Real Academia de Marinha. Como cientista e um homem ligado às letras, foi facilmente ocupando espaços na Academia de Ciências e da Sociedade Real Marítima e Geográfica de Lisboa, um fidedigno representante da elite letrada. Sua atuação como político iniciava-se como suplente e posteriormente, em 16 de outubro de 1821, como representante brasileiro efetivo junto as Cortes de Lisboa. De acordo com Boiteux, Vilela Barbosa:

Apesar de sua eloquência nervosa nunca se manifestou partidário franco, desinteressado da independência nacional. Por herança e educação demonstrava sentimentos retrogrados, egoístas, tradicionalistas, diametralmente opostos ao espírito americanista. (...) Tomando assento no parlamento (...) não se distinguiu das cortes pela oposição que fez ao projecto de separação do Brasil é pela defesa da justiça com que Portugal pretendia tyrannizar o Brasil com a recolonização.²⁰⁷

Nas cortes defendia o direito de igualdade entre brasileiros e portugueses nos empregos públicos e contrário ao envio de tropas de Portugal para o Brasil, alegava os altos custos dessa ação aos cofres do Tesouro. Contudo, salienta Boiteux, “*o sórdido interesse desse velho retrógrado, resinguento*²⁰⁸ e *sovina, o ligava à metrópole.*”²⁰⁹

Retornando ao Brasil somente em julho de 1823, após anos de residência em Lisboa, Vilela Barbosa foi bem recebido pelo Imperador, assumindo de imediato os postos de coronel do Exército, e a 10 de novembro de 1823, Ministro do Império e Negócios Estrangeiros. Teria sido ele, nas palavras de Boiteux, “*o autor do ofício sobre a representação dos oficiais portugueses contra os Andradas e os jornais nacionalistas.*”²¹⁰

Participou ativamente no processo que culminou com a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, e, como conselheiro de d. Pedro, foi um dos redatores da Constituição de 1824.²¹¹ Ainda à frente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi um dos responsáveis por mandar prender e abrir devassas contra os opositores do Imperador. Na pasta da Marinha, de 17 de novembro de 1823 até 16 de janeiro de 1827,

²⁰⁷BOITEUX, Op. Cit.; p. 132.

²⁰⁸SILVA PINTO, Luiz Maria. Dicionário da Língua Brasileira. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Resinguento: vulgar.

²⁰⁹BOITEUX, Idem, p. 133.

²¹⁰Ibidem.

²¹¹TAVARES LYRA, Op. Cit.; p. 42.

Vilela Barbosa vivenciou e teve ativa participação enquanto Ministro nas lutas internas da emancipação política, e nos primeiros momentos da Guerra da Cisplatina.

Após essa breve apresentação biográfica de Francisco Vilela Barbosa, os artigos 145 e 148 da Constituição de 1824, imputados à sua autoria, segundo Tavares Lyra e Lucas Boiteux; reflete uma contradição. Afinal, os artigos em destaque preconizavam exatamente o contrário daquilo que Lucas Boiteux afirma no fragmento acima.²¹² Possivelmente, aqui estejamos identificando mais uma vez a crítica de um oficial de Marinha às suas ligações palacianas, ou dito de outra forma, sua proximidade com o poder régio e os privilégios alcançados por essas ligações.

O momento político para o Brasil e principalmente para o “Império” estava delicado. Seria preciso manter a unidade territorial e a independência, a despeito dos movimentos “rebeldes” nas províncias do Norte. Para efeito e cumprimento desses dois artigos constitucionais seria preciso um número expressivo de pessoas para suprir as deficiências de pessoal das forças de terra e mar. De acordo com Juvenal Greenhalgh, entre 1826 e 1829, foram recrutados na província do Rio de Janeiro “1.488 homens, e nas províncias 1679 (especialmente nas províncias do Norte), mas desse montante apenas 820 foram encaminhados para a Armada,²¹³ e o restante dividido entre o exército e o corpo de artilharia da Marinha.

Não teria sido coincidência que, nesse período sob o qual Vilela Barbosa esteve à frente do Ministério da Marinha e por pouco mais de uma semana interinamente na Pasta da Guerra (26/7 a 3/8/1824), os Artigos de Guerra não foram revogados e foi concedido perdão real aos desertores embarcados nos navios envolvidos na Bacia do Prata²¹⁴ assinada pelo próprio Vilela Barbosa. Outras estratégias foram utilizadas no sentido de angariar mais braços para as fainas nos quartéis e a bordo das embarcações através dos rigores que as leis autorizavam.

A decisão de 24 de janeiro de 1826²¹⁵ determinou que fossem apreendidos os marinheiros considerados suspeitos de desembarcar fora da barra. Essa medida que evitaria que fossem recrutados; ação tomada pelo intendente de polícia da corte de

²¹²Constituição de 1824. Capítulo VIII – Da força Militar **Artigo 145:** *Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, e integridade do Império, e defende-lo dos seus inimigos externos, ou internos. Artigo 148:* *Ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de Mar, e Terra, como bem lhe parecer conveniente á segurança, e defesa do Império*

²¹³GREENHALGH, Juvenal. *O Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro na História (1822-1889)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965, p.188.

²¹⁴CLI - Decreto de 20 de maio de 1825. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 56.

²¹⁵CLI – Decisão de 24 de Janeiro de 1826. Op. Cit.

forma indiscriminada que causou um grande mal-estar entre o governo do Brasil e as embaixadas de outros países, pois “estariam sendo “engajados” marinheiros estrangeiros à revelia de sua vontade, principalmente à força.”²¹⁶

Se nesse primeiro período ao qual esteve à frente do Ministério da Marinha, Vilela Barbosa, fez manter e cumprir as leis referentes ao recrutamento, por outro lado diferentes repertórios reativos foram utilizados pelos indivíduos recrutáveis.²¹⁷ Os mais comuns eram as deserções, seguida da troca de nomes. Esses repertórios foram largamente utilizados em todos os períodos em que foi utilizado o recrutamento, principalmente durante a história da Marinha Imperial do Brasil. Casos em que os indivíduos permaneciam dois dias embarcados, ou até menos, dependendo das condições em que se encontravam as embarcações, em terra ou mar,²¹⁸ e ao serem recapturados, passavam por outra pessoa, dificultando sua verdadeira identificação junto aos recrutadores oficiais.

Independente das péssimas condições em que viviam, ocasionando normalmente uma série de doenças e mortes²¹⁹ alguns marinheiros baixavam ao hospital de Marinha, ali permanecendo até retornarem aos navios, ou dali, se valendo da fragilidade da vigilância empreendiam fuga. Esse aspecto levou o envio de ofícios do Ministro para o cirurgião Mor encarregado do Hospital João Pinto de Souza, requerendo que não fossem “aceitos doentes no hospital indivíduos que pudessem ser curados a bordo.”²²⁰

Contudo, em meio a um período de “relativa democracia”, com a reabertura do parlamento em 1826, e com a imprensa agindo enquanto principal instrumento informal de ação política, a informação e a politização nas ruas foram gradativamente aumentando. Os panfletos e folhetos políticos discutiam pontualmente sobre todos os temas do momento. Esse ambiente foi propício para o desenvolvimento de repertórios

²¹⁶AN. Série Marinha, Avisos do Ministro jan/junho 1830 e Jan/Jun de 1835, * III M 402, Codes I, B5 e * III M 408 Codes, B5. Caso do marinheiro britânico João Willians, a quem pede averiguação pelo Cônsul Geral da Inglaterra e Reclamação do Cônsul da Suécia e Noruega.

²¹⁷Noção adotada por Charles Tilly tomada por empréstimo à Teoria de Ação Coletiva. Sobre os Repertórios ver: TILLY, Charles. *Repertoires in Great Britain, 1758-1834*. Social Work History. Disponível em: www.jstor.org/stable/1171282. Também: ALONSO, Ângela e BOTELHO, André. Repertórios de ação coletiva e confrontos políticos: entrevista com Sidney Tarrow. *Revista Sociologia & Antropologia*, Vol. 02.03: II: 19; 2002. ALONSO, Ângela. *Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito*. *Revista Sociologia & Antropologia*, Vol. 02.03: 21-41, 2012. BRINGEL, Breno. *Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas nos estudos das ações coletivas e dos movimentos sociais*. *Revista Sociologia & Antropologia*. Vol. 02.03: 43 – 67, 2012.

²¹⁸AN. Série Marinha, Ofícios de Navios diversos: (1822/1825- VM 182, 1826/1828- VM 183, 1834/1837- VM 184).

²¹⁹GREENHALGH, Juvenal. Op. Cit.;

²²⁰AN. Série Marinha, Avisos do Ministro da Marinha. Jan. /junho de 1832. * III, M 406/406 Codes, B5.

pró-ativos, forjados dentro das próprias brechas e interpretações que as instruções de 1822 em vigor facultavam. Assim, não eram raros os casos em que os indivíduos engajados solicitavam através de ofícios, guias de desembarque para serem postos em liberdade por estarem enquadrados nas exceções a que se referiam as leis, “*e tendo sido recrutados de maneira injusta e arbitrária.*”²²¹

Um curioso e revelador caso se deu em Praia Grande (hoje Niterói), na província do Rio de Janeiro. Em ofício, Francisco Bibiano informava ao ministro da Marinha que existiam muitos marinheiros e, alguns deles desertores naquela localidade. Mas, que ao serem abordados se apresentavam como “*patrão de falúas*”.²²² Informava que esses indivíduos vadios estariam perpetrando desordens, podendo então ser recrutados pelo Juiz de Paz para servirem nos navios da Marinha. Continuando, Bibiano em tom de afirmação: “*nem mesmo o título de patrão da falúas poderia eximi-los do recrutamento.*”²²³

Esse ofício demonstra as diferentes tensões existentes na relação social estabelecida. De um lado, os marinheiros ou indivíduos indesejáveis recrutáveis que estariam se isentando do recrutamento mediante a exceção prevista em lei. No seu artigo 9º a lei descrevia como isentos:

Os tropeiros, boiadeiros, os mestres de ofícios com loja aberta, pedreiros, carpinteiros, canteiros, pescadores de qual discricção, uma vez que exercitem os seus ofícios efetivamente e tenham bom comportamento.²²⁴

Assim, ao se apresentarem como patrões da falúas, ou seja, pescador de profissão definida isenta pelo recrutamento, foi acionado pelos marinheiros o mecanismo de uso do repertório pró-ativo como elemento da oportunidade política existente. Em outras palavras, abriram a caixa de ferramentas disponível e seletivamente fizeram uso da ferramenta apropriada naquele momento. Contudo, Bibiano fez-se entender ao Ministro sobre a possibilidade do uso da mesma lei, como um repertório de contenção, em favor do recrutamento. Ou seja, ao afirmar que seriam os marinheiros “vadios e estariam cometendo desordens” à isenção prevista em lei, perderia efeito sobre ela mesma, pois o

²²¹AN. Série Marinha. * III M 409 Codes, B5.

²²²Segundo o Dicionário do padre D. Rafael Bluteau por falúas entende-se: embarcação de vela, possuindo 04 remos. Tomo I, Ob. Cit.; p. 596.

²²³AN. Série Marinha, *III M 106 Codes, B5.

²²⁴Instruções de 1822. Op. Cit.;

que se esperava era um profissional “com bom comportamento” dentro da razão do Estado. Essa forte contenção restringiu as opções de ação disponíveis em independência parcial das identidades e interesses que os participantes (os marinheiros patrões de falúas) trariam para suas ações.²²⁵

O uso da categoria “vadio”, como mais um adjetivo para identificar os indivíduos indesejáveis recrutáveis, ou aqueles “homens do comum” insere-se no que a historiadora Laura de Mello e Souza²²⁶ denomina de ideologia da vadiagem. Um elemento constitutivo do período colonial que foi, como outros elementos, reintroduzido no Império da “ordem” do Brasil. Por recorrente uso e função, acabou inserido no código criminal de 1830. Paralelamente, Bibiano estava alinhado ao pensamento dos sucessivos ministros pelo qual entendia serem os “*pescadores naturais viveiros, de onde a Marinha de Guerra poderia haver a necessária marinhagem.*”²²⁷

Em outros casos, de forma resiliente, os indivíduos recrutáveis procuravam alistar-se para o Exército e Marinha. As justificativas variavam, desde a entrega pelos pais ou tutores dos menores que não possuíam condições de criá-los, vislumbrando um melhor futuro aos filhos, “*até mesmo casos de um furor patriótico à causa da liberdade do país.*”²²⁸

O uso da categoria sociológica desenvolvido por Tilly para análise das relações sociais estabelecidas aqui entre recrutadores e recrutados, está inserido em uma perspectiva política que percebe essa relação identificada pelo viés da dominação e resistência. É comum nos trabalhos historiográficos que tratam sobre o recrutamento analisá-lo pela ótica da dominação política e social dos agentes recrutadores. A inserção dos repertórios pró-ativos nas análises de dominação pode ajudar a elucidar com maior clareza as relações tensas e muitas vezes contraditórias do sistema de recrutamento, conforme salientam Hendrik Kraay²²⁹ e Fábio Mendes²³⁰ em relação à luta de tração triangular do recrutamento que geralmente resultava em negociações e conflitos, nem sempre nesta mesma ordem.

²²⁵TILLY, Charles. Op. Cit. p. 267

²²⁶SOUZA, Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira do século XVIII*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

²²⁷RMM, Diogo Jorge de Brito, 1827, p. 4.

²²⁸AN. Série Marinha. * III M 409 Codes, B5.

²²⁹KRAAY, Hendrik. *Race, State and Armed Forces in Independence - Era Brazil: Bahia, 1790s – 1840s*. Califórnia: Stanford University Press, 2001. Ver também: _____. *Repensando o recrutamento militar no Brasil Império*. Revista Diálogos, Vol. 3, n.º 3, 1999.

²³⁰MENDES, Fábio Faria. Ob. Cit.;

Diante dos acontecimentos políticos que marcavam a história do Brasil recém emancipado, a alternância no poder nos ministérios acontecia a todo o momento, aumentando ainda mais a instabilidade política em torno do Imperador; todavia, afeiçoado por pessoas de sua confiança, e Vilela Barbosa um deles, resistiu às duas primeiras renovações ministeriais ocorridas em 1826. Fortalecido e imbuído de ostentação²³¹ apresentou projeto de lei sobre construção naval e navegação. Pelas palavras de Boiteux, o interesse do ministro naquele momento era afastar de bordo das embarcações navais brasileiras os elementos ingleses e norte americanos para *“imediatamente tripulá-los com portugueses em detrimento aos nacionais identificados com a independência.”*²³²

Ainda em 1826, Francisco Vilela Barbosa ocupa uma cadeira no Senado eleito pelo Rio de Janeiro. Em 1827, após uma intriga palaciana da qual também se envolveu a Marquesa de Santos; deixa a pasta da Marinha para regressar em dezembro de 1829, ocupando o Ministério da Marinha pela segunda vez, sob o título nobiliárquico de Marquês de Paranaguá.

Em seu primeiro relatório ministerial, apresentado à Assembleia em maio de 1830, destacou a precariedade em que se encontravam alguns prédios que serviam à Marinha, especialmente a Secretaria de Estado. Propôs a venda de 100 escravos, que eram vestidos e alimentados pelo governo, porém, trabalhando junto às construções do Arsenal de Marinha, no sentido de angariar fundos para auxiliar as despesas públicas e as reformas prediais. Apresentou ainda uma proposta de criação de uma Escola Náutica para a formação de pilotos, sendo que esta nunca foi colocada em prática.

Em mais uma crise política, com uma oposição cada vez mais acirrada contra as políticas de aproximação do Imperador aos portugueses e sua luta para reaver o trono de Portugal para sua filha, o ministério demite-se em outubro de 1830. Mas, Vilela Barbosa permanece. A nosso ver, por ter demonstrado ser de inteira confiança do Imperador e ligado diretamente às suas causas, independentemente das críticas que sofria e da forte oposição ao seu nome junto a Câmara, que acabaria por reduzir naquele ano o orçamento do Ministério da Marinha.

Após aproximadamente um ano e três meses no cargo, saiu em março de 1831 para ser reintegrado em 5 de abril do mesmo ano, dois dias antes da Abdicação de d.

²³¹Expressão que teria sido proferida por Armitage. Apud. BOITEUX, Lucas. Ob. Cit.; p.143

²³²BOITEUX, Lucas. Idem; p. 145.

Pedro I. Não conseguindo embarcar junto à comitiva que levaria o ex-Imperador para Portugal, Vilela Barbosa permaneceu na vida política como Senador no Brasil, assumindo em 1840, a presidência daquela casa com o apoio dos “liberais”. Para Lucas Boiteux:

O Marques de Paranaguá cometeu graves erros; mas a eles levado por seus princípios e por suas convicções. Ou pelo costume do antigo systema político, sob o qual vivera meio século, ou por caráter forte e intransigente, parecendo ver condenável resistência na oposição, por isso em alguns dos seus atos levou a severidade até a intolerância! Desejava o bem e a liberdade do povo; mas como a temer das expansões dos princípios liberais contrariou este por vezes. Foi sempre um conservador severo e intransigente e preconizador da imposição da autoridade legítima.²³³

O historiador Arias Neto, em seu estudo, resumiu a presença de Vilela Barbosa – o Marquês de Paranaguá – “*como um oficial do exército, legítimo representante da política absolutista de d. Pedro I, pertencente aos círculos palacianos como quase todos os ministros desse período o seriam.*”²³⁴ Devemos ainda acrescentar que foi um personagem que manteve desde sua chegada ao Brasil, e seu ingresso no círculo de poder do Estado, uma relação tensa com o Parlamento, especialmente a Câmara dos Deputados. Podemos supor, fruto da própria ambiguidade que caracterizava aquele período, e a constituição do homem, de sua trajetória de vida como militar forjado no Antigo Regime, segundo alguns elementos biográficos demonstrados nesse estudo. Como uma das atribuições da Assembleia Legislativa, determinada pela Constituição de 1824,²³⁵ aliado ao alto grau de complexidade a que estavam submetidas as leis de recrutamento e os diferentes repertórios disponibilizados pelos indivíduos recrutáveis, estando o país em guerra e sua repercussão atingindo de imediato “*a liberdade, sangue e vida dos cidadãos comuns,*”²³⁶ tão logo se fez a reabertura do parlamento na sessão de 19 de Julho, foi posta em pauta a segunda discussão sobre o projeto de lei de recrutamento e fixação das forças de terra e mar, e a possibilidade de alteração das instruções de 1822.

A partir de sua instalação, a Câmara procurou agir de forma que fossem sendo colocados limites aos poderes do Imperador, fiscalizando as ações do governo. Uma das

²³³LUCAS, Boiteux, Ibid. p. 148.

²³⁴ARIAS NETO. José Miguel. Ob. Cit.; p. 28.

²³⁵Constituição de 1824. Título 4º do Poder Legislativo, Capítulo I, Artigo 15, item XI. Op. Cit.

²³⁶RIBEIRO, Gladys Sabino e PEREIRA, Vantuil. Ob. Cit.; p. 158.

medidas foi a instituição de responsabilidade aos ministros, secretários e conselheiros de Estado, que previa entre outras penalidades a perda da confiança da nação, e de todas as honras, inabilidade perpétua para ocupar empregos de confiança, e cinco anos de prisão.

Havia se instalado um clima de animosidades entre o poder central e o Parlamento. Situação não menos confortável também dentro da casa legislativa, pois o grupo liberado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, identificado àquela época como um liberal, reclamava sobre o descaso do governo em relação ao papel consultivo desempenhado pelos Deputados, como representantes da nação, não serem consultados sobre temas importantes como finanças e as guerras. Era constituído esse grupo de uma nova geração de políticos do Rio de Janeiro, São Paulo e, sobretudo, Minas Gerais, vinculados aos produtores e comerciantes; que apesar de sua projeção econômica e social não obtinham participação no governo.²³⁷

Ainda em 1827, o próprio Bernardo Pereira de Vasconcelos redige um documento de 185 páginas onde presta contas de sua atuação na Câmara. Os dados biográficos que inauguram o documento dão destaque para a sua constituição familiar de descendência portuguesa comercial e a formação acadêmica recebida na Universidade de Coimbra. No Brasil, eleito como deputado em todas as legislaturas, quando em 1838 ingressa para o Senado.

Em linhas gerais o documento apresenta em destaque os principais trabalhos realizados por ele e pelo Parlamento. É um amplo programa onde procurou persuadir os eleitores (leitores) sobre os serviços e esforços prestados nas áreas da educação, no sistema tributário, na contenção de despesas, na garantia das famílias militares, fomento a navegação e a repressão à influência da Coroa, entre outras.²³⁸

A participação de Vasconcelos durante as discussões sobre a lei de recrutamento tinha como objetivo estabelecer reflexões a partir do questionamento: “*E não têm eles (os cidadãos) justificado motivo para olhar com horror o recrutamento?*”²³⁹ Naquele momento, ainda em sua fase liberal, Vasconcelos demonstra toda a sua retórica. Afinal,

²³⁷BASILE, Marcelo. Op. Cit.; p. 218.

²³⁸VASCONCELLOS. Bernardo Pereira de. *Carta aos senhores Eleitores da Província de Minas Geraes*. Prefácio e biografia de Francisco Rodrigues de Paiva. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 1828.

²³⁹RODRIGUES, José Honório (Org.). *O parlamento e a evolução nacional*. Vol. 2. Tomo II. Brasília: Senado Federal, 1972, p. 182. Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 03 de agosto de 1826. Disponível também em: <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=A>. Uso dos parênteses é nosso

o maior problema, sob o seu ponto de vista, não seria a criação de uma nova legislação, mas uma adequação ao que já havia sido criado em 1822, consequentemente posto em prática. Opinião da qual Costa Aguiar posiciona-se favorável.²⁴⁰ Assim como, propôs alterações pontuais nos anos dos recrutados, sendo sempre um tempo menor para os voluntários e a possibilidade de prêmios em dinheiro para aqueles que desejassem permanecer nas armas.

Uma questão central permeou os debates: a falta de informação sobre a quantidade de indivíduos que habitavam cada província do Império. Cunha Matos salientava que sem “*esse prévio conhecimento não se poderia fazer uma lei de recrutamento.*”²⁴¹

(...) o que é indispensável saber-se é qual é o número que deve conservar-se em efetivo pé, donde se há de tirar a gente precisa, como se há de distribuir a conscrição pelas províncias, comarcas, distritos etc. Em razão de sua população, e muitos outros artigos de absoluta necessidade para se fazer uma lei perfeita, porque não há de ser a província de Minas que há de mandar para aqui as suas milícias, assim como para a Bahia e Pernambuco e outros lugares remotos, nem o recrutamento há de pesar somente sobre o Ceará e São Paulo, mas deve recair igualmente sobre todas as províncias em proporção à sua população e forças.²⁴²

Até onde nos foi possível levantar sobre essa questão e como a historiografia naval e acadêmica registrou; as instruções de 1822 permaneceram como referência para o recrutamento. Nas demais sessões, que se arrastaram pelo ano de 1826, e a despeito de alguns posicionamentos contrários, foi determinado aos voluntários seis anos e, aos recrutados, 10 anos de serviços nas armas. O recrutamento foi confirmado como uma estratégia impopular.

No Senado, alheia aos interesses mais específicos discutidos pelos deputados, a primeira sessão reuniu-se para tratar de vários assuntos, um deles sobre a naturalização de estrangeiros. Entre os debates e propostas de emenda, posicionou-se o senador Francisco Carneiro:

Sr. Presidente, o Brazil é um país extensíssimo: ele se dilata desde o Rio da Prata até o Oiapoque, e conta mais de setecentos e oitenta léguas em linha reta no seu comprimento e seiscentas e tantas na sua maior largura, sendo este terreno o mais favorecido pela natureza em portos, rios, em climas, em matas, em produções: portanto acho de

²⁴⁰Anais da Câmara dos Deputados. Op. Cit.; p. 185.

²⁴¹Anais da Câmara dos Deputados, 1826. Op. Cit., p. 183.

²⁴²Anais da Câmara dos Deputados, Idem, p. 185.

transcendente importância que muito se facilite o estabelecimento de um grande acréscimo de braços para a sua cultura, aumento e prosperidade da marinha e das artes por via destes artigos de naturalização.²⁴³

As palavras do Senador reforçam subliminarmente as clivagens sociais existentes em grande parte do período imperial Brasileiro. A primeira, naquela ocasião, o Brasil emergia como um Estado moderno para o mundo pensado enquanto ao ocidente. A saída, conforme já discutido, organizada em torno da monarquia constitucional, teoricamente de base liberal, organizou-se em torno do Rei, que não foi apenas a instituição política que evitou o desmembramento do país, mas, foi quem viabilizou a hegemonia do Rio de Janeiro sobre os poderes locais e regionais. Além disso, todos os homens, com base na Constituição outorgada em 1824 eram cidadãos livres e iguais. Ainda assim, a escravidão permaneceu inalterada, garantida pelo direito de propriedade.

As discussões empreendidas no Senado determinaram a naturalização de todos os portugueses de nascimento que permaneceram no país ou aderiram à independência. Esse ato político, no entanto, significou um gesto de simpatia e aproximação às causas e interesses dos portugueses no Brasil, e também em relação à figura do próprio Imperador.

Na sessão de 1º de junho de 1826, o Visconde de Paranaguá, Francisco Vilela Barbosa, ministro da Marinha, leu o projeto de lei para a construção dos navios da Marinha mercante e navegação que constituía *a base do comércio e fontes de riquezas para o Estado*.²⁴⁴ Esse dado foi apresentado anteriormente segundo a percepção de Boiteux. Todavia, destacamos do projeto: a proibição de estrangeiros no comando das embarcações construídas no Brasil, a obrigatoriedade de navegar devidamente tripulado, sendo necessário pelo menos um marinheiro brasileiro (aí inclusos portugueses que se alistaram, escravos pertencentes aos súditos brasileiros e estrangeiros que já tiverem servido por dois anos ou mais), a proibição de recrutamento de marinheiros para a Marinha enquanto houver navios descarregados, a manutenção e rigor na apresentação dos passaportes, a proibição de troca de nome dos navios após seu registro. Essas medidas asseguravam a disposição do ministro em obterem grande parte o controle sobre a mão de obra produtiva disponível em meio ao repertório reativo de migração

²⁴³Anais do Senado do Império do Brasil. Primeira sessão da primeira legislatura. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1877, pp. 171.

Também disponível em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp.

²⁴⁴Anais do Senado do Império do Brasil. Op. Cit.; tomo 02, p.3

dos indivíduos recrutáveis pelas províncias do Império, e a clareza da dificuldade que girava em torno de recrutar braços para a Marinha de Guerra.

As Naus prisões, também conhecidas por *presigangas*, constituíram-se em um importante instrumento a serviço do processo de contenção. Ali permaneciam os indivíduos com grandes possibilidades de serem recrutados para o Exército e a Marinha, ou utilizados nas construções ou reparos de navios.²⁴⁵ A *presiganga* era um navio – a *Nau Príncipe Real* – que permaneceu fundeada no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro após a sua inativação (desarmada), e serviços prestados ao governo português transmigração para o Brasil. Assim, esse navio-presídio foi um receptáculo, “*uma arca que agregou signos antigos que diziam respeito à punição legal.*”²⁴⁶

No Brasil, ainda segundo Paloma Siqueira:

A Marinha foi uma das instituições responsáveis pelo uso de mão-de-obra forçada, empregada no serviço militar-naval. Para tanto, alguns de seus estabelecimentos e empreendimentos se transformaram em locais e destinos de criminosos e indesejáveis. Os trabalhos navais efetuados pelo Arsenal de Marinha requeriam braços nas oficinas em terra firme, no dique em construção na ilha das Cobras e nos navios de guerra em reparos.²⁴⁷

Desse aspecto podemos inferir então que aqueles indivíduos aprisionados nas *presigangas*, em certa medida estariam cumprindo uma *dupla pena* imposta pelo Estado.²⁴⁸ A primeira viabilizada pelo sistema excludente e desigual, característico de uma sociedade imersa em valores e práticas de um Estado do Antigo Regime. E a segunda, pela Marinha enquanto uma instituição do Estado.

Esses indivíduos eram encaminhados até as naus *presigangas* na condição de sentenciados pela Justiça comum ou militar. Entre os presos não havia apenas militares considerados infratores pertencentes ao Exército ou a Marinha, mas também, em números maiores pessoas comuns; indivíduos presos respondendo pelos mais variados

²⁴⁵ GREENGHALH, Juvenal. *Presigangas e calabouços: prisões na marinha no século XIX*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1998.

²⁴⁶ SIQUEIRA, Paloma Fonseca. *A presiganga real (1808-1831): punições da Marinha, exclusão e distinção social*. Dissertação de Mestrado, Brasília: UNB, 2003. Ver também artigo: FONSECA, P. S. A *presiganga e as punições da Marinha (1808-31)*. Apud: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004, pp. 139-157.

²⁴⁷ Op. Cit.

²⁴⁸ Fazemos aqui uma analogia com a expressão “duplo cativo” empregada pelo historiador Carlos Eduardo Moreira de Araújo, em sua dissertação de Mestrado em História: *O duplo cativo: escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro: 1790-1821*. UFRJ, 2004.

crimes ou delitos, assim como escravos encaminhados pelos senhores ou capturados perambulando pelas ruas e portos acusados, como tantos outros, de vadiagem, e consequentemente aptos ao recrutamento.

O rito processual para a entrada do indivíduo na presiganga e assim, no dispositivo de vigilância e segurança impetrados pelo Estado começava com sua identificação por intermédio das guias de embarque. Devidamente “acomodados”, cotidianamente teriam que ser submetidos a três tipos de labor compulsório; servir como engajado nos navios da Marinha, trabalhar na construção do dique do Arsenal ou ainda, nas oficinas de artífices também localizadas no Arsenal de Marinha.

O quadro geral de controle daqueles que iriam trabalhar compulsoriamente deveria ser preenchido pelo comandante da presiganga, e ali constar ainda a data de sua entrada na nau presiganga, o tempo de sentença a cumprir, seu local de trabalho e qualquer outra informação relevante, no entendimento do comandante; fosse de interesse do inspetor do Arsenal de Marinha.

Imagem 2: Relatório dos sentenciados da presiganga

Relação dos onze sentenciados que trabalham no Dique do Arsenal, a quem S. M. e Marinha apertar para servir na Esquadra de Marinha

Nomes	Tempo de sentença		Tempo de trabalho	Lugar de trabalho	Observações
	Ano	Mês			
Manuel Barbosa	3	12	8 Anos	Arsenal	
José Manuel	19	12	5 Anos	Dique	
Joaquim Pereira Neta	2	12	5 Anos	Dique	Fl. do Livro de Artífices
Joaquim José	26	12	3 Anos	Arsenal	
José José	17	12	2 Anos	Arsenal	
Antônio Joaquim Pereira	17	12	2 Anos	Arsenal	
Antônio Bernardino	17	12	2 Anos	Arsenal	
Manoel de Jesus	1	12	3 Anos	Arsenal	
Joaquim José de Sousa	12	12	2 Anos	Dique	Fl. do Livro de Artífices
Estevão de Jesus	11	12	3 Anos	Arsenal	Fl. do Livro de Artífices
Antônio Fernandes	14	12	5 Anos	Arsenal	Fl. do Livro de Artífices

N. B. S. M. e Marinha mandou apertar para servir na Esquadra os 6 Escravos pertencentes a Subditos Brasileiros residentes no Maranhão, que por ordem de 18 de Novembro de 1826 serviram de bordo da fragata Tapania, para ficarem no Dique, bem como mandou apertar os 13 Escravos Presumeiros que se acham no Dique, que na mesma qualidade de haviam servido a bordo da fragata Campeão no Marinho, ao flocar a fragata Tapania de Ferreira da Silva, por se terem, José Manuel, mutilado por quem trabalhava no Dique de correção, e o outro pela Tapania, e os 6 Marinhos de bordo da Canhamira N. L. José de Sousa e os outros.

Portador do N.º Príncipe Real que serve de Presiganga N.º de N.º

Marcelino de L. Neta

Fonte: AN, Série Marinha, Nau Príncipe Real – presiganga. 1826 XM 793, Codes B2 – **Imagem Ilustrativa.**

Em outro documento: “*O mapa do Estado Atual da Guarnição*”, o comandante também era responsável pelas informações sobre o quantitativo da guarnição que deveria compor a presiganga, dentre eles: capelão, soldados, cabos, sargentos, tenente-coronel (Batalhão de Artilharia), Soldados, cabos e soldados (Batalhão de Caçadores), cirurgião, boticário, dispenseiro, escrivão, marinhagem (1ºs e 2ºs) e Grumetes (1ºs e 2ºs); que se distribuíam em diferentes tarefas, sendo a principal delas a vigilância. O quantitativo poderia variar, mas acreditamos, levando em consideração os mapas dos anos de 1826 e 1827, que o número total de pessoas responsáveis para o funcionamento das Naus que serviam de presiganga deveria girar em torno de 170 a 180, com maior incidência de soldados de ambos os batalhões e da marinhagem, conforme pode ser identificado abaixo:

Imagem 3: mapa do estado atual da presiganga

[illegible]

Fonte: AN, Série Marinha, Nau Príncipe Real – presiganga. 1826 XM 793, Codes B2.

Imagem ilustrativa

As ordens ocupavam grande espaço nesse mapa que também pode ser descrito como um relatório. Podemos observar que ali eram assinaladas as transferências e remoções, as

informações sobre solturas, as reprimendas ou punições a serem aplicadas; também para aqueles que deveriam zelar pela manutenção da disciplina e subordinação. Isso decorria em parte pela falta de um regulamento que fosse diferente ou mesmo assemelhado àquele que regia a Marinha desde o século XVIII; alvo nesse trabalho, algumas páginas atrás, referimo-nos ao Regimento Provisional de 1796.

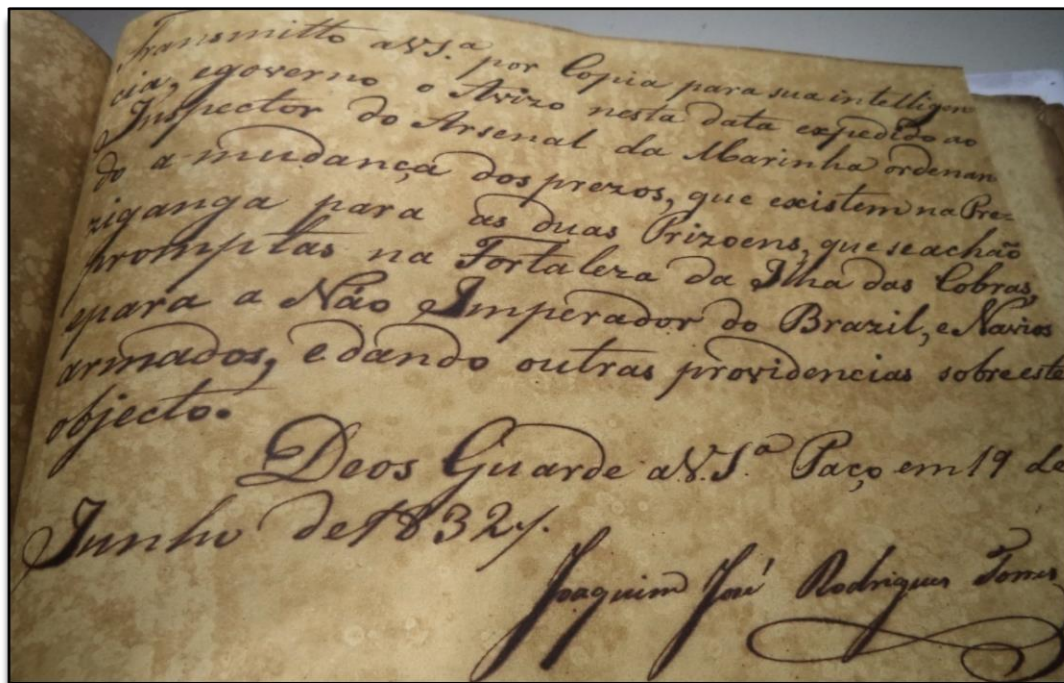
A ausência de um regimento específico para as Naus que serviam de presiganga aponta ainda para dois aspectos. O primeiro, diz respeito ao pertencimento institucional ao qual as presigangas estavam submetidos. Ou seja, as normas, sanções normatizadoras e as regras hierárquicas e disciplinares da Marinha, pertencentes ao Regimento Provisional e os Artigos de Guerra que haviam sido herdados da Marinha Portuguesa e não foram reformulados, servindo nesse caso as duas instituições. Outro aspecto diz respeito ao caráter transitório da condição, tanto dos navios, como daqueles que ali cumpriam suas penas, pois aquelas embarcações serviam como verdadeiras presigangas. O fato de *servir como presiganga* denota que naquele momento as embarcações destinadas àquele fim não mais respondiam aquilo para que foram planejadas, ou seja, em condições de navegar (ir a vela). Seja pelo desgaste do tempo ou tamanho que comprometia sua navegabilidade comercial, as naus perderam sua utilidade.

No entanto, assim como aqueles indivíduos que ingressaram nas presigangas e passaram dias, anos e décadas confinados tiveram sua utilidade ressignificada por intermédio da disciplina para o trabalho, assumindo em alguns casos novos caracteres pessoais ligados ao mundo do trabalho; as naus continuaram a não mais servir para a navegação, mas o modelo que ela representou como sendo uma solução para um problema social também seria ressignificado nos anos que seguiram à sua total desativação em processo iniciado em 1832. Em aviso de 19 de junho de 1832, o então ministro da Marinha Joaquim José Rodrigues Torres determina ao inspetor do Arsenal de Marinha a mudança dos presos da presiganga para as prisões da Ilha das Cobras, e também para a bordo da Nau Imperador do Brasil e navios armados.

Não era comum a transferência de presos para navios armados. Não nos foi possível verificar, mas possivelmente aqueles que foram transferidos para essas embarcações haviam se transformado em indivíduos úteis para as fainas. E aquilo que se esperava ser desempenhado pelas naus que serviam de presigangas havia sido cumprido, em parte. Aos demais, um caminho a percorrer, e um processo de vigilância disciplinar para o trabalho a ser cumprido.

Abaixo, imagem de um aviso assinado pelo ministro Joaquim José Rodrigues Torres em 1832, autorizando a transferência de presos da presiganga para a prisão da Ilha das Cobras e navios da Marinha.

Imagem 3: Cópia de aviso ministerial



AN, Série Marinha. Avisos do Ministro de 1832 * III M 406/406 Codes B5.

O Almirante Juvenal Greenhalgh, em seu trabalho solitário sobre as prisões da Marinha no século XIX²⁴⁹ alertou para os inconvenientes históricos que a adoção desse sistema prisional direcionado para o trabalho compulsório realizado nas áreas de competência da Marinha traria para a arma. Segundo ele, essas ações, associadas à atmosfera escravista brasileira fez adquirir força a ideia de que o serviço militar funcionaria como um instrumento na correção para a vadiagem e o crime. Com isso, Greenhalgh justifica a ideia de que os castigos corporais eram aceitáveis e importantes, pois nada mais comum à aplicação desse tipo de castigo aqueles que estavam submetidos a uma segunda pena, desta vez imposta pelo serviço militar da Marinha. Sobre a contribuição de Greenhalgh para os estudos navais faltou ao Almirante considerar que o Arsenal de Marinha constituía-se em um verdadeiro complexo prisional de enormes proporções àquela época com a utilização de trabalho compulsório onde gravitavam escravos, libertos, livres, soldados e marinheiros de diferentes origens

²⁴⁹GREENHALGH, Juvenal. *Presigangas e Calabouços: prisões da Marinha no século XIX*. SDM, 1998.

e procedências. Consequentemente os maiores problemas foram sucessivos movimentos reativos como fugas, levantes e motins entre os anos de 1827 e 1833.

Todavia, esse aspecto importa uma reflexão, na medida em que as instituições são constituídas por relações de cadeias sociais, e apresentadas aos indivíduos pelas redes e funções sociais que eles ingressam. Nesse sentido segundo Norbert Elias:

Somente considerando essas instituições parte de uma extensa rede de relações humanas, recuperando para a nossa própria compreensão as dificuldades e os conflitos recorrentes com os quais os indivíduos lutaram no interior dessa rede pode-se compreender por que e como a própria estrutura surgiu e mudou de um período para outro.²⁵⁰

Assim, não podemos reduzir a massas estáticas aquilo que se observa como movimento contínuo. As sociedades são redes de seres humanos e a disputa entre grupos pode resultar, em uma fusão de dois ou mais deles. Ou pode levar ao completo desaparecimento de um, na nova unidade derivada do embate. Salientamos, contudo, que o movimento no sentido de uma interdependência, tal qual apresentada pela formação da Marinha, em face de ser maior entre grupos humanos *a priori* constituídos como socialmente diferentes, engendra tensões estruturais, conflitos e disputas, que a nosso ver precisam ser estudados e que não podem ao menos no campo do conhecimento histórico permanecer definitivamente construídos, prontos e acabados.

Na década de 30 do século XX, mais especificamente em 1939, o então Capitão de Mar e Guerra, Lucas Alexandre Boiteux, neste estudo consultado como fonte histórica que produziu as biografias dos Ministros da Marinha (Antonio Farinha, Luis da Cunha Moreira e Francisco Vilela Barbosa), deixou registrado no livro *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, em seu segundo volume, referências quanto à data do primeiro centenário da criação do Corpo de Marinheiros Nacionais como sendo 1936. Subtraindo-se desses, cem anos, retornamos a 1836, ano de criação do referido corpo.²⁵¹ Em parte intitulada de “Corpo de Marinheiros Nacionais”, aqui cabendo um parêntese. Pois, até onde pudemos verificar foi a primeira publicação da Marinha a conceder um pequeno espaço de relativo destaque ao corpo de marinhagem em detrimento aos muitos dedicados aos oficiais e seus feitos históricos. Outro autor seria

²⁵⁰ELIAS, Norbert, *Estudos sobre a Gênese da Profissão Naval*. Ob. Cit. p. 91.

²⁵¹BOITEUX, Lucas Alexandre. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. DPHDM: Ministério da Marinha, Divisão de História Marítima, 1939. No mesmo texto faz referência sobre a instalação do mesmo Corpo de Imperiais Marinheiros na fortaleza de Villegagnon em 1943, pp. 227-241.

Juvenal Greenhalgh, também no século XX, ao tratar de disciplina, punições e prisões na Marinha. Ou seja, um campo de experiências específico que se apresentava como destinado ao conhecimento histórico à marinhagem.

Segundo Boiteux, em 1826, por determinação das autoridades navais, aqui podemos supor se tratar do Ministro à época, o então Visconde de Paranaguá – Francisco Vilela Barbosa - determinou que a *Nau Vasco da Gama* passasse a fazer parte de depósito da Marinhagem e Recruta. Essa nau foi remanescente da esquadra que fez a travessia do Atlântico de Portugal para o Brasil, trazendo a família Real. Foi desarmada ainda em 1822, e usada como presiganga desde então. Nesse sentido duas foram as principais presigangas no reinado de d. Pedro I, a *Nau Príncipe Real* que inaugurou o serviço de 1808 a 1831 e a *Vasco da Gama* de 1822 a 1826.

Ao final deste último ano, mais precisamente em 19 de dezembro, o Capitão de Fragata Francisco de Assis Cabral e Teives, retornando das ações na bacia do Prata assume o comando do novo depósito de Marinhagem e Recrutas. Dois dias após, recebeu das mãos do Vice-almirante Francisco Antonio da Silva Pacheco, inspetor do Arsenal de Marinha, uma lista contendo 12 instruções que deveria *seguir no espinhoso cargo, entregue à sua proficiência e comprovada energia*.²⁵²

Dentre as instruções destaca-se um conjunto de artigos que define a identificação dos recrutas e marinheiros depositados como imprescindível, sendo necessário: nome, filiação, de onde são remetidos, se contratados ao estrangeiro quando e por quanto tempo permanecerão embarcados. A informação sobre o estado da embarcação deveria ser feita sempre uma vez por semana aos sábados, proibido bebidas a bordo como vinho ou águas ardentes, assim como jogos e conversações nos ranchos noturnos;²⁵³ todos deveriam estar de posse das guias de embarque para que se possam fazer as soldadas²⁵⁴, exercícios duas vezes ao dia de manobras e artilharias ou qualquer outra faina. Por fim, sugeria muita cautela e zelo na hora de entregar um possível desertor do exército que ali tenha sido recrutado. Esse aspecto inclusive aponta que o recrutamento apesar de ser uma prática comum para o engajamento de indivíduos aquelas armas, essa relação nem

²⁵² Op. Cit.; p. 228.

²⁵³Essas últimas orientadas segundo o Regimento Provisional. Capítulo I, artigo 7º; Apud: CAMINHA, Herick. Ob. Cit.;

²⁵⁴Soldadas - Pagamento aos criados. Segundo Dicionário do padre D. Rafael Bluteau. Tomo II. Ob. Cit.; p. 413.

sempre se constituiu como harmoniosa face ao imperativo de dificuldade de cada uma para arregimentar-se.²⁵⁵

Tabela 7: Guia de identificação de recrutas e marinheiros

Graduação	Nome	Natural	Idade	Cor	Cabelo	Olhos	Estado	Polegadas	Observações
Recruta	Manoel Vieira de Góes Filho de João Viera da Silva	Alagoas	12 anos	pardo	crespos	pretos	satisfaz	5,6	Por ordem da Intendência em ofício do ajudante de ordens nesta data foi recebido para assentar praça na Armada...

Fonte: AN, Série Marinha. XM -98. “*Preenchimento desta Guia feito a partir de informações da documentação.*”

A guia acima, preenchida como modelo, de acordo com aquela encontrada nos arquivos da Marinha, permite perceber a preocupação nascente com a sistematização de algumas informações referentes a dados familiares, demográficos e antropométricos; o que garantiria o controle sobre o indivíduo engajado para fins de evitar possíveis fugas/deserções na garantia de recapturar o indivíduo desertor.

No dia 12 de Fevereiro do mesmo ano, determina ao Intendente da Marinha que o depósito de recrutas, dos marinheiros engajados e guarnições dos navios em fabricação ou reparos ficassem sob as ordens do comandante do Porto Sr. Antonio Rodrigo Delamare.²⁵⁶

A nau Vasco da Gama cumpriu o seu papel. De importante embarcação construída em Portugal, acolhida em águas brasileiras como tantas outras; teve seus dias de glórias ofuscados ao ser transformado em presiganga. Recobrou em parte sua opulência ao servir de depósito para os recrutas e marinheiros que “ingressavam” na Marinha, e ali desenvolvendo ainda que precariamente suas primeiras experiências de

²⁵⁵ AN, Série Marinha, XVII M 4976, maço 561, Socorro dos oficiais – 1826-1827. XVII M 4975 Marinheiros Nau Vasco da Gama 1823 e X M 84 – Correspondências 1825-1857. *Até onde nos foi possível verificar junto a Série Marinha do Arquivo Nacional, os livros de Socorros da Nau Vasco da Gama e alguns documentos referentes as correspondências desse período encontram-se em estado precário para consulta. Algumas vezes inclusive tivemos de proceder com a consulta em local separado e destinado a higienização de documentos.*

²⁵⁶ CLI. Decisão de 12 de Fevereiro de 1827.

futuros homens do mar, predestinados pela vida a fazer parte do processo de construção de uma Marinha, que se queria, tal como explicitado no início desse capítulo; segundo a ótica histórica de Lucas Boiteux: *forte, homogênea e exercitada*.

No mês de Janeiro de 1827, um dos primeiros atos do novo Ministro de Marinha Francisco Maurício Menezes Souza Coutinho – Marquês de Maceió – que assumiu a pasta da Marinha em 16 de janeiro foi determinar através da decisão de 27 de Janeiro que o depósito de recrutas fosse transferido para bordo da *nau Pedro I*, e inspecionados “*todos os doentes no mesmo depósito*.”²⁵⁷ Podemos supor que tais medidas fossem uma forma de contenção, primeiramente face ao precário estado em que se encontrava a Nau Vasco da Gama, pelos anos de uso em mar e por estar parada há muito tempo no ancoradouro do Arsenal de Marinha dificultando a vigilância, e também no sentido de evitar fugas do hospital, conforme destacado páginas atrás.

Natural de Turim na Itália, Souza Coutinho era filho do Conde de Linhares, Ministro da Guerra e Estrangeiros de d. João. Foi admitido na Marinha no posto de 2º tenente em 1808. Promovido a primeiro tenente em 1813, a capitão tenente em 1821 e a capitão de fragata em 1823. Uma carreira meteórica e as comissões e honrarias conquistadas graças ao seu *aulicismo*.²⁵⁸ Ainda que tenha aderido à causa da Independência, Boiteux em seus relatos biográficos sobre Souza Coutinho supõe que em virtude de um estremecimento causado entre Cunha Moreira e seu biografado, o mesmo não tenha por isso figurado entre os batalhadores da emancipação política.²⁵⁹ No entanto Tavares Lyra afirma que durante a independência Souza Coutinho apresentou atitudes dúbias e vacilantes. Todavia, em 1825 foi agraciado com o oficialato da Ordem do Cruzeiro, obteve o título de Visconde, ainda lhe foi concedido o hábito de Cristo e comenda da mesma ordem. Sem que, no entanto, nos relatos dos biógrafos consultados não tenhamos encontrado uma relação de feitos ou méritos que pudessem justificar tamanhas honrarias. Exceto talvez por pertencer ao círculo áulico e gozar das graças da Marquesa de Santos.²⁶⁰ Em 1827, recusou-se a comparecer uma segunda vez à Câmara dos Deputados onde era discutida a fixação da força naval para aquele ano, causando mal-estar à já estremecida relação entre o Imperador e a Câmara. De seu relatório ministerial pouco se pode comentar exceto pela preocupação em apresentar uma

²⁵⁷Decisão de 21 de Janeiro de 1827. Apud: CAMINHA, Herick. Ob. Cit.; p. 246.

²⁵⁸LYRA, Tavares. Op. Cit.; p. 38.

²⁵⁹BOITEUX, Lucas Alexandre. Op. Cit.; p. 156.

²⁶⁰BOITEUX. Lucas Alexandre. Idem

proposta específica aos carpinteiros. Fato talvez preponderante por estar o país em guerra e necessitar de reparos urgentes sob o cuidado de pessoal mais qualificado.

Antes mesmo do fim da Guerra Cisplatina, assume o cargo em substituição a Souza Coutinho, Diogo Jorge de Brito. Natural de Portugal, ingressou na Marinha como aspirante e no ano seguinte promovido a guarda-marinha. Recém-chegado ao Brasil, assim como outros, foi promovido a Capitão tenente. “*Dedicado acadêmico escreveu sobre o Método de trabalho hidrográfico da planta do porto do Rio de Janeiro em 1810.*”²⁶¹ Pertenceu por breve tempo na Marinha mercante, por reclamar dos baixos soldos pagos pela Marinha de Guerra.

Sob seu comando foi realizado o transporte de d. João VI e comitiva para Portugal. Em 1823 foi nomeado comandante da Companhia de Guardas Marinha, jurando a Constituição Imperial brasileira. No entendimento de Carlos André Lopes Silva, o perfil militar de Diogo Brito é diferente de Dantas Pereira (ex-comandante da Companhia de Guardas-Marinhas), pois expunha a finalidade de um oficial de Marinha;

A condução da guerra, simbolizada no espírito combativo que demonstrou quando ausentou-se da direção da Academia para comandar a 2ª Divisão da força naval brasileira no Prata, sendo, inclusive, ferido na Batalha de Colares, em 9 de fevereiro de 1826, ocorrência rara com oficiais gerais que, em regra, não se expõe ao fogo evitar deixar acéfalo o conjunto combatente.²⁶²

Em uma breve comparação ao seu antecessor, que diferentemente foi agraciado com título nobiliárquico, Diogo Brito, quando recebeu algum tipo de condecoração foi bem menor. “*Fez-se exceção em um ministério tirado inteiramente da Câmara, e acolhido como sinal de mudança para melhorar a relação entre a Coroa e o Parlamento.*”²⁶³

Seu relatório do ano de 1827, apresentado em maio do ano seguinte a Câmara é resumido, mas contém elementos que apontam para a situação delicada que permeavam as relações políticas na Corte. Em sua saudação aos senhores Deputados presentes na Câmara, salienta que para a manutenção do sistema monárquico constitucional, ou seja, a garantia do próprio parlamento em continuar a legislar, a deliberar e existir; o futuro do Império teria de ser garantido; e eliminados os abusos que retardariam seu progresso. Podemos hipoteticamente pensar que se trata de um aviso, não de uma ameaça. Pois em

²⁶¹BOITEUX. Lucas Alexandre. Ibidem.

²⁶²LOPES DA SILVA. Carlos André. Ob. Cit.; p. 172.

²⁶³ARIAS NETO. José Miguel. Ob. Cit.; p. 28.

seguida apresenta um resumido quadro do estado geral da pasta, concluindo sua primeira parte de apresentação: “*Possa essa luminosa câmara, por sábias disposições legislativas, montar a propósito este transcendente ramo de público interesse.*”²⁶⁴

Depois de apresentar em números o quadro da força naval, salientava que em tempo de guerra, o mais importante seria a aquisição e incremento de uma força naval que pudesse fazer frente aos inimigos e ao mesmo tempo salvaguardar as relações comerciais existentes e vindouras. Destaca em relação ao quadro de pessoal, a heterogeneidade dos membros e componentes da corporação, mas faz uma ressalva de forma subliminar ao apontar que seus oficiais com pequenas exceções têm a necessária energia para fazer realçar a dignidade do pavilhão imperial brasileiro. Em outras palavras, podemos compreender que a Marinha, ainda que composta de um grande número de oficiais e marinheiros de outras partes do mundo estaria submetida à rígida hierarquia e disciplina militar subordinada diretamente ao Imperador.

Na proposta apresentada demonstrou o déficit da pasta em relação às receitas destinadas a Marinha, e as despesas que para o ano de 1827 aumentaram; principalmente por conta dos sete meses de soldos atrasados ao pessoal da esquadra do Rio da Prata. Procurou ainda sensibilizar os Deputados com a necessidade demonstrada em fundar um asilo destinado aos oficiais inferiores, marinheiros e artilheiros, quando estes se tornassem inválidos; dessa forma inspirando seus filhos a seguir a carreira do pai; “*e lhes seja proporcionado o ensino das primeiras letras e meios para conseguir algum ofício. Essa intenção, no entanto, explicava o ministro, teria de ser custeada com a contribuição dos empregados navais e marinheiros, sem ônus para o governo.*”²⁶⁵

Diogo Brito afastou-se do cargo por motivo de doença, não chegando a ver concretizado, pelo menos em parte aquilo que se propôs sensibilizar, e como um homem que comandou uma Academia de ensino poderia desejar - o ensino das primeiras letras aos marinheiros. Deu lugar a pasta para o interino oficial militar João Carlos Augusto Von Oeyenhausen e Gravenberg (1781-1838), reassumindo cerca de seis dias depois, mas abandonando-a definitivamente em 16 de junho de 1828, ao ter se agravado o quadro de sua doença.

Miguel de Souza Melo e Alvim (1784-1855) assume o Ministério em 16 de junho de 1828, era português e egresso da Academia de Marinha de Lisboa. No Brasil foi,

²⁶⁴RMM, Diogo Jorge de Brito, 1828, p. 03.

²⁶⁵ Op. Cit.;

após algumas alternâncias nos postos hierárquicos da Marinha, encarregado a ser ajudante de ordens do governador de Santa Catarina. Durante os dez anos que permaneceu naquela província, destaca Boiteux, não descansou e manifestou sempre zelo pela administração.²⁶⁶ Permaneceu no Brasil após a independência mostrando inclusive seu apreço pela função de militar que exercia, deixando claro sua desaprovação, naquele momento, com envolvimento de militares na política. Em vista de sua destacada atuação na província do Sul, é transferido para o Rio de Janeiro a fim de permanecer à frente da Intendência da Marinha no posto de Chefe de divisão.

Durante sua permanência no cargo, outros acontecimentos agravaram ainda mais o quadro político. Ao dispensar um tratamento mais rigoroso aos soldados alemães e irlandeses, os membros superiores do exército, acionaram o estopim de uma situação que já era desconfortável face às promessas não cumpridas pelo governo desde o seu recrutamento no exterior. O clima tenso explodiu em revolta em junho de 1828, quando a côrte do Rio de Janeiro foi sacudida por agitações após castigo imposto a um soldado alemão, punido com chibatadas por seus superiores.²⁶⁷

Como medida emergencial à situação vigente, d. Pedro I destitui o Gabinete Ministerial, mantendo Melo e Alvim no cargo, em face de sua positiva recepção pela imprensa e meios políticos quando assumiu o Ministério da Marinha, em uma clara demonstração de que queria o Imperador apaziguar os ânimos. Mas, na câmara, a demissão de Araújo Lima e do ministro da Guerra aumentou ainda mais os desajustes entre a Coroa e o Parlamento.

Do relatório ministerial referente ao ano de 1829, apresentado em 30 de maio de 1830, Melo e Alvim destaca inicialmente que pretendia apresentar um relatório conciso e objetivo, até porque não sabia fazê-lo de forma diferente. Apresenta os quadros de pessoal destacando que o número de oficiais não é suficientes sendo necessário mais 28 oficiais para suprir doenças, faltas ou qualquer outra necessidade momentânea. Demonstra o ministro um relativo grau de competência administrativa, possivelmente fruto dos anos que permaneceu como ajudante de ordens em Santa Catarina.

Sobre os corpos de artilharia informa que seu número atual corresponde à necessidade momentânea, e que por estar em tempo de paz, o desarmamento das embarcações tem feito reunir maior número de praças nos quartéis e consequentemente

²⁶⁶BOITEUX, Lucas. Op. Cit.; p. 188.

²⁶⁷RIBEIRO, Gladys S. & PEREIRA, Vantuil. Op. Cit.; p. 160.

na nau presiganga. Ainda assim, destaca Melo e Alvim a disciplina tem sido mantida com envio de sentenciados as obras do dique e demais atividades rotineiras do Arsenal. Demonstrou preocupação com a formação dos guardas-marinhas pela academia estar localizada e funcionando em um prédio com condições precárias, assim como quase todo aparato administrativo; desejando ainda que os oficiais participassem de treinamentos em outras Marinhass.²⁶⁸ Chamava atenção para o fato do atraso dos soldos da marinhagem que ultrapassava dez meses, sendo conveniente desarmar as embarcações e providenciar o pagamento. Essa anotação pontual do Ministro pode supor estivessem vinculadas as recentes manifestações que assolaram o exército, provocando maiores instabilidades àquela arma. Que certamente Melo e Alvim não gostaria que chegasse à Marinha.

Deixou a pasta em 4 de dezembro de 1829 exonerando-se. Segundo Boiteux:

Uma das causas que levaram Melo e Alvim a deixar a pasta da Marinha, foi a de não possuir bens de fortuna para poder, ele que dispunha de numerosa família, dar cumprimento às exigências da corte. Da mesma forma declinou da honra de um título nobiliárquico, que o Imperador desejava conceder-lhe apegando-se ao brocardo popular que – honras sem dinheiro mais vale ser marinheiro.²⁶⁹

Retorna ao posto de Ministro da Marinha o Marquês de Paranaguá, conforme destacado anteriormente, permanecendo no cargo até a abdicação de D. Pedro I, em favor de seu filho.

Entre o final de 1828 e início de 1829, o clima era de total indefinição. As eleições que se aproximavam e seriam realizadas na maioria das localidades do Império. Pela primeira vez se votaria em juizes de paz, e novas eleições para a Câmara e vereadores. Estrategicamente o governo, no sentido de manter o apoio a sua base política de apoio, promoveu mudanças nos comandos das províncias, substituindo 11 dos 18 possíveis. Através do levantamento realizado por Arias Neto podemos perceber que também foi constante a troca de Ministros. De 1826 a 1831, enquanto a Câmara produziu duas eleições, o Ministério foi alterado seis vezes.²⁷⁰ No entendimento de Gladys Ribeiro e Vantuil Pereira,

²⁶⁸RMM, Melo e Alvim, 1829.

²⁶⁹BOITEUX, Lucas A. Op. Cit.; p. 195.

²⁷⁰ARIAS NETO, José Miguel. Ob. Cit.; p. 28

Davam-se mostras que o sistema pretendido por d. Pedro era frágil, não se baseava em maiorias parlamentares ou em sustentáculos que estabilizassem o sistema político. Consequências foram a falta de continuidade política e o aumento da insatisfação de grupos próximos ao governo, que se viam alijados do poder.²⁷¹

Os quadros apresentados algumas páginas atrás ajudam a compreender e a reforçar as acusações que eram feitas ao Imperador de que preteria os brasileiros em favor dos portugueses residentes no Brasil. Pois conforme salientado pelos dados biográficos dos ministros da Marinha, a grande maioria era de nacionalidade lusa. De fato, salienta o historiador Marcelo Basile, havia uma estreita ligação entre d. Pedro I e “*os burocratas e comerciantes lusitanos que eram apontados como favorecidos na concessão de honrarias e título de nobreza e no preenchimento de cargos públicos.*”²⁷²

Complementando, Basile afirma:

Muito mais do que o produto de um simples arranjo das elites, com em geral se concebe, a Revolução do Sete de Abril (como foi celebrado o movimento que levou à abdicação) foi o resultado, não só das tramas políticas urdidas no Parlamento, nas sociedades secretas, nos quartéis e na imprensa, mas também da intensa pressão popular, manifesta nas freqüentes manifestações de rua de protesto, envolvendo centenas e, por vezes, milhares de pessoas, ocorridas, sobretudo na Corte, mas também nas províncias.²⁷³

Contudo, gostaríamos de acrescentar que para além da participação popular nos eventos políticos de ruas que culminou com a Abdicação, importa destacar também a participação popular realizada através de petições e ofícios encaminhados aos parlamentares e aos órgãos competentes da administração demonstrando, ora insatisfação as condições de vida, ora celebrando os feitos realizados, participando de maneira pró-ativa na condução política no período pós-emancipação.

Neste primeiro capítulo nossa intenção foi traçar um paralelo entre os acontecimentos marcados e delimitados por momentos políticos e a trajetória da Marinha de Guerra no Brasil, desde a chegada da Corte Portuguesa até a Abdicação de d. Pedro I. Procuramos dar ênfase aos aspectos normativos e organizacionais da Marinha, para isso observando a biografia de seus ministros, como também o conteúdo de seus relatórios.

²⁷¹RIBEIRO, Gladys S. & PEREIRA, Vantuil. Ob. Cit.; p. 118.

²⁷²BASILE, Marcelo. Ob. Cit.; p. 217

²⁷³BASILE, Marcelo. Idem, p. 221.

As questões inerentes aos emblemáticos métodos de recrutamento não poderiam deixar de fazer parte desse estudo nesse momento. Mas, em contrapartida trouxemos as diferentes apropriações que foram feitas pelos indivíduos recrutáveis, identificando tais ações como um conjunto de repertórios de mobilização política. No capítulo que segue, apresentaremos um segundo momento histórico e político marcado por uma série de agitações sociais e revolvimentos das forças políticas constituídas. Assim como, perceber como a Marinha se reorganizou diante do quadro de instabilidade política que se iniciava e as alternativas escolhidas e adotadas com base na possibilidade encontrada de reorganização dos corpos de Marinha.

CAPÍTULO II

Aumenta a temperatura em Terra e Mar

Renovadas pois as hostilidades entre a câmara e o governo era patente que graves sucessos políticos ião precipitar-se. A obstinação da coroa em resistir aos reclamos da opinião, que queria ser governada pelo systema constitucional, a propaganda das ideias mais exaltadas que ia ganhando terreno pelos erros do poder, trouxeram a Revolução de Abril, colocando felizmente na mão dos homens moderados a direção da alta administração publica.

Anais da Câmara dos Deputados - Segundo Ano da Segunda Legislatura – 07/04/1831.

Antônio Pereira Pinto²⁷⁴

2.1 – Olhar historiográfico sobre a Abdicação

Na emergência de um novo momento histórico e político, o presente capítulo tem como objetivo examinar, sob o ponto de vista da historiografia e algumas fontes, o período posterior à abdicação de Dom Pedro I, constituído como um dos mais agitados da história política e social do Brasil, e também, um dos mais ricos e singulares em termos de organização, *discussão e participação política*.²⁷⁵ Nesse período, o país foi regido por diferentes figuras em nome do futuro Imperador; influenciados por uma visão particular de sociedade oriunda de diferentes concepções políticas que os colocavam em lados, muitas vezes opostos, salientando contradições e os obrigando a novas redefinições em nome da governabilidade; inserido nesse contexto, as reformulações pensadas e algumas delas colocadas em prática visando a reorganização da Marinha.

A epígrafe que introduz este capítulo foi selecionada junto à introdução dos trabalhos da Assembleia Geral realizada em 7 abril de 1831, por sintetizar o momento de instabilidade política ocasionado pela abdicação de d. Pedro I. Processada de forma simples, por um ato escrito, entregue àquela Assembléia pelo Brigadeiro e comandante das armas Francisco de Lima e Silva, o ato não deixou transparecer o momento de convulsão social que marcava os anos iniciais da década de 1830:

Usando do direito que a constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa de meu mui amado e prezado filho o Sr. D. Pedro de Alcântara. Boa Vista, sete de abril de mil

²⁷⁴http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=7/4/1831.

²⁷⁵BASILE, Marcelo. *O Império em Construção: Projetos de Brasil e Ação Política na Corte Regencial*. Tese de Doutorado, UFRJ, Outubro de 2004.

oitocentos e trinta e um, décimo da independência e do império (assignado) Pedro.²⁷⁶

O processo que levou d. Pedro I à abdicação, como foi visto em linhas gerais, foi fruto de diferentes crises que se cruzavam na sociedade imperial emergente, bem diferente de um arranjo político improvisado que a instalação do triunvirato faria supor. No âmbito político externo, ainda que arrefecidas após o conflito com as Repúblicas Cisplatinas, permaneciam tensas as relações entre Brasil, Argentina e Uruguai. Internamente, a disputa de poder entre os deputados, principalmente da segunda legislatura, e o imperador foi acirrada, tendo como mote as medidas governamentais severamente criticadas pelo legislativo. Pelo lado econômico, a situação que, desde 1822, havia se tornado ainda mais difícil sob o ponto de vista da falta de reservas complicou-se, com o aumento da inflação, a falta de produtos básicos e uma renovação do Tratado de Aliança e Amizade com a Inglaterra que em nada beneficiou os cofres brasileiros.

Uma importante historiografia foi produzida em diferentes períodos da nossa história sobre a Abdicação, que vale a pena uma incursão, mesmo correndo sérios riscos de omitir um ou outro trabalho. Mas, tendo por referência a ideia de que, geralmente, e a cada contexto político, os historiadores têm se preocupado em produzir seu trabalho a partir do presente, das preocupações de sua realidade, fazendo de sua fala um discurso no qual grande parte de suas posições políticas, ideológicas e sociais está presente, sejam elas para a sociedade ou para um grupo específico.

Para Michel de Certeau, não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, capazes de suprimir a particularidade do lugar de onde fala o historiador e do domínio em que o mesmo realiza uma investigação. Assim sendo, uma marca que representa a relação inseparável do historiador com um lugar, do qual ele – historiador – se localiza e faz parte.²⁷⁷

Diante dessas observações, podemos aferir que para Tobias Monteiro e Octávio Tarquínio de Souza o Sete de Abril de 1831 pôde ser explicado a partir da antiga rivalidade entre brasileiros e portugueses.²⁷⁸ Ou seja, a ideia de um possível

²⁷⁶ Senado Sessão de 07 de Abril de 1831 – Abdicação.

Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=7/4/1831

²⁷⁷ CERTEAU, Michael. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

²⁷⁸ MONTEIRO, Tobias. *História do Império: a elaboração da Independência*. São Paulo: Edusp, Belo Horizonte: Itatiaia, 1981 & SOUZA, Octávio Tarquínio de. *A História dos fundadores do Império do Brasil: a vida de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

“nativismo”²⁷⁹ como elemento de fricção entre indivíduos. Paralelamente procuraram explicar, tendo como fonte o *Jornal Aurora Fluminense*, como o antilusitanismo foi responsável por aglutinar e agregar para determinado fim indivíduos de crenças políticas e ideológicas diferentes, reconhecidamente heterogêneos.

Sobre a postura e o papel desempenhado pelos “*militares*”²⁸⁰ no Sete de Abril de 1831, podemos elencar, ainda que os autores tenham se dedicado aos aspectos mais gerais sobre a participação dos militares na política, as contribuições de Nélson Werneck Sodré, Brasil Gerson e Edmundo Campos Coelho.²⁸¹

O primeiro, militar da reserva e historiador, soube construir sua carreira de intelectual entre o “*sabre e a pena*”²⁸² dedicando a segunda parte do seu livro – *a fase autônoma* – a afirmar que a independência não pode ser identificada como uma revolução, pois não alterou a relação que havia se estabelecido entre as classes, e principalmente, mantido as principais estruturas de poder: a escravidão, a grande propriedade e a economia de exportação. Nesse sentido, a manutenção de tais estruturas – econômica e social – segundo Werneck Sodré serve como característica para a ausência de transformações nas organizações militares, haja vista ser esse grupo componente do aparelho estatal e por consequência, incorrer determinantemente às condições da sociedade que as produziu.

Com a Abdicação, segundo Werneck Sodré, ganha contornos de consolidação o processo iniciado na independência e, com ela, a verdadeira face com a crescente dominação da classe dos senhores de terras que engendra sua ferramenta militar – a Guarda Nacional.

²⁷⁹Nativismo aqui pode ser pensado como sinônimo de antilusitanismo, tal qual o faz Armitage. Apud: HARMITAGE, J. *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, compilada a vista dos documentos públicos e outras fontes originais formando uma história do Brasil de Southey*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/Edusp, 1981.

²⁸⁰O uso da nomenclatura “*militares*” em itálico e entre aspas tem por interesse chamar à atenção para o caráter problemático de algumas análises feitas por historiadores e Cientistas Sociais ao se referirem ao papel desse grupo em diferentes episódios da nossa história. Principalmente aqueles momentos onde esses autores demarcam fronteiras rígidas e quase intransponíveis entre a identidade social do militar e a politização da instituição militar. Aspectos abordados em: SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na Consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, pp. 19-21 e CASTRO, Celso. *O Espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004, pp. 15-7.

²⁸¹ SODRÉ, Nélson W. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1965; BRASIL, Gerson. *A Revolução brasileira de Pedro I*. São Paulo: J. Bushatsky Editor, 1971; COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

²⁸² Expressão utilizada aqui *Ad Hoc* pertence ao livro: Nelson Werneck Sodré: entre o *sabre e a pena*; organizado por Paulo Ribeiro Cunha e Fátima Cabral (2006).

Ainda sobre o entendimento de Werneck Sodré, o mesmo salienta que esse quadro político vivido, principalmente pelo exército no primeiro período pós-abdicação foi responsável por levá-lo a um processo de subalternidade em relação à Guarda Nacional, quadro alterado somente durante a Guerra do Paraguai, a partir de quando o Exército ganha coesão e estabilidade interna.²⁸³

Edmundo Campos Coelho, no capítulo “*Da independência à questão militar*” observa um comportamento de hostilidade crescente da elite política civil brasileira com relação ao Exército, até aproximadamente a revolução de 1930. Com Campos Coelho, podemos perceber uma significativa mudança do olhar do pesquisador para com o objeto – os militares. De acordo com Celso Castro:

Edmundo Campos Coelho constata que são poucos os trabalhos acadêmicos que tratam a instituição militar como um objeto legítimo de análise por si mesmo. A maioria aborda antes o papel dos militares na política brasileira, principalmente nos momentos de intervenção armadas. Haveria desse modo uma tendência a se “politizar” a instituição militar.²⁸⁴

Todavia, vale destacar especificamente sobre o período em perspectiva, a tese de Edmundo Campos sobre a “política de erradicação”. Para o autor, os militares foram sistematicamente afastados da cena política ainda nas primeiras décadas do império, estendendo-se até 1930. Constituindo-se em dois movimentos, ambos precisos e mediados por métodos distintos. Um primeiro, identificado com o primeiro reinado, pode ser caracterizado como sendo violento e desmobilizador. O segundo, implementado durante o segundo reinado (durando até 1930), tendo como característica fundamental a cooptação de lideranças militares.

“*Conformar-se ou perecer*”²⁸⁵ teria sido, segundo o autor, o carro chefe conduzido pela elite política civil com o intuito de um “enquadramento” das forças militares; pois, ao permanecerem numerosas e permanentes, se constituíam em constante ameaça àquilo que os não militares haviam conquistado com o sete de abril. Mais uma vez, a exemplo do que foi visto anteriormente em Werneck Sodré, a Guarda Nacional é um elemento chave para conferir validade à tese da erradicação.²⁸⁶

²⁸³SODRÉ, Nelson W. Op. Cit., pp. 174-6.

²⁸⁴CASTRO, Celso. Op. Cit., p. 16

²⁸⁵COELHO, Edmundo Campos. Op. Cit.; pp. 34-5.

²⁸⁶Outros historiadores também corroboram a tese da erradicação, em diferentes graus de percepção e análise: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira: *O Brasil Monárquico*, 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*:

Para Theotonio Meirelles da Silva e Prado Maia, historiadores navais trazidos ao debate pela reafirmação de suas ideias, ainda que inscritos em diferentes temporalidades, a abdicação pareceu um ato lógico e seria oriundo natural das divergências políticas vividas.²⁸⁷ O panorama político regencial que ambos descrevem pode ser observado a partir de um conhecimento prévio da historiografia produzida por Tobias Monteiro e Octávio Tarquínio de Souza de forma contundente. Contudo, para os autores, a participação da Marinha nos movimentos que seguiram ao sete de abril:

Grandes e pequenas participou a Marinha com ação destacada, no seu papel, mantido durante toda a existência nacional, de esteio da soberania, baluarte da união territorial e política, guardião indômita dos preceitos constitucionais.²⁸⁸

Tendo por referência essa percepção institucional e particular dos acontecimentos, podemos inferir que a Revolta do Batalhão da Artilharia de Marinha ocorrido na Ilha das Cobras em outubro de 1831 foi percebido pelos historiadores navais como sendo fruto de um aliciamento político decorrente das “ideias exaltadas” difundidas por agentes políticos entre os oficiais de Marinha, e por elas cooptados. De fato, não podemos descartar totalmente essa possibilidade. Um conhecido exemplo é dado por Cipriano José Barata de Almeida renomado líder exaltado preso diversas vezes, por longos períodos; um deles inclusive no próprio Batalhão da Marinha, onde continuou a escrever de lá o jornal *Sentinela da Liberdade*.²⁸⁹

Todavia, a capital do Império era um grande caldeirão político e social em ebulição e esses aspectos aparecem ao longe nas análises realizadas pelos historiadores navais, como aponta o fragmento acima.²⁹⁰ É preciso que também seja levado em consideração; fato que não ocorre nos autores visitados, aquilo que em sucessivos relatórios ministeriais da Marinha, de Diogo Jorge Brito e Miguel de Souza Alvim

formação do patronato político brasileiro. 5ª Ed. Porto Alegre: Globo, 1979. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Tais ideias são originárias do trabalho pioneiro de Samuel Huntington – *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1996. De acordo com Huntington: podemos pensar e entender as políticas erradicação como política e ações de controle civil sobre os militares, ou submeter às forças armadas (...) quanto maior o controle civil menor será o poder militar em um Estado.

²⁸⁷ SILVA, Theotonio Meirelles. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro, 1884. MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica*. O

²⁸⁸ MAIA, João do Prado. Idem, p. 133

²⁸⁹ Sobre a participação política de Cipriano Barata e suas ideias políticas ver: MOREL, Marco. *Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Academia de Letras da Bahia/Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

²⁹⁰ BASILE, Marcelo. *Revolta e Cidadania na corte Regencial*. Revista Tempo nº 22, 2006.

respectivamente, identificaram em relação às dificuldades que vinham sendo enfrentadas pela Armada desde o primeiro Reinado, tais como a necessidade de se montar “*um sistema próprio de educação para a formação de oficiais, pessoal de marinhagem; alma e vida da Força Naval*”²⁹¹ além da necessidade de reequipagem de materiais de terra e mar.

Paralelamente,

Militares de todos os escalões ressentiam-se com as críticas às constantes intervenções políticas (contra ou a favor do governo), das forças armadas e o decorrente desprestígio das corporações; com a redução dos efetivos e as habituais transferências de unidades para outras regiões; com as suspensões, as baixas compulsórias e as prisões dos envolvidos em distúrbios; com os ínfimos soldos, o recrutamento forçado e os castigos corporais.²⁹²

Esses aspectos podem ter de algum modo gerado forte influência sobre os oficiais da Armada e na marinhagem, levando-os à participação nos movimentos contestatórios mais radicais sob a condução dos exaltados nos primeiros anos do período regencial. Aspecto este que precisa ser detalhadamente estudado, mas que foge aos objetivos desse trabalho.

Em uma historiografia mais contemporânea, a compreensão do Sete de Abril como evento político aparece de forma pouco enfatizada em Iara Souza e Gladys Sabino Ribeiro. Ainda assim, sem tirar o mérito e esforço desses trabalhos historiográficos que demarcam a trajetória acadêmica dessas historiadoras, juntas, mas com objetivos diferentes procuraram identificar os diversos fatores que foram aos poucos, ou de forma progressiva, colocando em “*xeque*” o poder do imperador. Dentre eles, destacam as autoras: os conflitos antilusitanos decorrentes principalmente da crise econômica dos primeiros anos do reinado suscitado pela busca por frentes de trabalho entre portugueses e “*brasileiros*”.²⁹³

No livro *O império em construção: Primeiro Reinado e Regências*, de autoria da historiadora Maria de Lourdes Vianna Lyra, a abdicação do imperador é percebida a partir de uma sucessão de fatos que são construídos tendo como marco a elevação do Brasil à condição de Reino Unido em 1815, que fez desmanchar o projeto de construção

²⁹¹RMM, Miguel de Souza Melo e Alvim, 1828.

²⁹²BASILE, Marcelo. Ob. cit. p. 33

²⁹³SOUZA, Iara Lins Franco Schiavinato Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo*. Ob. Cit.; & RIBEIRO, Gladys Sabino. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Ob. Cit.

de um poderoso Império, tendo em vista que com a elevação se completava a emancipação do Brasil em relação à antiga metrópole. Após a emancipação, termo que já indica a permanência de laços de tradição e compromisso, fez aumentar o desgaste em que se encontrava a figura do monarca. Sem apoio político, e com um reinado abalado por diversas crises internas e externas, como a Guerra Cisplatina e a questão que envolvia sua direta intervenção na sucessão do trono de Portugal, d. Pedro I não teve como alternativa possível naquele momento senão a renúncia.²⁹⁴

Os historiadores Marco Morel e Marcelo Basile contribuíram para os estudos sobre a abdicação com os olhos voltados para outra perspectiva. Segundo eles, existia a emergência de uma modernidade política na Corte a partir das diferentes apreensões que foram sendo feitas por grupos políticos heterogêneos influenciados por diferentes “visões” sobre o liberalismo, e as influências da Revolução Francesa no Brasil. Para os autores, esses dois elementos foram fundamentais, pois proporcionaram diferentes espaços “autônomos” de discussão como às associações criadas durante o período regencial, a imprensa livre de pregação “revolucionária” e as praças, transformando-se em lugares que se constituíram em espaços da esfera pública. Nesse sentido, tais elementos agiram como um poder desestabilizador e deslegitimador da monarquia.²⁹⁵

Ao proporem novas abordagens, destacando a participação de novos personagens em aspectos diversos da política, discutindo a emergência de novos espaços públicos de sociabilidades serviram como referência para auxiliar a pensar o nosso objeto, a partir do momento que suscitaram a possibilidade para a ação de novos atores políticos em diferentes aspectos, como será constatado adiante. Demonstraram que ainda há fôlego e espaços para novas abordagens, novos problemas que poderão vir a ser pesquisados tendo como referência a inclusão de novos atores políticos e sociais em um período da nossa história que precisa ser redescoberto.

A historiadora Adriana Barreto de Souza, ainda que não tenha enfatizado diretamente o processo que levou a abdicação de d. Pedro I, no trabalho - *O Exército na Consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora* –

²⁹⁴LYRA, Maria de Lourdes. *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual Editora, 2000.

²⁹⁵MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005. & BASILE, Marcelo Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na corte regencial*. Ob. Cit.

²⁹⁶tem seus méritos mensurados a partir da preocupação teórica que desenvolve indo na contramão de generalizações que construíram a memória de um exército sedicioso, onde seus integrantes estariam sempre “a postos” para revoltas, agitações, anarquias e atos de indisciplina de toda ordem, contrariando e despertando sentimentos de rejeição em relação à elite política civil instaurada.²⁹⁷

Nesse sentido, apoiada em uma preocupação historiográfica de cunho rigoroso, dialogou de forma crítica com as generalizações memorialistas identificadas em diferentes trabalhos acadêmicos produzidos por historiadores e cientistas sociais. Para Adriana Barreto, referindo-se principalmente às produções de Werneck Sodré e Edmundo Campos:

A associação imediata entre os termos desta equação histórica (baixos índices de investimentos – indiferença civil – política de erradicação) põe novamente em destaque o *jogo de similitudes*,²⁹⁸ abrindo a possibilidade de estabelecermos indagações acerca dos critérios de mediação do grau de aceitabilidade do Exército pela sociedade.²⁹⁹

Nosso interesse pelo trabalho de Adriana Barreto e sua inserção neste espaço de discussão historiográfica sobre o Sete de Abril esta circunscrita às possibilidades vislumbradas pela autora de que podemos pensar os “militares” como um grupo social que durante os anos iniciais do primeiro reinado, assim como durante os anos do período regencial, não contaram com seus *papéis* definidos, ou ainda, com imprecisas instruções de atuação institucional. Diante dessas ideias, como afirma Adriana Barreto, não seria difícil que indivíduos fardados, soldados ou oficiais, imersos em disputas políticas, viessem a outorgar seus corpos e armas em diferentes conflitos.³⁰⁰

²⁹⁶No entanto, a autora no capítulo III de sua tese acadêmica transformada em livro, *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento* (2008), ao explorar os silêncios biográficos sobre Caxias, decompondo o duque-monumento, destaca a importância dos movimentos contestatórios ocorridos no período pós-abdicação como um laboratório ao qual Caxias foi submetido a intenso treinamento para atuar futuramente em desafios maiores.

²⁹⁷SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na Consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Ob. cit.

²⁹⁸Grifo nosso: Esse jogo de similitudes a que se refere Adriana Barreto fundamenta seus argumentos. Segundo a historiadora, Edmundo Campos promove um desenraizamento conceitual que homogeneiza por completo noções-chave para a compreensão da trama política que dá sustentação às relações desenvolvidas entre elite civil e Exército no Império. Idem, p. 22.

²⁹⁹Ibidem, p. 23.

³⁰⁰Grifo nosso: operamos com a diferenciação conceitual entre papéis e funções. Enquanto o primeiro termo é entendido como sendo um conjunto de responsabilidades definidos em um processo, as funções se inserem como ferramentas nesses processos.

Esse inclusive foi o ponto que observamos quando nos referimos especificamente às percepções dos historiadores navais sobre o momento histórico da abdicação. A Marinha é descrita pelos historiadores como desempenhando um papel essencial e quase único de ligação entre o governo e as províncias, e entre elas mesmas, reafirmando:

Essa ligação, entretanto, na situação permanentemente anormal de todos esses anos, importava no socorro e apoio militar às autoridades e forças legais de terra, empenhadas na manutenção da ordem, no respeito à lei e na conservação da unidade territorial e política do Brasil; significava participação ativa nas lutas que se travavam aqui e ali, através do território nacional; traduzia-se no transporte incessante de tropas, armamento de toda espécie, munição de fogo e munição de boca para os locais, não raro afastados e de difícil acesso, onde tais recursos se faziam indispensáveis.³⁰¹

Essa seria então a visão institucional que se tornaria consolidada historicamente. Em outras palavras, a percepção de uma possível participação dos “militares” da Marinha nos “embates” políticos ocorridos em 1831 estariam restritos a um apoio logístico pela manutenção da ordem, e obediência as normas constitucionais vigentes. Afinal,

Passados os anos, arrefecidos os ânimos, ao estudioso da época, apenas cabe concluir que, na aspereza do momento histórico, a Marinha, obediente, disciplinada, coesa, cumpriu o seu dever.³⁰²

A importância desse olhar historiográfico sobre a Abdicação para nosso objeto de estudo justifica-se na medida em que nos auxilia a compreender como os historiadores enxergam esse período onde há vários projetos de Brasil em jogo. E havendo vários projetos não podemos descartar que diferentes indivíduos civis, militares, homens da “boa sociedade” e “homens do comum” de alguma forma se apropriassem das ideias ali circulantes.

2.2 – Momentos de Contradições e Redefinições

Diante desse “novo” momento histórico e político marcado por uma verdadeira antinomia de possíveis “consensos” e dissensos que caracterizou a Abdicação, e os primeiros anos do período Regencial, evidenciou-se a configuração de três forças políticas: os liberais “moderados”, os liberais “exaltados” e os “caramurus”.

³⁰¹MAIA, João do Prado. Ob. Cit.; p. 213.

³⁰² Idem, p. 214.

Nossa opção pelo uso da expressão “forças políticas”, ao de facção ou partidos, está inserida na discussão empreendida por Serge Bernstein em seu trabalho intitulado “*Os Partidos*”. Nele, o autor chama atenção para que, aos olhos do historiador, o partido apareça fundamentalmente como o lugar onde se opera a mediação política. Mas, essa mediação é uma função primordial das “forças políticas”, que aparece como mais antiga que os partidos políticos, no sentido contemporâneo do termo; faltando a esses últimos, de acordo com Bernstein, quatro condições históricas que esclarecem sua natureza (sua duração no tempo, sua extensão no espaço, a aspiração ao exercício do poder e a vontade de buscar apoio da população).³⁰³

O historiador José Murilo de Carvalho adverte, corroborando essa ideia e acrescentando que antes de 1837 não se pode falar em partidos políticos no Brasil, uma vez que:

Logo após a Abdicação, formaram-se sociedades mais abertas (em relação às organizações políticas ou parapolíticas de antes da Independência), tais como a Sociedade Defensora, a Sociedade Conservadora e a sociedade Militar. (...) organizações *ad hoc*, girando em torno do problema político criado pela Abdicação.³⁰⁴

As forças políticas acima, tal como identificadas, não poderiam ser entendidas como partidos como hoje em dia os concebemos, pelo fato de que estes não estavam estruturados e formalmente organizados. Para além desse aspecto, os partidos modernos são fenômenos que mesmo em outros países só aconteceriam a partir da segunda metade do século XIX.³⁰⁵ A ideia de facção, em relação a partido nos parece mais conveniente; a par disso, os indivíduos que passaram a constituir os grupos conhecidos em nossa história por moderados, exaltados e caramurus não constituíam um grupo coeso, dotado de disciplina partidária e apresentavam-se muito mais fluidos em suas ligações, em constante reorganização em face de uma organização partidária.

Ainda que detentores de certa identidade própria, construídas pelas redes de sociabilidades e projetos específicos que não tinham a formalização e a sistematização dos atuais partidos, eram definidos e reconhecidos pelos princípios e propostas peculiares e, ao mesmo tempo, compartilhado por cada grupo.³⁰⁶ Mas, é a partir das

³⁰³ BERNSTEIN, Serge. *Os partidos*. Apud: RÉMOND, René. (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 60-2.

³⁰⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem*. Ob. Cit., p. 204.

³⁰⁵ BERNSTEIN, Serge. Op. cit.;

³⁰⁶ BASILE, Marcelo. *O Império em Construção: Projetos de Brasil e Ação Política na Corte Imperial*. Ob. Cit.;

discussões que ocorrem em torno do Código de Processo Criminal, do Ato Adicional e das rebeliões regenciais que se configurará a construção ideológica de dois grandes partidos por volta dos anos de 1837 – o Partido Liberal e o Conservador.³⁰⁷

A importância para nosso estudo em conhecer e reconhecer em que medida diferentes ideias circulavam por diferentes espaços de sociabilidades está inscrita na percepção de que foram essas ideias registradas em uma determinada temporalidade, associadas às experiências anteriormente adquiridas que moveram os homens, e não as instituições as quais estavam filiados. Em outras palavras, as instituições perdem a sua funcionalidade a partir da alternância das ideias dos indivíduos que as constituem.

Como descrito no primeiro capítulo, havia indivíduos que galgaram e predominantemente estiveram à frente do poder durante os primeiros anos do processo de Independência e imediatamente após, que representavam interesses de um grupo social vinculado à economia de exportação, à propriedade privada e ao trabalho escravo. Todavia, devemos ressaltar que alguns desses indivíduos eram também militares e que ascenderam ao mundo da política conforme os quadros 1 a 4 que integram o primeiro capítulo.

Conforme salienta Emília Viotti da Costa, o discurso liberal no Brasil foi constituído a partir dessa característica societária. Por isso, podemos entender que a doutrina liberal, no nosso caso especificamente, possui uma particularidade, sendo concomitantemente revolucionária e conservadora. Dito de outra forma, no que se refere à emancipação política (Independência) e a crítica as instituições político-administrativas tradicionais, seus adeptos agiram como revolucionários; porém, “*quando se tratava da manutenção da ordem interna, agiram como conservadores.*”³⁰⁸

Não foi por obra do acaso que a “revolução”, como sugere Marco Morel, se constituiu em palavra chave de uma era, à qual pertence o período regencial brasileiro.³⁰⁹ A palavra “revolução” foi largamente utilizada pela imprensa da época pela pena dos indivíduos que compunham as forças políticas moderadas e exaltadas ao se referirem ao Sete de Abril. Certamente influenciados pelos recentes acontecimentos que se sucederam no Haiti e na França.³¹⁰ Contudo, há de se ressaltar que o uso

³⁰⁷CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit.;

³⁰⁸COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª Ed. Fundação Editora UNESP, 1999, pp.131-68.

³⁰⁹MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003, p. 20

³¹⁰Sobre uma discussão mais ampliada de “Revolução”. ARENDT, Hannah. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

indiscriminado dessa expressão pelos homens que participaram ativamente daquele momento tem um significado e uma representação. Mas, é preciso que se compreenda que efetivamente o que houve foi um revolvimento das forças políticas e suas ideias, em busca por maiores espaços no centro do poder, mas não apenas isso. Como demonstrado, coexistiam, nem sempre de forma harmoniosa, diferentes projetos de, e para o Brasil; o que, de certo modo, foi paulatinamente incutindo nos grupos à frente desse processo - *moderados e exaltados* - a ideia que caminhavam rumo ao progresso e a capacidade de aperfeiçoamento do ser humano.

Alguns passos nesse sentido poderiam ainda ser dados, segundo a exposição de princípios redigida por Bernardo Pereira de Vasconcelos, que ocupava a pasta da Fazenda no primeiro Ministério da Regência:

Agora, senhores, cumpre declarar como entendemos esta memorável revolução. A nação, abdicado o trono constitucional pelo primeiro príncipe que ela elegeu, nem teve intuito de subverter as instituições constitucionais e mudar a dinastia, nem o de consagrar a violência e proclamar a anarquia; usou sim do incontestável direito e resistência à opressão, e quis popularizar a monarquia, arredando-se dela os abusos e os erros que a haviam tornado pesada aos povos, a fim de reconciliá-la com os princípios da verdadeira liberdade.³¹¹

Com base nesse princípio o governo deveria ser firme no combate às violências (crimes de toda ordem) a fim de manter a tranquilidade pública, abertura de estradas e da navegação com vista à melhoria do meio circulante e da economia e a moralização da administração. Para isso seria fundamental o aumento do grau de instrução da juventude, mas desta vez focando em princípios que tivessem como fonte de inspiração o amor de seus deveres para com os homens.³¹²

Em relação ao Exército e a Marinha era destacado o papel a ser dado a essas forças por meio de instrução precisa para que se mantivessem com ímpeto a honra nacional, conservando a subordinação e disciplina para a manutenção da paz, naquele momento corrompida pelas criminosas rebeliões orientadas pelas facções.³¹³

³¹¹CARVALHO. José Murilo de (Org.) *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Ed. 34. (Coleção Formadores do Brasil). *Exposição dos Princípios do Ministério da Regência*, p. 200-203. Ver também: S. A. Sisson. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Vol. I. Coleção Brasil 500 anos.

Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1027>.

³¹²CARVALHO. José Murilo de. Op. Cit.; p. 201

³¹³Op. Cit.;

Sobre esse aspecto não eram raros os ofícios encaminhados em nome da Regência à debutante ao posto de Ministro da Marinha o ainda moderado Joaquim José Rodrigues Torres, solicitando a manutenção da disciplina a bordo, e nas dependências do quartel da Ilha das Cobras.³¹⁴ No entendimento do historiador José Miguel Arias Neto a meta do ministério para as forças armadas com essas medidas seria a profissionalização dos militares e seu afastamento da política partidária.³¹⁵

No entanto, a despeito das propostas de mudanças, as estruturas econômicas e sociais que até então haviam oferecido sustentação política às elites e ao Império não foram alteradas; quando discutidas, relegadas a um segundo plano ou quase que imediatamente esquecidas,³¹⁶ vindo o silêncio a ser descortinado em 1867.³¹⁷ No entendimento de Maria Emília Prado, ao tratar de forma específica sobre a escravidão:

É preciso considerar, portanto que após a proclamação da independência, a problemática da escravidão no Brasil assumia uma dimensão maior. Afinal, o império nascente precisava conviver com a ambiguidade proveniente de ter sido seu estabelecimento efetuado com base nos pressupostos liberais e não terem sido essas ideias utilizadas para romper a ordem escravista, além do que a vigência da escravidão inviabilizava que este Estado se constituísse por meio de um pacto liberal e/ou democrático.³¹⁸

Como ressalta o fragmento acima, a independência trouxe importantes mudanças no enfoque da discussão sobre a escravidão. No primeiro capítulo deste trabalho tecemos algumas considerações a respeito. Mas, com o advento da abdicação, e a emergência, revolvimento e atuação de “novas” forças políticas alicerçadas em sua grande maioria por uma base de sustentação econômica e social de viés conservador, o que estava em jogo era um projeto de construção de nação que começava a ser edificado de cima para baixo, tendo como protagonistas dessa arquitetura aos membros de uma grande parte da elite política ligada às luzes.³¹⁹

³¹⁴AN, Série Marinha, correspondências, 1825-1857, XM-84, Codes B2.

³¹⁵ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)*. Ob. Cit.; p. 42.

³¹⁶Principalmente sobre a manutenção da Escravidão: PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de Mestrado, USP, 2009.

³¹⁷CARVALHO, José Murilo de. *Escravidão e Razão Nacional*. Apud: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 52.

³¹⁸PRADO, Maria Emília. *Ordem Liberal, Escravidão e Patriarcalismo: as ambiguidades do Império do Brasil*, p. 168. Apud: PEIXOTO, Antonio Carlos. (Et. ali.) *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001.

³¹⁹CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. pp. 35-64. Razão Nacional seria o obstáculo intransponível colocado no caminho da construção da nação brasileira pela escravidão. Curiosamente encontramos a

A proposta de trazer para nosso estudo essas discussões está baseada na ideia de que, sendo esses indivíduos considerados “liberais”, pertencentes a uma elite política com propostas políticas “revolucionárias” para um país escravocrata agrário-exportador, tiveram que ao seu tempo desenvolver mecanismos para que suas ideias e práticas de sustentação política às Regências - o que, em última instância, significou apoio à instituição monárquica - não ficassem restritas à retórica política. Por isso, conhecer um pouco mais sobre como as ideias e práticas desses grupos se cristalizaram nesse grande laboratório político e social que foi o período regencial, onde as mais diversas e originais fórmulas políticas foram elaboradas e diferentes experiências testadas, é importante na discussão do objeto de estudo e na operacionalização dos nossos objetivos, na medida em que algumas dessas propostas pudesse ter sido ressignificada, nos conduzindo a refletir sobre o momento histórico e político onde foram criadas as primeiras Companhias Fixas de Marinheiro (1836), que deu origem à Companhia de Aprendizes de Marinheiro do Rio de Janeiro em 1840, foco desse trabalho.

Sobre esse aspecto ainda, verificar por intermédio dessas propostas se houve adesão ou algum tipo de incorporação de forma voluntária ou compulsória dos amplos e variados estratos sociais,³²⁰ em período em que esteve também em voga a emergência de uma agenda radical proporcionada por uma experiência republicanizada nos trabalhos historiográficos mais contemporâneos.³²¹ As páginas a seguir, ainda que descritivas, nos impuseram essas reflexões.

2.3 – Os “Liberais” Moderados, Exaltados e os Caramurus

Quem era, e o que pensavam esses liberais moderados, também conhecidos por *Chimangos*?³²² E os exaltados, como contribuíram e se posicionaram em relação ao

mesma discussão, desta vez como *Questão Nacional*, imerso em outra perspectiva teórica no livro de Octávio Ianni - *A ideia de Brasil Moderno*.

³²⁰MOREL, Marco. *O período das Regências*, Op. Cit.; p. 09. Marcelo Basile no artigo: *O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)*, que compõe a coletânea organizada por Keila Grinberg e Ricardo Salles - *O Brasil Imperial Vol. II – 1831-1889*, desenvolve com base em ampla fonte documental a ideia do professor Marco Morel.

³²¹CASTRO, Paulo Pereira de. *A experiência republicana: 1831-1840*. Apud: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.), e CAMPOS, Pedro Moacyr. *História geral da civilização brasileira*, t. II - o Brasil monárquico, 5ª ed. 2º v. - dispersão e unidade. São Paulo: Difel, 1985.

³²²Chimango é o nome de um pássaro de rapina natural da região sul do Brasil. Os moderados receberam essa alcunha dos conservadores aos quais impuseram forte oposição política nos anos iniciais das Regências.

processo político vigente? Essas forças políticas, em maior ou menor grau, em seus momentos de formação e desestruturação, estiveram sempre ligadas aos principais fatos ocorridos desde a emancipação política até aproximadamente o início do movimento regressista. Por advertência devemos esclarecer que essas forças políticas eram bastante heterogêneas e compostas por indivíduos de diversas procedências e estratos sociais: grandes, médios e pequenos proprietários rurais escravistas, profissionais liberais, funcionários públicos, padres, médicos, bacharéis e militares, dentre outros, que poderiam ser facilmente encontrados atuando ou não no cenário político composto pelos segmentos denominados de moderados, exaltados e caramurus. Tais segmentos foram construções formuladas a partir da imprensa moderada da época.

Quanto à primeira força política – *os moderados* – sua base social era composta por grandes proprietários rurais e comerciantes diretamente vinculados às relações comerciais com a Corte imperial. Além destes, suas ligações contavam com políticos procedentes e atuantes no meio urbano, e com uma significativa parte dos “militares”.

Ser moderado era ser racional, ter bom senso e sabedoria. Imbuídos desse espírito e portadores das “novas ideias” que emergiam no século XIX propunham regular todas as ações para evitar os excessos. De acordo com Marco Morel, ser moderado frente aos vários contextos políticos dos anos de 1820 e 1830 corresponderia a ter mobilidade.³²³ Os “exaltados” constituíam-se basicamente por indivíduos pertencentes às classes médias urbanas, sem “vinculação direta” com os proprietários de terras e escravos de grande plantel, ainda que pudessem ser encontrados minoritariamente alguns; pequenos e médios comerciantes, “militares” e profissionais liberais.

No que diz respeito àquilo que demandavam desde a emancipação política do Brasil, os moderados vinham lutando pela limitação dos poderes do imperador, uma maior participação da força política moderada nas instâncias decisórias, que vinha acontecendo principalmente na câmara dos deputados através das duas primeiras legislaturas (1826-1829; 1830-1833), e a defesa da Constituição outorgada em 1824, que garantia as conquistas liberais desde então. Para os exaltados, as reformas deveriam ser mais profundas a níveis econômicos, políticos e sociais, a fim de transformar uma “grande parte” da estrutura social brasileira.

³²³MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. Ob. Cit;

Por intermédio de Ezequiel Correia dos Santos, editor da folha *Nova Luz Brasileira*, um dos impressos vinculados aos exaltados propunha: “a distribuição de terras pela coroa aos interessados, preferencialmente aos pobres, retirada de terras dos grandes proprietários, tidos como malvados aristocratas liberais.”³²⁴ Os exaltados defendiam ainda o federalismo, a extinção do Poder Moderador e do Conselho de Estado. Além de litigar o fim da vitaliciedade dos Senadores, da separação entre Igreja e Estado, e um ponto político e ideológico polêmico de embate que iria de encontro aos moderados – a emancipação gradual dos escravos e sua igualdade social; chegando até a reforma agrária, como percebido no fragmento em destaque, e o voto universal.

No entanto, os territórios políticos delimitados em projetos por essas duas forças não podem ser encarados de forma rígida, intransponíveis ou incambiáveis. Existiam indivíduos dentro dessas forças políticas que poderiam nutrir maior ou menor correspondência com os projetos políticos da outra força; e, dentro delas, aqueles que assumiam uma identidade ideológica mais demarcada, afastando um pouco a ideia de um possível hibridismo político entre essas duas forças políticas principalmente, e em relação aos caramurus.

Para que isso fosse viável e visível, ambas naquele momento granjearam seus adeptos através da criação de associações políticas, e principalmente, através da imprensa; deflagrando durante todo o período regencial uma verdadeira “guerra de penas”, de disputas verbais e, também da espada, cristalizadas nas Revoltas Regenciais.³²⁵

As associações políticas atuaram como importante instrumento de luta das forças políticas moderadas, exaltadas e caramurus (restauradores).³²⁶ Por intermédio dessas

³²⁴MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. Ob. Cit., p. 48-9.

³²⁵A expressão “guerra de penas” integra o título do artigo da historiadora Lúcia Maria Bastos P. Neves - *A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil*; publicado pela Revista Tempo em 1999. Nele, a autora informa que tal expressão foi reproduzida a partir de uma carta do sacristão de Tambi enviada ao estudante Constitucional do Rio. Apud: *Revérbero Constitucional Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 9, 8 jan. 1822. Esse artigo integra as discussões feitas pela historiadora em sua tese de Doutorado: *Corcundas, constitucionais e pés-de-chumbo: a cultura política da independência, 1820-1822*, USP, 1992. O uso dessa expressão em nosso trabalho, deslocada da temporalidade empregada pela autora esta baseado exatamente em sua ideia original. Ou seja, demonstrar que no período em evidência a imprensa permaneceu como um importante instrumento de divulgação das ideias e projetos das forças políticas, buscando denegrir a imagem e desqualificando os projetos dos concorrentes. Sobre esse aspecto ver também: MOREL, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa. Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

³²⁶WERNET, Augustin. *Sociedades políticas (1831-1832)*. São Paulo: Cultrix / Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978.

instituições, formadas pela base social correspondente ao seu núcleo de sociabilidades conforme anteriormente citado (de liberais moderados e exaltados) era possível divulgar seus projetos políticos. Concomitante a isso, as associações atuavam como agentes de pressão, junto aos governos regenciais, a Assembleia Geral (Câmara e Senado). Principalmente por intermédio de diferentes manifestos e representações que eram seguidamente encaminhados ao governo e publicizados à população pelos seus dirigentes e seguidores.

Vale ressaltar que as instituições não são constituídas a partir de um espaço desabitado, mas ao contrário. Toda e qualquer instituição traz no bojo de sua formação em relação à sociedade abrangente, além de algumas características que lhe são próprias, passíveis de alteração, heranças ou mesmo um conjunto de conhecimentos adquiridos através da práxis política dos indivíduos que as constituem. Diante do exposto, e para Norbert Elias, as instituições possuem em seu sentido mais *stricto* uma cadeia de relações sociais que propiciam seu desenvolvimento, corporificando-a como instituição, constituindo sua identidade.³²⁷

Chamamos atenção para esse aspecto, pois não se trata aqui de pensarmos as Associações Políticas como definidoras das práticas políticas e sociais das diferentes forças políticas atuantes durante o período regencial. Ao contrário: trata-se de pensar nas diferentes experiências contidas na prática política e social que cada um dos membros dessas associações carrega consigo, vindo a cristalizar-se como uma experiência da preeminência da coletividade a qual estariam inseridos, diferenciando-os das outras forças políticas e do conjunto dos demais indivíduos.

Esclarecido esses pontos, a importância do estudo que se inicia no próximo subitem é fundamentada levando em consideração a possibilidade que tais associações tiveram a contribuir para a estruturação do sistema político regencial; e mediado pelo processo de criação e organização dessas associações, como se construiu o caráter pedagógico e político por elas propagado no que diz respeito às propostas civilizatórias em curso. Nas palavras de Jean Pierre Rioux:

(...) a associação é um vetor da ideia que faz nascer, mas cuja eficácia é proporcional aos valores que a vida interna da organização, o culto de uma continuidade e o voluntariado concretamente exercido secretam e alimentam. E são sem dúvida esses valores, mais que

³²⁷ ELIAS, Norbert. *Estudos sobre a Gênese da Profissão Naval*. Apud: *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

aquele ideal, que ela infunde tão bem na vida política. Deslindar esse jogo duradouro do inato e do adquirido, da ideia e da sua aplicação prática, dá à sua história todo o seu valor.³²⁸

2.4 - A Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional³²⁹

Originariamente criada a partir da disseminação rápida das notícias sobre a abdicação de d. Pedro I na província de São Paulo em 1831, a Sociedade Defensora era uma instituição que congregava em sua grande maioria as forças políticas representantes dos liberais moderados.³³⁰ Rapidamente se espalhou por grande parte do Império através de suas sucursais; não apenas nas capitais das províncias, como em outras vilas e freguesias. As províncias de São Paulo e Rio de Janeiro respectivamente ocupavam lugar de destaque, tendo como meios de divulgação de suas ações a imprensa. Em São Paulo principalmente os impressos “O Farol Paulistano” e o “Observador Constitucional” e no Rio de Janeiro os jornais: “O Republico”³³¹, A Aurora Fluminense e “O Independente”, dentre outros como a Nova Luz Brasileira, O Homem e a América³³² foram os responsáveis pela expansão dos aspectos libertários de natureza política e social da força política moderada.

A Defensora governou verdadeiramente o Brasil pelo espaço de quatro anos; foi em realidade outro estado no estado, porque sua influência era a que predominava no gabinete e nas câmaras, e sua ação, mais poderosa do que a do governo, se estendia por todos os ângulos do Império.³³³

³²⁸ RIOUX, Jean-Pierre. *A associação em política*. Apud: RÉMOND, René. (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

³²⁹ Para a construção desse item nos inspiramos em: *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*, Apud: Revista trimestral do Instituto Historico Geographico Brasileiro, t. XLVIII – parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, pp. 225 a 247. E nos trabalhos acadêmicos de: Austin Wernet, *Sociedades Políticas (1831-1832)* de 1978; na Dissertação de Mestrado de Lucia Maria Paschoal Guimarães: *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro*, 1990. E na Tese de Doutorado: *O Império em Construção: Projetos de Brasil e Ação Política na Corte Imperial*, de Marcelo Basile.

³³⁰ A ideia de “congracamento político” pode ser vista no trabalho de Lúcia Maria P. Guimarães Neves, op. cit. No início de sua criação, a Sociedade Defensora aglutinou representantes das diferentes forças políticas existentes tanto na Defensora de SP, como também na Defensora do RJ.

³³¹ Imediatamente após a abdicação, esse periódico, através de seu redator Antonio Borges da Fonseca defendeu a bandeira da Defensora. Veremos esse aspecto adiante.

³³² Alguns desses impressos puderam ser consultados em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> e http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/base_dados/periodicos.

³³³ LIMA, José Inácio de Abreu. *Compêndios de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1882, p. 271. Apud: WERNET, Augustin. *Sociedades políticas (1831-1832)*. Ob. Cit.; p. 9.

O fragmento acima, escrito segundo Wernet por um “ex-caramuru”, aponta para a proeminência política e social que a Defensora ocupou enquanto esteve em ação. É fato que ela desempenhou importante papel, mas a fala de um ex-caramuru aponta também certo “ressentimento político” pelo afastamento desse grupo em relação à amplitude do poder alcançado pelos moderados nos anos iniciais das regências.

Vale destacar, através de um olhar comparativo sobre os estatutos da Defensora publicados respectivamente pelos periódicos *O Farol Paulistano* de São Paulo e *O Republico* do Rio de Janeiro que, originalmente, a dimensão que saltava aos olhos dos seus sócios era mais organizativa, ou seja, estavam seus dirigentes mais preocupados em primeiramente organizar e estruturar a Defensora a propor ações mais diretas. Exceto por:

Art. 1º - Haverá nesta cidade de São Paulo e seu município uma sociedade intitulada dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional contra toda agressão, qualquer que seja a sua origem.³³⁴

Enquanto isso, talvez pela proximidade dos fatos que teriam ocasionado os maiores tumultos na província do Rio de Janeiro, o estatuto da Defensora desta província demonstrava preocupação maior com a defesa da ordem e segurança do governo Regencial.³³⁵ Seria como parar o “carro revolucionário” que teve início a partir do processo da emancipação política, tendo os moderados como uma das forças participantes, conforme podemos observar no que diz respeito à finalidade da instituição:

1º auxiliando a ação das autoridades públicas, todas as vezes, que se faça preciso abem da ordem e tranquilidade comum: 2º usando do direito de petição, para as medidas, que não estiverem ao seu alcance.³³⁶

Como se pode ver também, o nome da instituição não deixa dúvidas quanto ao papel político e social que seus organizadores e seguidores pleiteavam no decorrer do processo político que se iniciava. O papel da Sociedade Defensora era de fazer uma

³³⁴*O Farol Paulistano*, 07 de Abril de 1831.

³³⁵*O Republico* 28 de Maio de 1831

³³⁶Estatutos da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional – Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Atas de fundação e das primeiras sessões, relação dos membros fundadores e estatutos provisórios da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, iniciada no Rio de Janeiro, Seção de Manuscritos, II – 34, 31, 14 - 10/05/1831.

análise das mais pequeninas ações de governantes e governados, que possam ter influência direta ou indireta nas coisas sociais.³³⁷

O jornal *O Republico* na fase inicial de existência da Defensora, como dito antes, sustentava a bandeira da Defensora. Por intermédio dele e da leitura das atas de fundação dessa instituição, pudemos chegar a um número considerável de seus sócios, e com isso identificar a heterogeneidade de seus quadros, ou ao “congraçamento político” que se formou em torno da criação da Defensora.

Esse aspecto nos parece ao mesmo tempo curioso e determinante. Primeiro, nos diz muito a respeito das diversas ambiguidades a que os indivíduos estavam imersos; característica marcante do revolvimento das forças políticas existentes antes, durante e imediatamente após a Abdicação. Determinante, segundo nosso ponto de vista, pois do interior da Defensora emergem outras associações políticas de cunho opositor como a Sociedade Federal Fluminense, a Sociedade Conservadora da Constituição e a Sociedade Militar. Aspectos que corroboram em certa medida aquilo que destacamos em relação às diferentes relações sociais presentes na constituição de toda e qualquer instituição. No caso específico da constituição e representatividade da Defensora, por intermédio de seus sócio-fundadores, essas relações sociais se tornaram ainda mais conflitantes pelos diferentes interesses pessoais e de classe que estavam em jogo naquele momento histórico e político.

Esse último elemento nos fez pensar especificamente sobre a origem social dos sócios da Defensora. Os números dos sócios pode ser um indicativo, mas não podemos ao certo especificar de forma inequívoca a que classes ou grupos sociais pertenciam, pois esses dados não eram especificados nas atas ou nas publicações realizadas principalmente pelo periódico a ela vinculado. Todavia, o primeiro conselho da Defensora que atuou entre os períodos de maio a julho do primeiro ano de sua fundação no Rio de Janeiro era composto de 24 membros³³⁸ e conforme a historiadora Lúcia Guimarães, a maioria desses indivíduos era brasileiro, possuíam nível superior, seriam vinculados à propriedade da terra e atuavam como deputados.³³⁹ Eram indivíduos *qualificados* em termos da prática política conhecida e exercida no Brasil imperial.

³³⁷ *O Republico*; op. cit..

³³⁸ As eleições para o Conselho seriam realizadas sempre nos meses de Janeiro, Maio e Setembro. Apud: Notas da Comissão de Redação. Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. Op. cit.

³³⁹ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, *Em nome da ordem e da moderação: a trajetória da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional do Rio de Janeiro*. Ob. cit.

Conimbricenses que aprenderam e sistematizaram os ideais iluministas à moda da Universidade de Coimbra. Ainda segundo Maria de Fátima Silva Gouvêa,

Esses homens, articulados com o novo grupo de políticos que surgia na região sudeste, conseguiram organizar recursos e estratégias capazes de promover a estabilização da monarquia constitucional no país. Isso foi alcançado por meio da construção progressiva de um complexo emaranhado de instituições políticas e administrativas.³⁴⁰

O trânsito desses indivíduos e a consolidação das visões societárias pelas duas instituições – Sociedade Defensora e a Câmara dos Deputados - não deve ser desconsiderado face ao poder de pressão por elas exercido na condução da governabilidade das Regências. Afinal, na vigência da segunda legislatura (1830-1833), auge da existência da Defensora, foram implantados projetos condizentes com as perspectivas de poder, da ideia de “liberdade” subsidiadas pela produção de um novo saber liberal, principalmente assumido pela força política moderada: a criação da Guarda Nacional³⁴¹, a realização de rondas noturnas por todos os membros da Defensora e cidadãos voluntários, a limitação de direitos políticos dos estrangeiros, o código de processo criminal de 1830, que abriu espaços para penas mais modernas e civilizadas³⁴², o melhoramento das prisões e do sistema penitenciário (como parte da revisão de 1832), e as propostas de reformas à Constituição outorgada em 1824; contudo sem que fosse alterado o regime de governo. Sobre este aspecto específico se posicionava a *Aurora Fluminense* afirmando: “*Estamos no século das monarquias constitucionaes: parece ser este o governo que se tem achado mais convinável com o actual estado da civilização.*”³⁴³ O freio de mão do “carro da revolução” estava puxado.

Contudo, dada as particularidades de um item específico sobre a constituição e importância da Sociedade Defensora para a construção de um ideário político e social, que interessa ao nosso objeto, julgamos ser conveniente deslocarmos um pouco essa

³⁴⁰GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008, p.21.

³⁴¹ Trabalhos que abordam a criação da Guarda Nacional: CASTRO. Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Nacional / Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977. URICOECHEA. Fernando, *O Minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: São Paulo: Difel, 1978.

³⁴² KOEMER, Andrei. *O impossível panóptico tropical-escravista: práticas prisionais, política e sociedade no Brasil do século XIX*. Apud: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: Ed. Tribunais. V.35, jul/set. 2001.

³⁴³ A *Aurora Fluminense*, nº 79 de 1831.

discussão para, em paralelo, acrescentarmos outra discussão complementar de igual importância aos nossos estudos.

Dentre as medidas apoiadas pelos moderados, e entre as anteriormente citadas, existe uma que toca diretamente ao nosso objeto de estudo. A proposta de melhoramento das prisões e do sistema prisional existentes no Brasil imperial de 1832, como desdobramento da implantação do código criminal, capitaneada pelo direito penal moderno e liberal; com o início das obras de construção e funcionamento da Casa de Correção do Rio de Janeiro. Coincidindo a nosso ver; não por acaso, com o processo de permutabilidade pelo qual as naus que serviam de presiganga estavam sendo submetidas, principalmente após 1831.

No entendimento de Paloma Siqueira, o navio presiganga (*Príncipe Real*) articulava, num mesmo espaço, um modelo de punição e uma cultura marítima próprios da sociedade e do entorno geográfico em que se situava,³⁴⁴ por intermédio do qual, segundo nossa perspectiva, as naus que serviam de presigangas vieram a se constituir em um modelo de utilidade. Essa afirmação será contextualizada nas próximas linhas de forma mais aprofundada, ainda que dentro do item dedicado à Sociedade Defensora.

Com a introdução de novas técnicas sociais de punição discriminadas pelo código criminal alinhada a uma sobriedade punitiva, ou seja, com a adoção de penas mais “humanizadas”, representada pela diminuição dos castigos físicos,³⁴⁵ a liberdade individual seria o elemento a ser privilegiado, e consequentemente subtraído.

O código criminal aprovado em 1830 encontrava-se em discussão desde os anos iniciais da 1ª Legislatura, por intermédio dos Projetos de Clemente Pereira (1826) e Bernardo Pereira de Vasconcelos (1827), e durante esses anos até sua aprovação foi sofrendo um processo de maturação filosófica, política e social. Somente após a criação de uma comissão especial escolhida por voto entre os deputados³⁴⁶, proposta pelo então

³⁴⁴FONSECA, Paloma Siqueira. *A Presiganga e as punições da Marinha (1808-31)*. Apud: CASTRO, Celso. IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. *Nova História Militar Brasileira*. Ob. Cit.;

³⁴⁵ Exceto do açoite para os Escravos. Ver art. 60 do Código Criminal do Império do Brasil. Nova edição / pelo doutor Braz Florentino Henriques de Souza. Typographia Universal, 1858. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221763>. Se o réo for escravo, e incorrer em pena que não seja a capital, ou de galés, será condenado na de açoites, e, depois de os solfrer, será entregue a seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro pelo tempo e maneira que o Juiz designar.

³⁴⁶Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 11 de Setembro de 1830 - Comissão eleita: *Limpo de Abreu, Paula e Souza, Luiz Cavalcanti e Maia*. Desses, Limpo de Abreu e Paula e Souza figuraram também como integrantes do primeiro conselho da Sociedade Defensora. Apud: Atas da fundação da Sociedade Defensora. Ob. cit.;

Deputado Paula e Souza, coube a essa comissão apresentar as emendas necessárias, e somente essas seriam votadas.³⁴⁷

O parecer final destacava entre outros elementos:

A comissão não alterou o método com que estava organizado o código, julgou isto superior as suas forças (...) limitou-se a escolher entre as emendas oferecidas as que lhe pareceram necessárias, bem como fazer algumas outras emendas que igualmente lhe pareceram necessárias (...) ainda que imperfeito, ser muito de suma utilidade pública.

Seria muito longo enumerarem-se as alterações e emendas adotadas pela comissão; isto muito melhor se depreenderá pela leitura do código apresentado; limita-se, portanto a comissão a notar que o sistema penal sofreu grande alteração, ou fosse na qualidade das penas que quis melhor proporcionar à natureza dos delitos, ou mesmo em sua quantidade; em todos os delitos classificou graus e só deixou a pena de morte no delito de homicídio com certas circunstâncias agravantes e para roubar, e no de cabeças de insurreição de escravos (delito em que há sempre homicídios atrozes) (...) a comissão finalmente adotou a supressão de alguns delitos e mudou a classificação de alguns outros, tendo sempre em vista o que lhe pareceu melhor.³⁴⁸

Os elementos identificados através da retórica empregada por aqueles que elaboraram o parecer não deixa dúvidas quanto à necessidade de organizá-lo conceitual e internamente, tendo por referência o momento histórico presente. Isso remete dizer que apesar do Código Criminal de certa forma exprimir elementos ligados a uma modalidade da modernidade jurídico-penal, sua aplicação ampla e irrestrita não se deu uniformemente face aos condicionamentos políticos e sociais, ou em uma expressão já utilizada, pela razão nacional presente, vindo a caracterizar esse período como sendo de transição entre as ideias de cunho liberal e elementos ligados à tradição das punições conservadoras.³⁴⁹

Corroborando essa afirmação, após 30 dias de sua aprovação pela câmara, foi reconhecido e sancionado pelo senado; instituição pouca adepta a mudanças, julgando o projeto do código criminal muito bem organizado, e fundado nos princípios da filosofia jurídica dos tempos, devendo por isso ser adotado sem outras discussões. Assim se

³⁴⁷ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 06 de Julho de 1830.

³⁴⁸ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 19 de Outubro de 1830.

³⁴⁹ Segundo Keila Grinberg a Filosofia jurídica liberal não se encontrava totalmente consolidada nos países europeus. GRINBERG, Keila. *Código Criminal*. Apud: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

posicionou Lucas Antônio Monteiro de Barros - o Visconde de Congonhas - em seu discurso no senado:

Não posso deixar de me conformar com o parecer da comissão de que se aprove o novo Código tal qual se acha organizado. (...) as ideias ilustradas de hoje não consentem penas atrozes, e cruéis tormentos para extorquir confissões; multas pecuniárias para locupletar o fisco; provas semi-plenas, e indícios reputados plenos como perfeitas provas para a imposição de penas nos delitos chamados privilegiados; já não permitem o uso dos asilos, e privilégios dos foros para isentar os malvados da justa pena e proteger a impunidade. Semelhantes erros, semelhantes vícios próprios do tempo, em que trabalharam os antigos legisladores, já não podem ter lugar hoje; as leis devem ser acomodadas aos costumes e ao gênio daqueles para quem se fazem. (...) Este esta conforme as luzes do século; esta em perfeita harmonia com a Constituição.³⁵⁰

Os elementos elogiosos concedidos pelo então senador ao código criminal espelham uma face peculiar daquela casa em relação à câmara. A aprovação imediata e sem restrições de temas cujos interesses estavam acima daqueles que os colocavam em forças políticas contrárias, o que nos leva a entender, aos seus interesses de classe (interesses comuns). Aspecto não raro de acontecer à medida que matérias cujos interesses poderiam ser reconhecidas como comuns terem aprovação sem maiores discussões. Em suma, a lógica das punições previstas no código traduzia-se na agenda de reformas penais: humanizar as penas dos homens livres e agravar as penas dos escravos.³⁵¹

Sobre a pena de morte, um aspecto jurídico que demandou calorosos debates na câmara, assim se pronunciou o Deputado Antonio Pereira Rebouças:

Contra o poder divino e igualmente contra a Constituição jurada essencial, positiva e virtualmente, como creio haver plenamente demonstrado, a pena de morte, desnecessária, ineficaz, nociva e depravadora a toda a prova, não deve manchar o nosso Código Criminal. Voto absolutamente contra ela.

Mas, diz-se, os escravos como se conterão sem a pena de morte: como abolir-se a pena de morte enquanto houver escravos? (...) Mas a pena de morte nunca foi terrível senão a quem teve em vista gozar os bens sociais (...) tem-se o homem muitas vezes atribuído a si o crime que não cometeu, para acabar com a vida, sofrendo uma só vez, por não sofrer mais sucessivamente atormentado. Os escravos não podem assaz prezar a vida, porque assaz a não gozam; e se para alguém a

³⁵⁰ Anais do Senado, Sessão de 06 de Maio de 1830.

³⁵¹ KOEMER, Andrei. *Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX*. Lua Nova, São Paulo, n° 68, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-644520060003&lng=pt&nrm=iso.

morte é menos repressiva é para eles, que sem nenhuma boa esperança se insurgem e morrem brutalmente; os suicídios mais freqüentes são os deles, que crêem na transmigração, crêem que morrendo passarão desta para a sua terra. Faça-se para os escravos uma ordenança separada; e por eles não façamos tamanho mal aos cidadãos, aos homens livres. Ninguém pode tirar a vida do homem, que não deu nem pode reparar; tirá-la é contra o poder divino, esta fora do poder humano; nenhum legislador pode decretar a pena de morte.³⁵²

O fragmento acima mostra outra ambiguidade experimentada pelos legisladores brasileiros, agora mediados pelas tensões entre formas jurídicas liberais e as características de um país de formação social escravista.

No geral, o código é composto por 132 páginas e entre elas encontramos as seguintes divisões e subdivisões: uma parte introdutória e outras 4 partes que se referem a: Parte 1 - Aos crimes e das penas, Parte 2 - dos crimes públicos, Parte 3 - dos crimes particulares e a Parte 4 - dos crimes policiais. Cada uma dessas partes encontra-se dividida em títulos, capítulos e sessões e no final do documento encontra-se um Apêndice. A expressão prisão com trabalho aparece 64 vezes, e trabalho 89 (incluídas da expressão anterior) em todo o código criminal.³⁵³ O que não apenas reforça a ideia de que o trabalho foi importante no código, como também um elemento de intersecção na relação temporal entre as duas instâncias de ordenação jurídica – a conservadora, ligada ao Antigo Regime, e a Moderna Liberal, de inspiração Iluminista.

De acordo com Norbert Elias, o trabalho funciona como um elemento canalizador das pulsões e emoções dos indivíduos, sem o qual nenhuma sociedade poderia sobreviver. Porém, em sua conclusão:

Nenhum controle desse tipo é possível sem que as pessoas anteponham limitações umas às outras, e todas as limitações são convertidas na pessoa a que são impostas, em medo ou de um outro tipo. Não devemos nos enganar: as constantes produção e reprodução de medos pela pessoa são inevitáveis e indispensáveis onde quer que seres humanos vivam em sociedade, em todos os casos em que os desejos e atos de certo número de indivíduos se influenciem mutuamente, seja no trabalho, no ócio ou no ato do amor. Mas não devemos acreditar tentar convencer-nos de que os comandos e medos que hoje imprimem sua marca na conduta humana tenham como “objetivo” simples, e fundamental essas necessidades básicas de coexistência humana, e que estejam limitados em nosso mundo às restrições e medos necessários a um equilíbrio estável entre os desejos de muitos e à manutenção da cooperação social. Nossos códigos de

³⁵² Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de Setembro de 1830.

³⁵³ Código Criminal do Império do Brasil, Op. cit.

conduta estão cheios de contradições e de desproporções como as formas de vida social, como aliás, também, a estrutura de nossa sociedade. As restrições às quais o indivíduo está submetido hoje, e os medos correspondentes a elas, são em seu caráter, força e estrutura decisivamente determinados pelas forças específicas geradas pela estrutura de nossa sociedade (...): pelo seu poder e outros diferenciais, e as imensas tensões que criam.³⁵⁴

O trabalho não era um elemento estranho à sociedade da época. Contudo, era quase que exclusivamente pertencente ao mundo dos escravos, ou seja, relacionado à função do escravo em sociedade. O Código Criminal emerge em um contexto em que se visava relativa igualdade mediante a aplicabilidade da lei. Todavia, o trabalho para os demais segmentos da sociedade, em especial aqueles pertencentes aos mais baixos grupos sociais, acima apenas dos escravos, passaria a corresponder como um castigo. Que, como tal, aliado às diferentes penas impostas, agiria primeiramente como uma ação punitiva e pedagógica, em diferentes temporalidades. No primeiro caso teria como objetivo a correção do indivíduo pelo crime praticado; conseqüentemente, evitando que o crime fosse reincidente, ou por outros indivíduos futuramente cometidos.

A prisão com trabalho também desempenhou um importante papel, pois transformava “mendigos e indivíduos vadios tão prejudiciais a eles e à sociedade em geral”³⁵⁵ em trabalhadores capazes de substituir a mão de obra que deveria ser regularmente constituída pelo poder estatal. Essa experiência, no entanto, não era de todo desconhecida, pois muitos dos presos condenados a galés que cumpriam suas penas na nau presiganga Príncipe Real, em seu cotidiano participavam da construção do dique localizado no Arsenal da Marinha até que a obra fosse completamente concluída. Nesse, e em todos os outros casos as prisões funcionavam prioritariamente como um repertório de contenção; afinal, como observara Cesare Beccaria, “*é preciso que a idéia do suplício esteja sempre presente no coração do homem fraco e domine o sentimento que o leva ao crime.*”³⁵⁶

As dificuldades para a Marinha na manutenção desse sistema não eram poucas e, constantemente relatadas em diferentes ofícios encaminhados aos inspetores do Arsenal, onde permaneciam fundeadas as presigangas. Em um deles, datado de 1829, o diretor

³⁵⁴ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador volume II: formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, p. 270.

³⁵⁵O *Homem e a America*, nº 11 - 24/12/1831. Apud: BASILE, Marcelo. *O Império em Construção: Projetos de Brasil e Ação Política na Corte Regencial*. Ob. Cit.; p. 96

³⁵⁶BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: www.jahr.org.

das obras do dique reclama ao inspetor sobre a falta de feitores, solicitando autorização para a contratação de número suficiente para proceder à vigia de diversos presos em suas diferentes atividades junto às obras do Arsenal.³⁵⁷ Como consequência, maiores seriam os investimentos da Armada, principalmente com a vigilância dos presos; não compensando a economia realizada com o não pagamento pelo trabalho realizado; aliado a isso, muitas eram as fugas, o que atrasava cada vez mais a conclusão das tarefas no Arsenal de Marinha. Como destacou o Almirante Greenhalgh:

Difícil era manter a ordem nessa prisão que não tinha grades, cubículos ou altos muros para evitar a desordem e a evasão. Não havia no regime penitenciário em curso mentalidade ou tempo para pensar em regenerar delinquentes condenados, em sua maioria, à perpetuidade na prisão. Do que se cuidava era, apenas de castigar, contendo pelo terror essa gente amoral e analfabeta, em boa parte de boçalidade irrecuperável, que, reduzida à condição animal, agia unicamente pelo impulso dos instintos.³⁵⁸

As expectativas negativas desse sistema penitenciário de certa forma serviram como um elemento a mais na soma que veio nortear as diretrizes do Código Criminal, inspirando a concepção acerca das prisões como instituições penitenciárias destinadas não só a punir, mas, sobretudo a corrigir os vícios e a delinquência. Como consequência suscitava-se a substituição desse sistema degradante por “civilizadas” casas correcionais, que deveriam proporcionar a adoção de tratamentos mais humanitários e moralizantes, em troca dos antigos castigos físicos aplicados aos presos.

Ao analisar o código criminal de 1830, sua estrutura interna, modificações, especificidades e permanências, a historiadora Fabrícia Noronha destacou cinco aspectos relevantes para a compreensão do código criminal enquanto diferencial na prática punitiva do Brasil Império.³⁵⁹ Destes, a graduação das penas, a diminuição das penas corporais (exceto para escravos como já descrito) e a pena de prisão simples e prisão com trabalho como penas principais merecem nossa maior atenção.

O código, no olhar da historiadora, foi organizado de forma a manter a justiça, pois não se podia julgar um criminoso sem uma investigação apurada a partir da qual se levantava os agravantes e atenuantes do crime praticado. Assim, o juiz individualizava a

³⁵⁷AN, Série Marinha. Correspondências dos Inspectores do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, Fundo AX.

³⁵⁸GREENHALGH, Juvenal. *Presigangas e Calabouços: prisões da Marinha no século XIX*. SDM, 1998, p.23.

³⁵⁹NORONHA, Fabrícia. *O Império dos Indesejáveis: legislação brasileira sobre o degredo 1822-1889*. Brasília: Dissertação de Mestrado em História - UnB, 2003

pena de acordo com cada caso. Os crimes foram dispostos por categorias claramente definidas. A autora percebeu que houve uma preocupação com a exclusão dos crimes de caráter religioso e as penas corporais, tal como existiam nas Ordenações Filipinas, foram suprimidas.³⁶⁰

Para o cumprimento das penas com trabalho, tal como determinado pela Constituição de 1824 em seu título 8º referente às Disposições Gerais e Garantias dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, artigo 179, inciso 21, determinando que as prisões fossem seguras, limpas e bem arejadas, havendo separação dos réus, de acordo com sua classificação penal e a natureza dos seus crimes,³⁶¹ seria imperativo a substituição ou mesmo a reformulação do sistema prisional brasileiro.

No relatório ministerial de 1832, enquanto Ministro da Justiça, Diogo Feijó informava à Câmara sobre o número de prisões e a quantidade de presos que existiam no Aljube, em Santa Bárbara, na Ilha das Cobras e no Calabouço.³⁶² Destes, o maior número de presos recaía sobre o Aljube (340) e Ilha das Cobras (243). O relatório, no entanto, não contabiliza aqueles que estavam cumprindo pena nas naus que serviam de presigangas, a essa altura as Naus Pedro I e Pedro II, com um total de aproximadamente 379 presos.³⁶³

Com o objetivo de buscar respostas ao grave problema de superlotação e falta de vagas no “sistema prisional” adotado e, de modo geral, dar cumprimento ao Código criminal recém criado, foi iniciada a obra da Casa de Correção da Corte em 1833. Todavia, antes mesmo do início de sua construção, havia por parte da imprensa moderada, especialmente as folhas *O Independente*, redigida pelo futuro Ministro da Marinha do período de outubro de 1831 a Agosto de 1832, Joaquim José Rodrigues Torres, e *O Homem e a America*, uma série de matérias em que apontavam para a

³⁶⁰Aqui Fabrícia Noronha se baseia em outra Dissertação de Mestrado em História da UnB de autoria de Gabriela Nepomuceno, intitulada: *Crime e punição no Antigo Regime Português: o degredo civil nas Ordenações Filipinas*, de 2002.

³⁶¹ Constituição Política do Império do Brasil de 1824.

³⁶²Relatório do Ministro da Justiça Antonio Diogo Feijó - 1832. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/justica>.

Aljube: Prisão eclesiástica, localizada no sopé do morro da Conceição. **Ilha de Santa Bárbara:** pertencente ao Complexo do Arsenal de Marinha que também servia de cárcere e de enfermaria para os prisioneiros doentes. **Ilha das Cobras:** também servia de prisão, principalmente de escravos. **Calabouço:** prisão destinada exclusivamente à punição de escravos fugitivos ou que eram entregues pelos senhores para serem castigados. Esta prisão localizada na Fortaleza de Santiago foi criada em 1767, permanecendo neste local até 1813. Detalhes sobre essas prisões podem ser vistos em: ARAÚJO, Calos Eduardo Moreira de. *O duplo Cativo: Escravidão urbana e o sistema prisional no Rio de Janeiro 1790 – 1821*. Ob. cit. Capítulo I.

³⁶³AN. Série Marinha. XVII M 4169. Ofício do Inspetor do Arsenal ao Ministro da Marinha em 1833.

necessidade urgente de substituição do sistema carcerário existente pelo modelo proposto para a Casa de Correção, ou seja: a custódia segura, reforma e castigo.³⁶⁴

A presiganga como modelo prisional passa a sofrer diferentes questionamentos em relação ao papel social que desempenhava na sociedade que ora estava se estruturando, ainda que tenha desempenhado até aquele momento um importante papel “disciplinador dos corpos” por intermédio apenas do castigo. Esse modelo de prisão não atendia mais aos requisitos tal como concebidos em uma etapa do processo civilizador.³⁶⁵ Ou seja, “reformatar” como o que preconizava o modelo da Casa de Correção em consonância com o código criminal significava antes de tudo disciplinar os indivíduos, e como tal, a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.³⁶⁶

Como contextualizado principalmente no capítulo I, desde a transmigração da família Real para o Brasil, os diferentes movimentos contestatórios, a emancipação política trazendo em seu bojo a igualdade perante a lei e de modo geral o universalismo como incremento das transformações societárias amplamente divulgadas e exaltadas por intermédio especialmente, mas não exclusivamente pelas folhas moderadas, redigidas por indivíduos qualificados intelectual e politicamente; a implantação desse “novo” modelo de sistema prisional e conseqüentemente dos ganhos sociais que este traria à “boa sociedade” em detrimento do antigo, foram absorvidos em diferentes espaços.³⁶⁷ Um horizonte novo de expectativas se abria, sendo possível o desencadeamento de certa consciência política capaz de aferir críticas endógenas e exógenas à Marinha, especialmente ao que havia sido implantado como sistema disciplinar desde a emancipação política de 1822.

Para, a ainda em constituição Marinha Nacional e Imperial do Brasil, as naus que serviam de presiganga não representavam historicamente motivo de orgulho que fosse digna de relatos ou célebres narrativas tão comuns como as encontradas em diferentes passagens nos trabalhos dos historiadores orgânicos. Primeiro, por representar um elo forte, e ao mesmo tempo inseparável da “recente” herança naval portuguesa. A presiganga remetia, antes de tudo, a um passado que se queria esquecer.

³⁶⁴ *O Independente*, nº 25 - 26/7/1831, *O Homem e a America*, nº 16 - 28/1/1832. Apud. BASILE, Marcelo. Ob. cit.; pp. 97-9.

³⁶⁵ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador* volume II. Ob. cit.

³⁶⁶ FOUCAULT, Michel, *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 27ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987.

³⁶⁷ MATTOS, Ilmar R. e GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O Império da Boa Sociedade: A consolidação do Estado Imperial brasileiro*. 3ª Ed. São Paulo: Atual, 1991.

Aliado a isso, havia as dificuldades na relação e coabitação de dois comandos em uma mesma embarcação: o do navio que era exercido por um oficial de Marinha responsável pelo depósito de recrutas, que se constituía a Nau *Príncipe Real*; e o comando do prisão que ficaria a cargo de um oficial do corpo de Artilharia de Marinha. Consequentemente a existência de dois códigos, um militar que regia os recrutas e o outro punitivo que visava apenas o castigo.

Para Greenhalgh, como consequência desse processo de coexistência;

Os carcereiros, marinheiros, soldados e inferiores graduados daqueles tempos pouco diferiam, no nível moral, dos encarcerados. A transformação de uns em outros só dependia da oportunidade que ainda não aparecera. Realmente, a vida das tripulações a bordo dos navios de guerra não se diferenciava muito da dos condenados nas presigangas.³⁶⁸

Percebe-se no fragmento acima que o historiador naval, um dos poucos, senão o único a debruçar-se sobre esse tema tão delicado à história da Marinha ressentiu-se por esse tipo de modelo empregado, e pelo qual, foi incumbida a Marinha a exercê-lo.

O uso indiscriminado de práticas como “meter a ferros” entre vários outros modos de punir faltas disciplinares, escolhidos de acordo com a gravidade, e desejo do executor, tais como: prisão em solitária simples ou a pão e água, a golilha, a palmatória, o açoite e o tronco;³⁶⁹ de forma exagerada, contribuíram para que tais práticas executadas não apenas nos quartéis, como principalmente a bordo das embarcações de guerra e especialmente nas presigangas fosse questionado por alguns oficiais em detrimento da disciplina. O que acionou certo número de decisões e decretos publicados entre os anos de 1830 a 1836, ligados diretamente ou não a disciplina, beneficiando diretamente os quadros inferiores e a própria marinhagem, tais como: melhoria da quantidade e qualidade na distribuição das rações diárias, regimento das dietas que se devem fornecer aos doentes a bordo dos navios, não recebimento a bordo dos navios da Armada presos mandados pelos juízes de paz, não utilização da prática de golilha sem autorização prévia do Governo, provimento e objetos específicos que cada marinheiro deve possuir (peças de uniforme, saco e maca) e normas para seu funcionamento

³⁶⁸GREENHALGH, Juvenal. *Presigangas e Calabouços...* Ob. cit.

³⁶⁹Golilha: duas tábuas que se uniam com uma abertura para mover-se o pescoço. O preso era mantido em posição vertical ou suspenso tendo apenas o apoio no solo da ponta dos pés. A palmatória destinada aos grumetes. Açoite para faltas graves e o tronco era um instrumento de suplício para os escravos, às vezes utilizado em homens livres.

(custódia e periódica verificação), a instalação de uma comissão para a revisão da legislação.³⁷⁰

Não foram raros também o recurso ao uso de petições e representações remetidas pelos presos nas naus que serviam de presiganga ao comandante da embarcação solicitando melhorias nas condições de vida à bordo, exercendo um papel reativo as práticas cotidianas. Encontramos na documentação pesquisada diferentes tipos de queixas, referentes principalmente aos injustos castigos aplicados de forma excessiva, à má alimentação oferecida, ao excesso das fainas, e dos abusos sexuais cometidos contra os prisioneiros por aqueles que deveriam, antes de tudo, manter a disciplina e a moral a bordo.³⁷¹ As respostas dadas a essas queixas, no entanto, pouco, ou quase nada seguiam no encontro dos anseios dos requerentes.

O processo de transição, de desativação das presigangas como modelo prisional, iniciado em 1831, para o empregado na Casa de Correção; do castigo para de uma sociedade disciplinar foi se realizando paulatinamente devido ao longo tempo de construção do novo conjunto prisional, entregue em total funcionamento apenas em 1850. Durante esse período, especialmente a partir de 1834, à medida que as alas da Casa de Detenção ficavam prontas, os presos eram transferidos das presigangas e de outras prisões. O que importa dizer que, durante bom tempo, ambos os sistemas prisionais conviveriam, e sobre eles o princípio da condição social exercida pelos indivíduos na sociedade imperial dos primeiros anos da reconstrução do Estado brasileiro. A cópia do aviso ministerial de 1833, apresentado no capítulo primeiro assinado pelo então ministro da Marinha Rodrigues Torres, corrobora nossa reflexão.

Se não houve uma imediata ruptura do processo de encarceramento por intermédio das presigangas, este fato se deve de forma hipotética, ao medo proporcionado pela constante instabilidade política vivida no Brasil nos anos imediatos ao da Abdicação e posteriormente a eclosão das sucessivas revoltas provinciais.³⁷² Paralelamente, esse era um modelo de utilidade conhecido, e possibilitava que nossas configurações culturais estivessem presentes, ou em outras palavras; nas presigangas as

³⁷⁰ Coleção de Leis e Decisões do Império. **Decretos:** 15.07.1833/ 22.10.1833. **Decisões:** 07.01.1831/ 11.08.1831/ 26.07.1832/ 28.07.1834/ 31.07.1835,/08.07.1836. No entanto, essa comissão nunca concluiu seu trabalho.

³⁷¹AN, Série Marinha, fundo AX. Correspondências dos inspetores do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

³⁷²Para um minucioso levantamento sobre o número e províncias envolvidas nas Revoltas ver: BASILE, Marcelo. *O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)*. Apud: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, vol. II (1831-1889)*. Ob. Cit.; pp. 55-119.

penas submetidas aos indivíduos seguiam diferentes variações, sendo determinante ou como princípio norteador das penas sua condição social. Era de certo modo a capacidade da manutenção e recertificação das condições impostas pela sociedade escravista hierarquizada, inserida em diferentes espaços sociais.³⁷³

Contudo, as presigangas foram diminuindo em número, aonde se chegou a cinco: as naus *Príncipe Real*, *Pedro I* e *Imperador do Brasil (Pedro II)*, o Brigue *Ânimo Grande* e a Charrua *Jurujuba*.³⁷⁴ Além dessas, atracadas no Arsenal de Marinha na Ilha das Cobras no Rio de Janeiro, outras quatro que se tem notícias estiveram em atividade nas províncias do Pará, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul, em diferentes períodos de tempo e funcionamento.³⁷⁵ O que nos chama atenção o fato de que das seis primeiras Companhias de Aprendizes Marinheiros criadas entre os anos de 1855 - 1861, em pleno processo de consolidação das mesmas no Brasil, quatro delas: Para e Bahia em 1855, Pernambuco em 1857 e Rio Grande do Sul em 1861, também contarem com presigangas atracadas em seus respectivos portos; indicando que a criação das Companhias de Aprendizes, pelo menos nessas províncias, tem profundas relações. E não apenas meras coincidências.

Externamente, a crítica mais contundente as experiências prisionais das presigangas foi conduzida a público por Cipriano Barata por intermédio da “*dissertação abreviada sobre a horrível masmorra chamada presiganga existente no Rio de Janeiro*”.³⁷⁶ Imbuído por um espírito de indignação que sempre norteou a sua vida em relação ao respeito pelo liberalismo que professava e da veemência com a qual defendia a liberdade e o respeito às leis pelos governos constituídos, o texto expressa com riqueza de detalhes o cotidiano de um indivíduo preso na presiganga; desde a sua chegada, passando pelos suplícios do regime de bordo, do trabalho fora da embarcação, dos rituais de reza antes das alimentações e das noites intermináveis de realidade e pesadelo.

³⁷³Para a historiadora Hebe Mattos, a historiografia tende a organizar de forma generalizada todas as ações reivindicatórias contra esse tipo de discriminação (não percebida como racial). Ver: MATTOS, Hebe. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2004.

³⁷⁴AN. Série Marinha. XM 178, fundo B2.

³⁷⁵GREENHALGH, Juvenal. *Presigangas e Calabouços: prisões da Marinha no século XIX*. Ob. cit.; pp. 61-3.

³⁷⁶Marco Morel, organizador do livro: BARATA, Cipriano. *A sentinela da liberdade e outros escritos (1821-1835)*, afirma ser de Cipriano Barata o texto apresentado como apócrifo, avaliando-o pelo estilo do grande jornalista que foi. Para Greenhalgh, não há dúvidas quanto a sua autoria, ainda que escrito por intermédio de testemunhos de terceiros.

Na câmara dos deputados, desde os anos de 1828 quando se discutiu a abolição ao uso das chibatas como forma de punição aos soldados, a detenção destes em calabouços ou nas presenças para crimes de deserção simples vinha sendo questionado face ao longo tempo de permanência como prisioneiros, e ao tipo de tratamento a eles dispensado, em detrimento ao cumprimento de suas atividades e prontidão ao serviço. Ou seja, nesse caso específico, tendo como justificativa o retorno imediato às suas atividades cotidianas, evitando causar ainda mais desfalque as guarnições dos soldados, a prisão nas naus que serviam de presença deveria ser abreviada, senão transformada em punição disciplinar leve.³⁷⁷

Os diferentes pontos de argumentação que alicerçavam os postulados das diferentes forças políticas, como observados anteriormente, no caso específico da Defensora, podem ser também visto na criação de outras sociedades de oposição ao pensamento liberal moderado.

2.5 - A Sociedade Federal Fluminense³⁷⁸

Com o acirramento das discussões políticas em torno de diferentes projetos para o Brasil imperial emergente, o conagraamento político cedeu espaço para fios mais visíveis traçados pelos opositores aos “liberais moderados”, especialmente os “liberais exaltados”. A primeira Sociedade Federal foi fundada na Bahia, em outubro de 1831.³⁷⁹ A Sociedade Federal Fluminense, no rio de Janeiro foi formada em 31 de dezembro de 1831, sob a direção de Ezequiel Correa dos Santos, tendo como objetivo *derribar* a regência e proclamar o sistema federativo ou republicano.³⁸⁰ Ao que parece, a perspectiva adotada por Manuel Azevedo ao se referir aos objetivos da recém criada sociedade, ligada a força política exaltada, está próxima daquela que seus opositores moderados possuíam e divulgavam através da folha *Independente*.³⁸¹

³⁷⁷Anais da Câmara dos Deputados, sessão 01 de Julho de 1828.

³⁷⁸Para esse item nos baseamos, além dos trabalhos mencionados anteriormente no que diz respeito à Defensora, também na tese acadêmica em História de: PANDOLFI, Fernanda. *A Abdicação de D. Pedro I: Espaço público da política e opinião pública no final do primeiro reinado*. UNESP, 2007. (Em especial capítulo II).

³⁷⁹WERNET, Augustin. *Sociedades políticas (1831-1832)*. Ob. Cit.; p 114.

³⁸⁰AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira. *Sociedades Fundadas no Brasil desde Os tempos coloniais até o começo do atual reinado. Memória lida nas sessões do Instituto Histórico de 1884*. Apud: Revista do IHGB - Tomo XLVIII, parte II, 1885. **Derribar**: Deitar abaixo o que está erguido. *Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832.

³⁸¹*O Independente*, 09/06/1832.

A Sociedade Federal, como as outras associações tiveram por objetivo criar uma ação recíproca entre seus participantes e nesse sentido sobre as diferentes instituições, estando consequentemente aliadas a uma fração importante do poder. Sua participação, entretanto, no jogo político que se encenava nos anos iniciais das Regências deixou claro, mais uma vez, e ao mesmo tempo, a reconstituição incessante do tecido social da época. A Federal era composta por indivíduos *qualificados*, que sempre estiveram ligados aos diferentes movimentos contestatórios de 1831, baseando seus ideais principalmente sobre a égide contestatória de onde há opressão e injustiça, a resistência à opressão é direito natural.³⁸² “Quando o governo é opressor e injusto, só se pode salvar o povo resistindo-lhe. A resistência à opressão é de direito natural.”³⁸³

Os principais veículos de informação e divulgação das ideias exaltadas foram as folhas: *Nova Luz Brasileira*, o *Republico* e a *Sentinella da liberdade* (de uma série de folhas com título similar) entre outros; tendo como seus respectivos redatores, Ezequiel Correa dos Santos, Antônio Borges da Fonseca e Cipriano Barata.

Importante destacar, para além da oposição ocasional feita aos moderados, e mais ferozmente aos restauradores; os “liberais” exaltados defendiam um projeto político alternativo, mais voltado para as camadas populares e para a redução das desigualdades sociais.³⁸⁴

Para nosso estudo importa identificar se no desenrolar dos fatos, as ideias e a retórica empreendida pelos exaltados podemos encontrar algum tipo de ressonância no que diz respeito à mudança de atitude ou forma de pensar daqueles que estavam à frente da organização da Marinha, ou mesmo, se possível; qual nível de percepção desse conjunto ideológico no grupo mais abrangente de marinheiros.

Até onde nos foi possível verificar através da documentação consultada, não encontramos referências diretas ao conjunto de ideias e práticas políticas dos exaltados no grupo social de nosso interesse. Contudo, a não existência de uma documentação específica não é indicativo de que não houve influência. Afinal, todos esses grupos de indivíduos faziam parte de círculos de pensamento, conservatórios comuns e lugares de renovação das ideologias políticas. Letrados ou não, havia interseções entre as expressões escritas e orais; porém, conforme nos adverte Lefebvre, a comunicação oral

³⁸²MOREAL, Marco. *O período das regências (1831-1840)*. Op. cit. pp. 22.

³⁸³*O Republico*, passagem sem crédito autoral que compõe as seguidas edições da folha. Disponível para consulta em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

³⁸⁴PANDOLFI, Fernanda. *A Abdicação de D. Pedro I*. Ob. cit.; p. 81.

pode favorecer a multiplicação de falsas notícias, o aumento de deformação dos fatos e o surgimento de lendas.³⁸⁵ Em outras palavras, esses indivíduos, militantes, ou não, de uma causa política agiam como depositários de uma memória, assim como de uma experiência.

Segundo Marcelo Basile, os exaltados favoreceram a formação de uma esfera pública de atuação política na cidade do Rio de Janeiro à medida que procuravam desenvolver um projeto inovador para os padrões políticos brasileiros; uma vez que eles defendiam a implantação de uma república democrática, um sistema federalista; a favor da supressão do Poder Moderador, do Conselho de Estado e da vitaliciedade do Senado; pregavam ainda a separação entre Igreja e Estado, a gradual emancipação dos escravos; e incentivavam a indústria nacional, a reforma agrária e o sufrágio universal.³⁸⁶

Sendo assim, a importância dessa força política não pode ser menosprezada; todavia, algumas hipóteses merecem ser formuladas a fim de que nos auxilie a entender o porquê dessa curva para fora sobre um possível papel desempenhado pelo ativismo político dos “liberais” exaltados na Marinha.

Uma primeira hipótese, e que nos parece a mais simples e reconhecida por grande parte da historiografia, tem a ver com o perfil assumido pela Armada, no Brasil, após a emancipação política de 1822. Como desenvolvido no capítulo I, encontrava-se em curso naquele período a construção de uma aristocracia do trabalho naval brasileiro a partir das possibilidades criadas pelas circunstâncias históricas em se desenvolver uma tradição própria para a Marinha brasileira, em detrimento da portuguesa. Com base na defesa firme da legalidade, dos preceitos constitucionais, do sistema de governo monárquico hereditário, e aliando a isso os feitos “gloriosos” desempenhados em diferentes momentos nos quais foi chamada a contribuir; capaz de demonstrar com isso treinamento mais profissional (para a oficialidade), ou seja, características organizacionais definidas, ou em processo de redefinições (para os marinheiros). Em suma, a Marinha era uma força, segundo José Murilo de Carvalho, menos sensível a pressões políticas e menos hostil às elites políticas civis.³⁸⁷

A campanha negativa e depreciativa empreendida pelos moderados às ideias exaltadas na imprensa, e conseqüentemente à repercussão negativa dos diferentes atos

³⁸⁵LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

³⁸⁶BASILE, Marcelo. *O Império em construção... Ob. Cit.*;

³⁸⁷CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p.52.

dirigidos a essa força política acusada de empreender os conflitos nas ruas da Corte, especialmente do dia 3 de abril de 1832, que ocasionou mortes e um número grande de prisões, pode ter também contribuído para a construção de uma imagem “distorcida” daquela que pregavam os exaltados:

(...) o povo se compunha de cento e tantos *farroupilhas*³⁸⁸, rotos e descalços, gente da ínfima classe da sociedade de um aspecto desgostante (...).³⁸⁹

Afinal, a prisão certamente seria o destino daqueles que fossem identificados participando de atos contra a ordem. Como discutido, a prisão era um espaço amplamente conhecido e internalizado como local que também se remetia ao trabalho forçado, e tal experiência certamente seria revivida cotidianamente com penas variáveis caso fosse constatada uma participação ativa desses grupos nos movimentos contestatórios.

Paralelamente, a retórica como argumentação e elocução, empregada pelos exaltados no intuito de convencer ao maior número possível de indivíduos as causas do Brasil, e suas, não surtiu o efeito desejado. As palavras de ordem verbalizadas soavam antes de tudo como um chamamento à guerra:

Armai- vos, Brasileiros, e, como diz a Astréia, ao primeiro gemido da pátria opressa correi a morte, e nossos filhos, embora em orfandade, serão mais felizes com uma Pátria livre do que com o fraco arrimo de um pai escravo.³⁹⁰

No imaginário coletivo da população ainda estava presente a memória recente das Guerras pela Independência e da Cisplatina, e com elas a rememoração do aumento considerável do recrutamento forçado, um mal que nunca deixou de afligi-los. Mas, naquele momento histórico a leitura política empreendida pelos moderados fazia crer ao conjunto da população que o princípio da soberania do povo só poderia ser ampliado por intermédio da obediência às leis e no respeito às autoridades legalmente constituídas.³⁹¹ Além disso, as reformas liberais empreendidas nos anos iniciais das regências mantiveram e ampliaram o uso do instrumento de reivindicação que havia sido difundido largamente no pós- emancipação, ou seja, as petições constituíram-se

³⁸⁸Alcunha dos “liberais” exaltados. Grifo em itálico nosso.

³⁸⁹O *Independente* de 11 de Abril de 1832.

³⁹⁰O *Republico* de 21 de Março de 1831.

³⁹¹O *Independente* de 14 de Março de 1832.

como espaços de experiências funcionando como repertórios pró-ativos e reativos as deliberações da política governamental.³⁹²

Outra hipótese tem a ver diretamente com a primeira, e diz respeito à memória histórica produzida por alguns historiadores de botão d'âncora. (Teotônio Meireles (1829-1887) – *História Naval Brasileira*; Garcez Palha (1850-1898)– *Efemérides Navais*, Lucas Boiteux(1881- 1966) – *Marinha Imperial “versus” Cabanagem*). Não é difícil encontrar entre eles, mais precisamente aqueles que escreveram diretamente sobre passagens da história da Armada nesse, ou, em períodos próximos, um verdadeiro desprezo pelos exaltados e suas ideias. Porém, ressaltamos que suas narrativas foram elaboradas tendo por referência uma documentação histórica produzida por determinada pessoa imersa num contexto histórico e situada em posição social particular, remetendo-nos a um olhar acrítico de documentação.

Não obstante, percebemos que no controle voluntário do passado empreendido pelos historiadores navais é possível identificar certo ressentimento gerado pela crítica dos exaltados através do *Republico* à associação direta entre “marinheiros” como “portugueses”, no episódio conhecido como *Noite das Garrafadas*. A partir desse evento, a folha dirigida por Borges da Fonseca explorou seguidamente o acontecido sempre fazendo essa associação, numa clara referência de sentido “pejorativo” ao apoio incondicional da Marinha às sensibilidades políticas opositoras do sistema monárquico constitucional, assim como, ao passado recente da Marinha Imperial que se constituíra nacional e brasileira.³⁹³ Cipriano Barata, como anteriormente citado, também contribuiu para esse quadro ao descrever de forma negativa o cotidiano da presinganga.

A esses aspectos somam-se também as formulações da percepção e leitura histórica de historiadores a exemplo de Octávio Tarquínio de Souza, que possuíam uma visão muito particular desses indivíduos ligados à força política exaltada, constantemente citada como fontes pelos botões d'âncora.

De certa forma, essa interpretação individual e coletiva das ações e mudanças almejadas pelos exaltados nos diferentes campos da vida do Brasil imperial acabou por ensejar destaque à radicalidade de tais propostas, que levadas a cabo, alterariam não apenas a Constituição, como grande parte da ordem pré-estabelecida.³⁹⁴ Outro problema

³⁹²AN. Livro de registro de ofícios. *III M59 1833.

³⁹³O *Republico*, edições de 21 e 25 de março de 1831respectivamente.

³⁹⁴SOUSA, Octavio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil: fatos e personagens em torno de um regime*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957g. V. 9.

para a força política exaltada, formada também por indivíduos *qualificados*, foi não ter conseguido assento em nenhuma casa legislativa, e nesse sentido não formaram nenhum bloco de coalizão parlamentar, ao contrário de seus adversários ocasionais.

2.6 - A Sociedade Conservadora da Constituição Política jurada no Império do Brasil e a Sociedade Militar³⁹⁵

Gladiaremos com os jornais sisudos da oposição, e do ministério, quando nossas opiniões se encontrarem com as suas; aos meros ralhadores de um, e outro partido, não daremos uma só palavra.

Defenderemos, com todas as nossas forças, a constituição jurada, única taboa de salvação para o Brasil, propondo-nos a combater quantas ideias tendão a alterá-la, ou reformá-la, bem como essa federação monárquica, monstro ate agora desconhecido em política, e cuja consumação traria ao Brasil montões de estragos, de ruínas e a completa aniquilação social.³⁹⁶

A epígrafe de autoria de David da Fonseca Pinto, redator da folha – o *Caramuru* – que se tornou o órgão responsável pela divulgação das ações empreendidas pela Sociedade Conservadora da Constituição Política Jurada no Império do Brasil, não deixa dúvidas quanto ao papel que ambos assumiriam no desenrolar dos fatos referentes aos caminhos políticos traçados durante o período regencial brasileiro. Apesar de manter e apontar para uma condição de oposição às demais forças políticas existentes, os integrantes da Sociedade Conservadora, por intermédio do *Caramuru* (principalmente, mas existiam ainda outras folhas diretamente ligadas aos integrantes da Conservadora – exemplo do *O Carijó*, *A Trombeta* - todos de 1832 e 1833), colocavam-se como uma possível terceira via política em relação às demandas apresentadas pelos moderados e exaltados.

Esta terceira via representada pela Conservadora propunha demonstrar que as vozes do Brasil se achavam decididamente contrária às reformas da Constituição, o que corresponderia a uma reação por intermédio de meios legais a manutenção e respeito à ordem imperial estabelecida. Uma recusa intransigente a qualquer tipo de reforma constitucional, tida como suficientemente liberal. Ao mesmo tempo em que essa tomada de posição a evidenciava, particularizava-a também como uma força política “conservadora”.

A Conservadora foi criada em 1832, pelo então tenente-general José Manoel de Moraes e funcionou em sua vida efêmera na casa do general Antonio Manoel da Silveira

³⁹⁵Conforme notas 45 e 96. E outras fontes que serão devidamente identificadas oportunamente.

³⁹⁶*Caramuru*, número 1, 02/03/1832. <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>.

Sampaio, no antigo Morro do Castelo, onde eram realizadas as sessões.³⁹⁷ Poucas informações podem ser obtidas da Conservadora, pois como afirmam Marcelo Basile e Manuel Duarte Moreira de Azevedo³⁹⁸ não puderam ser encontradas atas das sessões ou mesmo uma lista de matrículas, o que inviabiliza identificar o perfil de seus sócios. Contudo, pelo estatuto da Conservadora, publicado pela folha o *Caramuru*, podemos conhecer um pouco sobre aquilo que preconizavam seus participantes, dentre eles, aqueles reconhecidos como integrantes da Conservadora: Luís Augusto May, Antônio de Saldanha da Gama e Antônio Carlos e Martim Francisco Ribeiro de Andrada; ambos, irmãos de José Bonifácio.

Antes, porém, é preciso frisar que em linhas gerais, a exemplo das associações e forças políticas anteriores, os integrantes da Conservadora eram eloquentes em suas colocações, o que significa dizer que a retórica empregada nos discursos publicizados pela folha *Caramuru* enfatizavam a posição contrária dessa força política ao sistema federalista; bandeira de luta exaltada, e que gozava de relativa simpatia dos moderados por se tratar de uma reforma que poderia aumentar a expressão de seu predomínio político no Brasil.

Na edição de número 2 do *Caramuru* de 7 de março de 1832 são publicados os estatutos da Sociedade Conservadora da Constituição Política jurada no Império do Brasil. Composto por três capítulos (da Sociedade, do Conselho e dos Sócios), distribuídos em 34 artigos e contando com um artigo versando sobre as disposições gerais, o estatuto atenta no sentido de regular as questões consideradas essenciais para os *caramurus*, como: a finalidade da Conservadora que seria sustentar, por todos os meios legais, o sistema político jurado no Brasil através de possíveis ramificações por todo o Império, por meio de outras sociedades regidas pelo presente estatuto; forma de organização hierárquica; número de membros (que nesse caso seria ilimitado); nomear o redator do periódico e seu financiamento (nesse caso o *Caramuru*, ou qualquer outro que se identifique com as diretrizes da Conservadora); requisitos para ser admitido como sócio, sendo vital para tal que fosse brasileiro de pleno gozo dos seus direitos, ter são costumes, honestos e conhecidos meios de subsistência, ou poder, por suas faculdades, ser útil à sociedade.³⁹⁹

³⁹⁷BASILE, Marcelo. *O Império em construção*. Ob. cit., p. 372.

³⁹⁸“Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniaes até o começo do actual Reinado” Ob. Cit. p. 302-304.

³⁹⁹*Caramuru*, número 2, 07/03/1832, pp. 1-3.

Em meio a uma intensa agitação política por busca de espaços no cenário brasileiro, os adeptos da Conservadora foram sendo paulatinamente atacados pelas forças políticas moderadas e exaltadas por manterem-se sempre fiéis aos seus argumentos e ideias; ou seja, a manutenção da tranquilidade pública, que foi entendida pelos seus opositores ocasionais como sendo um movimento em favor da restauração de d. Pedro I ao trono do Brasil.

Vale destacar que, independentemente da força política, apenas uma levava consigo o nome de “conservadora”, porém todas compartilhavam o mesmo princípio conservador no que tange ao direito de propriedade e às hierarquias sociais. Todos queriam assegurar que as mudanças pudessem ser realizadas (quando foram), dentro da ordem. Nesse sentido, conservando o *status quo* que garantiria a manutenção e a reprodução de uma sociedade estruturada sobre os pilares da hierarquia, da escravidão e da desigualdade. Mas, as divergências falavam mais alto naquele momento histórico e político, e a defesa de seus projetos continuava a ensejar discussões e acusações de todos os lados, a ponto do *Caramuru* manter em suas edições queixas constantes sobre os ataques que as associações e folhas rivais faziam à Conservadora.

Esse aspecto pode ter contribuído para a tímida participação de indivíduos nos quadros da Conservadora e como consequência direta precipitando seu fim precoce, sem ao menos podermos identificar com precisão o encerramento de suas atividades. A julgar pela peridiocidade do *Caramuru* como porta voz da Conservadora, e por ela financiado, o periódico foi publicado até abril de 1833, quando possivelmente a Conservadora deixou de existir.⁴⁰⁰

A Sociedade Militar emerge no contexto de desaparecimento da Sociedade Conservadora em 1833. Com isso, e de forma natural, indivíduos que antes simpatizavam com as causas da Conservadora sentiram-se acolhidos pelas propostas iniciais da Sociedade Militar, discriminadas de forma sintética no juramento que o postulante a membro da Sociedade Militar deveria fazer:

Eu Sócio Militar, Juro aos Santos Evangelhos, e prometo debaixo de minha palavra de honra, Sustentar, e defender a Constituição política do Império; o Trono do nosso Augusto Imperador o Senhor D. Pedro 2º; e os direitos que Lhe garante a mesma Constituição. Juro mais, Sustentar a Dignidade Militar; tratar a todos os Sócios com a mais

⁴⁰⁰ O último número disponível do *Caramuru* para consulta virtual é datada de 10/04/1833. <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>.

perfeita fraternidade; e obedecer aos meus Superiores; e fazer-me abdicar de meus súditos nas atas de serviço Militar como sou obrigado por Lei; Juro mais, concorrer com todos os meios ao meu alcance, para a proteção, e benefício dos Sócios, e suas famílias em todos os casos de urgência: Juro enfim obedecer ao Conselho Administrativo da Sociedade em tudo quanto sou obrigado pelos seus Estatutos.⁴⁰¹

Pelo juramento acima fica explícito que se trata de uma convocação para uma cruzada militar pela defesa dos princípios que se assemelhavam aos da Conservadora. O que não significa que essa associação, por intermédio de seus membros, estivesse interessada em participar ativamente do jogo engendrado naquele momento histórico e político, tal como sua antecessora. Contudo, a luta política estava explicitada em um dos seus objetivos, quando da defesa e auxílio do tipo corporativo aos sócios militares que estivessem passando por dificuldades, fossem elas oriundas do estado de degradação em que se achava a classe militar⁴⁰² ou devido às perseguições políticas, tão comuns aos militares remanescentes envolvidos nos movimentos dos anos de 1828, 1831, 1832 e 1833; o que, de certo modo, a caracteriza como sendo uma associação híbrida.

Em outras palavras, uma associação política no que diz respeito aos vetores das ideias que a fez nascer, e corporativa por agregar a essas ideias valores próprios de uma organização corporativa e de culto a caridade aos sócios militares, tal qual preconizava o artigo 43 de seus estatutos: “*o dever de junto aos seus sócios oferecer proteção, e socorro ativo e prestante em todas as suas urgências, ou perseguições.*”⁴⁰³

De acordo com o artigo segundo de seus estatutos, a Sociedade Militar seria composta por Oficiais ativos, e reformados de 1ª e 2ª Linha do Exército; da Armada Nacional e Imperial, e do Corpo de Artilharia de Marinha; dos Aspirantes de Marinha, e Cadetes da 1ª Linha; da Guarda de Honra; dos Oficiais dos Corpos de Ordenanças; e dos empregados civis do Exército, e Armada, que tiverem graduações militares; todavia, não era vetado o ingresso de não militares ao quadro de sócios, incorporados inicialmente como sócios adidos.

A emergência de uma organização com propósitos bem definidos e vinculados especificamente a um grupo social aponta para uma questão que não é simples. Quem eram esses militares? Como deixa transparecer, esse grupo estava longe de possuir uma homogeneidade que pudesse ser identificada com uma identidade militar. A historiadora

⁴⁰¹ O Militar no Rio de Janeiro. Nº 01 de Setembro de 1833.

⁴⁰² Op. Cit., nº 02, 10 de Setembro de 1833, p. 4.

⁴⁰³ Idem, 1º de Setembro de 1833.

Adriana Barreto,⁴⁰⁴ conforme mencionado no início deste capítulo aponta para as dificuldades de se estabelecer parâmetros institucionais de coesão e uniformidade aos militares nos anos iniciais do período regencial.

Ao que parece, tendo por referência a leitura dos estatutos da Sociedade Militar, das atas de diferentes sessões realizadas pela Sociedade durante o ano de 1833 e dos editoriais dos jornais *O Militar no Rio de Janeiro*, *O Tareco Militar* e *O Militar* (MA), o ponto de intersecção e coalizão de grupo estaria primeiramente imerso em um conjunto de axiomas dos quais os indivíduos *qualificados* pertencentes à Sociedade Militar reificaram a “boa ordem”, a “liberdade” e o “humano”. Em apenas uma palavra, a *solidariedade*, que deveria ser valorizada entre os militares frente ao “*despotismo ditatorial e proposições exageradas de Nacionalidade e de liberdade individual*.”⁴⁰⁵ Certamente, expressões que fazem mais sentido quando associadas ao perfil das forças políticas moderadas e exaltadas no jogo político vigente.

Com isso, podemos deduzir que a teoria da “política de erradicação” tal como pensada e desenvolvida por Edmundo Campos Coelho⁴⁰⁶ foi desenvolvida sob a perspectiva de um possível repertório de contenção por parte das elites políticas brasileiras alimentadas por constantes atitudes hostis em relação à existência de uma força armada permanente e profissional no Brasil.⁴⁰⁷ Consequentemente, a criação da Sociedade Militar tendeu a ser um repertório reativo às ideias que se colocavam presentes, seja pela desconfiança da elite política frente ao elemento militar; o que teria resultado na marginalização das armas dentro do sistema político imperial e também fomentando certo ressentimento entre os membros que ocupavam cargos no oficialato em relação ao governo monárquico por ora constituído. Tais elementos podem ser percebidos ao longo da fala de abertura da Assembleia Geral na Instalação da Sociedade Militar da Corte:

A uma associação tal, quem não se honra em pertencer? O Militar que preza a gloria, a liberdade da Pátria, que deseja ver estável o Trono do Monarca (...) deixará de associar-se a companheiros de armas, que nutrem sentimentos tão nobres e justos? Se a Classe militar não se achasse hoje em abandono, se o espírito de corporação estivesse em seu inteiro vigor, desnecessário era que Militares briosos, e que não podem ser indiferentes à honra e gloria da pátria, se reunissem em uma sociedade que deve servir de órgão a seus sentimentos; mas na

⁴⁰⁴SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na Consolidação do Império*. Ob. Cit.

⁴⁰⁵Ata do Conselho da Sociedade Militar de 19 de novembro de 1833. BN – Códice “Sociedade Militar”.

⁴⁰⁶COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade*. Ob. Cit.

⁴⁰⁷Anais da Câmara dos Deputados, debates nas sessões de julho de 1831.

conjuntura atual, em que o espírito de classe se acha abatido, a disciplina aniquilada, a dignidade militar depreciada, e os vínculos todos, que ligava esta nobre corporação frouxos ou quebrados, indispensável He que dando novo brilho à sua dignidade, avigorando os laços da disciplina, e estreitando os da união, possam assim reanimar o espírito de corporação, e expender pelo órgão da sociedade que os representa os sentimentos, que os animam a prol da Pátria, da honra, e gloria nacional. Sustentar e defender a Constituição política do Estado e o Trono do Monarca cumpre mais que nenhum outro ao cidadão militar; e neste existem forçadas obrigações, já como simples cidadão, já como homem que se tem votado à Pátria com sacrifício da vida, e delas não pode prescindir sem que a nota infame de covarde o deslustre e desonre, devendo ser o valor uma de suas mais preeminentes qualidades.

Em todos os tempos, e países se tem reconhecido a necessidade desta tão nobre e importante classe; a Ela devem nações ou gozo de suas liberdades, ou sua segurança e estabilidade: são os militares que por seu valor e honra, e patriotismo tem não poucas vezes salvado Trono dos violentos furacões da demagogia, e defendido o Altar dos violentos ataques com que a Impiedade o tem pretendido derribar.⁴⁰⁸

Contudo, a preocupação com o “estado de anarquia, rebeldia e sedição” das forças armadas não era preocupação apenas da elite política brasileira, mas também de alguns militares, que reproduziram no meio militar as clivagens oriundas do momento histórico e político em curso valendo-se, para tal expediente, além da imprensa e sua já conhecida “Guerra de Penas”: literalmente, o poder da pena.

Assim como *O Militar no Rio de Janeiro* era apoiado, e de claras tendências voltadas à força política Caramuru, *O Cidadão Soldado* serviu como elemento representativo dos interesses dos “liberais” Moderados, e *O Soldado Afflicto* pendeu pelo lado dos “liberais” exaltados.⁴⁰⁹ Com isso fica evidente que não havia entre os “militares”, principalmente entre a oficialidade, aquele “espírito de classe” mencionado no discurso parcialmente reproduzido acima. Eram demasiadamente fortes os projetos baseados em concepções políticas e ideológicas que, imersos em uma cultura política orientada pela questão nacional, reorientavam as almas e os corpos dos homens.

Mediante isso, observamos como no *O Cidadão Soldado* que tanto na sua exposição de motivos, quanto dos objetivos conjecturava a sustentação da Revolução e

⁴⁰⁸Fala de abertura da Assembléia Geral na Instalação da Sociedade Militar da Corte, feita pelo tenente-general José da Nóbrega Botelho. Presidente do Conselho da Sociedade Militar. BN – Códice Sociedade Militar. A mesma também foi reproduzida pelo *O Militar do Rio de Janeiro*, nº 02, Op. Cit.;

⁴⁰⁹Vale destacar, entretanto a efemeridade dessas folhas. Encontramos apenas um número do *O Cidadão Soldado* (16/11/1833) e do *Soldado Afflicto* (19/11/1833). Dois números do *O Militar no Rio de Janeiro*, ambos de setembro de 1833. Biblioteca Nacional. E também foi realizada consulta por intermédio do endereço: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>

da governabilidade propiciada em 7 de Abril; por outro lado, no *O Soldado Afflicto* o Estado é a pedra de toque do editorial, ao afirmar que o Soldado também é cidadão e que de suas escolhas dependeria seu futuro enquanto escravo, opressor ou livre. Assumindo a última postura, os militares desempenhariam o mais honroso dos deveres – a sustentação das ordens e das leis.

O poder da pena a que nos referimos anteriormente está relacionado à postura adotada pelas principais lideranças militares, tanto no Exército, por parte do Ministério da Guerra, como na Marinha, tendo sido capitaneada pelos ministros da pasta, em um processo de uma reorganização militar.

Vale destacar que a força política que assumiu o poder durante os primeiros anos do período regencial sob a orientação dos moderados estava incumbida de traçar caminhos diferenciados daqueles que já haviam sido experimentados em relação à centralização política e a um tipo particular de senhorismo militar.⁴¹⁰ À nova ordem política cabia a obra de consolidar as bases do constitucionalismo parlamentar e um nacionalismo construído pelo alto.⁴¹¹ Para efetivar tal projeto foi necessário recorrer à velha prática de distribuição de cargos e postos de importância decisória àqueles que de alguma maneira compactuavam com as suas ideias de “mudança”, ou que delas fizeram parte anteriormente; por exemplo, a substituição do Ministro da Guerra pelo coronel Manoel da Fonseca Lima e Silva, e da Marinha, pelo político até aquele momento com fortes ligações aos moderados, Joaquim José Rodrigues Torres.

O trabalho a ser executado por ambos estava circunscrito em criar mecanismos que pudessem atuar diretamente no duplo problema: nos eventuais casos de insubordinação, e de atos considerados indisciplinados que pudessem pôr em risco o projeto político em curso. Assim como, dentro do possível, manter o contingente das armas em condições de operacionalização, conforme podemos observar pela leitura de fragmentos dos respectivos relatórios ministeriais de Manoel da Fonseca Lima e Silva e J. J. Rodrigues Torres:

Em tempos ordinários, e quando a paz residir em todos os ângulos do Império, reconhece o governo a desnecessidade de um Exército

⁴¹⁰Por senhorismo militar entendermos ser a condição necessária para a ascendência de um indivíduo, ocupando ou não posição de nobreza, mas completamente conectado ao poder régio e como tal dependente de suas benesses. Sobre esse aspecto consultar: SOUZA, Adriana Barreto de. *A serviço de sua majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)*. Apud: CASTRO, IZECKSOHN, KRAAY (ORG.) *Nova história militar brasileira*. Ob. Cit.; pp. 159-78.

⁴¹¹ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

numeroso, bastando a conservação de corpos que sirvam de escola normal de subordinação e rigorosa disciplina militar, por que as guardas Nacionais nas províncias onde estiverem organizadas e os corpos de segunda linha onde ainda subsistirem prestará grande auxilio e coadjuvarão com energia e verdadeiro interesse na defesa do Estado Nacional.(...) Cumpre todavia não perder de vista que mais vale pequena força bem organizada, disciplinada, fardada, e mantida para ser o sustentáculo da Independência e Liberdade Nacionais do que triplicado número mesquinamente pago, que será de enorme peso à Nação, de grande escândalo à moral, e finalmente sempre disposto a concorrer para a perturbação da tranquilidade pública.⁴¹²

(...) Entretanto o governo não tem julgado conveniente levá-las ao numero supracitado pela lei de 31 de agosto porque o espírito de rebeldia , e sedição manifestado entre os soldados daquele corpo, e um foco de infecção que pegaria em contágio a todos os que lhe reunissem. Quando pois senão julgue conveniente dissolve-lo e dar-lhe uma outra organização, tenciona o governo antes de proceder novo recrutamento expurgá-lo de todos esses indivíduos cujo espírito inquieto e de insubordinação tem concorrido para romper os laços de disciplina militar e fazer da mor parte de nossos soldados o flagelo da sociedade em vez de defensores que dela deviam ser. Em tudo mais as leis de fixação das forças navais para o ano financeiro de 1832 e 1833 tem sido já posta em execução, como e expressamente recomendado em um dos artigos dela. (...) No estado de paz que felizmente existe o Império tem o Governo resolvido manter em atividade no ano financeiro que há de correr do 1º de Julho de 1833, ao último de junho de 1834, para o serviço ordinário uma força efetiva de 1.500 praças (...).⁴¹³

Naquele momento, com a iminência de paz externa, e em franco processo de arrefecimento dos ânimos na Corte e nas províncias, face às acomodações políticas, os atos de violência e agitações internas ficaram a cargo da Guarda Nacional. Sendo que, em caso de conflitos que viessem pôr em xeque a soberania da Nação, como uma de suas prerrogativas, a Guarda Nacional agiria como um instrumento auxiliar na defesa das fronteiras e costas do Brasil.⁴¹⁴

Todavia, não podemos descartar definitivamente a ideia de que a reorganização militar, ainda que pelo modelo adotado - pela via da redução dos efetivos militares - não tenha deixado de seduzir também os próprios “militares”, e nesse sentido empreendendo

⁴¹²Relatório do Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra Manoel da Fonseca Lima e Silva, 1831, p. 1 e 2. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2181/000003.html>

⁴¹³RMM - Relatório do Ministro e Secretario dos Negócios da Marinha. Joaquim José Rodrigues Torres, 1832, p. 1-7. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2045/000011.html>

⁴¹⁴Lei de 18 de Agosto de 1831 que cria a Guarda Nacional. CLI - Coleção de Leis do Império do Brasil - 1831, Página 49 Vol. 1 pt. I (Publicação Original).http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html.

aquilo que Morris Janowitz chama atenção sobre a extensão em que as forças armadas são uma criação da estrutura social maior, e a extensão em que elas servem às necessidades econômicas e políticas da população civil.⁴¹⁵ Afinal, tendo por referência os relatórios ministeriais, era desejável a manutenção de um número menor do contingente militar engajado que pudesse permanecer disciplinado, suprimindo os indivíduos indesejáveis que chegavam às fileiras do Exército e da Marinha por intermédio da prática do recrutamento, muitas vezes forçado.

Com a implementação de um processo de higienização das tropas⁴¹⁶ e a consequente melhoria dos soldos e gratificações, da instrução oferecida aos oficiais e quadros inferiores, pela regulação dos corpos, “*o fim do estado de defecção e do estado vertiginoso que se apoderou das tropas*”,⁴¹⁷ “*criação de uma lei que regulamente pensões vitalícias e a fundação de um asilo naval*”,⁴¹⁸ além de uma lei que pudesse regular um “novo” procedimento para o recrutamento, a imagem das forças armadas poderia, em relação às grandes queixas da maioria da população, deixar de ser hostil à carreira militar. Com essas iniciativas tanto o Exército quanto a Marinha seriam capaz de promover a adesão de proprietários e seus filhos às fileiras das armas como “*cidadãos interessados na segurança e defesa da Pátria*.”⁴¹⁹ Com isso, retomando o status perdido com a redução das tropas.⁴²⁰

Com base nessas requisições a reorganização militar em curso, aliada ao caráter das reformas que almejavam implantar, as forças armadas e a Nação ganhariam no que diz respeito à nacionalização e profissionalização das forças. Em sua pesquisa acadêmica o historiador Arias Neto traz para a discussão as ideias preconizadas por Rodrigues Torres no que diz respeito à concretização do processo de nacionalização e profissionalização da Marinha, segundo a perspectiva inicialmente pensada pelo então Ministro da Marinha; para tal, seria necessária uma “*unidade de visão*” e uma “*continuidade de ação*.”⁴²¹

⁴¹⁵ JANOWITZ, M. *O Soldado Profissional. Um estudo social e político*. Rio de Janeiro: Edições GDR, 1967, p. 12.

⁴¹⁶Entenda-se: o expurgo de elementos indesejáveis.

⁴¹⁷RM e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra, 1831. Ob. cit.

⁴¹⁸RMM, 1832.

⁴¹⁹RM e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra, idem.

⁴²⁰HOLLOWAY, Thomas H., *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

⁴²¹ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania*. Ob. Cit.; p. 44

A primeira, explica o autor, “*dependeria de um consenso quanto ao papel da Marinha no conjunto do Estado, ou seja, da definição de uma estratégia político-militar que orientaria a ação do governo.*”⁴²² Seria necessário ir além da reorganização militar tal como preconizada e que se encontrava em curso. Seria necessária uma ampla reformulação que propiciasse maior organicidade à Marinha, a começar pelo Ministério.

O segundo aspecto diz respeito ao controle do desenvolvimento da Marinha como instituição pública e apartidária, controlada pelo governo monárquico constitucional tendo como ponte de ligação entre este e a tropa um conselho de almirantado, com funções definidas. Ainda segundo Arias Neto: “*um mecanismo que seria, ao mesmo tempo, um canalizador e amortecedor dos conflitos que pudessem vir a ocorrer, anulando, ou ao menos evitando, as possibilidades de rebelião.*”⁴²³

Embora o projeto de reorganização dos militares tenha sido uma alternativa viável sob o ponto de vista já mencionado, houve mais um revolvimento das forças políticas que alterou, senão mesmo metamorfoseou o projeto em curso, explicitando seus limites. Trata-se das revoltas ocorridas em diferentes regiões do Império que colocaram também em suspensão a capacidade da Guarda Nacional de manter a ordem interna, seja pela sua incapacidade operacional ou por muitos elementos de suas tropas terem aderido às causas federalistas e republicanas.

A introdução desse grande parêntese no subitem dedicado ao entendimento da Sociedade Militar foi necessária por entendermos que no bojo das discussões sobre o processo de redução dos efetivos militares nos anos iniciais das regências há um ponto de intersecção com o nosso objeto de estudo. Isso, na medida em que o poder outorgado pela pena dos ministros das pastas do Exército e Marinha naquele momento histórico e político vislumbrava a possibilidade de uma “*intenção de ruptura*” com o que havia sido pensado e desenvolvido enquanto formas organizacionais no Primeiro Reinado, principalmente no que diz respeito a um processo inicial de nacionalização e profissionalização de seus corpos, consequentemente vindo a propiciar mudanças na organização administrativa e de pessoal das armas.

Retomando a discussão iniciada sobre a Sociedade, a documentação referente à Sociedade Militar encontra-se disponível e organizada na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro sob o código Sociedade Militar. Através dela, pudemos ter contato com a lista

⁴²²ARIAS NETO, op. cit.

⁴²³Idem, p. 51. A proposta do Conselho de Almirantado pode ser encontrada no RMM de 1833, p. 5.

de sócios, assim como as atas das sessões realizadas durante o período de sua vigência. Todavia, ainda que seus estatutos tivessem sido divulgados pela folha *O Militar no Rio de Janeiro*, este não representava diretamente os interesses da Sociedade Militar. Com isso, a associação dispunha apenas como expediente de divulgação de suas ações o uso de declarações públicas.

Esse aspecto, no entanto, não diminuiu o ímpeto de seus entusiastas, haja vista a edição de outras folhas voltadas as causas do “militares” durante os anos seguintes, e que mantiveram principalmente como linha editorial o tom de denúncia em relação à precariedade das condições de trabalho e vida dos militares no Brasil imperial, como exemplo do *O Tareco Militar de Ouro Preto* (1833), *O Militar do Maranhão* (1839), *O Militar* (1854), *O Militar Briosso* (1855), *O Echo Militar* (1890).

Segundo a lista de sócios, incluindo militares e não militares, encontramos nomes de personalidades ligadas diretamente aos grupos da elite e do poder imperial, ou que gravitavam próximo a ele, apontando para uma especificidade presente quando estudamos as associações e suas forças políticas correspondentes; ou, dizendo de outra maneira, cada uma das associações aqui mencionadas aglutinava como membros uma parcela importante de indivíduos *qualificados* econômica, política e socialmente.

No caso da Sociedade Militar esse contingente era majoritariamente de militares do exército de diversas patentes, vindo a compor ainda esse quadro Deputados, Senadores com títulos de nobreza e altos oficiais da Marinha, como os capitães-de-mar-e-guerra Francisco de Assis Cabral e Teive⁴²⁴ e Manoel de Sequeira Campelo, dentre outros. Encontramos também indivíduos ocupando postos hierárquicos inferiores como capitão-de-fragata, capitão-tenente, tenentes, guardas-marinhas e um segundo sargento.

No total de sócios com ocupação declarada, os militares do exército eram, em relação aos contingentes da Marinha, numericamente inferiores. Isso não significa que outros poderiam simpatizar com a posição adotada pela sociedade, não participando como sócios. O que a nosso ver inviabiliza apenas por essa fonte afirmar o pouco apreço dos oficiais e inferiores da Marinha às reivindicações da Sociedade Militar.

Em suma, aquilo que podemos apreender sobre a posição de cada força política predominante, principalmente nos anos iniciais do período regencial, e do conjunto de ideias e ações propostas por cada uma delas, até aproximadamente o declínio do

⁴²⁴Enquanto ainda era Capitão de Fragata comandou a partir de 1826 o depósito de Marinhagem e Recrutas. Ver Capítulo I.

predomínio político moderado em 1837, e com isso uma nova reestruturação, foi a construção de um espaço de experiências que propiciou mais um revolvimento das forças políticas em torno de uma questão fundamental que emerge das transformações das ideias que foram determinantes na transformação do processo político que se inicia e que dura até aproximadamente 1840. Em outras palavras, o princípio monárquico havia sido entronizado, e em torno dela a unidade territorial; que devia ser mantida sob o risco de termos uma nação dividida, segundo o imaginário político da elite que até então dirigia o país.

Todavia, essas questões abriram espaços para que pudéssemos entender como se posicionou a Marinha em termos de organização administrativa e de pessoal; principalmente entre os anos de 1831 até 1836, quando foram criadas as quatro primeiras Companhias Fixas de Aprendizes de Marinheiros que deram origem em 1840 a primeira Companhia de Aprendizes de Marinheiros do Brasil Império.

Porém, antes desse processo, as ideias políticas desses indivíduos que estiveram a frente do comando político do país e também da Marinha puderam ser percebidas nos diferentes espaços de discussão, conforme será percebido na segunda parte desse capítulo e naquele que o segue.

2.7 - Caminhando rumo a uma Marinha forte, homogênea e exercitada: a proposta de criação de quatro Companhias de “Aspirantes” Marinheiros em 1833

O Senado muito convencido de que o nosso exército precisa ser reorganizado, a marinha melhorada, promoverá quanto estiver no círculo de suas atribuições, novas providências que plantem e firmem a disciplina, único meio que faz com que o mal inevitável na sociedade, pelo dispêndio de vidas e dinheiro, se converta em firme garante da segurança externa e tranquilidade interna.

Tópico aprovado no Senado em resposta a fala do Trono de 1836⁴²⁵

O presente item deste capítulo tem por objetivo apresentar e procurar contextualizar as primeiras discussões levadas às duas casas legislativas – Câmara e Senado - no ano de 1833, pelo ministro da Marinha Joaquim José Rodrigues Torres (1833), quando da apresentação da proposta de fixação de forças navais para os anos de 1834-35. A proposta defendida pelo ministro envolvia a possibilidade pioneira de organização das praças e corpos da Marinha durante o Brasil imperial.

⁴²⁵ Anais do Senado, Sessão de 11 de Maio de 1836, p. 39.

A primeira parte do título deste capítulo nos foi inspirada graças a uma frase de autoria do historiador naval Lucas Alexandre Boiteux, que em 1936, ao referenciar sobre o centenário de criação do Corpo de Imperiais Marinheiros, apontava para a “*necessidade de manter as mais de 3.600 milhas de costa, escanceladas à cobiça forasteira*” e com base na reorganização administrativa e dos corpos de Marinha nos anos de 1830 “*que se faz mister uma Marinha forte, homogênea e exercitada.*”⁴²⁶ Contudo, o conjunto de ideias que constituíam grande parte daquilo a que se referia o historiador naval estarão sendo ao longo desse capítulo pensados sob uma perspectiva analítica capaz de dilatar o campo de possibilidades no qual estava inserido aquele contexto.

Para uma melhor contextualização das propostas enviadas às duas casas legislativas dividiremos o item desse capítulo em duas partes. Na primeira, sublinharemos a participação do militar e político Salvador José Maciel. Sua importância será percebida adiante, mas antecipamos que foi de sua autoria a proposta de criação das quatro companhias de “aspirantes” marinheiros. Na segunda parte, acompanharemos o político ainda moderado Joaquim José Rodrigues Torres no encaminhamento da proposta de Fixação Naval para os anos de 1834-5 e, junto a ela, a primeira iniciativa de organização das praças por intermédio da criação de quatro companhias fixas de “Aspirantes” Marinheiros. Concomitantemente, traremos à discussão a ideia de experiência histórica vivida e percebida inspirada em E. Thompson a partir do envolvimento da relação hierárquica, subordinada e disciplinada entre oficiais da Marinha e os ministros da pasta, conforme impressões deixadas pelos relatórios ministeriais e correspondências encaminhadas ao ministro.⁴²⁷

Com isso, propomos ampliar as reflexões que estão sendo colocadas desde o primeiro capítulo. Afinal, os ministros da Marinha eram personalidades políticas, civis e alguns deles, militares inseridos em um contexto de diferentes disputas políticas de correntes “partidárias” nem sempre bem definidas, o que invariavelmente levava a diferentes alianças e apropriação de ideias.

No caso específico dos ministros da Marinha, como ocorreria em diferentes momentos históricos e políticos, invariavelmente eles assumiam a pasta e pouco tempo depois deveriam apresentar seus relatórios ao legislativo. Partimos, portanto, da ideia de

⁴²⁶BOITEUX, Lucas Alexandre. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. DPHDM: Ministério da Marinha, Divisão de História Marítima, 1939.

⁴²⁷THOMPSON. E. P. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. SP, São Paulo. Ed. Monsanto, 1978.

que, para além de seus posicionamentos políticos oriundos de diferentes experiências históricas, defendidas nas casas legislativas e nos relatórios ministeriais, eram incorporadas em seus discursos, em diferentes graus de assimilação, as experiências históricas percebidas pelos oficiais da Marinha como elementos integrantes e interdependentes do contexto institucional.

Vale destacar, para efeito de compreensão e análise, que para esse trabalho as casas legislativas – Câmara dos Deputados e Senado – foram compreendidas à luz da síntese de Pierre Bourdieu:

As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.⁴²⁸

Nesse sentido, podemos inferir que a dinâmica social no interior de cada campo é regida pelas lutas em que os agentes procuravam manter ou alterar as relações de força e a distribuição das formas de capital específico. Nessas lutas, poderiam ser levadas a efeito algumas estratégias não conscientes que se fundam no *habitus* individual ou coletivo dos grupos em iminente conflito. Os determinantes das condutas individual ou coletivas eram as posições particulares de todo o agente na estrutura de relações. Assim sendo, segundo a perspectiva de Bourdieu partilhada nesse trabalho em cada campo, o *habitus*, socialmente constituído por embates entre indivíduos e grupos, determinará as posições de cada parte envolvida, e o conjunto dessas posições se constituirá em uma importante ferramenta interpretativa da realidade no contexto do desenvolvimento desse trabalho.⁴²⁹

⁴²⁸ BOURDIER, Pierre. *O Poder Simbólico*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 11.

⁴²⁹ O conceito de *habitus* emerge na obra de Bourdieu, no contexto de suas reflexões críticas sobre o papel da escola na reprodução social. Segundo ele, o momento da construção do *habitus* como sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto de práticas e ideologias características de um grupo de agentes. Tais práticas e ideologias poderão atualizar-se em ocasiões mais ou menos favoráveis que lhes propiciam uma posição e uma trajetória determinadas no interior de um campo intelectual que, por sua vez, ocupa uma posição determinada na estrutura da classe dominante. BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 191 – (Coleção estudos 20). Esse conceito foi trazido ao nosso trabalho por propiciar, junto a outros elementos teóricos, a possibilidade de compreensão da emergência de uma nova configuração (práticas socializadoras), em que o processo de construção dos *habitus* passa a ser mediado pela coexistência de distintas instâncias culturais e referências identitárias.

2.8 – A lei de fixação de forças do Mar 1834-1835 - A proposta de criação de quatro companhias de “aspirantes” Marinheiros: Salvador José Maciel e Joaquim José Rodrigues Torres

No ano de 1833, em pleno curso das propostas liberais empreendidas pelos moderados, o então ministro da Marinha Rodrigues Torres apresenta ao Senado, em sessões realizadas no início dos meses de junho e julho de 1833, o projeto aprovado pela câmara dos deputados com aval da comissão de Marinha e Guerra daquela casa, composta pelos deputados Francisco do Rego, Vieira Souto e Baptista de Oliveira, que fixava as forças navais para os anos de 1834 e 1835.

A segunda legislatura da câmara dos Deputados do período de 1830-1833 era composta, segundo José Honório Rodrigues, por muitos deputados “novos” que “*viriam a representar papel destacado na política nacional.*” Eram homens de “*governo e oposição,*” apontava Rodrigues, cuja balança começava a pender para este lado.⁴³⁰ Dentre esses “novos” deputados destacamos a presença do português naturalizado brasileiro em 1823, o Brigadeiro Salvador José Maciel, que antes havia servido na província da Bahia como diretor do Arsenal de Guerra e Inspetor de Fortalezas e Portos (1824), sendo eleito, no entanto, para a câmara dos deputados pela província do Rio Grande do Sul, da qual havia sido presidente durante o período de 1826-1829.⁴³¹ Salvador Maciel teria sofrido forte rejeição naquela província em face das convulsões sociais que assolavam a região, assim como teria sido acusado de ser simpático ao absolutismo.

De acordo com Tavares Lyra, no ano de 1824, Salvador José Maciel foi encarregado “*pelos seus conhecimentos militares, refletida e reconhecida prudência de reorganizar os corpos de milícias de Pernambuco, em 1824*”.⁴³² Sua importância para esse trabalho, como será visto adiante, está mensurado por sua incisiva e decisiva participação no encaminhamento e defesa da proposta de criação das Companhias Fixas de Aprendizes de Marinheiro em 1836, quando então ocupava o posto de Ministro da

⁴³⁰RODRIGUES, José Honório. *O parlamento e a evolução nacional: Introdução Histórica (1826-1840)*. Brasília, 1972, p. 76. Para consulta sobre os presidentes da Câmara, presidentes do Senado, Conselheiros de Estados e Ministros ver: *Organização e programas ministeriais desde 1822 a 1889*. Trabalho organizado pela Secretaria da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=_NsOAAAAIAAJ&ie=ISO-8859-1&redir_esc=y&hl=pt-BR

⁴³¹Não se encontra disponível na página <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>, relatório de Salvador José Maciel para consulta.

⁴³²LYRA, Tavares. *Os ministros de Estado da Independência a República*. Revista do IHGB. Vol. 193, pp. 91-2.

Marinha. Por agora, o que nos chamou atenção é o fato de Salvador Maciel ter feito parte da câmara em um período no qual se discutiu pela primeira vez a criação de Companhias de “Aspirantes” Marinheiros, cujo artigo era de sua autoria e foi anexado por Rodrigues Torres ao projeto de fixação de forças de mar sendo apresentado à Assembleia Geral Legislativa em 24 de Maio de 1833.

Durante a terceira discussão na câmara do projeto de lei de fixação das forças navais, Salvador Maciel mandou à mesa, sendo apoiado pela casa, o seguinte artigo aditivo:

O governo fica autorizado desde já a criar sucessivamente quatro companhias de aspirantes marinheiros, de cento e vinte e cinco praças cada uma, com vencimento de quatro mil réis mensais, ração e fardamento próprio de marinheiro, o mais simples possível; estas companhias serão organizadas da maneira mais apropriada ao serviço de mar; força efetiva destas companhias fará parte das forças ativas mencionadas no artigo primeiro.⁴³³

No seu entendimento, a palavra aspirante seria um nome mais honroso à classe dos marinheiros, o que seria um estímulo ao ingresso de indivíduos na Marinha.⁴³⁴ Todavia, não contava, ou mesmo não fazia ideia de que essa expressão seria alvo de intensos debates na outra casa legislativa. Momentaneamente distante dessas questões, ainda apresentou um projeto de criação, na província do Rio Grande do Sul, de seis corpos de cavalaria que seriam denominados Guardas da Fronteira do Sul.

Segundo relatos biográficos, Salvador Maciel ocupou cargos importantes na administração do Exército, sem envolver-se diretamente em conflitos que poderiam ter lhe rendido vasta experiência de combate. Atuou administrativamente em diferentes frentes pela Independência nas províncias da Bahia e Pernambuco. Ele ainda esteve às voltas com a guerra contra as províncias Unidas do Rio da Prata. Contudo, seus traços biográficos, tal como descritos por Lucas Boiteux,⁴³⁵ reforçam a tese de Adriana Barreto sobre a ausência, entre o corpo de oficiais do exército brasileiro dos anos iniciais do período regencial, de conhecimentos técnicos específicos sobre a arte da guerra; de valores orientados por uma disciplina rigorosa, incorrendo para que os militares não se constituíssem em um grupo unificado detentor de uma forte identidade

⁴³³ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 31 de Maio de 1833.

⁴³⁴ Op. Cit.

⁴³⁵ BOITEUX, Lucas. *Ministros da Marinha. Ministros da Marinha: notas biográficas*, pp. 312-325.

corporativa.⁴³⁶ Todavia, essa falta de identidade corporativa, ao que nos parece, não impediu que Salvador Maciel estivesse estreitamente ligado aos ideais da nação em armas, cujas prerrogativas demandavam um corpo político autônomo que emerge em 1822, de um pacto em torno da figura do Imperador e da monarquia.⁴³⁷ Disso possivelmente teria resultado sua aproximação com a carreira política e o poder legislativo de forma unilinear, o que garantiu sua entrada no *clube*, e a assunção de regras não escritas e apócrifas de mobilidade dentro deste.⁴³⁸

Um aspecto interessante foi, naquele momento, ter sido ele a apresentar um artigo aditivo à lei de fixação naval, sendo um integrante do exército. Uma hipótese plausível, entre outras, seria considerar que Salvador Maciel, com esse gesto demonstrava um bom relacionamento desses ramos das forças armadas com as representações de parte da elite civil; ou, como sugeriu Samuel Huntington, um provável controle civil objetivo sobre os militares, aliando-se a isso a clareza das dificuldades estruturais, históricas e sociais impostas pelo recrutamento às duas Forças – Exército e Marinha.⁴³⁹

Outra possibilidade, relacionada à primeira hipótese, teria sido a aproximação de Salvador Maciel com o então Ministro Rodrigues Torres quando este ainda desempenhava suas funções como lente substituto da Academia Militar durante o período de 1826 a 1833 (com intervalo de dois anos, entre 1827-1829, quando esteve licenciado, retornando à França). Afinal, Rodrigues Torres paulatinamente iria sendo admirado e respeitado, inclusive pelos seus mais intransigentes adversários,⁴⁴⁰ como mestre, redator doutrinário da folha *Independente*, moderado inicialmente, integrante da Sociedade Defensora e Ministro da Marinha. Maciel e Torres compartilhavam inclusive da ideia de que os verdadeiros homens do mar deveriam ter sua formação completada quando embarcados.⁴⁴¹

⁴³⁶SOUZA, Adriana Barreto. *A Serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)*. Apud: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova História Militar brasileira*, p. 170.

⁴³⁷SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo (1780-1831)*. Tese de doutorado. UNESP, 1999.

⁴³⁸CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 125.

⁴³⁹HUNTINGTON, Samuel. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

⁴⁴⁰FILHO, João Lyra. Visconde de Itaboraí: a luneta do Império. Rio de Janeiro: Portinho Cavalcanti, s.d. p. 38.

⁴⁴¹Relatório do Ministro da Marinha (doravante RMM) 1833, Rodrigues Torres. RMM de 1836, Salvador José Maciel.

Contudo, a proposta como um todo, composta de sete artigos – incluindo-se o quinto artigo que se refere à criação das companhias de “aspirantes” de marinheiros – não teria sido aprovada sem a interferência daqueles que pugnavam principalmente a criação de tais companhias.⁴⁴² O principal articulador contrário ao projeto de lei de fixação das forças navais, e do artigo aditivo acima descrito, foi o então deputado bacharel em direito Francisco Gê Acaiaba de Montezuma (futuro Visconde de Jequitinhonha), supostamente simpatizante da força política Caramuru.⁴⁴³ Independentemente desse dado, Montezuma acusava o Ministro presente na apresentação do projeto de não ter enviado ainda seu relatório ao Senado, como sempre havia sido feito pelos outros ministros. Além disso, questionou sobre a falta de formalidade e dever ao apresentar seu relatório iniciando-o com a prerrogativa: “*De ordem da Regência...*,” ao invés de “*Em nome da lei.*”⁴⁴⁴ Rodrigues Torres, com relativa clareza sobre a ofensividade das argumentações proferidas por Montezuma, preferiu evitar o embate analisando de maneira performática a fala do deputado, e proferiu seu discurso diminuindo as evidências dos conteúdos tematizados por Montezuma procurando, sobretudo estabelecer uma relação consensual entre ambos, e assim por consequência com a câmara. Justificou Rodrigues Torres, utilizando-se dos recursos da retórica que havia determinado o envio do relatório às duas casas, se isso não foi cumprido, fato que ignorava, “*foi muito mal feito*”. Sobre o segundo ponto, reafirmou que, em seu entendimento, “*De ordem da regência*” podia dizer que ele

⁴⁴²O Jornal do Commercio, nº 131 de 07 de junho de 1833, publicou na íntegra o Decreto da Câmara Legislativa da Sessão de 05 de Junho que fixava a força Naval para os anos de 1834-35, inclusive com o artigo 5º que criava as companhias de aspirantes marinheiros. Art. 1º - Fixa em 1.800 o número de tripulações de todas as classes, 2º - Fixa em 600 o número de força da Artilharia de Marinha, 3º - Fixa em 3.000 e 1.000, os respectivos números de homens de Marinhagem e Artilharia em casos extraordinários, 4º - Para ser Aspirante o discípulo da academia de Marinha deveria ser aprovado no primeiro ano matemático, e para ser Guarda-Marinha ter aprovação nos três primeiros anos do Curso, 5º - Autoriza o Governo a criar 4 Companhias de Aspirantes Marinheiros, 6º - Manutenção dos artigos 4º, 5º e 6º da lei de 29 de Agosto de 1832 que fixa as forças navais para os anos de 1832-33 (Art. 4º Os postos que forem vagando no corpo de artilharia de marinha, serão preenchidos por Oficiais idôneos, que houver disponíveis, quer no corpo da Armada Nacional, quer nas classes dos Oficiais avulsos do Exército. Art. 5º O Governo poderá promover desde já a segundos Tenentes, e a Guardas-Marinhas os indivíduos habilitados na forma das Leis; e d'ora em diante só poderão ser Aspirantes os discípulos da Academia aprovados no primeiro ano matemático; e Guardas-Marinhas, os que tiverem aprovação nos três primeiros anos do curso de estudos respectivos. Art. 6º Ficam suspensas as promoções dos Oficiais de Saúde, Fazenda, Apito, Capela, e Náutica, que não forem indispensáveis para as embarcações designadas no art. 1º), 7º Revogam-se as disposições Legislativas em contrário.

⁴⁴³O Exaltado de 12/10/1832. De acordo com o artigo “Quem são os Restauradores? O nome de Montezuma aparece, junto aos Andradas, como pertencente a essa força política. Todavia, a própria folha questionava essa aproximação, referindo-se à mesma como uma propaganda moderada com o objetivo de criar ainda mais um clima de animosidade entre as forças políticas daquela época.

⁴⁴⁴Anais da Câmara dos Deputados, Ob. Cit.

fosse cumprir com a lei, e que no fim de seu relatório dizia: “*que vinha dar as informações em virtude das leis*”.⁴⁴⁵

Pelo exposto acima, transparece, nesse primeiro embate travado na câmara dos deputados entre o ministro Torres e o deputado Montezuma, que as divergências das forças políticas atuantes no cenário político brasileiro dos anos iniciais das regências falavam alto, e deixavam transparecer a importância da força dos “novos” revolvimentos políticos em curso, e de outros que ainda seriam postos em evidência.

A proposta de criação das companhias de aspirantes marinheiros foi de tal modo referenciado positivamente pela câmara que, durante a discussão do projeto de lei do orçamento para a repartição da Marinha, nem mesmo Montezuma; que em momentos antes havia se posicionado asperamente em aspectos formais do relatório ministerial propôs emendas alterando ou suprimindo o inciso 4º do artigo 6º, que autorizava as despesas para os anos financeiros de 1834-35, que incluía as cifras de 53:700\$000 destinados às companhias de aspirantes marinheiros, ainda que Montezuma considerasse ser este um valor relativamente alto, ocupando em valores reais, dentre as 27 rubricas de despesas, o sétimo maior orçamento do total de 1,891:174\$340.⁴⁴⁶

Chegando ao Senado, o projeto de lei de fixação das forças navais para o ano de 1834-35 começou a ser debatido na sessão ordinária de 7 de junho de 1833, na qual foi realizada a leitura de todo o projeto sob a presidência do senador Bento Barroso Pereira. Contudo, a sessão foi interrompida pelo adiantado da hora, e retomada somente no dia 6 de julho daquele mesmo ano.

A representação política brasileira na Carta de 1824 era dividida em duas Câmaras: a dos Deputados, temporária e eletiva, e a dos Senadores, igualmente eletiva, mas vitalícia. A escolha dos Senadores se operava tal como a dos Deputados, por meio de sufrágio censitário, em dois graus, escolhendo os eleitores de paróquia os de província, e estes os Deputados e Senadores. Ao contrário do que ocorria com a dos Deputados, a eleição dos Senadores segundo o art. 43 da Constituição outorgada em 1824 era realizada a partir de listas tríplexes a partir das quais o Imperador escolheria o terço na totalidade da lista.⁴⁴⁷ A vitaliciedade do Senado foi sempre, desde 1831, objeto de ampla e permanente contestação dos liberais, tendo permanecido, no entanto, como preceito constitucional até a Proclamação da República.

⁴⁴⁵ RMM, Joaquim José Rodrigues Torres, 1833.

⁴⁴⁶ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 19 de Julho de 1833.

⁴⁴⁷ Constituição de 1824, Título IV, Capítulo I.

Sobre o Senado, no entendimento de José Honório Rodrigues:

Sempre se escreveu que o Senado constituía o elemento aristocrático da constituição Imperial. De princípio não se deve esquecer que os príncipes da Casa imperial são senadores por direito, e terão assento no Senado logo que chegarem à idade de 25 anos (art. 46), nem que havia requisitos especiais para a eleição do Senado, como por exemplo, o de ter rendimento anual de oitocentos mil réis (art. 41, inciso 4º). Esses rendimentos podiam ter por base bens, indústria, comércio ou emprego. De uma ou de outra maneira, era com base na propriedade que se podia ser Senador.

Concluindo, reafirmava:

Por isso não seria exagero dizer que o Senado representaria a propriedade, o capital, a terra, enquanto a câmara dos Deputados representava isto tudo e mais a classe média.⁴⁴⁸

O Senado é tradicional visto pela historiografia como reduto do conservadorismo, pelo que entendemos ser uma posição política que reconhece a existência da vida em comunidades e estando sujeita a determinadas condições, e que as mudanças sociais e de grupos para serem justas e válidas não podem quebrar a continuidade entre o passado e o futuro.⁴⁴⁹ Nesse contexto, entendemos que o traço marcante do conservadorismo consiste no fato e na percepção de que é pouco viável haver transformações orientadas sem o sentido da continuidade histórica; também é certo assinalarmos que isso não foi uma característica permanente do Senado, na perspectiva adotada por José Honório Rodrigues. Assim, propondo em relação à postura do Senado nos anos finais das regências:

Não creio ser verdadeiro dizer que o Senado estaria sempre um pouco mais à direita do Partido Conservador, fundado em 1837. Vasconcelos, o líder do regresso, encontra em 1839, formidável reação no Senado, e em 1840 é o Senado que acolhe a ação liberal para aclamar D. Pedro maior.⁴⁵⁰

Por tudo é possível então compreender que para o Senado seria possível acatar uma ou outra reforma, de base liberal, desde que inserida por meio de um processo de cautelosa adaptação daquilo que existia às novas condições. Dessa forma, evitar-se-ia aquilo que poderia se estabelecer como algo verdadeiramente radical ou novo. Foi

⁴⁴⁸ RODRIGUES, José Honório (Org.). *O parlamento e a evolução nacional*. Vol. 2. Tomo II. Brasília: Senado Federal, 1972, p. 170.

⁴⁴⁹ Sobre essas questões ver também: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Op. Cit., Capítulo 2 – A elite política nacional: definições, pp. 51-62.

⁴⁵⁰ RODRIGUES, José Honório (Org.). *O parlamento e a evolução nacional*. Op. Cit., p. 172.

imbuído por esse “*espírito conservador*” carregado de tradicionalismos e reformismos que os Senadores apreciaram a proposta de lei de fixação das forças navais para os anos de 1834-35, conforme inicialmente destacamos.

Iniciada a sessão em 6 de julho de 1833, presidida pelo senhor Bento Barroso Pereira (presidente durante o período de 1832-1836), estavam presentes 32 senadores, entre eles os representantes da Comissão de Marinha e Guerra composta pelos Senadores: Conde de Lajes (João Vieira de Carvalho), José Saturnino da Costa Pereira e o Marquês de Paranaguá (Francisco Vilela Barbosa), e do Ministro Rodrigues Torres da pasta da Marinha. Como a leitura da lei de fixação das forças navais já havia sido realizada um mês antes, passou-se a discutir um a um os artigos da proposta de lei.

Ainda que composto por apenas sete artigos, apenas os seis primeiros poderiam ser objeto de discussão, pois o sétimo e último artigo; assim como, todos os demais artigos da proposta como demonstrado em nota (18), fazia referência apenas às disposições legislativas em contrário, funcionando apenas como um ordenamento jurídico, dessa forma, sem a necessidade de um olhar mais atento por parte dos senadores.

Dos seis artigos restantes, à exceção do quarto e do quinto, os demais suscitaram apenas alguns esclarecimentos do Ministro Torres, solicitados pelo Marquês de Barbacena (Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta), senador por Minas Gerais, José Inácio Borges (Senador por Pernambuco) e José Saturnino da Costa Pereira (Senador por Mato Grosso). No entanto, vale ressaltar que, apesar de terem sido apenas três senadores a arguir o ministro Torres em relação aos artigos:

1º - que fixava a força naval em 1.800 homens; 2º - que fixava o corpo de artilharia em 600 homens; 3º - aumento do quantitativo de pessoal de marinhagem para 3.000 e respectivamente de Artilharia para 1.000, em casos extraordinários; 6º - a manutenção de artigos referentes à lei de fixação de 1832.⁴⁵¹

Os questionamentos revelaram a preocupação de parte daquela casa sobre como proceder com o cumprimento da lei, ou seja, se o Ministro teria meios de poder preencher os números de marinheiros segundo a proposta apresentada. Perguntava então o Marquês de Barbacena: *porque no caso de não o ter, para que serve esta fixação?*⁴⁵² Rodrigues Torres, mais uma vez, como havia procedido perante os Deputados, e

⁴⁵¹ Anais do Senado, sessão de 6 de Julho de 1833.

⁴⁵² Anais do Senado, Op. Cit.; Marquês de Barbacena, p. 111.

também no seu relatório ministerial daquele ano, argumentou sobre as dificuldades de tripular os navios em face de duas questões: *primeiro, porque não temos muitos homens habilitados a servirem de marinheiros; segundo, porque não temos gente para recrutar*.⁴⁵³

A questão, que parecia se encaminhar para um desfecho aparentemente tranquilo apresentou sobressaltos por intermédio de novas argumentações do Marquês de Barbacena e do Sr. Borges. Ambos divergiram sobre a necessidade de fixação de tropas sem que antes o governo sinalizasse como, e de onde proceder com os meios para o recrutamento. Para o Marquês haveria o ministro de ter grande dificuldade para o recrutamento de artilheiros; justificava sua observação pelo fato desta fazer parte de outro artigo. O Senador Borges, antecipando-se à resposta do ministro, comentou que não haveria dificuldade alguma, “*pois se há como recrutar, recruta-se*”!⁴⁵⁴

A questão do recrutamento sempre foi alvo de preocupação da elite dirigente, caracterizada por relações tensas e contraditórias.⁴⁵⁵ As leis que regulavam a entrada de indivíduos nas forças armadas ainda eram aquelas oriundas das instruções de 1822, e até aquele momento nenhuma alternativa havia sido pensada pelo governo para “sanear” esse problema, o que de certa forma justificaria pontos de vistas divergentes dos integrantes daquela casa legislativa. Mais ainda, cabia ao poder legislativo a interpretação da Constituição e das leis, e não propor alternativas, ainda que sobre elas pudessem interferir.

Como foi observado no capítulo anterior, o recrutamento à força e o engajamento constituíram-se em estratégias comumente utilizadas para suprir as necessidades das embarcações que faziam parte da esquadra luso-brasileira. Mantiveram-se presentes e estruturalmente aperfeiçoadas nos diferentes segmentos que faziam parte dessa verdadeira cadeia de recrutamento organizada de forma hierárquica, mesmo após a criação das companhias dos imperiais marinheiros em 1840. As interlocuções, ou mesmo as preocupações mencionadas provenientes das falas dos senadores não deixam dúvida quanto a essa questão, e a documentação disponibilizada e consultada no Arquivo Nacional – Série Marinha - mostra que antes, mesmo durante, e após a criação e consolidação da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio de Janeiro (1840) e

⁴⁵³ Anais do Senado, Ob. Cit.; Ministro Rodrigues Torres, p. 112.

⁴⁵⁴ Anais do Senado, idem, Senador José Inácio Borges

⁴⁵⁵ KRAAY, Hendrik. *Race, State and Armed Forces in Independence - Era Brazil: Bahia, 1790s – 1840s*. Califórnia: Stanford University Press, 2001. Ver também do mesmo autor: Repensando o recrutamento militar no Brasil Império. Apud: Revista Diálogos. Vol. 3, n.º 3, 1999.

demais companhias criadas durante toda a segunda metade do século XIX, essas práticas, em maior ou menor grau, proliferaram por toda a extensão do império.⁴⁵⁶

Desse modo, questões envolvendo o recrutamento não poderiam deixar de emergir nas discussões sobre as leis que fixavam as forças de terra e mar nos diferentes debates legislativos, tal a gama de interesses e disposições que permaneciam em jogo.

No entanto, para além dessa questão, os artigos que demandaram questionamentos e uma série de intervenções explicativas de Rodrigues Torres foram os artigos: 4º - *Só poderiam ser Aspirantes os discípulos da academia de Marinha que tivessem concluído o primeiro ano matemático e Guardas-Marinha aqueles aprovados nos três primeiros anos do curso; e sucessivamente o art. 5º - que autorizava o governo a criar sucessivamente quatro companhias de aspirantes marinheiros, organizadas de acordo com as conveniências do serviço do mar, respectivamente*. Podemos perceber que em ambos os artigos a palavra “aspirante” aparece como uma necessidade à formação das categorias dos Guardas-Marinha e Marinheiros. Esse ponto foi alvo de intensas críticas, em face do desconhecimento de alguns senadores sobre a especificidade, o sentido, e o que significava a palavra aspirante inserida naquele contexto.

Em buscas realizadas junto aos dicionários da língua portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, e da língua brasileira de Luiz Maria da Silva Pinto, ambos do século XIX, não foi possível encontrar o verbete “aspirante”. Todavia, nas referências citadas pudemos verificar a existência do verbo aspirar que significa “*desejar, obter*”.⁴⁵⁷ Ao que parece, foi esse sentido aproximado do verbo *desejar* que delimitou a percepção dos senadores para compreender o substantivo *Aspirante*.

⁴⁵⁶Ver no Arquivo Nacional, Série Marinha: Arsenais dos Diversos Estados (XVIII M), Socorros de Marinha- Corpo de Fazenda (XVII M), Inspeção do Arsenal da Corte (V-M).

Ver também em diferentes trabalhos acadêmicos com enfoque na Marinha Imperial já citado no capítulo I: FONSECA, Paloma Siqueira. *A presiganga real (1808-1831): punições da Marinha, exclusão e distinção social*. Dissertação de Mestrado em História. UNB, 2003. ANTUNES, Edna Fernandes. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a Marinha de Guerra Imperial (1822-1870)*. Dissertação de Mestrado em História, UERJ, 2011. JEHA, Silvana Cassab. *A Galera Heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e imperial do Brasil, c. 1822-1854*. Tese de Doutorado, PUC/RJ, 2011. LIMA, Solyane Silveira. “Recrutá-los jovens”: a formação de aprendizes marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905). Tese de Doutorado em Educação, UFMG, 2013. SANTOS, Wagner Bueno dos. *A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2016. Entre outros...

⁴⁵⁷Dicionário do padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Tomo 1º de A - L. Lisboa, ano M. DCC. LXXXIX.

Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299220#page/1/mode/1up>. p.14.

Contudo, nas discussões empreendidas sobre o artigo quarto ficou nítido, pela abordagem adotada pelos senadores, que ser *aspirante* era aquele indivíduo que desejava alcançar o posto de oficial de Marinha; diferentemente do sentido semântico e daquilo que observaram os legisladores para o artigo quinto, conforme iremos nos ater adiante.

Por agora é importante chamar atenção para o fato de que os dois artigos, na forma em que foram concebidos e descritos, evidenciaram a preocupação com a organização e formação profissional dos dois grupos, nesse momento ainda percebidos como “homens do mar”. Ao que parece, por intermédio desses artigos, percebemos uma aproximação da ideia, ou pelo menos um caminhar junto entre, a intenção daquilo que estava inserido na proposta de Salvador Maciel, e aquilo que Rodrigues Torres ainda imaginava concretizar para dar sentido e “nova” organização militar às praças da Marinha imperial. Esse aspecto pode ser observado por intermédio do encaminhamento e defesa do artigo, originariamente ideia de Salvador Maciel por Rodrigues Torres.⁴⁵⁸ O conjunto de ideias por ele defendidas em seu relatório ministerial apresentado em 24 de maio de 1833 ao legislativo constava de referências onde oferecia *conveniente incentivo aos oficiais da Armada Nacional, ao mesmo tempo obste aos abusos do favor*. Nos artigos que se seguem a essa proposta, Rodrigues Torres deixa transparecer sua preocupação com a necessidade de promoção dos quadros de oficiais aqueles indivíduos que tenham demonstrado conhecimentos práticos de sua profissão, aprovação nas matérias teóricas. Além disso, nos artigos que seguem em citação ficou transparente a orientação por novas promoções àqueles oficiais que tenham adquirido “experiência” em comando, todavia mantendo antigos requisitos aristocráticos como a antiguidade e honradez:

Art. 7º - O governo fica livre para promover qualquer oficial de cada uma das classes designadas nos artigos antecedentes ao posto imediato, uma vez que, além das condições marcadas nos mesmos artigos, tenha obtido dos comandantes com que houver servido boas informações de conduta, subordinação, zelo pelo serviço nacional e reconhecida capacidade para desempenhar as funções do posto, a que haja de ser promovido (...)

⁴⁵⁸ Vale aqui enfatizar que foi o próprio Rodrigues Torres, em defesa da proposta de criação das companhias fixas junto ao Senado, em 1833, que reiterou a ideia original à Salvador José Maciel, conforme será observado adiante.

Art. 8º - Ninguém será promovido a Capitão de Fragata, que não tenha como Capitão Tenente servido um ano, ao menos, e comandado dois anos navios de guerra.

Art. 9º - Ninguém será promovido a Capitão de Mar e Guerras e não tiver servido dois anos no posto imediatamente inferior, e comandado três anos navios de guerra.

Art. 10º - Ninguém será promovido ao posto de Chefe de Divisão, que não tenha servido três anos no posto imediatamente inferior e comandado quatro anos navios de guerra.

Art. 11º - Ninguém será promovido a Chefe de Esquadra, que não tenha servido quatro anos no posto de Chefe de Divisão, e comandado seis anos navios armados, dos quais deve ter tido comando de uma divisão de três vasos pelo menos.

Art. 12º - O tempo de serviço exigido nos artigos antecedentes, para passar de um a outro posto, poderá a arbítrio do governo ser reduzido a metade em tempo de guerra e em favor daqueles oficiais que nela se houverem distinguidos.

Art. 13º - Do posto de Capitão Tenente para cima nenhum oficial, que estejam designados nas condições dos artigos antecedentes, poderá ser promovido senão seguindo a ordem invariável de sua antiguidade (...)

Art. 17º - O comando de nenhum dos navios armados das três primeiras classes poderá ser dado senão a oficiais superiores, excetuado o caso em que por qualquer acidente seja forçoso confiar interinamente a oficial menos graduado. *Os outros navios poderão ser comandados por primeiros tenentes da Armada Nacional.*⁴⁵⁹

A longa exposição dos artigos, assim como a exclusão de outros, foi necessária em função daquilo que estamos propondo como chave de leitura para estabelecer um ponto de intersecção entre as intenções de Maciel, no que dizia respeito às formas de organização dos corpos da Marinha: “*seria de grande utilidade uma lei, que fizesse extensivas reformas aos oficiais marinheiros e marinheiros*”.⁴⁶⁰ E aquilo o que Torres

⁴⁵⁹RMM. Rodrigues Torres, maio de 1833, pp. 19-21. O grifo em itálico e nosso.

⁴⁶⁰RMM. Salvador José Maciel, 1833, pp. 5-6.

Dentre algumas medidas tomadas por Salvador Maciel enquanto esteve à frente do ministério da Marinha destacamos: Em 11/03/1836, mandou criar no quartel General de Marinha, dois livros; um para registro de todos os oficiais, com as comissões que desempenhavam e o modo pelo qual as desempenhavam; outro, um livro mestre dos oficiais marinheiros. Em 08/04, determinou que os recrutas para a artilharia da Marinha fossem separados do exército. Em 04/05, mandou admitir como praticantes somente os aprovados no 1º e 2º anos da Academia de Marinha. Ainda no mesmo mês, no dia 14/05, nomeou o carpinteiro do Arsenal de Marinha, Joaquim José Ribeiro Pereira, a embarcar para a Europa a fim de instruir-se no uso das máquinas mais próprias à sua arte. Nos dias 07 e 15 de junho respectivamente: designou o número de praças que deviam existir a bordo dos navios desarmados, mandou despedir os praticantes sem idoneidade. Concedeu gratificações: aos oficiais encarregados do ensino dos menores, aos padres capelães encarregados do ensino religioso e educação moral, ao mestre escola, ao inferior encarregado dos exercícios militares. E no dia 22/06, fixou a gratificação ao professor de desenho do Arsenal. Nos dias 06 e 25/06, expediu ofícios aos presidentes das províncias que enviassem à Corte rapazes de dez a catorze anos completos para assentar praça na Armada (não encontramos as referidas documentações). Em 29/06, determinou a contratação para a bordo de um número conveniente de cozinheiros. Em 11/08, determinou a todos os comandantes dos navios que em caso de embarque de

articulava, em relação às companhias fixas: “*uma **vantagem real**, que produziria a organização dos nossos marinheiros em corpos permanentes*”.⁴⁶¹

A experiência manifestada por intermédio da proposta de Rodrigues Torres, a nosso ver está relacionada ao acúmulo do labor profissional adquirido pelos oficiais, oriunda da formação acadêmica teórica via academia dos Guardas-marinha e prática, quando estes se encontravam embarcados. No entanto, essas experiências vividas pelos oficiais, no que dizia respeito às diferentes relações estabelecidas entre os diferentes corpos da Armada, a bordo dos navios e no Arsenal de Marinha,⁴⁶² percebida por Torres e sentida por Maciel eram diferentes em relação àquelas experimentadas por ambos em seus processos de metamorfose política. Eles eram respectivamente um “político” com estreitas e íntimas ligações militares, e um “militar” com estreitas e íntimas ligações políticas; ambos, com experiências vividas e percebidas em arenas e campos simbólicos diferentes. Contudo, não haviam entrado em contato com a experiência catalisadora social mediada diretamente pelos oficiais originárias e específicas do trabalho naval, configurada em suas relações de sociabilidade e interdependência com os quadros da marinhagem; exceto, por intermédio dos relatórios e correspondências/ofícios encaminhados originariamente pelo inspetor do Arsenal de Marinha, ou diretamente aos ministros, ou ainda, pelos presidentes de províncias, com outras “experiências” oferecendo sugestões, ou na maioria das vezes, reclamações.⁴⁶³

Como exemplos, temos o caso de diferentes ofícios encaminhados durante o ano de 1826, em período anterior a Salvador Maciel e Rodrigues Torres. Um deles do primeiro tenente Luiz Antonio da Silva Beltrão dirigido ao ministro da Marinha da época, Francisco Vilela Barbosa, seguindo pelas mãos do inspetor do Arsenal de Marinha Francisco Antonio da Silva Pacheco. Nessa correspondência o primeiro tenente, que era também construtor, oferecia um plano para minimizar os riscos

indivíduos presos, fosse comunicado o fato ao chefe de polícia. Apud: BOITEUX, Lucas A. *Ministros da Marinha*. Op. cit., pp. 318-9.

Algumas dessas medidas foram também encontradas no AN, Série Marinha, Avisos do Ministro (1830-1842), XM-295, B2.

⁴⁶¹ RMM. Rodrigues Torres, 1838, pp. 28-9. Grifo em negrito e itálico é nosso.

⁴⁶² Referimo-nos aqui ao conjunto de correspondências e ofícios encaminhados pelos oficiais, ou reencaminhados por eles, endereçados aos diferentes Ministros da Marinha e aos oficiais superiores; contendo diferentes reivindicações de marinheiros. Alguns dessas correspondências serão observadas melhor adiante, neste; e no capítulo seguinte.

⁴⁶³ AN. Série Marinha. XM 295 Avisos do Ministro (1830-1841), Fundo B2. Envio de Relatórios dos trabalhos da Intendência da Marinha da Bahia e Pernambuco e seus empregados atendendo a portaria de 14/1832 do ministro Joaquim José Rodrigues Torres.

oferecidos por uma nau. Sua preocupação era a adequação do maquinário às especificidades das funções desempregadas pela tripulação. O oficial aspirava que seria de vital importância um aprendizado anterior dos marinheiros sobre o uso e manejo das diferentes equipagens a bordo.

Outro exemplo, ocorrido no mesmo ano: o inspetor do Arsenal reclamava diretamente ao ministro sobre o engajamento de Justino José Luiz na Armada. Sendo ele ferreiro de ofício, exercendo suas atividades na oficina do Arsenal com mais de cinco anos de experiência, solicitava que o mesmo fosse devolvido.⁴⁶⁴ Um terceiro caso, no contexto da permanência de Torres à frente da pasta da Marinha foi uma correspondência enviada ao então Inspetor do Arsenal Francisco Bibiano de Castro pelo comandante da Barca Brigue São Cristovão, Alexandre R. dos Anjos, solicitando a substituição de marinheiros. Segundo o referido oficial, aqueles que haviam sido enviados “*não correspondiam às necessidades cotidianas, sobrecarregando os demais e atrapalhando o bom andamento do serviço de bordo.*” Alexandre dos Anjos terminava solicitando “*que sejam enviados novos recrutas que já tenham habilidades condizentes as atividades de marinhagem.*”⁴⁶⁵ Nem sempre, até onde nos foi possível verificar, especificamente no primeiro e terceiro casos, as sugestões eram aceitas ou respondidas. Mas no segundo caso, este sim, foi atendido.

Esses e outros casos encontrados na documentação reforçam a hipótese de que a oficialidade da Marinha não estava alheia aos rumos que estavam sendo adotados pela administração naval; pelo contrário, faziam uso dos repertórios disponíveis com base nas experiências históricas vividas por eles nos quartéis e a bordo das embarcações para tentar influenciar nas tomadas de decisão a níveis ministeriais e de governo com claros objetivos de alterar as relações de trabalho, principalmente a bordo das embarcações, onde essas relações se intensificavam e tornavam-se mais complexas. Em suma, consideramos que os oficiais desempenharam também um papel relevante na reestruturação da Armada, não apenas como indivíduos nela inseridos, compondo a estrutura institucional, mas também como força estruturante, apontando com isso o vigor e dinamicidade de questões históricas e políticas envolvendo a Marinha Imperial.

⁴⁶⁴AN. Série Marinha. XM 793 - Inspetoria do Arsenal de Marinha, fundo B2.

⁴⁶⁵AN. Série Marinha. XM 178 - Inspetoria do Arsenal de Marinha da Corte, fundo B2.

Esse aspecto fica claro quando percebemos a preocupação do tenente e construtor Luiz Antonio e do comandante Alexandre dos Anjos com as dificuldades de adequação da complexidade do trabalho naval exigido a bordo, assim como da qualidade técnica do pessoal de marinhagem empregado para determinadas execuções. Em síntese, todavia, resguardadas algumas intencionalidades, era isso que Salvador Maciel e Rodrigues Torres passaram a defender, em outro campo de batalha.

Todavia, a prática que era comumente e constantemente realizada fazia parte da liturgia do cargo, ou seja, os indivíduos escolhidos para ocupar os cargos de ministro de Estado circulavam em diferentes espaços do poder estatal e galgavam postos mais altos da administração pública, conforme aponta José Murilo de Carvalho.⁴⁶⁶ Nesse sentido, cada vez mais se distanciavam das experiências percebidas pelos oficiais, ou melhor, ressignificavam-nas ao serem orientados por convicções históricas, sociais, políticas e ideológicas de fórum individual, permeadas muitas vezes pelo *habitus* da classe social da qual faziam parte. Os casos citados, associados ao distanciamento da experiência histórica dos oficiais nos quartéis e embarcações, remetem às dificuldades e tensões constantes enfrentadas pelos ministros da pasta na complexa condução de suas atividades.

Após esse parêntese, retomamos as discussões sobre os artigos 4º e 5º no Senado, cuja proposta, como será percebida adiante, não lograria êxito, especialmente para os marinheiros.

O senhor José Saturnino, membro da comissão de Marinha e Guerra do Senado, fazendo valer suas prerrogativas, iniciou a sabatina perguntando sobre o estado geral da Academia de Marinha em face da associação com a Academia Militar. O ministro então passou a informar que o processo de “fusão” não havia logrado êxito, devendo a academia ser posta no estado que estava antes. Esse processo, segundo Torres, *tem-se mostrado que foi máo*,⁴⁶⁷ motivado pelo parecer de lentes que ficaram responsáveis pela “reforma” das academias, concluindo:

Reforma que não tem preenchido as vistas e a intenção do governo; e a Academia dos Guardas-Marinha deixou de existir então como assim também deixou de existir a Companhia; por que em minha opinião a Academia Militar e a dos Guardas-Marinha de certo que estavam em melhor estado do que hoje.⁴⁶⁸

⁴⁶⁶ CARVALHO. José Murilo de. *A construção da ordem*. Op. Cit.;

⁴⁶⁷ Anais do Senado, 1833. Op. Cit.; Ministro Rodrigues Torres, p. 114.

⁴⁶⁸ Idem

O Ministro Rodrigues Torres tinha consciência em relação àquilo que acabara de expor. Afinal, colocou-se imerso em um diálogo crítico sob o qual transitava há algum tempo em ambos os lados de uma mesma moeda (como lente da Academia dos Guardas Marinhas e Ministro da Marinha). O representante da Comissão, no entanto, não ficou satisfeito com a resposta e questionou sobre a inconveniência de um artigo que versava sobre a habilitação e o tempo de duração do curso constituída por uma instituição cuja extinção comprometia o processo, inclusive sobre a necessidade ou não de embarque como requisito à formação do Guarda-Marinha. Nesse momento, em coro, outros Senadores clamaram: “*Não, não é preciso embarque!*”

O Senador José Saturnino, como membro da Comissão do Senado para a Marinha e Guerra, sabia bem sobre aquilo que estava perguntando e a propriedade de seus questionamentos. Propunha de forma direta que seus principais interlocutores fizessem uso de um raciocínio dialético que buscava um caráter distintivo e válido. Foi assim que, especificamente sobre esse artigo, colocou-se a falar por mais oito vezes, todas elas de questionamento, e demonstrando preocupação com a formação dos Guardas-Marinha, chegando a propor uma emenda, que ao final do artigo em discussão fosse acrescentado: *e um embarque!*⁴⁶⁹ Apoiada!

Outro Senador, Marquês de Barbacena que já havia se manifestado nas discussões dos primeiros artigos, reacendeu os debates sobre o tempo de duração do curso na academia dos Guardas-Marinha:

Entendo que é muito bem estabelecida esta dificuldade do artigo para dar-se a graduação de aspirante, ou de guarda-marinha, exigindo maior habilitação científica do que até agora se fazia. Quem tiver um ano de estudo é aspirante, e quem tiver três anos é Guarda-Marinha. Pela emenda do nobre Senador é preciso ter quatro anos, porque um ano será de embarque; e se três anos já é muito para ser bom oficial de marinha na parte científica, para que o quiserem-se mais um? Vamos cair no mesmo defeito que havia na Academia Militar que para ser bom oficial de artilharia era preciso ter sete anos de estudo; nós não tratamos de fazer agora os estatutos das Academias, mas de regular meramente a admissão de aspirantes, e guardas-marinha de um modo vantajoso ao serviço e aos indivíduos.⁴⁷⁰

Para Rodrigues Torres, no entanto, dois anos seria o tempo necessário para a formação de um oficial de Marinha, sem, contudo deixar de criar uma escola a bordo;

⁴⁶⁹Ibidem, José Saturnino da Costa Pereira, p. 115.

⁴⁷⁰Ibidem, Marquês de Barbacena.

mas que receava ser mal interpretado, cujos exemplos vindos da Inglaterra e dos Estados Unidos embasavam sua proposta:

É a bordo dos navios mesmo que eles se habilitam para exercerem este árduo serviço; é necessário mesmo que eles se habilitem a viver sobre o mar mandando-os para ali de 10 e 11 anos e não com grande idade.⁴⁷¹

Mas, como a academia encontrava-se ainda em “reforma” e consequentemente não estando organizada para cumprimento dessa diretiva, julgou que, com efeito, três anos seria tempo mais que suficiente para a formação de um oficial, sendo demasiado se exigir mais que isso. Essa proposta complementava Torres em sua justificativa, e em linhas gerais iria de encontro a uma lei anterior que exigia nobreza para os postulantes aos cargos de Guardas-Marinha. Contudo, para o Senador Marquês de Caravelas (José Joaquim Carneiro de Campos, Senador pela Bahia), há muito essa lei não fazia sentido, afinal:

Eu acho que essa lei por sua natureza caiu pela lei das leis, que é a Constituição, a qual não exige nobreza para emprego algum; exige unicamente talento, virtude e capacidade para os empregos, aliás, destruída estavam as igualdades perante a lei: portanto não haja esse receio. Voto, pois, ou que passe a emenda, ou que se elimine o artigo, o que é melhor, porque essa lei que se receia já não existe.⁴⁷²

Para José Honório Rodrigues a segunda geração de senadores, aqueles que ocuparam espaços após 1826, já não tinham mais nada com a aristocracia, embora fossem defensores do sistema monárquico-representativo.⁴⁷³ Contudo, vale ressaltar que a aristocracia brasileira sempre esteve presente nas duas casas legislativas. Uma série de acontecimentos políticos em 1832, em levantamento realizado junto ao compêndio de Organizações e Programas Ministeriais (1822-1889) elaborado pela Câmara dos Deputados, podemos observar que durante o primeiro reinado foram agraciados com títulos nobiliárquicos (Marquês e Viscondes) 24 senadores (1840).⁴⁷⁴ Outra fonte, a Galeria dos Brasileiros Ilustres Volumes I e II de S. A. Sisson, da Coleção Brasil 500 anos, nos ajuda a reforçar uma ideia contrária àquelas explicitadas pelo Marquês de

⁴⁷¹ Anais do Senado, Rodrigues Torres, Sessão de 06 de Julho, p. 116.

⁴⁷² Anais do Senado, Marquês de Caravelas, Op. Cit p. 118.

⁴⁷³ RODRIGUES, José Honório. Ob. Cit. p. 172.

⁴⁷⁴ Organização e programas ministeriais desde 1822 a 1889. Trabalho organizado pela Secretaria da Câmara dos Deputados. Ob. Cit.

Caravelas e por Honório Rodrigues de que os ocupantes do Senado de uma segunda geração não tinham mais a aristocracia como meio e fim.⁴⁷⁵

Como uma organização baseada em privilégios, a aristocracia não poderia ser extinta apenas pela vontade alheia de um ou de outro, pois antes de tudo trata-se de um aglomerado, um grupo de pessoas privilegiadas em sua maior parte detentoras de merecimentos, sem nenhum juízo de valor aqui embutido, no mínimo duvidoso.⁴⁷⁶

Para além dessas constatações, lutavam diuturnamente pela manutenção do “espírito de corporação” e caráter clientelístico que os uniam. Por mais que as Regências não tenham outorgado títulos nobiliárquicos, entendidos por nós como sendo um dos símbolos de maior representação aristocrática, outros elementos atuantes em uma cultura política forjada por uma economia baseada na monocultura, no trabalho escravo e na propriedade privada exerceriam a função desagregadora dos ideais de igualdade; dentre esses, a falta de instrução, o trabalho servil e a pobreza.

A nosso ver, os discursos do Marquês de Caravelas e os escritos de José Honório Rodrigues, em especial naquele, e para aquele momento histórico e político, ao se decretar o fim da aristocracia como elemento ainda presente e atuante nas práticas políticas do Senado Imperial, não passa de uma técnica argumentativa que procurou impor a todos os públicos racionais a persuasão e o convencimento como parte da base de suas argumentações.⁴⁷⁷ Essa técnica argumentativa, baseada na persuasão e no convencimento, também permeou toda a discussão do artigo 4º, e mais ainda, aquelas voltadas ao artigo 5º, que versavam sobre a criação de quatro Companhias de Aspirantes Marinheiros. A discussão desse artigo, em face do prolongamento das

⁴⁷⁵S. A. Sisson. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Coleção Brasil 500 anos. DF: Senado Federal, 1999.

⁴⁷⁶ O conceito aqui trabalhado de aristocracia faz parte de nossas reflexões frente a diferentes leituras. Dentre elas destacamos os três primeiros capítulos do livro: Fragoso, João; Bicalho, Maria Fernanda; Gouvêa, Maria de Fátima Silva (org.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001. Nesses capítulos, os autores discutem as estratégias utilizadas pelas “melhores famílias da terra” em busca do enriquecimento diante de uma economia denominada de “bem comum,” caracterizada pela distribuição de benesses e práticas de clientelismos e privilégios.

Assim como: ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. Destaque para o capítulo IV: Particularidades da figuração aristocrática de corte, pp. 85-96. Nele, Elias discorre sobre a importância do dinheiro e as diferentes formas de obtê-lo e mantê-lo como aspectos secundários; haja vista, a necessidade de autoafirmação da aristocracia. Por intermédio de onde conclui que nessa época (sécs. XVII e XVIII), o ethos dominante estamental era diferente daquele oriundo da burguesia capitalista, orientado pelo ethos econômico. Ver também: _____. *O Processo Civilizador, volume II. Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. Especialmente a parte 1: Feudalização e Formação do Estado, pp.15-90.

⁴⁷⁷ PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 29.

questões discutidas na sessão do dia 6, e pelo avanço do cansaço e hora descrita pelos senadores, foi remarcada para o dia 8 de Julho de 1833.

O ministro Torres, por exemplo, ao perceber que eventualmente seria questionado pelos membros da Comissão de Marinha e Guerra, e principalmente pelo Marquês de Paranaguá (Francisco Vilela Barbosa – que até aquele momento havia ocupado o Ministério da Marinha por três vezes, sendo uma interinamente por dois dias), procurou imediatamente afirmar que não sabia muito bem do que se tratava o artigo, que havia sido introduzido por iniciativa de um deputado autor da emenda. Não se opondo, dizia Torres: “*que seria conveniente o artigo, contanto que se dissesse em lugar de - aspirante de marinheiro - grumete, moço, marinheiros, etc.*”⁴⁷⁸

Essa afirmativa, ou melhor, a perspectiva adotada pelo Ministro de buscar por meio da persuasão uma causa que dizia não ser dele, mas que havia se convencido de sua utilidade desde que seja efetuada alteração de aspirante para marinheiro ou moço, reforça a ideia de que, por meio da retórica, o ministro buscava atingir o consenso daquela casa legislativa. Tratava-se de uma estratégia, pois certamente o ministro apoiava o artigo e, como tal, queria vê-lo aprovado, mesmo que com uma pequena alteração.

Na esteira das discussões, o Senador José Inácio Borges afirmava aos presentes: “*Custa-me a compreender o que seja aspirante de marinheiro - moço, pagem, grumete etc. eu sabia, mas aspirante! Ignoro.*”⁴⁷⁹ Esta não seria a única vez que tal questionamento seria ouvido pelo ministro da Marinha. O próprio representante da comissão do Senado para Marinha e Guerra José Saturnino dizia-se incomodado com esse termo; reproduzindo o pensamento de Inácio Borges. Mas, em sessão que antecedeu a essa, os mesmos senadores haviam se debruçado por horas em discussões envolvendo o artigo 4º, que tratava especificamente do acesso de *aspirantes* aos quadros de Guardas-Marinhas, e naquele instante, assim como em nenhum outro, pairou dúvidas sobre o que seria um aspirante a Guarda-Marinha!

Para elucidar em parte essa questão, uma participação importante, pela primeira vez desde que a lei foi posta em discussão, foi a do Marquês de Paranaguá (Francisco Vilela Barbosa). Quase ao final da sessão do dia 6 de julho, em tom discursivo, ele argumentava:

⁴⁷⁸ Anais do Senado, sessão de 08 de julho, Rodrigues Torres, p. 124.

⁴⁷⁹ Ob. Cit.; José Inácio Borges

Quando eu li este artigo, não pude entender qual era o seu fim, se era criar um viveiro de marinheiros, ou aquilo que os franceses chamam de – equipagem de linha – isto é reduzir os marinheiros a um corpo arregimentado. Se é, pois para se ter um viveiro, o sistema nada vale, porque o viveiro de marinheiro está nas pescarias e no comércio marítimo, ou em adaptarmos a prática que existia no reino de que nos separamos, que era haver nos navios de guerra a classe de pajens para o qual entravam rapazes de 8 ou 10 anos e começam pelos serviços de varrer e outros compatíveis com as suas forças, passando logo que iam se adiantando para grumetes, mancebos, etc. Resultado daí ter a Nação muitos bons marinheiros, mas entre nós não se pode conseguir isso porque as mães e os pais não os deixam sair de seu lado extremosos como são os brasileiros de certo não haverá quem queira dar um filho para uma vida tão arriscada em semelhante idade.⁴⁸⁰

O Marquês reafirmava com suas palavras algumas ações empreendidas anos antes pela Marinha, principalmente quando estava sob seu comando. Naquele momento, e em especial neste, como representante do Senado, Vilela Barbosa permaneceu alinhado em algumas ideias que iriam de encontro à proposta de Rodrigues Torres, ainda que esse insistentemente reafirmasse:

Eu já disse que não concebia o que queria dizer o artigo, mas lembrei de que ele podia passar com uma emenda de que o governo ficava autorizado a criar quatro companhias de grumetes, mas não eram para estar em terra, mas sim nos navios desarmados, quando nos armados não fossem necessários: mas não me diga que tal organização é incompatível porque a experiência tem mostrado que isso se pode conseguir e algumas Nações já o conseguiram e mesmo ultimamente no relatório de Mr. Charles Dupin se faz os maiores elogios à Marinha e se atribui o resultado de opulenta, a boa organização, a boa organização militar: todavia deve notar-se que a sua organização não pode ser verdadeiramente militar que não é o mesmo arranjar uma companhia de marinheiros a uma companhia de soldados.⁴⁸¹

Nota-se que entre ambos pairavam duas questões. Uma explícita, e que salta aos olhos quando analisamos a leitura dos dois discursos, e suas trajetórias. Vilela Barbosa e Rodrigues Torres eram políticos e carregavam em si todas as prerrogativas que o adjetivo a eles imputava. Somando-se a isso, uma clara orientação que era delimitada por campos e forças políticas contrárias. Enquanto Vilela Barbosa – militar e marquês - era um representante da política absolutista de amplo acesso aos círculos palacianos, Rodrigues Torres - redator e deputado - ainda *moderado*, em processo de metamorfose política, se posicionava contrário a todo e qualquer tipo de poder absoluto, fosse ele

⁴⁸⁰Op. Cit., Marquês de Paranaguá, p. 125.

⁴⁸¹ Anais do Senado, Rodrigues Torres, sessão de 6 de julho, p. 125.

exercido por um Rei, por sua aristocracia ou pelo uso excessivo da liberdade, pois esta em excesso traria consigo, em sua avaliação, o poder de iludir os homens.⁴⁸² Referiam-se entre si de maneira sempre muito respeitosa, em todas as sessões do Senado, no entanto sem evitar o embate.

A oratória, pelo que pudemos constatar pela leitura das fontes, era o ponto forte de ambos. O conhecimento sobre a organização e administração da Marinha era nítido, pois compartilharam a pasta desde a emancipação política pelos menos cinco vezes até aquela sessão de julho de 1833. O revezamento entre ambos se daria mais uma vez na década de 1840, em outro momento histórico e político. Vilela Barbosa, enquanto Ministro, esteve à frente do ministério desempenhando importante papel no sentido de buscar organizar a Secretaria por intermédio de uma ordenança.⁴⁸³ Rodrigues Torres, por sua vez ministro, mostrava a necessidade de condicionar as equipagens uma “organização militar” responsável pela permanência de pessoal e sua disciplina, contra a insubordinação.⁴⁸⁴

Outra questão, agora implícita entre Vilela e Torres, não estaria ligada diretamente ao campo das forças políticas, ainda que pudesse por elas ser cotejada. Tratava-se das atividades de Rodrigues Torres enquanto lente da Academia Militar iniciada em 1826. De acordo com João Lyra Filho, Rodrigues Torres não era bem visto pelas autoridades militares em evidência, que reprovavam as ideias liberais até então por ele sustentadas.

Eram ideias difundidas ainda com maior vigor nos Estados Unidos, onde tinham como adeptos principais Jefferson, Washington e Franklin. Até o ano de 1831, o da abdicação do Imperador, ele falava e escrevia sobre política, conquanto não militasse em nenhuma das hostes partidárias então existentes; falava e escrevia assuntando os conhecimentos capitalizados na leitura das publicações internacionais, que lhe davam conta das variações ideológicas em curso no mundo.⁴⁸⁵

Ainda segundo Lyra Filho, foi na academia Militar que Torres conheceu como aluno ouvinte de suas aulas o recém-formado Guarda-Marinha Teófilo Ottoni. A doutrinação de Rodrigues Torres empolgava Ottoni, sobretudo quando o lente se referia a Jefferson. Ottoni prestava atenção ao que aprendia com o mestre sobre os assuntos

⁴⁸² *O Independente*, 3/3/1832.

⁴⁸³ RMM, 1830, Francisco Vilela Barbosa.

⁴⁸⁴ RMM, 1832, Joaquim José Rodrigues Torres.

⁴⁸⁵ FILHO, João Lyra. Ob. Cit.; p. 42.

políticos e sociais daquele tempo. O mestre e seu discípulo, senão correligionários na interpretação de Lyra Filho, tornaram-se também amigos.

Essa aproximação não foi bem vista por Vilela Barbosa, principalmente por ter Ottoni se colocado em oposição ao governo. Como ministro da Marinha, procurou castigá-lo nomeando-o para servir no alto-Amazonas e depois da Divisão Naval de leste na Costa da África. Sob forte pressão, o então 2º tenente Teófilo Ottoni solicitou seu desligamento da Marinha. Para Lucas Boiteux:

Ottoni, brioso e altaneiro, não se submeteu à prepotência do ministro, ao reconhecer no ato dessa autoridade a eiva de uma perseguição estúpida (...) perdeu a Marinha um belo ornamento, mas ganhou a engenharia e o magistério nacionais um notável profissional.⁴⁸⁶

Esse fato certamente deixou marcas e rugas no relacionamento social e político de Vilela Barbosa e Rodrigues Torres. No entanto, para concluir que o artigo não deveria passar e antecipando-se aos demais deixando claro seu voto contrário, o Senador Vilela Barbosa enumerou algumas outras questões:

Ora, se o fim é querer-se talvez imitar a marinha russa e francesa isso é difícil pela incompatibilidade que há de marinheiros serem ao mesmo tempo militares (...) os soldados não gostam de andar um dia fardados e calçados e de arma ao ombro e no outro dia descalços baldeando, dando alcatrão nos cabos, ferrando o pano etc. Eu mesmo no tempo em que era ministro tentei ver se conseguia uma semelhança desse serviço, isto é, ver se nossos artilheiros eram ao mesmo tempo marinheiros (...) ofereci mais meio soldo como gratificação, mas nenhum quis prestar-se a esse serviço de forma alguma. (...) mas entre nós que nos falta não só gente para marinheiros como para a artilharia de marinha que conservamos, como criar quatro companhias de tais aspirantes? Demais temos de considerar as despesas que bem calculada andarão para mais de 60 contos por ano.⁴⁸⁷

As argumentações acima só têm significado quando se pretendiam ser válidas aos olhos de todos os demais Senadores. Eram questões pertinentes sem dúvida, mas carregadas de uma dose considerável de preconceitos, principalmente quando diante de um mesmo quadro procurava menosprezar os marinheiros. Afinal, tanto os soldados de artilharia, quanto os marinheiros eram arregimentados do mesmo grupo social.

⁴⁸⁶ BOITEUX, Lucas. *Ministros da Marinha*. Ob cit.; p. 145

⁴⁸⁷ Anais do Senado. Marquês do Paraná, p. 126.

Aos olhos do Marquês os hábitos dos exercícios aplicados aos soldados tornavam-nos inaptos ao serviço de marinheiros, que pouco exigia, exceto maior flexibilidade. Ou seja, a criação de uma companhia de aspirantes marinheiros seria desnecessária pelo simples fato de que ser marinheiro pouco, ou quase nada representava. As outras questões serviram apenas como pano de fundo para encobrir que se tratava de uma posição contrária à constituição de um corpo de marinhagem mais especializado. Afinal, não fazia sentido naquele momento histórico e político proceder com tal investimento profissional, segundo aquilo que as considerações do ministro apontam.

Esse voto contrário do senador Vilela Barbosa, assim como toda a sua argumentação, teve peso importante no andamento das discussões no Senado. Após uma breve interrupção de dois dias, foram retomados na sessão do dia 8 de Julho os trabalhos naquela casa legislativa sob a presidência do senador Bento Barroso Pereira. Pelo que pudemos observar esses dois dias foram importantes para que Rodrigues Torres pudesse refletir sobre tudo aquilo que ouviu e procurasse por intermédio de uma boa argumentação demover o clima de insatisfação que o discurso argumentativo de Vilela Barbosa teria causado.

O Ministro Rodrigues Torres iniciou seus comentários chamando atenção para o fato de que o artigo 5º realmente precisava de uma emenda, mas que gostaria primeiro de responder uma a uma as questões levantadas “*por um dos nobres membros desta Câmara,*” referindo ao Marquês de Paranaguá. Foram cinco as dificuldades apresentadas pelo senador à aprovação do artigo 5º: falta de pessoal para o serviço das companhias; aumento do soldo e por consequência aumentos generalizados dos demais corpos; incompatibilidade entre serviço de marinheiro e artilheiro; aumento da despesa; e a obrigação do soldado fazer o serviço do marinheiro.

Para o ministro a falta de pessoal sempre foi um problema, mas afirmava que não seriam os pescadores a solução, pois estes não possuiriam a prática necessária para o serviço de bordo. A solução seria arregimentar os marinheiros da marinha mercante e dentre esses escolher aqueles que melhor poderiam guarnecer os navios de guerra, desde que as companhias já estivessem organizadas e proporcionando a eles os meios de exercitarem-se nas embarcações fundeadas no porto de seu aquartelamento.

O que Torres estava defendendo, ainda que não tivesse sido o criador do artigo, pois se tratava da ideia de Salvador Maciel, já havia entrado em processo de execução; sendo realizado timidamente a bordo do brigue *Imperial-Pedro*. Por intermédio de uma autorização do próprio Rodrigues Torres, anos antes, enquanto ministro da Marinha,

para funcionamento a bordo dessa embarcação de uma escola de primeiras letras para instrução da equipagem.⁴⁸⁸

Para a segunda questão Torres defendia a ideia de que não há “ciúmes” na Marinha sobre a diferença de vencimentos entre seus corpos, pois afirmava que todos sabiam que os artilheiros da Marinha recebiam menores soldos em relação à marinhagem. Todavia, elevar os vencimentos da marinhagem de guerra traria sérias consequências, pois implicaria elevar os vencimentos da Marinha Mercante, enfraquecendo esse ramo industrial.⁴⁸⁹

Usando como exemplo a Marinha Francesa, Rodrigues Torres informava que não se tem achado tal inconveniente. Leu um artigo por ele trazido sobre essa organização, que dizia:

Que os marinheiros desta divisão aprendam, além do serviço de artilharia o manejo da obre de infantaria, mandam que tenham exercícios e não é provável que se encontrassem grandes dificuldades; além de que entre nós, os marinheiros por falta de soldados de artilharia estão sendo exercitados no serviço de artilharia da Marinha.⁴⁹⁰

Concluindo: “*se nós achamos que é impossível que um marinheiro faça o serviço de artilharia e fuzilaria entre nós não devem haver marinheiros com instrução e conhecimentos necessários.*”⁴⁹¹ Com esse tipo de argumentação, o ministro reiterava a necessidade de uma formação militar holística para a marinhagem, tornando esse corpo conseqüentemente mais profissional. Quanto ao aumento das despesas, Rodrigues Torres foi enfático em afirmar que as despesas realmente aumentariam, mas que os benefícios extraídos dessa nova forma de organização seriam maiores: “*Que será este aumento de despesa em comparação da utilidade que pode resultar?*”⁴⁹²

Mais uma vez o Ministro Torres utilizava o exemplo da marinha francesa para defender a criação das companhias, posicionando-se contrário às observações feitas pelo Marquês de Paranaguá sobre as dificuldades do soldado em fazer as tarefas dos marinheiros. Reafirmava que estes estão organizados militarmente, por consequência esse inconveniente não provaria nada contra a nova organização.

⁴⁸⁸ BOITEUX, Lucas Alexandre. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Ob. Cit. p.232.

⁴⁸⁹RMM, 1833. Rodrigues Torres.

⁴⁹⁰ Anais do Senado, sessão de 8 de Julho, Rodrigues Torres, p. 128.

⁴⁹¹ Op. Cit.;

⁴⁹² Idem.

Após dedicar-se aos contrapontos, Torres passou então a enumerar as vantagens na criação das companhias:

A primeira seria de se ter um viveiro de marinheiros para servir a bordo dos navios de guerra concorrendo para evitar o recrutamento de homens junto à Marinha mercante. O recrutamento se daria junto a outros grupos que receberiam instrução e prática no quartel antes de tripular os navios. Nessa esteira, defendia que com essa medida outra vantagem seria a permanência desses homens na Marinha. Os recrutados, afirma o ministro, recebem a instrução e experiência prática, no final de dois anos vêm à terra e se envolvem em outras atividades, deixando de lado a vida do mar. Com essa medida está claro que a fixação desses homens às fainas se daria por intermédio de um rigoroso controle disciplinar associado à vigilância por intermédio do aquartelamento; experiências que foram sendo adquiridas por intermédio de um modelo bastante conhecido pela Marinha no Brasil, das presigangas. O Ministro Torres citava, defendendo o artigo, os planos postos em ação pelo Ministro e Almirante Regni sobre a organização dessas companhias organizadas militarmente:

Estou convencido e a prática me tem amplamente demonstrado que a melhor maneira de organizar o pessoal da marinha consiste em formar corpos permanentes constantemente ligados aos corpos da marinha.⁴⁹³

Por esse e outros aspectos, ficou evidente a admiração e influência do modelo francês de organização militar que defendia Rodrigues Torres. A historiadora Sabina Loriga destacou no artigo – *A experiência Militar* – que entre os anos de 1805 e 1807 os estudantes universitários e ginasiais da França eram enquadrados em companhias especiais, recebendo uniformes e praticando exercícios militares por um período de até quatro horas semanais. Essa experiência propiciou anos depois a criação do *régiment des pupilles de la Garde*, um corpo especial de seis mil rapazes entre quinze e dezoito anos.⁴⁹⁴

Ainda, no entendimento de Sabina Loriga:

Imersos desde a infância no mundo do trabalho, muitos jovens vestiam a farda sem nunca ter passado pela escola (...). Na segunda metade do século XIX, o exército realizou uma importante obra de alfabetização da população masculina. Na França, a ideia de instruir

⁴⁹³ Idem, p. 129.

⁴⁹⁴ LORIGA, Sabina. *A Experiência Militar*. Apud: LEVI, Giovanni e SCHMITT. Claude. *História dos Jovens* 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

os jovens cidadãos analfabetos remonta à Revolução, quando a convenção decidiu abrir cursos de leitura, escrita e aritmética, nos navios da República, mas graças à iniciativa de alguns oficiais superiores (...). Em 1816, foram fundadas as primeiras escolas nos quartéis e, quinze anos mais tarde, os cursos para soldados analfabetos passaram a ser obrigatórios. (...) A reflexão sobre a educação militar, iniciada já no século precedente, sublinhava a função “nacional” que ela exercia.⁴⁹⁵

Como poderão ser verificadas adiante, muitas eram as similaridades e vantagens defendidas por Torres àquelas medidas adotadas e consolidadas na França. A criação das companhias de aspirantes marinheiros tal como apresentada no artigo 5º não citava a idade de ingressos desses aspirantes. Contudo, algumas decisões ministeriais desse período já sinalizavam que era prioritário o ingresso de jovens aos de maior idade, pois, com isso, acreditava-se que se poderia melhor infundir a militarização e o gosto pelo trabalho no mar nesses jovens. O exemplo aplicado aos aspirantes a Guarda-Marinha que preferencialmente deveriam ingressar na academia com pouca idade deveria ser mantido aos marinheiros, sustentando assim uma antiga tradição aprendida de recrutá-los jovens.⁴⁹⁶

A terceira vantagem apresentada por Rodrigues Torres versava sobre tornar a Marinha nacional, ou seja, diminuir ao máximo a presença de estrangeiros nos serviços de equipagens. Tal justificativa era embasada pela percepção de que aos estrangeiros não cabia tomar os interesses da Nação com o mesmo entusiasmo e interesse que tomariam um nacional, exemplificando: *Suponha-se que um cabo de guerra no momento do combate dissesse ao seu companheiro – a Pátria espera hoje que cada um de vós faça seu dever*. Estas palavras, no entendimento de Torres, soariam diferente aos ouvidos dos estrangeiros,

Certamente que não se pode esperar que estrangeiros tomem pelo nosso serviço o mesmo interesse que tomariam os brasileiros que amam o seu país que não podem deixar de desejar que o pavilhão brasileiro seja sempre coberto de glória.⁴⁹⁷

Como se pode verificar, tratava-se de ampliar o processo de “nacionalização” da Marinha iniciado em 1831, quando foi autorizada pelo governo a demissão de oficiais estrangeiros por intermédio do artigo 4º da carta de lei de 25 de novembro de 1831,

⁴⁹⁵ Ob. Cit. p. 33.

⁴⁹⁶ ELIAS. Norbert, *Estudos sobre a Gênese da Profissão Naval*. Apud: *Escritos & Ensaios*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

⁴⁹⁷ Anais do Senado, 08 de Julho. Rodrigues Torres, p. 129.

após verificação dos comissários encarregados do exame de documentação dos oficiais e demais indivíduos da Marinha.⁴⁹⁸ Era a ideia de manter impresso um tipo de compromisso “*nacionalista*” que havia sido efetivado aos oficiais, agora fosse exposto aos quadros da marinhagem. Com essa medida esperava-se assegurar entre os marinheiros lealdade às causas “*nacionais*”.⁴⁹⁹

O ministro Rodrigues Torres reforçava assim, desta vez por intermédio de lei, uma prática que ele mesmo exercitava em seus seguidos relatórios ministeriais ao se referir aos marinheiros como nacionais. Esse aspecto aponta pra aquilo que Michael de Certeau observava sugestivamente: os relatos e as representações têm, com efeito, uma clara função possível de abrir um teatro de legitimidade às ações efetivas.⁵⁰⁰ Os espaços de experiência haviam sido abertos pelo momento histórico e político conturbado, no qual uma variável determinante foi a participação de elementos estrangeiros que ocupavam postos nas armas em movimentos políticos reivindicatórios dos anos de 1830. Com isso, criou-se um horizonte de expectativas, pelo qual Rodrigues Torres enxergava a possibilidade de eliminar a influência estrangeira na Marinha, ao mesmo tempo dotando-a e enquadrando-a em uma disciplina militar, acreditando que sem ela “*é impossível absolutamente o nosso sistema e aquilo que concorre para a disciplina militar deve ser favorecido*”.⁵⁰¹ No entanto, seria necessário aprovar o artigo com as alterações sugeridas, e nesse mesmo sentido Rodrigues Torres argumentava que era preciso formar companhias de todas as classes. Tratava-se, em linhas gerais, de um processo de organização dos corpos de Marinha. Após a apresentação daquilo que municiaava os senadores e que seriam consideradas pelo ministro as vantagens proporcionadas pela criação das companhias, concluía sua exposição:

⁴⁹⁸ AN. Série Marinha. Avisos do Ministro. *III 405, Fundo B5. Codes DEL.

⁴⁹⁹ As palavras: nacionalização, nacionalista e nacionais foram propositalmente colocadas entre aspas. Temos a clareza em observar que naquele período histórico tratava-se de um conjunto de ideias cujo interesse fundamental estava em se articular determinada unidade com vistas a garantir, em torno dessas ideias, interesses comuns. Era uma estratégia política implementada por atores políticos como Rodrigues Torres e Salvador Maciel, no intuito de realizar uma acomodação entre as diferentes forças políticas em torno da ideia/projeto de fortalecimento do aparato institucional e estatal. Aspectos mais específicos sobre essas ideias podem ser consultados em: SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ponteiro/Dumará, 2013. E também em: DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

⁵⁰⁰ CERTEAU, Michael. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 186-9.

⁵⁰¹ Anais do Senado. Op. cit.;

Passando assim esse artigo, acho muito útil, entretanto esta Augusta câmara o tomará na consideração que lhe parecer, ela é juiz na matéria e por consequência deixo ao seu arbítrio e sabedoria a decisão que melhor lhe aprouver.⁵⁰²

Pediram a palavra e seguiram com suas argumentações seguidamente os Senadores Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Marquês de Paranaguá, José Inácio Borges, Marquês de Caravelas e José Saturnino da Costa Pereira da comissão de Marinha e Guerra.

O senador Vergueiro foi, segundo S. A Sisson, um indivíduo:

Dotado de um espírito ilustrado e tenaz, de uma vontade robusta, e lógico no governo, jamais voltou o rosto à verdade e à desgraça, não desanimou aos amigos, não ofendeu aos adversários, não provocou excessos, ainda nos períodos mais críticos. Nos grandes conflitos consultava sua consciência como a um juiz infalível; a decisão dela equivalia à ação.⁵⁰³

Ao que parece, o autor reconhecia o caráter liberal do senador que ficou explícito ao defender o artigo em sua integralidade. Para Vergueiro, o artigo 5º, tal como contemplado pela câmara era um indício de sua exiguidade. Dizendo-se informado por diferentes fontes, não via inconveniente na expressão *aspirante marinheiro*, que seriam aqueles que entram num ensino, que vão aprender aquilo que é necessário para ser marinheiro; portanto, compreendia que aspirantes seriam aqueles que estivessem abaixo de marinheiros, como grumetes. Ressaltava ainda, conforme o ministro, duas vantagens evidentes: “*a manutenção de um corpo organizado por intermédio de uma escola para que fiquemos livres dos estrangeiros e o artigo trata-se de criar estes corpos onde se deve aprender marinhagem o que só não é útil, mas de grande necessidade votando a favor do artigo,*” como estava.⁵⁰⁴

O Marquês de Paranaguá toma a palavra e inicialmente discorda da potencialidade de transformar o país em uma Nação Marítima tomando por base esse artigo. Foi enfático em apontar que agia com cautela para que em futuro próximo não fosse necessário “desmanchar” aquilo que apressadamente havia sido criado. A prudência apresentada por Vilela Barbosa, no entanto, tinha um sentido, pois imediatamente lembrava que o próprio ministro não sabia definir bem o que representava o artigo. Vê-se que, salvo quando sabemos por qual razão, seja ela

⁵⁰² Anais do Senado. Idem

⁵⁰³ S. A. Sisson. Ob. cit. p. 380.

⁵⁰⁴ Anais do Senado, Senador Vergueiro, sessão de 8 de julho, 1833, p. 130.

institucional ou outra, a atitude dos participantes é a defesa de uma tese. Para Perelman e Tyteca, a consequência disso implica o desejo de embarçar o adversário, colocando em jogo a distinção prévia e exata entre a verdade, e o erro.⁵⁰⁵

Continuava o Marquês em defesa intransigente de suas ideias, que eram naquele momento, totalmente contrárias às vantagens apresentadas por Torres com a criação das companhias:

Eu, porém, entendo que o fim do artigo é outro: o que se pretende é uma imitação do sistema francês das equipagens de linha: criando nos portos militares um depósito geral, para o qual sejam mandados homens destinados a servir nas ditas equipagens (...). Mas, poderemos nós ter equipagens de linha? Nem os Estados Unidos, nem a Inglaterra, nem as mais nações, exceção de França e Rússia tem esse sistemas.⁵⁰⁶

Acreditamos que tenha ficado claro que, para além das divergências pessoais e políticas entre Torres e Vilela Barbosa, o modelo de organização das equipagens de linha da Marinha era mais um elemento que acirrava essa disputa. Vilela Barbosa, como salientado, em seu relatório quando esteve à frente da pasta da Marinha, foi sempre um conservador intransigente e preconizador da imposição da autoridade que se fazia legítima; nesse sentido, sempre foi favorável ao aumento da base do recrutamento para suprir o corpo de marinheiros, um problema crônico enfrentado pela Marinha, mesmo reconhecendo que para isso fosse necessário o engajamento de indivíduos com toda a ordem de problemas.⁵⁰⁷

Percebemos que sua preocupação estava em não acreditar na instrução e na formação de um corpo militar e profissional de marinhagem como um elemento que pudesse fazer frente aos “vícios” que carregavam aquela “escória social”, conforme o entendimento da elite da época. Ingressaram na Marinha, principalmente no período sob o comando de Vilela Barbosa, e por conta também das guerras e agitações internas, indivíduos encaminhados e arregimentados junto aos juízes e chefes de polícia: os indesejáveis, porém necessários. Sua experiência em nada favorecia, pelo menos naquele momento específico de discussão de criação das quatro companhias, a possibilidade de mudança daquele quadro.

⁵⁰⁵ PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. Ob. Cit. p. 45.

⁵⁰⁶ Anais do Senado, Marquês de Paranaguá, Op. Cit., p. 130.

⁵⁰⁷ RMM, 1830. Marquês de Paranaguá - Francisco Vilela Barbosa.

No coletivo da oficialidade de Marinha era tão presente essa questão que mesmo em um futuro próximo, com a criação da primeira Companhia de Aprendizes de Marinheiro (1840), e sua consolidação como um evento coletivo de envergadura nacional apoiado em relatos, de diferentes ministros que averbaram sobre a necessidade dessas companhias na melhoria da qualidade de trabalho do Imperial Marinheiro; no século XX, uma historiografia institucional marcada pelo determinismo social dessa época dizia-se frustrada pelo pouco que haviam alcançado.⁵⁰⁸

É fato que Rodrigues Torres, lente de matemática, acreditava no poder da instrução como um remédio poderoso aos males sociais daquela época. De acordo com João Lyra Filho, Rodrigues Torres “*preferia comedir o passo*”.⁵⁰⁹ Todavia, encontrou-se com a política antes de ingressar no parlamento, e na administração começou por onde os outros acabavam.⁵¹⁰ Esse processo lhe fez obter a experiência necessária para entender que a heterogeneidade a que se referia em seus relatórios e que afirmava ser infelizmente um problema que não poderia ser eliminado, causador de tantos males à Marinha, só poderia ser minimizado por intermédio da *disciplina militar, e da sempre viva cadeia da subordinação*⁵¹¹, ambas adquiridas por intermédio da instrução.

Continuando sua seara opositora, Vilela Barbosa afirmou que o marinheiro e o soldado dificilmente poderiam se encontrar no mesmo corpo e, como tal, esse processo aumentaria em número as deserções do serviço da Armada. Assim, dizia ele, “*duvido muito de que semelhante instituição pegue entre nós, por certo capricho que têm os que vestem farda e manejam arma.*”⁵¹² Apesar desse tom lacônico, deixou entrever que sabia que a autoria do artigo era de responsabilidade do militar português, vogal da Comissão militar presidida pelo General Lima e Silva, o então deputado, Salvador José Maciel.

Concluiu suas argumentações demonstrando toda a sua habilidade para persuadir e convencer dizendo-se solidário as determinações daquela câmara, mas que muitos inconvenientes haveriam de ser encontrados com a aprovação do artigo, em face das experiências vivenciadas e que o artigo fosse aprovado desejaria que essa experiência fosse útil. Pois, *ninguém*, segundo ele, “*reconhece a importância da Marinha, ninguém*

⁵⁰⁸ DIAS, Jorge A. “*O tio-navio revolta-se contra o sobrinho presidente*”- *Historiografia e os usos políticos da memória da Revolta dos Marinheiros de 1910 pelo Movimento Negro Brasileiro*. Dissertação de Mestrado em História Social. USS, Vassouras, 2012. Sobre essa historiografia ver capítulo I.

⁵⁰⁹ FILHO, João Lyra. Ob. Cit., p. 54

⁵¹⁰ FILHO, João Lyra. Idem.

⁵¹¹ RMM, 1833. Rodrigues Torres.

⁵¹² Anais do Senado, Marquês de Paranaguá, sessão de 8 de julho de 1833

deseja mais do que eu que o Brasil seja uma Nação marítima, mas não é com isso que conseguiremos.”⁵¹³

Para o Senador José Inácio Borges, Rodrigues Torres havia tido tempo para refletir desde a última sessão e agora defendeu com afinco o artigo. Observação já construída pela argumentação de Vilela Barbosa, não apenas nesse sentido, mas em quase todos os pontos levantados como inconvenientes pelo Marquês, o que corrobora que sua influência, experiência e eloquência fizeram toda a diferença contra a aprovação do artigo.

O que eu creio é que com esse sistema se quer ter uma marinha triplicada com grandes despesas da Nação, e permita o nobre ministro que eu duvide desta falta. Fato que penso se não dá e porque nós não desamamos ou amamos a nossa marinha toda em um dia, um ou outro navio logo com a gente que fica desse navio, porque não podemos guarnecer aquele que se ama?⁵¹⁴

Com essas palavras o senador acabaria de criar mais um empecilho aqueles já delimitados especialmente pelo Marquês de Paranaguá. E para justificar sua argumentação, retomou a questão da dificuldade do recrutamento e da assimilação de funções entre marinheiros e soldados. Reconhecia o senador que os marinheiros faziam o serviço dos soldados, e não o contrário. Essa observação era justificada pelo senador como sendo uma relação estabelecida pelo comando, pois no seu entendimento os soldados possuem um serviço de “*mais intimidade*”, ou seja, portar uma arma, saber perfilar e marchar seriam atribuições da quais os marinheiros teriam serias dificuldades de execução. Por fim, dizia não ser mais necessário gastar tempo com esse artigo, em face de sua inutilidade de execução e uma despesa de 53 contos de réis que agravaria ainda mais o déficit da Nação.

Antes do golpe final, o ministro Rodrigues Torres retomou a palavra e tentou uma última vez demover os Senadores da ideia de suprimir da lei de fixação naval o artigo 5º. Para isso recorreu, como de costume, à sua eloquência e ao seu conceito “político” adquirido com o tempo dedicado à vida pública.

Voltou a frisar o ministro que não havia entendido muito bem a proposta quando a levou para o Senado, mas que estava persuadido que seu autor, Salvador José Maciel, havia tido realmente a “*intenção*”, com o artigo, de organizar quatro companhias de marinheiros. Aproveitando-se da argumentação do senador José Inácio Borges, reiterou

⁵¹³Anais do Senado, Op. Cit.,

⁵¹⁴Anais do Senado, Inácio José Borges, op. cit.

a necessidade de dar um regulamento a tais companhias, e por intermédio dele, assegurar de forma conveniente que fossem permanentes no sentido de evitar o perigo das deserções, estando essas companhias sempre mantidas em prática e aptas a guarnecer os navios, exemplificando:

Se nós quisermos tornar uma Nação marítima como convém, é certamente necessário um grande número de marinheiros, nós não devemos olhar só para o presente, é preciso também encarar o futuro e mesmo eu tenho o conhecimento de que o nobre senador é muito dessa opinião, por que ele, ou seja, como legislador ou como membro da administração por vezes tenho dito que quer que deem os elementos necessários para termos no futuro uma marinha compatível com a nossa posição.⁵¹⁵

Podemos perceber que Rodrigues Torres ainda buscou persuadir os senadores por intermédio de uma argumentação dialógica que consiste em envolver opiniões divergentes em movimentos de justificação sobre os pontos de vista que sofria críticas. Com isso, acreditou que suas objeções pudessem ser contempladas, e ver o artigo aprovado. Nesse sentido incorporou em defesa de sua argumentação a ideia de que talvez *“fosse necessário fazer esse ensaio para ver se convém.”* Assim como dar ênfase aos procedimentos adotados por outras marinhas *“cujas infelices nesta parte que pudéssemos aproveitar tudo aquilo que é bom, e nos possa ser útil, embora aos outros o não tenha sido.”*⁵¹⁶

Concluiu esse longo processo de atividade discursiva apresentado como um mecanismo inerente de aprendizagem para ambos os lados, um recurso de mediação que possuía como objeto a construção de uma nova organização para o corpo de marinhagem. *“Portanto, à vista dessas razões, eu não posso deixar de instar pelo artigo com outra redação.”*⁵¹⁷ Ao final o artigo 5º foi suprimido – *foi apoiada!*

A derrota do ministro Rodrigues Torres naquele momento histórico e político foi também a derrota de Salvador Maciel, e de uma intenção que em nossa percepção caminhava em parte ao encontro das experiências percebidas pelos oficiais; se deslocava como apresentado através dos casos dos oficiais que de alguma forma percebiam as dificuldades de seu campo de trabalho a inaptidão dos corpos de marinhagem; expressando por meio das formas convencionais e hierarquicamente

⁵¹⁵ Anais do Senado, Rodrigues Torres, idem, p. 132.

⁵¹⁶ Op. cit.;

⁵¹⁷ Ibidem

aceitas, dentro da ordem, sem cometer atos de insubordinação ou rompimento dos laços da disciplina tão caros ao comportamento dos militares. Mas, de alguma forma objetivam transpor as barreiras políticas impostas pelos ministros e a leis burocrática, institucional e estatal.

A derrota de Torres no Senado, ao que parece não o demoveu de suas preposições, e dos “ideais liberais” presentes naquela proposta. Dentro dos limites que lhe cabiam pela investidura do cargo procurou adequá-la, e atendendo a importância disposta no artigo 53 do capítulo I - *ordens sobre a polícia e disciplina* - do Regimento Provisional, que versava sobre a conservação da saúde de toda a equipagem embarcada, higiene corporal e mudança de fato pelo menos duas vezes por semana.⁵¹⁸ Assim como a moralidade em geral, proibindo os cantos, as vozes altas e estabelecendo a celebração de missas e orações nos navios.⁵¹⁹ O ministro Torres promoveu o decreto de 15 de julho de 1833, que em seus dez artigos estabelecia em linhas gerais: o provimento de calças, camisas e boné; além de uma maca ou colchão dependendo do espaço da embarcação e um saco para guarda de seu fardamento, somente para aqueles com mais de um mês embarcado, com desconto em seus pagamentos do material entregue, desde que contabilizado nos socorros de cada um. Controle por meio dos oficiais inspetores do material, em se constatando negligência com os mesmos seria autorizado o castigo segundo Artigos de Guerra. Em caso de morte de qualquer marinheiro, os pertences seriam inventariados pelo comissário, vendidos no navio e também, dando entrada na tesouraria da Marinha a fim de ser dado destino conforme a lei.⁵²⁰

Para além das preocupações que se faziam nítidas em relação ao aspecto físico, de saúde e higiene, que em certa medida garantiriam a presença e permanência da marinhagem em suas atividades laborais, e passados os períodos de maior necessidade de aumento do contingente de pessoal para tripular os navios, a exemplo: as Guerras da Independência e Cisplatina. Que gerava maior necessidade e busca de grande quantidade de indesejáveis sociais para tripular os navios da Armada; o Brasil, a despeito de todos os revolvimentos políticos provinciais dos anos 1830, ingressou em um período de “relativa paz interna, e externa”. Era um momento propício para ser posto em prática o processo de substituição dos indesejáveis sociais necessários por

⁵¹⁸Fato: termo usado para designar traje, vestimenta. Dicionário do padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Tomo 1º. Ob. Cit.

⁵¹⁹ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)*. Ob. Cit.; p. 63.

⁵²⁰ O Jornal do *Commercio* de 12/08/1833 publicou na íntegra o Decreto.

indivíduos socialmente desejáveis e úteis, provenientes principalmente do processo oriundo das reformas administrativas e das praças da Marinha Imperial.

Todavia, outra questão envolvendo a Marinha tornava-se explícita. Reproduzia-se no navio um sistema de interdependência entre os “corpos” por intermédio da hierarquia e do poder comum à organização da sociedade, em menor escala. Assim, as relações ali estabelecidas possuíam uma potencialidade ao conflito muito maior. A cada medida, ou lei que se criava no sentido de “melhor” organizar a marinhagem, a contrapartida era o acirramento dessas relações de conflito. Estava em jogo, de um lado, a necessidade de manter certo número da equipagem de marinheiros em condições de embarque. De outro, a disciplina e a subordinação. A alternativa pensada tendo por referência todas essas nuances seria organizar os corpos de marinhagem, e dar a eles nova organização e regulamentos.

A derrota não arrefeceu as tensões: pelo contrário, as fez emergir com mais força e vigor. Rodrigues Torres e Salvador Maciel retornariam mais uma vez ao campo político para defender a proposta de organização dos corpos e praças da Marinha, desta vez em 1836, no projeto de lei que fixava as forças navais para os anos de 1837-8, que propunha a criação de quatro Companhias Fixas de Aprendizes de Marinheiro. Porém, as funções e papéis estavam agora invertidos: Salvador José Maciel como ministro da Marinha, e Rodrigues Torres como Deputado. Na câmara dos deputados, o trabalho da terceira legislatura em sua fase estertora (1834-1837), no Senado, a vitaliciedade do exercício do mandato ainda amparava muitas figuras que fizeram parte das primeiras discussões sobre a criação das quatro companhias de aspirantes e da supressão do artigo 5º a ele correspondente. O Marquês de Paranaguá continuava à testa da Comissão de Marinha e Guerra, tendo a companhia do Conde de Lajes e de José Saturnino da Costa Pereira. Um novo momento histórico e político, marcado por mudanças de posições e realinhamentos políticos estariam por vir, em mais um revolvimento das forças políticas constituídas.

No capítulo seguinte daremos sequência às discussões empreendidas na câmara e no senado, só que agora em 1836, sobre a proposta de criação das Companhias Fixas de Aprendizes de Marinheiros. Todavia, alertamos que o terceiro capítulo foi pensado e construído com algumas peculiaridades de forma e conteúdo, o que ocasionou um volume maior de páginas em relação a este.

Primeiro, pelo fato dos discursos e discussões na câmara e senado terem sido produzidos por diferentes indivíduos e portadores de diferentes intencionalidades

refletindo o momento histórico e político de grande efervescência política e social característico de meados dos anos 1830. Em razão disso, optamos por reproduzir alguns quase que integralmente. Esses aspectos serviram também para operacionalizar os objetivos propostos para o capítulo atendendo metodologicamente à análise de discurso como forma de buscar o sentido oculto daquilo que foi ou não havia sido dito.

Outro alerta diz respeito a algumas continuidades que serão percebidas, estejam elas presentes nos discursos ou nas práticas de alguns atores históricos. Propositalmente fizemos a opção de analisar todo esse conjunto de continuidades mais detalhadamente à luz de alguns conceitos históricos e sociológicos no terceiro capítulo, que faz a ligação temporal entre a criação (intenção) e a consolidação (projeto) de criação das Companhias Fixas, precursoras da primeira Companhia de Aprendizes de Marinheiros do Brasil Imperial (1840).

CAPÍTULO III

Diferentes dizeres de diferentes sujeitos em tempos diversos: as discussões sobre a criação das quatro primeiras Companhias de Aprendizes de Marinheiros na Câmara e no Senado em 1836

Este sistema tenciona pô-lo em prática. Respondendo à impossibilidade de haver destreza e flexibilidade na reunião dos dois exercícios, faz ver que a experiência em um pequeno número tem mostrado o contrário; pois que nos rapazes que existem a bordo da fragata Príncipe Imperial se encontra agilidade e firmeza no serviço de soldado, prontidão e flexibilidade no de marinheiros. Desta escola espera colher grandes vantagens, e talvez a nação consiga obter grandes homens, porque aqueles moços que são filhos da nação, observando que não têm por si senão o desempenho de seus deveres, puxarão por si; o que se não dá a respeito da alta mocidade, que, tendo patronato, não cuida no desempenho de suas obrigações, nem no progresso de seus estudos.

Anais do Senado, Sessão de 19 de Julho de 1836.
Ministro da Marinha Salvador José Maciel

3.1 – Breve contexto do momento histórico e político dos anos 1834-1836

O presente capítulo tem por objetivos apresentar e discutir, na perspectiva da análise do discurso, os debates envolvendo deputados e senadores que integravam a legislatura no período de 1834-1837, no que diz respeito à criação das primeiras Companhias Fixas de Aprendizes Marinheiros no ano de 1836; simultaneamente aos relatórios ministeriais dos Ministros da Marinha correspondentes a este período.

Tratamos aqui de um “período de transição” envolvendo as três forças políticas até então existentes (apresentadas anteriormente) em face das “novas” composições oriundas dos revolvimentos políticos delineados a partir de 1835, com a fase de controle dos Regressistas no sistema político do Brasil. O momento histórico e político do país em meados dos anos 1830 podem ser caracterizados como de indefinições, mas também de mudanças.

A morte de D. Pedro I em Portugal desestruturou o anseio dos Caramurus; assim como, concomitantemente, o desaparecimento da força política Exaltada, sucumbida após incessantes e vigorosos ataques ao principal veículo propagador de seus ideais – a imprensa exaltada. Aos moderados restou ainda o apoio à eleição em abril de 1835 de

Feijó para a Regência Una, tal como preconizava o Ato Adicional de 1834. No entanto, segundo Octávio Tarquínio de Souza:

Os defeitos do padre paulista, a sua falta de ductilidade, a sua incapacidade para um posto em que a atitude habitual deveria ser a de árbitro das correntes de opinião, fiel da balança no jogo dos interesses opostos.⁵²¹

O padre era bom para combater a desordem, a insegurança, a anarquia, mas não para moderar e harmonizar, complementava Evaristo da Veiga sobre o perfil autocrático de Feijó, mesmo sendo um de seus maiores apoiadores e defensor.⁵²² A breve descrição biográfica elaborada por Evaristo da Veiga sobre Feijó é reveladora no que diz respeito àquilo que a força política moderada, da qual Veiga fazia parte como uma das principais lideranças, esperava politicamente do regente, demonstrando, assim, uma intencionalidade de “agregação” e “harmonização” entre as forças políticas remanescentes e existentes com o intuito da manutenção da governabilidade.

Não havia programas políticos partidários. Duas tendências gravitavam em torno do interesse dos grupos políticos remanescentes: a maior influência e preponderância do executivo frente ao parlamento e vice-versa. Polarizados em torno dessas questões, as forças políticas remanescentes, privadas de alusões políticas e ideológicas, foram paulatinamente se redefinindo.

Para além dos aspectos políticos “partidários” estavam imbricados a eles diferentes revoltas com proporções e durações distintas, distribuídas na Corte e nas províncias. Não cabe aqui, nos limites impostos a este trabalho, analisar cada uma delas, por mais que seja importante na operacionalização dos objetivos colocados para este capítulo na medida em que faziam parte da Câmara e do senado diferentes indivíduos representantes de diversas províncias. No entanto, destacamos nos parágrafos seguintes de forma linear uma visão que aponta no seu conjunto para as interseções possíveis.

Uma versão mais esquemática e homogênea sobre as revoltas defende que diferentes problemas de legitimidade e habilidade política por parte dos regentes na condução de determinados problemas acabou por dar sequência a diferentes contestações na Corte e nas províncias. Aliado a isso, historicamente era uma demanda

⁵²¹ SOUZA, Octávio Tarquínio de. Apud: RODRIGUES, José Honório. *O parlamento e a evolução nacional: 1826-1840*. Brasília. D.F., 1942, p.106.

⁵²² VEIGA, Evaristo da. Apud: Rodrigues, José Honório. Op. cit.

das províncias maior autonomia frente à centralização monárquica até então empreendida. Isso pode parecer em certa medida estar em desacordo com o desenrolar de tantas revoltas em um período marcado por mudanças na relação entre o poder regencial e as províncias já que estas acabaram sendo beneficiadas pelas reformas. Ao que nos parece, seguindo por esse caminho, os defensores dessa versão acreditavam que as regências acabaram incentivando e aumentando antigas disputas entre elites regionais pelo controle das províncias, entre esses e grande parte da população livre, e a população escrava.

Todavia, recentemente existe entre os historiadores debruçados sobre as questões referentes às diferentes revoltas que em cada uma delas se podem apreender variações comportamentais de diferentes segmentos sociais, a ascensão desses grupos ao poder provincial, e nacional; assim como, diferentes pactos de dominação entre as elites imperiais em formação.⁵²³

O historiador Marcelo Basile, ao fazer referências em seu estudo sobre a era regencial (1831-1840) elenca entre outros aspectos do período as diferentes “ondas” de revoltas que assolaram os governos regenciais. A primeira, no período das regências trinas, teria sido marcada por movimentos urbanos de *povo e tropa* de dimensões pequenas e motivações diversas. A segunda onda teria como característica o descompasso entre o poder central e os poderes provinciais. A última categoria das revoltas regenciais seria constituída pelas rebeliões escravas e um grande “medo” do *partido negro*.⁵²⁴

Nesse contexto beligerante e em outros, estabelecendo conexões entre as diferentes áreas do império, protegendo o comércio e a costa do Brasil desde a transmigração da Família Real, a Marinha esteve sempre presente e atuando seja

⁵²³ Dentre as Revoltas, destacamos: Cabanada (1832-1835), Cabanagem (1835-1840), Revolução Farroupilha (1835-1840), a Balaiada no Maranhão (1838-1840) e a Revolta dos Malês (1835). Sobre a Balaiada: JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Balaiada: construção da memória histórica*. Revista de História, São Paulo, v.24, nº1, pp. 41-76, 2005. Revolta dos Malês: REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês*, 1835. São Paulo: Brasiliense, 1986. Sobre a Cabanagem e a ideia de densidade política aquela época: IANNI, Octávio. *A ideia de Brasil moderno*. 1ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

⁵²⁴ Para um estudo descritivo e mais aprofundado sobre as diferentes revoltas e rebeliões do período regencial ver: BASILE, Marcelo. *O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)*. Apud: GRIMBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1870*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009. Sobre o conceito de Partido Negro consultar: REIS, João José. *O jogo duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” na independência da Bahia*. Apud: Reis & Eduardo Silva (org.) *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, pp. 79-98.

diretamente envolvida nos conflitos, seja dando suporte logístico para os confrontos. Como afirmava o Capitão de Fragata Carlos Penna Botto:

A Marinha tornou possível a independência. A Marinha foi o grande fator, o fator número um no capítulo da libertação da nossa terra. As naus brasileiras foram porta-voz do brado de liberdade... Sem a Marinha, quaisquer tentativas, embora ousadas, de libertação do país do jugo lusitano não teriam passado da categoria de meros pruridos inconsequentes...⁵²⁵

Todavia, aproveitando as palavras elogiosas em relação aos feitos participativos da Armada em tempos áureos somos levados a perceber que, incutido nesses feitos, estaria todo indivíduo que, de alguma forma, dentro de diferentes áreas do saber e fazer, consistia uma parte da Marinha. Vale ainda destacar que até esse momento a esquadra era híbrida, com suas tripulações compostas de oficiais brasileiros e portugueses e de outras nacionalidades, e uma “marinhagem também heterogênea” que pelo olhar da historiadora Silvana C. Jeha:

São homens livres, pardos e pobres, os chamados “vadios”, indígenas, baianos, pernambucanos e paraenses rebeldes, marítimos desempregados de Londres e Liverpool, crianças cearenses flageladas, crianças irlandesas famintas, portugueses à deriva no Atlântico, presidiários, imigrantes incautos, ex-escravos e escravos...⁵²⁶

Durante nossas pesquisas encontramos em diferentes momentos nos livros de socorros de alguns navios listagens contendo dados dos marinheiros embarcados que corrobora, em linhas gerais a assertiva de Jeha.⁵²⁷ Em 1835, por exemplo, segundo o comandante João José Dias Camargo, o Brigue Imperial Pedro possuía 104 marinheiros.⁵²⁸ Destes, 37 correspondiam aos de primeira classe e 67 da segunda.⁵²⁹ Os dados correspondentes à marinhagem puderam ser assim agrupados:

⁵²⁵ MAIA, Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição história*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Cátedra, 1975, pp. 88-9.

⁵²⁶ JEHA, Silvana Cassab. *A Galera Heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c. 1822 – c. 1854*. Tese de Doutorado em História Social da cultura, PUC-RJ, 2011.

⁵²⁷ Os livros de socorros eram uma ferramenta utilizada com vistas às anotações sobre diferentes informações individualizadas do pessoal da Marinha. Geralmente preenchida por um oficial, ou escrivão da Marinha.

⁵²⁸ AN. Série Marinha XVII M 3960, Fundo B6. No livro de socorros correspondente, não encontramos o nome do responsável pelo preenchimento das informações. Todavia, somos levados a crer que se tratava de um oficial, ou do próprio João José Dias Camargo.

⁵²⁹ A graduação do corpo de marinheiros era: pagem, grumete, marinheiros de terceira, segunda, primeira classe e cabo marinheiro, dessa forma hierarquicamente. Apud: CAMINHA. Herick Marques.

Tabela 8 : Composição do Brigue Imperial Pedro (1835)

Naturalidade		Idade		Cor	
Portugal (Porto, Algarve, Lisboa, Minho)	31	15 aos 20 anos	29	Branços	71
Norte (Para, Maranhão, Pernambuco e Sergipe)	26	21 aos 25 anos	31	Pardos	13
Rio de Janeiro (Valença, Campos, Corte)	04	26 aos 30 anos	16	Pardo escuro	04
Gôa	05	31 aos 35 anos	06	Pretos	06
Inglaterra (Londres e Liverpool)	04	36 aos 40 anos	03	Pardo claro	04
África (Moçambique e Costa da Mina)	04	41 aos 45 anos	03	China	01
América	01	Sem registro de idade	16	Branco claro	01
Sem local de naturalidade	29			Caboclo	02
				Homens de cor	02
Total	104	Total	104	Total	104

Fonte: AN. Série Marinha XVII M 3960, Fundo B6

Para os dados descritos acima não são necessárias muitas análises, pois deixa transparecer, entre outros aspectos que fogem aos nossos objetivos para este capítulo, a grande heterogeneidade que marcava a marinhagem desde os anos 1820. E a preocupação naquele momento em classificar todos os 104 marinheiros pela cor, em detrimento da naturalidade e idade, como se fossem informações menos relevantes, ainda que algumas com classificações as quais hoje considerar como assemelhadas. Contudo, apesar de caminhar, pelos dados apresentados, àquilo que também constatou Silvana Jeha, e outros historiadores, sobre a heterogeneidade da marinhagem; apontamos para a dificuldade do historiador em traçar tipificações específicas como “flagelados” e “rebeldes”, em um contexto político de grande densidade, com impacto direto no vivido dos diferentes atores políticos.

A título de comparação, a Nau Vasco da Gama em 1820 possuía 26 marinheiros hierarquizados entre aqueles que ocupavam a primeira e terceira classe, e destes 25 pertenciam a outras províncias como Para, Bahia, Alagoas e Ceará e somente 1 pertencente à América (Jersey). Isso aponta para determinadas continuidades no que diz respeito às dificuldades de se conseguir braços para o trabalho de marinheiro.

A classificação da cor da pele, um dado que nos chamou atenção, e conforme observou a historiadora Sílvia Capanema, com a indicação de quem era principalmente

Organização e administração do Ministério da Marinha no Império. Rio de Janeiro: SGDM, 1986, pp. 85-7.

negro e pardo não deixa dúvidas quanto à subjetividade e aos deslocamentos possíveis desses e outros termos ao se referir principalmente à cor da pele dos marinheiros.⁵³⁰ Ainda dentro desses aspectos podemos observar que a questão da cor da pele poderia ser facilmente manipulada politicamente atendendo a interesses diversos, entre outros, aqueles que envolvessem o trabalho.

Outras características físicas como cor do cabelo/tipo e cor dos olhos variavam segundo a percepção dos indivíduos responsáveis pelo preenchimento dos livros de socorros, como podemos observar ainda com base nos dados extraídos do Brigue Imperial Pedro de 1835.

Dos 104 marinheiros, 35 possuíam cabelos pretos, 21 castanhos, 7 encarapinhados, 5 crespos e 1 branco. Sendo que em 35 não encontramos nenhuma referência. Essa ausência revela possivelmente, as dificuldades em classificar os diferentes indivíduos arregimentados, cujo critério parecia ser a mobilidade de termos para complementar tais informações. Do mesmo modo, outras características físicas, puderam ser encontradas, como por exemplo: nariz chato, filado, regular; cabelos encabocados, louros.⁵³¹

Essas diferentes classificações, tanto aquelas relacionadas a cor da pele, como as outras características físicas eram utilizadas levando em conta as representações sociais mediadas pelo mundo material e social dos indivíduos classificadores, em detrimento das diferentes tipologias raciais. Interessava naquele momento para a Marinha, exemplo do que já estava sendo feito com base no artigo 145 da Constituição de 1824, arregimentando o maior número de indivíduos considerados aptos aos trabalhos nos quartéis e nas embarcações de guerra.⁵³²

Vale ressaltar que, segundo as decisões ministeriais de 26/07/1832, 22/01/1834, 18/03/1834, 28/07/1834 e 353 de 16/10/1834 determinavam que não fossem aceitos escravos (*por convir assim ao bem do serviço nacional*), criminosos, ou indivíduos cujos costumes fossem incompatíveis com a moralidade e a subordinação (*disciplina*). Assim também ocorria para com estrangeiros para os serviços dos navios de guerra, senão como voluntários; ou, ainda, com presos mandados para cumprir penas a bordo e

⁵³⁰ALMEIDA, Silvia Capanema Pereira de. “*Nous, Marins, citoyens brésiliens et republicains*”: *identités, modernité et memoire de la revolte des matelots de 1910*. Tese de Doutorado em História pela École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2009. Ver também da mesma autora: *Vidas de marinheiro no Brasil Republicano: identidades, corpos, e lideranças da revolta de 1910*. Antíteses, v. 3 dez/2010. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses

⁵³¹AN. Série Marinha. Socorros de marinheiros. XVII M 4972 de 1820.

⁵³²Artigo 145: Todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência, e integridade do Império, e defendê-lo de seus inimigos externos, ou internos.

sempre que fosse possível remeter rapazes de 16 a 20 anos, robustos, solteiros e que não fossem pretos.⁵³³ Tais decisões eram em tese um processo desencadeado no início dos anos 1830 com vistas a buscar certa homogeneização (física, étnica e social) para o corpo de marinhagem. Correspondia, em linhas gerais, segundo as observações de Jorge Prata de Souza, a primeira fase do processo de criação de corpos navais como as Companhias de Aprendizes de Marinheiros: absorver, instruir e qualificar para o trabalho.⁵³⁴

Tal procedimento, todavia, seria difícil face às diferentes características socioeconômicas dos grupos sociais que alimentavam os quadros da Armada. Aliado a esse processo, temos a falta de comprometimento institucional que garantisse a esse grupo de indivíduos sua completa institucionalização.⁵³⁵ Essa relação histórica constava diuturnamente nos relatórios ministeriais como sendo um empecilho à construção de uma Marinha forte e homogênea.⁵³⁶

Esses homens constituíram-se historicamente em um grupo de indesejáveis sociais necessários à manutenção das fainas nos navios. O contrário, porém, não pode ser dito dos oficiais da Marinha oriundos da Academia dos Guardas-Marinha, principalmente aqueles herdeiros das reformas iniciadas em 1822 e 1832 e “concluídas” em 1839 (como veremos no próximo capítulo), quando então o processo de *enfardamento* e institucionalização dos guardas-marinhas, mesmo sofrendo críticas de alguns deputados e senadores, foi alvo de diferentes condutas políticas institucionais com o objetivo de introjetar a identidade militar na mentalidade do aspirante a oficial da Marinha Imperial Brasileira.⁵³⁷

Contudo, um dos processos de homogeneização para esse grupo específico ficaria a cargo da carta de lei de 25 de novembro de 1831, que em seu artigo 4º designava um

⁵³³ CAMINHA, Herick Marques. Op. Cit. Ver capítulo VIII – Resenha cronológica e analítica dos principais atos da Legislação Naval Brasileira no período Imperial.

⁵³⁴ SOUZA, Jorge Prata de. Escravidão ou morte. Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. 2 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

⁵³⁵ Entendemos com base em Ronald L. Jepperson que: La institución representa un orden o patrón social que ha alcanzado cierto estado o propiedad; la institucionalización indica el proceso para alcanzarlo. JEPPELSON, Ronald L. Instituciones, efectos institucionales e institucionalismo. Apud: POWELL, Walter W. DIMAGGIO, Paul J. (compiladores.). El nuevo institucionalismo en El análisis organizacional. México: Fondo de Cultura Económica, 1999. Em outras palavras: a institucionalização corresponderia ao processo pelo qual o indivíduo que está submetido a uma determinada instituição passa alcançar um padrão social dentro dessa instituição.

⁵³⁶ RMM – Joaquim José Rodrigues Torres, 1834. <http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/marinha>

⁵³⁷ Por *enfardamento* entendemos ser o processo de assimilação dos valores e preceitos militares ao ponto de conformarem um espírito capaz de fazer do indivíduo um membro da organização militar a serviço da pátria.

comissário que seria encarregado da verificação dos documentos dos oficiais “*sobre quem havia dúvida de serem ou não cidadãos brasileiros, ou se achar compreendidos em alguma exceção.*”⁵³⁸

A conduta política institucional mencionada acima consistia em promover a instrução dos aspirantes à oficial de bordo dos navios, a exemplo das Marinhas mais desenvolvidas, o que consequentemente seria ofertada ao oficial grande “experiência” como elemento embarcado.⁵³⁹ E, a partir daí, percebendo diretamente as noções de hierarquia, ordem, comando e disciplina a bordo. Em paralelo a isso, o ministro da Marinha daquela época, Rodrigues Torres, encaminhava ao parlamento em 24 de maio de 1833 proposta de promoções com o intuito de incentivar os oficiais da Armada, incluindo:

Art. 3º Só poderão ser promovidos a Capitães Tenentes, aqueles primeiros Tenentes, que neste posto tiverem dois anos de serviço designado nos artigos antecedentes;

Art. 6º Poderão ser promovidos a segundos Tenentes os oficiais marinheiros que além dos conhecimentos práticos de sua profissão, forem aprovados nas matérias teóricas, que a lei exige dos guardas-marinhas para poderem ser promovidos aqueles posto.

Art. 7º O Governo fica livre para promover qualquer oficial de cada uma das classes designadas nos artigos antecedentes ao posto imediato, uma vez que, além das condições marcadas nos mesmos artigos, tenha obtido dos comandantes com que houver servido boas informações de conduta, subordinação, zelo pelo serviço nacional e reconhecida capacidade para desempenhar as funções do posto a que haja de ser promovido. Para esse fim os comandantes dos navios da Armada serão obrigados a enviar todos os seis meses passar mostra de armamento a Secretaria de Estado de Negócios da Marinha uma informação circunstanciada das qualidades de cada um dos oficiais, guardas-marinha e oficiais marinheiros que servirem sobre seu comando.⁵⁴⁰

Os artigos seguintes (8º, 9º, 10º e 11º) estabelecem em linhas gerais que as promoções a Capitão de Fragata, Capitão de Mar e Guerra e Chefe de Divisão terão também como parâmetro de promoções o comando de um a quatro anos nos navios de guerra.⁵⁴¹ Essa economia moral das promoções propiciaria, com base na meritocracia, subordinação e disciplina e uma “relativa homogeneidade” ao oficialato. Contudo, a origem social dos egressos da Academia dos Guardas-marinha em terras brasileiras, associada às

⁵³⁸ AN. Série Marinha, Avisos do Ministro de 1831. * III M 405, Fundo B5 Codes/Del.

⁵³⁹ RMM – Joaquim José Rodrigues Torres, 1833.

⁵⁴⁰ Op. Cit.;

⁵⁴¹ Idem

instruções para Guardas-marinha que concluíram os estudos encontrando-se desembarcados e os estágios como embarcados, dentre outras condutas de enfardamento propostas para esse grupo deixou cada vez mais visível o ponto principal de tensões entre um grupo relativamente em estágios diferenciados de homogeneização pela instrução e prática, e outro, até então heterogêneo.⁵⁴²

Cabia então naquele momento um olhar atento por parte dos dirigentes da Marinha para as questões que envolviam aspectos mais discrepantes voltadas a um possível processo de enfardamento e institucionalização para a marinhagem, ou seja, a elaboração de condutas políticas institucionais que ao mesmo tempo pudessem agir na diminuição das tensões entre os quadros da Marinha, paralelamente atendendo a sua demanda principal em arregimentar corpos para o trabalho nas embarcações e consequentemente tornando-os indivíduos, ainda indesejáveis socialmente, contudo, institucionalizados. O que, em outras palavras, significaria dizer: fardados e disciplinados.

Retornando as questões políticas sobre o período em foco, o próprio regente, em discurso apresentado na abertura dos trabalhos da assembleia geral em 1836, fazia um diagnóstico específico sobre a situação do Brasil. Segundo Feijó:

O Brasil está em paz com todo mundo. Outro tanto não posso dizer do nosso estado interno. Augusto e digníssimos representantes da nação, a falta de respeito e obediência às autoridades excitam universal clamor em todo império. É a gangrena que atualmente ataca todo o corpo social. A nação de vós espera que diques se oponham à torrente do mal. Nossas instituições vacilam. O cidadão vive receoso e

⁵⁴²Tais instruções eram compostas por 11 elementos, dentre os quais destacamos: * 2 horas de instrução prática a bordo; * recapitulação do que aprenderam no primeiro ano referente a arte de marinheiro (nomes, uso de cabo, velas, modos de amarrar, fazer costuras, etc...); * exercícios práticos de artilharia, problemas de navegação para resolverem em casa, copiar e reduzir plantas de diferentes costas, praticar cálculos e longitudes; * o mais antigo tomará nota do que faltar e fornecer esses dados ao comandante para serem visitados pelo cirurgião da Companhia; * dos postos especiais do serviço a mais completa sujeição dos inferiores para com seus superiores consequentemente os guardas-marinha terão maior obediência e respeito a todos os oficiais de patente obedecendo ao que lhes for ordenado tendendo ao serviço disciplina, instrução e boa ordem; * comportar-se com dignidade não fazer e nem promover motim; * de toda civilidade, quando forem algum deles esquecendo destes princípios de deixar deslizar coesão e procedimentos desonestos ofendendo os bons costumes contra o bom exemplo que todas as pessoas graduadas devem patentear e devem fazer respeitar; o comandante do navio ou quer suas vezes fazer tudo dará logo parte ao comandante da companhia para que seja levada ao conhecimento do Ministro da repartição a fim de que o mesmo o mande convergir conforme merecer.

AN. Avisos do ministro Jan/Jun 1831 Série Marinha, * III M 404 Codes B5.

Outra conduta política do enfardamento era promover a punição por intermédio do Conselho de Guerra àqueles oficiais que em atividades de comando não sabiam disciplinar. AN. Série Marinha, Avisos do Ministro Jan/Jun de 1830, * III M 402, Codes B5.

assustado... o vulcão da anarquia ameaça devorar todo império, aplicai a tempo o remédio.

Sobre as armas, a disciplina, moral e a educação:

O exército exige de novo ser organizado, removendo-se removendo os obstáculos que se opõem à conservação da disciplina que lhe dá importância e vida. A Marinha vai com brevidade tomara atitude necessária prestar ainda maiores serviços ao estado.

A moral, fundamento da ordem, deve ser ensinada para que sirva de sustentáculo às leis, reja as consciências e seja a mais sólida garantia da pública prosperidade. Senhores sem educação e sem moral não é possível a verdadeira civilização.

Concluiu o regente:

Os ministros e secretários de estado nos relatórios de suas respectivas repartições vos farão conhecer em detalhe as necessidades públicas e os meios que a experiência os tem feito lembrar para remove-los. A vossa sabedoria pertence descobrir remédios eficazes e a nação tem direito a esperar tudo de vosso patriotismo... *Está aberta a sessão.*⁵⁴³

Os fragmentos acima foram destacados de um discurso mais amplo por possuírem elementos capazes de nortear nossas análises em direção àquilo que foi pensado para o presente capítulo. Nota-se que no primeiro fragmento o regente apontou que o país estaria com sérios problemas internos, principalmente aqueles relacionados ao descumprimento por parte das províncias das ordens do governo central, com isso corrompendo toda a ordem social vigente.

Provavelmente referindo-se aos problemas gerados pelo Sete de Abril de 1831, a respeito do qual grande parte da historiografia que se debruça sobre o tema discute a possibilidade de essa data ter se tornado a condensação das aspirações de liberdade por intermédio da independência, ou seja, uma realidade. E com ela, possibilidades em um “novo” tempo de liberdades sintetizando questões centrais para os indivíduos daquele e de tempos futuros, e seus diferentes projetos de Brasil. Um desses projetos era a maior autonomia adquirida pelas províncias durante as reformas liberais dos anos 30, o que teria gerado diferentes revoltas.⁵⁴⁴

⁵⁴³Sessão Imperial de Abertura. Fala do Regente em 03 de maio de 1836.

Disponível em: http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&Datain=1/6/1836#/

⁵⁴⁴Referimo-nos aqui ao texto do historiador Ilmar Mattos – O Gigante e o espelho. O gigante território e o enorme desafio de mantê-lo unido frente a fragmentação do restante da América. Com a independência e maior concessão de autonomia para as províncias o governo central abria mão de seu vasto poder territorial. O espelho e suas duplas faces correspondem em síntese aos projetos antagônicos de Brasil postos em cena. Um “cotejamento” com as nações ditas civilizadas por um lado, e por outro, a manutenção e associação do Brasil a escravidão e a lavoura. Ver: MATTOS, Ilmar R. *O gigante e o espelho*. Apud: GRIMBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1870*. Op. Cit.;

No segundo fragmento o regente conclamou as armas a manterem-se fiéis àquilo que as definia e distinguia em relação às outras instituições do Império – a disciplina. Acenava, para tanto, que elas deveriam ser reorganizadas em seus aspectos administrativos e de pessoal, mas sempre se mantendo fiel ao governo.

Vemos que o regente falou em reorganização e não em reformas profundas, ou reestruturação das armas, ideias que poderiam de alguma maneira comprometer a sua intenção na manutenção de elementos considerados importantes e desejáveis para o projeto político até aquele momento encaminhado, dentre eles, a ordem. No entanto, reiterou que sem a disciplina, a moral e a educação tal projeto - da manutenção da ordem política, econômica e social de todos os indivíduos, instituições ao poder regencial estaria comprometido.

O “medo” é percebido na fala do Regente e emergiu como um estado emocional, um elemento simbólico determinante perante diferentes situações identificadas como perigosas, em diferentes frentes, permeando quase todo seu discurso, como pode ser percebido no fragmento abaixo.

(...) mas é inegável que excessos se notam que ao vosso alcance está corrigir, e logo, para que arraigando-se os abusos, não seja depois difícil e talvez perigoso removê-los. Brevemente aparecerão conflitos prejudiciais a causa publica: cumpre acautela-los.⁵⁴⁵

Fazia parte desse discurso estratégico o “medo” de uma possível restauração implementada pelos oficiais portugueses no pós-abdicação; o “medo” de sedições militares como aquela ocorrida no corpo de Artilharia da Marinha em 1831; o “medo” as Revoltas de tendências Caramurus, Exaltadas e Escravas que assolavam o Império; e o “medo” pelo fim da escravidão.⁵⁴⁶

O terceiro fragmento chama atenção por dois aspectos. O primeiro, pela responsabilidade dada aos ministros de Estado na resolução dos problemas por intermédio da “descoberta” e administração de “remédios” eficazes a fim de removê-los, por intermédio da “experiência” adquirida enquanto homens públicos. Ressaltamos que a experiência destacada pelo regente sugere ser aquela identificada às “experiências

⁵⁴⁵Sessão Imperial de Abertura. Fala do Regente. Op. Cit.;

⁵⁴⁶O medo a que nos referimos especificamente tem a ver com os “medos políticos”. Sobre o tema ver: GONÇALVES. Márcia de Almeida. *Ânimos Temoratos: Uma Leitura dos Medos Sociais na Corte no Tempo das Regências. Dissertação de Mestrado em história, UFF, 1996*. Segundo a autora: na conjuntura de instabilidade política e social do tempo das regências, medo e conservação tornaram-se temáticas interdependentes nos discursos dos adeptos deste projeto, sustentando, entre outras estratégias, a tortuosa emergência do conservadorismo

vividas” pelos ministros enquanto indivíduos empregados do Estado; letrados que ele mesmo formava e que consequentemente refletiriam os interesses burocráticos do próprio Estado. “Descobrir remédios” seria uma tarefa a ser empregada e validada na medida em que esses homens eram treinados para a tarefa de construção do Estado por intermédio das possíveis combinações rudimentares intelectuais e ideológicas da cultura política vigente.

O segundo aspecto, quando lança mão das noções de *nação* e *patriotismo* de deputados, senadores e ministros a fim de chamar atenção destes para os problemas apresentados. Mediante aquele momento histórico e político podemos perceber que tais noções não se apresentavam na forma de discurso como uma estrutura conceitual rigorosa. Porém, por seu intermédio percebemos que elas tenderiam a representar uma função extremamente precisa, ou seja, emergiam como um sistema social de enorme valor, invariável e ao mesmo tempo único, capaz de servir como elemento integrador de diferentes grupos sociais, dos segmentos provinciais diferentes ali representados como representantes da nação; consequentemente, orbitando ao redor dos interesses do grupo dominante representado pelo Regente.

Em seu pronunciamento o que tais noções representavam era a classe superior e não um conjunto de habitantes de um território subordinados a um governo, ou uma mistura entre indivíduos e o coletivo. O que refletia nas palavras de Feijó era uma *comunidade política imaginada* distante da realidade. Todavia, modelada, adaptada e transformada no tempo pós-abdicação e que teria adquirido relativa espessura social, constituindo-se em objeto de desejo e invariavelmente de projeção.⁵⁴⁷ Ou ainda, como disse Fernando Dores Costa, referindo-se àquele momento de nossa história: “A *pátria-nação é o resultado de uma construção que está por fazer*.”⁵⁴⁸

Discorrendo de forma particular e precisa sobre as questões acima levantadas, o historiador Manoel Luis Salgado Guimarães refletiu:

⁵⁴⁷ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexiones sobre El origen y la difusyon del nacionalismo*. 2ª Ed. México, Fondo de Cultura Econômica, 1993. Ver também do mesmo autor: *Nação e consciência Nacional*. Tradução por Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho *a identidade brasileira nesse período se definia pela oposição ao português e era fenômeno local determinado pela forte presença lusitana no comércio e nas posições de poder, civis e militares*. CARVALHO, José Murilo de. *Brasil: Nações Imaginadas*. Apud: _____. *Pontos e Bordados: escritos de história política*. 1ª Ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p. 237.

⁵⁴⁸ COSTA, Fernando Dores. *Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do estado e da nação*. *Análise Social*, v. 30, n. 130, 1995.

O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do “outro”, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção.⁵⁴⁹

A importância desses elementos até aqui elencados para nosso estudo foi procurar entender, tal como sugere o título do capítulo, como a heterogeneidade de pessoas e discursos em um tempo tão diverso foi capaz de gerar relativo “consenso” em torno de uma proposta que em linhas gerais já havia sido apresentada anos atrás e, como tal, recusada. Referimo-nos ao capítulo anterior, no qual discutimos, com base nos debates, principalmente do Senado, a criação das Companhias de “Aspirantes” Marinheiros.

Procuramos agora por respostas ao que efetivamente poderia ter sido levado em conta por parte dos deputados e senadores no calor daqueles acontecimentos para aprovarem a criação das primeiras Companhias Fixas de Aprendizizes de Marinheiros em 1836, onde poucos anos depois, em uma “nova” reorganização seria constituída a primeira Companhia de Aprendizizes Marinheiros (1840).

Quais teriam sido os argumentos norteadores daqueles que defenderam ou rejeitaram tal proposta? Que outros elementos poderiam ter sido agregados aos discursos daqueles homens, que em face do momento histórico e político vigente transmutaram-se em homens de oposição ou de situação? Com o objetivo de responder a esses questionamentos, senão parcialmente, optamos em trabalhar com a análise do discurso, e um dispositivo analítico específico de interpretação das diferentes discursos que serão observados no próximo item. O dispositivo foi trazido para este trabalho com base na descrição e metodologia apresentada por Freda Indursky – *as incisivas discursivas*.⁵⁵⁰ Afinal, palavras na perspectiva discursiva, a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque está inscrita na História. Segundo Indursky as *incisivas discursivas* se caracterizam:

Por ser uma forma de heterogeneidade do discurso onde consistem em sequências discursivas, mais ou menos completas, mais ou menos fragmentadas, oriundas de outros discursos que, ao serem

⁵⁴⁹GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o Projeto de uma história Nacional*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, p. 7.

⁵⁵⁰INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise dos discursos presidencial da terceira República Brasileira (1964-1984)*. Tese de Doutorado em Linguística. Unicamp, 1992.

interiorizadas não deixam pistas de sua procedência externa, nem do processo de apropriação por que passaram.⁵⁵¹

Complementando, a autora afirma que para que possamos analisar esse tipo de heterogeneidade será preciso mobilizar de maneira firme a categoria de *memória discursiva*.⁵⁵² O historiador Michael de Certeau, sensível a temas referentes aos *discursos* os definia, como tal, porque estão ligados a operações e definidos por funcionamentos. Assim como “*também não se possa compreender o que dizem independentemente da prática de que resultam.*”⁵⁵³ Ou, como podemos então inferir com base nos enunciados anteriores que os discursos nunca mais serão analisados da mesma maneira, mediante o encontro do saber histórico com o saber linguístico, posto que a memória discursiva seja proveniente diretamente dos “lugares de memória”.

Concluindo, Indursky nos orienta que as *incisas discursivas* tratam de um enunciado formulado no intradiscurso, mas que se relaciona com o saber. E esse exame das incisas discursivas conduz à análise da heterogeneidade não marcada, própria da ordem do discurso.⁵⁵⁴

Nos itens a seguir serão analisados, concomitantemente aos debates, na câmara e no senado, os diferentes relatórios ministeriais que, entre outras questões, informavam sobre a proposta de fixação das forças de mar para os anos subsequentes e, por conseguinte, o desenrolar da proposta inclusa na apresentação do ministro da Marinha Salvador José Maciel sobre a criação das quatro primeiras Companhias Fixas de Aprendizes de Marinheiros.

⁵⁵¹Op. Cit.; p. 345

⁵⁵²O conceito de memória discursiva adotado pela autora esta fundamentado em Courtine. Segundo ele memória discursiva designa algo distinto de qualquer lembrança ou memorização psicológica. Tal noção diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas que são reguladas por aparelhos ideológicos. Em suma, é impossível pensarmos o discurso desvinculando-o de suas condições de produção, dos acontecimentos históricos, uma vez que para analisarmos o objeto da análise de discurso faz-se necessário olhar para a “a existência histórica do enunciado”, e para os sentidos que são engendrados externamente, e não por dentro do próprio texto. COURTINE, J. J. *Os Deslizamentos do Espetáculo Político* Apud: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e Mídia – A Cultura do Espetáculo*. São Carlos: Editora Claraluz, 2003.

⁵⁵³CERTEAU, Michel de. *A Operação Historiográfica*. Apud: _____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

⁵⁵⁴INDURSKY. Freda. Op. cit.;

3.2 – O Relatório ministerial de 1835 do Oficial da Marinha José Pereira Pinto

Conforme apresentado no segundo capítulo deste trabalho, os relatórios ministeriais eram de praxe apresentados à Assembleia Geral no início do ano parlamentar, que sempre se iniciava entre os meses de maio e junho. Coube no ano de 1835, a apresentação do referido relatório ao então ministro da José Pereira Pinto.

Outros ministros ocuparam o cargo no período compreendido entre Joaquim José Rodrigues Torres (Nov/1832 – Jul/1834) e Salvador José Maciel (Fev/1836 – Maio/1837): Antero José Ferreira de Brito (Jul/1834 - Jan/1835), João Paulo dos Santos (Jan-1835 - Mar/1835), Joaquim Vieira da Silva e Souza (por três dias em março de 1835). Essa instabilidade dos ministros dizia respeito principalmente a um período carregado de indefinições políticas e ideológicas, ocasionando rebatimentos diretos nas indicações ministeriais.

Nesse sentido, importa trazer para esse item como um elemento a mais com vistas à compreensão das mudanças que estavam sendo operacionalizadas durante aquele período, e aquilo que se almejava reformular, uma síntese do relatório ministerial apresentado a Assembleia Geral entre os anos de 1834/1836, apresentado pelo então ministro José Pereira Pinto, brasileiro; que, segundo Lucas Boiteux foi: *criado no meio de tanta atividade marítima, dia a dia se lhe ia desenvolvendo o gosto pela vida do mar, e na ilha catarinense tinha o meio para completa fascinação*.⁵⁵⁵ Egresso da Academia dos Guardas Marinhas de Lisboa, com diferentes experiências no comando de diferentes embarcações realizou incursões militares em Sacramento, após seu retorno ao Brasil. Pereira Pinto foi *ex-Comandante e Diretor da Companhia de Guardas Marinha no Brasil em 1834; primeiro oficial da Marinha* a ocupar o cargo pós-abdicação.⁵⁵⁶

Seu relatório é composto por três partes (1ª- Pessoal da Armada, 2ª- Material Flutuante/Orçamentos e 3ª – Efetivo Naval). Vale, no entanto, destacar que existe em todo o seu relatório uma linha que o conduz e ao mesmo tempo une todas as partes. Trata-se da ideia de melhoramento e aperfeiçoamento das condições de trabalho de oficiais e marinheiros embarcados, fossem elas por intermédio das mudanças nas leis que regiam os corpos da armada ou pela garantia de melhores soldos e instrução, tendo por referências as principais marinhas daquela época. Segundo Pereira Pinto: a Inglesa e a Francesa, conforme demonstrado nos fragmentos abaixo:

⁵⁵⁵BOITEUX, Lucas Alexandre. *Ministros da Marinha*. Ob. Cit.;

⁵⁵⁶Seleção em itálico é nossa

Seria útil decretar-se uma revisão total de todas as leis antigas e modernas, pelas quais se regem esses corpos (*Armada e Artilharia da Marinha*); em forma que por ela se visse habilitado o corpo legislativo a decretar o *Grande Código de Marinha*; cujas partes principais seriam: leis que tenham por fim fornecer a Marinha Imperial de Praças: leis que regulem seu comportamento em terra e a bordo: Leis que lhe confirmem os prêmios de seus serviços, quer durante eles, quer depois de julgados inabilitados para eles: leis finalmente, que marquem as formalidades que se devem seguir nos seus processos relativos a crimes, que pela Constituição estão fora do direito comum; e as penas a eles correspondentes.

É sob a consulta do Conselho do Almirantado que se conferem honras por assinalados e brilhantes serviços, se outorgam pensões e dão gratificações. Assim, vos vedes, senhores que a força Naval na Inglaterra e o mesmo acontece na França, tem um centro de união e atividade administrativa, para assim dizer perpétua e independente da ação ministerial e de suas sempre fatais oscilações.⁵⁵⁷

Em certa medida, essas sugestões criariam uma rede de relações que unia a todos os grupos envolvidos em um sistema de interdependência fortemente marcado pela hierarquia, por intermédio do qual se dividiam e se compartilhavam obrigações diferentes e rígidas. Sobre as equipagens de marinheiros, o então Ministro e Oficial da Marinha não deixa dúvidas sobre o melhor caminho a ser seguido a fim de minimizar a grande dificuldade de arregimentar esse grupo de indivíduos:

É este o lugar próprio, senhores, de pedir-vos a mais séria atenção sobre o modo legal de compor as nossas equipagens de bordo. Todas as nações têm lutado e lutam com grandes obstáculos, quando se trata de fornecer as Esquadras de marinheiros; porém para nós, esses obstáculos são tais, que excedem a quanto tem podido imaginar o Governo para os superar. Só uma lei pronta, e bem calculada, poderá pôr termo à última ruína de nossa Marinha de Guerra, consequência inevitável da incerteza de nossa Legislação e esse respeito.⁵⁵⁸

É com clareza que o ministro e Oficial da Marinha discorre sobre a improdutividade do recrutamento forçado. Mas, apontando para a necessidade real do engajamento mencionou com ares de sugestão que fosse adotado, conforme a Marinha Inglesa o fez, com base no indefectível direito real sobre o trabalho de seus súditos, quando a defesa do Estado os requeria. E, combinado com outro recrutamento, o voluntário; seria dada ao Governo uma regra geral, a fim de: “*aumentar no Brasil o número de homens do*

⁵⁵⁷RMM –José Pereira Pinto, 1835, pp. 7 e 8.

⁵⁵⁸RMM, José Pereira Pinto, Op. Cit.;

mar, restaurar e preservar a disciplina naval e melhorar a sua sorte quando embarcados.”⁵⁵⁹ Concluiu assim Pereira Pinto essa parte de seu relatório:

É resolvendo tão importantes problemas, que as Nações civilizadas têm elevado a sua força Marítima ao ponto de poder manter a Causa da Honra Nacional.⁵⁶⁰

A importância desses fragmentos e sua relação direta com esse item do trabalho se inserem na discussão que temos levantado sobre a percepção dos oficiais da Marinha referente às questões que envolviam alternativas para o aumento do número e qualidade da marinhagem embarcada, que em última instância remete diretamente às condutas políticas de Governo, tais como o próprio recrutamento, melhoria dos soldos, trabalho e instrução para o pessoal embarcado.

Como destacamos, Pereira Pinto foi o quinto oficial da Marinha a tomar posse no ministério, o primeiro do pós-abdicação. Antes, outros quatro oficiais haviam ocupado o cargo. Nenhum, no entanto, foi capaz de elencar e tocar de forma tão direta e propositiva questões tão sensíveis à Marinha (excluímos aqui Rodrigues Torres – ele não era oficial). Ou melhor, pensar “criticamente” sobre os aspectos políticos, assim como oferecer alternativas a um projeto de Governo.

Nem mesmo o pouco tempo compreendido desde sua nomeação até a apresentação do relatório foram empecilhos para sua execução; fato que corrobora a ação da oficialidade na alimentação e retroalimentação de dados e diferentes informações para sua elaboração. Um desses elementos que corrobora com o fato de que os relatórios ministeriais eram, muitas vezes, levados para apreciação da Câmara e do Senado, importando elementos coletados e elaborados por oficiais ligados diretamente as atividades da corporação é a assinatura do Comandante do Quartel General da Marinha Francisco Bibiano de Castro, em mapa do efetivo do corpo da Armada em 1835:

⁵⁵⁹ Idem, p. 9.

⁵⁶⁰ Ibidem

Imagem 4: Mapa Estatístico Corpo da Armada 1835

N. 2. MAPPA DO CORPO D'ARMADA NACIONAL E IMPERIAL.

GRADUAÇÕES.		ESTADOS.											Total de cada Classe.
		Prontas.	Dezentes em Casa.	Dezentes no Hospital.	Embarcados.	Empregados em terra.	Com licença.	Cumprido Sentença.	Presos.	Faltos a justificação.	Ausentes.	Abdita se não sabem se estão empregados.	
CORPO D'ARMADA	Admirante	Effectivo.	1	"	"	"	"	"	"	"	"	"	1
	Chefes d'Esquadra.	Idem	1	"	"	"	1	"	"	"	"	"	2
	Chefes de Divisão.	Idem	1	"	"	"	1	"	"	"	"	"	2
		Graduados.	1	"	"	1	1	"	"	"	"	"	3
	Capitães de Mar e Guerra.		0	1	"	"	4	2	"	"	1	"	14
	Capitães de Fragata.		3	3	"	3	3	"	"	"	"	"	12
	Capitães Tenentes.		0	4	"	7	8	3	"	"	"	"	28
	Primeiros Tenentes.		3	8	1	59	5	7	"	1	1	2	88
	Segundos Tenentes.		4	11	"	78	3	10	1	"	3	"	114
Somma.			20	28	1	148	25	23	1	1	5	2	204

N. B. No Mappa acima vai contemplado no numero dos embarcados o Segundo Tenente Alexandre José Fernandes, que tem a clemência de não ser assignada a sua Patente sem fazer exame de Apparelho. — Foi reformado hum Chefe de Divisão Effectivo, que se achava com licença. — Quartel General da Marinha 15 de Maio de 1835. — Francisco Bibiano de Castro.

Fonte: Relatório do Ministro da Marinha, José Pereira Pinto, 1835. Imagem Ilustrativa

A documentação pesquisada não aponta diretamente para a ligação dos oficiais em questões que envolvessem a administração da Marinha, possivelmente por entenderem que isso significava uma questão essencialmente “política” e de foro hierárquico superior. Aliado a isso, seria também determinante o conhecimento e a aplicabilidade à risca como instrumento disciplinar do artigo 147 da Constituição de 1824, segundo o qual a “força militar é essencialmente obediente; jamais se poderá reunir, sem que lhe seja ordenado pela autoridade legitima.”⁵⁶¹

Para o historiador Arias Neto, o princípio constitucional da obediência passiva “permanecia uma preocupação para os militares que pretendiam se colocar na arena pública para uma discussão política ou científica.”⁵⁶² Porém, encontramos na documentação pesquisada ofícios e correspondências diversas (e temos mostrado isso em diferentes partes desse trabalho) que apontam para percepção desses indivíduos sobre questões vinculadas à melhoria das condições de trabalho dos marinheiros, ou ainda servindo como porta-vozes das súplicas (requerimento/queixas) dos marinheiros embarcados, seguindo assim a escala da hierarquia militar, evitando sua quebra; o que, no nosso entendimento, corresponde a uma forma endógena e específica de conduta

⁵⁶¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm Capítulo VIII, Força Militar, Artigo 147.

⁵⁶² ARIAS NETO, José Miguel. *Imprensa Militar, Guerra e transferência de tecnologia para a Marinha no Brasil Oitocentista*. Apud: RIBEIRO, Gladys Sabina e CAMPO, Adriana Pereira. *Histórias sobre o Oitocentos*. 1ª Ed. São Paulo: Alameda, 2016, pp.229-249.

política institucional.⁵⁶³ Sob esse aspecto, compreendemos a política como produto e produzida pelos homens em suas diversas inter-relações; assim como: “a política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida às diferenças relativas.”⁵⁶⁴

Esses aspectos apontam para uma relativa consciência adquirida com base nos diferentes processos de experiências históricas sobre a importância e o papel da oficialidade nos caminhos a serem seguidos pela/para a administração da Marinha. Isso transparece nas partes anteriores do relatório ministerial do oficial José Pereira Pinto, e ainda na extensa, mas necessária parte a seguir, na medida em que ele ali se coloca, e como não poderia deixar de ser, como o representante maior da aristocracia do trabalho naval, com todas as suas agruras:

Menos de dois meses não é suficiente espaço de tempo para conhecer com exatidão o movimento, nem da mais simples, e indiferente roda da Grande Máquina Política, quanto mais se pôr alguém ao fato de tudo quanto tem ocorrido em uma tão vasta e complicada parte da Administração Pública; e do seu estado actual concluir, e expor com clareza o que convém alterar, ou revogar, ou em fim adotar dos povos mais adiantados na carreira da civilização: e menos ainda He tão curto espaço de tempo suficiente, quando, como vós o sabeis, se tem que lutar com embarços quase invencíveis, filhos, ou da vastidão do território do império, ou da infância de nossas instituições, ou do

⁵⁶³AN. Série Marinha, Avisos do Ministro Jan/Jun de 1830, * III M 402, Codes B5.

- Requerimento de Francisco de Castro que pede ser posto em liberdade;
- Ofício em que o Comandante (?) da Corveta Bertioja devolve a carne endereçada aos marinheiros pela mesma estar ruim;

AN. Série Marinha, Avisos do Ministro de 1831. * III M 405, Fundo B5, Codes/Del

- Suplica coletiva dos recrutas recolhidos do Pará a bordo da Fragata Conquista provam ter sido violenta e ilegalmente arrancados da província.

AN. Série Marinha, Livro copiador de Ofícios a diversos 1830-1832. * III M 106, Codes B5/Del

- Em ofício o inspetor do Arsenal Francisco Bibiano de Castro pede ao então ministro que responda sobre requerimento de João Pedro de Alcântara que solicita assentar praça como praticante em qualquer embarcação. Segundo Bibiano de Castro: “me parece que deve ser admitido à praça que se quer, com a condição, porém de se não melhorar na primeira viagem que fizer ser excluído do serviço por não poder ampliar sua instrução necessária a bordo tendo em vista da enfermidade que padece.”

AN. Série Marinha, Avisos do ministro Jul/Dez 1833. * III M 409, Codes B5

- Miguel Paes pede declarar com certidão os motivos por que a bordo da Fragata Imperatriz foi castigado com pranchadas;

AN. Série Marinha, Inspeção do Arsenal da Corte 1834-1837, VM – 184, fundo AX

- José Maria Rodrigues – 1º Tenente participava que a bordo da embarcação sob seu comando existiam 08 marinheiros engajados de forma forçada que solicitavam desembarque. Segundo o oficial não receberam nada e temendo por não receberem o que lhes é devido, deserdem.

- Bernardo José Coutinho foi preso por ordem do Presidente da Província da Bahia e mandado a bordo da Fragata Constituição, mas pede em requerimento ser posto em liberdade.

⁵⁶⁴ARENDT, Hannah. *O que é Política?* 3ª Ed. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

inquietação espírito da presente quadra, verdadeira enfermidade moral, que parece haver atacado quase todos os Membros do Corpo Social. Não me demorarei senhores, pedindo-vos a mais efetiva proteção e cuidados, em favor de uma classe, que avaliada em todas as épocas como o melhor escudo das liberdades pátrias, e a única forma que jamais as pois em perigo, He rigorosamente indispensável não só a opulência e prosperidade do Estado, pela sua íntima conexão com o Commercio e a indústria Nacional, mas a Independência, e por consequência a Honra do Brasil.⁵⁶⁵

À guisa da conclusão dessas questões que foram colocadas a fim de que pudéssemos compreender o desenrolar dos “novos” rumos a serem seguidos pela Marinha, identificamos que nesse relatório, a presença do oficial da Marinha no ministério sucedendo de perto a Rodrigues Torres, antecedendo a Salvador Maciel em tempos tão diversos deixaram pistas sobre aquilo que estava em curso. Ou seja, uma alternativa viável e alcançável àquele momento deveria ter como pilares de sustentação a disciplina e o cumprimento de normas que levassem a assimilação da hierarquia militar aos indivíduos heterogêneos que arregimentavam as fileiras da marinhagem da Marinha. Tais medidas consequentemente (ou assim se esperava) resultariam em comportamentos homogêneos e compatíveis com aquilo que se desejava de um marinheiro: reflexos convexos em relação ao grupo de indivíduos que já enfileiravam a Companhia dos Guardas-Marinhas.

Com isso acreditava-se que as diferentes confrontações existentes nos quartéis e principalmente entre as corporações a bordo dos navios pudessem ser contemporizadas, senão extintas. O caminho trilhado e compartilhado desde então seria dar uma “nova” organização ao corpo de marinhagem e criar companhias Fixas de Aprendizes de Marinheiros.

3.3 - O relatório do ministro Salvador José Maciel, a Fixação das Forças de Mar para o biênio 1837/1838, e os debates na Câmara sobre a criação das Companhias Fixas de Marinheiros

O Ministro Salvador José Maciel havia tomado posse no cargo em 5 de fevereiro de 1836, em substituição a José Pereira Pinto (Mar/1835 – Out/1835), após um ministro *interino*, Manuel da Fonseca Lima e Silva (Out/1835 – Fev/1836). Como já mencionado, Maciel era um “*oficial do exército e frequentava a plenária da desde*

⁵⁶⁵ RMM, José Pereira Pinto, 1835. Op. cit.

quando havia se tornado deputado” pela segunda legislatura, 1830-33.⁵⁶⁶ Esse espaço político não era para ele novidade, assim como os caminhos tortuosos a serem trilhados e os diferentes enfrentamentos naquela casa legislativa.

Com a presença de Salvador Maciel à frente da pasta da Marinha, a “política” institucional das armas mostrava-se então unida mais uma vez à política “partidária”; em suma: mantinha-se a relação políticos-militares e sua estreita ligação em possíveis intervenções e definições nos rumos da política de Estado. Esse fato não era novo, e se tornaria recorrente na história institucional da Marinha junto a outros ministros.

Tais recorrências podem nos levar ao encontro aquilo que pensa Rouquié sobre essa relação, e do nascimento das forças armadas estatais. Argumenta o autor que nesse período de “nascimento” o corporativismo tem menos força que a lealdade para com as camarilhas políticas, sendo a militarização um instrumento que permitirá a auto-regulamentação institucional e a emancipação de oficiais do domínio das elites civis.⁵⁶⁷

No entanto, é preciso levar em consideração, e isso nosso próprio interlocutor o faz, explicitando que a criação de um sistema de ensino militar iria aumentar a homogeneidade do corpo de oficiais. Notadamente, a disciplina e a hierarquia militar submetiam os oficiais da Marinha dos anos de 1830 a esse “*distanciamento*” da política por força de lei; mas, para os cargos de Ministro de Estado, seu “*envolvimento*” com as questões políticas das referidas pastas os transmutavam em indivíduos eminentemente políticos. Isso não eliminava a “*interdependência*” como membro da força militar, e consequentemente, seu “*engajamento*” as causas da Marinha.⁵⁶⁸

Foi pensando efetivamente sobre questões que estavam em jogo e afetavam a Marinha que o então ministro Salvador Maciel apresentava à câmara em 6 de maio de 1836 a proposta de fixação das forças de mar para os anos de 1837/38. O mês de maio daquele ano foi praticamente tomado pelas discussões que envolviam a resposta a fala do trono e as eleições para as diferentes comissões, ficando a comissão de Marinha e Guerra a cargo dos Deputados Pinto Peixoto (pela Paróquia de S. Anna – Província do RJ), Lima e Silva (também Ministro da Guerra) e Francisco do Rego (Província de

⁵⁶⁶Uso de aspas é nosso.

⁵⁶⁷ROUQUIÉ, Alain. *O Estado militar na América Latina*. Editora Alfa Ômega: SP, 1984, p. 84

⁵⁶⁸Utilizamos aqui os conceitos de distanciamento, envolvimento, interdependência e engajamento segundo Norbert Elias respectivamente descrito nas obras: ELIAS, Norbert; SCHRÖTER, Michael. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998 & _____. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*. Vol. I Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Pernambuco), a apresentação das propostas de fixação das forças de terra pelo então ministro da Guerra Manoel da Fonseca Lima e Silva, e mar, por Salvador Maciel.

Se comparados quantitativamente a proposta de fixação da Marinha possuía 10 itens, contra apenas quatro do ministério da Guerra.⁵⁶⁹ Essa diferença, todavia não refletia os problemas pelos quais passavam as duas forças, principalmente em relação à dificuldade de preenchimento dos respectivos quadros inferiores - *soldados e marinheiros*.

Abaixo elencamos os 10 itens da proposta ministerial. A reprodução de todos oferece uma visão de conjunto, assim como a possibilidade de interação quando atingirmos a parte dos debates na câmara. Aqui ressaltamos com um breve parêntese que a proeminência e detalhes trazido pela apresentação de partes dos relatórios ministeriais, em detrimento, até este momento, das discussões na câmara, se justificam pela nossa intenção em criar um ambiente onde possa emergir os projetos até então em disputas, como ficará mais claro nos parágrafos seguintes.

1º - As forças navais ativas ordinárias do império para o serviço do ano que há de correr do 1º de julho de 1837 a 30 de junho de 1838, constarão das embarcações que o governo julgar indispensáveis, não devendo exceder o total de suas respectivas tripulações a 1.800 praças de todas as classes;

2º - A força do corpo de Artilharia da Marinha em efetividade de serviço será de 1.200 praças;

3º - Em circunstâncias extraordinárias as forças decretadas no artigo 1º poderão ser elevadas a 3.000 praças;

4º - Só poderão ser aspirantes os discípulos da academia, aprovados no 1º ano matemático, e guardas-marinha os que tiverem completado o curso dos estudos respectivos;

5º - O governo fica autorizado para ajustar marujo a prêmio preferindo os nacionais a estrangeiros, e não havendo quem queira engajar-se poderão recrutar na forma da lei as praças necessárias para completar as forças acima decretadas.

6º - Para preencher a força designada para o corpo de artilharia de marinha, o governo fica, desde já, autorizado a convidar para o serviço os indivíduos, que tendo já servido no exército, ou no dito corpo, obtiveram suas baixas, e a contatar com os que existem ainda com praça, e estão no caso de terem baixa, por haverem acabado o seu tempo de serviço, a continuar no mesmo serviço, dando a uns e a outros como gratificação, além dos soldos que lhes pertencer, enquanto forem praças de pret, uma quantia igual ao mesmo soldo. Fica igualmente autorizado a conceder uma gratificação iguala metade do respectivo soldo aos paisanos que voluntariamente quiserem entrar

⁵⁶⁹ Segundo o Deputado Maciel Monteiro: *um relatório muito escasso, muito mesquinho; por isso o governo não havia concedido as forças de terra solicitadas*. Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 27 de Julho de 1836.

no serviço. E quando não possa conseguir pelos meios acima indicados completar a mencionada força, poderá recrutar na forma da lei;

7º - Ficam suspensas as promoções dos oficiais de Fazenda, Saúde, Apito, Capela e Náutica que não forem indispensáveis para os serviços das embarcações designadas nos artigos 1º e 3º;

8º - O governo fica autorizado a conceder desde já licenças com vencimento de tempo, e meio soldo aos oficiais de artilharia da marinha, que sendo desnecessários ao serviço, assim o quiserem, e igualmente aos oficiais da armada para embarcarem em navios da marinha mercante; e por estas licenças nenhum emolumento pagará os licenciados.

9º - O governo fica desde já autorizado a formar sucessivamente quatro companhias fixas de marinheiros de cem praças cada uma, abatendo-se o efetivo desta forma das mencionadas no artigo 1º da presente proposta, e das que foram decretadas para o ano de 1836/37.

10º - O governo fica igualmente autorizado a promover desde já os oficiais que tenham feito ou fizeram serviços extraordinários, quando neles concorram capacidade e todos os requisitos, que constituem um bom oficial.⁵⁷⁰

Pelos artigos acima podemos observar – e o relatório ministerial daquele mesmo ano apresentado posteriormente àquela casa legislativa vinha corroborar – que a intenção do ministro Salvador Maciel era, por intermédio de lei, que fossem concedidos prêmios e recompensas a fim de tornar os serviços desempenhados por oficiais e marinheiros mais atrativos, e desta forma propiciar sua fixação aos quadros da Marinha.

Talvez senhores, eu pareça abusar da vossa paciência, reclamando as providências que julgo merecerem os Militares da Armada, mas não é somente a justiça individual, que a isso me impeliu, He também a firme persuasão em que estou, de que a rigorosa disciplina He indispensável em todos os Corpos Militares, e de que ela será mais fácil de manter-se, e aperfeiçoar-se, quando a lei que castiga, se combinar com a que premia.⁵⁷¹

As palavras, da forma em que foram colocadas, nos levam a compreender que o ministro tinha como principal preocupação colocar sob *o abrigo da farda* todos os indivíduos que desempenhavam suas atividades de trabalho na Marinha, deliberadamente agindo em dois grandes problemas que já se arrastavam desde o

⁵⁷⁰ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 06/05/1836.

http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=6/5/1836#/

⁵⁷¹ RMM. Salvador José Maciel, 1836, p. 6.

primeiro reinado: os recrutamentos de oficiais e marinheiros e a fixação desses corpos na Marinha.⁵⁷²

Para o primeiro grupo de indivíduos as vantagens financeiras estariam sendo postas em primeiro plano, haja vista, por intermédio da Academia dos Guardas-Marinha terem iniciado seu processo de profissionalização, o que garantiria a esses indivíduos a possibilidade de ascensão desde que fossem bons oficiais, conforme destacado no artigo 10º da proposta de lei. Ao segundo grupo, o artigo 9º, que autorizava desde já (ou seja, não seria possível mais esperar) a criação da companhia de marinheiros que teria, segundo o ministro:

Cumpre pois criar, quanto antes, companhias fixas de marinheiros, aonde se obriguem a servir, como Aprendizes Marinheiros todos os rapazes sem meios de subsistência, e os que se não aplicarem assiduamente a algum ofício ou ocupação: estes corpos devem ser organizados de tal forma, que se tornem aptos para todo o serviço de Mar, e aprendão conjuntamente o manejo d'artilharia, de Fuzil, e de todos as armas, que se usam nos combates navais, e nos de terra. Deste modo conseguiremos formar uma Marinha numerosa, e respeitável pela qualidade das tripulações, e converter em hábeis navegadores, e bravos defensores da Pátria, indivíduos, que pelas desgraças circunstâncias, em que se achavam na sociedade, seriam impelidos a viver na ociosidade, e no crime.⁵⁷³

São vários os significados que podem ser extraídos desse fragmento. Afinal, em uma dada conjuntura histórica perante um acontecimento, aquilo que é dito em excesso ou a menos, ou ainda, o que não poderia ser dito serve como uma via possível de identificação de importantes elementos, mediante os quais podemos desenvolver determinadas análises.

Um primeiro aspecto deixa dúvidas quanto à intencionalidade do ministro em não mencionar na proposta (ver artigo 9º) que se tratava efetivamente de criar quatro Companhias Fixas de *Aprendizes de Marinheiros*, citando apenas Companhias Fixas de Marinheiros. Vale destacar que em 1833 (ver 2º capítulo), o uso da expressão *Aspirante Marinheiro*, da qual Salvador Maciel enquanto deputado foi mentor intelectual e Rodrigues Torres enquanto ministro era defensor e apoiador, foi alvo de intensas críticas no senado, sendo naquele momento a proposta recusada.

⁵⁷²O *Abrigo da farda* é uma expressão que tomamos por empréstimo do artigo: KRAAY, Hendrik. "O abrigo da farda": o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800 -1881. Afro - Ásia, nº 17, 1996. Todavia, alertamos que o uso dessa expressão neste trabalho não é o mesmo desenvolvido pelo autor.

⁵⁷³RMM, Salvador José Maciel, op. cit., p. 8.

Ao que nos parece Salvador Maciel desenvolveu essa estratégia a fim de evitar maiores embates com o intuito de obter vitória em sua proposta perante uma terceira legislatura composta de 66 moderados, 34 exaltados e outros indivíduos de opinião não aparente, de um total de 102 deputados, de acordo com o Decreto Imperial de 26 de março de 1824.⁵⁷⁴ Possivelmente esperava ter maiores dificuldades no Senado, assim como Rodrigues Torres, em 1833.

Outro elemento que nos parece ter sido levado em conta pelo ministro diz respeito à composição da Comissão de Marinha e Guerra da Câmara eleita no início daquele ano legislativo, aparentemente favorável e simpática às proposições de Maciel. Dos indivíduos que faziam parte dessa comissão, Francisco do Rego Barros era reeleito e desde 1833 fazia parte da comissão; Lima e Silva, Ministro da Guerra, ex Ministro da Marinha antecedendo o Maciel como interino, era militar do Exército como ele; José Maria Pinto Peixoto estava em sua 1ª legislatura.

Uma questão importante naquele momento histórico e político tem a ver com as finanças do Império, o que de certo modo poderia servir como empecilho à criação das companhias. De acordo com o Ministro da Fazenda existia um déficit entre receita e despesas da ordem de 885:109\$853.⁵⁷⁵ Porém, conforme salientava o ministro Maciel no artigo 9º (e acreditamos que se tratava de mais uma estratégia de convencimento) a criação das referidas companhias não teria por finalidade o aumento do efetivo, pois os 400 marinheiros destinados a compor as companhias seriam descontados do valor total de 1.800 homens, tal como descrito no artigo primeiro.

Sobre o orçamento geral destinado à Marinha, elaborado pela comissão de Marinha e Guerra, seu valor total era para aquele período de 1.994:803\$934, aqui incluídas todas as despesas com a Secretaria da Marinha e seus expedientes; oficiais, guardas-marinhas e aspirantes; com a Academia; navios armados e desarmados; com o Arsenal de Marinha; com obras, hospital, melhoramentos nos portos e reformados; mas, nenhuma rubrica destinada especificamente às companhias. Isso nos leva a identificar que tais despesas estariam compiladas àquelas dos navios desarmados, onde juntas

⁵⁷⁴ Aurora Fluminense, 2 de agosto de 1833.

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706795&pasta=ano%20183&pesq=>

⁵⁷⁵ Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 7 de maio de 1836.

http://imagem.camara.gov.br/dc_20b.asp?selCodColecaoCsv=A&DataIn=7/5/1836#/

perfaziam um total de 19 contra 46 armados,⁵⁷⁶ com um montante de despesas que chegavam as cifras de 836:470\$880, aproximadamente 42% do orçamento total.⁵⁷⁷

A supressão de valores específicos destinados às despesas com a criação das Companhias Fixas de Aprendizes de Marinheiros, em um orçamento elaborado pela Comissão de Marinha e Guerra, deixa dúvidas sobre quais as verdadeiras intenções dessa comissão. A supressão desses valores seria a interferência estratégica do Ministro Maciel a fim de evitar que a proposta fosse rejeitada? Ou, apesar de aparentemente sensíveis à proposta, poderia haver por parte da comissão a percepção de que esta medida seria reprovada pela câmara? Ou, ainda, incluída uma despesa específica para determinado fim esta poderia vir a ser rejeitada? São questões para as quais não temos respostas, mas esse aspecto específico parece não ter levantado maiores questões perante a Câmara na medida em que a proposta foi aprovada ao final dos debates. Exceto devido aos esclarecimentos pontuais do deputado Rodrigues Torres, o qual deixou claro que a comissão deveria ter solicitado maior valor dos fundos orçamentários para a rubrica destinada aos 1.800 praças, ao invés do montante pedido para os navios armados e desarmados.

Com essa observação Rodrigues Torres, mesmo não fazendo referência direta, permite que o entendimento de sua ação esteja inscrita em dois aspectos. Um primeiro, de melhor organização do orçamento com valores explicitamente destinados às suas ações. Quanto ao segundo aspecto, reforçava a ideia e os planos de Maciel no que dizia respeito à melhoria dos soldos dos diferentes quadros da Marinha.

Contudo, a proposta orçamentária sofreria algumas emendas da comissão de orçamento e de deputados que argumentavam serem contrários a valores pagos a oficiais:

Observa que lhe parecem demasiados os vencimentos do diretor-comandante da academia dos guardas-marinha; não lhe parecendo que seja de tanta importância o comando dos guardas-marinha, que force a nação a ter um oficial de patente superior que gaste 3:055\$960; e como não vê legislação em que se apóie o governo para isto, só vindo citado um aviso de 1834, que lhe parece ser do Sr. Antero, deseja saber que utilidade presta este homem; em que lei se funda o governo para lhe dar 3:055\$; e se não pode este serviço ser desempenhado por um oficial que gaste menos á nação.⁵⁷⁸

⁵⁷⁶RMM, Salvador José Maciel, 1836, idem

⁵⁷⁷Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 22 de julho de 1836.

⁵⁷⁸Fala do Deputado Sr. Viana. Anais da Câmara dos Deputados, op. cit. (Não foi possível identificar a qual deputado dar o crédito do discurso: Cândido José A. Vianna- MA ou Antonio de Castro Vianna - AL)

O fragmento do discurso do deputado Sr. Vianna revela uma questão importante dentro do universo em questão. Afinal, tratava-se de valorizar economicamente uma função exercida por um oficial de Marinha, cuja ação recaía principalmente sobre a formação de outros oficiais. Tal declaração aponta para o desprestígio que a formação profissional do oficial de Marinha poderia vir a sofrer, em detrimento do grupo social do qual faziam parte.

Aliás, a questão da valorização profissional do pessoal da Armada estava também em jogo naquele mesmo período, pois havia sido resgatado pela Câmara, e por Maciel em 19 de maio de 1836 projeto de lei relativo às promoções no corpo da Armada, cuja tramitação naquela casa datava de 1833, na época apresentado por Rodrigues Torres (conforme apresentado algumas páginas antes).

Mais do que um simples projeto de lei, rubricas do orçamento ou um artigo criando quatro companhias fixas, estava em jogo naquele momento por intermédio desse conjunto de medidas, que à primeira vista pareciam desconectadas, uma intenção e ideias ainda em gestação de transformação da Marinha Imperial com vistas à efetivamente torná-la uma Marinha Nacional e Imperial.

Este processo guardava consigo as particularidades políticas individuais, acrescidas de diferentes “intencionalidades” envolvendo Salvador José Maciel e Rodrigues Torres; ainda que ambos aderissem futuramente aos princípios conservadores de governo. O primeiro deixaria claro em seus atos, como deputado e ministro, que sua preocupação era transformar a Marinha por intermédio da melhoria profissional de todos os seus quadros, e advogava sob as experiências obtidas por ele nos anos em que esteve no comando de unidades militares do Exército e da Marinha.

Seu relatório ministerial está recheado de passagens que remetem diretamente às necessidades de melhoria financeira e de trabalho para os corpos da Marinha com o claro objetivo de fixar o maior e o melhor número de indivíduos. Chamando atenção para esses aspectos, concluía:

Não pareça que as pequenas alterações de vencimentos, que proponho, se opõem a rigorosa economia, que cumpre observar-se na repartição de Marinha, ao contrário, tendendo todas elas a uma melhor organização, devem facilitar o restabelecimento da boa administração, destruindo inveterados abusos: é na destruição dos mesmo que consiste a grande e solida economia, que devemos ambicionar (...) Deste modo conseguiremos formar uma Marinha numerosa e respeitável pela qualidade das tripulações, e converter em hábeis navegadores e bravos defensores da pátria, indivíduos que pelas

desgraçadas circunstâncias em que se achavam na sociedade seriam impelidos a viver na ociosidade, e no crime.⁵⁷⁹

Nota-se que o então ministro, militar e político Maciel adquiriu a clareza que somente com uma política de fixação dos corpos na Marinha seria possível sua transformação. Percebemos, e retornamos ao relatório ministerial de seu antecessor José Pereira Pinto para ilustrar certa continuidade no que diz respeito a essa conduta política institucional de fixação de corpos, possivelmente empreendida por oficiais da Marinha, com uma variável importante. Enquanto José Pereira Pinto argumentava que estrangeiros poderiam vir a compor os quadros da Marinha, e ao final do período de serviço de dois anos receberiam carta de naturalização, Salvador Maciel, a exemplo da lei de 1831 que exigia documentação comprobatória de naturalidade para oficiais a fim de que estes pudessem permanecer na Armada, entendia que a solução não estaria no indivíduo estrangeiro, mas no nacional, oriundo dos diferentes grupos sociais menos favorecidos.

Ao que nos parece, essa “pedagogia política” de fixação de indivíduos pensada por Maciel, em certa medida comungada por Rodrigues Torres, estruturava-se na configuração da sociedade da época e nas mudanças de comportamento dos indivíduos que “habitavam” os quartéis e navios. Ou seja, na experiência histórica dos equívocos em que se tornaram as experiências e práticas do recrutamento, e em pensar de forma desconectada o trabalho naval envolvendo oficiais e marinheiros.

A experiência de quatorze anos tem cabalmente demonstrado que a navegação costeira, e a pesca são mananciais muito escassos para fornecerem a nossa Marinha o número de homens necessários para guarnecer os navios de Guerra (...) recorrendo sempre a dispendiosos engajamentos e a recrutamentos opressivos (...).

Empregando cuidadosamente todos os meios, que havemos exposto, se poderão conseguir com o andar do tempo numerosas e boas equipagens para a Marinha de Guerra, e vasos mercantes, criando-se um viveiro de excelentes oficiais marinheiros e práticos instruídos.⁵⁸⁰

Rodrigues Torres possuía “o espírito austero do homem de Estado que aprumava-lhe a visão!”⁵⁸¹ E a disciplina militar era o foco de suas preocupações, pois através dela se obteria a ordem. Como observado mais atentamente no capítulo dois

⁵⁷⁹RMM, Salvador José Maciel, 1836, p 7 e 8.

⁵⁸⁰RMM, Salvador José Maciel, op. cit.

⁵⁸¹LYRA FILHO, João. *Visconde de Itaboraí: a luneta do Império*. Gráfica Portinho Cavalcanti, Rio de Janeiro: S/D, p. 59.

deste trabalho; a defesa de Torres, no Senado, à proposta de criação da Companhia de Aspirantes de Marinheiros foi feita com base na “costura” inicial das ideias entre ele e Salvador Maciel.

Observamos que nesse momento histórico e político, ainda que “engajado” ao conjunto das ideias iniciais pensadas por Maciel, o posicionamento do político Rodrigues Torres no encaminhamento da proposta de fixação das forças de mar e orçamento demonstrou diferentemente de Maciel, que a construção de seus processos de experiência histórica estava sob forte influência, ou ainda, marcada pelas experiências em sua gestão enquanto primeiro presidente da província do Rio de Janeiro durante o período de 1834-36. Lugar que viria a se constituir em um “novo” e “privilegiado” espaço de experimentação política.

As pistas para a elaboração de nossas ideias foram lançadas pela historiadora Livia Beatriz da Conceição ao afirmar que, durante o período que esteve à frente da presidência da província do Rio de Janeiro, Rodrigues Torres desempenhou:

Momento singular de construção, discussão e de experimentação de seus projetos de ação para a recém criada administração provincial, e isto num contexto político mais amplo de constituição aos poucos do que viria a ser o chamado regressismo conservador e, a partir dele, de revisão das reformas consideradas como excessivamente descentralizantes elaboradas nos anos iniciais das regências. Começava a se esboçar, com isso, o que viria a ser esse regressismo político a partir de práticas ou, se quisermos de experimentações, como as processadas por Rodrigues Torres na província fluminense, e que, sobretudo após 1837, assim seriam identificadas.⁵⁸²

Com a aproximação do “político” Torres às questões políticas em menor escala, ou seja, em nível local, seu envolvimento como executor de algumas propostas de ação assim como, distanciando-se momentaneamente do papel de legislador contribuiu como forte indicador no sentido de complementar a direção de outro processo de conhecimento pessoal capaz de consolidar-se em múltiplas experiências; aproximando-o de outros ordenamentos políticos mais alinhados ao conservadorismo.

Abaixo separamos três fragmentos extraídos dos relatórios de Rodrigues Torres enquanto presidente de província respectivamente nos anos de 1835 e 1836, a fim de ilustrar as ideias aqui desenvolvidas:

⁵⁸² CONCEIÇÃO, Livia Beatriz da. *Diálogos Apropriativos em tempos de “funestas paixões”: uma leitura das relações entre os projetos para instrução primária de Joaquim José Rodrigues Torres e de François Guizot (1814-1840)*. Tese de Doutorado em História, UFRJ, 2014.

Em um país exclusivamente agrícola, como o nosso, onde até a indústria comercial das grandes cidades é inteiramente vivificada pelo trabalho rural o meio para que ha com o melhor resultado promover-se o aumento da riqueza pública é sem duvida depois da segurança pessoal e da propriedade o estabelecimento de meios de fácil comunicação, Bem conheço que mal serão suficientes nossos recursos pecuniários para consertar e melhorar as estradas que temos; mas também a época parece aproximar-se em que o espírito de associação para empresas desse gênero começa no nosso abençoado país a produzir os mesmos efeitos que tem opulentado outras nações (...). Estender-me, Senhores, sobre a necessidade da abertura e conservação de meios que facilitem o transporte dos produtos da nossa agricultura, e tornem mais rápidas as comunicações, e as viagens do comércio interior, fora por certo mais do que ocioso. Ninguém há aí que hoje desconheça quanto a riqueza e a civilização de um País cresce na razão direta de seus meios de comunicação.⁵⁸³

Quiza em parte nenhuma do Brasil deva, como em nossa Província, haver tanta confiança no bom resultado de empresas deste gênero: e porque os capitais, que nos falecem, superabundam em outros países, onde dificilmente acham vantajoso emprego, e o interesse particular é mui sagaz em atinar com o que melhor lhe convém, confio que não esteja distante a época, em que realizada a primeira empresa, afluam para nossas terras os capitais, e indústria dos povos mais do que nós avançados em civilização para fazerem, com grande vantagem nossa e deles, brotar os germens de riqueza aqui profusamente disseminados.⁵⁸⁴

Era um momento onde os pensamentos e atividades políticas de Rodrigues Torres estavam enredados por suas relações de sociabilidade, ocasionando uma leitura entre permanências e rupturas “diferenciada” da configuração da sociedade, e consequentemente dos comportamentos das instituições e indivíduos. Essas questões serão aprofundadas no próximo capítulo desse trabalho, quando trataremos da consolidação da Companhia de Aprendizes de Marinheiros.

Na câmara prosseguiram entre os meses de maio e junho de 1836 as discussões sobre a lei de fixação de mar, onde constava o artigo de número 9 sobre a criação das Companhias fixas de Aprendizes de Marinheiros. Foram aproximadamente oito sessões para que a proposta da Comissão de Marinha e Guerra fosse aprovada com algumas emendas feitas pelos deputados. Essas emendas se concentravam fundamentalmente em números. Primeiro, em relação ao quantitativo das tropas; depois, com as cifras a serem gastas com pessoal.

⁵⁸³Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro (RPP), Joaquim José Rodrigues Torres, 1835, p. 34 e 15. Disponível em: www.crl.edu/brazil

⁵⁸⁴RPP, Joaquim José Rodrigues Torres, 1836, p. 24.

Um dos mais motivados deputados em discutir e apresentar algum tipo de emenda, fosse ela em relação ao número das forças navais, ou ao pagamento de soldos aos oficiais era Bernardo de Vasconcellos, seguido de perto por Rodrigues Torres.

A motivação do deputado mineiro Bernardo de Vasconcellos provinha de suas múltiplas experiências políticas adquiridas desde o primeiro reinado, ocupando constantemente o cargo de deputado; e, imediatamente após o sete de Abril, a pasta da Fazenda e a presidência da província de Minas Gerais. Procediam dessas experiências possivelmente a sua familiaridade com vários aspectos da sociedade brasileira, e números.

O artigo primeiro que elevava o número das *forças navais ordinárias* para o número de 1800 homens de todas as classes foi objeto de questionamento de Vasconcellos, assim como se dispôs a fazer outras referências, e uma emenda – *suprima-se a palavra ordinária* - apontando, segundo ele, para a fragilidade do relatório do ministro e seu descompasso em relação à proposta da comissão, posicionando-se então em alguns momentos criticamente:

(...) porquanto lendo e relendo o relatório da Marinha, nele não deparo com ilustrações precisas para poder dar meu voto (...) parece-me que esse relatório em dois pensamentos se pode traduzir – disciplina e formação de duas companhias de artilharia, querendo o nobre ministro quanto antes a disciplina além das disposições estabelecidas aumento dos soldos e vencimentos dos oficiais da armada e da artilharia (...). (...) para votar seria preciso que o Senhor Ministro desenvolvesse o seu sistema, sua opinião governativa sendo dois os principais fins da Marinha defender o país e defender o comércio (...) a repartição da Marinha não se acha conveniente montada, parecendo-lhe conveniente uma corporação que seja fiscal dessa administração que *obste essas versatilidades, caprichos do governo a essas deliberações efêmeras e até contraditórias*(...) que nem diz como são instruídos os nossos oficiais na academia da marinha, desejando saber como nesta escola tinha procurado o governo conciliar a teoria e a prática, pois não sendo muito instruído o corpo da armada vem a ser mais pesado que útil ao país (...) parece-me que só a França tem um corpo tal que se possa comparar (corpo de artilheiros), esse de que fala o senhor ministro. (...) julgo que estando completo o corpo de artilharia são escusadas essas violências que tanto faz mal ao comércio, no recrutamento da marinhagem, se no recrutamento para esse corpo de artilheiros não haverá nenhuma violência (...).⁵⁸⁵

O deputado pareceu ter, entre as contundentes críticas reclamado sobre a falta de informações referentes à administração geral da Marinha, dos planos do ministro e da

⁵⁸⁵Anais da Câmara dos Deputados, Bernardo Pereira de Vasconcellos, sessão 1 de junho de 1836, pp. 123-4.

O grifo em itálico é nosso.

Academia de Marinha; captando inicialmente as ideias centrais que embasavam o relatório ministerial no que dizia respeito à disciplina, ao aumento de soldos e vencimentos do oficialato, como forma de aumentar e garantir a fixação desse corpo na Armada.

Assim como, ao que nos parece ter se confundido, ainda que tenha feito referências à França como possível fonte de inspiração das Companhias Fixas de Marinheiros, sobre aquilo que efetivamente se tratava a proposta. O que se percebe, mas não está dito no conjunto de questões apresentadas por Vasconcellos é que suas críticas no geral eram destinadas ao governo, ao contrário da pessoa ou da administração do ministro. O deputado declarou: *que neste objeto quer progresso e muito detesta o status quo*.⁵⁸⁶

Ainda naquela sessão, posteriormente às respostas de Salvador Maciel às críticas de Vasconcellos, dois deputados se manifestaram: Figueira de Mello concordava com o Sr. Vasconcellos que o ministro não forneceu as devidas informações, argumentando também de forma crítica sobre a administração da Marinha. Pedia informações sobre os motivos que levaram o ministro a autorizar o envio de uma embarcação de guerra à Europa em detrimento das necessidades internas com as guerras no norte e sul do país. Já Rodrigues Torres encaminhava uma subemenda àquela feita por Bernardo Pereira de Vasconcellos aumentando de 1.800 para 2.000 praças, caso passasse a emenda proposta pelo então deputado Vasconcellos.

Rodrigues Torres referia-se a esse possível aumento *para dar forças ao ministro*, mas votaria contra o artigo 3º (em circunstâncias extraordinárias o número de praças poderia ser elevado a 3.000), pois segundo ele:

(...) entende que as circunstâncias extraordinárias em que nos poderemos achar daqui a dois anos podem ser previstos desde já, porque essas circunstâncias são pouco mais ou menos as que nos achamos hoje.⁵⁸⁷

Essas poucas palavras revelam muito. Podemos observar que Torres demonstrou transitar entre as fronteiras dos diferentes pertencimentos políticos que estavam em franco movimento de colisão. Ou seja, os limites das ações propostas pela Comissão de Marinha com aval do ministro da pasta, e a reação a essas medidas compreendidas por uma oposição emergente como sendo de cunho estritamente governamental.

⁵⁸⁶Anais da Câmara dos Deputados, Bernardo Pereira de Vasconcellos, op. cit. p. 125

⁵⁸⁷Anais da Câmara dos Deputados, Joaquim José Rodrigues Torres, Idem, p. 125.

Em defesa da proposta, Salvador Maciel afirmou que se tivesse feito um relatório “*mais desenvolvido, com detalhes fosse menos sujeito à verdade, principalmente para um ministro novo*”⁵⁸⁸ valendo-se, portanto, da adoção de lei do ano anterior. Para ele as forças navais “*são decretadas conforme o litoral, o estado financeiro do país e a instrução recebida pela oficialidade,*” e quanto ao juízo fixo lembrado pelo deputado Vasconcellos (corporação que fiscalizasse a administração), informava “*que um deputado, à época que era ministro, já havia apresentado projeto nesse sentido, e por ser novo à frente da pasta preferiu não reapresentá-lo.*” A respeito da formação de artilheiros marinha dizia que *por ora propõe um ensaio, porque uma coisa nova não se pode pôr de repente no pé em que deve ficar: deve ir progressivamente (...).*⁵⁸⁹

As respostas do Ministro aos questionamentos foram apropriadas tendo em vista ressaltar sua in experiência à frente do cargo. Os aspectos apontados como falhos na proposta demonstravam, todavia, habilidade política para trazer ao contexto das críticas recebidas, certamente, a passagem de Torres pelo ministério da Marinha (1833), quando dizia em seu relatório *do quanto convém dar-lhe a mais apropriada organização ao fim a que se destina.*⁵⁹⁰

Tal estratégia parece não ter surtido verdadeiro efeito sobre Vasconcellos, que, imbuído uma vez mais do espírito crítico, tornou a interpelar o ministro de forma mais contundente, fazendo crer à câmara que o ministro não havia entendido as proposições postas contra sua proposta ministerial, “*pois julgava que quem se encarrega do poder tem já estudado o estado do país tem feito todos os cálculos possíveis para realizar suas ideias.*”⁵⁹¹

O ministro Maciel lembrou, no entanto, respondendo agora às interpelações de Figueira de Mello, que acreditava “*que em breve a ordem fosse restabelecida nas províncias do Pará e Rio Grande,*” mas que não poderia ter uma ideia segura de que “*tais acontecimentos não apareçam e que em circunstâncias extraordinárias duas mil praças seria uma força pequena.*”⁵⁹² Sobre a viagem do navio a Europa, sua resposta foi

⁵⁸⁸ Anais da Câmara dos Deputados, Salvador José Maciel, sessão de 1 de junho de 1836. Idem, p. 124

⁵⁸⁹ Anais da Câmara dos Deputados, Salvador José Maciel, sessão de 1 de junho de 1836. Ibidem.

⁵⁹⁰ RMM, Joaquim José Rodrigues Torres, 1833, p. 3.

⁵⁹¹ Anais da Câmara dos Deputados, Bernardo Pereira de Vasconcellos, sessão de 1 de junho, 1836.

⁵⁹² Anais da Câmara dos Deputados, Figueira de Melo, Op. Cit.

taxativa: “*fora para instrução de nossa oficialidade, o que não podiam conseguir nos vasos que se destinam ao Pará e Rio Grande.*”⁵⁹³

Em sessão realizada no dia 3 de junho de 1836, o deputado Francisco do Rego, membro da Comissão de Marinha e Guerra, pediu a palavra para informar à câmara que concordava em parte com as críticas feitas à proposta no que dizia respeito às poucas informações contidas, reafirmando que ali constavam algumas enviadas pelo ministro e outras anexadas de informações constantes em relatórios e propostas anteriores. Porém, defendia o primeiro artigo por entender que sobre as atuais circunstâncias e pela importância da Marinha em efetivar o bloqueio as tropas intrusas no Pará, *julga que 1.800 não é força excessiva.*⁵⁹⁴

O deputado Bernardo P. de Vasconcellos retornaria à carga nesta sessão, desta vez em tom sarcástico, cumprimentando o deputado Francisco Rego por apoiar a ideia do ministro, “*que sabidamente nada relata em seu relatório*”,⁵⁹⁵ e que o melhor seria rejeitá-lo por este ir contra a Constituição. O deputado ainda critica duramente o que ele chama de *apadrinhagem do governo* ao aumento de vencimento dos oficiais, soltando “*uma das pequenas pêas que prende o arbítrio do governo.*”⁵⁹⁶

Todavia, prevendo que a maioria da câmara estaria propensa a aprovar o artigo primeiro sem a emenda de sua autoria e conseqüentemente derrotada a subemenda de Torres, Vasconcellos ofereceu sua “*emenda de forma que a câmara a julgasse eminentemente ministerial e contra a qual admirava-se ver o ministro.*”⁵⁹⁷ Esse excesso demonstrado pelo estranhamento em discurso seria também uma estratégia relacionada ao intradiscurso apresentado por Vasconcellos; uma “última cartada” para convencer os demais deputados sobre a relevância de sua emenda.

Momentaneamente a estratégia foi eficiente, pois pediu a palavra o deputado Ferreira da Veiga, favorável às emendas apresentadas anteriormente, reafirmando que somente em tempos de paz se poderia reduzir pela metade o efetivo das forças; e, como não era esse o caso, julgava procedente incluir um dispositivo ao artigo que, mantendo

⁵⁹³ Anais da Câmara dos Deputados, Salvador José Maciel, Idem.

⁵⁹⁴ Anais da Câmara dos Deputados, Francisco do Rego, sessão de 3 de junho de 1836, p. 128.

⁵⁹⁵ Anais da Câmara dos Deputados, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Op. Cit.;

⁵⁹⁶ Anais da Câmara dos Deputados, Bernardo Pereira de Vasconcellos, Idem, p. 129.

⁵⁹⁷ Ibidem.

as forças ativas ordinárias e extraordinárias, incluísse – “*desde já o governo se julgará habilitado para elevar a força quando julgar conveniente.*”⁵⁹⁸

Tal dispositivo fazia sentido naquele momento das discussões, pois não foram poucos os deputados que levantaram a questão do Pará, nesta e na sessão de 4 de junho de 1836; e de uma possível interferência inglesa nos assuntos políticos daquela província sob pretexto de defender seus interesses comerciais ou, então, de averiguar sobre a morte de indivíduos daquele país durante os confrontos naquela província. Sobre essa questão específica e que parecia atormentar a câmara, Salvador Maciel demonstrava tranquilidade na condução de suas respostas informando sempre “*que ainda que o Pará estivesse para se tranquilizar, não se deviam abandonar as precauções indispensáveis.*”⁵⁹⁹

O deputado Maciel Monteiro, seguindo de perto a linha ácida de Vasconcellos, observou que não havia entre os ministérios uma total integração. Pois, para o ministro da Marinha tudo estava tranquilo, e para o Ministro da Justiça, em seu relatório, apontava para a necessidade de medidas excepcionais para o Rio Grande, naquele momento rebelado. Segundo o deputado Hollanda Cavalcanti, “*todos os nossos males provêm de indiferença com que são tratados os negócios políticos.*”⁶⁰⁰ Já Souza e Oliveira “*lamentava a posição do Senhor Ministro da Marinha em ignorar semelhante coisa tão importante, relativamente à repartição da marinha.*”⁶⁰¹

A conjuntura política naquele momento mostrava-se delicada para o governo, e principalmente para o regente Feijó. Os pronunciamentos políticos, tal com verificado, capitaneado pelo seu maior rival político Bernardo de Vasconcellos mostravam-se cada vez mais articulados com o objetivo de sensibilizar os deputados, e conseqüentemente, desestabilizar ainda mais a já enfraquecida política regencial. Os anos de 1836, e ainda mais em 1837, quando da renúncia do regente o que se viu, segundo a historiadora Adriana Barreto foi:

A instauração de um ponto de vista definitivo sobre as rebeliões provinciais e o conjunto dos acontecimentos que abalavam o país. Nesse momento, liberais e conservadores buscavam precisar princípios políticos específicos, a cada um dos partidos, mas deixavam claro o sentimento que os unia – o receio de um rompimento na rede

⁵⁹⁸Anais da Câmara dos Deputados, Ferreira da Veiga, op. cit. p. 130.

⁵⁹⁹Anais da Câmara dos Deputados, Salvador José Maciel, Sessão de 4 de Junho de 1836, p. 138

⁶⁰⁰Anais da Câmara dos Deputados, Hollanda de Cavalcanti Op. Cit.

⁶⁰¹Anais da Câmara dos Deputados, Souza e Oliveira, Idem.

de relações que sustentavam distinções sociais e privilégios herdados do período colonial.⁶⁰²

A posição de Maciel frente aos ataques continuava sendo de firmeza. E se o pouco tempo à frente do ministério de alguma maneira era por ele utilizado como estratégia de defesa, ao que nos parece o mesmo era conduzido por uma razão política daquilo que efetivamente defendia. Não obstante, como já salientamos, o ministro, para além de suas obrigações institucionais acreditava que a semente da disciplina poderia germinar nos corpos da Armada na medida em que fosse firme em suas convicções. O espaço institucional a ser organizado tendo por referência as bases constantes na proposta poderia, e Maciel acreditava nisso, servir como um espaço de capacitação profissional, segundo fragmento de seu relatório ministerial:

Seria como julgo, de grande utilidade uma lei, que fizesse extensivas reformas aos oficiais marinheiros e marinheiros que tivessem persistido no serviço da Armada, com condições análogas as dos oficiais inferiores e soldados do exército, por que então as equipagens se fixarão mais facilmente em um serviço.⁶⁰³

A lei, ainda que parcialmente estivesse sendo posta em discussão e atendesse da mesma forma aos anseios do ministro, dava indícios, pelas discussões até aqui colocadas, de que a empreitada poderia ser vencida. Ao nosso entender, os críticos apresentavam sinais de esgotamento ao perceber que mesmo com um relatório reduzido se comparado ao de Rodrigues Torres (1833), e uma proposta de fixação de forças de mar que privilegiava o aumento do número de praças em condições ordinárias e extraordinárias, todas as vezes que foi chamado a responder alguma crítica o ministro Salvador Maciel não recuava e demonstrava segurança e experiência sobre aquilo que proferia. Além disso, deixava claro que os bons resultados de sua intenção a nível institucional poderiam transcender “*desde que empregados todos os meios por ele expostos*” os portões dos quartéis, e os conveses dos navios,

Neste sentido se começou já um belo estabelecimento, que a engrandecer-se em maior escala pode dar os mais felizes resultados: consiste ele em recolher a bordo os meninos que se obtém para ali serem educados ensinando-se-lhes a ler, escrever e contar, assim como

⁶⁰²BARRETO, Adriana Barreto de Souza. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: AN, 1999, p. 31.

⁶⁰³RMM, Salvador José Maciel, 1836, p. 6

o manejo e jogo das diferentes armas, à medida que vão crescendo em força e empregando destreza (...).⁶⁰⁴

Ao que tudo indicava, principalmente pelo andamento dado às discussões da proposta, a mensagem foi compreendida e os discursos, que antes estavam repletos de elementos que apontavam para a ideia de heterogeneidade e oposição passaram, com raras exceções, a emergir como que costurados por linhas invisíveis, produzindo um efeito de homogeneidade. De acordo com a ideia de Adriana Barreto, a instauração de um ponto de vista baseado em princípios políticos específicos.

O artigo 2º sofreria emenda e subemenda dos deputados Carneiro Leão e Ferreira da Veiga; ambas foram derrubadas pela maioria da casa. O artigo 3º sofreu emenda do senhor Vasconcellos, e nova derrota, passando o artigo como estava, e os artigos 4º, 5º e 6º e 7º foram aprovados sem debate.

O artigo 8º, que tratava das licenças com vencimento e meio soldo aos oficiais de artilharia (...), sofreria uma emenda da Comissão, e outra do Sr. Vasconcellos. Para o deputado o artigo deveria agraciar com meio soldo os oficiais embarcados e desembarcados.

Uma pequena divergência pôde ser observada desde o início das discussões da proposta de fixação das forças de mar entre Vasconcellos e Rodrigues Torres. Enquanto para o primeiro os oficiais licenciados poderiam receber meio soldo, tanto embarcados como desembarcados, Torres defendia que isso seria prejudicial à Marinha na medida em que *“a ter um oficial em terra os mesmos vencimentos que a bordo dos navios nenhum incentivo terá para embarcar, expor-se aos perigos, ao fogo, etc.”*⁶⁰⁵ Salvador Maciel julgava que seria justo que fossem tomadas medidas a respeito das gratificações dos oficiais embarcados, lembrando que para isso o soldo dos oficiais deveria ser igual para todos daquele grupo. Pela comissão de Marinha e Guerra, o ministro Lima e Silva argumentava que *“a intenção seria igualar a sorte dos oficiais da Armada aos oficiais do Exército (...)”*⁶⁰⁶

O Deputado Rodrigues Torres retomou a palavra para sustentar sua opinião:

⁶⁰⁴RMM, Salvador José Maciel, Op. Cit.; p. 8.

⁶⁰⁵Anais da Câmara dos Deputados, Joaquim José Rodrigues Torres, sessão de 6 de junho de 1836, p. 144.

⁶⁰⁶Anais da Câmara dos Deputados, Ministro da Guerra, Lima e Silva, sessão de 7 de junho de 1836, p. 147.

(...) os oficiais licenciados podem se empregar onde bem quiserem; mas em serviços que convenham a eles e a nação. Sendo inconveniente depois de obterem suas licenças, se forem empregar em outro ramo de vida (...) e ao fim de quatro ou sete anos; como há de qualquer desses oficiais encarregarem-se do comando, por exemplo, de uma embarcação de guerra.⁶⁰⁷

A preocupação de Torres ecoava diretamente do discurso de Salvador Maciel para o qual concordava em melhorar “*a sorte dos oficiais da Armada para que esta classe não continue a viver na miséria,*” sendo que essa discussão “*deveria ser debatida com maior propriedade em outra lei que não a de fixação de forças.*”⁶⁰⁸ Denunciou o ministro que em face da precariedade de soldos dos oficiais embarcados muitos deles diziam estar doentes e possuíam certificados de tais doenças.

Para esse caso, marinheiros e oficiais valiam-se do mesmo repertório reativo quando a questão remetia ao “*embarque nos navios*”. Porém, para esses trabalhadores do mar a utilização dos conjuntos de repertórios de mobilização política possuía diferentes significantes e significados. Para os primeiros, uma reação à manutenção de uma dupla pena (ver capítulo I); para os oficiais, uma conduta vinculada a uma reação prática às condições de trabalho no mar.

A constatação das dificuldades financeiras pelas quais passavam os oficiais da Marinha daquele período, de acordo com os relatos das autoridades, revela uma face até então pouco explorada pela historiografia no que diz respeito às condições de vida dos oficiais. Por muitas vezes nos deparamos nos relatórios ministeriais com essas preocupações, e outras referências de cunhos assistencialistas com vistas a assegurar uma relativa disciplina, paz e tranquilidade à instituição. Tais aspectos se chocam com a visão aristocrática pela qual esse grupo ficou originariamente conhecido, obscurecendo e pouco revelando sobre os diferentes níveis de interdependências específicas ocasionadas pelo labor no mar. É então mais adequado representá-los como imagem dos homens, ou em outras palavras, uma imagem de vários homens interdependentes social, econômica e politicamente. A partir desse fundamento desaparece a discrepância das imagens tradicionais de indivíduos aristocratas, e nesse sentido a sociedade (*o navio*) é o próprio entrelaçamento das interdependências formadas pelos indivíduos.⁶⁰⁹

⁶⁰⁷Anais da Câmara dos Deputados, Joaquim José Rodrigues Torres, Op. Cit.;

⁶⁰⁸Idem.

⁶⁰⁹ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Ob. Cit.; Parêntese em itálico é nosso.

Após algumas outras observações, julgou-se o artigo discutido, e colocado a votos, não passou. Aprovando-se a emenda da Comissão, a primeira parte da emenda de Vasconcellos, “*mais meio soldo das respectivas patentes aos oficiais da Armada e artilharia embarcados*” rejeitando-se a outra parte “*extensivo aos oficiais desembarcados*.”⁶¹⁰ As emendas de Torres e Calmon foram recusadas.

Entra em primeira discussão o artigo 9º:

O governo fica desde já autorizado a formar sucessivamente quatro companhias fixas de marinheiros de cem praças cada uma, abatendo-se o efetivo desta forma das mencionadas no artigo 1º da presente proposta, e das que foram decretadas para o ano de 1836/37.⁶¹¹

Uma primeira palavra de ordem é feita pelo senhor Figueira de Mello, que entendeu por fixa uma companhia que ficaria estacionada, não devendo ir para onde se achar conveniente. Em outra oportunidade reiterou a necessidade de supressão do artigo declarando que quando “*esteve a bordo da Fragata Príncipe Imperial só vira meninos de pouca idade e não sabe que defesa possam prestar ao Estado*.”⁶¹² Rodrigues Torres aprovou a matéria que julgava,

Vantajoso; requerendo o mais breve possível que o ministro apresente *o regulamento destas companhias*, para que vindo um outro ministro, e não havendo regulamento, *desfaça aquilo que esta se fazendo e mesmo para que fique isto de uma maneira permanente*.⁶¹³

Em defesa do artigo o ministro Maciel se pronunciou:

Com essas companhias procura-se *aperfeiçoar o ensaio que já se começou a fazer*, e está se fazendo a bordo da Fragata Príncipe Imperial. Declarando que são *essas companhias fixas organizadas da nossa mocidade indigente que vagando pelas ruas das cidades e que vêm acabar desgraçada dos outros*, convido os senhores deputados a visitar esse estabelecimento onde verão *moços de pouca idade aprendendo, além de exercícios de marinheiro e artilheiro, outras doutrinas que os podem tornar homens inteligentes no serviço da nação e úteis a si*, demais esta providência vai cortar o mal que já se principia a sentir-se *da falta de oficiais marinheiros*.⁶¹⁴

⁶¹⁰ Anais da Câmara dos Deputados, Bernardo Pereira de Vasconcellos, sessão de 8 de junho de 1836, p. 149

⁶¹¹ RMM, Salvador José Maciel, 1836.

⁶¹² Anais da Câmara dos Deputados, Figueira de Melo, Op. Cit.;

⁶¹³ Anais da Câmara dos Deputados, Joaquim José Rodrigues Torres, Idem. Grifos em itálico e negrito são nossos.

⁶¹⁴ Anais da Câmara dos Deputados, Salvador José Maciel, sessão de 7 de junho de 1836, p. 148. Grifos em itálico e negrito são nossos.

Quanto ao termo fixas, explicou:

É a atenção a não embarcar senão uma companhia inteira e não como acontece atualmente a semelhança do sistema Frances, segundo o qual não se embarca senão companhias inteiras ou meias companhias; *são companhias fixas no serviço, mas não no lugar do serviço.*⁶¹⁵

Os fragmentos dos discursos, os relatórios ministeriais, assim como as biografias de Rodrigues Torres e Salvador Maciel, produzem um sentido, e constituem um conjunto de processos sócio-históricos não muito transparentes. Todavia, desse conjunto foi possível depreender que todos os enunciados até aqui apresentados, trabalhados e mediados por esses dois atores políticos foram construídos a partir de um lugar social, sócio-histórico e político por intermédio do qual deriva a ilusão de univocidade. No entanto, as formações discursivas ora apresentadas por esses atores políticos são entrecortadas por saberes/dizeres produzidos em diferentes regiões, e seus sentidos deslocados.

Como exemplo, os fragmentos dos discursos anteriormente citados, cujas palavras/expressões foram propositalmente “*marcadas*” apontam para a heterogeneidade demonstrada por intermédio das incisivas discursivas. As falas aparecem como se produzidas independentemente uma da outra, ocultando sua natureza heterogênea em relação àquilo que viria a se constituir um projeto, para Torres – *que fique isso de uma maneira permanente e regulamentada e que outros não possam desfazer* – a continuidade de uma intencionalidade, para Maciel – *aperfeiçoando aquilo que está se fazendo, aprendendo exercícios e doutrinas, tornando-se homens inteligentes a serviço da nação e de si*. Ambos os discursos são dotados de coesão e coerência de ideias, de onde se produz um efeito de homogeneidade.

Todavia, os vestígios da exterioridade de ambos os discursos não são percebidos. O conjunto e associação das frases captadas acima estão de certo modo costurados tão intimamente que não deixam vestígios de sua diferença; uma costura invisível.

Vale, mais uma vez, lembrar parte do discurso de Rodrigues Torres ao senado três anos antes (ver capítulo II), quando então proferiu a defesa da criação das companhias de Aspirantes Marinheiros; e como ele nos ajudou a perceber como enxergava objetivamente a necessidade de uma Marinha instruída e aparelhada; mas também como um projeto político de ação: “*mas não me diga que tal organização é incompatível*

⁶¹⁵Op. Cit.;

porque a experiência tem mostrado que isso se pode conseguir, e algumas Nações já o conseguiram.”⁶¹⁶

Uma das fontes da exterioridade do discurso de Rodrigues Torres pode também ser encontrada na Exposição dos Princípios do Ministério de Bernardo Pereira de Vasconcellos, apresentado em 23 de julho de 1831 à Assembleia Geral, por intermédio da qual era traçada a linha básica, e os limites dos movimentos políticos:

Agora, senhores, cumpre declarar como entendemos esta memorável revolução. A nação, abdicado o trono constitucional pelo primeiro príncipe que ela elegeu, nem teve intuito de subverter as instituições constitucionais e mudar a dinastia, nem o de consagrar a violência e proclamar a anarquia; usou sim do incontestável direito de resistência à opressão, e quis popularizar a monarquia, arredando-se dela os abusos e os erros que a haviam tornado pesada aos povos, a fim de reconciliá-la com os princípios da verdadeira liberdade.

(...) o governo está firme também na repressão da violência e da sedição, executando e fazendo executar prontamente as leis e, quando estas não bastem, representando e propondo à Assembleia Geral as providências necessárias. A sedição é um crime, qualquer que seja o pretexto com que se revista; crime também é a violência, porque ela dá princípio à perturbação da ordem que só um governo fraco e as insuficiências das leis podem tolerar.

Especificamente sobre as forças militares:

Um dia virá em que os princípios farão por si só a lei de todas as nações; mas hoje, e talvez por longo tempo, eles precisam escorar-se na força para manter o seu ainda combatido império. A arte da guerra é atualmente resultado de combinações científicas mais transcendentais da matemática. Ela se tem complicado na razão direta dos progressos da civilização; exige-se talentos e diuturna prática que não se adquirem no momento da necessidade. O governo, portanto, procurará dar aos corpos de forças de mar e terra a instrução precisa para manterem com denodo a honra nacional, e conservarem a subordinação e disciplina no regaço da paz, inacessível às sugestões da rebelião e das facções.⁶¹⁷

Com base na exposição alongada desses princípios podemos observar que uma das estratégias mais importantes pensadas e ocasionalmente postas em prática por Rodrigues Torres nos diferentes espaços de experiências ocupados na administração com vias à realização de seus projetos e propostas de ação seria torná-las, antes de qualquer coisa, *uma lei*. Somente então, com esse mecanismo de autoridade legítima;

⁶¹⁶Anais do Senado, Joaquim José Rodrigues Torres, sessão de 6 de julho de 1836, p. 125.

⁶¹⁷Carvalho, José Murilo de (Org.) *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, São Paulo: Ed. 34, 1999. (Coleção Formadores do Brasil).

não apenas aquela penal; mas também, leis que poderiam em um processo gradual e lento emanar mudanças nos costumes e na moral de grande parte da sociedade intermediadas pela instrução; fosse ela desenvolvida nas instituições públicas ou militares. Esse conjunto de elementos não era alheio à experiência histórica de Rodrigues Torres.

Por outro lado, a exterioridade do discurso imerso na proposta de Salvador Maciel não encontrava eco senão junto às diferentes e constantes tensões procedentes das interdependências entre os corpos da Marinha, e sua intenção com a possível aprovação da proposta limitava-se a melhorar por intermédio do abrigo da farda quantitativamente e qualitativamente os quadros profissionais da Marinha. A preocupação e abrangência social de sua proposta, conforme passagem de seu relatório se mostrava com limites claros e objetivos.

Rodrigues Torres “engajado” a intenção de Maciel, em uma reação prática ao autocontrole de suas emoções, aliado e defendendo a concepção da criação de Companhias de Aprendizes de Marinheiros anos antes e agora, *diagnosticou* esse espaço de formação profissional, histórico e social estratégico no sentido de exercer a função de alicerce para medidas e experimentações de procedimentos a níveis institucional e governamental, de ideias preconizadas àquele momento histórico e político como centralizadoras. Sem desprezar tudo o que já havia sido posto em prática, inclusive as experiências advindas do modelo de utilidade das Presigangas.⁶¹⁸ Recordemos aqui o pronunciamento de Torres ao senado três anos antes (ver capítulo II, subitem 2.6):

Se nós quisermos tornar uma *Nação marítima como convém*, é certamente necessário um grande número de marinheiros, nós não devemos olhar *só para o presente, é preciso também encarar o futuro* (...) que talvez fosse necessário *fazer esse ensaio para ver se convém*. (...) *que pudéssemos aproveitar tudo aquilo que é bom, e nos possa ser útil.*⁶¹⁹

A concepção empregada por Rodrigues Torres à Nação Marítima remete à possibilidade de expansão da intenção inicial, vindo a constitui-se em um projeto de

⁶¹⁸O uso da palavra *diagnosticou* em itálico é nosso. Aqui fazemos referências as diversas passagens em diferentes discursos onde encontramos termos médicos vinculados as análises sociais, muito comuns no século XIX. Tratava-se de entender a sociedade como um terreno fecundo e receptivo de fermentos doutrinários e propostas culturais novas, ao mesmo tempo em que mantinha viva as raízes da tradição intelectual mais antiga.

⁶¹⁹Anais do Senado, Joaquim José Rodrigues Torres, 1833. Os grifos em itálico são nossos.

envergadura nacional, do qual no presente não seria possível senão um ensaio, que remeteria à necessidade da criação das quatro companhias fixas, e delas aproveitarem tudo aquilo que pudesse ser bom e útil; nesse caso, a disciplina na Marinha e a ordem social ao país.

Em sessão de 17 de junho de 1836 prosseguiram na câmara os debates sobre a proposta de lei de fixação de mar, e alguns deputados que haviam se mantido incógnitos até aquela sessão - Raphael de Carvalho, Henriques de Rezende, etc -, de forma redundante pediam informações sobre artigos já demasiadamente discutidos, a exemplo do artigo 1º e 2º e as lutas nas Províncias do Pará e Rio Grande.

O implacável Bernardo P. Vasconcellos argumentou mais uma vez sobre as possíveis dificuldades de pagamento de uma força de mar superior a 3.000 homens, ou mesmo sobre o exagero de chegar a números de 6.000 como havia proferido “*um deputado*”; também questionou sobre o engajamento de 500 marinheiros em Londres e um engenheiro e assim, “*o senhor ministro há de ter diminuído os trabalhos do arsenal e acudido a outros ramos de sua repartição para atender a essa despesa extraordinária.*”⁶²⁰ Em um longo discurso que adentrou na sessão do dia 18 de junho, o deputado Vasconcellos expôs mais uma vez suas severas críticas àquilo que denominou de *achincalhamento*: as medidas tomadas pelo governo por ter maioria na câmara, contudo advertiu que o governo fizesse sua parte, e da dele auxiliaria com conselhos, *despertando-o*.

Salvador Maciel, mais uma vez, procurou temporizar e dar fim às críticas. Disparou que, “*se foi pedido 3.000 homens, calculou-se com a necessidade e possibilidade de pagamento, sem a necessidade de parar os trabalhos já iniciados, da mesma forma se foi engajar em Londres foi por não poder fazê-lo o país.*”⁶²¹

Uma voz dissonante às críticas foi a do deputado Sr. Calmon, que pareceu ter sido “convencido”, ou, a exemplo de Rodrigues Torres, ter despertado uma reação prática aos argumentos do ministro Maciel. Inicialmente ele exigia a retirada de alguns artigos da proposta, mas depois de dadas as “devidas explicações” foi de opinião que: À proporção que se forem formando as companhias fixas de marinheiro, se deve ir diminuindo o número de força, não da fixada no artigo primeiro, porém sim do número de 1.200 praças de artilheiros (...) aumentar o soldo dos oficiais de Marinha e que algum sacrifício se deve fazer a este respeito, que é necessário dar a

⁶²⁰Anais da Câmara dos Deputados, Bernardo P. de Vasconcellos, sessão de 17 de Junho de 1836, p. 190.

⁶²¹Anais da Câmara, Salvador José Maciel, op. cit.

esses oficiais certos gozos e comodidades em vistas dos trabalhos que eles tem e cujos vencimentos não estão em proporção com os outros empregados públicos (...).⁶²²

Como observado, o deputado associou-se às atividades em curso na câmara para a aprovação do artigo na forma de um projeto político de ação em construção, sob uma direção. Ainda que parecesse estar associado de forma homogênea ao discurso do ministro, a ideia de diminuir as forças de artilharia apresentada pelo deputado não correspondia àquela defendida pelo ministro. Não entendia como atividades profissionais diferentes – artilheiros e marinheiros -, talvez por conviverem em um mesmo espaço laboral.

Ao que nos parece o Sr. Calmon, a exemplo de outros deputados que ao final dos debates aprovaram a proposta de criação das quatro Companhias Fixas de Marinheiros sem emendas não apenas ficaram “satisfeitos” com a defesa, e o “firme” papel desempenhado por Maciel na condução de suas funções e pela proposta com viés institucional. Mas, vislumbrou fundamentado pelo momento histórico e político a possibilidade de uma formação social possível cujas interdependências oriundas das relações sociais reproduzidas no interior da Marinha – entre oficiais e marinheiros - pudessem ser matizadas também pela distinção, principalmente pelas formas de arregimentação ainda vigentes. Conforme entendimento demonstrado pelo deputado Raphael de Carvalho:

(...) a lei fala em companhias fixas de marinheiros e não de artilheiros, podem ser de artilheiros e marinheiros, mas que tempo não levará para formar esses homens? Além de que é preciso refletir no modo porque se fazem esses engajamentos de marinheiros aqui na corte.⁶²³

Complementando seu discurso, o deputado anteviu, em tom de advertência, um problema crônico que iria acompanhar todo o processo da criação e consolidação do “projeto” Companhia de Aprendizes de Marinheiros:

Ainda em janeiro lá foi um marinheiro inglês que não sabia uma palavra em português, um dos tais agentes engajadores levou-o ao arsenal, depois de lhe haver ensinado a dizer: *mi preparado a matá caboclo*. Foi com o pobre marinheiro muito bêbado, e apresentou-o como querendo engajar-se: o inspetor conheceu que ele não sabia o português, que estava muitíssimo bêbado, e, entretanto aceitou-o!

⁶²²Anais da Câmara, Sr. Calmon, sessão de 18 de Junho de 1836, p. 195.

⁶²³Anais da Câmara, Raphael de Carvalho, sessão de 20 de Junho de 1836, p. 198.

Desta maneira fazem-se os engajamentos; são homens fora de si, que quando recobram seu juízo ficam desesperadíssimos: e é desta gente que se hão de formar essas companhias fixas? Se essas quatro companhias forem desta gente que não serve nem para marinheiros nem para artilheiros.⁶²⁴

Sob a presidência de Araújo Lima, e com a presença de 90 deputados, deu-se por concluída a discussão do projeto, que foi aprovado, por ampla maioria de votos passando o mesmo à discussão no Senado.⁶²⁵

3.4 - A Fixação das Forças de Mar para o biênio 1837/1838, e a proposta de criação das Companhias Fixas chegam ao Senado

Em sessão realizada no dia 18 de julho de 1836, quase trinta dias após a aprovação na câmara, começou no senado as discussões sobre a proposta de fixação das forças de mar para o biênio 1837-8, e com elas o artigo 9º, sem nenhuma emenda realizada pela câmara. Sob a presidência do senador Bento Barroso tem início a primeira discussão para a fixação das forças de mar; estando à frente da Comissão de Marinha e Guerra, nossos velhos conhecidos de 1833, que acompanharam as primeiras discussões sobre a criação das companhias de aspirantes marinheiros – o Conde de Lajes (João Vieira de Carvalho), José Saturnino da Costa Pereira e o Marquês de Paranaguá (Francisco Vilela Barbosa).

Mais uma vez, a exemplo do que ocorrera na câmara, os dois primeiros artigos que versavam sobre o número de 1.800 homens em circunstâncias ordinárias e extraordinárias foi objeto de questionamento do Conde de Lajes, apesar dos mesmos estarem de acordo com a Constituição, afirmou. *“Mas, observou uma desigualdade na relação da força de artilheiros para com a dos marinheiros em circunstâncias extraordinárias.”*⁶²⁶

Em sua primeira alocução o ministro Salvador Maciel deixou claro que concordava com as observações do conde. Todavia, desde aquele momento e de forma incisiva procurou apontar aos senadores que o “remédio” para esse mal e outros seria, em seu entendimento:

⁶²⁴Op. cit. Grifos em itálico pertencem ao texto consultado.

⁶²⁵ Não pudemos por falta de informações contabilizar o número oficial de votos favoráveis e contrários a proposta, assim como o voto de cada um dos deputados.

⁶²⁶ Anais do Senado, Conde de Lajes, sessão de 18 de Julho de 1836, p. 193.

(...) a origem desta desigualdade provém de que o Governo tem em vista empregar os soldados artilheiros no serviço de marinheiros no que cuida dando a devida instrução aos soldados que têm idade e robustez necessárias para o complemento dos dois exercícios, por muito convir o nacionalizar o mais que for possível a nossa Armada, pois não é em ser nacional a madeira, de que se fabricam os navios do país, e o filete das bandeiras, que está a nacionalidade, mas sim nas suas guarnições; além de que, o Governo conseguindo ter assim quatro companhias de marinheiros artilheiros, consegue o evitar-se o mal que hoje se pratica, de se retirarem braços ao comércio de cabotagem.⁶²⁷

O ministro esclareceu desde então que sua intenção era criar companhias devidamente instruídas; aqui podemos entendê-las como profissionalizadas em diferentes saberes e, acima de tudo, inteiramente formadas por indivíduos naturais do país. Esse aspecto ficou explícito em seu relatório por intermédio do qual foi demonstrada a abrangência social limitada de sua intenção.

Por outro lado, Maciel recorreu de imediato a uma questão sensível aos senadores – *o recrutamento de homens com experiência em pesca e comércio de cabotagem* – sendo este um dos embates travados anos antes entre Rodrigues Torres, enquanto ministro, e o senador Marquês de Paranaguá. Com a clareza de seus objetivos colocados imediatamente à mesa acreditamos que o ministro tenha pensado em satisfazer as necessidades impostas a ele pelo cargo e ao mesmo tempo convencer os senadores. Ao que parece, a estratégia funcionou em parte, pois o Marquês de Barbacena declarou que, “*à vista das informações dadas pelo nobre Ministro, suas dúvidas se acham desvanecidas.*”⁶²⁸

O senador Carneiro de Campos, entretanto, levantou uma questão que nos parece essencial para que possamos entender a homogeneização das ideias em relação à intenção do ministro no que diz respeito à criação das companhias fixas. Em seu discurso mencionou:

A Nação Brasileira é essencialmente uma Nação marítima, por possuir em seu seio todos os elementos necessários para se tornar uma Nação poderosa em marinha; mas para ela chegar a esse apogeu sempre se tem lutado com uma grande dificuldade, a de se obterem marinheiros.⁶²⁹

⁶²⁷ Anais do Senado, MM Salvador José Maciel, op. cit., p. 193-4.

⁶²⁸ Anais do Senado, Marquês de Barbacena, idem, p. 194.

⁶²⁹ Anais do Senado, Carneiro de Campos, ibidem.

Notamos que a expressão *nação marítima* reaparece nesse contexto reapropriada do discurso de Rodrigues Torres naquela casa anos antes. Naquele momento, o então ministro Torres insistiu na criação das companhias de aspirantes como um projeto de envergadura nacional, e que dele se aproveitasse tudo: a disciplina para a Marinha e a ordem para o Brasil. Ao que nos parece, se naquele momento histórico e político tal projeto não pôde ser vislumbrado como possível, três anos depois ele já fazia sentido, segundo a percepção do senador Campos. Certamente colaborava para isso o aumento da instabilidade política e as diferentes *crises convulsivas* sociais.⁶³⁰

Em nova sessão realizada em 19 de julho daquele ano entrou em discussão o artigo 9º, que tratava da criação das Companhias Fixas. Observamos que todos os artigos que antecederam a esse foram sumariamente discutidos e emendas pouco relevantes foram feitas ao projeto que havia sido encaminhado pela Câmara, a exemplo do que ocorreu naquela casa legislativa.

O marquês de Paranaguá tomou a palavra e, proferindo longo discurso, votou contra o artigo, justificando:

A matéria contida neste artigo já veio em um dos anos transatos, em uma lei de fixação de forças no tempo em que era Ministro o Sr. Torres, mas mais explicada, pois ar se declarava a organização das companhias, sua força, soldo, etc., à qual então se opôs, e que uma das razões que a isso o induziam ainda hoje existe; continua por tanto a votar contra tal disposição, quando não veja essa razão destruída pelo nobre Ministro. Nota que o artigo tem por fim o conseguirem-se marinheiros, mas já se apresentou na casa a ideia de que do corpo de artilharia se poderiam tirar marinheiros, e que neste sentido foi que passaram os primeiros artigos do Projeto; à vista do que, julga desnecessária a criação de quatro companhias de marinheiros. Está persuadido que o único meio de se obterem marinheiros é conseguindo-se que eles se criem no comércio de cabotagem e na pesca; e lastima que o Governo não tenha dado impulso a estes dois ramos tão importantes para o Estado, e até mesmo premiando aquelas embarcações que somente trouxessem homens livres, ou mui diminuto número de escravos na tripulação. Demonstra que os marinheiros artilheiros, e com disciplina militar, nunca podem ter a aptidão necessária; e a flexibilidade que necessita ter o marinheiro não será possível obter-se no homem que exerça os dois serviços.⁶³¹

A resposta do ministro a tão previsível discurso do senador, à medida que já havia feito as mesmas observações anteriormente, é importante para esse trabalho, e merece

⁶³⁰ Aqui mais uma vez utilizamos um glossário médico como metáfora para explicitar um aspecto social do século XIX.

⁶³¹ Anais do Senado, Marquês de Paranaguá, sessão de 19 de julho de 1836, p. 198.

ser transcrita integralmente, apesar de longa, pois elenca mais uma vez de forma clara e objetiva as intenções pessoais do ministro no que dizia respeito à conduta política institucional pensada por ele. Em detrimento do futuro uso político governamental que tomará a criação das Companhias Fixas de Aprendizes de Marinheiros:

Espera que hoje não caia esta ideia, que em 1833caiu no Senado, não porque se julgue com talentos para a sustentar,mas pelas dificuldades que a **experiência** tem demonstrado encontrarem-se em se obterem marinheiros. Demonstra que o Governo muito desejaria encontrar no comércio de cabotagem, e na pesca, o viveiro dos marinheiros que necessita, mas que a todos é patente a impossibilidade que nisso há, quando se observa que a **tripulação das embarcações empregadas nesses ramos é toda de escravos**. A organização das companhias não se opõe ao fim desejado pelo nobre Senador, **e quando ele se consiga, nenhum embaraço haverá em se acabar com as companhias de artilheiros marinheiros**, porque, havendo abundância de marinhagem, cessa a necessidade da medida intermédia proposta pelo Governo. Nota que o artigo, que em 1833 veio da outra Câmara, não era mais desenvolvido que este, pois que aí se dizia que haveriam quatro companhias, sendo cada uma composta de 125 praças. Observa que na mesma **marinha francesa, donde vem a origem desta organização**, nem todas as praças das companhias são marinheiros artilheiros; há certa porção que somente tem a função de marinheiros. Nos portos de Toulon e Brest há, em cada um deles, 53companhias de 100 praças cada uma, mas não embarcam por destacamentos, e sim por companhias ou seções. Este sistema tenciona pô-lo em prática. Respondendo à impossibilidade de haver destreza e flexibilidade na reunião dos dois exercícios, faz ver que a **experiência** em um pequeno número tem mostrado o contrário; **pois que nos rapazes que existem a bordo da fragata Príncipe Imperial se encontra agilidade e firmeza no serviço de soldado, prontidão e flexibilidade no de marinheiros**. Desta escola espera **colher grandes vantagens, e tal vez a nação consiga obter grandes homens, porque aqueles moços que são filhos da nação, observando que não têm por si senão os desempenhos de seus deveres puxarão por si; o que se não dá a respeito da alta mocidade, que, tendo patronato, não cuida no desempenho de suas obrigações, nem no progresso de seus estudos**. Faz finalmente ver as vantagens que promete tal organização, e o quanto ele, Ministro, cuida em extirpar os abusos que há na sua repartição, pois que é tempo de deixarem as embarcações de estarem nas baías estacionadas como árvores, **e a oficialidade dando que fazer aos escalares, concorrendo assim para a desmoralização da tripulação**.⁶³²

A proposta que três anos antes havia sido recusada pelo senado pertencia a Salvador Maciel, e fora defendida por Rodrigues Torres. Neste momento o próprio idealizador tomaria assento na defesa de sua intenção, e o fez demonstrando que as experiências vividas sem nenhuma cerimônia foram objetos de constituição e negação, oposição e

⁶³²Anais do Senado, MM Salvador José Maciel, op. cit. p. 200. Os grifos em negrito são nossos.

resistência de sua intenção, e nesse sentido criou mediações por intermédio das quais observou no interior da Marinha um espaço possível de prática de intervenção capaz de romper com a obstaculização profissional da marinhagem. Ou, em outras palavras, propor um tipo de enfardamento possível à formação da identidade de marinheiro por intermédio das Companhias Fixas.

Sua intervenção, ao mesmo tempo em que desmontava a tese de que o labor em rios e mares serviria como elemento essencial de prática as possíveis tripulações das embarcações da Marinha, apresentou a todos um campo possível de instrução e prática profissional para os marinheiros, a exemplo do que já vinha sendo feito fora e dentro do Brasil.

Certamente, com base em tudo o que trouxemos até aqui, não foi sua intenção, mas ao importar e defender a ideia das companhias despertou interesse de grupos que, segundo Ilmar Mattos:

servindo-se de imagens e conceitos cunhados em países distantes, buscavam referências para a compreensão do quadro em que se moviam, assim como procuravam ser semelhantes às nações que se apresentavam como portadoras de uma civilização.⁶³³

A explicação de como o evento da criação das Companhias Fixas se moveu em determinada direção, assim como os princípios e tendências fundamentais desse processo podem também ser explicados por essa ideia. Todavia, acreditamos que o pensamento de Maciel, imerso em uma cultura política específica, por isso mesmo, capaz de obter uma reação prática que rompesse com o imobilismo político dado como elemento estruturante dos cargos que ocupou e ocupava. Aproximou-se das tensões geradas pelas interdependências entre oficiais e marinheiros; reconheceu, adaptou e transmitiu na forma de intenção as pressões oriundas do espaço militar dos navios e quartéis da Marinha como um *input* às corporações legislativas. Essa condição foi captada pelo Conde de Lages ao declarar “*que advogava os interesses da Nação, e o nobre Ministro os da sua repartição.*”⁶³⁴

Tais intenções, assim como alguns indivíduos, no entanto, em um processo de ressignificação e filtragem legitimaram-nas no âmbito de seus interesses enquanto promotores da ordem política e social. A disciplina foi justificada como um valor a ser

⁶³³MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Acecess, 1994, p.1

⁶³⁴Anais do Senado, Conde de Lages, Sessão de 20 de Julho de 1836, p. 203.

alcançado pela corporação e um papel a ser desempenhado como constitutivo da Marinha. A aprovação da proposta de criação das Companhias fixas emerge em um contexto de *output* governamental. Ou, em outras palavras, uma conduta política governamental para o aparelho militar e ainda um grande repertório de contenção; conforme será comentado no capítulo seguinte. Ao final das discussões, no mês de julho de 1836, toda proposta de fixação de mar para os anos de 1837-8 foi aprovada, seguindo à comissão de Redação.

No próximo capítulo seguiremos os passos deixados pelo processo de criação das Companhias Fixas de Aprendizes de Marinheiros e a consolidação da intenção de Salvador José Maciel em um projeto – a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Brasil Imperial.

CAPÍTULO IV

Criar, Regular, Arregimentar, Fixar e Expandir: a consolidação da “esperança” da Marinha Nacional e Imperial: a Companhia de Aprendizes Marinheiros

*Continua o Corpo de Imperiais Marinheiros a prestar valioso serviço, sendo já em grande parte por destacamentos dele tripulados os navios. Os resultados obtidos autorizam a esperança de que esse corpo prestará aos navios de guerra bom auxílio de marinhagem, enquanto outros meios se criam e organizam com providente cuidado. Grande serviço presta a companhia de menores, na qual tem assentado praça acrescido número de aprendizes, devido a essa afluência o desejo de dar emprego útil, e ao mesmo tempo salvar da miséria muitos menores (...)*⁶³⁵

*A instituição do Corpo de imperiais Marinheiros e de aprendizes Marinheiros é, por ora, e será ainda por longo tempo a esperança da Armada. Deles se compõem em boa parte as tripulações dos vasos de guerra (...). No intuito de abrir um futuro as praças de Imperiais Marinheiros, ordenou-se provisoriamente que as mais habilitadas fossem promovidas aos lugares de Oficiais Marinheiros extranumerários. E esta é uma das vantagens da instituição de tal corpo, e das companhias de menores, de onde saem em geral os mais aptos, leais e disciplinados marinheiros, porque, habituados desde os mais tenros anos ao rigor da disciplina militar, e aos perigos da navegação, tornam-se com o andar dos tempos os mais próprios e habilitados para exercer aquelas funções, que hoje são mal ou mediocrementemente desempenhadas por indivíduos, sem a necessária instrução, formados ao acaso, eivados de defeitos graves, com os quais não podem conciliar nem a estima dos superiores, nem o respeito dos inferiores.*⁶³⁶

Os fragmentos acima, extraídos dos relatórios ministeriais da pasta da Marinha ocupados respectivamente por representantes indicados pelos gabinetes liberal e conservador são reveladores à medida que expõe para nosso objeto a importância que a Companhia de Aprendizes, criada anos antes, representava para ambas as tendências políticas; e junto, à formação de um Corpo de Imperiais Marinheiros para uma Marinha “Nacional” e Imperial em formação.

A criação da primeira Companhia de Aprendizes de Marinheiros se inscreve, portanto, em um quadro de análises possíveis, quanto ao seu papel de instruir e educar

⁶³⁵ RMM, Antonio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, 4ª sessão da 6ª legislatura da Assembleia Geral, p. 12, 1846.

⁶³⁶ RMM, Manoel Vieira Tosta; 1ª sessão da 8ª legislatura da Assembleia Geral, p. 7-8, 1848.

formalmente a marinhagem, por intermédio da implementação de uma política de enfardamento capitaneada por uma conduta política governamental.

Com isso, nossos objetivos para esse capítulo são: apresentar e discutir, a partir das decisões, legislações e organização das Companhias de Aprendizes que o projeto, pela forma e conteúdo, atendeu em parte as expectativas da Marinha e seus oficiais, no que diz respeito à uma possível, mas ainda incipiente “profissionalização” da marinhagem; e mais, aos seguidos Governos que se alternavam durante os anos de 1840, agindo como um grande repertório de contenção, sendo passível de ampliação em função de uma política conservadora que estava sendo paulatinamente implantada no Brasil.

Esse grande repertório de contenção é entendido como conjunto variável de performances, frente às diferentes mobilizações políticas e sociais oriundas dos anos 1830, quando teria sido propiciada as condições de descerramento de espaços políticos, públicos e institucionais; cujas aspirações reprimidas, quando de um poder régio forte, puderam então se organizar e manifestar.⁶³⁷

Propomos uma breve digressão temporal com o intuito de descrever os planos pensados pela política governamental a partir da implantação do sistema do Regresso. Esse aspecto nos parece essencial; pois, conforme salientamos nos capítulos anteriores, as decisões políticas descentralizadoras experimentadas nos anos iniciais do período Regencial (1831-1834) começaram a ser questionadas, e nessa direção reinterpretadas. Assim como, consequentemente diferentes medidas, leis e o processo de institucionalização para a marinhagem da forma como havia sido idealizado por Salvador Maciel, no que diz respeito principalmente às Companhias Fixas de Marinheiros.

4.1 – Aspectos Gerais da política nos anos de 1837-1840

Com a renúncia do titubeante Feijó em setembro de 1837, que não resistiu às críticas de seus opositores à sua forma de governar e a consequente inabilidade de

⁶³⁷TILLY, Charles. *Identities, boundaries & social ties*. Boulder, CO/Londres: Paradigm Publishers, 2005.

A ideia de vazio do poder real foi aqui pensada em contraponto às representações simbólicas referentes ao poder monárquico no Brasil, e a própria construção simbólica da imagem de d. Pedro na configuração de uma liturgia política que valorizava o espaço público como forma de afirmação do poder real. Ver essa discussão de forma mais aprofundada em: SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinato Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999.

resolver os problemas internos do Brasil, assume interinamente, para completar o período final daquele mandato regencial, o Senador Pedro Araújo Lima. Ele foi confirmado à frente da Regência Una, após vitória no pleito eleitoral de abril de 1838 contra, mais uma vez, o candidato Antonio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti.

Foram empossados em seu primeiro gabinete os Deputados Miguel Calmon Du Pin, no Ministério da Fazenda, Bernardo Pereira de Vasconcellos à frente do Ministério do Império e Justiça, o Deputado Antônio Peregrino Maciel Monteiro na pasta dos Negócios Estrangeiros, no Ministério da Guerra Sebastião José do Rego Bastos, e, ocupando mais uma vez a pasta da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres. Como deixa transparecer a composição desse Ministério Parlamentar, por vezes chamado também de Gabinete das Capacidades,⁶³⁸ há uma série de articulações políticas cujos temas elencavam as críticas ao código de 1832 e ao Ato Adicional que não eram novas. E essas articulações se associaram também ao grupo político que apoiava Araújo Lima costurando ao longo do período regencial aquilo que Jeffrey Needell apontou como sendo a origem do Partido da Ordem.⁶³⁹

O contínuo revolvimento das forças políticas que culminou com a queda do gabinete Feijó e a ascensão que se processava lenta e progressiva do grupo de representantes denominado de *Regresso*, cujo desejo em geral era o restabelecimento da ordem com o fortalecimento do poder, delineou a direção política naqueles anos finais das regências. De acordo com Marco Morel,

Um dos primeiros gestos do regente Araújo Lima foi beijar a mão do jovem Pedro II, restaurando assim o secular beijão-mão, que andava fora de moda. As comendas honoríficas foram restabelecidas. O regresso resultaria na restauração plena e antecipada da autoridade monárquica constitucional em 1840: o carro da revolução freava.⁶⁴⁰

O regente e seu gabinete nutriam relevante prestígio em face da expressiva votação obtida. Porém, não tardariam as indisposições entre si, na medida em que aqueles homens estavam assumindo e dando “novo” formato às experiências sociais e institucionais vividas. Alguns dos mais proeminentes indivíduos pertencentes ao grupo

⁶³⁸HORNER, Erik. *Em defesa da Constituição: A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo, USP, 2010, p. 84. Para o autor, fundamentado em: CASTRO, Paulo Pereira de. *A Experiência Republicana*; o Ministério era assim reconhecido por se basear na maioria e em resposta aos ministérios de Feijó que nunca contaram com a aprovação do Parlamento.

⁶³⁹NEEDELL, Jeffrey. *Party of Order: the conservatives, the state, and slavery in the Brazilian Monarchy (1831-1871)*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

⁶⁴⁰MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003, p. 31.

dos moderados, como Bernardo Pereira de Vasconcellos e Rodrigues Torres, defendiam a manutenção da ordem através de um liberalismo tencionado por um Estado forte e centralizador. Bernardo Pereira de Vasconcellos, segundo palavras de Ilmar Mattos e Márcia Gonçalves tinha uma certeza:

os princípios democráticos propiciavam a desorganização e a anarquia, que comprometiam a liberdade. Para substituir, a liberdade necessitava da autoridade; para garantir e expandir os seus interesses, o governo da casa precisava do governo do Estado; para manter sua posição privilegiada e hierarquicamente superior, a “boa sociedade” dependia de “bons governantes” e “bons administradores” no governo do Estado.⁶⁴¹

Já Rodrigues Torres, em resposta a interpelação do deputado Francisco Gê Acayaba de Montezuma, em sessão realizada em agosto de 1838 na Câmara dos Deputados quando apresentava relatório ministerial da pasta da Marinha enfatizou:

O nobre deputado pede-me que declare os princípios a serem observados pelo Governo na árdua tarefa por ele a poucos dias assumida. Cumpre-lhe observar e fazer executar fielmente a Constituição do Império e o Ato Adicional; governar conforme as leis, com fidelidade e imparcialidade; reprimir com todo o vigor os atos que lhes forem contrários. É porque o Governo entende que para assegurar a paz, a ordem e as liberdades públicas é de necessidade absoluta reformar algumas leis. O gabinete se esforçará junto ao corpo legislativo para alcançar as medidas julgadas oportunas.⁶⁴²

Como deixa transparecer nos fragmentos acima, e pelo que corroboram os autores citados, naquele momento (histórico e político) ser regressista era assumir e trabalhar pela autoridade do Estado para a consolidação da Monarquia, preservando a unidade territorial do Império.⁶⁴³

Em tese, ser *Regressista* era terminar com a “Revolução”, construir um governo representativo estável, estabelecer um regime garantidor das liberdades fundado na razão. Esses objetivos definem a tripla tarefa que se impunha a geração política daquele período. Tarefa indissociavelmente intelectual e política, que especifica um momento bem determinado do liberalismo moderado instalado no Brasil pós emancipação política de cunho ambíguo; revolucionário em relação à emancipação política e à destruição das

⁶⁴¹MATTOS, Ilmar & GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O Império da Boa Sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. 3ª Ed. São Paulo: Atual Editora, 1991, p. 44.

⁶⁴²Anais da Câmara dos Deputados, MM J. J. Rodrigues Torres; sessão de 2 de Agosto de 1838.

⁶⁴³O uso da expressão colocada entre parênteses é nosso.

instituições político-administrativas tradicionais e, conservador quando se tratava de manter a ordem interna vigente.⁶⁴⁴

Desacelerar o tempo, ou ainda, “*fechar o abismo da revolução e parar o carro revolucionário*”⁶⁴⁵ seria - na perspectiva pensada pelos conservadores - a principal meta a ser alcançada contra os males “desagregadores” (desorganização e anarquia) geradora da quase nenhuma intimidade que o povo do Brasil possuía em relação *ao disperso aspecto da sociedade*.⁶⁴⁶

Ser *Regressista* significava também, e aqui importa reiterar a “inspiração” teórica sobre a qual se acreditava ter sido criada as Companhias Fixas de Marinheiros, conforme apontamos no capítulo anterior, a necessidade de interromper e esvaziar posições políticas contrárias,

O sistema do regresso, senhores, consiste em não adotar como opinião pública qualquer boato que um ou outro foliculário apregoa como tal. O sistema do regresso ensina a avaliar as medidas que se pretendem adotar para o bem do país e submetê-las à discussão, não do partido republicano ou deste ou daquele outro, porque discussões entre partidos são infrutuosas, mas sim em suscitar a discussão entre as diversas opiniões, os diversos interesses, para atinar com a verdadeira opinião do país.⁶⁴⁷

A trajetória do Regresso não poderia ter sido coroada de êxito sem que dela tivessem participado de forma intensa com base no calor dos acontecimentos a Câmara dos Deputados.⁶⁴⁸ Na quarta legislatura, que compreende o período de 1838 -1841, os discursos e debates tornaram-se definidores das tendências políticas que estavam em emersão, assim como o alinhamento político em torno de dois grupos: dos *Regressistas* e, de outro, denominado por contraste de *Progressistas*. Estes seriam os núcleos dos

⁶⁴⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Liberalismo Moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837)*. Apud: PEIXOTO, Antonio Carlos (et AL). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p. 74.

⁶⁴⁵MOREL, Marco. Op. cit., p. 20

⁶⁴⁶Fragmento extraído do provável discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Apud: CARVALHO, JOSÉ Murilo de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, São Paulo: Ed. 34. (Coleção Formadores do Brasil).

⁶⁴⁷Anais da Câmara dos Deputados, Bernardo Pereira de Vasconcellos, sessão de 12 de Maio de 1838.

⁶⁴⁸Em 1837, cerca de 60 a 80 Deputados participavam das votações na Câmara. Aproximadamente de 25 a 30 seriam claramente regressistas, os quais precisariam mobilizar apenas outros seis a doze Deputados para assegurar vitória nas decisões. BASILLE, Marcelo. *Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas*. Capítulo IV, p. 121. Apud: CARVALHO, José Murilo de & CAMPOS, Adriana Pereira. *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

partidos que dominariam a cena política até o final do Império: o conservador ou Saquarema e o liberal ou Luzia.⁶⁴⁹

Como forma de exemplificar em referência àquilo que toca nossos objetivos para o capítulo em curso, abordaremos fragmentos dos discursos proferidos pelos Deputados em sessão realizada em primeiro de Junho de 1837, sob a presidência e mandato regencial interino de Araújo Lima, no qual era apresentado relatório que fixava as forças de Mar para os anos 1838-39 apresentado pelo ministro da Marinha de inclinação liberal Tristão Pio dos Santos, sucessor de Salvador José Maciel, autor do relatório.

Os deputados Bernardo Pereira de Vasconcellos, Rafael de Carvalho e Joaquim José Rodrigues Torres, alinhados à corrente política *Regressista*, insistiam que o ministro, além de apresentar o relatório, informasse à Câmara sobre o que havia sido realizado e mais ainda, desse ênfase àquilo que deveria ser e como, apontando os erros cometidos em relação à administração (Governo) passada.

Ao que parece, os deputados regressistas não procuravam apenas por informações, mas provocavam o ministro à apontar por equívocos medidas tomadas por seus antecessores ligados a corrente liberal, reiterando a câmara legislativa como espaço privilegiado de embates políticos. Conforme pode ser observado nos fragmentos abaixo transcritos:

Ora, para me deliberar nos votos que tenho a dar, tanto sobre a presente lei, como sobre outras medidas que possa propor a administração, desejo saber se a administração atual adota toda a política, todo o sistema retroativo da administração passada, aliás, eu seria incoerente se, tendo negado meu voto à administração passada, por causa dos princípios que ela seguia, desse agora meu voto a favor de uma administração que apoiasse que adotasse a mesma política, o mesmo sistema. (...) Defender a Constituição, o trono do Senhor Dom Pedro II e empregar todos os esforços para que o Império se conserve unido é o votos da câmara dos deputados ⁶⁵⁰

Desejava muito que V. Ex. nos dissesse o estado em que achou a repartição da Marinha, os erros que nela achou introduzidos, as reformas que pretende fazer nela e os meios de que usar. (...) tenho

⁶⁴⁹A base Regressista era composta pela maioria dos magistrados; burocratas da Corte; fazendeiros das províncias da BA, PE e emergentes do Vale do Paraíba-RJ; lideranças políticas antes moderados como Bernardo de Vasconcellos, Joaquim José Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Souza, Eusébio de Queiróz; e antigos Caramurus: Miguel Calmon Du Pin, Francisco Gê Acayaba e Montezuma, Pedro de Araújo Lima, entre outros. Os progressistas eram profissionais liberais como advogados e jornalistas; alguns proprietários de terra e políticos como Antonio Carlos de Andrada, Martim Francisco de Andrada Francisco de Paula Holanda Cavalcanti, outros. Ver em: CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁶⁵⁰Anais da Câmara dos Deputados, Bernardo Pereira de Vasconcellos, sessão de 1º de junho 1837, p. 168

grande esperança que dará algum impulso à Marinha do Brasil e que ela seja alguma coisa. (...) não se pode deixar de responder a minhas perguntas que são a verdadeira bússola que a de nos dirigir aqui.⁶⁵¹
(...) Pois que o senhor ministro não ignora que não é só a convicção da utilidade de uma medida que deve decidir a câmara a votar por ela, e que quando a administração não marcha no sentido que um senhor deputado entende melhor para o bem do estado, esse Senhor Deputado tem direito a recusar essas medidas. (...) Lembro que na Europa, em todas as nações onde há monarquia representativa, quando se organiza um ministério, os ministros vêm à câmara fazer a profissão de fé política, e expor os princípios, a marcha que a administração se propõe seguir; sendo só assim que pode esperar apoio na câmara. Entendo que o silêncio do Senhor Ministro é ao menos mau agouro.⁶⁵²

O silêncio, a que se referiu Rodrigues Torres tem a ver com a recusa do ministro em declarar, durante a leitura do relatório ministerial para fixação de forças de mar sua inclinação política certamente conhecida pelos deputados. Naquele momento, para os legisladores, fundamental para aprovação ou não do relatório.

Em meio a esse “ataque político” do qual próprio ministro fez reclamações,

Devo também dizer que entendo que o combate é muito desigual: são todos os senhores contra um! Depois quem ataca tem uma retirada livre, mas quem defende é preciso que defenda bem: quem ataca pode fazer um ataque falso, e, todavia não se envergonha disso; mas quem defende é preciso estar muito certo da matéria e sustentá-la de modo que convença.⁶⁵³

As colocações de Pio dos Santos no decorrer do debate foram no sentido de satisfazer minimamente o interesse dos Deputados no que dizia respeito a sua “fé política”, “*como a Constituição não manda que façam seu credo político, mas que respondam pelos seus atos... E isto é para haver o que se chama nexos!*”⁶⁵⁴ Reiterava que o relatório pertencia ao seu antecessor, não o tendo “estudado” a fundo para poder satisfazer as poucas perguntas mais específicas sobre a Marinha, elaboradas pelos Deputados.

Com base no que já foi anteriormente descrito, os discursos proferidos e as interpelações dos deputados Vasconcelos e Torres deixaram expostas a procedência externa e as fontes de apropriação de suas falas. Aquilo que no capítulo anterior salientamos quanto à presença de uma homogeneidade quase que invisível costurada entre uma variedade de heterogeneidades presentes nos discursos dos legisladores e dos

⁶⁵¹Anais da Câmara dos Deputados; Rafael de Carvalho, sessão de 1º de junho de 1837, p. 170.

⁶⁵²Anais da Câmara dos Deputados; J. J. Rodrigues Torres, sessão de 1º de Junho de 1837, p. 173.

⁶⁵³Anais da Câmara dos Deputados, MM Tristão Pio dos Santos, sessão de 1º de Junho de 1837, p. 171.

⁶⁵⁴Op. Cit. p. 173.

Ministros da Marinha tornou-se visível, e quase que unívoco nas abordagens dos deputados, e como será percebido adiante, também no Senado.

Isto se tornou de certa forma perceptível devido à polarização explícita a que estavam imersos os diferentes atores políticos e seus respectivos discursos, sendo importante, segundo o Senador Antonio Pedro da Costa Ferreira “*observar a conduta dos ministros, ver se eles seguem o regresso ou o progresso, para se lhes negar ou conceder confiança.*”⁶⁵⁵

O que se compreende também desses fragmentos, assim como em outras passagens do debate envolvendo diferentes indivíduos identificados como *Regressistas*, a exemplo de Antonio Peregrino Maciel Monteiro e Francisco do Rego Barros, são as ideias de busca pelo consenso em torno de uma (re) centralização monárquica, que dava materialidade ao *Regresso* e força, por intermédio dos votos conseguidos na Câmara. De forma nítida, transparente e homogênea, os discursos e os votos dos Deputados simpáticos ao *Regresso*, como Rodrigues Torres e Bernardo de Vasconcellos, ou em vias de se tornarem, seriam conduzidos de forma a constituir aquela casa legislativa em uma instância representativa de “interesses comuns”.

Era, em tese, pelo sistema concebido, o consenso de parcela significativa da elite intelectual e política – *o Mundo do Governo* - que representava a manutenção de algumas práticas herdadas do período de emancipação política de 1822. Somadas a isso a manutenção e ampliação da distinção social em benefício de um modelo agrário escravista. A vitória dos agentes do *Regresso* estava colocada sobre esses rígidos pilares constituindo-se em agentes políticos conservadores do Império, da forma que nos coloca o professor Ilmar Mattos,

Não é desse modo, apenas a alma da Reação monárquica, confundida com força. Eles são também os construtores da Transação, norteadores de um consenso (...) o equilíbrio instável e contraditório entre força e consenso que permite a difusão do princípio monárquico.⁶⁵⁶

O consenso, como uma uniformidade de pensamentos e opiniões, só poderia ser operacionalizado da forma como foi devido à incapacidade da força política opositora em se reorganizar politicamente em torno de ideias e ações que colocassem também em suspensão as prerrogativas políticas e medidas engendradas pelos *Regressistas*. De fato,

⁶⁵⁵ Anais do Senado, Antonio Pedro da Costa Ferreira, sessão de 1º de Agosto de 1839.

⁶⁵⁶ MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema*, Op. Cit, p. 157.

as críticas atribuídas aos *Progressistas* contra as ideias políticas que estavam sendo pensadas e, ao mesmo tempo, postas em prática pelos adeptos, cada vez em maior número, dos *Regressistas* eram em relação principalmente à dificuldade de compreender conceitualmente “como era ser *Regressista*” e qualificado a ser representativo de tendências opostas ao processo histórico em curso: “*Não se contentam os nobres deputados em querer parar em 1834; quer se regressar de 1824 para trás.*”⁶⁵⁷ Uma clara referência ao Absolutismo, e mais ainda, ao que ele representava em seu extremo político. Na Câmara e no Senado, eram acaloradas as discussões, mas a despeito das críticas, a marcha do grupo *Regressista* mantinha-se firme e forte, ou ainda, como afirma Ilmar Mattos,

A ferro e fogo eles (*os Regressistas*) iam abrindo o caminho que os conduziria ao ponto de chegada escolhido, ainda que para tanto devessem obstruir os caminhos que iam sendo abertos por todos aqueles que tinham escolhido pontos de chegada diversos.⁶⁵⁸

Para além dessa demonstração de inoperância política dos “adversários”, e do uso sistemático da repressão a diferentes movimentos, os *Regressistas* conseguiram a “dominação política e ideológica” devido há algumas condições e justificativas, entre elas, o uso pragmático da língua, ou seja, os efeitos que o uso da linguagem utilizada pelos *Regressistas* sobre os outros indivíduos no ato da comunicação. Sendo assim, o uso pragmático da língua a que nos referimos pode ser considerado o ponto de convergência entre o uso linguístico e o uso comunicativo, comprovando a intrínseca relação entre a linguagem e a situação comunicativa em que ela está sendo empregada de forma articulada para que pudessem fazer política, exercendo influência social e poder político. Enfim, tudo aquilo que se poderia imaginar e engendrar como atos sociais e históricos.

No entendimento de Max Weber, a dominação, e aqui podemos dizer que o consenso originado em torno das ideias e ações *Regressistas* se enquadram dentro dessa lógica, foi condicionada por dois motivos extremamente poderosos: o medo e a

⁶⁵⁷Anais da Câmara dos Deputados, Teófilo Otoni, Sessão de 10 de Junho de 1839.

Sobre a discussão do manejo político do nome Regresso nos anos de 1830, ver: LYNCH, Christian Edward Cyril. *Monarquia sem Despotismo e Liberdade sem Anarquia: o pensamento político do marquês de Caravelas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

⁶⁵⁸MATTOS, Ilmar & GONÇALVES, Márcia de Almeida. O Império da Boa Sociedade...Ob. Cit.; p. 62. O uso aqui de um livro produzido para um público ainda em fase de formação acadêmica justifica-se pela apropriação das ideias de seus autores, também analisadas em obra de maior complexidade.

esperança.⁶⁵⁹ Afinal, ambos os grupos faziam parte do cerne das relações sociais daquele momento histórico e político de certa forma, moldando as lutas políticas assentadas em interesses comuns e alguns diferentes.

O medo, ou melhor, os medos já foram nesse trabalho apontados restando agora que nos dediquemos um pouco mais sobre a esperança, ou as esperanças que nutriam o grupo dos *Regressistas* para impor aos demais indivíduos dominação política e ideológica. Fazendo conciliações e vislumbrando um retorno ao passado, tendo por base o diagnóstico da desordem e a crítica do progresso enquanto espírito de inovação, os *Regressistas* caminhavam na direção do poder, maturando a sua própria política de dominação.

Vale destacar que essas discussões não estão desprendidas do quadro geral da política dos anos de 1837-1840, conforme indicamos. Para o nosso objeto, e conseqüentemente para fornecer subsídios operacionais aos objetivos traçados para esse capítulo, tal discussão torna-se oportuna e manifesta. Afinal, foram durante os anos de ascensão do *Regresso* que toma consistência política a criação da Companhia de Aprendizes do Rio de Janeiro. Nesse sentido é necessário dedicarmos espaços na reflexão sobre o processo de constituição da Companhia às discussões e entendimento da origem e finalidades daquilo que preconizam os *Regressistas*.

Conforme Max Weber, a cada instante que propomos interrogar sobre os fundamentos que legitimam a dominação encontraremos sempre e sem contestação três formas puras de legitimidade: a autoridade do passado eterno (poder tradicional); a autoridade pela legalidade e a autoridade carismática.⁶⁶⁰

Sobre essas formas de legitimidade, podemos discorrer que se tratam segundo a nossa percepção, da própria materialidade das concepções políticas e ideológicas do *Regresso*, onde estaria difundida a máxima do Imperador como representação soberana da Nação, em substituição ao sistema legislativo, subordinada a ordem. Tais concepções estavam presentes essencialmente nas interpelações do principal teórico do *Regresso*,

Eu reduzia todas as minhas ideias a três palavras: Deus, trono e liberdade. Eis o fim que eu procuro atingir. Uma das máximas de que eu estou inteiramente convencido é que não pode haver trono e liberdade sem que um não absorva o outro, que o trono não esmague a

⁶⁵⁹WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. 14ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2007, p. 58

⁶⁶⁰Op. Cit. p. 57

liberdade, e que a liberdade não esmague o trono. Até porque, de ordinário, ela desaparece sempre com ele.⁶⁶¹

Apesar de apelar para o “princípio dos compromissos” visando buscar apoio para o programa *Regressista*; “*em um governo livre, não pode haver obediência, regularidade, ordem, senão por meio da transação,*”⁶⁶² Bernardo P. de Vasconcellos e o sistema *Regressista* mostravam seu lado paradoxal pelo qual afirmamos que a legitimidade do movimento *Regressista* foi calçada pela dominação: “*nenhum governo pode existir sem o direito de se impor; ninguém pode justamente pretender os cômodos sociais, sem sofrer os incômodos sociais.*”⁶⁶³

Fechando o parêntese, voltamos nossa atenção para a palavra esperança como um dos condicionantes do consenso que gravitava em torno do pensamento das autoridades navais constituídas, exposto nas epígrafes extraídas de fragmentos dos relatórios ministeriais reproduzidos no início deste capítulo. Quando partimos dos fragmentos desses relatórios para indicarmos uma possível unidade de ação sentida entre as autoridades ministeriais por intermédio da palavra esperança, deixamos entreaberta a impossibilidade de compreendê-la sem antes percebermos que ela esta imbricada em um campo de emaranhados contextos. Esperança não é um conceito; logo, conforme aponta Reinhart Koselleck, nem todos os sentidos atribuídos às palavras são relevantes do ponto de vista da escrita de uma história dos conceitos,⁶⁶⁴ diferentemente dos sentidos do conceito de *Regresso*, e seus usos políticos.

O que efetivamente importa tomando por referência o sentido do conceito *Regresso* é aquilo que, para os agentes *Regressistas*, fazia sentido, e naquilo que acreditavam estar dando gradativa propagação - *ao Progresso*. Isso, independentemente do que haviam sido nomeados e das críticas recebidas, segundo pudemos observar a partir dos fragmentos dos discursos de Bernardo Vasconcellos e do Deputado Progressista José Antonio Marinho, proferidos na câmara em um curto intervalo de tempo, expondo em parte a cisão entre os dois grupos políticos:

Se o nome é mau, se o nome é odioso, não popular, não duvidaremos abandoná-lo, chamando-o progresso.⁶⁶⁵

⁶⁶¹ Anais do Senado, Bernardo Pereira de Vasconcellos, sessão de 22 de Julho de 1839.

⁶⁶² Anais do Senado, Op. cit., sessão de 16 de Maio de 1839.

⁶⁶³ Anais do Senado, idem, sessão de 21 de Outubro de 1839.

⁶⁶⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol. V, nº 10, 1992, pp. 134-146.

⁶⁶⁵ Anais do Senado, Bernardo P. de Vasconcellos, sessão de 12 de Maio de 1838.

Para que se foi buscar uma palavra nova assustadora, que acarretou sustos muito reais?⁶⁶⁶

O progresso era um dos sentidos apreendidos do conceito de *Regresso* por intermédio do qual os *Regressistas* experienciavam seu imaginário social expresso em discursos,

A história das revoluções e das comoções intestinas, que tantos males têm feito ao Brasil, não datam de 7 de abril de 1831: o Brasil está inquieto desde 1821, desde que se proclamou o sistema constitucional. Desde então apareceu um espírito de agitação, manifestaram-se pretensões exageradas. Até então a obediência era geral e passiva; de então em diante entendeu-se que era até virtude desobedecer, não cumprindo as ordens de seus superiores. Desde 1821, o país tem estado em grande agitação, com a diferença de que em algumas épocas tem sido maior e em outras, menor. O espírito de oposição foi apoderando-se das massas, e se, num governo constitucional representativo, ainda que bem montado e cimentado por longaduração, nem sempre as resistências produzem bons efeitos, como não encontrará o país essa resistência, não tendo ainda nós o prazer de ver consolidadas as nossas instituições? Durante o reinado do Sr. D. Pedro I, houve muitas comoções. Verdade é que em alguns pontos a tranquilidade parecia estar consolidada, mas só o estava aparentemente: a anarquia surda reinava nos espíritos. Eu não falo da anarquia das ruas, das praças, do cacete e do punhal; penso que ano houve em que tal anarquia desapareceu do país. O movimento de 7 de abril de 1831 veio aumentar essa desordem, esse mal moral de que estavam eivados os espíritos. Às comoções sucederam sedições; às sedições, rebeliões; e assim tem caminhado o Brasil até a época em que vivemos.⁶⁶⁷

O imaginário social *Regressista* pode ser entendido como um conjunto de imagens guardadas no inconsciente desse grupo intelectual e político construídas a partir do seu cotidiano de classe. O caso de magistrados que haviam sido desprestigiados com as reformas de cunho liberal colocadas em prática anos antes, enfraquecendo-os a nível local. É o caso do magistrado e também senador regressista baiano Cassiano Melo Matos, que na mesma sessão de 9 de agosto de 1839, seguindo o quadro político desenhado acima por Vasconcellos afirmava que a anarquia se iniciava “talvez em grande parte da revolução de 7 de abril, e tem progredido daí em diante” e concluía em outro discurso, conforme o líder Regressista que a fonte dos maiores males que

⁶⁶⁶Anais da Câmara dos Deputados, José Antonio Marinho, sessão de 10 de Junho de 1939.

⁶⁶⁷Anais do Senado, Bernardo P. De Vasconcellos, sessão de 9 de agosto de 1839.

aflingiam o país estavam na “tendência direta para revoluções, da tendência direta para a desobediência da lei e às autoridades constituídas”.⁶⁶⁸

Não desprezando, porém, a realidade objetiva e as estruturas econômicas, políticas e sociais, o imaginário social dos Regressistas funcionava como uma miscelânea de imagens, principalmente aquelas que ainda seriam produzidas. Em outras palavras, ideias-imagens⁶⁶⁹ legitimadoras do presente e antecipadoras do futuro tais como “o espírito de progresso” que na voz de Bernardo de Vasconcellos representava espírito de inovação.⁶⁷⁰

A partir dessas premissas, a esperança a que diferentes ministros da Marinha se referem nas epígrafes em destaque emerge nesse trabalho mediado por um quadro de possibilidades, de algo que ainda poderia ser idealizado, construído e realizado. Esse é o sentido apreendido pelos Ministros da Marinha, transformados em princípios *de um espírito de progresso* com ordem.

Todavia, é importante também compreender, para além do campo discursivo dos *Regressistas*, suas propostas de ação e as dinâmicas empregadas por esse grupo para se manter com poder decisório frente aos seus “opositores”, consequentemente submetendo-os. No entanto, ainda que os historiadores Ilmar Mattos e Marcelo Basile tenham identificado como fonte de inspiração do campo discursivo dos *Regressistas* as ideias de Locke e Bentham, recorremos a Max Weber, pois entendemos que ele nos insere em um campo de preocupações políticas, onde podemos medir os motivos dos homens em termos de resultados intencionais ou não de seus atos como princípio de seu pensamento político. Ou melhor, o que nos interessa para além do campo discursivo dos regressistas são as expressões dos fatos e acontecimentos políticos de suas ações. Retomando as três formas puras de legitimidade de Weber, podemos perceber que, na esperança de implementar e perpetuar seu projeto político os *Regressistas* buscaram a “dominação organizada”, ou seja, necessitavam de um estado maior administrativo e também dos meios materiais de gestão. Para Max Weber, o estado maior administrativo representa externamente a organização da dominação política. A obediência, diz Weber,

Funda-se antes em duas espécies de motivos que se relacionam a interesses pessoais: retribuição material e prestígio social. E o temor

⁶⁶⁸ Anais do Senado, Cassiano Melo Matos, sessão de 28 de setembro de 1839.

⁶⁶⁹ Sobre aspectos da Imaginação Social ver: PESAVENTO, Sandra J. *Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário*. São Paulo: Revista Brasileira de História, Vol. 15, nº 29, 1995, pp. 9-27.

⁶⁷⁰ Anais do Senado, Bernardo P. De Vasconcellos, sessão de 13 de maio de 1839.

de perder o conjunto dessas vantagens é a razão decisiva da solidariedade que liga o estado maior administrativo aos detentores do poder.⁶⁷¹

Na constituição desse estado maior administrativo, vale ressaltar, pesou muito a cultura política vivenciada pelos atores políticos daquele momento histórico; assim como, já destacados, os medos e a esperança no progresso. A manutenção das instituições, aqui se trata da escravidão, das leis, ainda que “acomodadas” e reinterpretadas e a integridade do Império, foram os pontos de inflexão entre os dois grupos políticos alinhados aquilo que entendiam por “progresso”.

Se, no campo da retórica parlamentar, pouco a pouco os *Regressistas* ganhavam espaço, restou então aos seus “opositores” articular para manterem-se no poder. Em 1840, já constituídos em torno do que viria a se chamar Partido Liberal, os *Progressistas* fundaram o *Clube da Maioridade*, que tinha por objetivo trazer mais uma vez à tona a ideia, que desde os anos de 1835 já se cogitava: a antecipação da proclamação de d. Pedro como Imperador em desacordo ao que preconizava a Constituição.⁶⁷²

A instabilidade social e política associada à manutenção e agravamento das revoltas provinciais viabilizaram a ideia de que dom Pedro com 14 anos deveria assumir o trono. Entre ações e transações políticas envolvendo as casas legislativas, convencidos de que o prestígio, assim como a mística que envolvia o sistema monárquico constitucional, poderiam trabalhar em favor da ordem como desejavam os conservadores, uma comissão constituída por deputados liberais dirigiu-se à presença do jovem monarca que aceitou a proclamação antecipada.

É justamente no limite da ação partidária institucionalizada e do processo revolucionário que ocorre a Maioridade.⁶⁷³ Com ela, tem início o Segundo Reinado tomando posse o *Gabinete da Maioridade* com os liberais e irmãos, Antonio Carlos e Martim Francisco de Andrada, Francisco de Paula Cavalcanti e Antonio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti, Antonio Paulino Limpo de Abreu e o representante da facção áulica Aureliano Coutinho, que duraria até 1841. Os *Regressistas* perdiam naquele momento político o governo, mas (ambos) ganharam a Monarquia.⁶⁷⁴

⁶⁷¹WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Op. cit., p. 59.

⁶⁷²HORNER, Erik. *Em defesa da Constituição*, Op. Cit., p. 78.

⁶⁷³HORNER, Erik. *Ibidem*, p. 14.

⁶⁷⁴MATTOS, Ilmar R. *O tempo Saquarema*. Op. Cit. p. 190. A palavra entre parênteses é nossa.

Em suma, o que se pode depreender de todo esse revolvimento das forças políticas “emergentes”, a despeito das divergências em torno da autonomia provincial e do federalismo é que, tal como os conservadores, os liberais preconizavam a defesa da ordem, da propriedade, da civilização e de uma livre iniciativa, de certa maneira, tutelada pelo Estado. E no que diz respeito à sociedade, não tinham projetos diferentes de acordo com o que se observa do fragmento do discurso do Senador regressista Caetano Maria Lopes Gama, em um típico discurso estratégico com vistas a asfixiar a memória do projeto liberal:

Progresso e regresso designam uma política de nova invenção, política que alguns membros da câmara têm combatido ou defendido, sem que disto resultasse ao povo proveito algum. O que o povo quer é que se ocupem do seu bem, que se restabeleça a ordem e a tranquilidade.⁶⁷⁵

O papel das forças armadas, em especial da Marinha frente a esse contexto histórico e político, estava consequentemente condicionado à estrutura de Estado que estava sendo forjado e, como tal, sua reestruturação era imprescindível. Só assim seria capaz de atuar, dentre outras particularidades, como mais um elemento, ou instrumento de coerção dentro da estrutura estatal.

4.2 – A criação das quatro Companhias Fixas de Marinheiros em 1836: caminhando rumo à institucionalização dos Marinheiros?

A ideia de Salvador José Maciel começa a ganhar corpo com a publicação do decreto nº 42 de 15 de outubro de 1836, ainda durante o governo do Regente Feijó, com a Marinha sob o comando do próprio José Maciel.⁶⁷⁶

O decreto composto apenas de dois artigos limitava-se a fixar as forças de mar para os anos de 1837-8, aumentando em meio soldo os ganhos dos oficiais embarcados e formando quatro Companhias fixas de Marinheiros de cem praças cada uma, abatendo-se esta força do número de três mil, conforme inciso primeiro do presente decreto.⁶⁷⁷

⁶⁷⁵Anais do Senado, Lopes Gama, sessão de 2 de Setembro de 1839.

⁶⁷⁶Coleção de Leis do Império, CLI. 1836.

⁶⁷⁷ Art. 1º As Forças de mar para o serviço do ano que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos trinta e sete a trinta de Junho de mil oitocentos trinta e oito, são as mesmas fixadas pela Lei de vinte sete de Agosto de mil oitocentos trinta e cinco para o corrente ano financeiro, com as seguintes alterações: 1º

Analisando o decreto, o que se percebe é que em tese, estava sendo colocado em prática pelo menos por intermédio de uma ação legal, o primeiro passo para o processo de institucionalização da marinhagem que consistia em dar “nova organização” ao corpo de marinheiros. Tratava-se de uma conduta política institucional que visava agir de maneira uniforme em problemas que a Marinha vinha sofrendo historicamente conforme apresentado em diferentes momentos desse trabalho, a saber: o recrutamento e tripular os navios.

Questões envolvendo basicamente o caráter compulsório e o uso sistemático da violência nas ações do recrutamento e das deserções, assim como buscava-se a nacionalização, instrução naval e educação formal dos corpos da Marinha tal como percebido nos diferentes relatos que faziam parte de quase todos os relatórios ministeriais, de diferentes ministros, construídos com base no conjunto de informações fornecidas pelas “*autoridades subalternas*”, principalmente entre os anos de 1830-37.⁶⁷⁸

As companhias Fixas de Marinheiros não representavam a criação de uma nova instituição. Fizeram parte sim, de um processo de sistematização das experiências e ideias que foram tomando forma e conteúdo, no sentido de busca de soluções para os problemas existentes levando, conforme salienta Arias Neto, à elaboração de um projeto de organização da Armada como força regular.⁶⁷⁹

Esse projeto toma impulso e modela-se a uma conduta política governamental nos anos de 1840, de reformas administrativas na Marinha e demais instituições imperiais. Naquele momento, inscreveu-se em uma necessidade institucional que se ressentiu essencialmente de uma ordenação disciplinar que fosse adequada a esse “novo” processo de institucionalização.

O contrário, os processos disciplinares que haviam sido delimitados anos antes, e que estiveram a cargo dos Conselhos de Guerra, passaram a ser encaminhados pelos próprios oficiais a bordo dos navios, local de maior acirramento das tensões entre grupos de trabalhadores do mar.

As Forças navais poderão desde já elevadas a tres mil praças, e as de Artilharia de Marinha a mil e duzentas em efetividade de serviço.

⁶⁷⁸O uso das aspas é nosso. Expressão encontrada pela primeira vez em um Relatório de Ministro da Marinha por intermédio da qual faz referências diretas a um conjunto de informações necessárias, obtidas e transmitidas a ele (Ministro), provenientes dos oficiais da Marinha para a elaboração dos relatórios ministeriais. Anais da Câmara dos Deputados, Relatório de Tristão Pio dos Santos, sessão de 1º de Junho de 1837, p. 175.

⁶⁷⁹ARIAS NETO. *Em busca da cidadania: praças da Armada nacional, 1867-1910*. Op. Cit. p. 59

Em outras palavras, o processo de criação das Companhias Fixas de Aprendizes de Marinheiros esbarrou desde sua incipiente implantação nos processos disciplinares ainda vigentes no interior da Marinha oriundos de realidades distintas, como do Regimento Provisional de 1796, e dos artigos de Guerra de Guerra de 1799; além de propensos ao arbítrio das decisões das “autoridades subalternas” cujas referências eram delimitadas temporalmente, ou como afirmamos no capítulo primeiro; a modulação de aplicação das penas seguia as categorias da sociedade escravista.

A apresentação do relatório ministerial de Salvador José Maciel em 1836 à Câmara não seguiu os embates travados anos antes quando Rodrigues Torres apresentava o relatório e a proposta de criação da Companhia de Aspirantes Marinheiros. Ao que parece o momento político conturbado com a eminente queda do gabinete Feijó tornou o momento propício a apresentação e aprovação da lei de fixação sem maiores problemas. Paralelo a essa questão, o encaminhamento dado pela câmara a proposta, como será percebido adiante sugere a apropriação dessa ideia a um projeto político de envergadura nacional.

Apesar do decreto de criação das Companhias Fixas ser do ano de 1836, somente em junho de 1837 elas foram inicialmente instaladas em quatro embarcações: as Naus Príncipe Imperial e Pedro II, a Fragata Imperatriz, e a Corveta Sete de Abril, todas desarmadas.⁶⁸⁰ Cada Companhia deveria ser composta da seguinte forma:

Tabela 9: Composição das Companhias Fixas (1836)

GRADUAÇÃO	QUANTIDADE
Primeiro-Tenente (Capitão ou Comandante da Companhia)	01
Segundo-Tenente (Tenente da Companhia)	01
Guardas-Marinha	02
Contra-Mestre	01
Guardião	01
Primeiro Forriel*	01
Segundo Forriel	01
Cabos de Marinheiros	04
Primeiros-Marinheiros	18
Segundos-Marinheiros	18
Terceiros-Marinheiros	26
Aprendizes-Marinheiros	26
Total	100

Fonte: CLI, 1836, p. 215.

* Forriel – Posto acima de Cabo e abaixo de Sargento

⁶⁸⁰CLI. Decreto de 1º de Julho de 1837, artigo 3º, p. 24.

De acordo com a determinação legal, o número dos Terceiros Marinheiros e Aprendizes poderia ser alterado para mais, na medida em que estes ainda não tivessem adquirido os conhecimentos necessários para passar a primeiro e segundo Marinheiro.⁶⁸¹ Segundo o plano para essas Companhias, cada uma delas deveria se dividir em duas seções, sem aumento ou diminuição do número total estabelecido. Organizando-se dessa maneira:

Tabela 10: Organização das Companhias Fixas (1836)

GRADUAÇÃO	1ª SEÇÃO	2ª SEÇÃO
Primeiro-Tenente (Capitão ou Comandante da Companhia)	01	-
Segundo-Tenente (Tenente da Companhia)	-	01
Guardas-Marinha	02	-
Contra-Mestre	01	-
Guardião	-	01
Primeiro Forriel	01	-
Segundo Forriel	-	01
Cabos de Marinheiros	02	02
Primeiros-Marinheiros	09	09
Segundos-Marinheiros	09	09
Terceiros-Marinheiros	13	13
Aprendizes-Marinheiros	13	13
Total	50	50

Fonte: CLI. Op. Cit, p. 216

A Companhia é a menor unidade militar. As seções correspondem a divisão simples dessa unidade.

Pela disposição apresentada a partir daquilo que preconizava o decreto de criação das Companhias fixas e sua disposição, não houve aumento do efetivo naval às forças fixadas para os anos de 1837-38, tal como estabelecido pela lei de fixação das forças do Mar que era em número de 3.000 ordinárias. O comando das Companhias ficou a cargo do oficial superior da Armada Joaquim Antonio Caminha.

A insuficiência de fontes referentes às Companhias Fixas nos impediu de alargar o escopo de análises possíveis sobre sua implantação e o cotidiano desses aprendizes a partir do seu ingresso na Marinha. Contudo, uma única fonte, provavelmente um dos livros de socorros de uma das Companhias Fixas encontrado no Arquivo Nacional

⁶⁸¹CLI, 1836, referência em NB (prazo sem data)

serviu como parâmetro para que pudéssemos estabelecer conexões com aquilo que estava sendo proposto institucionalmente pela Marinha, e a realidade de sua implantação.⁶⁸²

Um desses aspectos diz respeito à composição dessas Companhias Fixas pelos indivíduos arregimentados. Encontramos 86 registros de assentamento, de uma Companhia do ano de 1837, provavelmente realizados pelo Oficial Superior Joaquim Antonio Caminha, pois não há anotações sobre quem efetivamente realizou tais assentamentos indicando respectivamente: a filiação, idade, altura, tipo de cabelo, cor dos olhos, cor da pele, natural (origem), onde estariam embarcados e destino.

Os dados abaixo sistematizados em tabelas nos fornecem uma ideia geral do perfil dos primeiros indivíduos arregimentados que fizeram parte de uma, das quatro Companhias Fixas de Marinheiros em 1837.⁶⁸³

Tabela 11: Idade, Marinheiros (CFM – 1837)

IDADE	QUANTIDADE
11 a 19 ANOS	60
20 ou 21 ANOS	0
22 a 33 ANOS	9
NENHUM REGISTRO DE IDADE	17
TOTAL	86

Tabela 12: Cor, Marinheiros (CFM – 1837)

COR	QUANTIDADE
MULATO	18
BRANCO	15
PARDO	12
PRETO	8
MORENO	4
ALOIRADO	1
CABOCLANDO	2
CABRAS	5
CABOCLA	7
SEM REGISTRO	14
TOTAL	86

⁶⁸²Os historiadores, ANTUNES, Edna. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a marinha de guerra imperial (1822-1870)*. Op. Cit., p. 88 e BUENO, Wagner. *A criação da Companhia de Aprendizizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial*. Op. Cit., p. 143; que se dedicaram também ao tema das Companhias de Aprendizizes de Marinheiros corroboram, em seus respectivos trabalhos às dificuldades de localização das fontes, assim como, a percepção de ser essa documentação encontrada, um dos livros de Socorros das Companhias Fixas.

⁶⁸³AN. Livro de Socorros da Companhia Agregada de Marinheiros Fixos do Rio de Janeiro - 1837. Arquivo Nacional - Série Marinha, subsérie Socorros de Marinha/Corpo de Fazenda, códice XVII M 5314.

Tabela 13: Naturalidade, Marinheiros (CFM – 1837)

NATURALIDADE	QUANTIDADE
BAHIA, PARÁ, MACEIÓ, MARANHÃO, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE, CEARÁ E ALAGOAS	42
RIO PARDO, PORTO ALEGRE, SANTA CATARINA, LAGUNA, PARANAGUÁ, RIO DE JANEIRO, COMARCAS DE CABOFRIO E CAMPOS	23
CABO DA BOA ESPERANÇA, LISBOA, ESPANHA	4
SEM REGISTRO DE NATURALIDADE	17
TOTAL	86

Para a análise desses primeiros dados é importante que tomemos em consideração o conjunto de leis e decisões que regulavam até aquele momento o engajamento dos indivíduos na Marinha, fosse por meio de recrutamento forçado, voluntário ou a prêmio (conforme será observado adiante). Referimo-nos aqui às isenções autorizadas pela lei ainda vigente de 1822 (descritas no capítulo I), e ao conjunto de decisões dos anos de 1832 e 1834 (capítulo III). Ou seja, para o ingresso nas Companhias Fixas de Marinheiros, estavam estabelecidos alguns “critérios” que seriam importantes na institucionalização de um corpo de marinheiros. Ou, conforme nos referimos antes, transformar esses indesejáveis sociais em indivíduos *úteis a si e a nação* por intermédio do abrigo da farda.⁶⁸⁴

Podemos observar com base nessas primeiras informações constantes no livro de socorros, que os indivíduos recrutados eram preferencialmente: jovens, não brancos e procedentes das províncias do norte. Esse perfil traçado dos arregimentados para as Companhias Fixas com base nas informações do livro de socorros deixa dúvidas sobre os critérios adotados para tais classificações, podendo nos levar a equívocos e generalizações. Haja vista, principalmente, a variedade de cor e procedência regional desses indivíduos. Afinal, o país estava em convulsão social com rebeliões nas províncias do norte e no sul, as fugas desses locais de conflito, assim como a busca por melhores condições de vida em outras regiões menos convulsionadas, não pode ser desprezada. Certamente elas acarretaram grande mobilidade interna por parte de progenitores e jovens, gerando abandono circunstancial de suas famílias e locais de origem.

⁶⁸⁴ Expressões marcadas em negrito e itálico referem-se as palavras proferidas respectivamente por Salvador José Maciel e Rodrigues Torres, encontradas em seus relatórios ministeriais, já apresentadas nesse trabalho.

Dados referentes a filiação e outras características físicas também foram encontradas no livro de socorros de uma das Companhias Fixas:

Tabela 14: Filiação, Marinheiros (CFM – 1837)

QUANTIDADE	FILIAÇÃO
39	SOMENTE PAI
4	SOMENTE MÃE
43	PAI E MÃE
0	NEM PAI NEM MÃE
86	TOTAL

Tabela 15: Local de Embarque/origem, Marinheiros (CFM – 1837)

QUANTIDADE	LOCAL DE ORIGEM/EMBARQUE
22	OUTRAS EMBARCAÇÕES
1	ENCAMINHADO PELO JUIZ DE PAZ (LOCALIDADE DO JUIZ DESCONHECIDA)
3	ARSENAL DE MARINHA
28	LARES DE MENORES
32	SEM REGISTRO DE LOCAL
86	TOTAL

Tabela 16: Cabelo, Marinheiros (CFM – 1837)

QUANTIDADE	CABELOS
34	PRETO
27	CASTANHOS
3	CRESPOS
3	RUINS
19	REGISTROS SEM REFERÊNCIA À COR DE CABELO
86	TOTAL

Tabela 17: Olhos, Marinheiros (CFM – 1837)

QUANTIDADE	OLHOS
51	PARDO
9	PRETO
2	ESCURO
24	SEM REGISTRO
86	TOTAL

Tabela 18: Altura⁶⁸⁵, Marinheiros (CFM – 1837)

ALTURA	DESCRIÇÃO
4 PÉS E 4 POLEGADAS (1,30m)	MENOR ALTURA ENCONTRADA
5 PÉS E 6 POLEGADAS (1,67m)	MAIOR ALTURA ENCONTRADA
ENTRE 4 PÉS e 8 POLEGADAS (1,42m) e 5 PÉS e 6 POLEGADAS (1,67m)	MAIOR INCIDÊNCIA DE ALTURA (COM 37 INDIVÍDUOS CONTADOS)

⁶⁸⁵ Para a conversão de pés e polegadas em metros e centímetros utilizamos como referência: <http://conversor-de-medidas.com/comprimento/pe-polegada-metro/>

Com base nas informações obtidas por intermédio do livro de socorros podemos perceber que a insuficiência de alguns dados relacionada à falta de documentos de identificação levando a informações incompletas eram também elementos que condicionavam aqueles jovens a serem considerados “abandonados” ou órfãos. Associado a isso, há ainda a instalação das redes de clientelismo político desenvolvidas em algumas províncias promovendo perseguições àqueles que eram considerados “inimigos” e “perigosos”, em todos os aspectos.

Além disso, a subjetividade do olhar do identificador obedecia antes de tudo uma lógica inscrita no imaginário social da época, também associada à premente necessidade de tripular as Companhias. O quanto antes por em prática a institucionalização dos marinheiros, investindo nessa mão de obra, diminuiria as tensões a bordo dos navios, homogeneizando a tropa da Marinha.

Ainda segundo relato em um ofício ao Inspetor do Arsenal, o Comandante Joaquim Antonio Caminha, todos os marinheiros deveriam receber fardamento composto de: 1 boné, 1 calça, 1 gravata, 1 boné com laço, 1 par de sapatos, 1 calça de pano, 1 par de capas e 1 camisa de brim.⁶⁸⁶ Com base nessa informação, não podemos deixar de observar a ineficácia quantitativa dessa vestimenta para o cotidiano de um marinheiro nas fainas compostas de sete dias da semana, para indivíduos embarcados e em atividades quase que em horário integral.

Em 1838, pouco tempo depois de criadas às Companhias Fixas, dois oficiais comandantes: Joaquim Agostinho, da Fragata Constituição, e João Maria P. de Almeida, do Patacho Mercúrio, enviaram ofícios ao inspetor do Arsenal de Marinha Antonio Joaquim do Couto fazendo severas críticas.⁶⁸⁷ O primeiro, sobre o estado de nudez de 84 recrutas vindos da província da Bahia a bordo da Fragata Campista; o segundo, sobre problemas no recebimento dos fardamentos. Ambos os ofícios geraram, segundo seus autores, “mal estar” entre o chefe da Inspeção do Arsenal e os comandantes. Não localizamos na documentação os desdobramentos desse mal estar. Mas, esses casos, e outro que será apresentado adiante, apontam para um relativo engajamento político institucional dos oficiais. Afinal, eram eles que cotidianamente orientavam as políticas da instituição.

⁶⁸⁶ AN. Série Marinha, XM-364, Ofícios Diversos

⁶⁸⁷ AN. Série Marinha, Op. Cit.

As condições de insalubridade a bordo e os estado geral desses marinheiros não foram relatadas pelo comandante no livro de socorros. Todavia, podemos acreditar que não eram as melhores quando observamos as diversas entradas e saídas dos marinheiros para “baixar o hospital” sem relatos de “causas aparentes”.⁶⁸⁸ Poderia ser devido a doenças prévias não identificadas pelo comandante, ou as péssimas condições nutricionais dos recrutados. Daí a necessidade de que fossem feitas inspeções de saúde por um cirurgião. Mas, também poderia ser resultado da alimentação praticada nos próprios navios ou dos castigos corporais, ainda que a documentação não nos forneça dados à respeito destes últimos.⁶⁸⁹

Já sobre a alimentação, encontramos no relatório do Oficial Comandante da Marinha Pedro da Cunha, de 1838, um dos responsáveis por relatar o estado geral das Companhias Fixas à Intendência da Marinha, queixas sobre os tipos de carne que estavam sendo servidas aos marinheiros. Segundo o comandante, a carne de porco e o bacalhau pioravam a infestação de sarna que acometia 84 marinheiros, sendo que, destes, 53 já haviam “baixado hospital” e os demais se encontravam também “contaminados”, prejudicando os serviços de bordo.⁶⁹⁰ Em outro ofício, datado de 21 novembro de 1838, o Comandante escrevia sobre a ampliação das instalações do Hospital de Marinha:

Absolutamente indispensável pelo bem da humanidade, devendo ser feito com maior brevidade para que não falem por muito tempo as indispensáveis acomodações para os doentes.⁶⁹¹

Podemos ficar em dúvidas sobre as reais intenções de Pedro da Cunha. Sua preocupação era o bem estar dos marinheiros ou com a falta de mão de obra a bordo devido ao tempo de internação necessária? Não há como responder a tais questionamentos. Mas, é fato que sua preocupação estava diretamente ligada a saúde dos marinheiros coadunando

⁶⁸⁸ AN. Livro de Socorros da Companhia Agregada de Marinheiros Fixos do Rio de Janeiro - 1837. Arquivo Nacional - Série Marinha, subsérie Socorros de Marinha/Corpo de Fazenda, código XVII M 5314

⁶⁸⁹ Vale destacar que a decisão de 29/08/1837 revogava o aviso de 08/07/1837, acerca do uso de golilha determinando que se cumpria a bordo dos navios da Armada o artigo 80 (Artigos de Guerra) da mesma Armada. O artigo 80 autorizava o Oficial mais graduado a bordo a decidir sobre o castigo a ser empregado. Esses castigos seguiam a seguinte modulação: prisão no porão, perder a ração de vinho, pancadas de espada e chibata, não excedendo o número de 25 por dia; em culpas que não exijam Conselho de Guerra. Apud: CAMINHA, Herick Marquês. História Administrativa da Marinha, Op. Cit. p. 401.

⁶⁹⁰ AN. Série Marinha. Inspeção do Arsenal da Corte, XM 675, Fundo B2

⁶⁹¹ AN. Série Marinha. Inspeção do Arsenal da Corte, Op. Cit.

com a conduta política institucional que estava sendo posta em prática para poder explorar melhor seus trabalhos.

O destino desses aprendizes após o período de permanência nas Companhias Fixas, que poderia durar de 3 a 6 meses era em sua maioria outros navios de guerra, conforme informações obtidas por intermédio do livro de socorros das Companhias Agregadas.⁶⁹²

Tabela 19: Destino dos Aprendizes, Marinheiros (CFM – 1837)

QUANTIDADE	DESTINO
27	FRAGATA PRÍNCIPE IMPERIAL
16	CORVETA 7 DE ABRIL
2	NAU PEDRO II
2	CORPO DE ARTILHARIA
2	PROVÍNCIA DO RIO GRANDE
37	SEM REGISTRO DE DESTINO
86	TOTAL

O envio para outras províncias, possivelmente outras àquelas de origem dos aprendizes marinheiros era uma prática usual também implantada pela Marinha. O historiador Cosme Serralheiro, identificou que a Companhia do Rio Grande, nos anos iniciais de sua criação (1861-1865) teria enviado ao Corpo de Imperiais Marinheiros no Rio de Janeiro aproximadamente 120 marinheiros.⁶⁹³ Isso, à medida que considerados órfãos ou abandonados poderiam ter suas vidas geridas pela Marinha, dispondo de suas vidas e destinos. Eliminando possíveis laços familiares, sociais e de afeto; mas, investindo na criação de outros ligados à farda.

No entanto, se fizermos uma comparação entre os marinheiros arregimentados à Fragata Príncipe Imperial do ano de 1835, cujos dados apontam para a grande heterogeneidade que marcava os quadros da marinhagem sob o ponto de vista de seu local de origem (indivíduos de diferentes províncias do Império e outros países) e cor (com predominância maior de indivíduos classificados como brancos); principalmente, com ênfase maior entre as idades de 21 e 30 anos; (ver capítulo II, p. 210), ou seja, antes da criação das Companhias Fixas, com os anteriormente identificados por intermédio do

⁶⁹² AN. Livro de Socorros da Companhia Agregada de Marinheiros Fixos do Rio de Janeiro - 1837. Arquivo Nacional - Série Marinha, subsérie Socorros de Marinha/Corpo de Fazenda, códice XVII M 5314

⁶⁹³ SERRALHEIRO, Cosme Alves. *A consolidação do Império através da formação da Armada imperial na província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande (RS) (1860-1885)*. Ob. Cit.

livro de socorros da Companhia Agregada de Marinheiros Fixos de 1837, pós-criação das Companhias, observa-se que não há grande diferença entre os procedimentos que levaram ao embarque, a composição da marinhagem, ou a superação imediata daquilo que nos apropriamos dizer sobre o duplo cativo a que estavam submetidos os marinheiros, ou seja, cativos a sua condição social e as “novas” condições impostas pela Marinha.⁶⁹⁴

A instalação dessas Companhias Fixas em embarcações revela, e as outras que foram criadas já com a denominação de Companhia de Aprendizes de Marinheiros durante boa parte da segunda metade do século XIX, como serão percebidas adiante neste trabalho, seguia a mesma constituição com base na origem social, idade e cor, predominando nesse segundo caso, os não brancos, ou melhor, mulatos que seria uma modulação de cor da pele preta.

Esses aspectos, em especial, apontam que aquilo que se pretendia homogenizar, tal como preconizado pelos oficiais e respectivos ministros da pasta de Marinha demoraria a acontecer dado o fato de que o processo de institucionalização já se iniciava incompleto e demonstrando fragilidades. Como consequência tardaria também a ser iniciado o processo de enfardamento dos marinheiros, entendido como a assimilação dos valores e preceitos militares, os quais os tornariam membros da organização militar, aumentando as tensões nas embarcações e nos quartéis.⁶⁹⁵

Em tese, o que se tem em relação à criação das Companhias Fixas é a manutenção de ações e condutas mediadas pelas experiências passadas. O modelo de utilidade, oriundo das presigangas, ou seja, a manutenção de indivíduos embarcados como prisioneiros submetidos às leis do Regimento Provisional de 1796 e dos Artigos de Guerra de 1799, associados às práticas de recrutamento reguladas e vigentes de antes e após a emancipação política. O historiador Wagner Bueno sintetizou de forma clara o período inicial das Companhias Fixas. Segundo ele,

Embora a ideia de Salvador Maciel tenha *introduzido um novo pensamento* acerca das praças da Armada Imperial, a Marinha ainda estava distante em oferecer um espaço para formação de praças, muito mais distante ainda em *solucionar o problema do recrutamento*.

⁶⁹⁴Sobre a ideia da analogia do duplo cativo rever no capítulo I, suíte 2.6, p. 106.

⁶⁹⁵Em ofício, o Oficial Comandante Pedro da Cunha nega súplica do marinheiro Domingos da Silva, embarcado na Charrua Carioca que alega possuir moléstia que o impede permanecer embarcado. Segundo o Comandante: “pois que moléstias semelhantes não impossibilitam outros de servir”. AN. Série Marinha. Inspeção do Arsenal da Corte, XM 675, Fundo B2.

Portanto, as Companhias Fixas foram apenas uma tentativa de organizar as praças da Marinha de Guerra buscando alcançar a ordem pela disciplina. Oferecer uma formação em termos modernos de profissionalização militar ainda iria levar algum tempo.⁶⁹⁶

4.3 – A regulamentação das quatro Companhias Fixas de Marinheiros: a Companhia de Aprendiz de Marinheiro e o Corpo de Imperiais Marinheiros

Em setembro de 1837, com a saída de Pio dos Santos, reassume o Ministério da Marinha Joaquim José Rodrigues Torres. Conforme salientado nesse capítulo, Rodrigues Torres fazia parte do Ministério Parlamentar conservador encabeçado por Pedro de Araújo Lima. Em maio de 1838, apresentava Rodrigues Torres o relatório do Ministério da Marinha à Assembléia Geral. Inicialmente, afirmou que estava convencido de que o corpo legislativo daria a Marinha de Guerra a organização mais apropriada para os fins aos quais se destinava: *a manutenção da integridade e honra nacional, a independência, ordem pública, favorecer os progressos da agricultura e da indústria pela proteção dada ao comércio (...).*⁶⁹⁷

Essas palavras não são estranhas aos nossos olhos. Afinal, ocupando a cadeira de deputado antes de reassumir o Ministério da Marinha, Rodrigues Torres se posicionava e tencionava avocar um papel importante na condução dos rumos políticos do país, tendo por referências os valores expostos. Rodrigues Torres, ao longo de sua carreira política como deputado, presidente de Província e ministro, deixou marcas por onde passou, ainda que de forma autoritária e imperativa.⁶⁹⁸ Quando ministro da Marinha, afirmou que *a disciplina mais severa e a subordinação mais rigorosa são os elementos indispensáveis de uma boa Marinha Militar.*⁶⁹⁹ E complementava dizendo que “*é esta subordinação que é severidade da disciplina é força que se estende desde o último marinheiro até o oficial mais graduado.*”⁷⁰⁰

O relatório está repleto de informações sobre os diferentes ramos administrativos e operativos da Marinha, assim como, de justificativas dadas em todos os itens que

⁶⁹⁶BUENO, Wagner. Op. Cit., p. 145. Grifos em negrito e itálico são nossos.

⁶⁹⁷RMM, Joaquim José Rodrigues Torres, 1838, p. 3.

⁶⁹⁸Sobre os tipos de dominação ver: WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010, pp. 171-175.

⁶⁹⁹Op. cit., p. 5.

⁷⁰⁰Idem

necessitavam ter aumento de despesas. Uma marca do Rodrigues Torres, as minuciosas informações que, segundo ele, ajudariam os legisladores a compreender melhor a situação da Marinha, principalmente no que dizia respeito à necessidade de melhor ordenar as repartições internas como as intendências, pagadorias e controladorias. E também os Arsenais do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará.

Sobre as Companhias Fixas, o Ministro era de opinião que foi uma vantagem real a adoção do sistema, que produzia a organização dos marinheiros em corpos permanentes. Destacou que outra vantagem seria a de não sentirem a falta de marinhagem,⁷⁰¹ o que, ao contrário, obrigava que fossem os navios guarnecidos por homens sem prática do serviço naval. E apresentou sua sugestão:

Para conseguir-se, porém estes resultados cumpriria não só organizar em corpos permanentes todas as tripulações dos navios de guerra, mas ainda, terem eles uma força superior a que for de mister, para tripular as embarcações, que se houverem de se conservar em estado de armamento em cada ano financeiro. Quanto a mim, bem dificultoso fora dar-se, desde já uma semelhante organização as tripulações dos nossos navios de guerra: a falta de homens próprios para este serviço, a obstinação que se encontraria em poucos marinheiros que temos de se sujeitarem a uma disciplina e trabalhos que não estão habituados (...)e por isso é minha opinião, que , em lugar de criarmos já Companhias de Marinheiros as formemos de Aprendizes Marinheiros, onde são admitidos moços de 10 a 18 anos, os quais recebendo desde tenra idade a educação, e instrução apropriada, poderão formar, chegando a idade viril, Companhias e Corpos permanentes de marinheiros conseguindo destarte não já só formar homens próprios para o serviço da nossa Marinha Militar, de que tanta míngua temos, se não também dar-lhes a organização mais conveniente ao fim, a que se ela destina. É, pois, por consideração ao que levo exposto, e porque mesmo entendo que tal foi o espírito da instituição das Companhias Fixas.⁷⁰²

A ideia de criar corpos permanentes e que fossem “superiores”, ou uma categoria acima dos marinheiros, ou seja, a dos Imperiais Marinheiros representava um estágio a mais ao processo de enfardamento e institucionalização dos marinheiros de Salvador Maciel. Com esse posicionamento, Rodrigues Torres assumia por completo a direção da ideia de Salvador Maciel, transformando-as em projeto de formação de praças para a Marinha Imperial. Contudo, sem perceber talvez, Rodrigues Torres acabaria estabelecendo mais

⁷⁰¹ Aqui o Ministro expõe que a falta não sentida seria daquele grupo de indivíduos que não teriam sido egressos das Companhias Fixas, ou antes, engajados voluntários nacionais, estrangeiros ou ainda os recrutados à força

⁷⁰²RMM, Rodrigues Torres, 1838, p. 28-9.

uma distinção hierárquica entre marinheiros. Ou seja, o quadro dos Aprendizes de Marinheiros e, conseqüentemente, seu posterior pertencimento ao Corpo dos Imperiais Marinheiros, jovens de pouca idade, educados e instruídos e reconhecidos como Imperiais Marinheiros, assim chamados por serem egressos das Companhias de Aprendizes de Marinheiros. Hierarquicamente abaixo dos Imperiais Marinheiros, indivíduos de todas as idades, sem educação e instrução que não seriam totalmente dispensados em face da necessidade ainda maior em tripular as embarcações permanecendo a bordo enquanto não estivessem devidamente instruídos os Imperiais Marinheiros.

Em suma, a criação das Companhias não substituiu por completo o antigo método de recrutamento, criando, assim, dois tipos de marinheiros, os que possuíam uma formação nas Companhias e os que ingressaram diretamente no serviço. Esses últimos, caso atendessem aos critérios estabelecidos para ser um aprendiz, alguns desses indivíduos ocupantes dessa marinhagem poderiam fazer parte do quadro dos Aprendizes.

Mas, a criação desse corpo permanente para os marinheiros só iria se concretizar por intermédio do decreto de 26 de março de 1840, visando por fim em algum momento ao antigo sistema de recrutamento, conforme veremos adiante.

Antes, porém, a trajetória das quatro Companhias Fixas criadas em 1836, pode ser relativamente mapeada por intermédio do decreto de 01 de Julho de 1837, que mandava observar o plano da nova organização, serviço, disciplina e instrução para as quatro Companhias⁷⁰³ e também pelos relatórios trimestrais do Oficial Comandante Geral das Companhias Pedro da Cunha, apresentados durante o ano de 1838, que não eram ricos em detalhes, mas continham algumas informações relevantes sob o ponto de vista das tripulações.⁷⁰⁴

O decreto de 1º de julho de 1837 é composto por 18 artigos. O primeiro aponta para a sua finalidade: “*O Corpo das Companhias fixas é destinado para formar uma escola de Marinheiros Nacionais, próprios para todo o serviço da Esquadra Brasileira, tanto na paz como na guerra.*”⁷⁰⁵ Observa-se que uma das finalidades era formar uma escola de Marinheiros Nacionais, ou seja, evitar que “estrangeiros” fizessem parte da Marinha Imperial. Um elemento a mais no processo de homogeneização da Armada. Mas, como podemos notar com base nas fontes referentes ao livro de socorros da

⁷⁰³CLI – 01/07/1837, pp. 24-6.

⁷⁰⁴ AN. Série Marinha. XVII M 5314

⁷⁰⁵CLI. Op. Cit.

Fragata Príncipe Imperial de 1836, na constituição das equipagens encontramos quatro indivíduos engajados de diferentes nacionalidades. Desse modo, vale dizer então que ainda havia um *gap* entre aquilo que preconizava a lei, e sua execução.

Os dois artigos seguintes do decreto orientam sobre a organização hierárquica do Corpo de Companhias Fixas:

Tabela 20: Organização hierárquica das Companhias Fixas (1837)

POSTO /número	PATENTE
Comandante Geral (1)	Oficial Superior de Marinha Capitão de Fragata
Comandante da Companhia (1)	1º Tenente
Sub-Comandante (1)	2º Tenente
Contramestre (1)	Oficiais de Apito
Guardiões (2)	Oficiais de Apito
1º Marinheiros (20)	
2º Marinheiros (20)	
1º Grumetes (30)	
2º Grumetes (30)	

Fonte: CLI, Decreto de 1º de julho de 1837.

Um oficial comandante como posto de maior hierarquia para as Companhias, nos navios o 1º Tenente seria o responsável de maior patente e trinta grumetes aqueles de menor posto. Todo o serviço de bordo seria organizado como se os navios estivessem armados, mas na realidade não estariam, pois eram embarcações “voltadas ao ensino”, e não à guerra.

O artigo 4º determinava que o Regimento Provisional e Artigos de Guerra seriam os instrumentos legais de disciplina e punição. Ou seja, não foi criado para as nascentes Companhias um conjunto de ordenamentos e leis, tomando por referência essa “nova configuração” institucional. Acreditamos que esse aspecto foi um elemento que causou impacto na organização e administração disciplinar dos marinheiros consequentemente comprometendo seu processo de enfardamento. Pois, mesmo antes de terem vivenciado os trabalhos do mar, adaptando-se a uma nova realidade, muitas vezes ainda imposta, foram submetidos às rígidas legislações e penas as quais não haviam sido iniciados.

Os três artigos abaixo transcritos referem-se especificamente a uma importante finalidade das Companhias: a escola de Marinheiros.

Art. 6º - Haverá a bordo um mestre de esgrima para ensinar o manejo do sabre tão necessário nas abordagens, um mestre de numero de nau ou fragata, que possa dar lições de aparelho e plano, um carpinteiro e um calafate que ensinem, o primeiro a nomenclatura dos mastros, **mastáreos** e **vergas**, e o segundo o nome das peças de que se compõem as bombas e seu uso, e um mestre de primeiras letras.

Art. 7º- As lições serão dadas com regularidade, a horas determinada: pelo seu Comandante Geral, a quem se abonará a despesa que se fizer em papel, tinta, penas, livros e exemplares que pedir por guia, por ele assinada, pelo escrivão e mestre respectivo, praticando-se nesta parte a maior economia; e bem assim a pólvora que se gastar nos exercícios, quer sejam de **escorva** ou de fogo, os quais serão ensinados pelos respectivos Comandantes das Companhias, cifrando-se este ensino tão somente no modo de carregar (preenchidas as cautelas necessárias), fazer as pontarias e dar fogo, para o que se estabelecerão alvos em diversos pontos.

Art. 8º- O Mestre do aparelho e plano, que será o Mestre do navio, ensinará aos Marinheiros das Companhias fixas, não só o aparelho em geral de todo e qualquer vaso, mas também a praticar todas as obras fixas e volantes de Marinheiro, cortar e fazer pano, governar ao leme, remar nas embarcações miúdas, largar, ferrar e risar as velas, içar e arriar mastáreos e vergas, espigar e deitar a **cunha** e aparelhar.⁷⁰⁶

Também é importante destacar que apesar de uma das finalidades das Companhias fixas era iniciar os marinheiros na arte das primeiras letras, o que se observa dos artigos expostos é que se privilegiava a instrução naval, mesmo que precariamente em relação a inexistente educação formal.

De acordo com o relatório trimestral dos meses de jul/ago/set do Oficial Comandante Pedro da Cunha do ano de 1838, não encontramos os “mestres de primeiras letras” tal como descritos pelos artigos que regulamentavam as Companhias. Faltava completar também os mestres de carpintaria e de esgrima.⁷⁰⁷

Não podemos afirmar que se tratava de ausências pontuais, mas, até onde nos foi possível verificar, nos quatro relatórios encontrados daquele ano, de diferentes períodos, a informação era sempre que *faltava completar*. Tendo, então, por referências essas ausências e a “suposta” presença do Comandante no navio, podemos acreditar que as únicas instruções ministradas do complexo de - *educação e instrução* - para os

⁷⁰⁶CLI – Idem, p. 25. Mastáreos: pequeno mastro que se fixa ou prolonga outro mastro. Vergas: peça de madeira ou metal que liga a parte superior da vela. Escorva: artefatos ligados ao processo de explosão. Cunha: peça de madeira ou ferro fixa no convés com duas orelhas por onde passam os cabos. FONTE: Dicionário de linguagem da Marinha antiga e atual. Comandante Humberto Leitão e J. Vicente Lopes. 2ª Ed. Centro de Estudos históricos e Ultramarinos da junta de investigações científicas do Ultramar, Lisboa, 1974. Disponível em:

<http://www.portalbarcosdobrasil.com.br/page/acervobiblioteca>.

⁷⁰⁷ AN. Série Marinha. XVII M 5314.

marinheiros seriam apenas aquelas ligadas especificamente ao aparelho, ou seja, as atividades de marinhagem nos navios.

Os artigos 9º, 10º, 11º, 12º e 13º do decreto de criação dos Corpos Fixos de Marinheiros formam, em conjunto, aquilo que neste trabalho, a partir daquilo que empreendem ser denominados de “*Marinheiros a Postos*” pois discorrem sobre as diferentes possibilidades e obrigações desses marinheiros em participar de ações e medidas voltadas ao auxílio nas tarefas rotineiras, socorro e apoio as diferentes embarcações nacionais ou estrangeiras, dentro ou fora da barra, inclusive em situações de incêndio.

No artigo 14º do decreto, temos a informação de que: *Instruídos que sejam os Marinheiros destas Companhias em todos os objetos indicados nos mencionados artigos, passarão logo a servir nos navios de guerra armados.*⁷⁰⁸ Sobre esse artigo, notamos, com base nos relatórios do Comandante Pedro da Cunha, que o número de marinheiros enviados para outras embarcações não era pequeno correspondendo à totalidade dos indivíduos embarcados, descontados os seis oficiais de patente, conforme dados compilados em tabela abaixo:

Tabela 21: Estado das Companhias Fixas (1838)

Comandante Geral Pedro da Cunha			
COMPANHIAS FIXAS	ESTADO EFETIVO (prontos)	FALTANDO COMPLETAR	ENVIADOS PARA OUTROS NAVIOS
1ª Companhia	97	9	97
2ª Companhia	58	48	58
3ª Companhia	99	7	99
4ª Companhia	33	73	33

Fonte: Relatório trimestral outubro/novembro/dezembro de 1838 do Comandante Geral Pedro da Cunha. AN. Série Marinha. XVII M 5314

⁷⁰⁸CLI, Ibidem.

As informações incompletas deixam dúvidas sobre as diferentes embarcações a que se destinavam esses marinheiros. Assim como não encontramos informações detalhadas sobre o tempo médio de permanência dos marinheiros nas embarcações para receber “educação” e instrução. Estima-se que o tempo médio fosse de três a seis meses levando em consideração os relatórios trimestrais das Companhias Fixas de 1838, assim como a necessidade de tripular as embarcações.

Mas, neste mesmo relatório trimestral de out/nov/dez de 1838, observamos a existência de outras duas Companhias, além das quatro autorizadas a funcionar apontando para a ampliação como forma de considerar as Companhias como um empreendimento bem recebido na Marinha.⁷⁰⁹ Outro dado revelado pelo mesmo relatório nos informa que, dos 287 marinheiros prontos, 106 eram “menores” e a proporção de aproximadamente 66% de “menores” em cada Companhia foi também encontrada em outros três relatórios daquele mesmo ano (sofrendo uma pequena variação para mais ou para menos).

Tabela 22: Proporção de Menores nas Companhias Fixas 1838

ESTADO EFETIVO DAS COMPANHIAS FIXAS	NÚMERO DE MENORES	PERCENTUAL
287	106	37%

Fonte: Relatório trimestral outubro/novembro/dezembro de 1838 do Comandante Geral Pedro da Cunha. AN. Série Marinha. XVII M 5314.

Pela documentação, não foi possível identificar a qual faixa etária estaria o Comandante se referindo quando fez anotações usando o termo “menor”. Recrutá-los jovens era uma prática comum na Marinha.⁷¹⁰ Nos relatórios ministeriais, encontramos referências ao prioritário ingresso de “jovens” na Marinha, tanto para o quadro de aspirantes a Guardas-Marinhas, como para marinheiros. A decisão nº 452 de 19 de dezembro de 1834 estabelecia que os grumetes de 12 anos para menos deviam ser considerados menores, reforçando essa ideia. Todavia, a expressão “menor” deixa dúvidas sobre a idade de corte tomada como limite. Trabalhamos tendo por referência o livro de socorros apresentado páginas atrás da Companhia Agregada de Marinheiros, por intermédio do quais indivíduos compreendidos na faixa dos 11 aos 15 anos teriam

⁷⁰⁹No artigo 7º da Proposta de Lei de Fixação das Forças de Mar para os anos 1838-9, existia a possibilidade do aumento dessas Companhias para o número de 10. RMM, Rodrigues Torres, 1838, p. 30.

⁷¹⁰ELIAS, Norbert. *Estudos sobre a Gênese da Profissão Naval*. Ob. Cit.

preferência. Portanto, nos limites deste trabalho, vamos entender “menores” como aqueles compreendidos nessa faixa etária.⁷¹¹

De qualquer forma, as Companhias Fixas estavam assumindo, ainda que parcialmente o papel de preparar marinheiros para os navios de Guerra. A ideia de Salvador José Maciel ganhava forma, faltando aprimorar o conteúdo. Como vimos, por intermédio da documentação referente às anotações das ausências dos mestres, esta era incompleta em relação aquilo que se propunha em termos legais.

Dos quatro artigos restantes, destacamos o 15º que diz respeito à identificação dos marinheiros referentes a dados como aqueles de que lançamos mãos anteriormente (idade, naturalidade etc.), sendo que estipulava para tal que fossem feitas por um secretário sem nenhuma gratificação.

Destacamos para finalizar o último artigo segundo o qual *fica abolida toda e qualquer organização, que possa dar as Companhias fixas de Marinheiros o caráter de Soldado*. Esse aspecto delimita e impõe as atribuições dos marinheiros em relação ao corpo de artilharia da Marinha. Em outras palavras, as Companhias Fixas de Marinheiros foram criadas com o intuito de preparar marinheiros para as diversas atividades que dizem respeito às fainas dos navios de Guerra.⁷¹²

A historiadora Edna Antunes, a exemplo de Wagner Bueno, refere-se a esse aspecto específico das Companhias Fixas da seguinte maneira:

O investimento na instrução dos menores, promovida pelas companhias, pretendia incorporá-los ao universo militar, de maneira mais ampla que a simples subordinação disciplinar.⁷¹³

Conforme salientado, a instrução de primeiras letras inicialmente proposto no plano legal das Companhias Fixas ficou restrita ao campo dos conhecimentos práticos e imediatos dos trabalhos de bordo. A experiência desenvolvida na Fragata Príncipe Imperial pelo Capitão de Fragata Francisco de Assis Cabral de Teive, que, por iniciativa

⁷¹¹Para Maria Luiza Cardoso, de forma genérica o termo menor era aquele empregado para designar crianças e jovens. Ver: História dos Jovens: Menores nas Companhias de Aprendizes dos Arsenalis de Guerra (1840-1889), p. 97. Apud: S. Z. GRISPUN, Mirian Paura et. Al. Juventude: Percursos entrecruzados. Rio de Janeiro: Publ!t Soluções Editoriais, 2008.

CLI. Decisão 452 de 19/12/1834. Declara que os grumetes de 12 anos para menos devem ser considerados menores, e que destes poderão ter fora da lotação, as Fragatas de 1º ordem 25 menores, 2ª 20, Corvetas 16 menores e Brigues 12.

⁷¹² CLI, Artigo 18º do Decreto de 1º de Julho de 1837.

⁷¹³ ANTUNES, Edna. Op. cit., p. 120.

própria, iniciou – tal como vimos no capítulo I – o aprendizado de primeiras letras naquela embarcação, metamorfoseado em uma pedagogia política institucionalizante de Salvador Maciel, foi nesse momento de implantação das Companhias Fixas deixado a um segundo plano de investimento.⁷¹⁴

Não podemos desconsiderar o fato de que concorriam com a “educação” formal propostas nos navios as escolas de primeiras letras do Arsenal de Marinha; assim também, não podemos perder de vista que:

Na quase totalidade das províncias, a instrução pública se manteve, durante muitos anos, em nível precário, devido à falta até mesmo de recursos financeiros e de pessoal qualificado para ministrar, até mesmo, o ensino das primeiras letras. Além disso, os níveis de instrução primário e secundário sofriam as consequências da instabilidade política, bem como do regionalismo que imperava nas províncias. Como se pode observar, a organização escolar brasileira apresentou, principalmente, na primeira metade do século XIX, graves deficiências quantitativas e qualitativas.⁷¹⁵

As deficiências e precariedades, todavia, não serviram como justificativas para que não fossem iniciadas as atividades das Companhias Fixas pairando então uma questão: apesar da proposta de educação formal promovida, incluir também os ensino de primeiras letras e operações aritméticas; priorizou-se a instrução militar, ou, conforme destaca o historiador Adler Homero,

a manutenção das Companhias de Aprendizes Menores por um longo período mostra que os militares tinham uma visão mais ampla de seu papel na sociedade, muito além do que simples análise de custo/benefício permitira considerar.⁷¹⁶

Chama atenção essa percepção de Adler Homero na medida em que caminhamos nessa mesma direção quando nesse trabalho lançamos destaque as ações que revelavam que havia, por parte dos oficiais de Marinha, a percepção de que poderiam influenciar nas

⁷¹⁴Por educação formal entendemos ser, a partir das concepções de Julio Ruis Berrio, que descreve a Educação Social como sendo: los procesos educativos destinados a equilibrar, superar o prevenir dos categorías fundamentales: la marginación y la exclusión, especialmente en la infancia y juventud, a través de los tiempos. BERRIO, Julio Luiz. *Introducción a la Historia de la Educación Social em España*. História da Educação, nº 18, 1999, pp. 5-11. Agradeço a indicação da leitura à Professora Dr^a Solyane Silveira Lima.

⁷¹⁵CARDOSO, Maria Luiza. *História dos Jovens: Menores nas Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Guerra (1840-1889)*, Op. Cit., p. 98.

⁷¹⁶CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *As Companhias de Aprendizes Menores*. Texto disponível em: <http://www.uel.br/cch/his/ISNHM/index.php?arq=ARQanais>

condutas políticas da instituição sem promover a quebra da hierarquia e disciplina por intermédio principalmente de ofícios e relatórios que, em alguns casos, ressaltavam o bom aproveitamento dos aprendizes e a estrutura de “ensino” adotada.

Foi o caso do relatório de Luis Antonio da Silva Peixoto encaminhado ao Inspetor do Arsenal Francisco Bibiano de Castro em 26 de Fevereiro de 1835, informando sobre a Escola de Artífices. Nele, Silva Peixoto declarou que havia 196 aprendizes matriculados em diferentes ofícios. As oficinas funcionavam todos os dias úteis, das 6h15min até as 9h. O método de ensino era individual e ali se aprendia a ler, a escrever e fazer contas (números inteiros e frações complexas, decimais e regras de três simples). Aprendiam ainda doutrina cristã, gramática portuguesa e geometria.⁷¹⁷

Pelo relatório, percebe-se que o oficial responsável pela Escola de Artífices demonstrava que “*alguns se empregam mui seriamente aproveitando os estudos e suas lições*” e declarava ainda,

Resta-me unicamente assegurar a vós que jamais deixarei de empregar todos o possível desvelo no cumprimento dos deveres que me impõem o lugar que tenho naquela casa.⁷¹⁸

Mas, havia aqueles que, segundo a avaliação do oficial não cumpriam “*seriamente os estudos e suas lições e foi descoberta inaptidão e piores vontades de aprender.*”⁷¹⁹ Foi um caso aleatoriamente encontrado quando pesquisávamos sobre as Companhias de Aprendizes que nos chamou atenção.

A queixa do oficial Joaquim Alves da Silva que, em ofício de dezembro de 1838, encaminhado ao Ministro da Marinha Rodrigues Torres, pedia providências para esses casos ocorridos na Escola de Artífices envolvendo os alunos: Agostinho Bento, Alexandre da Pontes, Manoel J. da Costa, João Martins, Francisco N. de Almeida, Antonio José de L. Braga e José Antonio Perez. Em resposta o Ministro foi taxativo: *despedir todos!*⁷²⁰ Se na/para a Escola de Artífices do Arsenal o não aproveitamento por parte dos aprendizes à “educação” formal oferecida deveria ser punida com a demissão, para os marinheiros das Companhias Fixas, a punição chegava antes, ou seja, não a recebiam conforme determinação da lei.

⁷¹⁷AN. Série Marinha, XM 178 Codes B2

⁷¹⁸AN. Op. Cit., p. 13

⁷¹⁹AN. Idem

⁷²⁰AN. Ibidem

Abrimos breve parêntese para fazer referência a mais uma reforma ocorrida na Academia de Marinha no ano de 1839. Pois, assim como as Companhias Fixas, a Academia de Marinha foi submetida a um “novo” processo de institucionalização e enfiamento para seus postulantes. E, como a consideramos nessa tese como um espelho pelo qual deveria ser refletida a imagem daquilo que se esperava dos Trabalhadores do Mar, a percepção do que se esperava de um oficial de Marinha nos interessa.

De acordo com a historiadora Luana Donin:

A primeira reforma de impacto significativo no ensino do oficialato em um momento de um momento delicado de véspera da maioridade e ressignificação dos principais dispositivos de poder que compunham o quadro político imperial.⁷²¹

Durante esse trabalho, destacamos outras reformas que antecederam a de 1839. Referimo-nos as de 1822 e 1833, quando da emancipação política e da separação da Academia do Exército, respectivamente. No entanto, concordamos com a autora no que diz respeito ao impacto significativo que tal reforma originou sendo importante o cotejamento com esse trabalho. Afinal, a ideia de Salvador Maciel e depois, do projeto orientado por Rodrigues Torres, que estava a frente do ministério quando foi proposta a reforma da Academia de Marinha, preconizavam o ensino e a instrução como forma de aproximar, e ao mesmo tempo, dirimir as tensões nos navios e quartéis tendo as bases para essa ação a Academia de Marinha como espelho e a interdependência entre oficiais e marinheiros.⁷²²

Acreditamos que, a partir dos anos de 1840, se constituiu o nascimento da Marinha Nacional e Imperial. Reforçamos essa interpretação a partir da criação da Companhia de Aprendizes de Marinheiros do Rio de Janeiro e do Corpo de Imperiais Marinheiros. Somando a isso medidas que fizeram emergir “novas” configurações oriundas das reformas realizadas para o ensino militar naval daquele período envolvendo a Academia de Marinha.

⁷²¹ DONIN, Luana de Amorin. *Academia de Marinha: normatização da formação militar naval no período de construção do Estado Imperial Brasileiro (1837-1838)*. Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2014, p. 51.

⁷²² Recorremos a metáfora do espelho acreditando que a Academia de Marinha era o modelo de utilidade pelo qual, dadas as devidas proporções, poderia ser pensada a Companhia de Aprendizes, pela aristocracia do trabalho naval e autoridades navais constituídas.

A criação do Corpo de Fuzileiros Navais em 1847, que deu origem pouco tempo depois ao Batalhão Naval,⁷²³ a aquisição e construção de novos navios movidos a vapor e todas as organizações administrativas e navais que passaram por “reformas” demonstram – acreditamos – à existência dessa política nacional.

Agora, sob o ponto de vista institucional, o 7 de setembro de 1822 deve manter-se como marco de nascimento da Marinha brasileira, pois se trata da constatação da existência de uma *cultura marítima* que, ao longo dos anos, sustenta hábitos e práticas que têm amparado crenças e concepções que consolidam e valorizam a Marinha e seus trabalhadores do mar como uma forte instituição.⁷²⁴

Em suma, sobre o que acabamos de expor, nossa ideia não inviabiliza ou coloca em suspensão a certidão de nascimento da Marinha do Brasil, pelo contrário, qualquer que seja o modo narrativo empregado para contar sobre um mesmo fato o deslocamento de sentido aqui não implica esquecimento. Pois, as memórias oficiais são antes objetos de análise do que fontes de acesso a uma suposta versão verdadeira.

Uma das configurações propostas para a Academia de Marinha foi sua transferência para bordo de um Navio de Guerra, dando outras providências a respeito desse estabelecimento por intermédio do regulamento nº 27 de 31 de Janeiro de 1839:

Art. 1º- A Academia d-e Marinha desta Corte, será de agora em diante estabelecida a bordo de um Navio de guerra, onde serão aquartelados os discípulos que a frequentarem, como internos. Este Navio será convenientemente preparado, armado e aparelhado, a fim de que possam ali os discípulos receber teórica e praticamente as lições das diferentes matérias, que tem de aprender.⁷²⁵

Podemos perceber, a exemplo do que ocorreu com as Companhias Fixas, a preponderância da instrução prática em detrimento da educação formal. Contudo, como podemos ainda observar por intermédio de uma análise comparativa entre os dois processos para os marinheiros, a educação formal seria um elemento importante na constituição do seu processo de institucionalização e enfardamento. Para os egressos da Academia de Marinha, além desses processos já terem se iniciado em diferentes momentos da vida pessoal inclusive, as exigências no que diz respeito à educação

⁷²³CLI. Decreto nº 535, de 11 de novembro de 1847.

⁷²⁴Sobre a discussão sobre Cultura Marítima ver: RODRIGUES, Jaime. *Cultura marítima: marinheiros e escravos no tráfico negreiro para o Brasil (sécs. XVIII E XIX)*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 19, nº 38, 1999, p. 15-53.

⁷²⁵CLI. 1839, Tomo 2, Parte 2, Seção 3, p. 10.

formal era obrigatória para os postulantes aos cargos de Aspirantes a Guardas-Marinhas, conforme pode ser percebido na leitura do artigo 2º:

Os discípulos que forem admitidos como internos na dita Academia, terão logo a praça de Aspirantes a Guardas Marinhas, mas para esta admissão é necessário : **1** - ter mais de doze e menos de dezesseis annos de idade , **2** - saber ler e escrever ortograficamente as primeiras quatro operações da Aritmética, Gramática Portuguesa e ter sufficiente intelligência da língua Francesa, e dos princípios gerais de Geografia, **3** - apresentar certidão de bom procedimento dos Mestres ou Diretores das escolas que houverem frequentado, **4** - não ter defeito físico que inabilite para o serviço militar, **5** - apresentar despacho de admissão dado pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha.⁷²⁶

Esses aspectos poderiam ser considerados irrelevantes caso a educação formal, tal como preconizada em lei, tivesse sido realmente implantada para os marinheiros. Pela forma como vimos acima, ao invés de atuar diminuindo as tensões, a imagem refletida pelo espelho não poderia ser aquela idealizada. Ou seja, a educação em um caso, e a falta dela no outro, aumentaria o fosso entre ambos. E, ao que deixou transparecer, o próprio Ministro Rodrigues Torres não percebeu o hiato que se mantinha:

É minha opinião, e transferir a Academia dos Guardas-Marinhas para a bordo de um navio de Guerra (...) Além dos hábitos militares que assim contrairão desde os mais verdes anos sob contínua e eficaz vigilância de um superior, maior espaço de tempo poderão também dedicar ao estudo, adquirindo com trabalho cotidiano mais prática no que toca o aparelho, as manobras navais e a artilharia.⁷²⁷

De certo, a proposta de manter embarcados marinheiros se assemelhava em forma à proposta para os Guardas-marinhas. Todavia, até onde nos foi possível verificar, a instrução do aparelho para os marinheiros era prioritária em relação à educação.

Nem mesmo um possível aumento das despesas para o sempre comedido com as finanças do Império, Ministro Rodrigues Torres, não *seria um estorvo a este incontestável melhoramento*⁷²⁸ Referindo-se a manutenção de um grande número de indivíduos embarcados em navios desarmados para receber instrução naval. Pois, acreditava que essa ação resultaria na manutenção e aumento da subordinação e

⁷²⁶CLI. 1839.

⁷²⁷RMM. Joaquim José Rodrigues Torres, 1838, p. 5-6.

⁷²⁸Op. Cit.,

disciplina por parte dos futuros oficiais.⁷²⁹ Com isso, podemos agora compreender melhor o uso da expressão “autoridades subalternas”, utilizado pelo Ministro da Marinha Pio dos Santos em seu discurso à câmara em 1º de junho de 1837. Pois, se trata de um discurso embasado em uma política reformista por intermédio da qual aos oficiais seria dado maior poder sobre as atividades de instrução naval e disciplinar de bordo, ao mesmo tempo, submetidos ao poder das autoridades governamentais. Em outras palavras, comandar e obedecer, sem isto não há poder. A concepção de poder arendtiano nos auxilia a compreender sobre essa lógica:

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido.⁷³⁰

Assim como os Aprendizes de Marinheiros, os Aspirantes a Guardas-Marinhas estavam sujeitos às disposições do Regimento Provisional e Artigos de Guerra. Nesse caso, melhor assimilado em função do habitus que operava na incorporação dessas disposições levando-os a agir de forma harmoniosa com o histórico do seu grupo social. À medida que essas disposições eram incorporadas, refletiam-se nas práticas desses sujeitos históricos. O que não elimina que, mesmo assimilando os valores morais, hierárquicos, disciplinares e coletivos da “vida militar” não possamos identificar possibilidades de que nesses oficiais, profissionalmente afastados do conjunto de regras da sociedade, atuassem no adensamento das interdependências entre eles e marinheiros. Afinal, as interdependências são funcionais precisamente porque exprimem o caráter relacional que dá corpo e densidade ao todo; aqui identificado pelos Trabalhadores do Mar.⁷³¹

Pelo artigo 4º do regulamento de 27 de janeiro de 1839 podemos identificar o processo de seletividade pelo qual era admitido na Academia o postulante a Oficial de Marinha “*devendo ser preferidos, em iguais circunstâncias, os filhos dos Oficiais da Armada e do Exercito, especialmente dos que morrerem ou forem feridos em*

⁷²⁹Para o ano de 1840 foram destinados do orçamento da pasta da Marinha o valor corresponde a 23:600\$000 para a Academia de Marinha. Valor maior do que aquele gasto com os hospitais e menor em relação ao gasto com reformados. CLI, 1840, p. 12.

⁷³⁰ARENDT, Hannah. *Poder e violência*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001, pp. 81-94

⁷³¹Em ofício ao Inspetor do Arsenal datado de 17/06/1845, o Comandante (?) da Fragata Constituição alertava sobre a necessidade de conceder licenças aos marinheiros para irem a terra. Justificando: Este acontecimento prova o quanto é dificultoso reter as guarnições presas a bordo. É absoluta necessidade de lhes dar licenças. AN. Série Marinha Ofícios da Estação Naval, III M-584.

combate.⁷³² Esses aspectos apontam para a percepção que Rodrigues Torres desenvolvera em relação aos valores a serem adquiridos desde muito cedo, em contato com a disciplina e os rigores militares orientados.⁷³³

Acrescido das disposições existentes no artigo, identificamos que, por essa reformulação, a Academia de Marinha estaria alinhada à conformação de uma corporação militar mais rígida, alicerçada nos moldes da disciplina, hierarquia e meritocracia.⁷³⁴ Sobre esses aspectos, com um olhar diferenciado e relativizando principalmente os aspectos meritocráticos, Arias Neto complementa: “no regimento de 1839, os critérios para ingresso na Academia combinavam aptidões intelectuais, físicas e centralizava no Ministro da Marinha o controle da lealdade política.”⁷³⁵

Essas interpretações nos ajudaram a compreender o processo por intermédio do qual deveriam ser pautadas as “instituições militares” de mar e terra.⁷³⁶ Todavia, fomos levados a uma questão. Até aqui as prerrogativas para ingresso e a clara orientação por uma instrução prática profissional de comando e manobras a ser ofertada aos Aspirantes a Guardas-Marinhas resguardavam a educação naval em parâmetros limitados, mas ainda assim, diferentes em “forma”, e obviamente em “conteúdo” àqueles dispensados aos marinheiros.

Essas ideias e ações parecem terem sido disseminadas em larga escala por conta do modelo de consenso social organizado para a sociedade da época. Tanto foi assim percebido que, em relatório apresentado pelo Ministro da Marinha e Chefe de Divisão, Jacinto Roque de Sena Pereira, em 1840, após suceder a Joaquim José Rodrigues Torres no ministério, declarava:

O homem do mar, diz um célebre autor, deve ser de uma natureza privilegiada e forte, a ciência profunda não lhe é absolutamente precisa, basta as teorias indispensáveis para o perfeito conhecimento da navegação, da arquitetura naval, artilharia e cálculos astronômicos,

⁷³²CLI. 1839, Op. Cit, p.11.

⁷³³“De criar mais um incentivo para que se dediquem a profissão das armas; (...) pela experiência cotidiana e pelos exemplos de subordinação, e disciplina que aprendem de seus pais adquirirão com mais facilidade os hábitos dessa profissão excepcional a que vão se dedicar”. RMM, Rodrigues Torres, Op. Cit., p. 27.

⁷³⁴DONIN, Luana. Op. Cit., p. 59.

⁷³⁵ARIAS NETO. Op. Cit. p. 77.

⁷³⁶A título de contextualização sobre os processos de reorganização das tropas de terra durante o período em tela ver: ALMEIDA, Felipe Pessanha de. *A Secretaria de Estado de Negócios da Guerra (1821-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. (Cadernos Mapa 6 - Memória da Administração Pública Brasileira)

ter conhecimento das máquinas e manobras do uso de bordo e tática naval (...).⁷³⁷

Afinal, e conforme destacamos no capítulo dois, por intermédio do relatório do também militar, capitão de mar e guerra José Pereira Pinto, os destaques, observações e propostas de ações para a Marinha paulatinamente em curso associadas direta ou indiretamente à aprendizagem a partir das experiências de bordo configuravam-se no entendimento, por parte das autoridades governamentais com anuência da Assembléia Legislativa, de que ali estaria se constituindo a demonstração de um processo de mudanças civilizatórias associadas ao “mundo, e as Marinhas européias”.⁷³⁸ Esse aspecto foi discutido pelo historiador Arias Neto, no que diz respeito não apenas aos modelos de estudo e distribuição das forças de Mar, mas também pela dependência. Pois, além da importação do material necessário à fabricação dos veleiros e do material de artilharia e munições, passou-se a importar tudo o que dizia respeito à manutenção dos vapores.⁷³⁹

Essa leitura, colocada como forma complementar a uma questão que se impôs, tornou-se importante na medida em que de certa forma explica; e nos orientou sobre os investimentos institucionais, ainda que acanhados, dispensados na formação dos Trabalhadores do Mar nesse período de criação e reformas das Companhias Fixas e da Academia de Marinha, respectivamente.

Recolocando nosso foco, o Regulamento de transferência da Academia de Marinha para bordo de uma embarcação, do 5º até o 17º artigo, discorriam sobre a remuneração, organização hierárquica (atribuições e competências dos Comandantes, Capelão, Cirurgião e Lentes); vencimentos e período de atividades compreendidas entre fevereiro até novembro; controle de aulas, frequências, aproveitamento dos aspirantes; boa ordem do estabelecimento à manutenção da disciplina e subordinação.

Para fechar esse parêntese, trazemos o olhar da historiadora Luana Donin, que sintetizou boa parte daquilo a que nos referimos sobre um projeto educacional para os Trabalhadores do Mar orientado por uma visão mais prática. De certo modo, esse projeto repercutiu de forma pouco satisfatória em grande parcela desses indivíduos, retardando os processos de institucionalização e enfiamento dos marinheiros:

⁷³⁷RMM, Jacinto Roque de Sena Pereira, 1840, p. 14. Período a frente do MM: 16/04/1839 a 23/05/1840.

⁷³⁸Ver sobre essa discussão de forma mais aprofundada: DONIN, Luana. Op. Cit., pp. 88-90. BUENO, Wagner. Op. Cit., pp. 108-110. ANTUNES, Edna. Op. Cit., pp. 55-65.

⁷³⁹ARIAS NETO. Op. cit.; p. 75-6.

A transferência da academia para bordo da Nau Pedro II só foi possível devido ao momento político institucional, com o poder Executivo mais forte e tendo papel de maior importância na representação das necessidades da nação, apesar das argumentações entre teoria e prática continuarem sendo as mesmas nesse longo tempo. E a vitória de uma corrente mais prática aparenta ser um propósito compartilhado tanto por militares que ocuparam os cargos do ministério como para os políticos civis, fato evidenciado pela proximidade de Rodrigues Torres com a esfera militar devido à permanência como lente da academia militar em determinado momento.⁷⁴⁰

Uma alternativa percebida por Rodrigues Torres, foi solicitar à Câmara autorização para manter o número das Forças de Mar fixadas em 3.000 homens, assim como criar, ao invés de Companhias Fixas, Companhias de “Aprendizes de Marinheiros”. A concepção de aprendiz ganharia naquele momento histórico e político um peso igual ou maior ao dado por Salvador José Maciel em 1833, à “Aspirante”, rejeitado pelo Senado. A expressão “Aprendiz” pode ser nesse contexto compreendida como *principiado em arte ou ofício*, fazendo grande diferença pelo sentido que queria dar aos corpos de Marinhagem o então Ministro Torres.⁷⁴¹

Afinal, buscava-se pela “assimilação consensual” do conceito que a Câmara, o Senado e também os militares da Armada se identificassem com a proposta. E, nesse sentido, operou para que pouco tempo depois, sob o comando do militar e Ministro da Marinha Jacinto Roque de Sena Pereira, fosse instituído o decreto nº 45 de 26 de Março de 1840, dando às Companhias Fixas a denominação de Corpo de Imperiais Marinheiros.⁷⁴² Naquele mesmo ano, agora sob o comando temporário dos “liberais” à frente do Ministério da Maioridade, o então Ministro Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque instituía por intermédio da Lei nº 148 de 27 de Agosto de 1840, a Companhia de Aprendizes de Marinheiros do Rio de Janeiro que ficaria adida ao referido Corpo de Imperiais Marinheiros.⁷⁴³ No artigo 5º da lei citada, podemos encontrar:

Além das Companhias mencionadas no artigo antecedente, haverá outra de Aprendizes Marinheiros, que poderá ser elevada até o numero

⁷⁴⁰LUANA, Donin. Idem, p. 92.

⁷⁴¹Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo Padre Dom Rafael Bluteau. Primeiro Tomo de A –K, Op. Cit. Não encontramos curiosamente referências a esse termo no Dicionário de linguagem de Marinha Antiga e Atual.

⁷⁴²CLI. Atos do Poder Executivo, 1840, p. 23.

⁷⁴³<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=66766&norma=82700>

de duzentos menores de idade de 10 até 17 anos, que ficará adida ao Corpo de Imperiais Marinheiros.⁷⁴⁴

Como mencionado, a dificuldade de localizar as fontes referentes aos vários aspectos do cotidiano dessa Companhia nos impediu de avançar tendo por referência as especificidades dessa Companhia. Todavia, a Companhia do Rio de Janeiro foi a primeira a se estabelecer e a funcionar durante quinze anos. Ou seja, de 1840 a 1855 foi a única a preparar os Aprendizes para os trabalhos em mar. Nesse sentido, podemos inferir que as 17 companhias criadas a partir de 1855 estivessem alinhadas as formas e conteúdos no que diz respeito à instrução e “educação” dos Imperiais Marinheiros, assim como refletidos os problemas e as dificuldades do processo de criação e consolidação como um todo. Como veremos adiante na tabela demonstrativa onde contam as datas e os números dos decretos de criação das companhias de Aprendizes Marinheiros pelo Brasil, durante os anos de 1855 a 1874.

⁷⁴⁴Op. Cit.

**Tabela 23: Dada/decretos de criação das Companhias de Aprendizes pelo Brasil
(1840-1874)**

COMPANHIA/PROVÍNCIA	LEI/DECRETO DE CRIAÇÃO
Rio de Janeiro (Corte)	Lei nº 148 de 27 de agosto de 1840
Para	Decreto nº 1.517 de 04 de Janeiro de 1855
Bahia	Decreto nº 1.543 de 27 de Janeiro de 1855
Santa Catarina	Decreto nº 2.003 de 24 de Outubro de 1857
Pernambuco	Decreto nº 2.003 de 24 de Outubro de 1857
Mato Grosso	Decreto nº 1.987 de 07 de Outubro de 1857
Rio Grande	Decreto nº 2.725 de 12 de Janeiro de 1861
Maranhão	Decreto nº 2.725 de 12 de Janeiro de 1861
Espírito Santo	Decreto nº 2.890 de 08 de Fevereiro de 1862
Paraná	Decreto nº 3.347 de 26 de Novembro de 1864
Ceará	Decreto nº 3.347 de 26 de Novembro de 1864
Santos	Decreto nº 4.112 de 29 de Fevereiro de 1868
Sergipe	Decreto nº 4.142 de 29 de Fevereiro de 1868
Paraíba	Decreto nº 4.680 de 17 de Janeiro de 1871
Amazonas	Decreto nº 4.680 de 17 de Janeiro de 1871
Rio Grande do Norte	Decreto nº 5.181 de 16 de Dezembro de 1872
Piauí	Decreto nº 5.309 de 18 Junho de 1873
Alagoas	Decreto nº 5.847 de 02 Janeiro de 1874

Fonte: CAMINHA, Hendrick Marques. *Organização e Administração do Ministério da Marinha no Império*. Serviço de Documentação da Marinha, 1986, pp. 105-6

A Companhia de Aprendizes de Marinheiro do Rio de Janeiro foi instalada na Fortaleza da Ilha de Boa Viagem, hoje Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Ali

permanecendo até o ano de 1876, quando, por intermédio da decisão nº 268 de 20 de maio, passou a ocupar um edifício desocupado na Fazenda de São Sebastião, localizado na Ilha do Governador.⁷⁴⁵

O historiador Álvaro Nascimento, ao debruçar-se sobre a Revolta dos Marinheiros de 1910, destacou que, para entender esse conflito, haveria a necessidade de dar destaques à carreira dos marinheiros da Armada, aos métodos de recrutamento e aos significados do castigo.⁷⁴⁶ Sobre a Companhia de Aprendizizes do Rio de Janeiro entre os anos de 1881-1882, afirma Nascimento:

(...) as escolas funcionavam como “viveiros” onde o menor teria de aprender a respeitar e a seguir a disciplina militar. Porém, essas escolas se mostraram débeis ao longo do tempo, pelo menos foi o que conseguimos localizar em outros relatórios. (...) Na realidade, as escolas eram espaços de confinamento até que o menor alcançasse a robustez necessária para enfrentar o duro serviço a bordo dos navios. A Armada precisava de homens, só e só.⁷⁴⁷

As críticas ao funcionamento e ao papel que representavam as companhias apresentadas pelo professor Álvaro Nascimento estão fundamentadas, conforme podemos aferir sobre as debilidades da Marinha, assim como dos sucessivos governos no que tange à proposta da institucionalização dos marinheiros. Afinal, nos anos 1840, o projeto de criação e consolidação da Companhia assume o caráter de uma conduta política governamental e, como tal, incidindo drasticamente sobre o processo de institucionalização e enfardamento dos marinheiros. E, nos apropriando das observações de Álvaro Nascimento, acreditamos que tais precariedades parecem ter acompanhado todo o período imperial.

Um elemento que corrobora as assertivas acima diz respeito à percepção oriunda de uma zona de contato que se estabeleceu na relação entre culturas díspares produzidas pelos relatos de viagem, que nascem, assim, do deslocamento e do encontro de duas culturas diferentes e das trocas aí estabelecidas. Referimo-nos mais precisamente ao ano de 1846, quando o inglês radicado nos Estados Unidos, Thomas Ewbank, visitou o Brasil. Seu relato foi transcrito em parte por Edna Antunes, e nos chamou atenção pela narrativa em que coloca seu espanto em ver “*Nenhum desses guerreiros ia além de*

⁷⁴⁵CAMINHA, Herick Marquês. Op. Cit. p. 105.

⁷⁴⁶NASCIMENTO. Álvaro Pereira do. *Marinheiros em Revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)*. Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1997.

⁷⁴⁷Op. Cit., p. 58-9.

*quatros pés de altura nem dez anos de idade”, percebendo serem alguns deles “índios” “e que o governo tinha estabelecido ali uma escola para uma centena de meninos serem educados como marinheiros”; “numerosos índios estão entre eles, principalmente índios domesticados”; “as autoridades recolhem-nos onde possam encontrá-los e mandam-nos para as escolas navais daqui. Dizem que acabam dando bons marinheiros”.*⁷⁴⁸

Não é de admirar que o viajante tenha encontrado índios entre os jovens aprendizes. O recrutamento desse grupo específico de indesejáveis sociais estava na agenda do processo civilizatório. A utilização deles nunca foi determinadamente excluída, apesar de, em face de momentos de paz, sua mão de obra ter-se dado em menor número, ou pelo menos não ser considerada de forma clara quando da identificação desses nos livros de socorros ou assentamentos. A utilização de denominações de cor como caboclando, cabocla, e pardos, ou mesmo, as lacunas nesse item sugere, como observado páginas atrás o resultado de diferentes significados, conforme percebido nos livros de socorros da Fragata Príncipe Imperial e na tabela demonstrativa sobre a cor dos marinheiros da Companhia agregada do Rio de Janeiro.⁷⁴⁹

Embora seja inegável o valor desses relatos dos viajantes como fonte documental que nos informem sobre determinado período, não podemos perder de vista a complexidade que envolve sua produção. Como também perceber que o viajante busca enxergar sobre o outro aquilo que ele quer ver. Nesse sentido, devemos entender esse e outros relatos de viagem como uma produção que reflete uma mescla de representações, que envolvem opiniões e sentimentos pessoais e subjetivos, mas que também refletem uma determinada forma de compreender o mundo, sua cultura, tempo e espaço.⁷⁵⁰

Para além dos cuidados, sob os quais nos alertou Mary Pratt, interessa-nos desse relato o ano de sua elaboração, o olhar sobre as características físicas e étnicas dos supostos aprendizes. Afinal, seis anos se passaram da criação da Companhia de Aprendizes, tempo curto para que mudanças profundas estivessem atuando em antigos e estruturais

⁷⁴⁸EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil: ou o diário de uma visita à terra do cacau e das palmeiras*. SP: Edusp, 1990, p. 196-9. Apud: ANTUNES, Edna Fernandes. Op. Cit.

⁷⁴⁹ Em 1825, foi autorizada a criação de uma Companhia de índios para os serviços do Arsenal e Navios da Armada – CLI, 1825, p. 200. Em 1827, há relatos de deserção de dois índios do Arsenal da Corte – AN. Série Marinha, XM 793, Ofícios do Inspetor. Em 1837, autorizado pelo ministro da Marinha por intermédio do aviso de 3 de julho de 1837, o engajamento de dois jovens indígenas de 10 anos. AN. Série Marinha, Avisos do Ministro, 1837.

⁷⁵⁰PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.

problemas da Marinha. Seja como for, nos orienta para a persistência de determinadas permanências relacionadas ao recrutamento e as dificuldades de homogeneização dos corpos de marinhagem, tal como preconizada nos relatos ministeriais. Aspectos reconhecidos pelo ministro Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque que aprovou a criação do Corpo de Imperiais Marinheiros. Segundo Holanda Cavalcanti de Albuquerque:

Com a vossa cooperação (se encaminhado a Assembléia Legislativa) talvez pudéssemos conseguir em menos de cinco anos uma excelente maruja, hábil, bem disciplinada, e toda nacional, e atendi bem, senhores, que sem possuímos um completo corpo de marinheiros e bons artilheiros, jamais poderemos contar com a força naval (...). É para mim da maior satisfação anunciar-vos que foram os jovens brasileiros deste corpo que incorporados às forças legais, formavam os 160 indivíduos que corajosamente derrotaram a mais de mil facciosos nos campos do Maranhão.⁷⁵¹

É fundamental perceber os elementos que orientam o discurso do ministro Holanda Cavalcanti. Afinal, tratou-se ali de fazer uma associação direta entre aspectos internos necessários a constituição de uma Marinha que melhor pudesse servir as expectativas daquilo que as autoridades navais constituídas enxergavam como sendo o papel a ser exercido pelas forças militares, ou seja, unidades instruídas nas armas correspondentes, disciplinadas e aptas a repressão.

Notamos, conforme ênfase no início desse capítulo, que a criação das Companhias de Aprendizes e do Corpo de Imperiais Marinheiros era revestida de grande esperança por parte dos sucessivos ministros da Marinha no intuito de resolver também os latentes e históricos problemas relacionados às composições nos navios, da disciplina e tensões a bordo. Pois, “(...) *desnecessário é dizer-vos o quanto devemos a esse viveiro de marinheiros para Armada, que não deve ser descurado.*”⁷⁵²

As sucessivas participações da Marinha com sucesso no processo de “pacificação” do país serviriam também para aumentar a confiança e credibilidade da Companhia de Aprendizes de Marinheiros também entre os oficiais, na medida em que “*a prática tem mostrado a superioridade do marinheiro procedente da Companhia de Aprendizes*

⁷⁵¹ RMM, Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque, 1842

⁷⁵² RMM, Joaquim Elísio Pereira Marinho, 1888, p. 34.

sobre o recrutado sem a mais elementar educação.”⁷⁵³ Ainda segundo Prado Maia, com o passar dos anos, os marinheiros originários das Companhias Fixas foram preponderando nas guarnições dos navios de Guerra. Segundo ele, durante a Guerra do Paraguai a marinhagem contratada ocupava apenas os postos de foguistas e carvoeiros das embarcações a vapor.⁷⁵⁴

Todavia, ao que nos parece, com base em tudo que já foi até aqui apresentado, a esperança residia como retórica nos discursos oficiais de alguns ministros apoiados em dados estatisticamente favoráveis.⁷⁵⁵ De acordo com os relatórios do Corpo de Imperiais Marinheiros de 1857⁷⁵⁶ e com Mapa Estatístico do Corpo de Imperiais Marinheiros⁷⁵⁷, assentaram Praça na Companhia de Aprendizes do Rio de Janeiro 1.655 indivíduos entre os anos de 1836 a 1855. Durante esse período, ninguém foi engajado como voluntário ou encaminhado de outros corpos. No Corpo de Imperiais Marinheiros, no mesmo período, assentaram praça: voluntariamente – 135, foram recrutados – 1.973, enviados da Companhia de Aprendizes do Rio de Janeiro – 937, de outros corpos – 6.

Tabela 24: Demonstrativo de ingresso na Companhia de Aprendizes -1836 a 1855

COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO RJ		
ASSENTARAM PRAÇA (1836-1855)	PASSARAM (ao Corpo de Imperiais Marinheiros)	BAIXAS (Inspeção) *
1.655	879	55

Fonte: RMM, Afonso Celso de Assis Figueiredo, 1867, anexo número 10.

* Baixas por inspeção: relacionadas às questões de defeitos físicos ou doenças

Os números indicam que nos dezenove anos, desde a implantação das Companhias Fixas em 1836, até 1855, quando o projeto das Companhias de Aprendizes Marinheiros emerge como uma política de cunho expansionista 53,1% daqueles que ingressaram na Marinha de forma compulsória pertenceram em algum momento a Companhia de Imperiais Marinheiros.

⁷⁵³ MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica*. Ob. Cit., p. 229.

⁷⁵⁴ Op. Cit.

⁷⁵⁵ Aqui retomamos a ideia da utilização por parte dos Ministros da técnica argumentativa própria da retórica no sentido de persuadir e convencer. PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. Ob. Cit.,

⁷⁵⁶ AN. Série Marinha III M 674, B5

⁷⁵⁷ RMM, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Op. Cit;

Tabela 25: Ingresso no Corpo de Imperiais Marinheiros

CORPO DE IMPERIAIS MARINHEIROS (1840-1855)					
ASSENTARAM PRAÇA	S O M A	MORRERAM	S O M A	BAIXAS	S O M A
VOLUNTARIAMENTE	135	MOLÉSTIAS DESASTRES	526	TEMPO COMPLETO	82
RECRUTADOS	1.973		0	INSPEÇÃO	176
OUTRAS COMPANHIAS	937			POR SENTENÇA	15
				POR GRAÇA	100

Fonte: RMM, Afonso Celso de Assis Figueiredo, 1867, anexo nº10.

Para efeito, alguns dados acima chamam atenção. Como destacado algumas páginas antes o recrutamento durante os anos imperiais, mesmo após a criação da Companhia de Aprendizes, foi realizado atendendo as duas unidades navais - a Companhia de Aprendizes e o Corpo de Imperiais Marinheiros. Por isso, na tabela acima podemos ver que o assentamento dos indivíduos se dava de forma diferenciada, e ao mesmo tempo atendendo a fins diferentes. Ou seja, os recrutados passaram pela Companhia de Aprendizes representaram apenas 47.5% dos indivíduos que assentaram praça no Corpo de Imperiais Marinheiros entre os anos de 1840-1855.

O número de mortes por doenças também chama atenção, ao mesmo tempo corroborando àquilo que tornou-se evidente em relação as péssimas condições de salubridade oferecidas aos marinheiros nas unidades navais daqueles anos iniciais do Corpo de Imperiais Marinheiros. Ao menos, no relatório ministerial não foram apresentados acidentes envolvendo marinheiros apontando que ao menos as instruções navais ensinadas poderiam estar sendo realizadas de forma a evitar acidentes, e ao mesmo tempo assimiladas.

As diferentes baixas do Corpo de Imperiais Marinheiros, tal como destacado representam aproximadamente 12% do número total de assentamentos nos quinze anos analisados. Chama atenção o número de baixas por graça (100) em relação àqueles por sentença (15). Onde entende-se que a graça alcançada tenha sido aquela oriunda da

mobilização pela elaboração dos repertórios reativos ao recrutamento realizados pelos próprios marinheiros ou por seus familiares; fossem eles feitos por intermédio principalmente de requerimentos utilizando como justificativas aquilo que preconizava a própria lei das isenções ainda vigentes de 1822.

O número relativamente pequeno de baixas por sentença pode estar diretamente relacionado aos graus dos atos de indisciplina e sua forma de correção. Como será percebido adiante, somente após a terceira deserção (um dos crimes mais recorrentes e sentenciados) o marinheiro era desligado. Para outros atos de indisciplina era recorrente o uso de ações disciplinadoras dos oficiais com base nos Artigos de Guerra e do Regimento Provisional.

Entre os anos de 1841 e 1850, houve maior incidência de indivíduos que assentaram praça tanto na Companhia como no Corpo de Imperiais Marinheiros. Essa maior incidência em períodos determinados pode ser pensada tendo por referências o início das atividades da Companhia de Aprendizes e da criação do Corpo de Imperiais Marinheiros. Uma inovação que precisava de estímulos para efetivamente funcionar. E, sucessivamente, a implantação das seguidas regulamentações dos anos de 1843 e 1845, que criaram diferentes expectativas como medidas estratégicas que visavam a fixação dos indivíduos à Marinha, incentivos e benefícios para aqueles que permanecessem engajados por mais tempo em relação ao período de alistamento. Isso porque o tempo de serviço não era igual para todos e o alistamento, ou melhor, a forma pela qual o indivíduo era alistado definia mais ou menos tempo. E, ainda mais, a promessa de uma educação formal:

Art. 20. Os Aprendizes Marinheiros receberão a mesma instrução igual as praças das outras Companhias; farão todo o serviço de Marinheiro, que for compatível com as suas forças; e além disso, na Escola, que deverá haver, e de que será Mestre um Oficial, quando o haja, que a esse exercício se queira prestar, ou um Inferior que tenha as habilitações necessárias, aprenderão a ler, escrever, contar, riscar mapas, e a doutrina cristã.⁷⁵⁸

Como podemos destacar o envio de indivíduos por autoridades (recrutados – 1.973) para arregimentar as Companhias de Aprendizes era a principal fonte de recrutamento, com maior incidência entre os anos de 1843 a 1850. Os dados referentes a esses tipos de recrutamento não esclarecem detalhes sobre idade e local de origem. No

⁷⁵⁸CLI. Decreto nº 411-A de 5 de junho de 1845.

entanto, podemos acreditar, com base em dados extraídos das fontes referentes aos livros de socorros da Fragata Príncipe Imperial e da Companhia Agragada do Rio de Janeiro, que se tratavam de jovens em sua maioria com idades entre 10 e 17 anos, provenientes dos lares de órfãos.⁷⁵⁹ Pois, estes eram os indivíduos que deveriam se tornar os *desejáveis úteis, para si e para a Nação* com vistas a compor o quadro de Imperiais Marinheiros.

Álvaro Nascimento, valendo-se do mapa estatístico do Corpo de Imperiais Marinheiros, e utilizando um período maior em relação àquele utilizado em nossas análises, tratando de um período que avança em relação ao recorte temporal estabelecido para nossa pesquisa produziu os seguintes dados referentes ao envio de marinheiros pelas escolas de Aprendizes para compor os navios: entre anos 1840-1888 foram 8.856 menores aptos para os serviços nos navios de Guerra, contra 6.271 recrutados à força e 460 voluntários. Complementando, Nascimento afirmou: “*Nota-se que as escolas foram as maiores responsáveis pelas vagas que se abriam no Corpo de Imperiais Marinheiros.*”⁷⁶⁰

Apesar de concordarmos com Álvaro Nascimento sobre a visível proeminência das Companhias de Aprendizes no envio de “jovens” ao Corpo de Imperiais Marinheiros, o número de indivíduos referentes aos engajados de maneira forçada é relativamente alto, aproximadamente 73% daqueles provenientes das Companhias. Assim como baixos os números dos engajados como voluntários, girando em torno de 5,3%.

Esses dados revelam dois aspectos. O primeiro diz respeito à importância que a conduta política governamental de implantação das Companhias de Aprendizes de Marinheiros em várias províncias do país gerou em relação à produção de marinheiros para a Armada. O outro, tem a ver ainda com a incapacidade dessa mesma política governamental em garantir a permanência por um tempo determinado, porém não excessivo, dos marinheiros em serviço a bordo. Uma alternativa viável seria talvez promover a ascensão hierárquica de forma eficiente dentro dos quadros das praças da Marinha.

Se, por um lado, a Marinha enquanto instituição, estaria, por intermédio da proposta da Companhia de Aprendizes de Marinheiros, determinada a mobilizar um

⁷⁵⁹ AN. Livro de Socorros da Companhia Agregada de Marinheiros Fixos do Rio de Janeiro - 1837. Arquivo Nacional - Série Marinha, subsérie Socorros de Marinha/Corpo de Fazenda, códice XVII M 5314.

⁷⁶⁰ NASCIMENTO, Álvaro. Op. cit., pp. 51-2.

grande número de indivíduos para compor os quadros de marinhagem; por outro, a persistência dos castigos como forma de correção disciplinar e neles fundamentando o processo de permanência de marinheiros engajados e sua promoção, eliminava quase toda a possibilidade de ascensão hierárquica e social do marinheiro. Ainda que, de acordo com o decreto ° 411-A de 1845, conforme descrito no artigo 22:

Art. 22. Para a classificação dos Imperiais Marinheiros nas praças que devão competir-lhes, e para o seu regular acesso nas Companhias, passarão eles por um exame de todos os misteres, em que são instruídos, feito na presença do Comandante Geral, do segundo Comandante, e do Capitão da respectiva Companhia, pelos diferentes Mestres e Instrutores, dando-se a principal importância nestes exames, ao que diz respeito á arte de Marinheiro, em segundo lugar á de Artilheiro, e por ultimo ás restantes. Só mediante tais exames, e consequentes aprovações, de cujos atos se fará Termo, em Livro para isso destinado, poderão ser classificados os que assentam praça na de Marinheiros de qualquer classe, ou passar de uma para outra imediatamente superior, e dahi aos diferentes grãos de oficiais Inferiores das Companhias, sendo também para estes últimos necessários a qualidade de saber ler e escrever. Quando, porém, nas Companhias, ou destacamentos quaisquer, embarcados em navios estacionados fora da Corte, ocorrer a necessidade de preencher, por acesso, algumas praças de Inferiores, ou Marinheiros, proceder-se-á ao exame determinado, sendo a ele admitidas àquelas praças do destacamento que mais instrução tenham; cujo exame será feito perante o Chefe da Estação, a que o navio pertença, do Comandante do próprio Navio, e do Comandante do Destacamento, lavrando o Escrivão o respectivo Termo, e dando logo o Chefe da Estação parte ao Quartel General da Marinha, e o Comandante do Destacamento ao Comandante Geral do Corpo, por quem serão confirmados os promovidos, se achar que em tudo se procedeu com a devida formalidade.

Porém, até onde nos foi possível verificar, não encontramos aplicação de nenhum exame específico. Exceto avaliações simples relacionadas às aptidões ou não para leitura, ou atividades matemáticas como somas e subtrações. Este foi o caso de um Imperial Marinheiro cujo nome não conseguimos identificar. Ele era egresso da Companhia de Aprendizes do Rio de Janeiro, desertando pouco tempo depois de fazer parte do Corpo de Imperiais Marinheiros, em 1872. Dois anos depois, após ter sido castigado pelo crime de primeira deserção simples, foi capturado e assentou praça como grumete. Em 1876, foi promovido a marinheiro de primeira classe. Mas, por ter se

ausentado sem permissão do Comandante, foi mais uma vez castigado com prisão e rebaixado, mais uma vez a grumete.⁷⁶¹

Não conseguimos acompanhar por mais tempo a trajetória individual desse marinheiro. Todavia, levando em consideração a legislação relativa à ascensão hierárquica vigente, e por não ter desenvolvido “bom comportamento”, ele permaneceria por mais tempo, além daquele previsto para os jovens provenientes da Companhia de Aprendizes, fato agravado exatamente por ter sido ele “instruído” e “educado” para não cometer tais atos, além de possivelmente ter sido recrutado a prêmio.⁷⁶²

4.4 – As principais medidas para arregimentar e fixar marinheiros para a Companhia de Aprendizes: “*Marinheiros a Postos*”

Criada a Companhia de Aprendizes de Marinheiro do Rio de Janeiro e o Corpo de Imperiais Marinheiros, os passos seguintes foram tripular as embarcações e fixar esses indivíduos nas atividades de marinhagem, fazendo deles Imperiais Marinheiros.

A primeira iniciativa foi realizada por Holanda Cavalcanti, que, em 1840 ocupava o cargo de Ministro da Marinha como representante da política “liberal” pelo “Gabinete da Maioridade”. Por meio de sua pena, foi editado o aviso ministerial de 30 de janeiro de 1841, que estabelecia e fornecia as devidas instruções sobre a quem, como e de que forma deveria ser realizado o recrutamento.⁷⁶³

O aviso com força de lei poderia significar o início da operacionalização do repertório de contenção representado pelas leis de recrutamento e pela Companhia de Aprendizes, em resposta a requerimentos encaminhados por pais ou tutores de jovens engajados com pedido de baixa do serviço da Marinha. Como, por exemplo, o caso de Ignês Maria que, pela ordem nº 581 de março de 1840, pedia que fosse dada baixa do serviço da Companhia de Aprendizes a seu filho Lauziano do Nascimento. Segundo a requerente, Antonio Joaquim do Couto, oficial do Quartel General da Marinha, afirmou que cabia ao comandante geral da Companhia julgar o pedido de baixa dos marinheiros que serviam na Corveta Regenerança, onde servia seu filho. Para satisfação da mãe,

⁷⁶¹AN. Série Marinha, XM 640, B2

⁷⁶²Op. Cit.;

⁷⁶³AN. Série Marinha, XM-77, Avisos do Ministro, B2.

Joaquim do Couto foi favorável a sua solicitação. Na avaliação do oficial, Lauziano não tinha aptidão alguma para a vida no mar.⁷⁶⁴

O aviso de 1841 deixava claro que se tratava de uma retomada de antigas práticas de recrutamento. Por ele, poderia ser recrutado qualquer indivíduo menor que estivesse configurado aos padrões de “vagabundagem” ou “abandono”, sem que estes padrões fossem definidos por lei.⁷⁶⁵ Além disso, conclamava pais, autoridades locais e agentes do recrutamento (juizes de paz e policiais) a atuar junto a esse esforço legal pela ordem através da prometida associação entre instrução, educação e trabalho.⁷⁶⁶

Tal medida não pode ser percebida de forma isolada no que diz respeito às reformas da estrutura naval, pois ficava cada vez mais nítida para o quadro dirigente das forças navais a importância da Marinha para o conjunto político do Império uma vez que a ela cabia também a função de zelar pela integridade territorial e pela unidade nacional. Conjuntamente à criação da Companhia de Aprendizes e a organização do Corpo de Imperiais Marinheiros foram sucessivamente implantadas outras reformas com o objetivo de controlar, fiscalizar e centralizar as despesas relativas ao Ministério da Marinha.⁷⁶⁷ Essas medidas representavam em tese heranças de ideias e ações de *homens instruídos em cada ramo do serviço naval, que pelo estudo e prática dos negócios adquiram essa experiência, e convicções lentamente amadurecidas, que fazem marchar com pé firme no caminho dos melhoramentos.*⁷⁶⁸

Não bastava apenas recrutar conforme estabelecia a lei. O projeto político representado pela Companhia de Aprendizes era mais amplo em termos da instrução para a marinhagem e esse processo deveria ser iniciado o mais breve possível.

Foi nesse sentido que, em 2 de junho de 1843, com Rodrigues Torres mais uma vez à frente do Ministério da Marinha, foi estabelecido o decreto nº 304, que mandava por em execução o Regulamento do Corpo de Imperiais Marinheiros.⁷⁶⁹ Tratava-se da maior

⁷⁶⁴AN. Série Marinha, III M-73, 1840.

⁷⁶⁵MATTOS, Ilmar R. de. Op. Cit. p. 116. Segundo o autor, a Constituição de 1824 institucionalizou a exclusão social, e por intermédio dessa exclusão foi definido aqueles indivíduos que não pertenciam a sociedade civil.

⁷⁶⁶Referimo-nos aqui a Lei nº 148 de 27 de Agosto de 1840 - artigo 6º: O Governo, para completar as Forças acima decretadas, fica autorizado para ajustar Maruja a premio, Nacionais, ou Estrangeiros, e para recrutar na forma das leis em vigor. <http://legis.senado.gov.br/> Op. Cit.

⁷⁶⁷Sobre algumas dessas medidas: ALMEIDA, Felipe Pessanha de. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha (1822-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014, pp. 14-6. (Cadernos Mapa 8 – Memória da Administração Pública Brasileira)

⁷⁶⁸RMM, Joaquim José Rodrigues Torres, 1838, p. 5.

⁷⁶⁹CLI, Decreto nº 304 de 2 de Junho de 1843.

regulamentação até aquele momento produzida para o conjunto dos Aprendizes Marinheiros.

O decreto é composto por 81 artigos e ali podemos encontrar desde a proposta de organização hierárquica dos corpos da Companhia, passando por artigos referentes a sua organização interna administrativa e de pessoal como também as atribuições de cada quadro militar dentro daquela organização.

Do artigo 26 até o 29º, trata-se especificamente dos meios de recrutamento. Ou seja, do conjunto de medidas estabelecidas que visassem lançar mãos de indivíduos livres. Para ser admitido nas Companhias de Aprendizes, era preciso, segundo o artigo 28:

1º- ter de dez até dezessete anos de idade; 2º- constituição robusta e própria para a vida do mar; 3º- apresentar-se voluntariamente. Também poderiam ser admitidos os órfãos e desvalidos, que, além de satisfazerem às duas primeiras condições, sejam para isso remetido ao Comandante Geral do Corpo pelos Tutores ou Curadores, e respectivas autoridades locais.⁷⁷⁰

Apesar de estabelecidos os critérios para ingresso na Companhia de Aprendizes, essa tarefa nos pareceu difícil levando em consideração a base social dos indivíduos recrutáveis. Em 1852, por exemplo, em ofício encaminhado ao inspetor do Arsenal da Corte, o Comandante do Corpo de Imperiais Marinheiros dizia que, no seu entendimento, as informações negativas recebidas de indivíduos recrutados eram, na verdade, impedimentos ao aumento da base de recrutamento. Em sua opinião, as praças dos Corpos de Imperiais Marinheiros deveriam ser compostas unicamente por indivíduos robustos e morigerados.⁷⁷¹ Em tese, era aquilo que anos antes preconizava o artigo que versava sobre os indivíduos recrutáveis. O que aponta, mais uma vez, para as dificuldades históricas do recrutamento.

Porém, outra questão sobressai dessa constatação, a possibilidade de que esses indivíduos pudessem, ainda que carregando os estigmas sociais da época, vir a constituírem-se como militares da Marinha por intermédio do processo ainda em curso do porcesso de institucionalização e enfardamento. A isso se soma também, e paulatinamente, que pela proposta operativa da Companhia de Aprendizes a mão de obra estrangeira ou contratada atuante na Marinha daria lugar aos marinheiros

⁷⁷⁰Op. Cit., artigo 28.

⁷⁷¹AN. Série Marinha, XM IIIM-674, Ofícios do Comandante do Corpo de Imperiais Marinheiros.

“nacionais”. Conforme observamos com base no entendimento dado pelas palavras de um oficial da Marinha cujo nome não conseguimos identificá-lo:⁷⁷²

São bem conhecidos os elementos que formam em geral a nossa marinhagem. (...) é a polícia que fornece em grande maioria as nossas guarnições. Mas tanto influi sobre esses homens desmoralizados a inexorável disciplina de bordo, que cumpre confessá-lo, os seus costumes modificam-se (...). Daqui se conclui que não seria difícil termos guarnições moralizadas quando os indivíduos que sentarem praça houverem recebido a educação que tende a destruir os maus instintos, e quando outros meios empregar o governo para alcançar este fim.⁷⁷³

Uma das hipóteses possíveis, que podemos inferir sobre o relato do oficial acima transcrito, dentre uma série de condicionantes ligadas à aplicação de castigos corporais, as péssimas condições de trabalho relacionadas aos perigos no mar, moléstias, baixos vencimentos, as isenções do recrutamento, os longos períodos afastados da família e a aversão à vida militar é o tempo de permanência desses marinheiros como engajados sem a perspectiva a curto ou médio prazo de ascender na carreira de marinheiro dentro dos quadros da Marinha.

Segundo identificou Samuel Huntington, em seus estudos sobre finais do século XVIII, a formação dos quadros de oficiais estariam dando passos em direção à profissionalização do grupo, por meio dos critérios de antiguidade e mérito.⁷⁷⁴ Balizados em um esforço interpretativo, ousando pensar sobre essas fases como possibilidades de ascensão para todos os quadros das organizações militares, sugerimos que as Companhias de Aprendizes de Marinheiros poderiam vir a representar as primeiras noções de profissionalismo para a carreira militar naval aos marinheiros. Esse aspecto inclusive já foi aqui neste trabalho trazido por intermédio de citação extraída do trabalho do historiador Wagner Bueno, algumas páginas antes. Como mostraremos adiante, mediados por esse esforço interpretativo, as trajetórias desses Trabalhadores do Mar (oficiais e marinheiros) configuraram-se em perspectivas diferentes.

⁷⁷² Apesar de assinado o documento encontra-se em péssimo estado de conservação dificultando a leitura, sendo somente possível reproduzir a parte descrita no corpo deste trabalho. Buscas também foram feitas pesquisas virtuais sem êxito junto ao Almanack Eduardo e Henrique Laemmert disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>.

⁷⁷³ AN. Série Marinha, XM-709, Ofícios e Relatórios do Conselho Naval.

⁷⁷⁴ HUNTINGTON, Samuel. O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares. Op. Cit., pp. 62-74. Os aspectos relacionados a antiguidade e mérito tal como preconizado por Huntington podem ser observadas na proposta de promoções para os oficiais de Marinha em 26 de maio de 1843. Ver: RMM, J. J. Rodrigues Torres, 1843, pp. 49-50.

A Companhia de Aprendizes de Marinheiro emerge em um contexto político e social onde se instalava na sociedade imperial com grande rebatimento institucional aspectos relacionais ligados à hierarquia e à distinção social. Esses elementos não eram estranhos aos marinheiros embarcados em um processo mediado pela introdução da figura do “aprendiz de marinheiro”. O conceito de aprendiz gerou “diferenças” e por que também não dizer momentos de “quebra de oposição”. Por um lado, entre os oficiais navais que se perceberam como um grupo, detentores de uma carreira bem hierarquizada e uniforme. De outro, os marinheiros que, por intermédio da promessa de instrução recebida a bordo dos navios, percebiam-se combinando funções, habilidades, hierarquia e disciplina, aspectos inerentes e específicos dos grupos identificados como Trabalhadores do Mar.

Essas possibilidades podem ser pensadas a partir das experiências desses grupos pelas relações de interdependência, tal como por mais um exemplo, um ofício endereçado ao oficial e ministro da Marinha José Pereira Pinto, em 1835. Nele, um oficial inglês que comandava as forças navais no Pará durante a Cabanagem, escrevia: “*as guarnições não podem ficar contentes sem dinheiro (...) marinheiro engajado sem dinheiro fica insubordinado*”.⁷⁷⁵ E a insubordinação levava ao aumento das tensões, conflitos, punições e deserções.

Esse, e outros exemplos já descritos nesse trabalho, reforçam a ideia de que oficiais e marinheiros percebiam a Companhia de Aprendizes Marinheiro como um campo de possibilidades viável por intermédio da qual, pelo menos em parte, poderia ser trilhado um caminho, uma alternativa por intermédio da qual fossem, senão resolvidos, pelos menos minimizados os problemas históricos experimentados pela Marinha. Um deles, e de grandes proporções, era o tempo de permanência dos marinheiros nos quadros da Armada.

O decreto 304 de 2 de junho de 1843, no artigo 27, à respeito ao tempo de engajamento, define que:

Os Imperiais Marinheiros que, como tais, servirem pelo espaço de seis annos, obterão, se quizerem, licença em tempo de paz, para navegar em navios mercantes, e não poderão ser novamente chamados para o serviço da Marinha de Guerra, senão depois de três annos de licença. Os que completarem doze annos de serviço terão as suas baixas, exceto se quizerem continuar no mesmo serviço; e neste caso perceberão, além dos soldos competentes ás suas respectivas Classes, uma gratificação de mais um terço do mesmo soldo. Havendo

⁷⁷⁵AN. Série Marinha, XM-364, Offícios Diversos.

completado dezesseis annos de serviço terão direito á sua reforma, com uma pensão igual á metade do respectivo soldo.⁷⁷⁶

Rodrigues Torres, de volta à pasta da Marinha em fevereiro de 1843, ainda que por apenas um ano, afirmou em seu relatório que após editar o decreto nº 304:

Considero de grande vantagem a criação de Companhias de Aprendizes de Marinheiros, onde assentem praça, não só os moços de 10 a 17 annos, que voluntariamente se quizerem dedicar a esta profissão, mas também os órfãos e desvalidos, que para esse fim forem remetidos pelas competentes autoridades locais. Estes moços, recebendo a bordo a educação apropriada, e habituando-se de tenros annos à vida do mar, formarão, em chegando à idade viril, outras tantas companhias de marinheiros militares (...).⁷⁷⁷

Mas, para que fosse dada sequência ao projeto de treinamento desses jovens, tal como preconizado por Rodrigues Torres levando em consideração a constituição de leis que garantiriam a autoridade legítima, seria necessário:

É, porém indispensável dar-lhe um regulamento, que melhor o organize, determine os embarques, o tempo de serviço de suas praças, a instrução que devem ter as vantagens que devem gozar a administração e contabilidade do corpo.⁷⁷⁸

A regulamentação proposta teria uma dupla função: aquela pela qual os indivíduos seriam organizados militarmente e integrados aos corpos da Marinha e, por outro lado, a intenção de fixar esses mesmos indivíduos, ainda em processo de instrução naval, na Armada Imperial. Pelo exposto, podemos afirmar que, em teoria, o tempo de permanência de um Imperial Marinheiro empregado no serviço não era excessivo, ao menos no que se refere ao que foi estabelecido em lei. Pelo decreto 304, e pelo outro que o substituiu de nº 411 A, de 5 de junho de 1845,⁷⁷⁹ ficava prevista a reforma dos Imperiais Marinheiros com 16 annos de trabalho com direito a uma pensão igual á metade do respectivo soldo, que variava de acordo com os postos que occupavam: os cabos marinheiros dezesseis mil réis; os marinheiros de 1ª classe doze mil réis; os de 2ª

⁷⁷⁶CLI. Decreto nº 304, Op. Cit.,

⁷⁷⁷RMM, Rodrigues Torres, 1843, p. 14

⁷⁷⁸Op. Cit.

⁷⁷⁹CLI. Decreto 411 A, de 5 de junho de 1845, revogou o decreto 304 de 2 de Junho de 1843.

classe dez mil réis; os de 3ª classe oito mil réis; os grumetes cinco mil réis, e os aprendizes marinheiros três mil réis.⁷⁸⁰

Entre os decretos, não encontramos mudanças substanciais. Em grande parte, o decreto de 1845 consistia numa simples reprodução do anterior. Todavia, aspectos como a descrição de itens ligados ao aquartelamento e fardamento, tão criticado pelos oficiais conforme observado anteriormente. Assim como, e a fixação dos vencimentos das praças, denotam a preocupação em se estabelecer uma estratégia criada pelas autoridades constituídas (Militares, Legislativo e Executivo) para incentivar o voluntariado.⁷⁸¹ Afinal, o tempo de serviço variava conforme o tipo de recrutamento. Um voluntário ficaria menos tempo engajado enquanto os recrutados à força, muito mais. Em média, segundo o decreto nº 411-A de 5 de junho de 1845, um voluntário seria obrigado a assentar praça por seis anos, enquanto que um recrutado à força por no mínimo 12 anos.⁷⁸²

Ainda sobre os decretos, o fato de terem sido editados em curto período de tempo, sob a administração de diferentes ministros, é revelador. Pois, endossa nossa hipótese sobre a existência de um consenso no que diz respeito aos princípios que nortearam as reformas para os corpos da Marinha orientadas por grupos políticos aparentemente antagônicos. Com efeito, coube ao liberal Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, à frente da Pasta da Marinha entre maio de 1844 a maio de 1847, editar o decreto originalmente conservador de 5 de junho de 1845. Segundo o Ministro Hollanda Cavalcanti:

A Companhia de Aprendizes de Marinheiros que sempre se conservara em estado completo, tem agora 118 praças, além desse estado, acrescido devido ao grande número de menores remetidos das províncias (...) para que deste acréscimo de pessoal resulte vantagem para o corpo, muito convém a criação de outra Companhia de Aprendizes que deste a tenra idade contrairão os gostos e os hábitos da vida do mar.⁷⁸³

⁷⁸⁰Op. Cit., artigo 65.

⁷⁸¹Estratégia para incentivar o voluntariado, e também melhorar o sistema de informação, controle e identificação dos aprendizes para em caso de deserções serem localizados mais rapidamente. Ver nos anexos do decreto: Modelo 1: Registro das praças de Companhia do Corpo de Imperiais Marinheiros; Modelo 3: Livro de Socorros. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-411-a-5-junho-1845-560494-publicacaooriginal-83400-pe.html>

⁷⁸²A legislação referente ao período de serviço para as diferentes categorias de recrutáveis variou muito durante os anos. Porém, para os voluntários foi sempre menor em relação aos recrutados “à força”, ou proveniente das Companhias de Aprendizes, que até aquele momento não mandava descontar do tempo de serviço o tempo de permanência nas Companhias.

⁷⁸³RMM, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, 1845, pp. 6-7.

Contudo, vale reiterar que as medidas então tomadas, assim como a proposta de organização e principalmente o projeto de ampliação das Companhias de Aprendizes, que se inicia a partir de 1855, é originalmente fruto da direção saquarema, tendo sido incorporada posteriormente pelos gabinetes liberais. Daí a ideia de consenso. Até o ano de 1845, esse projeto manteve-se restrito à primeira Companhia de Aprendizes com tendências específicas, conforme aponta Arias Neto:

Verifica-se, portanto, que a tendência em relação a composição das guarnições foi de apertar os laços que prendiam os recrutado à Armada, através da militarização do corpo de Imperiais Marinheiros e da formação das companhias e escolas de aprendizes. A institucionalização dos corpos propiciou a necessária “estabilidade” às organizações militares.⁷⁸⁴

E essas tendências diziam respeito principalmente à dificuldade de tripular as embarcações e, nesse sentido, os laços tornar-se-iam mais apertados ainda. E não podemos esquecer que o modelo vigente, ou os destinos, eram dois para os engajados na Marinha. Como dissemos antes, os que tinham idade igual ou superior aos 19 anos assentavam praça como marinheiros e faziam parte da marinhagem. Os “menores eram enviados para a Companhia de Aprendizes de Marinheiros para que ali se fizessem Imperiais Marinheiros. A norma, no entanto, era fluída e, em alguns casos, os oficiais, pela falta de indivíduos recrutáveis para a Companhia de Aprendizes, selecionavam entre o grupo dos indesejáveis necessários aqueles que atendessem aos critérios pré-estabelecidos para os Aprendizes como, por exemplo, a robustez. Se pudermos ter força para que educação? Questionava outro oficial em ofício encaminhado ao Inpetor do Arsenal Francisco Bibiano de Castro.⁷⁸⁵ Nesse caso, independentemente da idade, ele seria recrutado e encaminhado a Companhia de Aprendiz, exercendo-se aí um processo de institucionalização contraditório.

Em 1854, tal como acima destacado, os laços apertariam ainda mais. Foi editado pelo Ministro da Marinha José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), o decreto de nº 1.465 de 25 de outubro que veio substituir o artigo que até aquela data estabelecia o tempo de engajamento. Segundo o decreto em seu artigo primeiro as

⁷⁸⁴ARIAS NETO. Op. Cit., p. 80.

⁷⁸⁵ AN. Série Marinha, VM -237 AX, Ofícios do Pessoal

praças do Corpo de Imperiais Marinheiros, que ou forem recrutadas ou para ele passarem das Companhias adidas de Aprendizizes, terão direito:

§ 1º No fim de dez anos de serviço, além do soldo correspondente às suas respectivas classes, a uma gratificação igual á terça parte do mesmo soldo.

§ 2º No fim de dezesseis anos de serviço, a uma gratificação igual á metade do soldo.

§ 3º Tendo completado vinte anos de serviço, à reforma com o soldo inteiro correspondente á classe em que se acharem.⁷⁸⁶

Com isso, o tempo de permanência na Marinha aumentaria de dezesseis para vinte anos. Se a situação não era aquela desejada pelo conjunto de autoridades no que dizia respeito à fixação dos marinheiros a bordo, a possibilidade de se tornar pior era grande. E como não havia sido ainda introduzido algum outro tipo de repertório reativo coletivo que inquietasse mais do que as deserções e os requerimentos individuais, recorriam os marinheiros àqueles que em todos os momentos e uma das razões pelas quais foram criadas as Companhias Fixas – as deserções – tornando-as cada vez maiores.⁷⁸⁷ Pelo levantamento realizado pelo Comandante da Companhia de Aprendizizes entre os anos de 1847 a 1856 desertaram 1.763 marinheiros, sendo 651 capturados.⁷⁸⁸ Curiosamente uma inversão, ou como dito, uma institucionalização contraditória em relação à ideia de Salvador José Maciel que relacionava à existência das Companhias Fixas, e depois, da Companhia de Aprendizizes Marinheiros a diminuição do número de deserções.

Pelo relatório de 1855, do ministro da Marinha, João Maurício Wanderley, Barão de Cotegipe, podemos constatar o que foi dito. Para o Ministro:

Esta instituição a mais profícua, e a principal base do pessoal da nossa força marítima, não tem tido aquele incremento, que é absoluta necessidade, em consequência das dificuldades, que ficam apontadas para aquisição de recrutas.⁷⁸⁹

⁷⁸⁶CLI. Decreto nº 1465 de 25 de Outubro de 1854.

⁷⁸⁷Referimo-nos aqui ao requerimento “inquietante” (aspas é nosso) de 1867, pelo qual 268 marinheiros se dirigiram ao Imperador solicitando que fosse derogado o decreto nº 1.465 de 25/10/1854 vigente. Ver a descrição desse requerimento assim como seus rebatimentos políticos em: ARIAS Neto. Op. Cit., pp. 93-115. E também do mesmo autor: _____. *Violência sistêmica na organização militar do Império e as lutas dos imperiais Marinheiros pela conquista dos direitos*. Editora da UFPR. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 35, 2001, pp. 81-115.

⁷⁸⁸AN, Série Marinha III M 674 B5.

⁷⁸⁹RMM, João Maurício Wanderley, 1855. Ministro pelo período de 14 de Junho de 1855 a Oito de Outubro de 1856.

No entanto, outras razões não eram apontadas pelo Ministro Wanderley, exceto aquelas ligadas às dificuldades de arregimentar braços, “a *Companhia da Corte contém 132 aprendizes, inferior ao do ano passado 38, por terem alguns passados a maiores, outros falecidos, tidos baixa ou desertados.*”⁷⁹⁰ A tabela abaixo produzida com base nas informações fornecidas pelo Capitão de Mar e Guerra e Comandante Geral Francisco Manoel Barroso, anexa ao relatório ministerial de João Maurício Wanderley nos fornece um panorama geral dos efetivos do Corpo de Imperiais Marinheiros em 1855.⁷⁹¹

Tabela 26: Estado do Corpo de Imperiais Marinheiros (1856)

Companhias	Estado Efetivo	Falta Completar	Estado Completo
Oficiais de Patente	13	12	24
Praças	1.116	191	1.307
SOMA	1.129	203	1.332

Fonte: RMM, João Maurício Wanderley, 1855, Anexo

Ainda, segundo outros dados, em relação ao ano anterior, foram computadas 266 baixas, aí incluídas: 145 deserções, 49 baixas regulamentadas e 72 óbitos, contra 175 indivíduos que ingressaram provenientes das Companhias de Aprendizes, capturados da deserção ou voluntários. Os dados extraídos da tabela auxiliam a confirmação de que em 1856, a Companhia de Aprendiz era a maior fornecedora de mão de obra para a Marinha. Mas, por outro, as deserções eram maiores que a soma daqueles procedentes da Companhia. Conforme pode ser visualizado com base na tabela demonstrativa de deserções do ano de 1855, do Chefe da Divisão Joaquim José Inácio, também constante no relatório ministerial de 1855, que nos dá uma visão mais ampla sobre os “altos

⁷⁹⁰Op. Cit., p. 7.

⁷⁹¹RMM, João Maurício Wanderley, 1855, Anexo

índices de deserções” na Marinha⁷⁹², pois incorpora dados das diferentes estações navais da Armada Imperial.⁷⁹³

Tabela 27: Estado das Deserções e Capturas de IM e Marinheiros (1855)

ESTAÇÕES	Praças	Desertados	Capturados
Maranhão	Marinhagem	35	03
	Imperiais Marinheiros	20	08
	SOMA (A)	55	11
Pernambuco	Marinhagem	37	09
	Imperiais Marinheiros	16	01
	SOMA (B)	53	10
Bahia	Marinhagem	37	14
	Imperiais Marinheiros	10	04
	SOMA (C)	47	18
Rio de Janeiro	Marinhagem	249	32
	Imperiais Marinheiros	55	04
	SOMA (D)	308	36
Total da Soma (A + B + C + D)		463	75

Fonte: RMM, João Maurício Wanderley, 1855, Anexo

Os números impressionam pela diferença entre a soma total dos desertores das estações navais, um total de 463 em relação àqueles que foram capturados – 75. Para o Rio de

⁷⁹²O uso de aspas é nosso. Mas, a expressão descreve ao mesmo tempo a definição jurídica do crime e a forma como o Estado avaliava a questão. Segundo Arias Neto, insuficiente do ponto de vista da História Social para designar um quadro de fuga generalizada do serviço militar na Armada. ARIAS, Neto. Op. Cit.; p.109.

⁷⁹³Estações Navais criadas pelo decreto nº 326, de 2 de Outubro de 1843.

Janeiro, os números de deserções são efetivamente maiores, por ali estar concentrada a força naval do Império. O mesmo ocorre com a relação de marinheiros desertores e integrantes dos quadros de Imperiais Marinheiros. Também são maiores no caso do Rio de Janeiro. De modo geral, em todas as estações, o número de marinheiros desertores, durante o ano de 1855, foi sempre superior aos dos Imperiais Marinheiros.

Esses dados não podem ser considerados como absolutos no que diz respeito ao quadro geral das deserções de marinheiros. Mas apontam que, pelo menos até os anos de 1855, o projeto desenvolvido pela Companhia de Aprendizes de Marinheiro do Rio de Janeiro foi efetivo na relação que envolvia a preparação dos imperiais marinheiros. Ou seja, ao que nos parece, considerando os dados mencionados, as condições de trabalho eram melhores para os Imperiais Marinheiros em relação às demais praças. Porém, não devemos desconsiderar o fato de que, mesmo entre os Imperiais Marinheiros, existia a deserção.

Uma hipótese para esse índice menor de deserções entre os imperiais marinheiros pode ser levantada com base no que estamos tratando nesse trabalho, ou melhor, a percepção de oficiais e imperiais marinheiros de sua relação de interdependência dada relativa aproximação de ambos os grupos nas fainas dos navios, ainda que submetidos à diferentes processos de institucionalização e enfardamento. Todavia, mediados pelas configurações proveniente das ações institucionais propostas para os trabalhadores do mar. Pelos dados, alocados na tabela abaixo, dos crimes militares organizado pelo auditor geral da Marinha José Baptista Lisboa, podemos fazer algumas constatações que reforçam a percepção sobre o aumento da interdependência entre oficiais e imperiais marinheiros.

Tabela 28: Crimes Militares do ano de 1855

PRAÇAS	Nacionalidade		Idades		Estado Civil		Crimes								Condenados				Total dos Condenados				
	B	E	M	M	S	C	D	D	D	D	D	H	I	F	G	Prisão	Prisão	1					
	r	s					e	e	e	e	o	s	s	e		o				r	com	S	Ano
	a	t					r	r	r	r	i	s	s	r		c				c	t	I	de
	S	r					a	a	a	a	c	a	a	a		a				a	a	m	Serv.
	i	n					n	n	s	s	a	a	a	a		a				a	a	p	a
	e	g					g	g	a	a	a	a	a	a		a				a	a	l	Bordo
	i	e					e	e	d	d	d	d	d	d		d				d	d	e	
	r	i					i	i	o	o	o	o	o	o		o				o	o	s	
	o	o					o	o	o	o	1	2	3	4		6						h	
BN	9	-	9	-	9	-	6	1	1	-	-	-	1	-	2	-	7	-	9				
IM	16	-	13	3	15	1	-	-	8	-	1	1	1	5	7	1	7	10	25				

Fonte: RMM, João Maurício Wanderley, 1855, Anexo

Primeiro, dos 16 imperiais marinheiros condenados no ano de 1855, 13 eram maiores, três menores; 15 solteiros e apenas 1 casado. Entre os sentenciados, os crimes oscilavam de deserção pela 3ª vez – 8, 4ª deserção -1, 6ª deserção – 1, causaram ferimentos - 5 e homicídio – 1.

As penas eram administradas de acordo com o Artigo 80 dos Artigos Provisionais. De acordo com o que preconizava o artigo, ficava a cargo dos oficiais no comando a aplicação das penas. Porém, a lei previa que à terceira deserção deveria ser aplicada as penas previstas pelo artigo 51:

Os marinheiros ou grumetes incursos no crime de deserção serão punidos com cinco anos de galés em tempo de guerra, e em tempo de paz servirão a bordo dos navios de sua Alteza Real pelo tempo de um ano vencendo somente a ração a bordo e o fato que se costuma dar nas galés para se vestirem (...).⁷⁹⁴

Apesar de parecer paradoxal, acredita-se tratar de uma estratégia para fixar os marinheiros. Pois, a deserção era o crime que ocorria com maior frequência e a punição

⁷⁹⁴CAMINHA, Herick Marquês. Op. Cit.; p. 399.

As primeiras e segundas deserções “não eram duramente penalizadas”, tal como a partir da terceira, conforme podemos perceber pelas informações extraídas do mapa dos crimes militares julgados no ano de 1855.

severa aplicada aos marinheiros poderia afastá-los de vez, ao passo que a necessidade maior continuava sendo tripular os navios. Por outro lado, havia limites que foram criados por intermédio da relação de interdependência dos trabalhadores do mar que influenciaram na diminuição dos crimes cometidos pelos Imperiais Marinheiros. Vejamos pelas informações obtidas pela tabela anterior.

As deserções do quartel do Corpo de Imperiais Marinheiros para o ano de 1855 somaram um total de 23 fugas. Destes, 10 imperiais marinheiros haviam sido condenados por estarem reincidindo na prática da deserção pela terceira, quarta ou sexta vez. Os outros 13 marinheiros estariam inseridos entre as primeiras ou segundas deserções. Ou seja, seriam penalizados com base nas primeiras sanções do artigo 80, “ou ainda, possivelmente submetidos às pancadas”. O fato é que, sendo um Imperial Marinheiro, aproximavam-se da esfera “profissional” dos oficiais. Esse aspecto fazia toda a diferença na hora da punição. Afinal, era um grupo de trabalhadores do mar, imersos em um processo de institucionalização e enfardamento da Armada, mesmo que de formas distintas. Sem deixar também de frisar que havia punições que se aplicavam apenas a oficiais, e a todos de forma indistinta.⁷⁹⁵

Para Álvaro Nascimento, no entanto, somente no final do século XIX, com o “novo” regulamento do Corpo de Imperiais Marinheiros de 1890, buscou-se “*tornar mais transparentes e estabelecidas as formas de ascensão hierárquica e corolariamente, social dos marinheiros. O regulamento anterior não estabelecia tais períodos*”.⁷⁹⁶ O comportamento disciplinado e a alfabetização passaram – pelo “novo” regulamento – a ser exigidos como critério de ascensão hierárquica, assim como pelo regulamento de 1908 que, por intermédio de uma lista de promoções, reiterava o bom comportamento como um dos mais importantes critérios para a ascensão dos marinheiros.⁷⁹⁷

Em meio à criação de futuras Companhias de Aprendizes de Marinheiros,⁷⁹⁸ foi editado o decreto nº 1.591 de 14 de Abril de 1855. Tratava-se de mais uma lei que mandava observar as instruções de como deveria ser feito o alistamento de voluntários e

⁷⁹⁵Como exemplo, ver os artigos 4º, 7º, 9º, 12º dos de Guerra. Mas em nenhum há referências a castigos físicos para Oficiais.

⁷⁹⁶NASCIMENTO. Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2008, p. 122.

⁷⁹⁷Op. Cit.

⁷⁹⁸Referimo-nos aqui a criação das Companhias de Aprendizes Marinheiros do Pará e Bahia, respectivamente pelos decretos: nº 1.517 de 04 de Janeiro de 1855 e nº 1.543 de 27 de Janeiro de 1855.

de recrutas para o serviço da Armada.⁷⁹⁹ Os números referentes aos recrutados para as Companhias de Aprendizes de Marinheiros sob a vigência desse decreto teve um aumento significativo em relação aos anos anteriores, aumentando de 683 (1845-1854) para 1.336 (1855-1866).⁸⁰⁰

As razões para esse aumento se devem também ao fato desse decreto ter concedido e regulamentado a expansão das redes de recrutamento, conforme um dos artigos que garantiam essa ampliação:

Art. 6º O recrutamento será feito por intermédio das Capitânias, nos portos e mais lugares onde estas Estações puderem eficazmente desempenhar a dita comissão, e por intermédio das Autoridades e Agentes que o Governo no Município da Corte e os Presidentes nas Províncias designarem, em todos os outros lugares.⁸⁰¹

Além disso, tornavam de conhecimento público as vantagens do recrutamento e dessa forma também ampliava para segmentos não estatais competências para recrutar. Nesse sentido metamorfoseando as redes de recrutamento em verdadeiras “teias de recrutamento”:

Art. 11. Os anúncios para o alistamento de voluntários deverão expressar as gratificações e prêmios que se oferecerem, tanto aos alistadores, como aos alistados, os prazos por que estes se podem contratar, o tempo que deverão servir para obter escusa do serviço militar, aquelle a que ficam sujeitos se forem recrutados, os soldos que perceberão nenhum e nem outro caso, e as outras vantagens que as Leis concederem, como são o socorro do Asilo de Inválidos, o aumento sucessivos de vencimentos, e a reforma ou isenção do serviço ativo, com soldo inteiro ou proporcional, segundo tiverem praça na Marinhagem, ou nos Corpos de Marinha.⁸⁰²

E, nesse sentido, nem mesmo as exceções previstas no artigo 27 da lei garantiriam aos indivíduos um distanciamento dos arranjos do recrutamento.⁸⁰³

⁷⁹⁹CLI. Decreto nº 1.591 de 14 de Abril de 1855. Nele observamos também os modelos ou fichas para preenchimento de “onde é remetida a gente”. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1591-14-abril-1855-558522-publicacaooriginal-79859-pe.html>.

⁸⁰⁰Mapa Estatístico do Corpo de Imperiais Marinheiros 1867, Apud: Arias Neto, Op. Cit., p. 100.

⁸⁰¹CLI. Decreto nº 1.591, Op. Cit.

⁸⁰²Op. Cit.,

⁸⁰³Reportamo-nos aqui ao caso de Raimundo Nonato que foi recrutado e mesmo dizendo-se casado, por não ter naquele momento documentação e testemunhas do fato foi engajado. Os casados eram também isentos desde as Instruções de 1822 (Decisão 67). Somente após apresentar dois requerimentos de soltura, anexando no segundo a documentação comprobatória do enlace matrimonial foi isento do recrutamento. Mas, já havia desertado. AN. Série Marinha, XM-129, Correspondências.

A instituição de um prêmio no valor de 100 mil réis para aqueles que apresentassem seus filhos ou tutorados voluntariamente fazia parte de uma estratégia com dupla finalidade: recrutar e fixar o indivíduo na Marinha. Isso na medida em que esse prêmio seria depositado ao recrutado menor, caso os pais ou tutores assim preferissem, para que eles mesmos recebessem após o tempo de serviço na companhia. Esse valor também poderia ser pago diretamente a seus responsáveis como complemento da renda em função do quadro de miséria das famílias que entregavam seus filhos como voluntário. Nestes casos, incorrendo em crime de deserção, a família perdia as vantagens do prêmio, além de não ser mais computado o tempo de serviço anterior.⁸⁰⁴

O que fazer com um número cada vez maior de jovens espalhados pelas províncias do Império e com a constante dificuldade de tripular as embarcações e conseqüentemente mantê-las disciplinadas? Recrutá-los ainda jovens parecia ser a alternativa. E, assim, a ideia originária de institucionalização dos marinheiros por intermédio das Companhias de Aprendizes, concebida por Salvador Maciel, não perderia a sensibilidade da obra inicial, todavia, passando a ser reinterpretada adequando da ideia original aspectos como aquartelamento, instrução naval e formal, disciplina e hierarquia. Mas, com vistas a implementação desses aspectos de forma principalmente a mudar a percepção sobre a vida militar. Ou ainda, de forma sintetizada, tal como observou Arias Neto sobre esse conjunto de medidas que estariam sendo paulatinamente colocadas em prática seguidamente, esta visavam à sistematização de mecanismos de recrutamento e disciplina, política e administrativamente.⁸⁰⁵

Porém, a política de recrutamento a prêmio como uma, entre várias ações políticas do governo, sofreria críticas dos oficiais da Marinha pelo pouco efeito que surtiu na Armada.⁸⁰⁶ Afinal, *“o prêmio de 100.000 réis concedidos por lei não é o bastante para vencer a repugnância que têm os pais e tutores em dedicar seus filhos e pupilos ao serviço da Marinha de Guerra”*.⁸⁰⁷

⁸⁰⁴ CLI. Decreto nº 1.591, de 14 de abril de 1855.

⁸⁰⁵ ARIAS, Neto. Op. Cit.; p. 48.

⁸⁰⁶ CARVALHO. José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual. Apud: _____. Pontos e Bordados: Escritos de História e Política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, pp.141-2. Aqui o autor faz referências ao debate historiográfico entre as teses de Raymundo Faoro e Fernando Uricoechea.

⁸⁰⁷ AN. Série Marinha – III M 701 B5. Correspondência de um Oficial da Marinha encontrada avulso em meio ao maço documental em péssimo estado de conservação inviabilizando identificar seu autor e para onde era destinado. Recuperados os enunciados, e o ano de 1856.

Anos antes, por intermédio da Revista Marítima Brasileira (1851), os oficiais-editores, em artigos que versavam sobre a organização dos quadros da Marinha, mencionavam as constantes dificuldades de arregimentar homens para a Armada.⁸⁰⁸ Assim como se posicionavam politicamente, de forma velada, sobre como a aparência (física e militar), sobre a ação violenta dos recrutadores, que em nada contribuía para a imagem da Marinha, fazendo os recrutados se perceberem como prisioneiros.⁸⁰⁹

O conjunto da oficialidade certamente referia-se as experiências historicamente negativas que traziam o recrutamento forçado e os castigos corporais aplicados ao conjunto dos marinheiros. Assim como, a percepção de que os custos do controle social não deveriam recair sobre os ombros da oficialidade e da Marinha de Guerra, a medida que não se percebiam, com efeito da forte hierarquia, indivíduos que interferiam na política governamental; com efeito, na institucional. E que o processo, ainda incipiente de uma profissionalização deveria ser acompanhada pela melhoria das condições operativas das Companhias de Aprendizes de Marinheiro, tal como temos acompanhado nesse trabalho em relação à percepção dos Oficiais da Marinha. E, ao que parece, guardadas as devidas proporções, presentes no relatório do Ministério da Marinha apresentado por Maurício Wanderley:

Escusadas seriam qualquer despesas com aquisição e conservação do material naval se não houvesse um pessoal correspondente, instruído e disciplinado para guarnece-lo e dirigi-lo. A aquisição, instrução e disciplina do pessoal são essenciais à existência da Marinha, e tornando-se o principal cuidado das administrações, são também a sua maior dificuldade.⁸¹⁰

E, anos mais tarde, por intermédio do relatório da Segunda Seção da Secretaria de Estado, o ministro Manuel Felizardo de Souza e Melo afirmava que:

Os dois principais elementos que constituem a força naval são – o vaso de Guerra e o marinheiro. Mas o alistamento de marinhagem é

⁸⁰⁸BN - Biblioteca Nacional. Seção de Periódicos, 263. A Revista Marítima Brasileira foi produzida por oficiais da Marinha, egressos da Academia de Marinha; ou seja, com formação profissional e integravam a elite intelectual do país. A RMB inseria-se naquele momento dentro de um movimento de modernização da Marinha por intermédio da divulgação de novas tecnologias produzidas em diferentes países. ARIAS NETO, José Miguel. Imprensa Militar, Guerra e transferência de tecnologia para a Marinha no Brasil Oitocentista. Op. Cit.

⁸⁰⁹Utilizamos as categorias de Arias Neto para efeito de enquadramento desse tema. Segundo o autor os artigos classificados sob a temática “Organização” revelavam as necessidades da Marinha. Idem, p. 237.

⁸¹⁰RMM, João Maurício Wanderley, Op. Cit.; p. 5.

problema de espinhosa solução. (...) nunca se são demasiados os elogios tributados aos pensamentos que presidiu a criação deste corpo (Imperiais Marinheiros) que se segue pelo regulamento de 5 de Junho de 1845 e tem merecido por sua importância os desvelos das outras províncias do Estado. (...) o principal elemento da força que garante os nossos navios. (...) As Companhias de Aprendizes são a mais segura garantia de prosperidade para o Corpo de Imperiais Marinheiros. Enquanto maior incremento lhes for dando melhor marujos teremos e sem avisar-se-á o pesado ônus do recrutamento. E nem a ideia do dispêndio (?) a criação dessas companhias em todas as províncias marítimas (...).⁸¹¹

Embora alinhados em torno das necessidades da Marinha, aparentando “interesses comuns”, a importância da Companhia de Aprendizes de Marinheiros e do Corpo de Imperiais Marinheiros ganharia significados diferentes para oficiais e governo, principalmente – como se pode observar no pronunciamento do ministro – a partir do processo de expansão dessa política militar por diferentes províncias.

4.5 – Nas províncias do Pará e Bahia: palco de expansão das Companhias de Aprendizes Marinheiros

Segundo os decretos nº 1.517 de 4 de Janeiro e 1.543 de 27 de Janeiro, ambos de 1855, foram criadas sucessivamente as Companhias de Aprendizes de Marinheiros do Pará e Bahia. Não encontramos, até onde nos foi possível verificar, uma possível justificativa para a criação das Companhias de Aprendizes nessas províncias. Todavia, podemos hipoteticamente e com base no que foi levantado até aqui acreditar que houve uma associação de motivos que variou desde aspectos logísticos até o mapeamento da possibilidade de maior êxito nos recrutamentos.

Pará e Bahia eram províncias que, desde as reformas navais iniciadas nos anos de 1843, faziam parte respectivamente da Estação Norte e Centro. Juntava-se a elas Rio de Janeiro como Estação Sul. No entanto, desde 1846, através de uma nova reforma), a Estação Centro passou a fazer parte da Estação Sul, respondendo diretamente às ordens do Ministro da Marinha.⁸¹² Essa medida, segundo o Ministro Holanda e Cavalcanti,

⁸¹¹ AN. Série Marinha XM-84 B2

⁸¹² CAMINHA, Herick Marquês. História Administrativa da Marinha. Op. Cit.; p. 51.

“gerava economia de despesas e evitaria conflitos de jurisdição com os presidentes de províncias”.⁸¹³

Paralelo a esse aspecto, a existência nessas localidades dos Arsenais da Marinha, que eram estabelecidos em acanhadas acomodações, sendo os responsáveis pela construção e reparo das embarcações, contavam com a presença de poucos funcionários. Além do inspetor do Arsenal, que se reportava diretamente ao Ministro da Marinha fazendo a interlocução deste com os presidentes de Províncias, havia um escrivão, um porteiro, um contínuo e um amanuense. Além desses, um tesoureiro-pagador e um escrivão, que atendiam na pagadoria; um contador, um primeiro e um segundo-escriturário e dois praticantes na contadoria, no almoxarifado duas seções com cada uma um almoxarife, um escrivão e um ajudante e e na inspeção, um ajudante; somando-se todos girava em torno de 23 funcionários subordinados ao Intendente.⁸¹⁴

Além disso, em 1846, foram criadas as Capitanias de Porto, espalhadas pelas províncias da Corte, Pará, Pernambuco, Bahia, Santa Catarina e de Rio Grande do Sul. A função dessas Capitanias era *“arrolar os indivíduos ocupados na vida do mar e os barcos de navegação interior, e organizar e propor o regulamento da praticagem das barras e acesso aos portos”*.⁸¹⁵

Essa estrutura administrativa, ainda que pouco eficiente para os padrões almejados pelos governantes, serviu ao propósito de constituir junto as Companhias de Aprendizes, um a “nova” administração naval, capaz de integrar de maneira preponderante a “teia do recrutamento” como organização catalisadora e redistribuidora dos indivíduos recrutáveis das províncias para a Marinha; consequentemente dando aporte ao aumento do efetivo de marinheiros e cumprindo seu papel para o conjunto político do Império.

Ao observarmos a trajetória da criação de outras Companhias de Aprendizes, podemos perceber um padrão de estruturação baseado nessas prerrogativas, ou seja, um

⁸¹³RMM, Antonio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, 1847, Op. Cit.;

⁸¹⁴Ver maiores descrições sobre os Arsenais: CAMINHA, Herick Marquês. Op. Cit.; pp. 46-50. Aqui foram contabilizados os “trabalhadores dos Arsenais”; ou melhor, aqueles que não faziam parte do aparelho burocrático. Além disso, havia diferenças no número de pessoal empregado em cada Arsenal de acordo com a importância estratégica e localização territorial. Então estes números se pautaram naquilo que se entendia como necessário em cada Arsenal. **Amanuense (copista, escrevente)**

⁸¹⁵RMM, Idem.

contínuo reformismo da estrutura organizacional do Ministério da Marinha no decorrer do período Imperial que seguia três direções – ao pessoal, ao material e ao financeiro.⁸¹⁶

Nos relatórios dos presidentes das províncias do Pará e da Bahia entre os anos de 1855 a 1860, encontramos informações relativas à constituição dos Arsenais de Marinha e das Companhias de Aprendizes de Marinheiros ali instaladas. Essas informações, constantes em um documento oficial a nível provincial, reflete a importância para aquelas localidades do aparato militar instalado.

Em relatório de 1857, o Presidente da Província do Pará, Henrique Beurepaire Rohan destacava que a Companhia de Aprendizes de Marinheiros instalada a bordo do brigue Andorinha onde se fazia a instrução dos aprendizes sob o comando do primeiro tenente Antonio Ernesto Lassarca e Cunha:

É de maior importância em relação ao futuro da nossa Marinha de Guerra(...) e que no Arsenal de Guerra do Exército somente 20 meninos recebem educação a cargo de um pedagogo. Se todos os pais e mães pobres reconhecessem a vantagem inumensa que lhes garante esse meio de instrução gratuita deverão ser eles os próprios a aplicar a entrada de seus filhos para este estabelecimento, mas o contrário se reserva.⁸¹⁷

⁸¹⁶ Aqui nos referimos aos diferentes trabalhos acadêmicos sobre a Criação das Companhias de Aprendizes de Marinheiros conforme descrição apresentada na introdução desse trabalho.

BARRETO NETO, Raul Coelho. *Marujos de primeira viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945)*. CASTRO, Rozenilda. *A escola de Aprendizes Marinheiros de Parnaíba/PI*. PEREIRA FREIRE, Tarantini. *Militarização infantil e controle social no Maranhão provincial: em busca de pequenos marinheiros para a Armada (1870-1900)*. SILVA, Wandoberto Francisco da. *Guerreiros do Mar: recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857-1870)*. SILVA, Velôr Pereira Carpes da. *A Escola de Aprendizes Marinheiros e as crianças desvalidas: Desterro (SC), 1857-1889*. MACHADO, Gisele Terezinha. *“Escreveu não leu, o pau comeu”: a escola de aprendizes-Marinheiro de Santa Catarina (1889-1930)*. MARQUES, Vera R. & PANDINI, S. *Feios, sujos e malvados: os aprendizes Marinheiros no Paraná Oitocentista*. SERRALHEIRO, Cosme Alves. *A consolidação do Império através da formação da Armada imperial na província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande (RS) (1860-1885)*. CRUDO, Matilde Araki. *Infância, trabalho e educação: Os Aprendizes do Arsenal de Guerra do Mato Grosso (Cuiabá, 1842-1889)*. MELLO, Saulo Álvaro de. *O Arsenal da Marinha em Mato Grosso: Projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873)*. LIMA, Solyane Silveira. *“Recrutá-los jovens”: a formação de Aprendizes Marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905)*. ANTUNES, Edna Fernandes. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a Marinha de Guerra Imperial (1822-1870)*. LINS, Mônica Regina Ferreira. *Viveiros de “homens do mar”: Escolas de Aprendizes-Marinheiros e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870-1910)*. BUENO DOS SANTOS, Wagner Luiz. *A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial*.

⁸¹⁶ SOARES, Carlos Eugênio Líbano & GOMES, Flávio dos Santos. *Revoltas, Marinheiros e sistema Prisional no Arsenal de Marinha: notas sobre o trabalho compulsório e Cultura Política num Rio de Janeiro Atlântico (1820-1840)*. Campinas: Revista História Social, nº 12, 2006, pp. 11-33

⁸¹⁷ RPP do Pará, 1857.

De fato, os constantes relatórios ministeriais daqueles anos iniciais de instalação das Companhias, ao fazerem referência a elas, destacavam a existência de vagas em relação aos marinheiros matriculados. Da capacidade de 200 Aprendizes por Companhia, as taxas de ocupação correspondiam aproximadamente a 72% na Bahia e 22% no Pará.⁸¹⁸ Foi a partir destes números que o Presidente Beurepaire Rohan construiu sua percepção sobre o desinteresse das famílias em entregar o futuro de seus filhos e tutorados à Marinha. E, ao que parece, tratava-se de um discurso alinhado em torno de uma cegueira governamental para o fato dos sucessivos equívocos ou, na melhor das hipóteses, da desatenção pela forma como as Companhias de Aprendizes estavam sendo implementadas, desconsiderando aqueles que eram o alvo desta ação: os jovens aprendizes.

O Relatório do Ministro da Marinha José Maria da Silva Paranhos reforça nossa observação. Após tecer elogios à ideia da criação do Corpo de Imperiais Marinheiros, reconhecendo e assinalando sua longínqua duração e necessidade para compor os navios da Armada e dar a eles o caráter de força nacional, reforçava a ideia de que o recrutamento da forma como vinha sendo realizado era insuficiente.⁸¹⁹

Desconsideravam as autoridades governamentais outras variáveis que concorriam para o desprestígio da ideia original de institucionalização e enfardamento dos marinheiros pelos moldes implantados. Além dos já mencionados castigos físicos, outro problema grave era a insalubridade dos espaços de aquartelamento.

Pelo relatório do Presidente da Província da Bahia Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima de 1856, ao fazer referências ao aquartelamento dos Aprendizes de Marinheiros a bordo da corveta Bertioiga, mencionava o número de jovens dali procedentes que deram entrada no Hospital de Marinha. Foram 101 entradas, com duas mortes. Como mencionado, de um total de aproximadamente 144 aprendizes, 70% baixou hospital em 1856 com surto de cólera.⁸²⁰

No Pará, as condições não eram diferentes a ponto do Presidente Beurepaire Rohan ter informado que as condições do brigade Andorinha estavam insustentáveis e que para o ano de 1857 estariam prontos o quartel da Companhia de Aprendizes, a enfermaria e a casa de marinhagem para abrigar 79 praças menores.⁸²¹ Uma tentativa de melhor

⁸¹⁸RMM, Joaquim Raimundo de Lamare, 1862, anexos (mapas 7, 8, 9 e 10)

⁸¹⁹RMM, José Maria da Silva Paranhos, 1856, p. 8

⁸²⁰RPP do Pará, Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, 1856. Anexos

⁸²¹RPP do Pará, Henrique Beurepaire Rohan, 1857.

atender aos aprendizes doentes, ou pelo menos, proporcionar a transferência de um local insalubre para outro um pouco menos.

Por intermédio de Rozenilda Castro, chegamos ao relatório do Capitão do Porto de Parnaíba, endereçado ao Presidente da Província do Piauí em 1875:

(...) levo ao conhecimento de V.Exa que a Companhia de Aprendizes Marinheiros desta província aquartelada na cidade de Parnayba esta em bom estado quanto ao aceio em geral, instrução, disciplina e boa ordem (...) mas nota-se o número insuficiente para fornecer os marinheiros necessários.⁸²²

Apesar do fragmento do relatório acima apresentar um quadro favorável, pelo menos no Piauí de 1875, com condições mais salubres em relação aos anos iniciais das Companhias do Pará e da Bahia, a autora aponta várias causas que contribuíam para aumentar o número de doentes e mortos, na Companhia daquela província. “*Mudanças climáticas, condições estruturais das enfermarias, úmidas, estragadas, em um prédio velho, sem luz e pouca ventilação; e nos três primeiros anos de funcionamento da Companhia só registrava cinco leitos no hospital.*”⁸²³ Ou seja, a preocupação era histórica e urgente: recrutar, recrutar e recrutar.⁸²⁴ E, para isso, considerava-se aumentar o número de Companhias de Aprendizes. Edna Antunes se posiciona sobre esse aspecto:

A permanente escassez de menores nas companhias não reduziu o investimento da Marinha para essa política, ao contrário, estimulou a criação de novas companhias em diversas províncias. O fato era que o alistamento de marinheiros para a Armada continuava sendo um problema de difícil solução, projetar a solução desse problema para o futuro parece ter sido a saída encontrada pelos dirigentes da Marinha de Guerra brasileira. Dessa forma, as autoridades colocavam nas mãos das Companhias de Aprendizes o futuro e o progresso da Marinha.⁸²⁵

⁸²²CASTRO, Rozenilda. *A Escola de Aprendizes de Marinheiros de Parnaíba*. Ob. Cit., pp. 105-109.

⁸²³Op. Cit.;

⁸²⁴Segundo relatório do Ministro Joaquim José Inácio de 1860: *As Companhias de Aprendizes são o complemento indispensável à perfeita organização do Corpo de Imperiais Marinheiros (...) é ele que fornece o elemento mais precioso da força (...) quanto mais incremento derdes a esses preciosos viveiros que a meu ver deveria se multiplicar por todas as províncias marítimas tanto mais exequível tornareis no futuro a aquisição de boa maruja*. Na Bahia, 149 jovens aprendizes, faltando 51 para completar a guarnição. No Pará, 106 jovens, faltando para o efetivo completo 94. RMM, Joaquim José Inácio de 1860, p. 9.

Pelo mapa anexo nº 14: 191 recrutados, 101 voluntários, 106 capturados, totalizando 408. Destes, 324 sairão por diferentes motivos sendo a deserção responsável por 51,5% desse montante.

⁸²⁵ANTUNES, Edna Fernandes. Op. Cit.; p. 97.

A rotina de atividades em uma Companhia de Aprendizes de Marinheiros não poderia ser outra senão a militar. E, como tal, a preocupação recaía principalmente sobre a hierarquia e disciplina. Mas, também deveria recair da mesma forma sobre a instrução militar e a educação. Não podemos deixar de considerar ainda que, mesmo em uma instituição militar, os sistemas internos variam na mesma medida em que os atores ali inscritos levam a cabo as ações em seu sentido canônico. Assim, os sistemas podem variar pela quantidade de ações que sustentam a reprodução social institucional a qual depende, por exemplo, os processos institucionais.

Nesse sentido, o controle do tempo do indivíduo e o controle de suas ações ao longo do período estipulado para o aquartelamento serem sistematizados. Pelo decreto de 5 de Junho de 1845, artigo 31, a admissão para as Companhias era permitida aos rapazes com idade ente 10 e 16 anos, robustos e com aptidão para a vida no mar. Já pelo decreto 1.517 de 04 de Janeiro de 1855, em seu artigo 23:

Os Aprendizes Marinheiros que tiverem completado dezesseis annos de idade, e contarem três pelo menos de instrucção no Quartel da Província, e nas viagens ou cruzeiros acima indicados, serão remetidos para o Quartel Geral do Corpo na Capital do Império, onde concluirão sua educação militar e náutica.⁸²⁶

Esse era o perfil adequado aos jovens que deveriam voluntariamente ingressar no quadro de Aprendizes de Marinheiros. Todavia, como já demonstrado, o processo de metamorfose de um indesejável social necessário à desejável útil a si e Nação, esbarrava em diferentes repertórios reativos desse processo.

Por meio da documentação disponível no Arquivo Nacional, pudemos reconstituir, em parte, o cotidiano de um Aprendiz de Marinheiro nas Companhias do Pará⁸²⁷ e da Bahia.⁸²⁸ E nossa proposta é traçar, de agora em diante, na medida do possível pelas informações obtidas, um paralelo entre o que preconizava os decretos de criação das Companhias e o cotidiano das mesmas. Dessa forma, procuramos também, por intermédio dessa experiência totalizante, vivida cotidianamente pelos aprendizes característica de uma instituição militar, entender até que ponto as atividades e ações implantadas englobavam e fundamentavam as experiências desses aprendizes.

⁸²⁶CLI, Decreto 1.517, Op. Cit.;

⁸²⁷AN. Série Marinha. XVIII M 3, Subsérie Arsenais de Diversos Estados

⁸²⁸AN, Série Marinha, IX M 74, AZ, Codes

Entendendo como fruto desse processo “possíveis” rotas traçadas pelas autoridades governamentais para o conjunto futuro das demais Companhias de Aprendizes.⁸²⁹

De acordo com o decreto nº 1.517 de 4 de janeiro de 1855, a organização das Companhias deveria seguir a seguinte constituição e organização hierárquica:

Tabela 29: Constituição Hierárquica das Companhias de Aprendizes (1855)

Posto/patente	Quantidade
Comandante (Capitão Tenente ou Primeiro Tenente da Armada)	1
Tenentes (Primeiros ou Segundos ditos)	2
Escrivão da Armada	1
Encarregado	1
Mestre	1
Contramestre	1
Guardiões	2
Mestre das armas	1

Fonte: CLI. Decreto nº 1.517 de 4 de janeiro de 1855.

Além disso, em cada divisão, que deveriam ser duas para cada Companhia: 1 Tenente, 1 Mestre, 1 Contramestre, 2 guardiões e 100 marinheiros aprendizes.

Por intermédio do relatório do Primeiro-tenente José Marques, responsável pela Companhia de Aprendizes do Pará encaminhado ao Inspetor do Arsenal daquela província, observamos que o efetivo da Companhia era composto, além do comandante, de dois oficiais, um cirurgião-mor, um oficial e um fiel de fazenda, um marinheiro de 1ª classe, dois guardiões, um cozinheiro, três imperiais marinheiros – sendo um de 1ª classe e dois de 2ª classe – e 52 aprendizes.⁸³⁰

Um primeiro detalhe que chamou atenção do historiador Wagner Bueno, e também a nossa, foi no relato de José Marquês a falta de um Comandante na referida Companhia. Segundo Wagner Bueno, a queixa do oficial refletia a dificuldade de impor e manter a disciplina na Companhia.⁸³¹ Além disso, essa “ausência” poderia refletir também a dificuldade da Marinha em proceder com a transferência e fixação de oficiais de altas patentes em locais distantes do centro de gravidade do poder naval, mesmo que por dois anos, tal como determinava a lei. Dessa forma, comprometendo também o projeto

⁸²⁹ Tomamos aqui por referência os trabalhos anteriormente citados sobre as diferentes Companhias de Aprendizes Marinheiros. Onde, diante das possibilidades de cada um no manejo das fontes, seus respectivos autores elencavam o caminho pelo qual se deu a criação de cada uma.

⁸³⁰ AN. Série Marinha. XVIII M 3, Subsérie Arsenais de Diversos Estados

⁸³¹ SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. Op. Cit.; p. 189

Aprendizes de Marinheiros sob o ponto de vista da inserção do corporativismo e de um possível processo de profissionalização ligado ao enfardamento proposto.

Recorrendo uma vez mais a Samuel Huntington, percebemos que tais noções soam fora de lugar para o século XIX. Contudo, apontamos tal como advertidos pelo autor que a corporatividade deve ser aplicada aos indivíduos que fazem parte de instituições onde se aplicam a unidade orgânica, autoconsciência e principalmente o pertencimento, constituindo-se esses em fatores de vida para qualquer instituição militar. A corporação deve transmitir a ideia de um corpo no qual cada parte depende da outra.⁸³² E, como observado, as ações devem ser ordenadas e coordenadas pela cabeça e ao corpo restando executar as ações. Tais ações estavam previstas conforme o artigo 15 do decreto de 5 de junho de 1845.⁸³³

Mediante essas constatações, faz sentido mais uma vez a concepção adotada por Tristão Pio dos Santos ao referir-se aos Oficiais da Marinha como “autoridades subalternas”. Essa expressão é a chave de leitura para que possamos compreender a cadeia hierárquica que se estabelece entre aqueles que mandam e aqueles que obedecem. De acordo com Manoel Viera Tosta, Ministro da Marinha pelo período de julho de 1849 até maio de 1852:

Ora é bem certo que entre esses elementos devem ser contados por muito rigor a perícia a disciplina e o entusiasmo dos Oficiais a quem é confiada a direção que lhe dá alma e movimento (referindo-se ao Corpo de Imperiais Marinheiros).⁸³⁴

Afinal, de que vale um corpo todo sem a cabeça para pensar?

Após ser recrutado, o segundo passo dado em direção à conduta política governamental proposta para a institucionalização e enfardamento do Aprendiz de Marinheiro era ser submetido à inspeção de saúde. Nela havia ainda uma chance do recrutado ser dispensado, por não ser considerado apto fisicamente, no caso ser robusto; ou não ter a idade recomendada em lei para ser um futuro Imperial Marinheiro. Não

⁸³²HUNTINGTON, Samuel. *O soldado e o Estado: teoria e política na relação entre civis e militares*. Op. Cit.; p. 28.

⁸³³CLI, Decreto nº 411-A de 5 de Junho de 1845.

Artigo 15: Haverá um navio armado, e aparelhado convenientemente para exercitar as praças do Corpo, e da Companhia de Aprendizes na pratica de todas as manobras navais; sendo o Comandante Geral responsável pela conservação, limpeza e boa ordem desta embarcação.

CLI, Decreto nº 1.517 de 5 de Junho de 1855.

Artigo 18: O Comandante da Companhia, e os Oficiais encarregados das Secções filiais farão a distribuição do tempo para os diferentes exercícios e lições, marcando as horas e a duração de cada hum, e submeterão à aprovação do Inspetor o detalhe que fizerem.

⁸³⁴RMM, Manuel Vieira Tosta, 1849, p. 6.

encontramos relatos de dispensas enquadradas em nenhuma dessas isenções no Pará, entre os anos de 1855 a 1858. Mas, no relatório de 27 de julho de 1859, do então capitão-tenente Antonio Ernesto Lassance Cunha, comandante da escuna Guararapes, atual quartel da Companhia de Aprendizes foi relatado 5 dispensas médicas sem a indicação das patologias. Na Bahia, foram 10 casos especificamente relacionados a doenças com sintomas aparentemente visíveis e crônicos, como tuberculose.

No livro de ofícios do Arsenal da Bahia, encontramos relatos endereçados ao Chefe de Divisão e Intendente da Marinha Tenente Filipe José Ferreira organizados por três Primeiros-tenentes que sucessivamente se revezaram a frente da Companhia de Aprendizes da Bahia pelo período de janeiro de 1859 ate abril de 1860. Em um dos casos, inclusive este também citado por Edna Antunes em seu trabalho; o primeiro cirurgião Pedro Alvarez mencionara que um menino não apresentava a idade exigida, mas como não havia documentação provando o contrário, foi considerado apto.⁸³⁵ Na Bahia, tal como no Pará, não encontramos um Comandante à testa da Companhia corroborando o fato de que essa poderia ser uma prática comum daqui para frente.

Outro fato que chama atenção é o relatório de um dos tenentes à frente a Companhia da Bahia reclamando ao Intendente do Arsenal sobre as péssimas condições da Corveta Bertiooga usada para aquartelar os aprendizes. Nele, descrevia o tenente a falta de pessoal no corpo da companhia para fazê-la funcionar de forma adequada. De fato, tal como constatado no Pará, não há relatos sobre a presença de um cozinheiro que na Bahia já não se encontrava nenhum a bordo da Bertiooga de janeiro a maio de 1859.⁸³⁶ Ano em que, também na Bahia, segundo queixa do tenente Feliciano de Sá, a Companhia de Aprendizes ficou sem um mestre de primeiras letras, sendo este substituído pelo capelão. Tal substituição era prevista em lei e desde a implantação das atividades de ensino a bordo, em 1831, na Fragata Príncipe Imperial, o capelão fazia às vezes do mestre de primeiras letras, ou mesmo, o comandante do navio. Como se percebe, a improvisação não foi substituída no processo de institucionalização proposto para os marinheiros com base nas Companhias.

Após serem matriculados, os aprendizes eram submetidos a uma nova organização de tempo e disciplina e, como destacado, em unidades insalubres e em regime de internato onde estavam sujeitos as atividades que poderiam começar às 5hs

⁸³⁵AN, Série Marinha, IX M 74, AZ, Codes. Ver também descrição desse caso em: ANTUNES, Edna. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a marinha de guerra imperial (1822-1870)*, p. 111.

⁸³⁶AN, Série Marinha, IX M 74, AZ, Codes.

da manhã, como no caso da Companhia do Pará, ou às 7h30min, na Bahia. A localização geográfica e a distância talvez expliquem a diferença entre uma e outra, considerando o fato de que, na Companhia de Aprendiz de Marinheiro do Piauí, as atividades se iniciavam às 5 horas todos os dias com o toque da alvorada. Não havendo na legislação pesquisada referências aos horários de início e término das atividades, dando a entender que essa poderia ser uma determinação institucional e a cargo do seu representante local e legal.

De segunda-feira até sábado, as atividades de limpeza, arrumação, lavagem de roupa e uniformes ocupavam a maior parte dos horários matutinos. Geralmente atividades compreendidas entre o primeiro horário até a hora do almoço. No período vespertino, ou após o almoço, atividades de primeiras letras, exercícios de artilharia, infantaria, natação, exercícios náuticos como remar e bordejar, missas e mostras (armas ou uniformes). Após o jantar, novamente limpeza podendo ou não ocorrer mostra de uniformes. Aos domingos pela manhã, mostra de uniformes e licenças.⁸³⁷

Os horários das atividades variavam de acordo com os dias da semana, sendo que o ensino de “primeiras letras e outras aprendizagens” durava sempre duas horas e trinta minutos, cinco dias por semana, nas duas Companhias (Pará e Bahia), perfazendo um total de 10 horas semanais. Segundo o artigo 17, do decreto nº 1.517 4 de janeiro de 1855, os menores aprenderiam também a ler, escrever, contar, riscar mapas, e a doutrina cristã, servindo de Mestre o Capelão do Arsenal, ou um Oficial Marinheiro, que tiver as habilitações necessárias.⁸³⁸

As demais atividades voltadas à instrução de marinhagem ocupavam o restante das horas diárias que giravam em torno de 10 horas na Bahia, e até 12 ou 13 horas no Pará. As demais instruções eram descritas pelos respectivos artigos:

Art. 15. A instrução militar dos Aprendizes Marinheiros começará por aprenderem a entrar em forma, perfilar, volver á direita e á esquerda, marchar a passo ordinário e dobrado, etc, até a escola de pelotão; o manejo das armas brancas, a nomenclatura da *palamenta*, carreta e peças de artilharia, e o uso que tem cada um destes instrumentos.

Art. 16. A instrução náutica consistirá em aprenderem os misteres relativos á arte de Marinheiro, como fazer pinhas, costuras, alças, nós,

⁸³⁷ AN. Série Marinha, Op. Cit.

⁸³⁸ CLI. Decreto nº 1517 de 4 de Janeiro de 1855.

etc., coser pano, entralhar, etc..., e, finalmente, aparelhar, e desaparelhar um Navio.⁸³⁹

Considerando o tempo diário de atividades, descontando deste o tempo dedicado ao ensino das primeiras letras, percebemos um desequilíbrio grande no que diz respeito às propostas de instrução e a educação formal. Para Wagner Bueno, essa diferença,

era desproporcional tanto ao discurso das autoridades navais e políticos quanto para alcançar resultado eficaz para alfabetização dos meninos aprendizes. (...) Mesmo assim, o discurso das Companhias como espaço dedicado a educação nas primeiras letras, apesar de sua precariedade, irá acompanhar a instituição durante sua trajetória no século XIX.⁸⁴⁰

Uma possibilidade que poderia interferir nos resultados educacionais alcançados pelos postulantes a uma vaga de Imperiais Marinheiros seria a mensuração dos conhecimentos obtidos, tal como previsto no artigo número 22 do decreto 411-A de 1845,

Para a classificação dos Imperiaes Marinheiros nas praças que devão competir-lhes, e para o seu regular acesso nas Companhias, passaraõ eles por um exame de todos os misteres, em que são instruidos, feito na presença do Comandante Geral, do segundo Comandante, e do Capitão da respectiva Companhia, pelos diferentes Mestres e Instrutores, dando-se a principal importância nestes exames, ao que diz respeito á arte de Marinheiro, em segundo lugar á de Artilheiro, e por ultimo ás restantes.⁸⁴¹

Porém, até onde nos foi possível verificar, não encontramos nenhum teste ou prova de aptidão, sendo estes necessários para aprovação e possibilidade de ascensão.

O relatório do Comandante Eusébio Legey da Companhia de Aprendizes do Rio de Janeiro de 1881-2 revela uma realidade por ele vivenciada na Companhia do Rio de Janeiro, e que poderia também ser encontrada, se realizadas avaliações de aprendizagem, entre os Aprendizes da Bahia e Pará. Segundo o Comandante Legey, mais da metade de um contingente de 149 aprendizes encaminhados ao Corpo de Imperiais Marinheiros naquele ano eram analfabetos.⁸⁴² O curioso é que, se recordarmos o que foi escrito páginas antes; devido à insuficiência de conhecimento de alunos das

⁸³⁹ CLI. Decreto nº 1517, Op. Cit.; Palamenta: Movimento do remador feito de modo a livrar a pá da pressão da água, girando com o punho o remo em torno do seu eixo.

⁸⁴⁰ SANTOS, Wagner Luiz Bueno dos. Op. cit.; p. 194

⁸⁴¹ CLI. Decreto 411-A, de 5 de junho de 1845.

⁸⁴² Relatório do Capitão-tenente Eusébio de Paiva Legey. BN, seção de manuscritos 15.3.15, 1881-2.

Companhias de Artífices do Arsenal, a ordem recebida do ministro Rodrigues Torres era para demiti-los. Para os Aprendizes Marinheiros, mesmo sem a implantação de um método que garantisse aferição de conhecimentos era permitida a possibilidade de prosseguir nas atividades de instrução, ainda que constatadas deficiências de aprendizagem, tal como, aquelas mencionadas pelo Comandante Legey. Por que para dois pesos, duas medidas?

A resposta, se é que podemos dizer que existe apenas uma, está no discurso e na ação das autoridades governamentais resumidas aqui em uma única frase: “*Para termos marinheiros é preciso criá-los*”.⁸⁴³ E criar um marinheiro sugere a constituição de medidas e ações com características específicas visando seu recrutamento, fixação, hierarquização e disciplina, principalmente para um grupo de indivíduos em fase da infância.

Os horários para as refeições variavam entre 30 e 60 min. Não encontramos na documentação referências à quantidade e variedade de alimentos a serem ofertados nas Companhias do Pará e Bahia. Porém, pela tabela das rações a serem destinadas para os navios da Armada de 1847, podemos inferir qual tipo de alimentação era fornecida tanto para marinheiros como para oficiais da Marinha. A tabela era dividida em duas partes sendo destinados os gêneros alimentícios de acordo com o estado da embarcação e dias da semana.⁸⁴⁴

⁸⁴³RMM, Joaquim José Inácio, 1860, p. 9.

⁸⁴⁴AN. Série Marinha, VM -237 AX, Ofícios do Pessoal

Tabela 30: Tabela de Rações dos navios da Marinha, 1847

Qualidade/tipo dos gêneros	FUNDEADO								A VELA						
	UC*	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sab	dom	seg	ter	qua	qui	sex	sab
Arroz	Onça	4	-	-	4	4	4	-	4	4	-	4	4	4	-
Aguardente	Medida	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24
Azeite doce	Medida	-	-	-	-	-	1/120	-	1/240	1/240	1/240	1/240	1/240	1/240	1/240
Açúcar	Libra	1/12	1/12	1/12	1/6	1/12	1/6	1/12	1/12	1/6	1/12	1/6	1/12	1/6	1/12
Bolacha	Libra	-	-	-	-	-	-	-	1/2	1/2	1/2	1/2	1/2	1/2	1/2
Bacalhau	Libra	-	-	-	-	-	3/4	-	-	-	-	-	-	3/4	-
Café ou Cacau	Libra	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24	1/24
Carne fresca	Libra	1 1/4	1 1/4	1 1/4	-	1 1/4	-	1 1/4	-	-	-	-	-	-	-
Carne de vaca salgada	Libra	-	-	-	-	-	-	-	1 1/4	-	1 1/4	-	1 1/4	-	1 1/4
Carne de porco salgada	Libra	-	-	-	-	-	-	-	-	3/4	-	3/4	-	-	-
Carne seca	Libra	-	-	-	3/4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Farinha	Alq.**	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80	1/80
Legume		-	1/200	1/200	1/200	-	1/200	1/200	-	1/200	1/200	1/200	-	1/200	1/200
Lenha (por praça)	Achas+	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Pão	Libras	1/2	1/2	1/2	1/2	1/2	1/2	1/2	-	-	-	-	-	-	-
Sal	Alq.	1/ 1280	1/ 1280	1/ 1280	1/ 1280	1/ 1280	1/ 1280	1/ 1280	1/ 1600	1/ 1600	1/ 1600	1/ 1600	1/ 1600	1/ 1600	1/ 1600
Toucinho	Libra	1/16	1/16	1/16	1/16	1/16	-	1/16	1/32	1/32	1/32	1/32	1/32	-	1/32
Vinagre	Medida	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60	1/60
Verdura (por praça)	Réis	5	5	5	5	5	5	5	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: AN. Série Marinha, VM -237 AX, Ofícios do Pessoal

*UC – Unidade Comparativa; ** Alq. - Alqueire; +Achas – Pedacos de madeira usada como lenha

Os navios fundeados correspondem aqueles que estão sem atividade no mar, enquanto os a vela, em serviço. Observa-se que alguns gêneros alimentícios em função da dificuldade de armazenamento e durabilidade não são ofertados aos integrantes dos navios a vela. As rações foram fracionadas por dias da semana conforme tabela acima. Aos domingos as rações eram ainda mais fracionadas, assim como, a oferta de alimentos. Pelas informações contidas na tabela não podemos saber, mas por se tratar de um dia em que muitos eram licenciados para ir a terra acreditamos que a quantidade “servida” (se fosse o caso) deveria realmente ser bem menor.

Segundo a documentação, nos navios, cujas guarinições forem menores que 50 praças seriam distribuídas duas achas de lenha por dia a cada um. E naqueles acima de 50 a 100 praças inclusive, 3 achas para dois praças, também por dia. As carnes salgadas seriam distribuídas na proporção de uma libra (aproximadamente hoje 453g), para cada praça. A liberação de aguardente estava prevista para os navios onde existisse excesso de trabalho conforme aviso de 30 de agosto de 1834. De acordo com a determinação do

Ministro Cândido Batista de Oliveira (1847) às praças menores do Corpo de Imperiais Marinheiros estava proibido à liberação da aguardente. Os Oficiais eram também responsáveis em providenciar a substituição de qualquer um dos gêneros que estivessem em falta, desde que custassem menos.⁸⁴⁵

O cálculo realizado para as refeições levava em conta o número de 100 praças para dois meses de atividades a bordo. Excedendo esse período deveriam ser abonadas, além do duplo da quantidade marcada para 30 dias, mais metade dessa quantidade, para cada mês, que excedesse aos dois meses programados.

Abaixo a distribuição desses gêneros conforme as refeições diárias:

Tabela 31: Refeições Diárias nos navios da Armada, 1847 (Navio Fundeados)

REFEIÇÃO	ALMOÇO	JANTAR	CEIA
Dias da Semana			
DOM	Café, açúcar e pão	Carne fresca, arroz, toucinho, farinha, sal, vinagre e verdura	Carne fresca, toucinho, farinha, sal, vinagre
SEG	Idem	Carne fresca, feijão, toucinho, farinha, sal, vinagre e verdura	Idem
TER	Idem	Idem	Idem
QUA	Idem	Carne seca, feijão, toucinho, farinha, sal, vinagre e verdura	Arroz com açúcar
QUI	Idem	Carne fresca, arroz, toucinho, farinha, sal, viangre e verdura	Carne fresca, toucinho, farinha, sal, vinagre
SEX	Idem	Piexe ou bacalhau, feijão, azeite, farinha, sal, vinagre e verdura	Arroz com açúcar
SAB	Idem	Carne fresca, feijão, toucinho, farinha, sal, vinagre e verdura	Carne fresca, toucinho, farinha, sal e vinagre

Fonte: AN. Série Marinha, VM -237 AX, Ofícios do Pessoal

Tabela 32: Refeições Diárias nos navios da Armada, 1847 (Navios a Vela)

REFEIÇÃO	ALMOÇO	JANTAR	CEIA
Dias da Semana			
DOM	Café, açúcar e pão ou bolacha	Carne vaca, arroz, toucinho, farinha, sal, vinagre	Carne salgada, azeite, farinha, sal, vinagre
SEG	Idem	Porco salgado, feijão, toucinho, farinha, sal, vinagre	Arroz com açúcar
TER	Idem	Vaca salgada, feijão, toucinho, farinha, vinagre, sal	Vaca salgada, azeite, farinha, vinagre, sal
QUA	Idem	Porco salgado, feijão, toucinho, farinha, vinagre, sal	Arroz com açúcar
QUI	Idem	Vaca salgada, arroz, toucinho, farinha, vinagre, sal	Vaca salgada, azeite, farinha, vinagre, sal
SEX	Idem	Bacalhau ou peixe, azeite, farinha, vinagre e sal	Arroz com açúcar
SAB	Idem	Vaca salgada, feijão, toucinho, farinha, vinagre e sal	Vaca salgada, azeite, farinha, vinagre e sal.

Fonte: AN. Série Marinha, VM -237 AX, Ofícios do Pessoal

⁸⁴⁵ AN. Série Marinha, VM -237 AX, Ofícios do Pessoal

A primeira refeição do dia – o almoço – era oferecida por volta das 8h30min, o Jantar às 13horas e a ceia no final da tarde. Do horário da última refeição até a primeira do dia seguinte existia um excessivo número de horas sem que os trabalhadores do mar pudessem se alimentar. Essa divisão desproporcional de horários, aliada à qualidade e possivelmente as quantidades insuficientes para manter e refazer a constituição física de um jovem aprendiz, tornaria ainda mais difícil a rotina pesada de instrução e educação formal em uma Companhia de Aprendiz Marinheiro.

As manipulações ao corpo e diferentes treinamentos aplicados no sentido fazer com que corpo e mente do aprendiz fossem paulatinamente sendo moldados para reconhecer a hierarquia submetendo-se à disciplina imposta pelas “autoridades subalternas” não deixa dúvidas sobre o tipo de marinheiro que estava sendo forjado. Em outras palavras, estava-se procurando forjar um “marinheiro ideal”, a transmutação processual de um indesejável social necessário à desejável útil a si e a Nação.

Aliados nesse processo estavam a disciplina do tempo e o controle do espaço físico. O tempo era rigidamente controlado e ajustado ao tempo de todos, a partir do horário de início das atividades, das refeições, das atividades de instrução e educação formal.⁸⁴⁶ O sentido dado ao tempo era ignorar a reflexão do conjunto, dos processos, como se as coisas fossem dadas, existissem e pronto, como se não sofressem transformações, não tivessem diferentes significados derivados dos diferentes contextos. Desta forma, os aprendizes ignoravam e perdiam principalmente a noção da experiência como aspecto primordial da compreensão do tempo.⁸⁴⁷

O controle do espaço físico experimentado primeiramente nos navios onde grande parte das Companhias foram inicialmente instaladas, e depois, em terra em locais, na maioria das vezes de difícil acesso emerge exatamente da necessidade de manter o aprendiz sob vigilância.⁸⁴⁸ E a vigilância implica que a “*disciplina às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos e fechado em si*

⁸⁴⁶ AN. Série Marinha. XVIII M 3, Subsérie Arsenais de Diversos Estados. AN, Série Marinha, IX M 74, AZ, Codes

⁸⁴⁷ ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

⁸⁴⁸ É o caso seminal da instalação da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio de Janeiro na Ilha de Boa Viagem, ali permanecendo até 1876, quando foi transferida para as instalações da Fazenda São Sebastião, Ilha do Governador. Seguindo a experiência adotada, as Companhias do Pará e Bahia (1855) à bordo de embarcações. A Companhia de Aprendiz de Santa Catarina (1857), a bordo da embarcação Tapajós e depois passando ao continente na localidade conhecida como saco do padre Inácio, hoje, Bairro do Estreito. A Companhia de Aprendiz de Marinheiros a bordo do Brigue Cearense (1857). Isso para ficarmos apenas nas cinco primeiras companhias.

mesmo”.⁸⁴⁹ E, como confirma Michael Foucault, “*é o fato de ser visto sem cessar, de sempre poder ser visto, que mantém sujeito o indivíduo disciplinar*”.⁸⁵⁰

O processo de institucionalização e enfardamento militar requer daqueles que procuram desenvolverem-se nela muito mais do que a simples competência física e técnica pela forma precarizada a que estava sendo proposto aos Aprendizes de Marinheiros, principalmente por intermédio da simples repetição, treinamento básico e sem instrução formal.

Durante os anos iniciais 1855-1857, as Companhias de Aprendizes do Pará e da Bahia funcionaram em navios antes de se instalarem nos quartéis das Companhias anexas aos respectivos Arsenais de Marinha localizados nas províncias marítimas em sua maciça maioria. Os navios possuíam como história e características próprias ser um local passível de grande vigilância ou, como percebido antes, um “modelo de utilidade”. Nessa direção também aponta Paloma Siqueira, “*articulando, num mesmo espaço, um modelo de punição e uma cultura marítima próprios da sociedade e do entorno geográfico em que e situava*”.⁸⁵¹

O fato é que todos esses aspectos aqui levantados refletiam as dificuldades de implantação de uma conduta política governamental para a Marinha com base na ampliação do acesso de jovens para assentar praça nas Companhias de Aprendizes de Marinheiros. Destacamos também que a Marinha possuía problemas estruturais históricos principalmente vinculados à dificuldade de recrutar braços para as atividades navais. E essas dificuldades eram dirigidas também por intermédio das deserções e fugas dos aprendizes e pedidos de baixa de serviço da Marinha por parte de pais e tutores.

Segundo os relatórios dos presidentes do Pará, elaborado pelo tenente-coronel Manoel de Frias e Vasconcelos, em 1859; e da Bahia, pelo doutor Francisco Xavier Paes Barreto, também nesse mesmo ano, os números de desertores das respectivas Companhias de Aprendizes de Marinheiros foi de 23 para um efetivo de 123 aprendizes, no Pará; e 97 de um efetivo de 140 aprendizes, na Bahia. Ou seja, um percentual de

⁸⁴⁹FOUCAULT. Michael. *Vigiar e Punir: história da violência das prisões*. 35ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 122.

⁸⁵⁰Op. Cit.; p. 156.

⁸⁵¹FONSECA. Paloma Siqueira. *A presiganga e as punições da Marinha (1808-31)*. Apud: CASTRO, Celso (et. Alii). *Nova História militar Brasileira*. Ob. Cit.;

23% de desertores no Pará e 69% na Bahia.⁸⁵² Esses índices podem ser considerados altos se levarmos em conta, e de maneira geral, que nos discursos das autoridades governamentais e parte das “autoridades subalternas” sempre se depositou grande esperança nas Companhias de Aprendizes como espaço dedicado a instrução e educação social, principalmente das primeiras letras. E, como tal, esse discurso iria fazer parte constitutiva de um ideário que iria se prolongar até o fim do século XIX, quando então as Companhias passam por uma “nova” reformulação.

Para Wagner Bueno:

As fugas cumpriram uma função específica perante os mecanismos de recrutamento e se colocavam como ameaça diante dos objetivos propostos para as Companhias, uma vez que, além de um ambiente disciplinado e hierarquizado, havia a promessa de que o menino pobre, órfão, desvalido e abandonado encontraria um espaço acolhedor, teria no comandante a figura de um pai e na instituição a oportunidade de uma vida melhor e digna. A instituição prometia alimentação, cuidados com a saúde e higiene, educação nas primeiras letras e a instrução para a profissão do mar. Ao fugir, o menino renunciava a receber toda essa gama de benesses e promessas ofertadas pela Marinha e preferia viver no que as autoridades navais chamavam de marginalidade.⁸⁵³

O grande repertório de contenção social representado por intermédio da consolidação das Companhias de Aprendizes de Marinheiros durante grande parte do período Imperial encontrou repertórios reativos variados de resistências aos processos de sua implantação e consolidação. Não a ideia originária, mais naquilo que foi pouco a pouco se metamorfoseando por intermédio da ação governamental a uma ação que se constituía necessariamente institucional.

⁸⁵²Relatório dos Presidentes das Províncias do Pará, Manoel de Frias e Vasconcelos, 1859. RPP da Bahia, Francisco Xavier Paes Barreto, 1859.

⁸⁵³SANTOS, Wagner Bueno. Ob. Cit.; p. 196.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após percorrer todo esse longo caminho, chegamos a essa última etapa do trabalho. Não iremos aqui nos debruçar sobre as dificuldades, pois entendemos que elas foram suficientemente explicitadas na introdução e destacadas em determinados momentos do texto. Aqui, cabem algumas reflexões que porventura tenhamos deixado ou conforme observado poucas linhas atrás, com nós de marinheiro.

A criação da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio de Janeiro não pode ser estudada e consequentemente explicada sem que antes coloquemos em destaque alguns pontos. Procuramos deste o primeiro capítulo, quando nos debruçamos sobre aspectos oriundos do processo de transmigração da corte portuguesa para o Brasil, e também da emancipação política de 1822, entender; por intermédio de um possível conjunto de diferentes experiências adquiridas, por diferentes indivíduos, tendo por base os diferentes momentos históricos e políticos os caminhos que se constituíram em determinado instante onde pudéssemos pensar sobre a necessidade de ser criada uma instituição responsável para dar início, ainda que incipientemente ao processo de “profissionalização” dos marinheiros.

Caminhos estes que fossem vinculados aos aspectos da política com base associativa, ou uma base voltada para o ensino, a prática ou mesmo, por conta das impressões geradas pela sensação daquilo que já constituía como parte conhecida, os modelos de utilidade; ou ao processo a que estavam sendo paulatinamente submetidos pelo “novo”. Como tudo isso foi capaz de impactar principalmente nos espíritos dos oficiais de Marinha, Ministros e a parcela de indivíduos recrutáveis, e a partir daí, capaz de fomentar diferentes processos de apreensão do vivido e diferentes sociabilidades.

Fomos também compelidos no decorrer da pesquisa a perceber que os momentos históricos e políticos marcantes de um período complexo da nossa história, com ou sem a participação de importantes atores políticos foram determinantes para que essa experiência fosse vivida como uma forma de atuação política, em especial daqueles que porventura estivessem a frente, ou, em destaque na organização e comando institucional da Marinha.

Os anos de 1830 foram cruciais. Ali pudemos identificar com maior clareza as disputas e os revolvimentos políticos que marcaram o Brasil, e também as instituições imperiais. Quando propositalmente colocamos em um mesmo plano de análise os discursos de diferentes ministros da pasta da Marinha tínhamos como objetivo

apreender que naqueles anos, principalmente, até meados dos anos de 1836, os discursos eram carregados de heterogeneidades, ainda que construídos com as mesmas bases referenciais e alguns balizados por “interesses comuns”.

Salvador José Maciel e Rodrigues Torres eram homens da mesma época, submetidos a um processo de metamorfose política de onde poucos conseguiram se desvencilhar tal foi a estrutura de dominação política engendrada por intermédio do consenso político instaurado pelo *Regresso*. Ainda assim, conseguimos perceber em seus discursos proferidos nas casas legislativas e por intermédio de seus relatórios ministeriais, que as diferentes experiências, desses atores políticos foram sendo paulatinamente construídas e mediadas em campos simbólicos diferentes, e a diferença entre um e outro, segundo as fontes biográficas e documentais foi a experiência catalisadora mediada pelos oficiais da Marinha e específicas das atividades do trabalho naval. Estes mesmos oficiais que também sofreriam um processo de metamorfose ao ponto de serem reconhecidos como “autoridades subalternas” pelas autoridades navais constituídas. E fazendo dessa acepção construída uma das principais fontes de interlocução entre si, e o outro grupo de trabalhadores do mar constituídos pelos marinheiros.

Desse processo de reconfiguração nas relações de sociabilidade e interdependência entre oficiais e marinheiros emerge a necessidade de institucionalização e do enfardamento das praças como sendo uma alternativa possível e viável para o fim das tensões a bordo dos navios da Marinha Imperial. Processos que já haviam se iniciados anos antes para os oficiais por intermédio da Academia dos Guardas-Marinhas.

O que se preconizava estava nítido nas ações empreendidas por Salvador Maciel, ao propor a criação das Companhias de “Aspirantes” Marinheiros em 1833, e ao defender em 1836 a criação das quatro Companhias Fixas de Marinheiros – instruir, hierarquizar e disciplinar – os marinheiros, a fim de que as tensões a bordo diminuíssem, e também, os maiores problemas enfrentados pela Armada Imperial – o recrutamento e a manutenção da quantidade necessária de tripulantes nos navios de guerra.

Mas, somente anos depois, a ideia torna-se fecunda aos olhos dos dirigentes imperiais e diferentes autoridades navais constituídas, quando autorizada a criação das primeiras Companhias Fixas de Aprendizes Marinheiros em 1836, que daria origem em 1840 a primeira Companhia de Aprendizes Marinheiros do Rio de Janeiro, e do Corpo de Imperiais Marinheiros.

A consolidação da Companhia de Aprendizes do Rio de Janeiro e a reformulação do aparato administrativo da Marinha podem ser percebidas como um projeto de

envergadura nacional, ou seja, como uma conduta política governamental gestada ao longo dos anos de 1840-1855. Durante esses anos, autoridades navais constituídas e agentes governamentais procuraram criar diferentes regulamentações visando arregimentar e fixar os indivíduos socialmente indesejáveis necessários as fileiras da Marinha, nesse sentido transformando-os em úteis a si e a Nação. Processo que em parte funcionava como um grande repertório de contenção aos diferentes movimentos reativos contra o recrutamento forçado e as condições precárias de trabalho oferecidas (impostas) pela Marinha em meados do século XIX. E por outro, alimentava a esperança de indivíduos com uma condição de vida melhor.

Imediatamente após esse tempo de 15 anos foram sendo sucessivamente criadas outras 17 companhias, em diferentes províncias, sendo as duas primeiras postas em funcionamento ainda em 1855, no Pará e na Bahia. Províncias que estiveram rebeladas durante os anos 1835 a 1840, e contaram com presigangas fundeadas em seus respectivos portos enquanto ainda serviam como prisão para diferentes tipos de indivíduos em cumprimento de suas penas. O que nos leva também a acreditar que a escolha dessas províncias não foi aleatória, mas relacionada diretamente a estruturação do aparato da teia do recrutamento associado à repressão política. Como dito anteriormente, um grande repertório de contenção atendendo as diferentes frentes de contestação popular – política e social.

A documentação pesquisada revelou que as Companhias de Aprendizes no decorrer dos anos de sua consolidação não representavam unanimidade em termos de objetivos alcançados. Se para os sucessivos ministros que estiveram a frente da pasta da Marinha entre os anos de 1840-1860, elas representavam a “esperança da Armada imperial”; a medida que eram as principais “viveiros” de pessoal para o Corpo de Imperiais Marinheiros; para o oficial comandante da Companhia do Rio de Janeiro pouco, ou quase nada representavam de útil em relação aquilo a que se destinavam.

Porém, entre alguns oficiais percebemos através de ofícios que a ideia de institucionalização e enfardamento, percebida como fundamental para a melhoria e qualidade dos serviços de bordo, só não foi tomada a cabo, conforme seu idealizador Salvador Maciel, devido às dificuldades impostas pelo próprio governo em resolver problemas relacionados principalmente àquilo que as diferenciava de uma instituição de característica voltada unicamente à “instrução militar”, ou seja, a instrução formal de primeiras letras e outros aprendizados.

A pesquisa inclusive aponta para esse dado, quando o Comandante das Companhias Fixas, Pedro da Cunha mencionava em seus sucessivos relatórios trimestrais entre os anos 1837-8, a falta de mestres de primeiras letras. Encontramos esse mesmo tipo de queixa e outras nesse sentido nos relatórios dos Comandantes das Companhias do Pará e Bahia, mencionadas durante os anos de 1857. O que aponta que essa efetivamente não era a preocupação, pelo menos naqueles momentos iniciais do processo de criação e consolidação das Companhias de Aprendizes Marinheiros, dos dirigentes imperiais.

Considerando que o processo de criação e consolidação da primeira Companhia de Aprendizes de Marinheiros do Brasil Imperial emerge em um contexto onde se delineava, após intensos revolvimentos das forças políticas existentes, um projeto de Estado e Nação de base consensual com forte inspiração centralizadora e conservadora; e a Marinha, inserida nesse contexto por conta de sua fase de reestruturação administrativa e de pessoal despontava com destacada participação no processo de integração nacional; nosso estudo procurou dar ênfase aos processos inerentes aos diferentes momentos históricos e políticos que marcaram a constituição dessa trajetória. Assim, pudemos perceber, até onde nos foi possível aferir que a Companhia de Aprendizes do Rio de Janeiro se estabeleceu como um primeiro ensaio de uma conduta política governamental para a Marinha.

Nosso recorte temporal, estabelecido com base no processo de criação a consolidação da Companhia do Rio de Janeiro, a despeito do ensaio que visava se constituir como algo maior nos impediu de avançar sobre o processo de criação das outras companhias. Exceto, como foi destacado no trabalho, pelo uso de fontes relacionadas às Companhias do Pará e Bahia, utilizadas como referência, por terem sido as primeiras imediatamente após o período de maturação do projeto Companhias de Aprendizes Marinheiros.

Porém, tomando por referência os trabalhos dos historiadores que dialogam como o objeto desse estudo percebemos que os processos das respectivas criações das Companhias nas províncias de norte a sul do país se assemelham e atentam primeiramente a uma necessidade de Estado, em detrimento das necessidades da própria Marinha. Processo pelo qual acreditamos, e os relatos dos oficiais assim corroboram o projeto não tenha tido o devido aproveitamento mostrando-se parcil e incompleto.

Ainda assim, apesar de todos os contratempos relacionados a baixa produtividade no campo da instrução formal, em detrimento da instrução de bordo (marinhagem) acreditamos que as Companhias de Aprendizes Marinheiros constituíram-se ao longos

dos anos em um importante elemento na constituição de parte significativa desses trabalhadores do mar, causando um real impacto na constituição de uma Marinha que queria se constituir forte, homogênea e exercitada.

Sua reformulação em 1885, quando passaram a se chamar Escolas de Aprendizes Marinheiros, ainda carece de maiores estudos; mas o fato de ainda hoje existirem aponta que nem tudo deu errado, assim como, nem tudo deu certo.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. *Da Companhia de Guardas-Marinha e a Real Academia à Escola Naval, 1782-1982*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982.

ALMEIDA, Felipe Pessanha de. *A Secretaria de Estado de Negócios da Guerra (1821-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. (Cadernos Mapa 6 - Memória da Administração Pública Brasileira).

_____, Felipe Pessanha de. *A Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha (1822-1891)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. (Cadernos Mapa 8 – Memória da Administração Pública Brasileira).

ALMEIDA, Silvia Capanema Pereira de. “*Nous, Marins, citoyens brésiliens et repuplicains*”: *identités, modernité et memoire de la revolte dès matelots de 1910*. Tese de Doutorado em História pela École dès Hautes Études em Sciences Sociales, 2009.

_____, *Vidas de marinheiro no Brasil Republicano: identidades, corpos, e lideranças da revolta de 1910*. Antíteses, v. 3 dez/2010. Disponível em <www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses>

ALVES DE ALMEIDA, Francisco Eduardo. *A Historiografia Naval Brasileira (1880-2012): uma visão panorâmica*. Revista Brasileira de História Militar, Ano III, nº 8, 2012.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexiones sobre El origen y la difusyon del nacionalismo*. 2ª Ed. México, Fondo de Cultura Econômica, 1993.

ANTUNES, Edna Fernandes. *Marinheiros para o Brasil: o recrutamento para a Marinha de Guerra Imperial (1822-1870)*. Dissertação de Mestrado em História, UERJ – Formação de Professores, 2011.

ARENDT, Hannah. *Poder e violência*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001

_____, Hannah. *O que é Política?* 3ª Ed. Trad. Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

ARIAS NETO, José Miguel. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional (1867-1910)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: FFLCH/USP, 2001.

_____, Arias Neto. *Violência sistêmica na organização militar do Império e as lutas dos imperiais Marinheiros pela conquista dos direitos*. Editora da UFPR. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 35, 2001.

_____, José Miguel. *Imprensa Militar, Guerra e transferência de tecnologia para a Marinha no Brasil Oitocentista*. Apud: RIBEIRO, Gladys Sabina e CAMPO, Adriana Pereira. *Histórias sobre o Oitocentos*. 1ª Ed. São Paulo: Alameda, 2016.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores. Disponível em: www.jahr.org.

BARRETO NETO, Raul Coelho. *Marujos de primeira viagem: os aprendizes-marinheiros da Bahia (1910-1945)*. Dissertação de Mestrado em História Regional e Local. UEB, 2009.

BASILE, Marcelo. *O Império Brasileiro: Panorama Político*. Apud: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

_____, Marcelo. *Revolta e Cidadania na corte Regencial*. Revista Tempo nº 22, 2006

_____, Marcelo. *O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840)*. Apud: GRIMBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1870*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

_____, Marcelo. *Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas*. Capítulo IV, p. 121. Apud: CARVALHO, José Murilo de & CAMPOS, Adriana Pereira. *Perspectivas da Cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa*. Brasil 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BEATTIE, Peter M. *Tribute of Blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864 – 1945*. Duham, Duke University Press, 2001.

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, ²⁰⁰⁸.

BERNSTEIN, Serge. *Os partidos*. Apud: RÉMOND, René. (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Vol. II. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939.

_____, Lucas Alexandre. *A Marinha Imperial e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1954.

BUENO DOS SANTOS, Wagner Luiz. *A criação da Companhia de Aprendizes-Marinheiros no processo de construção do Estado Nacional brasileiro: formação militar, educação e civilização no Brasil Imperial*. Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 2016.

CAMINHA, Herick Marques. *História Administrativa do Brasil: organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Formação do Servidor Público. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986.

CARDOSO, Maria Luiza. *História dos Jovens: Menores nas Companhias de Aprendiz dos Arsenais de Guerra (1840-1889)*. Apud: S. Z. GRISPUN, Mirian Paura et. Al. *Juventude: Percursos entrecruzados*. Rio de Janeiro: Publ!t Soluções Editoriais, 2008

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: uma discussão conceitual*. Apud: _____. *Pontos e Bordados: Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____, José Murilo de. *Escravidão e Razão Nacional*. Apud: *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____, José Murilo de. *Brasil: Nações Imaginadas*. Apud: _____. *Pontos e Bordados: escritos de história política*. 1ª Ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. José Murilo de (Org.) *Bernardo Pereira de Vasconcelos*, São Paulo: Ed. 34, 1999. (Coleção Formadores do Brasil).

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *As Companhias de Aprendiz Menores*. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/his/ISNHM/index.php?arq=ARQanais>

CASTRO. Celso. *O Espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2004.

_____, Celso. IZECKSOHN, Vitor. KRAAY, Hendrik (org.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CASTRO. Jeanne Berrance de. *A milícia cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Nacional / Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977.

CASTRO, Paulo Pereira de. *A experiência republicana: 1831-1840*. Apud: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.), & CAMPOS, Pedro Moacyr. *História geral da civilização brasileira*, t. II - o Brasil monárquico, 5ª ed. 2º v. - dispersão e unidade. São Paulo: Difel, 1985

CASTRO, Rozenilda. *A Escola de Aprendiz de Marinheiros de Parnaíba*. 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 2013.

CERTEAU, Michael. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____, *A Operação Historiográfica*. Apud: _____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

CONCEIÇÃO. Livia Beatriz da. *Diálogos Apropriativos em tempos de “funestas paixões”*: uma leitura das relações entre os projetos para instrução primária de Joaquim José Rodrigues Torres e de François Guizot (1814-1840). Tese de Doutorado em História, UFRJ, 2014.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª Ed. Fundação Editora UNESP, 1999.

COURTINE. J. J. *Os Deslizamentos do Espetáculo Político* Apud: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). *Discurso e Mídia – A Cultura do Espetáculo*. São Carlos: Editora Claraluz, 2003.

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, 1824:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm.

COSTA, Fernando Dores. *Os problemas do recrutamento militar no final do século XVIII e as questões da construção do estado e da nação*. *Análise Social*, v. 30, n. 130, 1995.

CRUDO, Matilde Araki. Infância, trabalho e educação: *Os Aprendizes do Arsenal de Guerra do Mato Grosso (Cuiabá, 1842-1889)*. Tese de Doutorado em História, UNICAMP, 2005.

DEL PRIORE. Mary. *Biografia: quando o indivíduo encontra a história*. *Revista Topoi*, v. 10, n. 19, jul.-dez, 2009

DIAS. Jorge A. “O tio navio revolta-se contra o sobrinho presidente”. *Historiografia e os usos políticos da memória da Revolta dos Marinheiros de 1910 pelo Movimento Negro Brasileiro*. Dissertação de Mestrado em História Social. Vassouras: USS, 2012.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora Globo, 2005.

DONIN, Luana de Amorin. *Academia de Marinha: normatização da formação militar naval no período de construção do Estado Imperial Brasileiro (1837-1838)*. Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2014

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador. Uma História dos Costumes*. Vol. I Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____, *O Processo Civilizador, volume II. Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

_____, Norbert & SCHRÖTER, Michael. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____, Norbert. *A Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001

_____, Norbert, *Estudos sobre a Gênese da Profissão Naval*. Apud: *Escritos & Ensaio*s. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil: ou o diário de uma visita à terra do cacau e das palmeiras*. SP: Edusp, 1990.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5ª Ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

FONSECA, Paloma Siqueira. *A presiganga real (1808-1831): punições da Marinha, exclusão e distinção social*. Dissertação de Mestrado em História. Brasília: UNB, 2003.

_____, Paloma. Siqueira. *A presiganga e as punições da Marinha (1808-31)*. Apud: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV/Bom Texto, 2004

FOUCAULT. Michael. *Vigiar e Punir: história da violência das prisões*. 35ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GALSKY, Nélcio. *Mercenários ou libertários. As motivações para o engajamento do Almirante Cochrane e seu grupo nas lutas da independência do Brasil*. Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2006.

GAMA, Edina Laura Nogueira Da. *Breves Reflexões sobre a Historiografia Naval Brasileira dos Oitocentos: O Pioneirismo de Theotônio Meirelles da Silva (1864 - 1884)*. Anais eletrônicos do encontro Nacional de História – Anpuh/2015.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOUVÊA. Maria de Fátima A. Silva. *Poder Político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808)*. Apud: FRAGOSO, João. BICALHO, Maria Fernanda. GOUVÊA. Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

GREENHALGH, Juvenal. *O arsenal de Marinha do Rio de Janeiro na história: 1822-1889*. Rio de Janeiro: IBGE, 1965.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Liberalismo Moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837)*. Apud: PEIXOTO, Antonio Carlos (et AL). *O Liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos: o IHGB e o Projeto de uma história Nacional*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 1, 1988.

GRINBERG, Keila. *Código Criminal*. Apud: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. Trad. De Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 1992.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

HOBBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____, Eric. *Mundos do Trabalho*. 4ª Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

HOLLOWAY, Thomas H., *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997

HORNER, Erik. *Em defesa da Constituição: A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844)*. Tese de Doutorado em História. São Paulo, USP, 2010.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes: uma análise dos discursos presidencial da terceira República Brasileira (1964-1984)*. Tese de Doutorado em Linguística. Unicamp, 1992.

JANCSÓ, I. (org.) *Independência: história e Historiografia*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2005; & MALERBA, Jurandir (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JANOWITZ, M. *O Soldado Profissional. Um estudo social e político*. Rio de Janeiro: Edições GDR, 1967

JEPPERSON, Ronald L. Instituciones, efectos institucionales e institucionalismo. Apud: POWELL, Walter W. DIMAGGIO, Paul J. (compiladores.). *El nuevo institucionalismo en El análisis organizacional*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

JEHA, Silvana Cassab. *A Galera Heterogênea: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial do Brasil, c. 1822 – c. 1854*. Tese de Doutorado em História Social da cultura, PUC-RJ, 2011.

KOEMER, Andrei. *O impossível panóptico tropical-escravista: práticas prisionais, política e sociedade no Brasil do século XIX*. Apud: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo: Ed. Tribunais. V.35, jul/set. 2001.

_____, Andrei. *Punição, disciplina e pensamento penal no Brasil do século XIX*. Lua Nova, São Paulo, nº 68, 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-644520060003&lng=pt&nrm=iso.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, vol. V, nº 10, 1992.

KRAAY, Hendrik. "O abrigo da farda": o Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800 -1881. Afro - Ásia, nº 17, 1996.

_____, Hendrik. *Repensando o recrutamento militar no Brasil Império*. Revista Diálogos, Vol. 3, nº 3, 1999

_____, Hendrik. *Race, State and Armed Forces in Independence - Era Brazil: Bahia, 1790s – 1840s*. Califórnia: Stanford University Press, 2001.

LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. Apud: BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

LEIVAS, Luis Cláudio Pereira & SCAVARDA, Levy. *A Transmigração da Família Real Portuguesa para o Brasil*. Revista Navigator, nº 15, 1978.

LIGHT, Kenneth. *A Viagem Marítima da Família Real: A transferência da corte portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar, 2008 – Apêndice B – Versão digital.

LIMA, Solyane Silveira. "Recrutá-los jovens": a formação de Aprendizes Marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905). Tese de Doutorado em Educação. UFMG, 2013.

LINS, Mônica Regina Ferreira. *Viveiros de "homens do mar": Escolas de Aprendizes-Marinheiros e as experiências formativas na Marinha Militar do Rio de Janeiro (1870-1910)*. Tese de Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana, UERJ, 2012.

LORIGA, Sabina. *A Experiência Militar*. Apud: LEVI, Giovanni e SCHMITT. Claude. *História dos Jovens 2*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOPES DA SILVA, Carlos André. *A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839*. Dissertação de Mestrado em História, UFRJ, 2012.

LYNN, John. *Nations in Arms, 1763-1815*. Apud: PARKER, Geoffrey. *The Cambridge illustred history of Warfare: the triumph of the west*. Cambridge: University Press, 1995

LYRA FILHO, João. *Visconde de Itaboraí: a luneta do Império*. Gráfica Portinho Cavalcanti, Rio de Janeiro: S/D.

LYRA, Maria de Lourdes. *O Império em construção: Primeiro Reinado e Regências*. São Paulo: Atual Editora, 2000.

MACHADO, Gisele Terezinha. *“Escreveu não leu, o pau comeu”: a escola de aprendizes-Marinheiro de Santa Catarina (1889-1930)*. Dissertação de Mestrado em Educação, UFSC, 2007.

MARQUES, Vera R. & PANDINI, S. *Feios, sujos e malvados: os aprendizes Marinheiros no Paraná Oitocentista*. Campinas: Revista Brasileira de História da Educação, Julho/dezembro, N. 8, 2004.

MELLO, Saulo Álvaro de. *O Arsenal da Marinha em Mato Grosso: Projeto político de defesa nacional e de disciplinarização do trabalho. Do planalto à planície pantaneira (1719-1873)*. Dissertação de Mestrado em História. UFGD, 2009.

MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. *A Logística Naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai*. Dissertação de Mestrado em História. Uni-Rio, 2010.

MAIA, Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição história*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Cátedra, 1975.

MALERBA, Jurandir. (org.) *A Independência brasileira: novas dimensões*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARTIS, Hélio Leôncio. *A Revolta dos Marinheiros de 1910*. História Naval brasileira. Rio de Janeiro: MM/Serviço de Documentação da Marinha, 1997.

_____, Hélio Leôncio. *Almirante Lorde Cochrane: uma figura polêmica*. Rio de Janeiro: ARPEPP, 1997.

MATTOS, Ilmar R. *O tempo Saquarema*. 5ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____, Ilmar & GONÇALVES, Márcia de Almeida. *O Império da Boa Sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. 3ª Ed. São Paulo: Atual Editora, 1991.

_____, Ilmar. R. *Construtores e Herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política*. Almanack Brasiliense nº 01, maio de 2005.

_____, Ilmar R. *O gigante e o espelho*. Apud: GRIMBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial – Vol. II – 1831-1870*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.

MENESES, Paulo. *Hegel e a Fenomenologia do Espírito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de Sangue: recrutamento Militar e Construção do Estado Imperial*. Tese de Doutorado em Ciência Política. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual*. Apud: CASTRO, Celso. *Textos básicos de Sociologia: de Karl Marx a Zygmunt Bauman*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MONTEIRO, Tobias. *História do Império: a elaboração da Independência*. São Paulo: Edusp, Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

MOREL, Marco. *O período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003.

_____, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____, Marco & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Marinheiros em Revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)*. Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 1997.

_____, Álvaro Pereira do. *Do convés ao porto: A experiência dos Marinheiros e a revolta de 1910*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: Unicamp, 2002.

_____, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2008.

NEEDELL, Jeffrey. *Party of Order: the conservatives, the state, and slavery in the Brazilian Monarchy (1831-1871)*. Stanford: Stanford University Press, 2006.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas, constitucionais e pés de chumbo: a cultura política da Independência, 1820-1822*. Tese de Doutorado em História. USP, 1992.

NORONHA, Fabrícia. *O Império dos Indesejáveis: legislação brasileira sobre o degredo 1822-1889*. Brasília: Dissertação de Mestrado em História - UnB, 2003

PARRON, Tâmis Peixoto. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de Mestrado, USP, 2009.

PEREIRA, José Rodrigues. *Campanhas Navais 1807-1823. A Armada e o Brasil – A Marinha Portuguesa no Tempo de Napoleão*. Lisboa: Tribuna de História, Volume II, 2005.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 15ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977.

PRADO, Maria Emília. *Ordem Liberal, Escravidão e Patriarcalismo: as ambiguidades do Império do Brasil*. Apud: PEIXOTO, Antonio Carlos. (Et. ali.) *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *As razões da Independência*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1965

PEREIRA FREIRE, Tarantini. *Militarização infantil e controle social no Maranhão provincial: em busca de pequenos marinheiros para a Armada (1870-1900)*. Dissertação de Mestrado em História, UFMA, 2014.

PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação: a nova retórica*. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PESAVENTO, Sandra J. *Em busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário*. São Paulo: Revista Brasileira de História, Vol. 15, nº 29, 1995.

PRADO MAIA, João do. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Brasília, 1975

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. São Paulo: EDUSC, 1999.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Os portugueses na formação da nação brasileira - o debate historiográfico desde 1836*. *Ler História*, nº 38, Lisboa: ISCTE, 2000.

_____, Gladys Sabino. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Feperj/Relume Dumará, 2002.

_____, Gladys Sabina e PEREIRA. Vantuil. *O Primeiro Reinado em revisão*. Apud: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Volume I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RIOUX, Jean-Pierre. *A associação em política*. Apud: RÉMOND, René. (org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

RODRIGUES, Jaime. *Cultura marítima: marinheiros e escravos no tráfico negreiro para o Brasil (sécs. XVIII E XIX)*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, nº 38, 1999

RODRIGUES, José Honório. *O parlamento e a evolução nacional: 1826-1840*. Brasília. D.F., 1942.

RODRIGUES. Fernando. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos Oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

RODRIGUES FERREIRA, Manoel. *A evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2ª ed. Brasília: TSE/SDI, 2005.

ROUQUIÉ. Alain. *O Estado militar na América Latina*. Editora Alfa Ômega: SP, 1984.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Ponteiro/Dumará, 2013.

SCAVARDA, Levy. *A Escola Naval através do tempo*. Subsídios para História Marítima do Brasil, Rio de Janeiro, v. XIV, 1955.

SERRALHEIRO, Cosme Alves. *A consolidação do Império através da formação da Armada imperial na província rio-grandense com base na Companhia de Aprendizes-Marinheiros de Rio Grande (RS) (1860-1885)*. Dissertação de Mestrado em História, UFPel, 2017.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano & GOMES, Flávio dos Santos. *Revoltas, Marinheiros e sistema Prisional no Arsenal de Marinha: notas sobre o trabalho compulsório e Cultura Política num Rio de Janeiro Atlântico (1820-1840)*. Campinas: Revista História Social, nº 12, 2006.

SOARES, Luis Carlos e VAINFAS, Ronaldo. *Nova história militar*, p. 121. Apud: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (org.) *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SODRÉ, Néelson W. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1965

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: AN, 1999.

_____, Adriana Barreto. *A Serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50)*. Apud: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinato Carvalho. *Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo – 1780-1831*. São Paulo: UNESP, 1999.

_____, Iara Lis C. *A Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar ed. 1999

SOUZA, Jorge Prata de. *Escravidão ou morte. Os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai*. 2 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

SOUZA, Laura de Melo e Souza. *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira do século XVIII*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

SOUZA, Octavio Tarquínio de. *História dos fundadores do Império do Brasil: fatos e personagens em torno de um regime*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957

SILVA, Maria Odila. *A interiorização da metrópole (1808-1853)*. Apud: MOTTA, Carlos Guilherme. *1822: dimensões*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

SILVA, Velôr Pereira Carpes da. *A Escola de Aprendizes Marinheiros e as crianças desvalidas: Desterro (SC), 1857-1889*. Dissertação de Mestrado em Educação. UFSC, 2002

SILVA, Wandoberto Francisco da. *Guerreiros do Mar: recrutamento e resistência de crianças em Pernambuco (1857-1870)*. Dissertação de Mestrado em História Social da Cultura Regional. UFRPE, 2013.

THOMPSON. E. P. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. SP, São Paulo. Ed. Monsanto, 1978.

TILLY, Charles. *Identities, boundaries & social ties*. Boulder, CO/Londres: Paradigm Publishers, 2005.

_____, Charles. *Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834*. Social Science History, no 17. _____. *Identities, boundaries & social ties*. Boulder, CO/Londres: Paradigm Publishers, 2005.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo: Difel, 1978.

VALE, Brian. *Estratégia, Poder Marítimo e a criação da Marinha do Brasil (1822-23)*. Apud: Revista Navigator. Dez/1971.

VALE, Brian. *Marinheiros Ingleses na Marinha do Brasil (1822-1850)*. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1999.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. 14ª Ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

_____, Max. *Ensaio de Sociologia*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

WERNET, Augustin. *Sociedades políticas (1831-1832)*. São Paulo: Cultrix / Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1978.

FONTES

JORNAIS

- Jornal do Commercio de 12 de agosto de 1833
- O Independente, 09/06/1832
- A Aurora Fluminense nº 79 de 1831,
- Aurora Fluminense 2 de agosto de 1833.
- Nova Luz Brasileira, O Homem e a América nº 11 - 24/12/1831:
<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>
- O Farol Paulistano, 07 de Abril de 1831:
http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/base_dados/periodicos.
- O Republico de 28 de Maio de 1831
- Caramuru, nº 1, 02/03/1832,
- O Militar no Rio de Janeiro, 1º de Setembro de 1833, - *O Cidadão Soldado* (16/11/1833), - *Soldado Afflicto* (19/11/1833): <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

ARQUIVOS:

Biblioteca Nacional (BN)

- Seção de Periódicos, 263. A Revista Marítima Brasileira.
- Sessão de Manuscritos, DANTAS PEREIRA. *Multiplicidade de Doutrina: Catálogo da Biblioteca da Academia dos Guardas Marinha*. Rio de Janeiro, 1812.
- Seção de Manuscritos - Relatório do Capitão-tenente Eusébio de Paiva Legey. 15.3.15, 1881-2.
- Sessão de Manuscritos, Estatutos da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. II – 34, 31, 14 - 10/05/1831.
- Códice Sociedade Militar: Fala de abertura da Assembléia Geral na Instalação da Sociedade Militar da Corte, feita pelo tenente-general José da Nóbrega Botelho. Presidente do Conselho da Sociedade Militar

Arquivo Nacional (AN)

- Arquivo Nacional. Códice 796, v. 2
- Série Marinha XVII M 3960, Fundo B6
- Série Marinha, Socorros de marinheiros. XVII M 4972 de 1820
- Série Marinha, Avisos do Ministro de 1831. * III M 405, Fundo B5 Codes/Del
- Série Marinha, Avisos do ministro Jan/Jun 1831 Série Marinha, * III M 404 Codes B5.
- Série Marinha, Avisos do Ministro Jan/Jun de 1830, * III M 402, Codes B5.
- Série Marinha, Livro copiador de Ofícios a diversos 1830-1832. * III M 106, Codes B5/Del.
- Série Marinha, Inspeção do Arsenal da Corte 1834-1837, VM – 184, fundo AX
- Série Marinha, Avisos do ministro Jul/Dez 1833, * III M 409, Codes B5
- Série Marinha, Livro de Socorros da Companhia Agregada de Marinheiros Fixos do Rio de Janeiro - 1837. Subsérie Socorros de Marinha/Corpo de Fazenda, código XVII M 5314.
- Série Marinha. XVII M 4169. Ofício do Inspetor do Arsenal ao Ministro da Marinha em 1833
- Série Marinha. Correspondências dos Inspectores do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Fundo AX.
- Série Marinha, XM-77, Avisos do Ministro, B2
- Série Marinha, XVII M 5314
- Série Marinha, Ofícios de Navios diversos: (1822/1825- VM 182, 1826/1828- VM 183, 1834/1837- VM 184).

- Série Marinha, XM 640 B2
- Série Marinha, Nau Príncipe Real – presiganga. 1826 XM 793, Codes B2.
- Série Marinha, *III M 106 Codes, B5
- Série Marinha, Avisos do Ministro da Marinha. Jan. /junho de 1832. * III, M 406/406 Codes, B5.
- Série Marinha, Livro de registro de ofícios. *III M59 1833.
- Série Marinha, Avisos do Ministro jan/junho 1830 e Jan/Jun de 1835, * III M 402, Codes I, B5 e * III M 408 Codes, B5.
- Série Marinha, IV M 3.066, 2º Distrito Naval, 1829-1877. Codes B5.
- Série Marinha. Inspetoria do Arsenal de Marinha, XM 793, Fundo B2.
- Série Marinha, XM 214. Relatório do Chefe de Divisão e Diretor da Academia dos Guardas-Marinha (Nau Pedro II), Jacinto Roque de Sena Pereira.
- Série Marinha, XM-364, Ofícios Diversos.
- Série Marinha, XM III M-674, Ofícios do Comandante do Corpo de Imperiais Marinheiros.
- Série Marinha, VM -237 AX, Ofícios do Pessoal.
- Série Marinha, XM-129, Correspondências.
- Série Marinha III M 701 B5.
- Série Marinha XM-84 B2.
- Série Marinha. XVIII M 3. Subsérie Arsenais de Diversos Estados.
- Série Marinha, IX M 74, AZ, Codes.
- Série Marinha. * III M 409 Codes, B5.
- Série Marinha. XM 178 – B2
- Série Marinha, Livro de ordens relativos a Real Academia dos Guardas-Marinha (1817-1840)
- Série Marinha, XM 178 Codes B2
- Série Marinha, Avisos do Ministro, 1837
- Série Marinha III M 674, B5
- Série Marinha, III M-73, 1840

Relatórios dos Ministros da Marinha. Disponível em:
<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial>

- RMM, Melo e Alvim, 1829
- RMM, Diogo Jorge de Brito, 1828
- RMM, Francisco Vilela Barbosa, 1830
- RMM, Joaquim José Rodrigues Torres, 1832
- RMM, José Pereira Pinto, 1835
- RMM, Salvador José Salvador Maciel, 1836
- RMM, Joaquim José Rodrigues Torres, 1838
- RMM, Jacinto Roque de Sena Pereira, 1840
- RMM, Antonio Francisco de Paula Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, 1842
- RMM, J. J. Rodrigues Torres, 1843
- RMM, Antonio Francisco de Paula e Hollanda Cavalcanti de Albuquerque, 1845
- RMM, Manuel Vieira Tosta, 1849
- RMM, João Maurício Wanderley, 1855
- RMM, José Maria da Silva Paranhos, 1856
- RMM, Joaquim José Inácio de 1860
- RMM, Joaquim Raimundo de Lamare, 1862
- RMM, Afonso Celso de Assis Figueiredo, 1867
- RMM, Joaquim Elísio Pereira Marinho, 1888

- Relatório do Ministro da Justiça: Antonio Diogo Feijó - 1832.

Disponível em:

<http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/justica>.

- Relatório do Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra, 1831.

Disponível em:

<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2181/000003.html>.

- Relatório do Presidente de Província:

Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil>.

- RPP do Rio de Janeiro, Joaquim José Rodrigues Torres, 1836

- RPP do Pará, Álvaro Tibério de Moncorvo e Lima, 1856

- RPP do Pará, Henrique Beurepaire Rohan, 1857

- RPP do Pará, Manoel de Frias e Vasconcelos, 1859

- RPP da Bahia, Francisco Xavier Paes Barreto, 1859

Anais da Câmara:

- Anais da Câmara dos Deputados, 1826

- Anais da Câmara dos Deputados. Sessão de 3 de agosto de 1826

- Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 6 de julho de 1830.

- Anais da Câmara dos Deputados, Sessão de 11 de setembro de 1830

- Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 19 de outubro de 1830

- Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 7 de maio de 1836

- Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 1º de junho de 1836

- Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 3 de junho de 1836

- Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 6 de junho de 1836

- Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 7 de junho de 1836

- Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 8 de junho de 1836

- Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 17 de Junho de 1836

- Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de Junho de 1836

- Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 20 de Junho de 1836

- Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 22 de julho de 1836

- Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 27 de julho de 1836

- Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 1º de junho 1837

- Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 10 de Junho de 1839

Anais do Senado:

- Anais do Senado do Império do Brasil. Primeira sessão da primeira legislatura, 1826

- Anais do Senado, sessão de 7 de abril de 1831

- Anais do Senado, sessão de 8 de julho de 1833

- Anais do Senado, sessão de 6 de julho de 1836

- Anais do Senado, sessão de 18 de Julho de 1836

- Anais do Senado, sessão de 19 de julho de 1836

- Anais do Senado, sessão de 20 de julho de 1836

- Anais do Senado, sessão de 12 de Maio de 1838

- Anais do Senado, sessão de 13 de maio de 1839

- Anais do Senado, sessão de 16 de maio de 1839

- Anais do Senado, sessão de 22 de Julho de 1839

- Anais do Senado, sessão de 1º de agosto de 1839
- Anais do Senado, sessão de 9 de agosto de 1839
- Anais do Senado, sessão de 2 de setembro de 1839
- Anais do Senado, sessão de 28 de setembro de 1839

Coleção de leis e decretos do Brasil Imperial:

CLI. http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html.

CLI - Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1822

CLI - Decreto de 20 de maio de 1825.

CLI – Decisão de 24 de Janeiro de 1826.

CLI - Decisão de 21 de Janeiro de 1827

CLI - Decretos: 15.07.1833/ 22.10.1833. Decisões: 07.01.1831/ 11.08.1831/ 26.07.1832/ 28.07.1834/ 31.07.1835,/08.07.1836.

CLI - Decisão 452 de 19/12/1834

CLI - Coleção de Leis do Império, 1836.

CLI - Lei nº 148 de 27 de Agosto de 1840

CLI – Coleção de Leis do Império, 01/07/1837

CLI- 1839, Tomo 2, Parte 2, Seção 3

CLI - Atos do Poder Executivo, 1840

CLI, Decreto nº 304 de 2 de Junho de 1843

CLI - Decreto nº 411-A de 5 de junho de 1845

CLI - Decreto nº 535, de 11 de novembro de 1847

CLI - Decreto nº 1465 de 25 de Outubro de 1854

CLI – Decretos nº 1.517 de 04 de Janeiro de 1855 e nº 1.543 de 27 de Janeiro de 1855

CLI - Decreto nº 1.591 de 14 de Abril de 1855

Dicionários, Livros e Revistas:

Almanack Eduardo e Henrique Laemmert disponível em:

<http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira. *Sociedades Fundadas no Brasil desde Os tempos coloniais até o começo do atual reinado. Memória lida nas sessões do Instituto Histórico de 1884*. Apud: Revista do IHGB - Tomo XLVIII, parte II, 1885

BOITEUX, Lucas Alexandre. *Ministros da Marinha: notas biográficas 1808-1840*. Imprensa Naval, Rio de Janeiro, 1933.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *O Chefe de Esquadra José Maria Dantas Pereira de Andrade: O primeiro diretor da nossa Academia de Marinha*. Subsídios para a História Marítima do Brasil, Rio de Janeiro, v. 2, 1939.

COCHRANE, Lorde. *Narrativa de serviços no libertar-se o Brasil da dominação portuguesa*. Vol. 16, Brasília, Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

Código Criminal do Império do Brasil. Nova edição / pelo doutor Braz Florentino Henriques de Souza. Typographia Universal, 1858. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221763>.

Dicionário de linguagem da Marinha antiga e atual. Comandante Humberto Leitão e J. Vicente Lopes. 2ª Ed. Centro de Estudos históricos e Ultramarinos da junta de investigações científicas do Ultramar, Lisboa, 1974. Disponível em: <http://www.portalbarcosdobrasil.com.br/page/acervobiblioteca>

Dicionário do padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva. Tomo 2º de L a Z. Lisboa, ano M. DCC. LXXXIX. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299220#page/1/mode/1up.p.76>

LYRA, Tavares. *Os ministros de Estado da Independência a República*. Revista do IHGB. Volume 193, out-dez. de 1946.

S. A. Sisson. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Vol. I. Coleção Brasil 500 anos. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1027>.

SILVA, Theotônio Meirelles da. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Garnier, 1884.

SILVA, Theotônio Meirelles Da. *Apontamentos para a História da Marinha de Guerra Brasileira*. Volume II. Rio de Janeiro: 1882.
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227380>

Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, Revista trimensal do Instituto Historico Geographico Brasileiro, t. XLVIII – parte1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

PALHA, Garcez José. *Ephemérides Navais ou resumo dos fatos mais importantes da História Naval brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia Gazeta de Notícias, 1891

SILVA PINTO, Luiz Maria. Dicionário da Língua Brasileira. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

VASCONCELLOS. Bernardo Pereira de. *Carta aos senhores Eleitores da Província de Minas Geraes*. Prefácio e biografia de Francisco Rodrigues de Paiva. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 1828